RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

BIÊNIO 2020 E 2021

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

GOVERNADORA
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Casa Civil	Francisco das Chagas Cipriano Vieira
Procuradoria Geral do Estado	Antônia Camily Gomes Cruz
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria da Administração Penitenciária	Luís Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria das Cidades	Marcos César Cals de Oliveira
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Carlos Décimo de Souza
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Ana Teresa Barbosa de Carvalho
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte e Juventude	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba
Secretaria da Infraestrutura	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Planejamento e Gestão	Ronaldo Lima Moreira Borges
Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	Onélia Leite Santana
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria da Saúde	Carlos Hilton Albuquerque Soares
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Sandro Luciano Caron de Moraes
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário do Planejamento e Gestão	Ronaldo Lima Moreira Borges
Secretário executivo de Planejamento e Orçamento	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Secretário executivo de Gestão	Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Secretária executiva de Políticas Estratégicas para Lideranças	Sandra Gomes de Matos Azevedo
Assessoria Jurídica	Alyne Arruda de Alencar Coimbra
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria	Luciano de Sousa Pontes
Assessoria de Comunicação	Fernanda Teles Lima Fernandes
Unidade de Gerenciamento do Programa Ceará Mais Digital	Lícia Maria Viana Bezerra
Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento	Regis Meireles Benevides
Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados	Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
Coordenadoria de Gestão Orçamentária	Luciana Capistrano da Fonsêca Moura
Coordenadoria de Gestão Financeira e de Projetos	Karine Machado Campos Fontenele
Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com o Público e Privado	Ticiana da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fabio da Silva Miranda
Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados	Raimundo Nonato Rodrigues Silva
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos	André Theophilo Lima
Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação	Lícia Maria Viana Bezerra (respondendo)
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento	Silviane Torres da Costa
Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação	João Alcides de Oliveira Guerra
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Otávio Nunes de Vasconcelos
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	João Mário Santos de França
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	José Lassance de Castro Silva
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Priscilla Dias Marreiras
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Fundação de Previdência Social dos Servidores do Estado do Ceará	João Marcos Maia
Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará	Francisco Robson da Silva Fontoura

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Coordenação Geral
Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Supervisão Geral
Régis Meireles Benevides

Orientação Técnica
Anna Carolline Botelho

Elaboração e assessoramento

Ana Beatriz Rocha Guedes
Eveline Maria Cordeiro Brandão
Francisca Maria Sousa Moreira
Francisco Menezes de Freitas
João Gabriel Araújo Silva
José Wagner Alves Fernandes
Jhuan Bruno Campos Neres
Lara Maria Silva Costa
Luanny Braga da Silva Prata
Luiz Carlos Holanda Antero
Luiza de Lourdes Bezerra Mota
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Naiana Corrêa Lima Peixoto
Matheus Frota Braga
Rafael Paraiso Souto Maior Malta
José Rubson Augusto Mendes
Samara da Silva Trajano
Saruanna Dias Carvalho
Samuel Gomes Cerqueira
Sandra Maria Braga
Virgínia Dantas Soares Teixeira

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ – IPECE

Elaboração e Assessoria

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Aprígio Botelho Lócio
Daniel Cirilo Suliano
Jimmy Lima de Oliveira
José Freire Júnior
Luciana de Oliveira Rodrigues
Marilia Rodrigues Firmiano
Nicolino Trompieri Neto
Paulo Araújo Pontes
Rogério Barbosa Soares
Vitor Hugo Miro Couto Silva
Witalo de Lima Paiva

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, *pág. 9*

Capítulo I - Desempenho do Planejamento Estadual

Panorama Socioeconômico e Perspectivas, *pág. 13*
Visão Geral do PPA, *pág. 63*
Desempenho da Base Estratégica, *pág. 66*
PPA 2020-2023 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), *pág. 87*
Panorama Orçamentário-Financeiro do Biênio do Biênio, *pág. 137*

Capítulo II - Avaliação da ação programática de Governo

Ceará da Gestão Democrática para Resultados, *pág. 147*
Ceará Acolhedor, *pág. 187*
Ceará de Oportunidades, *pág. 219*
Ceará do Conhecimento, *pág. 261*
Ceará Pacífico , *pág. 301*
Ceará Saudável, *pág. 321*
Ceará Sustentável, *pág. 341*

Capítulo III - Processo de Planejamento Participartivo e Regionalizado

Planejamento Participativo e Regionalizado, *pág. 361*
Processo de Participação Social, *pág. 471*

TRABALHO QUE DÁ **RESULTADO**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

BIÊNIO 2020 E 2021

APRESENTAÇÃO

Capítulo I

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Avaliação de vigência do atual Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado do Ceará, é um documento elaborado para o primeiro biênio 2020-2021 de sua implementação, contendo as principais informações sobre os programas governamentais relativos à atuação das secretarias e órgãos estaduais integrantes do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão para Resultados, com o objetivo de avaliar a evolução dos indicadores sociais, econômicos e de gestão e verificar o grau de avanço resultante dos esforços de investimento e gestão desenvolvidos pelo Governo.

Este relatório constitui importante ferramenta de avaliação dos resultados alcançados, com o intuito de possibilitar que decisões sejam tomadas para fortalecer programas e projetos em andamento, para que os riscos de não alcance dos resultados sejam minimizados, bem como para redirecionar e otimizar a alocação de recursos orçamentários.

A respeito, cumpre mencionar que a formulação do Plano Plurianual representa um dos principais processos de planejamento governamental, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Ceará de 1989, ao afirmar que o referido instrumento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Estado do Ceará, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA 2020-2023 foi construído a partir de bases sólidas, firmadas em cinco premissas essenciais: 1) no modelo de Gestão Pública baseada no alcance dos resultados desejados sob a ótica do cidadão, enquanto público-meta da oferta de bens e serviços públicos; 2) no fortalecimento da participação cidadã na construção, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos; 3) na promoção do desenvolvimento territorial; 4) na intersetorialidade para a implementação de políticas setoriais articuladas; e 5) no fomento ao desenvolvimento sustentável.

No tocante ao referido processo da avaliação, a lei que o estabelece traz em seu capítulo IV aspectos relativos à gestão do Plano, sendo a Avaliação abordada de forma mais direta no art. 15, quando afirma que: “o Poder Executivo realizará avaliações bienais do Plano, disponibilizando seus resultados para consulta ampla dos órgãos de controle e da sociedade.”

No parágrafo §1º do supramencionado artigo da Lei do PPA, o Relatório de Avaliação de que trata o caput conterá análise de eficiência, eficácia e efetividade no âmbito da implementação do Plano, contendo, no mínimo:

> I – Avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas que fundamentaram a elaboração do Plano;
>
> II – Avaliação do desempenho da Base Estratégica, tendo como referência a análise do comportamento dos indicadores estratégicos e temáticos em relação às expectativas de desempenho prospectadas;

III – Avaliação dos programas finalísticos, considerando o cumprimento das metas dos indicadores programáticos e das entregas das iniciativas que contribuíram para o alcance dos resultados;

IV – Demonstrativo da execução orçamentária acumulada, conforme os períodos de que trata o caput deste artigo, de forma regionalizada, por Eixo, Tema e Programa Finalístico; e

V – Avaliação da sociedade acerca da ação do Governo expressa no Plano.

Para elaboração da Avaliação a equipe técnica da Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados (Cpger) estruturou novas estratégias de análise dos programas, com o objetivo de dar maior densidade aos relatos, focalizando os seguintes pontos: uso mais intenso dos indicadores de resultados em nível de programa e temático como instrumento de correção de rumos e de informações para gestão vindoura; melhorar a qualidade dos relatórios setoriais de monitoramento a fim de permitir avaliar com profundidade a situação atual e proceder às intervenções necessárias para correções e alavancar resultados pretendidos para o alcance das metas pactuadas em nível dos indicadores de resultados.

Assim sendo, o Relatório de Avaliação bienal do PPA 2020-2023, para o período 2020-2021, apresenta três capítulos: o primeiro se refere a uma avaliação do desempenho do planejamento estadual, considerando o comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas abordadas no PPA 2020-2023, o desempenho da base estratégica a partir do resultado de seus indicadores, um olhar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e um panorama da execução orçamentária do biênio.

O capítulo seguinte trata da Avaliação do Desempenho da Ação Governamental, enfocando o alcance dos resultados temáticos e uma análise do desempenho dos respectivos indicadores no período 2020-2021, além da avaliação dos programas finalísticos de cada tema, sob a ótica das Entregas realizadas e sua execução orçamentária.

O terceiro e último capítulo trata do PPA participativo e regionalizado, abordado em em dois tópicos: o primeiro apresenta os resultados do processo de participação social para a avaliação acerca da ação governamental, sendo realizada sob a ótica das instâncias de controle social ou defesa de direitos - Conselhos de Políticas Públicas; e das manifestações do cidadão junto à Ouvidoria. Quanto ao segundo tópico, este apresenta uma análise da implementação das ações programáticas de Governo, nas 14 Regiões de Planejamento, considerando as Diretrizes Regionais apontadas pela população durante o processo de elaboração do PPA 2020-2023, bem como a respectiva execução orçamentária acumulada e o alcance dos indicadores de resultados.

TRABALHO QUE DÁ **RESULTADO**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

BIÊNIO 2020 E 2021

DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL

Capítulo I

PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Apesar da crise econômica histórica causada pela pandemia da Covid-19 no ano de 2020, a economia cearense registrou, no ano de 2021, um processo de retomada do crescimento fruto do aumento da produção, a partir da redução das restrições sanitárias, dado pelo avanço da vacinação, no qual beneficiou principalmente as atividades econômicas presentes no setor de serviços, como alojamento, alimentação, transportes de passageiros e serviços prestados às famílias.

Diferentemente do cenário nacional, configurado por uma situação de forte déficit nas contas públicas, o Estado do Ceará tem se destacado pelo forte equilíbrio fiscal, permitindo aumentos dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o seu desenvolvimento, como recursos hídricos, energias renováveis e transporte, contribuindo para elevar a competitividade da economia cearense, estimulando, dessa forma, os investimentos privados nos diversos setores produtivos do Estado. Dessa forma, o Estado vem registrando, em média, taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima das alcançadas pelo Brasil, ocupando a décima segunda maior economia do país, e a terceira na região Nordeste. Por outro lado, quando controlado pelo tamanho populacional, o Estado apresenta apenas 51% do PIB *per capita* do Brasil, demonstrando o grande desafio que possui na superação da baixa renda em relação ao país.

Ao lado desse desempenho econômico, observou-se, também, nos últimos dez anos, importantes avanços na qualidade de alguns indicadores sociais, como a redução da taxa de mortalidade infantil, a redução da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Estado e um aumento na média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, além da priorização em políticas públicas de desenvolvimento infantil, principalmente para atender as crianças mais pobres. Também vale salientar, que o Governo do Ceará, apresentou várias ações para mitigar os efeitos negativos causados pela pandemia da Covid-19 sobre a vida da população cearense, como a ampliação do número de famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará, entrega do Vale Gás Social, isenção de pagamento das faturas da Cagece, pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda, entrega de cartões vale alimentação para alunos da Rede Estadual de Ensino, entre outras ações. Além disso, o Estado continua sendo destaque na área da educação pública pelos excelentes resultados apresentados no IDEB.

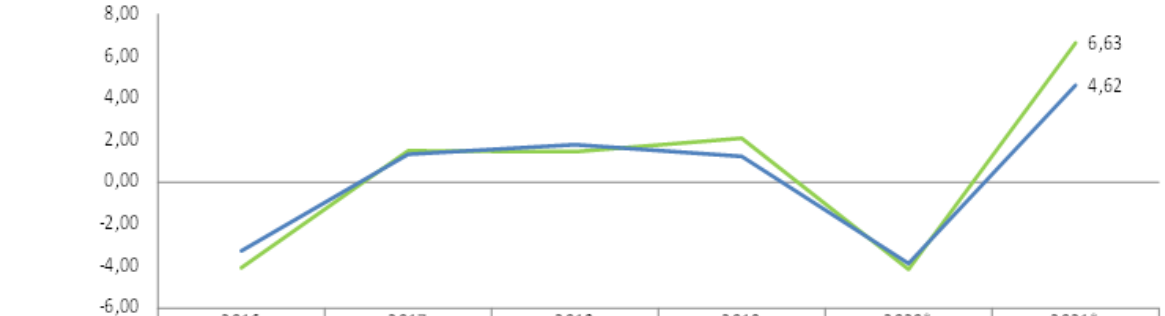
A seguir serão apresentados os elementos do panorama socioeconômico e as perspectivas da economia que dão suporte às diretrizes estratégicas do Plano Plurianual e, consequentemente, à elaboração dos programas.

A ECONOMIA CEARENSE

O Ceará responde pela 12ª economia do País e pela 3ª da região Nordeste. O PIB cearense[1] abrange 2,21% do PIB brasileiro e 15,61% do PIB Nordestino, correspondendo a R$163,58 bilhões. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (77,80%), seguidos das atividades da Indústria (17,05%), e da Agropecuária, que participa com 5,14%.

Ao se analisar o período de 2016 a 2021 (Gráfico 1), o ano de 2016 registra o final da crise macroeconômica (2014-2016) decorrente do forte déficit fiscal do governo federal, da perda de confiança do setor privado na economia e da crise política. No período 2017-2019 ocorreu um período de retomada do crescimento econômico, mas que foi interrompida pela crise macroeconômica em 2020, causada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 iniciada em março de 2020. Por fim, registrou-se crescimento no ano de 2021 fruto da redução das restrições sanitárias a partir do avanço da cobertura vacinal.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2016-2021.



	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*
Tx.PIB_CE (%)	-4,08	1,49	1,45	2,09	-4,16	6,63
Tx.PIB_BR (%)	-3,28	1,32	1,78	1,22	-3,88	4,62

Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE.
(*) Os anos de 2020 a 2021 são dados preliminares e podem sofrer alterações quando o IBGE divulgar os dados definitivos.

A Pandemia da Covid-19 causou fortes impactos negativos nas economias brasileira e cearense em decorrência das medidas de isolamentos social para a redução de contaminações e mortes, o que resultou em períodos de fechamento das atividades econômicas não essenciais, impactando fortemente as atividades econômicas dos setores da indústria e dos serviços, como verificado na Tabela 1 abaixo. Com a redução do nível de produção nesses setores, o mercado de trabalho apresentou aumento no nível de desemprego, o que acarretou a redução da massa salarial, gerando redução do consumo das famílias. Além disso, a queda do faturamento das empresas ocasionou um forte declínio do investimento privado, assim como o investimento público federal, que também declinou como consequência do forte desequilíbrio fiscal causada pela queda das receitas, pelo aumento dos gastos com saúde e pelo aumento das transferências aos

[1] Dados referente ao PIB do ano de 2019, no qual corresponde ao último ano definitivo divulgado pelo IBGE.

Estados via auxílio emergencial. Apesar da queda de receitas e do aumento de gastos com saúde registradas nas contas públicas cearense, o governo estadual pôde manter a sua agenda de investimentos públicos, dada a manutenção e sustentabilidade da trajetória de equilíbrio fiscal.

O ano de 2021 foi marcado pela recuperação econômica, onde as atividades como comércio, alojamento, alimentação e transportes puxaram o crescimento do setor de serviços, a partir de uma maior circulação das pessoas vacinadas, beneficiando principalmente as atividades ligadas ao turismo.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento (%) (variação em volume em relação ano anterior) – Valor Adicionado (VA) e PIB – Ceará e Brasil – 2020 e 2021.

Setores/Atividades	2020		2021	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Agropecuária	10,79	3,75	-4,71	-0,20
Indústria	-5,93	-3,40	13,35	4,48
Serviços	-4,67	-4,34	5,96	4,72
Valor adicionado (VA)	-4,09	-3,74	6,67	4,33
Produto Interno Bruto (PIB)	-4,16	-3,88	6,63	4,62

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.
Obs.: Os dados são preliminares e podem sofrer alterações.

Analisando o comportamento do PIB em relação às Regiões de Planejamento (Tabela 2) de forma a dimensionar a concentração produtiva, mesmo dentro do Interior do Estado, pode-se observar que Grande Fortaleza detém a maior participação em relação ao PIB do Ceará com 63,15%, seguidos das duas outras Regiões de Planejamento que integram regiões metropolitanas cearenses, Cariri (7,97%) e Sertão de Sobral (4,39%). Verifica-se também, que na análise histórica, quando se compara o ano de 2019 em relação ao ano de 2002, as regiões que registraram maiores ganhos de participação foram Cariri, com ganho de 0,77 pontos percentuais (p.p.), Serra da Ibiapaba (0,71 p.p.) e Litoral Norte (0,65 p.p.). Em direção oposta, as regiões que apresentaram maiores perdas de participação, para a mesma base de comparação, foram: Grande Fortaleza, com perda de 1,33 p.p., Sertão de Sobral (-0,42%) e Sertão de Cratéus (-0,24 p.p.).

Tabela 2 - Participações no PIB, a preços correntes, de acordo com a Região de Planejamento – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018.

Região de Planejamento	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R$ 1.000)				Participação PIB Região / PIB Total (%)			
	2002	2010	2018	2019	2002	2010	2018	2019
Grande Fortaleza	18.516.703	51.923.686	99.991.217	103.299.759	64,48	65,45	64,14	63,15
Cariri	2.068.248	5.894.419	12.033.558	13.039.126	7,2	7,43	7,72	7,97
Sertão de Sobral	1.381.182	3.622.505	7.166.707	7.182.916	4,81	4,57	4,60	4,39
Vale do Jaguaribe	1.018.207	2.550.602	5.537.755	5.744.406	3,55	3,21	3,55	3,51
Serra da Ibiapaba	620.701	1.780.235	4.268.104	4.698.963	2,16	2,24	2,74	2,87
Litoral Oeste / Vale do Curu	804.664	2.298.862	4.209.631	4.496.677	2,8	2,9	2,70	2,75
Sertão Central	708.648	1.934.842	4.002.933	4.311.137	2,47	2,44	2,57	2,64
Litoral Norte	593.473	1.803.666	4.033.413	4.447.306	2,07	2,27	2,59	2,72
Centro Sul	775.540	2.075.409	3.899.879	4.180.447	2,7	2,62	2,50	2,56
Sertão de Crateús	654.656	1.511.740	2.933.759	3.331.109	2,28	1,91	1,88	2,04
Litoral Leste	516.095	1.393.528	2.855.275	3.382.800	1,8	1,76	1,83	2,07
Maciço de Baturité	457.269	1.136.465	2.292.456	2.308.875	1,59	1,43	1,47	1,41
Sertão de Canindé	369.881	865.371	1.533.803	1.898.941	1,29	1,09	0,98	1,16
Sertão de Inhamuns	233.574	544.970	1.145.336	1.252.866	0,81	0,69	0,73	0,77
Ceará	28.718.841	79.336.300	155.903.825	163.575.327	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Setor Agropecuário

A estimativa da produção de cereais e leguminosas do estado do Ceará em 2021 foi de 570.293 toneladas, sendo 28,1% menor do que a safra registrada em 2020, segundo informações apresentadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE (Tabela 3).

Tabela 3 - Produção de grãos (t), Ceará, 2020-2021.

Produção de Grãos	Produção (t) 2020	Produção (t) 2021	Variação (%) 2021/2020	Participação (%) 2021
Arroz	16.394	19.362	18,1%	3,4%
Feijão	124.746	110.981	-11,0%	19,5%
Milho	633.317	414.411	-34,6%	72,7%
Outros cereais e leguminosas	18.293	25.539	39,6%	4,5%
Total - Cereais e leguminosas	792.750	570.293	-28,1%	100,0%

Fonte: PAM/IBGE. Elaboração: IPECE.

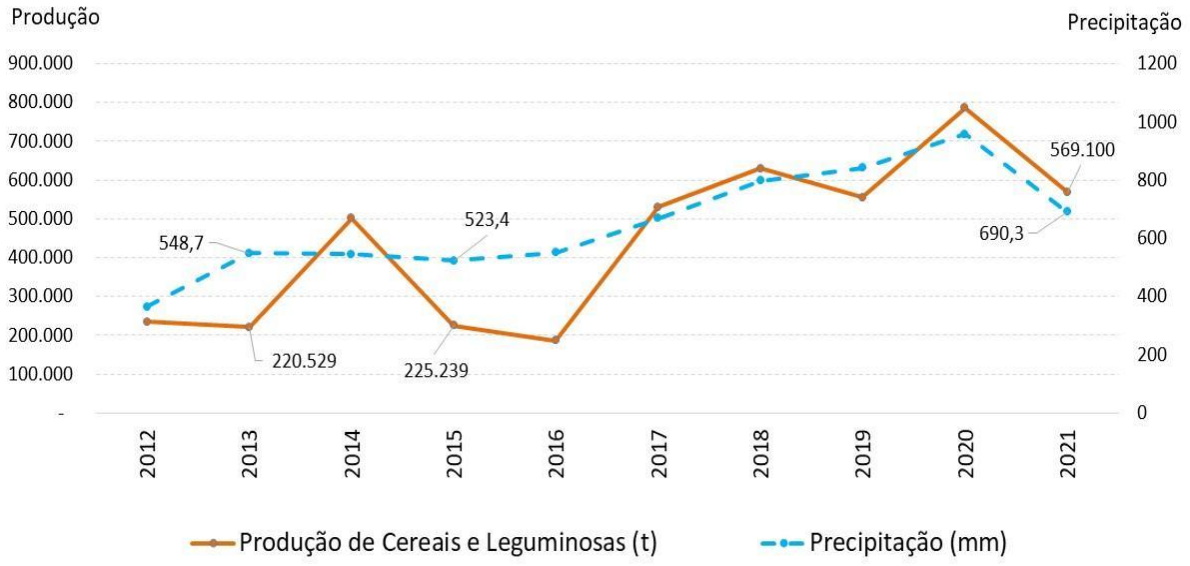
Entre as culturas produtoras de cereais e leguminosas no Ceará, o milho foi o destaque em 2021, fechando o ano com uma produção de 414.411 toneladas, respondendo por 72,7% da safra total de cereais e leguminosas do Ceará. O outro destaque da produção de grãos de 2021 foi a cultura do feijão, que obteve uma safra de 110.981 toneladas, com uma participação de 19,5% na produção total de cereais e leguminosas do Ceará. Ressalta-se que, em 2021, estas duas culturas registraram queda na produção em relação ao ano de 2020, de respectivamente, 34,6% e 11,0%, o que contribuiu significativamente para a quebra de safra de grãos ocorrida em 2021.

Essa quebra de safra da produção de grãos do estado do Ceará em 2021, é explicada em parte pela ocorrência de chuvas abaixo da média (800,6mm), pela má distribuição destas chuvas, tanto no espaço como no tempo, e pela ocorrência de veranicos nas regiões do estado do Ceará. Estes fatores contribuíram para a redução das áreas de cultivo e para a queda nos níveis de produtividade das lavouras produtoras de grãos dependentes de chuvas (Gráfico 2).

No que se refere a quadra chuvosa (fevereiro a maio), o estado do Ceará em 2021 apresentou um volume de chuvas de 532,0 mm, ou seja, 11,4% menor do que a média esperada para o período (600,7mm), conforme balanço realizada pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme).

Já quanto a precipitação pluviométrica anual de 2021, verificou-se um volume de chuvas de 690,3mm, sendo 13,8% menor que a Normal Climatológica Anual do estado do Ceará (800,6mm) (Gráfico 2).

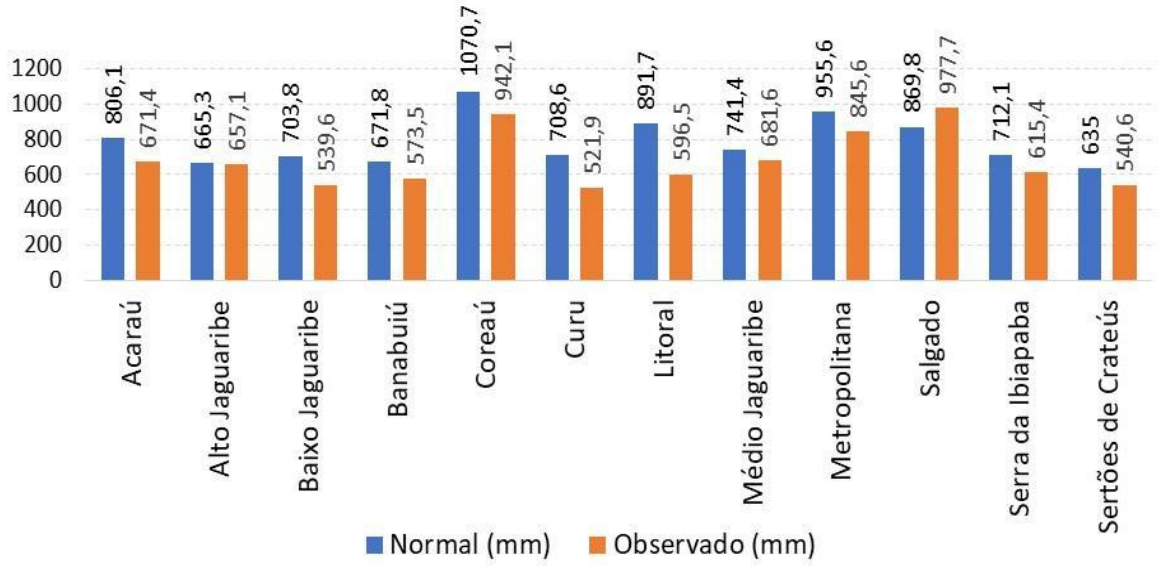
Gráfico 2 - Produção de Cereais e Leguminosas (t) x precipitação pluviométrica (mm), Ceará, 2012-2021.



Fonte: PAM, LSPA/IBGE; FUNCEME. Elaboração: IPECE.

Analisando a espacialidade das chuvas ocorridas no ano de 2021 entre as regiões hidrográficas do estado do Ceará, verificou-se que todas as regiões registraram precipitação pluviométrica abaixo de sua normal climatológica, sendo que as macrorregiões que registraram maior volume de chuvas foram: Salgado (977,7mm), Coreaú (942,1mm) e Metropolitana (845,6mm) (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Precipitação Pluviométrica por Região Hidrográfica, Ceará, 2021.



Fonte: FUNCEME, 2022. Elaboração: IPECE.

Sob a influência de uma quadra chuvosa abaixo da média estadual, o Ceará fechou o ano de 2021 com um volume armazenado de água de 3.937 hm³ em seus 155 açudes monitorados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), sendo que essa disponibilidade hídrica foi 17,0% menor do que a verificada no ano de 2020 (4.741 hm³). Em 2021, o estado do Ceará terminou o ano com 21,3% de sua capacidade total de armazenamento (18.518 hm³).

Deste modo, considerando que o volume das chuvas ocorridas em 2021 foi abaixo da média para o período, há, portanto, a necessidade de se administrar a água como um bem escasso, tendo em vista que o Ceará possui 92% de seu território inserido na região semiárida do Brasil, e que enfrenta frequentemente fenômenos climatológicos adversos, como a irregularidade da precipitação pluviométrica e a ocorrência de secas.

Quanto à produção agrícola de frutas do Ceará em 2021, esta foi fortemente afetada pelo baixo volume de chuvas ocorridas no estado do Ceará, ocasionando solos mais secos e menor disponibilidade de água nos reservatórios do Estado. Dessa forma, as últimas estimativas do ano de 2021 para a produção de frutas e hortaliças no Ceará indicam, para a maioria das culturas, redução da produção quando comparadas com o ano de 2020 (Tabela 4).

Tabela 4 - Produção (t) Obtida e Estimativa de Frutas e Hortaliças no Ceará - 2020-2021.

Produção de Frutas	Produção 2020	Estimativa 2021	Variação (%) 2020/2019
Banana (cacho)	431.017	412.103	-4,4%
Coco-da-baía*	405.019	386.112	-4,7%
Maracujá	199.725	177.291	-11,2%
Tomate	177.575	166.889	-6,0%
Mamão	152.558	140.979	-7,6%
Melão	73.838	70.665	-4,3%
Castanha de caju	85.177	62.977	-26,1%
Melancia	59.391	54.566	-8,1%
Manga	48.173	42.477	-11,8%
Goiaba	21.272	22.062	3,7%
Abacate	7.567	19.647	159,6%
Limão	22.041	19.333	-12,3%
Laranja	9.626	9.537	-0,9%
Tangerina	2.976	3.020	1,5%
Uva	763	521	-31,7%
Abacaxi*	712	378	-46,9%

Fonte: PAM/IBGE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 4, destaca as culturas produtoras de frutas e hortaliças que mais influenciam na economia cearense no ano de 2021. Entre as que obtiveram o maior nível de produção estão a Banana, Coco-da-baía, Maracujá, Tomate e Mamão.

No que se refere a produção de castanha de caju, é uma das culturas exportadoras do Ceará. Em 2021, essa registrou uma quebra de safra de 26,1%, comparada com 2020. A explicação para esse baixo desempenho consiste na redução de área colhida, devido à erradicação de cajueiros velhos, e devido ao ataque de pragas e doenças nesse ano.
Já a produção de banana (cacho), coco-da-baía, maracujá, tomate, mamão e melão também apresentaram redução, respectivamente de -4,4%, -4,7%, -11,2%, -6,0%, -7,6% e -4,3%. Entre os fatores que contribuíram para redução da produção dessas frutas estão a pouca disponibilidade hídrica que afetou a produtividade, a elevação dos preços da energia elétrica que elevou os custos de produção e a redução da área colhida.

Entre as frutas que são comercializadas no mercado internacional em 2021, destacam-se as exportações de melão, que cresceu 12,9% em termos de valor e 8,5% em termos de volume, no comparativo com 2020.

Outro destaque foram as exportações de melancia que cresceu 25,8% em termos de valor e 24,6% em termos de volume. E as exportações de banana, que cresceram 32,1% em termos de valor e 40,0% em termos de volume (Tabela 5).

Tabela 5 - Exportações de frutas, Valor (US$) e Peso (kg), Ceará - 2020-2021.

Frutas	2020		2021	
	Valor (US$)	Peso (Kg)	Valor (US$)	Peso (Kg)
Melões	50.493.216	71.193.976	57.025.101	77.235.337
Melancias	8.301.618	16.829.385	10.446.459	20.970.518
Bananas	5.995.875	14.017.431	7.920.560	19.628.104
Nozes e Castanhas	84.317.216	14.440.941	90.241.187	13.906.492
Mangas	1.828.114	3.323.445	1.458.490	3.081.171
Maçãs	12.519	5.553	355.788	448.029
Mamões (Papaia)	1.304.452	1.405.469	406.994	433.480
Limões e Limas	73.414	93.155	179.263	181.969
Cocos	73.031	69.745	99.013	47.389
Outras Frutas	5.989.157	1.769.377	9.958.586	140.013.409
Exportações de Frutas	158.388.612	123.148.477	178.091.441	138.773.793

Fonte: AGROSTAT/MAPA. Elaboração: IPECE.

A produção de hortaliças também registrou crescimento em 2021 comparada com 2020, com taxa de 11,7%, passando de 308.750 toneladas em 2020 para 344.895 toneladas em 2021.

Sendo que em 2021, a produção de tomate foi o destaque deste grupo, tendo registrado uma produção de 166.889 toneladas em 2021. No comparativo entre 2021 e 2020, a produção de tomate reduziu em 6,0% a sua produção. Vale ressaltar que a produção de tomate respondeu em 2021, por 48,3% da produção total de hortaliças.

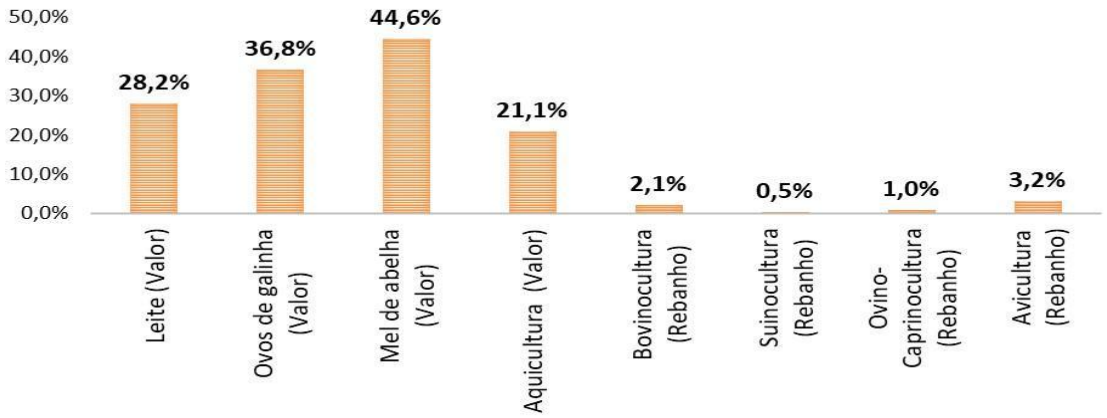
As atividades da pecuária demonstraram bons desempenhos em 2021, com taxas positivas de crescimento no comparativo com o ano de 2020 (Gráfico 4). Conforme dados da Pesquisa da Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o valor da produção de leite apresentou crescimento de 28,2%, comparado com 2020, indicando que a pecuária leiteira do Ceará vem ano a ano buscando um maior nível de profissionalização.

Ressalta-se que a produção de leite foi afetada pelo preço do dólar que elevou os preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, tendo em vista que estes são produtos importados. Além deste fato, os produtores de leite também sofreram com aumento dos preços da energia elétrica em 2021, o que acarretou aumentos dos custos de produção.

No que se refere ao valor da produção de ovos de galinha em 2021, o Ceará apresentou crescimento de 36,8%, no comparativo com 2020. O valor da produção de mel cresceu 44,6%. E o valor da produção da aquicultura cresceu 21,1%.

Essa tendência de crescimentos também foi observada no efetivo de rebanhos com o rebanho bovino que cresceu 2,1%, de 2020 para 2021, o rebanho de suínos cresceu 0,5%, o rebanho de ovinos e caprinos cresceu 1,0%, e o rebanho de Galináceos cresceu 3,2% (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Taxa de crescimento das Atividades da Pecuária - 2021/2020 (%) - Ceará.



Fonte: PPM/IBGE. Elaboração: IPECE.

Neste contexto, observa-se que o setor pecuário apresentou um bom desempenho em suas estruturas produtivas mesmo diante dos efeitos da pandemia causada pela doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19), nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Ressalta-se que em 2021, as atividades econômicas de produção de lavouras do setor agrícola, em sua maioria, apresentaram taxas negativas de crescimento, dada as adversidades causadas pela ocorrência de chuvas irregulares tanto no tempo como no espaço.

Na análise do Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário do Ceará para o ano de 2019, verificou-se que este setor obteve um crescimento real (sem efeitos dos preços), de 9,79%, comparado com o ano de 2018. O desempenho positivo do setor foi influenciado pelas três grandes atividades (Agricultura, Pecuária e Produção florestal, pesca e aquicultura).

A agricultura, que cresceu 11,55%, com destaque para a produção das lavouras permanentes, influenciado pela produção de banana, mamão e coco-da-baía. Pela pecuária, que cresceu 8,34%, com ênfase para a produção de leite e aves, e pela atividade produção florestal, pesca e aquicultura, que cresceu 2,26%, puxada pela produção de camarão.

Em 2019 o setor agropecuário do Ceará registrou uma taxa de crescimento positiva, contabilizando três anos consecutivos de crescimento, demonstrando uma trajetória de recuperação após um período de crise hídrica enfrentada nos anos de 2012 a 2016. As chuvas ocorridas no Ceará nos três últimos anos, de 2017 a 2019, contribuíram para esse bom resultado. Ressalta-se que o uso da tecnologia empregada nas áreas de produção leiteira, aves e ovos, contribuíram para ampliar o ganho de produtividade.

Tabela 6 - Regiões de Planejamento com maiores participações no setor Agropecuário – Ceará – 2002, 2010, 2018 e 2019.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, a preços correntes (R$ 1.000)				Participação Agropecuária Região/Agropecuária Total Ceará			
	2002	2010	2018	2019	2002	2010	2018	2019
Serra da Ibiapaba	156.519	351.872	853.114	1.044.920	8,30	10,07	12,03	14,20
Cariri	229.448	390.710	1.004.721	962.169	2,17	11,18	14,17	13,07
Vale do Jaguaribe	226.031	456.674	832.717	852.205	11,99	13,06	11,74	11,58
Grande Fortaleza	210.166	453.133	815.830	837.685	11,15	12,96	11,50	11,38
Litoral Leste	78.325	249.129	507.085	597.038	4,15	7,13	7,15	8,11
Sertão Central	163.322	204.248	382.861	436.132	8,66	5,84	5,40	5,93
Centro Sul	138.022	207.873	442.952	433.219	7,32	5,95	6,25	5,89
Sertão dos Crateús	134.611	161.577	336.519	425.329	7,14	4,62	4,74	5,78
Litoral Norte	89.233	184.114	399.669	385.395	4,73	5,27	5,64	5,24
Sertão de Sobral	88.990	158.064	368.960	378.782	4,72	4,52	5,20	5,15
Litoral Oeste / Vale do Curu	123.795	228.926	391.173	364.635	6,57	6,55	5,52	4,95
Maciço de Baturité	105.170	265.103	496.306	348.105	5,58	7,58	7,00	4,73
Sertão de Canindé	79.033	123.572	131.506	155.077	4,19	3,53	1,85	2,11
Sertão dos Inhamuns	62.417	60.918	128.883	139.397	3,31	1,74	1,82	1,89
Total Geral	1.885.081	3.495.911	7.092.296	7.360.088	100	100	100	100

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

Na análise do Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário por Regiões de Planejamento do Ceará, constatou-se que em 2019 a Região da Serra da Ibiapaba foi a que obteve a maior participação do setor agropecuário dentro do Ceará, concentrando 14,20% do Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário no Estado.

A Região do Cariri obteve uma participação de 13,07% no Valor Adicionado Bruto (VBP) da agropecuária do Ceará em 2019. Seguida pela região do Vale do Jaguaribe com uma participação de 11,58%, a qual se destaca por ser uma região onde estão situadas diversas áreas irrigadas destinadas à produção de frutas e hortaliças, além de ser também a principal bacia leiteira do Ceará (Tabela 6).

A região Grande Fortaleza apresentou-se como a quarta maior no setor agropecuário, com 11,38% de participação. Nela estão situados os municípios de Caucaia, Pacatuba, Maranguape, que se apresentam como núcleos de produção agropecuária, com o cultivo de hortaliças, frutas, e a criação de galináceos, suínos, ovinos e caprinos.

Entre as regiões com menores participações do VAB do setor agropecuário, em 2019, estão a região do Sertão de Canindé (2,11%) e Sertão dos Inhamuns (1,89%). Nessas regiões, a média observada do volume de chuva é a menor do Ceará, sendo as regiões que apresentam maior dificuldade para desenvolver atividades agrícolas.

O setor agropecuário ganhou participação em cinco regiões de planejamento, foram elas: Serra da Ibiapaba (2,17p.p.), Litoral Leste (0,96 p.p.), Sertão Central (0,53 p.p.), Sertão dos Crateús (1,03 p.p.), Sertão de Canindé (0,25 p.p.) e Sertão dos Inhamuns (0,08 p.p.). Por outro lado, as regiões que mais perderam participação foram: Maciço de Baturité (-2,27 p.p.), Cariri (-1,09 p.p.) e Litoral Oeste/Vale do Curu (-0,56 p.p.).

O Setor Industrial

A atividade industrial exerce um papel especial na trajetória de desenvolvimento de uma economia. Na agregação de valor à produção, nos ganhos de produtividade e nos encadeamentos e transbordamentos setoriais, a indústria materializa sua contribuição ao crescimento econômico. No estado do Ceará tal contribuição está também presente.

Neste contexto, a presente seção faz uma análise da atividade industrial cearense nos últimos anos. Para tanto, considera a indústria geral e seus segmentos e aborda os anos de 2018 a 2021, com ênfase nos dois últimos. Vale relembrar que o setor industrial é composto pelas atividades de extrativa mineral, de transformação, construção civil e eletricidade, gás e água.

Como nas edições anteriores, a análise se dá a partir do crescimento real do Valor Adicionado Bruto (VAB), o que torna possível avaliar o desempenho produtivo no período considerado.

No ano inicial da série, em 2018, a Indústria geral cearense registrou uma retração anual de -2,0%, alongando a repercussão do período de crise da economia nacional iniciado ainda em 2015. No ano, a principal explicação ficou por conta da atividade de Eletricidade, gás e água, com uma retração de -4,9%, associada à redução na geração de energia.

No ano seguinte, em 2019, após consecutivos resultados negativos, a indústria cearense voltou a registrar crescimento. Na comparação com 2018, a Indústria geral apresentou uma alta real de 1,7% em seu VAB. A exceção da Construção (-1,2%), as demais atividades industriais mostraram expansão no valor adicionado na comparação com 2018. Dentre estas, destaques para o segmento Eletricidade, gás e água, com expansão de 7,2%, contrapondo o recuou no ano anterior.

Em 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19, o desempenho da economia mostrou-se descolado dos fundamentos econômicos característicos dos anos anteriores. A dinâmica da economia nacional e dos estados foi decisivamente influenciada pela evolução da doença e de suas consequências humanas, sociais e econômicas. Neste particular, destaque para as medidas de proteção à saúde pública e pela rede de apoio econômico e social estabelecida para amenizar os efeitos da crise sanitária.

Ao final do período, na comparação com ao ano de 2019, a indústria cearense registrou uma forte redução de -7,4%, refletindo retrações igualmente intensas para os segmentos da Indústria de transformação (-7,7%) e da eletricidade, gás e água (-9,4%). A atividade da Construção civil, apesar de também experimentar retração no VAB, registrou uma taxa menor (-2,9%), refletindo o resultado de uma conjuntura peculiar que combinou juros

baixos, elevação de poupança e de transferências governamentais, além do próprio processo de reabertura das atividades econômicas no estado, após o fechamento decorrente do combate à contaminação pelo novo Coronavírus.

Em 2021 permaneceram presentes os estímulos para a expansão da Construção, a despeito da continuidade da pandemia e do surgimento de outras restrições não presentes anteriormente (como inflação elevada, alta dos juros, crise energética e instabilidades no cenário político). No ano, em comparação com 2020, a atividade cresceu 15,1%. Importante ressaltar que o desempenho nos anos anteriores, marcados por retrações seguidas, também contribuiu para este avanço, seja materializando uma base de comparação muito deprimida, seja reduzindo por demais a oferta de produtos a ponto de estimular uma recomposição.

Diante da retração em 2020, as outras principais atividades industriais seguiram a dinâmica da Construção. A Indústria de Transformação cresceu 6,6%, também favorecida pelo processo de reabertura, e o segmento de Eletricidade, gás e água apresentou alta de 29,3% em seu VAB, favorecido pelo processo de retomada da economia e pela crise na geração de energia hidrelétrica, o que aumentou a demanda para a geração térmica, que se destaca no Ceará. Em linhas gerais, a intensificação dos investimentos estaduais em 2021 e a manutenção, pelo governo, de uma rede local de apoio ao setor produtivo e às camadas mais carentes da sociedade, ajudam a explicar esta dinâmica de crescimento mesmo em um período ainda caracterizado pela pandemia.

Os números até aqui comentados podem ser visualizados na tabela 7, a seguir. Nela também é possível observar o desempenho para o Brasil, possibilitando uma avaliação comparativa.

Tabela 7 - Taxa de Crescimento Anual do Valor Adicionado Bruto da Indústria Geral e das Atividades Industriais – Ceará e Brasil – 2018 a 2021.

Indústria Geral e Atividades Industriais	Crescimento Anual			
	2018	2019	2020	2021
Ceará				
Indústria Geral	-2,0	1,7	-7,4	13,4
Indústria Extrativa	3,2	10,1	-33,4	-21,1
Indústria da Transformação	-0,9	0,7	-7,7	6,6
Construção Civil	-1,8	-1,2	-2,9	15,1
Eletricidades e Gás, Água e Esgoto	-4,9	7,2	-9,4	29,3
Brasil				
Indústria Geral	0,7	-0,7	-3,4	4,5
Indústria Extrativa	0,4	-9,1	1,3	3,0
Indústria da Transformação	1,4	-0,4	-4,4	4,5
Construção Civil	-3,0	1,9	-6,3	9,7
Eletricidades e Gás, Água e Esgoto	3,7	2,6	-0,3	-0,1

Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE. Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano anterior; (2) Anos de 2020 e 2021 com resultados preliminares e passíveis de ajustes.

Por fim, é válido observar a evolução da atividade industrial sob a ótica das regiões cearenses. Inicialmente, é necessário ressaltar algumas limitações associadas aos dados utilizados, a saber: (a) a análise se dá a partir dos dados de VAB, derivados do PIB dos

municípios e cuja disponibilidade alcança ano de 2019; (b) a análise considera valores correntes e participações estruturais, não se abordando as taxas de crescimento.

A tabela 8 a seguir, apresenta o VAB industrial para as Regiões de planejamento do Estado e a participação de cada uma destas no VAB industrial total do Ceará para os anos de 2010, 2018 e 2019. Nela é possível avaliar a evolução do valor adicionado a preços correntes e, principalmente, a importância relativa de cada região para indústria cearense como tal relevância tem evoluído ao longo dos anos.

Tabela 8 - Valor Adicionado Bruto da Indústria e Participação na Indústria Cearense – Regiões de Planejamento do Estado – 2010, 2018 e 2019.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Indústria, a preços correntes (R$ 1.000.000)			Participação Indústria Região/Indústria Total Ceará		
	2010	2018	2019	2010	2018	2019
Grande Fortaleza	11.399	18.407	18.024	75,10	74,23	73,85
Sertão de Sobral	888	1.291	1.150	5,85	5,21	4,71
Cariri	766	980	964	5,05	3,95	3,95
Litoral Oeste / Vale do Curu	440	724	823	2,90	2,92	3,37
Vale do Jaguaribe	362	760	670	2,38	3,07	2,75
Litoral Leste	237	492	585	1,56	1,98	2,40
Litoral Norte	274	624	566	1,81	2,52	2,32
Sertão Central	266	490	500	1,75	1,97	2,05
Serra da Ibiapaba	110	403	411	0,72	1,62	1,68
Centro Sul	182	213	233	1,20	0,86	0,95
Sertão dos Crateús	112	194	212	0,74	0,78	0,87
Sertão de Canindé	42	72	111	0,28	0,29	0,45
Maciço de Baturité	72	97	104	0,48	0,39	0,43
Sertão dos Inhamuns	26	48	56	0,17	0,20	0,23
Ceará	15.178	24.796	24.408	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração própria.

Considerando as regiões de planejamento que concentraram a maior parcela da produção industrial no Estado, a Grande Fortaleza, que se confunde com a RMF, se manteve como a principal região industrial do estado. Em 2019, a região concentrou 73,85% do valor adicionado total da indústria cearense. Na sequência, mantiveram-se as regiões do Sertão de Sobral e do Cariri com participações, respectivas, de 4,71% e 3,95%.

Na comparação com 2018, as regiões da Grande Fortaleza e do Sertão de Sobral registraram as maiores reduções de participação na indústria total do estado. Na capital e seu entorno, a redução foi de -0,39 p.p. ao passo que no sertão sobralense a perda foi ainda maior, de -0,50 p.p. Na Grande Fortaleza, o destaque da atividade industrial são as produções de alimentos, bebidas, têxtil, vestuário, metalurgia e minerais. No Sertão de Sobral, a indústria de transformação também se sobressai com as atividades de Couro e calçados e Têxtil e Vestuário.

Na direção oposta, com ganhos de participação na indústria cearense, se destacaram as regiões do Litoral Oeste/Vale do Curu e do Litoral Leste com as maiores elevações. Na

porção oeste do litoral, o ganho de participação foi de 0,46 p.p., elevando o percentual para 3,37% e posicionando a região na quarta posição, assumindo o posto da região Vale do Jaguaribe. Na porção leste do litoral, o ganho foi de 0,41 p.p. Neste caso, a participação chegou a 2,40%, com a região assumindo a sexta colocação entre as quatorze regiões de planejamento. No Litoral Oeste/Vale do Curu, a atividade de Couro e calçados é a principal na indústria, ao passo que a geração de energia se sobressai no Litoral Leste.

A análise realizada sintetizou o desempenho da indústria cearense nos anos recentes. Em destaque, tem-se os efeitos da pandemia que alteraram fortemente a dinâmica da economia e da indústria cearense, em particular. De fato, o crescimento em 2019, potencial sinalizador de uma retomada mais firme da atividade, foi suplantado pelo evento excepcional em que se configurou a crise sanitária da Covid-19. Por outro lado, a retomada em 2021 se mostrou vigorosa, mesmo que preliminarmente, e ajudou a suavizar as perdas acentuadas do ano anterior. Já a análise regional, embora não alcançando esse período mais recente, mostrou como os resultados em 2018 e 2019 se dissiparam sobre as regiões estaduais, explicitando um desempenho menos concentrador na capital e mais favorável às regiões litorâneas do estado.

O Setor de Serviços

A Tabela 9 apresenta a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado do Ceará de 2016 a 2019. De forma mais específica, o setor de Serviços é o que apresenta a maior participação na composição do PIB conforme dados das contas regionais do IBGE.

Em 2019, o setor de serviços participa com 77,80% do VAB cearense em 2019, último dado disponível, seguido pelas participações da Indústria (17,05%) e da Agropecuária (5,14%). Em 2016, essas participações eram de 76,11%, 19,20% e 4,70%, respectivamente.

Dentre as atividades que compõem o setor de serviços em 2019, a Administração pública (23,98%) é a que detém a maior participação no VAB estadual, seguida pela atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,48%) e pelas Atividades Imobiliárias (10,06%) para listar as três mais importantes, todas acima da participação da Indústria de transformação (8,67%). Em 2016, Administração pública era também o setor com maior participação no VAB estadual, mas levemente inferior, com 23,34%, seguida novamente pelo Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,65%) e Atividades Imobiliárias (10,59%).

Para 2019, destaca-se também as atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, com participação de 8,11%; em 2016, sua participação era de 7,59%.

Finalmente, os setores com menor participação que compõem os serviços em 2019 são: Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,21%); Educação e saúde privadas (4,06%); Alojamento e alimentação (3,70%); Outras atividades de serviços (3,43%); Transporte, armazenagem e correio (3,25%); Informação e comunicação (2,53%);

Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços (2,28%) e Serviços domésticos (1,15%).

Tabela 9 - Evolução das participações no VAB cearense – 2016 a 2019 (%)

Atividades	2016	2017	2018	2019
Agropecuária	**4,70**	**5,75**	**5,17**	**5,14**
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita	2,52	3,65	3,21	3,15
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,62	1,56	1,50	1,52
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,55	0,55	0,46	0,47
Indústria	**19,20**	**17,07**	**18,09**	**17,05**
Indústrias extrativa	0,16	0,28	0,31	0,30
Indústrias de Transformação	8,20	8,47	9,27	8,67
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,83	3,85	3,67	3,85
Construção	7,00	4,48	4,83	4,23
Serviços	**76,11**	**77,18**	**76,74**	**77,80**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,65	15,89	14,54	14,48
Transporte, armazenagem e correio	3,03	3,16	3,26	3,25
Alojamento e alimentação	2,99	3,19	3,34	3,70
Informação e comunicação	2,04	2,11	2,18	2,53
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,86	4,44	3,91	4,21
Atividades Imobiliárias	10,59	10,37	10,49	10,06
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,59	7,36	8,01	8,11
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	23,34	23,68	23,67	23,98
Educação e saúde privadas	3,71	3,77	4,05	4,06
Outras atividades de serviços	3,30	3,20	3,30	3,43
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	2,06	2,01	2,15	2,28
Serviços domésticos	1,25	1,19	1,15	1,15

Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 10 apresenta a evolução das participações das regiões de planejamento no Valor Adicionado Bruto (VAB) da atividade dos serviços – exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – para os anos de 2002, 2010, 2018 e 2019.

A Região da Grande Fortaleza, que equivale a Região Metropolitana de Fortaleza, concentrou 69,29% do VAB dos serviços cearenses em 2019, seguida pela região do Cariri (7,93%), Sertão de Sobral (3,95%) e Vale do Jaguaribe (2,91%) e Centro Sul (2,22%). A participação conjunta dessas cinco regiões caiu de 88,94%, em 2002, para 86,31%, em 2019, explicada principalmente pela perda de participação da região da Grande Fortaleza de 5,81 p.p.

Na comparação entre os anos de 2002 e 2019, treze das catorze regiões ganharam participação no VAB dos serviços cearenses. Os três maiores ganhos de participação foram observados nas regiões do Cariri (+1,65 p.p.); Litoral Norte (+0,76 p.p.) e Serra da Ibiapaba (+0,63 p.p.). Por outro lado, a maior perda ocorreu na região da Grande Fortaleza (-5,48 p.p.).

Tabela 10 - Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade dos serviços (exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) – Ceará – 2002, 2010, 2018 e 2019

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto dos Serviços, a preços correntes (R$ 1.000)				Participação Serviços Região/Serviços Total Ceará			
	2002	2010	2018	2019	2002	2010	2018	2019
Grande Fortaleza	8.669.386	24.805.145	51.645.526	53.380.233	74,77	72,80	70,97	69,29
Cariri	728.340	2.428.091	5.478.280	6.109.621	6,28	7,13	7,53	7,93
Sertão de Sobral	396.694	1.243.605	2.992.620	3.044.269	3,42	3,65	4,11	3,95
Vale do Jaguaribe	270.060	785.251	2.041.462	2.243.276	2,33	2,30	2,81	2,91
Centro Sul	247.607	786.775	1.555.320	1.711.683	2,14	2,31	2,14	2,22
Litoral Norte	160.902	504.017	1.336.431	1.651.451	1,39	1,48	1,84	2,14
Sertão Central	183.599	616.331	1.457.263	1.585.741	1,58	1,81	2,00	2,06
Serra da Ibiapaba	163.826	557.439	1.426.848	1.572.956	1,41	1,64	1,96	2,04
Litoral Oeste / Vale do Curu	196.819	715.228	1.321.899	1.436.045	1,70	2,10	1,82	1,86
Sertão dos Crateús	169.922	484.926	1.012.056	1.188.692	1,47	1,42	1,39	1,54
Litoral Leste	147.666	421.349	907.053	1.129.482	1,27	1,24	1,25	1,47
Maciço de Baturité	106.672	284.974	667.430	777.010	0,92	0,84	0,92	1,01
Sertão de Canindé	96.623	268.242	517.033	740.286	0,83	0,79	0,71	0,96
Sertão dos Inhamuns	56.011	172.895	410.861	467.631	0,48	0,51	0,56	0,61
Ceará	11.594.125	34.074.269	72.770.082	77.038.375	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE. Nota: Ordenado pelo ano mais recente.

Na Tabela 11 é apresentada a distribuição da participação dos municípios no total do VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense para os anos de 2002, 2010, 2018 e 2019.

Nota-se que é grande a participação da região da Grande Fortaleza no total do VAB da administração pública. Em 2002, a região concentrava 44,21%. Na sequência, ainda em 2002, têm-se as regiões do Cariri (11,06%), Sertão de Sobral (5,49%), Vale do Jaguaribe (4,65%) e Centro Sul (4,55%), que somadas representaram 69,95% do VAB da administração pública.

Em 2019, a região da Grande Fortaleza manteve-se na liderança com participação de 44,57% do VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense, seguido pelas regiões do Cariri (11,33%), Sertão de Sobral (5,63%), Litoral Norte (4,47%) e Litoral Oeste/Vale do Curu (4,44%) que, somadas, respondiam por 70,44% do VAB.

Tabela 11 - Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – Ceará – 2002, 2010, 2018 e 2019

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Administração pública, a preços correntes (R$ 1.000)				Participação Administração pública Região/Administração pública Total Ceará			
	2002	2010	2018	2019	2002	2010	2018	2019
Grande Fortaleza	2.603.988	7.264.201	14.500.650	15.296.326	44,21	44,21	44,69	44,57
Litoral Oeste / Vale do Curu	240.860	707.961	1.447.169	1.525.527	4,09	4,31	4,46	4,44
Sertão de Sobral	323.333	926.915	1.823.739	1.930.872	5,49	5,64	5,62	5,63
Litoral Norte	249.916	736.046	1.433.593	1.533.962	4,24	4,48	4,42	4,47
Serra da Ibiapaba	220.113	633.653	1.262.489	1.336.358	3,74	3,86	3,89	3,89
Cariri	651.697	1.822.420	3.629.284	3.890.104	11,06	11,09	11,19	11,33
Litoral Leste	136.117	378.475	749.280	791.949	2,31	2,30	2,31	2,31
Maciço de Baturité	171.107	473.187	943.539	962.972	2,90	2,88	2,91	2,81
Sertão dos Inhamuns	94.253	253.546	488.369	509.651	1,60	1,54	1,51	1,48
Sertão de Canindé	140.998	390.456	742.307	783.472	2,39	2,38	2,29	2,28
Sertão Central	264.722	716.459	1.390.153	1.498.187	4,49	4,36	4,28	4,37
Centro Sul	267.732	720.817	1.387.828	1.454.776	4,55	4,39	4,28	4,24
Vale do Jaguaribe	273.842	735.407	1.404.845	1.488.410	4,65	4,48	4,33	4,34
Sertão dos Crateús	251.746	670.760	1.242.563	1.319.480	4,27	4,08	3,83	3,84
Ceará	5.890.425	16.430.304	32.445.811	34.322.047	100	100	100	100

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.
Nota: Ordenado pelo ano mais recente.

Na comparação dos anos de 2002 e 2019, seis das catorze regiões aumentaram sua participação no total do VAB da atividade da administração pública estadual, sendo elas: Grande Fortaleza (+0,36 p.p.); Litoral Oeste/Vale do Curu (+0,36 p.p.) Sertão de Sobral (+0,14 p.p.); Litoral Norte (+0,23 p.p.), Serra de Ibiapaba (+0,16 p.p.) e Cariri (0,27 p.p.). Por outro lado, outras seis regiões tiveram redução de participação, com destaque para Sertão dos Crateús (-0,43 p.p.), Vale do Jaguaribe (-0,31 p.p.) e Centro Sul (-0,31 p.p.).

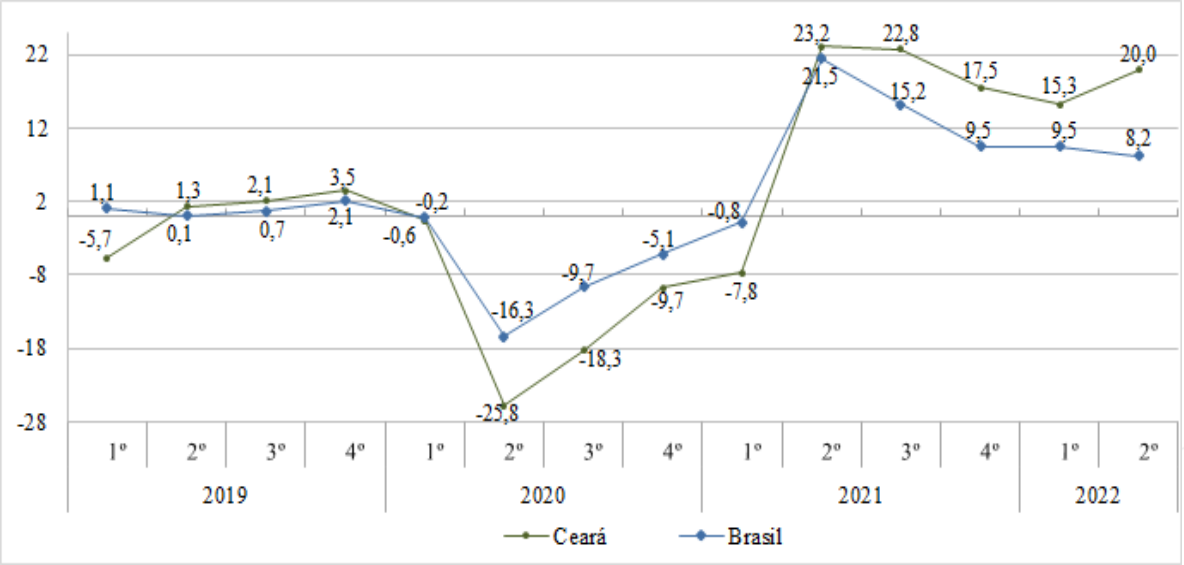
Pesquisa Mensal dos Serviços

Dados da Pesquisa Mensal dos Serviços empresariais não-financeiros do Ceará mostram que o segmento dos serviços voltou a crescer novamente registrando uma taxa de 20% no segundo trimestre de 2022 representando a quinta alta consecutiva do setor tendo como base de comparação o mesmo trimestre do ano anterior.

Os dados do Gráfico 5 revelam que a atividade reverteu um processo de desaceleração que vinha ocorrendo desde o segundo trimestre de 2021 quando havia sinais de que o segmento apresentava sinais de arrefecimento.

Como pode ser visto, após o pico de 23,2% ocorrido no segundo trimestre de 2021 nos trimestres subsequentes, o segmento seguiu em desaceleração; no primeiro trimestre do presente ano o segmento atingiu 15,3%, mas o setor indicou reversão da tendência ao crescer acima do trimestre anterior.

Gráfico 5 - Variação Trimestral (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – Brasil/Ceará.



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por outro lado, os serviços nacionais, não obstante tenha apresentado um forte desempenho positivo de 8,2% segue com sinais de desaceleração. Desde o vale atingindo de -16,3% no auge da pandemia no segundo trimestre de 2020 o segmento seguiu em processo de recuperação até atingir o pico no segundo trimestre de 2021.

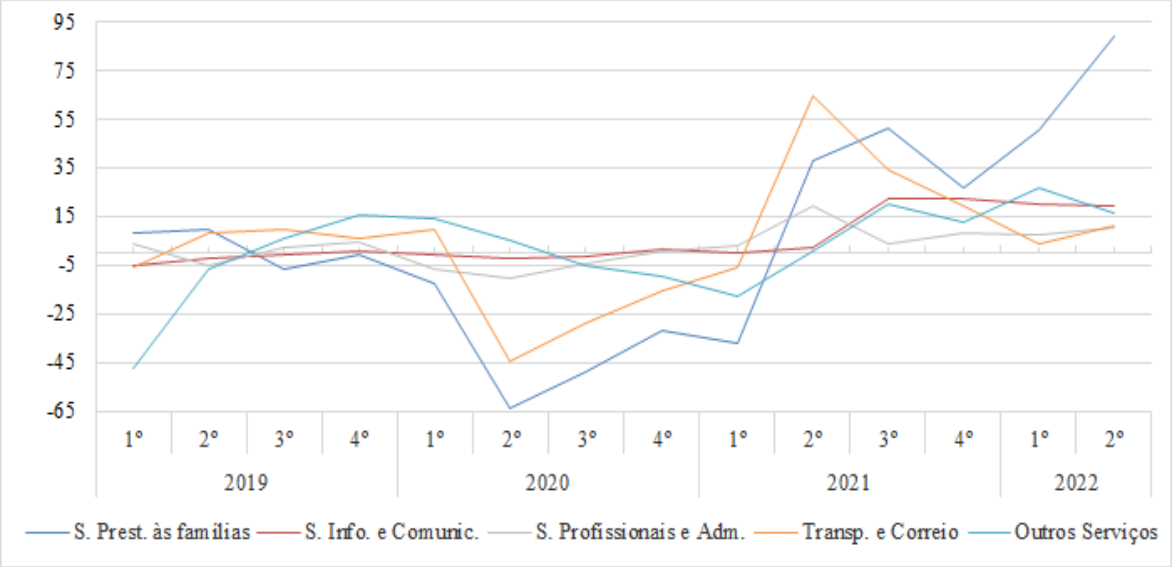
Em um comparativo regional e nacional, pode-se observar que a queda do setor cearense foi mais intensa que atividade do país ao longo do período pandêmico, mas também seu processo de recuperação seguiu com taxas mais elevadas. Embora ambos estivessem seguindo em crescimento havia sinais de desaceleração, mas como já dito, o segmento cearense reverteu a tendência.

Por sua vez, deve-se observar que o bom desempenho do setor pode ser ainda reflexo da recuperação referente ao período pandêmico, caracterizado por uma forte retração. Nesses termos, o melhor desempenho dos serviços empresariais não-financeiros do Ceará nos últimos seis trimestres pode estar relacionado com uma base de comparação ainda baixa.

Por sua vez, o Gráfico 6 apresenta a evolução trimestral dos cinco segmentos que compõem o setor de serviços empresariais não-financeiros da PMS do Ceará. Pode-se observar que a partir do segundo trimestre de 2020 ocorre um descolamento por parte do segmento dos serviços prestados às famílias e do segmento de transportes, serviços

auxiliares aos transportes e correio. Nesse caso, ambos os segmentos foram os que absorveram a maior parte da queda do setor.

Gráfico 6 - Variação Trimestral (%) dos Segmentos da Pesquisa Mensal dos Serviços – Ceará



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Os serviços prestados às famílias cearenses também foram destaque ao longo de 2021 juntamente com o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. No caso do primeiro, o segmento chegou a crescer 50,8% no terceiro trimestre de 2021, enquanto o segundo cresceu 64,4% no segundo trimestre de 2021.

Nesse segundo trimestre de 2022, os serviços prestados às famílias foram novamente destaque ao registrar crescimento de quase 90%. O segmento é composto por atividades do setor de alojamento e alimentação (que inclui hotéis, restaurantes, serviços de ambulante, serviços de *catering* e bufê), atividades culturais e de recreação e lazer (artes cênicas e espetáculos) e atividades desportivas (parques de diversão e temáticos, discotecas, danceterias, salões de danças, atividades de condicionamento físico e produção e promoção de eventos esportivos). Essas atividades foram diretamente impactadas por restrições de funcionamento e medidas de isolamento social ao longo da pandemia dando sinais que ainda estão em processo de recuperação.

É importante destacar que o bom desempenho de 20% dos serviços cearenses neste segundo trimestre foi também acompanhado por todos os setores, mesmo os outros serviços, que com alta volatilidade ao longo da série, mas que apresentou crescimento de 16%.

Já o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que havia sido destaque ao longo de 2021, cresceu 11%. Desde a forte alta registrada no segundo trimestre de 2021, o segmento dava sinais de arrefecimento. É um setor que liga diversas cadeias produtivas devendo seu desempenho ser observado por estar associado aos possíveis impactos nos demais.

O segmento de informação e comunicação tem operado desde a pandemia relativamente estável. Por ser um segmento que envolve atividades de telecomunicações, serviços de tecnologia da informação e serviços audiovisuais sua demanda não foi reduzida no bojo da crise sanitária. Na verdade, com o desenvolvimento e ampliação do trabalho remoto ao longo desse período o setor pode até ter ampliado sua capilaridade, muito embora seu maior crescimento se deu somente a partir do terceiro trimestre de 2021. Desde então, o setor tem crescido com taxas bem elevadas, encerrando o segundo trimestre de 2022 com crescimento de 19%.

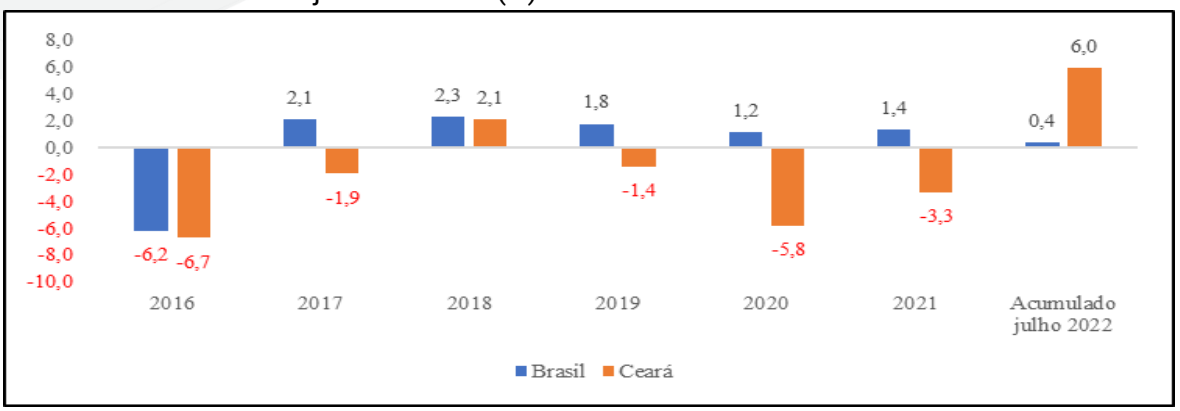
Finalmente, os serviços profissionais administrativos e complementares apesar da queda de quase 11% no segundo trimestre de 2020 rodou nos trimestres subsequentes com quedas não tão intensas assim como não apresentou taxas elevadas na retomada. Em outras palavras, é um segmento que vem mantendo uma certa regularidade nos últimos trimestres. Mas cabe destacar que além do crescimento de quase 20% no bojo da retomada da atividade no segundo trimestre de 2021, o setor voltou a crescer 10,6% neste segundo trimestre de 2022.

Pesquisa Mensal do Comércio

A partir dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observar que o varejo comum nacional registrou queda em 2016 de 6,2% e o Ceará queda de 6,7% como resultado da crise política e macroeconômica. Em 2017, o país registrou alta de 2,1%, ou seja, uma leve recuperação, comparado ao ano anterior, mas o Ceará registrou nova queda, reforçando ainda mais os problemas nesta atividade. Por sua vez, em 2018, tanto o varejo comum nacional quanto o Ceará apresentaram altas de 2,3% e 2,1%, respectivamente. No ano de 2019, o varejo cearense voltou a registrar queda de 1,4%, diferente do registrado com o varejo comum nacional.

Já em 2020, o varejo comum estadual sentiu bastante os efeitos da crise da pandemia da Covid-19, especialmente por conta das medidas adotadas de restrição sobre esta atividade econômica e também por conta das medidas de isolamento social, fazendo as pessoas ficarem a maior parte do seu tempo em casa e também em home office. Em 2021, o varejo comum cearense ainda se ressentia dos efeitos da pandemia e finalizou o ano com nova queda de 3,3%. Nota-se, assim, que entre os anos de 2016 e 2021, o varejo comum cearense apresentou apenas uma alta no ano de 2018, ou seja, cinco quedas num período de seis anos. No entanto, o ano de 2022 apresenta uma forte recuperação, com alta acumulada até julho de 6,0% (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Evolução da taxa de variação das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – 2016 ao acumulado até julho de 2022 (%).

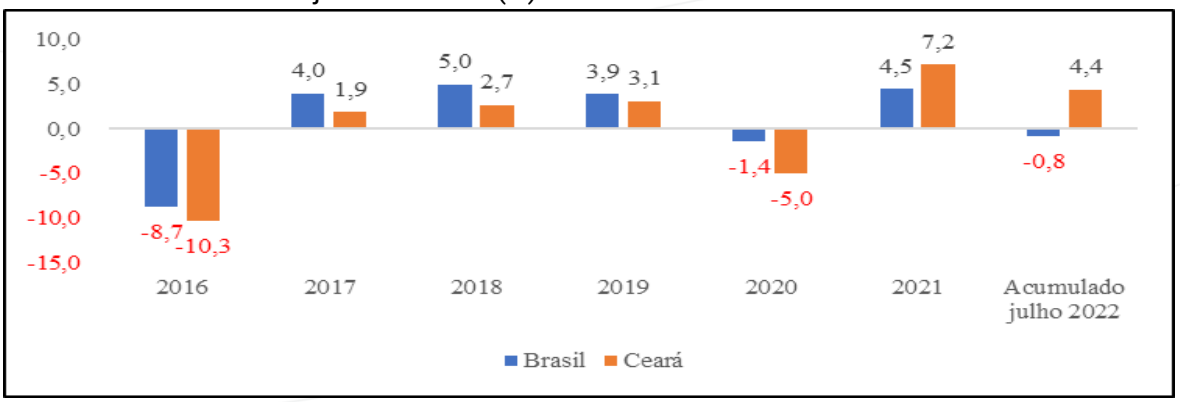


Fonte: PMC/IBGE.

Pela análise do Gráfico 8 é possível observar que o varejo ampliado nacional registrou queda em 2016 de 8,7% e o cearense uma queda bem mais expressiva de 10,3% como resultado da crise política e macroeconômica. Em 2017, o país registrou alta de 4,0%, ou seja, uma recuperação, comparado ao ano anterior, e o Ceará uma alta de 1,9% no mesmo período. Por sua vez, em 2018, tanto o varejo ampliado nacional quanto o varejo ampliado cearense apresentaram altas de 5,0% e 2,7%, respectivamente. No ano de 2019, o varejo ampliado cearense voltou a registrar nova alta de 3,1%, novamente inferior à variação nacional que registrou alta de 3,9%.

Já em 2020, o varejo ampliado estadual sentiu bastante os efeitos da crise da pandemia da Covid-19, passando a registrar queda de 5,0%, enquanto o varejo nacional registrou queda de apenas 1,4%. Em 2021, o varejo ampliado cearense registrou forte alta de 7,2%, revelando uma nítida recuperação das perdas observadas no ano anterior, puxada especialmente pelas vendas de veículos e de materiais de construção. Esse movimento de recuperação nas vendas também foi observado no varejo ampliado nacional que apresentou alta de 4,5% no mesmo ano. Nota-se, assim, que entre os anos de 2016 e 2021, diferentemente do ocorrido com o varejo comum, o varejo ampliado cearense registrou crescimento em quatro de seis anos. No ano de 2022, o varejo ampliado cearense manteve o ritmo de crescimento, com alta acumulada até julho de 4,4% (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Evolução da taxa de variação das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 2016 ao acumulado até julho de 2022 (%).



Fonte: PMC/IBGE.

O desempenho da balança comercial do Ceará em 2021 retomou a tendência de crescimento, após o ano de forte crise causada pela pandemia da Covid-19. O valor das exportações foi de US $2,7 bilhões, crescimento de 47,7% em 2021, comparado com o ano anterior. As importações cearenses de 2021 somaram o valor de US $3,87 bilhões, crescimento de 60,4%, com relação a 2020. O saldo da balança comercial manteve-se negativo (US $1,1 bilhão), sendo o maior valor dos últimos cinco anos. A corrente de comércio somou o valor de US $6,6 bilhões em 2021, crescimento de 54,9%, com relação ao verificado em 2020 (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Balança Comercial do Ceará Exportação, Importação, Saldo, Corrente (milhão) - 2016-2021



Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

Em 2021 o município de São Gonçalo do Amarante continuou como o maior exportador cearense, respondendo por 58,7% do total exportado pelo Ceará, com crescimento do valor exportado de 65,1%. Fortaleza foi o segundo maior exportador do estado respondendo por 10,5% das exportações cearenses, seguido de Caucaia (7,2%), Maracanaú (4,9%) e Sobral (4,3%) (Tabela 12).

Dentre os dez principais municípios cearenses que exportaram no ano de 2021, apenas Aquiraz apresentou queda do valor exportado quando comparado com o ano de 2020.

As exportações cearenses, em 2021, foram realizadas por 60 municípios, em 2020 esse número foi de 61 municípios. Verificou-se que as exportações foram mais concentradas em 2021, quando nesse ano os dez principais municípios cearenses exportadores concentraram 94%. Em 2020 os dez principais municípios somaram 88,8% das exportações do estado.

Tabela 12 - Principais Municípios Cearenses Exportadores - 2020-2021.

Municípios	2020		2021		Var. (%) 2021/2020
	US$ FOB	Part. (%)	US$ FOB	Part. (%)	
São Gonçalo do Amarante	972.693.984	52,48	1.606.160.933	58,66	65,12
Fortaleza	128.013.363	6,91	287.666.558	10,51	124,72
Caucaia	142.996.662	7,72	196.765.184	7,19	37,60
Maracanaú	87.937.041	4,74	134.496.345	4,91	52,95
Sobral	97.762.483	5,27	117.265.190	4,28	19,95
Icapuí	61.830.320	3,34	70.120.377	2,56	13,41
Aquiraz	55.978.656	3,02	49.855.881	1,82	-10,94
Itapipoca	32.861.969	1,77	42.963.387	1,57	30,74
Eusébio	36.386.225	1,96	37.636.040	1,37	3,43
Aracati	28.650.591	1,55	30.901.565	1,13	7,86
Demais Municípios	208.306.581	11,24	164.468.690	6,01	-21,04
Ceará	1.853.417.875	100,00	2.738.300.150	100,00	47,74

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

O município de Fortaleza foi o maior importador em 2021 com participação de 40,1% do total importado pelo estado, valor maior do que nos dois últimos anos anteriores. Na sequência estão São Gonçalo do Amarante (20,2%); Caucaia (14,5%); Maracanaú (8,6%) e Aquiraz (6,9%) (Tabela 13).

Em 2021, as importações cearenses foram realizadas por 66 municípios. Os dez principais concentraram 95,25%, mostrando-se mais concentrados do que 2019, quando neste último ano os dez principais participaram com 90,0%.

A participação conjunta dos dez principais municípios importadores foi de 96,4% em 2021, mostrando-se mais concentrada do que no ano de 2020.

Tabela 13 - Principais Municípios Cearenses Importadores - 2020-2021.

Municípios	2020		2021		Var.(%) 2021/2020
	US$ FOB	Part.(%)	US$ FOB	Part.(%)	
Fortaleza	838.391.886	34,74	1.552.973.840	40,12	85,23
São Gonçalo do Amarante	411.050.729	17,03	782.274.429	20,21	90,31
Caucaia	317.450.971	13,15	559.272.894	14,45	76,18
Maracanaú	257.157.913	10,65	331.414.486	8,56	28,88
Aquiraz	285.905.308	11,85	268.379.801	6,93	-6,13
Eusébio	39.712.600	1,65	75.522.368	1,95	90,17
Horizonte	32.047.605	1,33	49.733.610	1,28	55,19
Limoeiro do Norte	32.756.950	1,36	49.072.127	1,27	49,81
Sobral	14.253.456	0,59	35.591.506	0,92	149,70
Maranguape	21.761.565	0,90	25.716.249	0,66	18,17
Demais Municípios	163.059.823	6,76	140.416.914	3,63	-13,89
Ceará	2.413.548.806	100,00	3.870.368.224	100,00	60,36

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

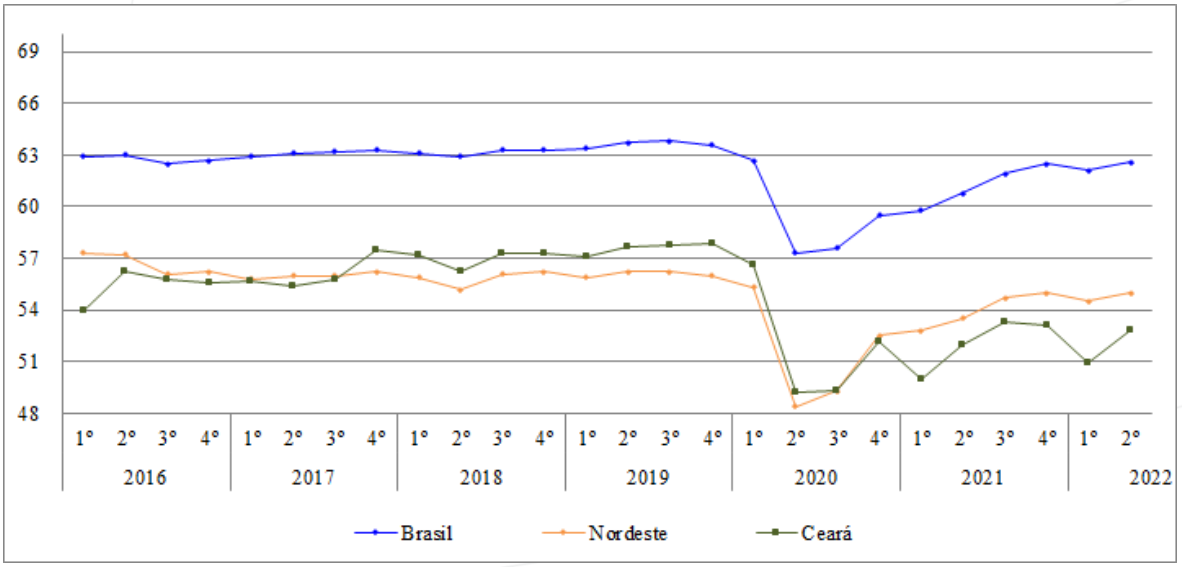
No Gráfico 10, a seguir, apresenta a taxa de participação (TP) do Ceará em um comparativo com o Brasil e o Nordeste a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Neste segundo trimestre de 2022, a taxa de participação cearense voltou a se elevar levemente, evidenciando que o mercado de trabalho do Estado continua a reagir positivamente à atividade econômica após a pandemia da Covid-19. De forma mais específica, a TP alcançou 52,8%.

Não obstante, deve-se também destacar que ela ainda se encontra abaixo do período pré-pandêmico – primeiro trimestre de 2020 – momento caracterizado por uma severa quebra estrutural na série histórica do mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2020, a taxa de participação era de 56,6%.

Adicionalmente, após a expressiva queda no segundo trimestre no segundo trimestre de 2020, a taxa de participação cearense oscilou fortemente, quando atingiu uma mínima de 49,2%. No entanto, no ano de 2021 ela seguiu uma leve tendência de crescimento, embora tenha recuado no quarto trimestre e no primeiro trimestre de 2022.

Gráfico 10 - Taxa de Participação – 1ºT./2016/2ºT./2022 – Brasil/Nordeste/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Diante desses resultados, pode-se dizer que o funcionamento do mercado de trabalho cearense em termos de taxa de participação foi alterado por conta da pandemia da Covid-19. Para se ter uma dimensão mais concreta deve-se observar que o menor valor da participação cearense havia sido de 54% no primeiro trimestre de 2016, no bojo da crise econômica de 2015-2016.

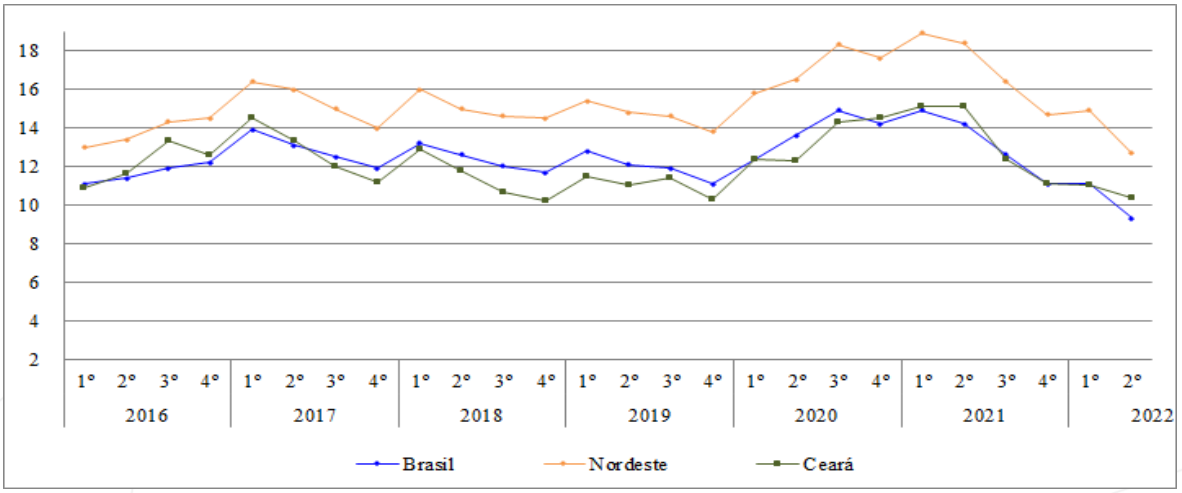
No Gráfico 11, por sua vez, os dados do desemprego mostram que a crise sanitária elevou a taxa de desocupação ao longo de 2020 no mercado de trabalho cearense chegando a

um pico de 15,1% no primeiro trimestre de 2021 e permanecendo nesse patamar no trimestre subsequente.

Por outro lado, no terceiro e no quarto trimestre de 2021 o desemprego no estado do Ceará recuou fortemente, atingindo as taxas de 12,4% e 11,1%, respectivamente.

Já no primeiro trimestre 2022, mesmo diante da sazonalidade, o desemprego cearense recuou levemente, quando comparado ao trimestre imediatamente anterior, alcançando a taxa de 11%.

Gráfico 11 - Taxa de Desocupação – 1ºT./2016/2ºT./2022 – Brasil/Nordeste/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Ao se analisar os dados contidos na Tabela 14 abaixo é possível observar que o país registrou um fechamento de 192.598 vagas de trabalho formal no ano de 2020 com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Previdência. Enquanto isso, o Ceará registrou 5.955 vagas. No ano de 2021, tem-se uma criação de 2.774.538 vagas de trabalho no Brasil e 80.806 vagas de emprego no mercado de trabalho formal cearense revelando uma nítida recuperação frente aos problemas enfrentados no auge da pandemia da Covid-19. Por fim, no acumulado do ano até julho de 2022, o Brasil já criou 1.560.900 vagas e o Ceará 39.132 vagas, mantendo o ritmo de criação de vagas observado no ano passado.

Tabela 14 - Evolução do saldo mensal de empregos formais - Brasil e Ceará – 2020, 2021 e Acumulado até julho de 2022.

Grande Grupamento	2020	2021	Acumulado até Julho de 2022
Brasil			
Agropecuária	36.555	146.215	102.060
Comércio	-66.376	661.847	101.228
Construção	97.307	244.839	216.585
Indústria	51.434	476.450	266.824
Serviços	-311.518	1.245.187	874.203
Brasil	-192.598	2.774.538	1.560.900
Ceará			
Agropecuária	379	652	-1.461
Comércio	-2.294	19.640	388
Construção	4.952	7.772	7.318
Indústria	2.349	14.278	6.643
Serviços	569	38.464	26.244
Ceará	5.955	80.806	39.132

Fonte: Novo Caged. Ministério do Trabalho e Previdência.

Finanças Públicas

Ao observar-se as contas públicas, no quarto trimestre de 2021, contata-se que as receitas correntes cresceram 6,4%, comparativamente ao ano de 2020, ver Tabela 15. É interessante notar que esse incremento ocorreu principalmente por conta das receitas tributárias, enquanto as receitas de transferências aparentam estabilidade.

O comportamento sintetizado anteriormente, especialmente no que se refere ao crescimento da arrecadação, é um reflexo da recuperação da economia cearense ao longo do segundo ano da crise sanitária ocasionada pela epidemia de Covid-19. Destaca-se que, em 2021, também foram adotadas medidas de restrição ao contato social. Quanto às transferências, é possível supor que sua estabilidade deve-se à regularização da arrecadação federal, dado que, em 2021, não foram adotadas medidas de auxílio aos estados, como em 2020.

Tabela 15 - Receitas do Governo Estadual no Quarto Trimestre de 2020 e 2021 (R$1.000,00 de 4° trim. 2021).

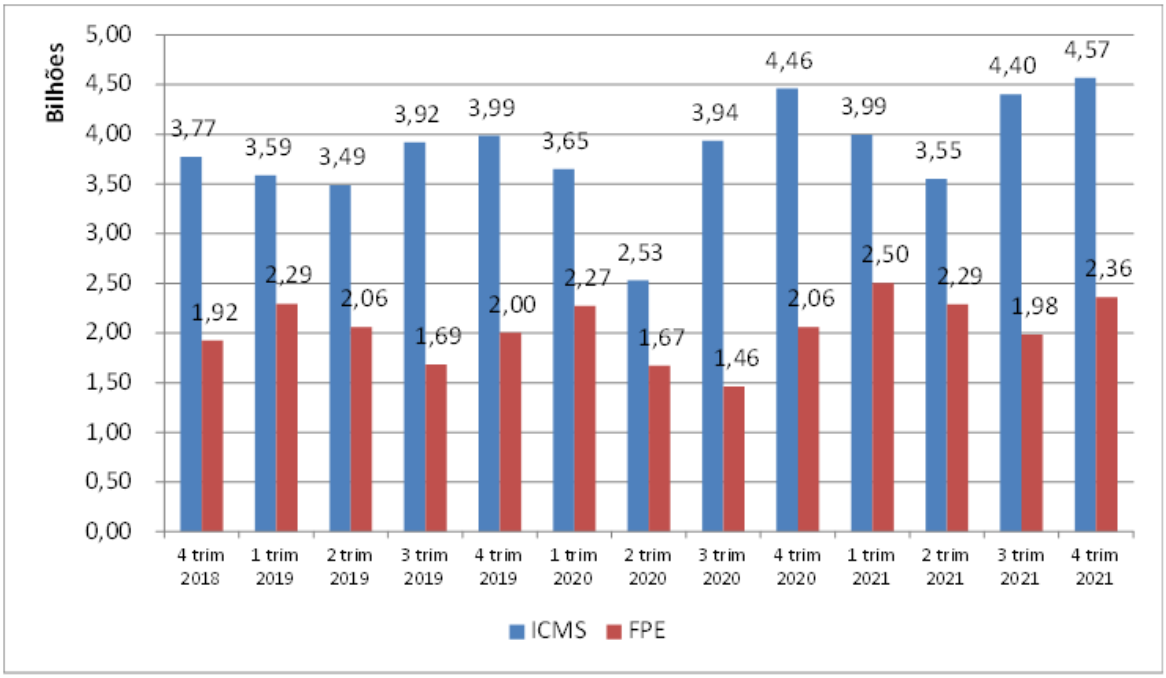
Descriminação	Acumulado				
	2020		2021		Var (%)
	R$	%	R$	%	
Receitas correntes	30.165.702	89,1	32.090.555	90,1	6,4
Receita tributária	16.036.173	47,4	17.780.026	49,9	10,9
Transferências correntes	11.641.995	34,4	11.628.142	32,7	-0,1
Outras receitas correntes	2.487.535	7,4	2.682.386	7,5	7,8
Receitas de Capital	1.898.878	5,6	1.723.115	4,8	-9,3
Operações de crédito	1.663.671	4,9	1.476.393	4,1	-11,3
Outras receitas de capital	235.207	0,7	246.722	0,7	4,9
Receitas Intraorçamentárias	1.779.076	5,3	1.783.684	5,0	0,3
Total Geral	33.843.657	100,0	35.597.354	100,0	5,2
Receitas correntes Líquidas	24.841.336	73,4	26.198.787	73,6	5,5

Fonte: S2GPR/SEFAZ
Obs: Corrigido pela média do IPCA do quarto trimestre

Quanto às receitas de capital, constata-se que elas decaíram, sendo o principal motivo dessa queda a redução das operações de crédito de 11,3%, no ano. Ainda na Tabela 15 é possível constatar que a Receita Corrente Líquida do Governo estadual cresceu 5,5%.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão as receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujos valores e comportamento dos repasses são apresentados no Gráfico 12. Como pode ser observado nas receitas de ICMS, no quarto trimestre de 2021, foram mais de R $100 milhões superiores àquelas verificadas no quarto trimestre de 2020. É interessante observar a significativa redução da arrecadação de ICMS no segundo trimestre de 2020, cuja queda se aproxima dos R $800 milhões, comparativamente a idêntico trimestre de 2019. Outro fato digno de nota é que em todos os trimestres de 2021 a arrecadação de ICMS foi superior ao verificado em 2020, inclusive deve-se mencionar que no segundo trimestre, apesar da adoção de nova rodada de restrições, a arrecadação de ICMS superou a verificada em 2019.

Gráfico 12 - Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual (R$ 4° trim. de 2021).



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Com relação ao FPE, o quarto trimestre de 2021 apresentou um incremento de, aproximadamente, R $300 milhões, relativamente a idêntico período do ano anterior, e quase R $400 milhões superior ao do trimestre anterior. É interessante observar que as transferências do FPE foram, da mesma forma que o ICMS, significativamente afetadas pela crise sanitária e à medida que as atividades econômicas, nos demais estados brasileiros, foram sendo retomadas, elas recuperaram-se rapidamente.

Relativamente às despesas públicas estaduais, cujos dados são apresentados na Tabela 16, é possível constatar o crescimento de 3,7% das despesas correntes estaduais, quando compara-se os anos de 2021 e 2020. É interessante observar que o principal componente das despesas correntes, as despesas com pessoal, foram reduzidas em 3,4%.

Tabela 16 - Despesas do Governo Estadual no Quarto trimestre de 2020 e 2021 (R$1.000,00 de 4° trim. 2021).

Descriminação	Acumulado				
	2020		2021		Var (%)
	R$	%	R$	%	
Despesas correntes	27.921.391	86,9	28.952.258	85,0	3,7
Pessoal e encargos sociais	14.943.049	46,5	14.432.085	42,4	-3,4
Juros e encargos da dívida	492.860	1,5	535.604	1,6	8,7
Outras despesas correntes	12.485.482	38,9	13.984.570	41,0	12,0
Despesas de capital	4.214.996	13,1	5.143.694	15,1	22,0
Investimentos	2.790.546	8,7	3.561.365	10,5	27,6
Amortizações	1.173.388	3,7	1.259.906	3,7	7,4
Inversões financeiras	251.062	0,8	322.423	0,9	28,4
Reserva de contingência	-	-	-	-	-
Total geral	32.136.387	100,0	34.067.539	100,0	6,0

Fonte: S2GPR/SEFAZ
Obs: Corrigido pela média do IPCA do quarto trimestre

As despesas de capital apresentaram, entre os dois anos em análise, crescimento 22,0%,sendo o desempenho da despesa com "Investimentos" a principal causa deste incremento.

Por fim, um último indicador analisado neste documento é o comportamento da "Dívida Pública Consolidada Líquida" do Ceará, cujos dados são apresentados no Gráfico 13. Nesse gráfico é possível constatar que a dívida pública estadual apresentou tendência de crescimento do terceiro quadrimestre de 2017 ao terceiro quadrimestre de 2018, decaindo no quadrimestre seguinte, porém voltando a apresentar tendência de crescimento até o primeiro quadrimestre de 2020. Daí em diante a trajetória da DCL passa a ser declinante até o segundo quadrimestre de 2021.

Gráfico 13 - Dívida Pública Consolidada Líquida do Ceará (R$ de dez de 2021)



Fonte: STN/SISTN.

Perspectivas da Economia Cearense

O crescimento da economia mundial para o ano de 2022, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional[2] (FMI), está previsto em uma taxa de 3,2%. Após uma queda de 3,0% da economia mundial no ano de 2020, causada pela pandemia da Covid-19, no qual afetou o funcionamento das atividades econômicas não essenciais, a partir das restrições de isolamento social para a redução de contaminações e mortes causadas pela doença. O ano de 2021 iniciou-se com o avanço da vacinação nas principais economias do mundo, permitindo o relaxamento das medidas de isolamento social e consequentemente aumentando a atividade econômica dos vários setores afetados, o que levou a recuperação econômica mundial a partir de um crescimento de 6,0% para o mesmo ano.

Para o ano de 2023, a previsão de crescimento da economia mundial é de 2,7%, num ritmo menor de crescimento do que comparado ao ano de 2022. Esta previsão leva em conta um cenário de política monetária restritiva para a maioria das economias desenvolvidas, com aumentos nas taxas de juros para o controle inflacionário, encarecendo o crédito e consequentemente reduzindo o consumo das famílias e o investimento das empresas.

Para o ano de 2022, a alta pressão inflacionária, no qual estabeleceu-se um novo ciclo de altas da taxa de juros Selic, encarecendo os créditos para o consumo das famílias e para o capital de giro das empresas, vem sendo um importante limitador para o crescimento econômico. Por outro lado, no caso do Ceará, a continuidade do equilíbrio das finanças públicas estaduais, o manterá entre os primeiros entes da federação em termos de capacidade de investimento público em relação à receita corrente líquida, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento econômico estadual.

Dadas as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, projetou para o período 2022 - 2024, taxas de crescimento do PIB estadual de 2,94%, para 2022, de 0,68%, para 2023 e de 2,49% para 2024, superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional para o mesmo período de análise. Em resumo, os indicadores macroeconômicos verificados para o ano de 2021 e previstos para o período 2022-2024 são apresentados na Tabela 17 a seguir:

[2] Fundo Monetário Internacional (FMI): *World Economic Outlook/Update* de outubro de 2022.

Tabela 17 - Variáveis Macroeconômicas de 2021 e Previsões para 2022-2024.

Variáveis	2021	2022	2023	2024
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	10,06	6,00	5,01	3,50
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	4,65	2,65	0,5	1,70
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	6,63	2,94	0,68	2,49
PIB Ceará (R$ Milhões)	192.307	209.838	221.850	235.332
Câmbio (R$/US$) - Fim do período	5,58	5,20	5,20	5,11
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	9,25	13,75	11,25	8,00

Fonte: Relatório Focus/BACEN (16/09/2022) e IPECE.
OBS: Para o ano de 2021 a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R$ /US$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB);
Os valores do PIB em 2021 são estimativas, enquanto para o período 2022-2024 são previsões, ambas realizadas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE e Focus/Bacen, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo IBGE.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

Nesta seção, faz-se uma análise sintética dos principais indicadores sociais do estado do Ceará. O objetivo é mostrar um panorama da condição de vida dos cearenses nos últimos anos, procurando destacar os aspectos mais relevantes do comportamento demográfico do estado, das condições de vida, da educação, do emprego, da pobreza e desigualdade social. Dessa forma, espera-se que a análise desses indicadores contribua para o planejamento de ações e políticas públicas na esfera social, e que elas sejam capazes de atender e superar os desafios provocados pelas mudanças (atuais e futuras) do cenário social do estado do Ceará.

Demografia

Conhecer os aspectos demográficos da população do estado é essencial para o planejamento de políticas públicas voltadas a atender de forma eficiente a demanda socioeconômica da sociedade. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, a população do estado do Ceará estava estimada em 9.237.820 (nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte) moradores. O que representa 16% dos residentes no Nordeste e 4,3% da população brasileira. Em termos de densidade demográfica, o Estado registrou um valor de 62,0 hab/km².

No tocante ao padrão de crescimento das populações municipais no Estado, a Tabela 18 exibe o número absoluto e percentual para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e os dez maiores municípios concernentes aos anos de 2016 e 2021. Destaca-se que o Ceará possui uma forte concentração populacional na RMF, a qual foi levemente ampliada nos últimos anos. Em 2016, 44,46% da população do estado se encontrava na RMF, ao passo que, em 2021, este percentual aumentou para 45,11%. Portanto, a concentração populacional e econômica na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF representa um

desafio a ser superado no tocante ao desenvolvimento regional do Ceará, necessitando-se dinamizar a economia e a oferta de serviços das demais regiões cearenses objetivando arrefecer a elevada concentração regional registrada atualmente.

Tabela 18 - População estimada da RMF e dos dez maiores municípios cearenses - 2016/2021.

Municípios	População estimada - 2016		População estimada - 2021	
	N.º	% do Ceará	N.º	% do Ceará
RMF	3.985.548	44,46	4.167.996	45,11
Fortaleza	2.609.716	29,11	2.703.391	29,26
Caucaia	358.164	4,00	368.918	3,99
Juazeiro do Norte	268.248	2,99	278.264	3,01
Maracanaú	223.188	2,49	230.986	2,5
Sobral	203.682	2,27	212.437	2,3
Crato	129.662	1,45	133.913	1,45
Itapipoca	126.234	1,41	131.687	1,43
Maranguape	125.058	1,40	131.677	1,42
Iguatu	102.013	1,14	103.633	1,12
Quixadá	85.991	0,96	88.899	0,96

Fonte: IBGE, Estimativas da população. Elaboração IPECE.

Os municípios cearenses mais populosos em 2021 foram: Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Crato, Itapipoca, Maranguape, Iguatu e Quixadá. Reporta-se, também, que nove municípios tinham, em 2021, mais de 100 mil habitantes; 28 municípios possuem população entre 100.000 e 50.000 habitantes; 44 municípios detinham população entre 25 mil e menos de 50 mil habitantes; e 103 municípios tinham menos de 25 mil habitantes.

Em relação à taxa de urbanização, que consiste na proporção de pessoas que residem na área urbana em relação à população total, verificou-se que no Ceará, em 2021, a proporção de pessoas vivendo nas cidades chegou a 78,3%, sendo um percentual superior à média regional (76,6%) mas inferior a nacional (86,1%).

Quanto à distribuição da população segundo a razão de sexo, que representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres, verificou-se pelo resultado da PNAD que no Ceará, em 2021, a cada 100 mulheres havia pelo menos 91,2 homens no estado. Em números absolutos, são cerca de 425 mil mulheres a mais que homens no estado.

Outro relevante aspecto a ser considerado em estudos demográficos é o comportamento da estrutura etária. Nesse aspecto, os grandes grupos etários tradicionalmente avaliados são o de crianças com até 14 anos, os adultos ou população em idade ativa, 15 a 59 anos, e a população idosa com idade igual ou superior a 60 anos[3].

A Tabela 19 exibe o quantitativo de pessoas nesses três grupos etários para o Ceará nos anos de 2016 e 2021, verificando-se que a maior parcela da população possui idade entre

[3] Conforme definido no Estatuto do Idoso (Lei n^0. 10.741/2003).

15 e 59 anos, atingindo, em 2021, o valor de 64,68%, vindo em seguida o grupo etário até 14 anos de idade (21,92%) e o de idosos (13,4%).

Tabela 19 - População residente estimada segundo grandes grupos etários Ceará – 2016 - 2021

Ano	0 a 14 anos		15 a 59 anos		60 anos ou mais		Índice de Envelhecimento	Razão de Dependência
	Número	%	Número	%	Número	%		
2016	2.076.760	23,18	5.796.751	64,70	1.085.947	12,12	52,3	54,56
2021	2.025.091	21,92	5.974.981	64,68	1.237.748	13,40	61,10	54,61

Fonte: PNADC/IBGE (2016 e 2021). Elaboração: IPECE.

Ainda sobre a Tabela 19, nota-se uma redução da população de 0 a 14 e um aumento do Índice de Envelhecimento da população que passou de 52,3%, em 2016, para 61,1%, em 2021.

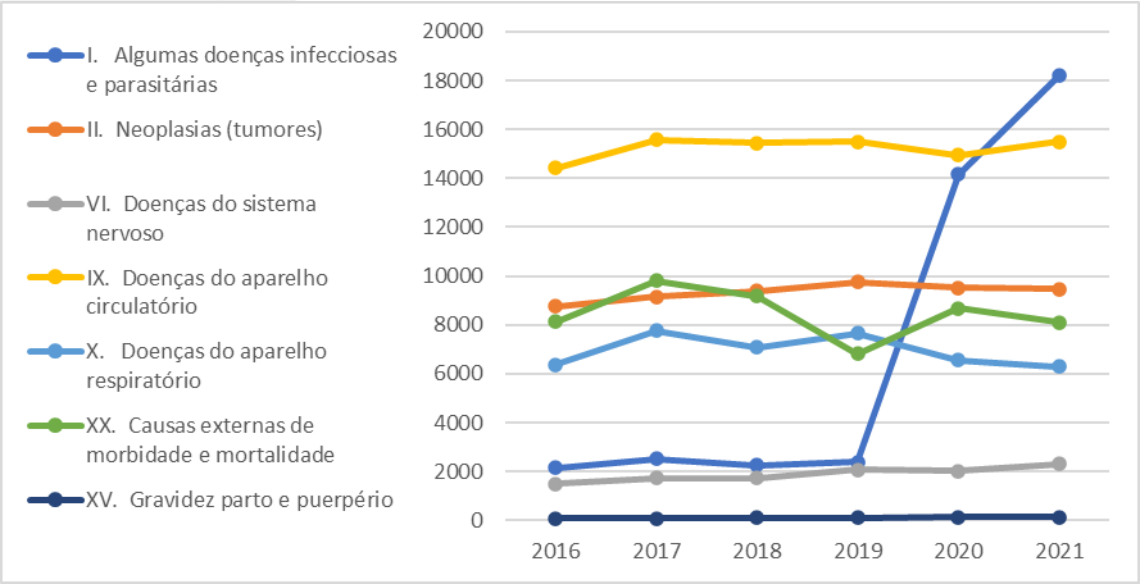
Saúde

Os anos recentes de 2020 e 2021 foram marcados pela inesperada pandemia de Covid-19, a qual afetou diretamente o bem-estar da população em nível nacional e em nível local. A saúde da população cearense foi comprometida diretamente pela pandemia com um número 3,3 milhões de notificações de casos de Covid-19 e um total de 27,6 mil óbitos relacionados à doença entre Jan./2020 e Set./2022. A pandemia, também, afetou fortemente a economia comprometendo ainda mais a saúde da população. Portanto, a Avaliação do Biênio do PPA 2020-2021 se mostra fundamental para o monitoramento das consequências da pandemia de Covid-19 sobre os indicadores de bem-estar da população cearense, além de orientar as políticas públicas para o cumprimento das metas pactuadas.

Conforme pode ser observado pelo Gráfico 14, entre o período de 2019 a 2021, ocorre o aumento expressivo de mortalidade em decorrência do grupo de doenças infecciosas e parasitárias (667%), onde enquadra-se o vírus da Covid-19, bem como suas sequelas e efeitos tardios[4]. Entre o período de 2016 a 2019, esta causa de mortalidade apresentava uma média de 2.329 óbitos notificados, no entanto, com o início do cenário de crise sanitária, em 2021, passam a ser notificados 18.211 óbitos ocasionados por doenças infecciosas e parasitárias.

[4] Enfatiza-se a dificuldade em padronizar a codificação, junto à Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, das causas informadas de óbito em decorrência do Covid-19, tanto diretas, quanto suas sequelas e efeitos tardios. E assim, buscar a adaptação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) no contexto da pandemia do Covid-19.

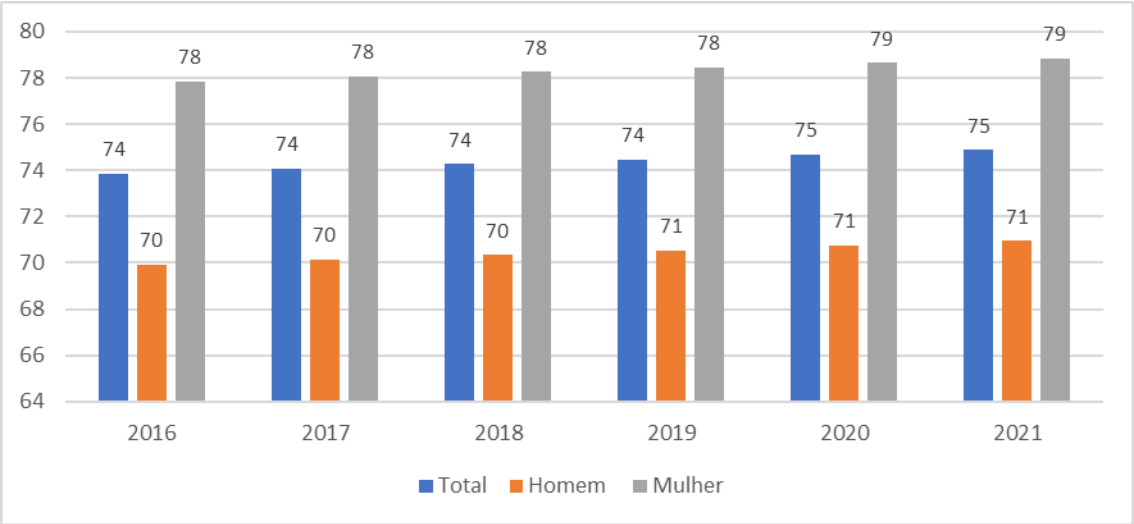
Gráfico 14 - Principais causas de mortalidade CID10– 2016 a 2021.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM . Elaboração IPECE.

Ao analisar a esperança de vida ao nascer (Gráfico 15) de acordo com as tábuas de mortalidade divulgadas pelo IBGE, em 2016, a esperança de vida ao nascer da população residente no estado correspondeu a 74 anos no total, 70 para homens e 78 para mulheres, enquanto ao observar sua evolução até 2021, este indicador aumentou em um 1 ano. Entre homens e mulheres, considerando que a evolução de ambos foi similar, a diferença entre a esperança de vida entre ambos mantém-se estável de 8 anos em 2021, considerando que este indicador observado foi de 71 para homens e 79 para mulheres.

Gráfico 15 – Esperança de Vida ao Nascer no Ceará Total, Homens e Mulheres– 2016 a 2021.

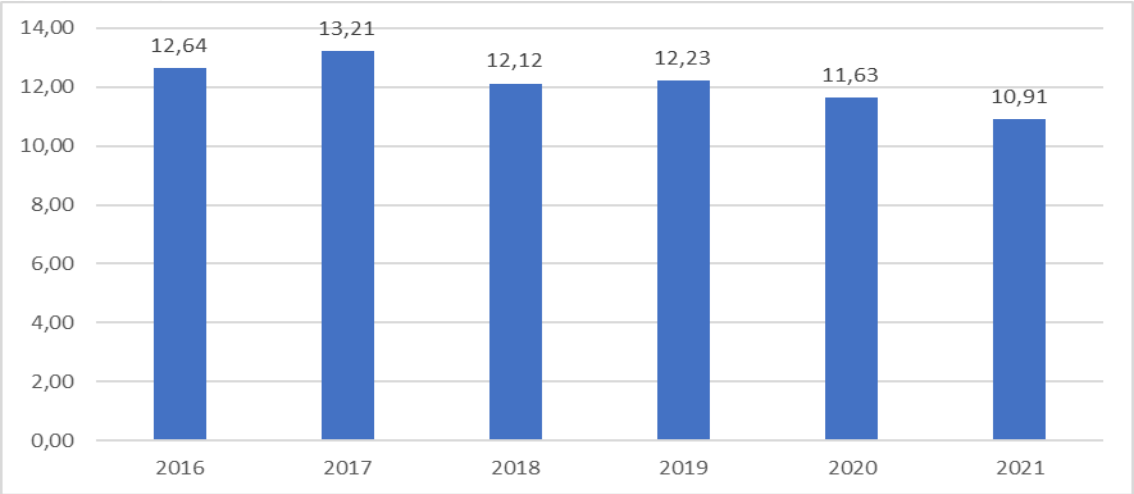


Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

Em 2016, a taxa de mortalidade infantil (Gráfico 16) correspondia a 12,64 óbitos de crianças entre 0 a 1 ano por mil nascidos vivos. Em um período de 6 anos, este indicador sofreu uma redução de 13,7%, portanto, em 2021, a TMI observada correspondeu a 10,91 óbitos infantis por mil nascidos vivos (N.V). Ao comparar com o ano anterior à pandemia

(2019), cuja taxa observada correspondeu a 12,23 óbitos por mil N.V., ainda observa-se também uma redução, ainda que discreta, nesta taxa, cuja variação corresponde a -3,25% entre 2019 e 2021.

Gráfico 16 - Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) Ceará – 2016 a 2021.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração IPECE.

Cabe aqui fazer o destaque que, em 2021, o Ceará apresenta a menor taxa de mortalidade infantil, quando comparado ao Brasil (9,83% inferior) e ao Nordeste (18,45% inferior), cujas taxas de mortalidade infantil corresponderam a 11,87 óbitos e 13,13 óbitos por N.V., respectivamente (ver Tabela 20).

A Razão de Mortalidade Materna (RMM) que expressa a razão entre o número de óbitos maternos confirmados e o número de nascidos vivos. Entre 2016 e 2021, no entanto, observa-se um crescimento expressivo desta taxa, que advém de um contexto de crise sanitária, onde os esforços de saúde pública estiveram concentrados em atendimentos de combate ao vírus Covid-19. Assim, esta variação foi representada por um aumento de quase 75% na RMM que passou de 58,62 óbitos, em 2016, para mais de 102 óbitos maternos por mil N.V., em 2021.

Tabela 20 - Taxa de mortalidade infantil (TMI) (por mil nascidos vivos) e de razão de mortalidade materna (RMM) (por 100 mil nascidos vivos) - 2016-2021

Indicador		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Brasil	12.72	12.39	12.18	12.39	11.50	11.87
	Nordeste	14.45	14.06	13.52	13.70	12.96	13.13
	Ceará	12.64	13.21	12.12	12.23	11.63	10.91
	Neo-natal	8.78	9.19	8.62	8.34	8.33	7.30
Taxa de Mortalidade na Infância		14.83	15.30	14.11	14.21	13.34	12.47
Razão de Mortalidade Materna (RMM)		58.62	65.73	68.45	58.06	94.38	102.34

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC / MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração IPECE.

Outros dois componentes de suma importância ao olhar para a saúde materno-infantil do estado, diz respeito à taxa de mortalidade na infância, isto é, mortalidade em crianças menores que cinco anos e a taxa de mortalidade neonatal (óbitos em crianças com até 27 dias de vida).

Entre crianças menores de cinco anos, apesar de uma variação positiva (3%) entre 2016 e 2017, este indicador segue uma trajetória decrescente com uma variação negativa de 15,89%, passando de 14,83 óbitos/mil N.V., em 2016, para 12,47 óbitos/mil N.V., em 2021.

Enquanto isso, a taxa de mortalidade neonatal mostra uma variação negativa de maior magnitude (-17%) quando comparada à da infância, passando de 8,78 óbitos entre crianças de 0 a 27 dias de vida/mil N.V., para uma taxa de 7,30 óbitos neonatal por mil N.V.

Ainda entre indicadores de demanda, observa-se a taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (AVC) por 10.000 habitantes. Em 2021 foram reportados 8.413 casos de AVC em pessoas com 40 anos ou mais, o que representou uma taxa de internação equivalente a 24,48 internações por 10 mil habitantes. Quando comparado a 2016, há uma redução de 10% nesta taxa de internação. Não obstante, ao olhar para a taxa de internação total na população cearense, esta taxa apresenta um acréscimo de 4%, chegando a 2021 com 9,57 internações por 10 mil habitantes (conforme observado na Tabela 21).

Tabela 21 - Casos e taxa de internação por acidente vascular cerebral - 2016-2021.

Taxa de Internação por AVC		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Faixa etária de 40 anos e mais	Casos de AVC	7.653	8.727	6.981	8.169	7.697	8.413
	Taxa de Internação	27,06	30,86	24,69	24,94	22,94	24,48
Total	Casos de AVC	8.219	9.379	7.348	8.548	8.070	8.844
	Taxa de Internação	9,23	10,53	8,25	9,36	8,78	9,57

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará / IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

O comportamento dos indicadores de oferta é de suma importância para analisar os investimentos e ações por parte do poder público em prol da melhoria da saúde da população.

Por exemplo, com relação às unidades de saúde, de 2016 a 2021, houve um aumento de 10,48% (408 unidades) na quantidade total destas mesmas, concluindo o ano de 2021 com 4.301 unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Ceará. Com destaque para o aumento expressivo das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) implantadas, dado que a quantidade destas mais do que dobrou neste mesmo período, chegando a 53 unidades em funcionamento, em 2021, conforme mostra a Tabela 22.

Entre as unidades específicas, os Centros de apoio à saúde da família destacam-se por apresentar um aumento expressivo, uma vez que em 2016 existia apenas 1 no Ceará e, em 2021, existiam 134 destas unidades. Além disso, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) também cresceram em 40%, chegando a 53 UPAs em todo o estado.

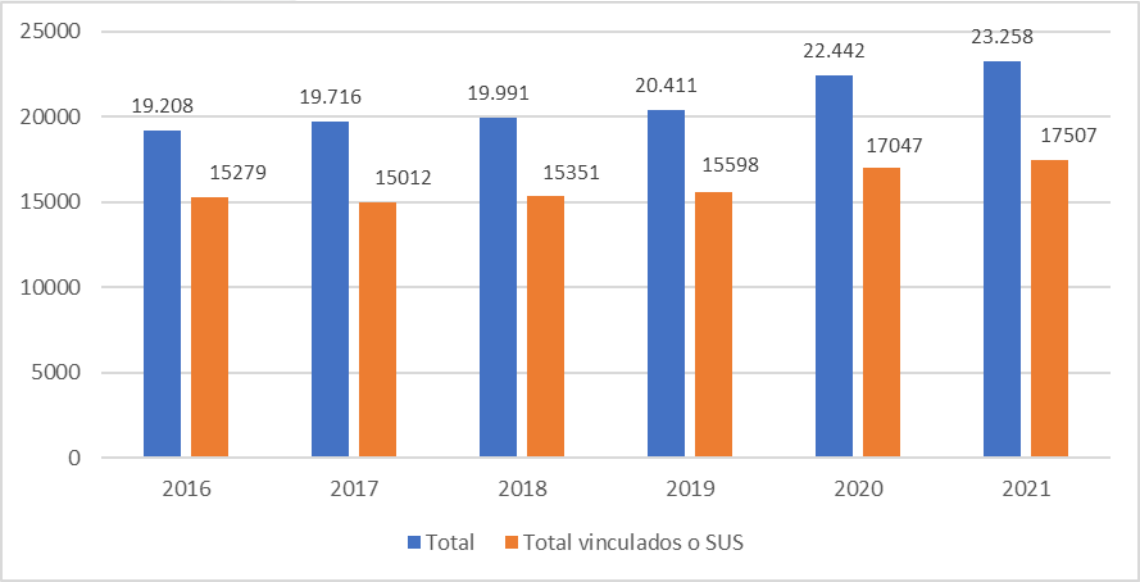
Tabela 22 - Unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por tipo - Ceará - 2016-2021.

Discriminação	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Unidade de vigilância sanitária	72	73	73	75	72	76
Farmácia isolada	89	99	109	113	93	103
Centro de atenção hemoterápica (HEMOCE)	6	6	6	6	6	5
Pronto socorro geral e especializado	9	9	7	7	6	6
Centro de apoio a saúde da família	1	104	142	144	136	134
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	159	171	184	164	171	181
Centro de atenção psicossocial	149	155	161	169	172	179
Unidade móvel pré-hospitalar	137	140	143	144	212	210
Unidade mista de saúde	32	25	24	24	31	19
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	194	1.929	1.959	1.982	2.007	2.079
Posto de saúde	464	472	452	445	451	441
Consultório isolado	13	14	18	17	16	16
Clínica e ambulatório de especialidades	421	428	433	421	431	445
Unidade de pronto atendimento (UPA)	38	43	46	46	51	53
Policlínica	52	53	53	53	57	63
Laboratório central de saúde pública	9	8	8	10	12	13
Hospital especializado	32	34	38	39	31	30
Hospital geral	185	192	194	189	198	210
Total	3.893	3.980	4.079	4.048	4.187	4.301

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará / IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).
Nota: (1) Inclusive as unidades não especificadas.

Assim como o número de unidades de saúde, o total de leitos vinculados ao SUS também apresentou um aumento considerável em sua oferta, sendo este de 14,6%. Nota-se ainda que, em 2021, o estado possuía 17.507 leitos vinculados ao SUS. Quanto ao número total de leitos, incluindo a esfera pública e privada, esta oferta foi representada por um total de 23.258 leitos (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Leitos no total e vinculados ao SUS. Ceará – 2016 a 2021.

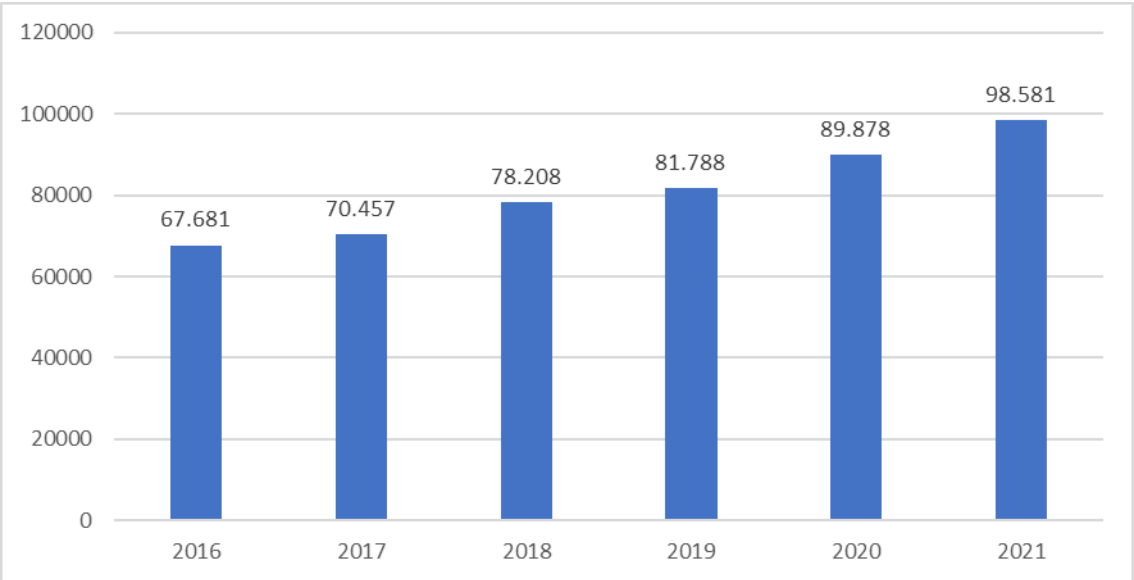


Fonte: Anuário Estatístico do Ceará / IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

O lado da oferta quanto ao quadro de profissionais da área da saúde vinculados ao SUS também apresentou um aumento, sendo este de 46%. Assim, em 2016, o Estado possuía um total de 67.681 profissionais contratados, enquanto, em 2021, contava com 98.581 profissionais de saúde.

Deve-se ressaltar que o aumento mais expressivo no quadro de profissionais da saúde veio entre o período de 2019 a 2021, com a necessidade de reforçar o quadro de saúde pública para o enfrentamento do Covid-19 (Gráfico 18), sendo assim, somente entre este período observou-se um aumento de mais de 20,5%, o correspondente a contratação de 16.793 profissionais de saúde.

Gráfico 18 – Profissionais vinculados ao SUS. Ceará – 2016 a 2021.



Fonte: Anuário Estatístico do Ceará / IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Durante este período a necessidade de contratação foi focada entre aqueles profissionais que compunham a linha de frente, isto é, o maior aumento observado foi entre enfermeiros (33,80%), auxiliares técnicos (26,85%) e médicos (20,80%), conforme apresentado pela Tabela 23.

Tabela 23 - Profissionais vinculados ao SUS. Ceará – 2016 a 2021.

Profissionais por Especialidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total de Profissionais de Saúde ligados ao SUS	67.681	70.457	78.208	81.788	89.878	98.581
Agentes comunitários	15.667	15.749	15.594	15.572	15.747	15.775
Auxiliares técnicos e outros	22.312	23.242	29.992	31.350	35.044	39.769
Dentistas	2.954	3.100	3.142	3.228	3.311	3.343
Enfermeiros	7.824	8.371	8.863	9.776	11.664	13.080
Médicos	12.470	13.070	13.163	13.672	15.181	16.516

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará. / IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Finalmente, deve-se analisar os indicadores que dizem respeito à vigilância epidemiológica, isto é, indicadores que acompanham as doenças de notificação compulsória como a AIDS, dengue, hepatite, hanseníase, dentre outras. A Tabela 24 registra os casos confirmados com estas doenças no período de 2016 a 2021. De um modo geral, destaca-se o sucesso em conseguir reduzir o quadro de casos notificados entre estas enfermidades. Com destaque para os casos de Leishmaniose visceral que apresentou uma redução de mais de 53%, seguida da Hepatite viral e da hanseníase que apresentaram uma redução de 23,5% e 28,73% nas notificações, respectivamente. Além de não ter sido mais notificado nenhum caso de raiva desde 2017.

Em 2019, observa-se um aumento expressivo nos casos notificados de leptospirose, passando de 47 casos registrados em 2018, para 114 casos de leptospirose. Não obstante, em 2021 foram notificados 46 casos.

Ainda observa-se um gargalo entre algumas enfermidades, como é o caso da meningite que, em 2016, foram notificados 19 casos, enquanto que, em 2021, estes somaram 209 casos. Similarmente, o tétano acidental também apresentou um aumento nos casos notificados, assim como a leishmaniose tegumentar (culminando com 503 casos, em 2021) e a tuberculose, cujo aumento de 6,87% representou um total de 3.627 casos notificados da doença no estado em 2021.

Tabela 24 - Casos confirmados de doenças de notificação compulsória - Ceará – 2016-2021.

Casos Confirmados	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Tuberculose	3.394	4.591	3.955	4.919	3.052	3.627
Tétano acidental	19	13	8	13	10	62
Raiva	1					
Meningite	19	381	427	528	218	209
Leptospirose	48	27	47	114	49	46
Leishmaniose visceral	370	391	379	312	226	173
Leishmaniose tegumentar	394	399	390	531	615	503
Hepatite viral	451	411	547	533	313	345
Hanseníase	1.695	1.554	1.689	1.895	1.074	1.208
Febre tifóide	0	1	1	1	1	0
Dengue	37.769	25.013	3.859	15.490	21.100	33.090
AIDS	806	895	870	879	712	752

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará / IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Além disso, ressalta-se a baixa proporção, ou ausência, de notificações, em relação às demais enfermidades, entre os casos de raiva, leptospirose, febre tifóide e tétano acidental para o ano de 2021.

Educação

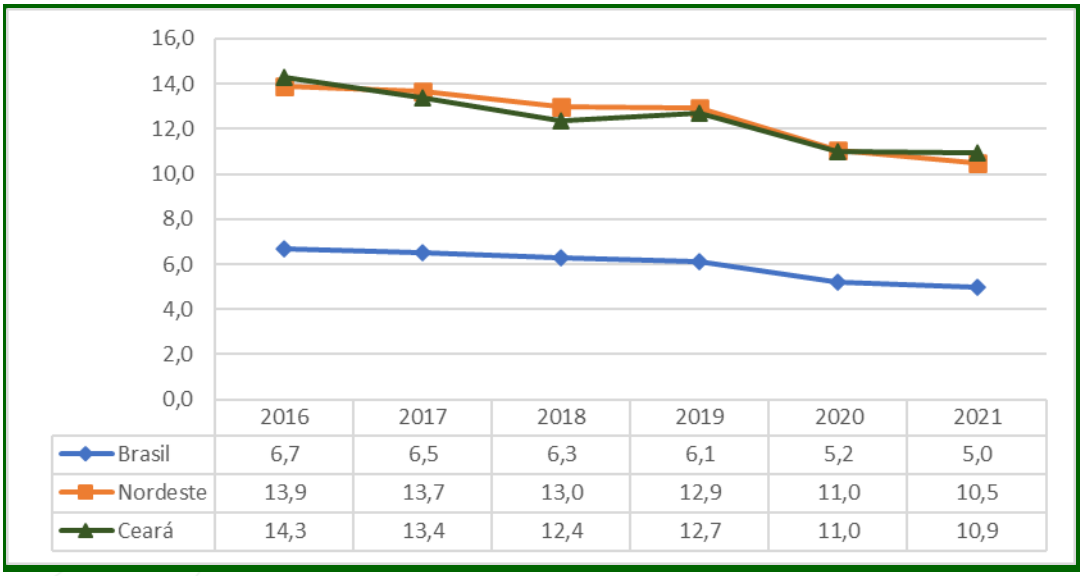
Os indicadores apresentados nesta subseção foram extraídos da PNAD-Continua Trimestral, (2º Trimestre de cada ano) no período de 2016 e 2021. Porém, as informações apresentadas para os anos de 2020 e 2021 precisam ser analisadas com cautela. Como destaca em nota, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela PNAD-Contínua, entre o segundo trimestre de 2020 e até o final do final do segundo trimestre de 2021, o IBGE alterou a forma de coleta de dados da Pesquisa, anteriormente presencial, para exclusivamente por telefone. Essa alteração gerou impactos na coleta dos dados e, consequentemente, uma redução considerável na taxa de aproveitamento da amostra, também chamada de taxa de resposta da Pesquisa, comprometendo, assim, a mensuração de alguns indicadores educacionais[5].

Dito isso, os dados mais recentes da PNAD-Contínua indicam que tem ocorrido uma melhora em relação à taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no estado. Por exemplo, de acordo com os dados descritos no Gráfico 2.3.1, nota-se que houve uma redução da taxa de analfabetismo absoluto[6] entre a população de 15 anos ou mais de idade em todas as regiões analisadas. Em 2016, o analfabetismo atingia 6,7% dos brasileiros, 13,9% dos nordestinos e 14,3% dos cearenses, caindo para 5%, 10,5% e 10,9%, em 2021, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. Considerando essas informações,

[5] Mais informações podem ser consultadas na Nota técnica 02/2022, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101959.pdf.
[6] De acordo com a definição adotada pelo IBGE, uma pessoa é considerada analfabeta quando são incapazes de ler e/ou escrever um bilhete simples em seu próprio idioma.

a variação percentual entre 2016 e 2021, apresentou uma redução de 25,8%, 24,4% e 23,3% no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente (ver o Gráfico 19).

Gráfico 19 – Taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2021.



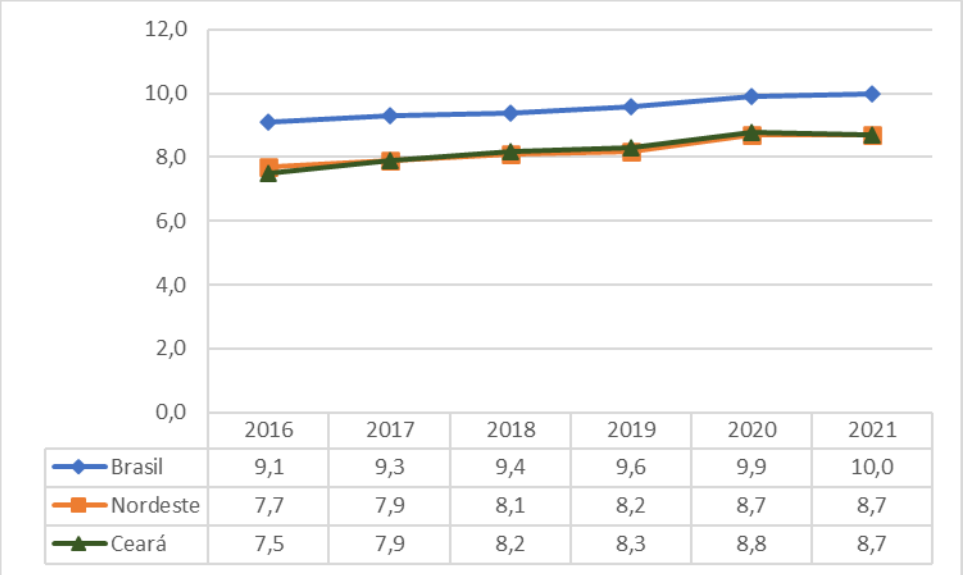
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	6,7	6,5	6,3	6,1	5,2	5,0
Nordeste	13,9	13,7	13,0	12,9	11,0	10,5
Ceará	14,3	13,4	12,4	12,7	11,0	10,9

Fonte: IBGE / PNAD-Contínua trimestral- 2º trimestre. Elaboração: IPECE.

Portanto, apesar das melhorias verificadas ao longo dos últimos seis anos, a taxa de analfabetismo no Ceará, ainda permanece relativamente alta, haja visto que sua taxa é mais que o dobro da brasileira. É importante lembrar que as altas taxas de analfabetismo da população ainda são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhões de pessoas à escola na idade certa, principalmente a população mais pobre. Ou seja, a taxa de analfabetismo está diretamente associada à composição etária, quando gerações mais velhas tendem a apresentar uma proporção maior de analfabetos.

Em relação à evolução da média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, no Gráfico 20, nota-se uma tendência de crescimento, muito embora, em um ritmo relativamente lento. Entre 2016 e 2021, a escolaridade média da população adulta aumentou de 9,1 para 10, no Brasil, de 7,7 para 8,7 no Nordeste, e de 7,5 para 8,7 anos de estudos, no Ceará. O crescimento médio por ano é de aproximadamente 0,1 anos para o Brasil e Nordeste e de 0,2 anos para o Ceará, somando no período um acréscimo de 0,8, 0,9 e 1,1 anos de estudos no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente.

Gráfico 20 – Número médio de anos de estudo (pessoas de 25 anos ou mais) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2021.



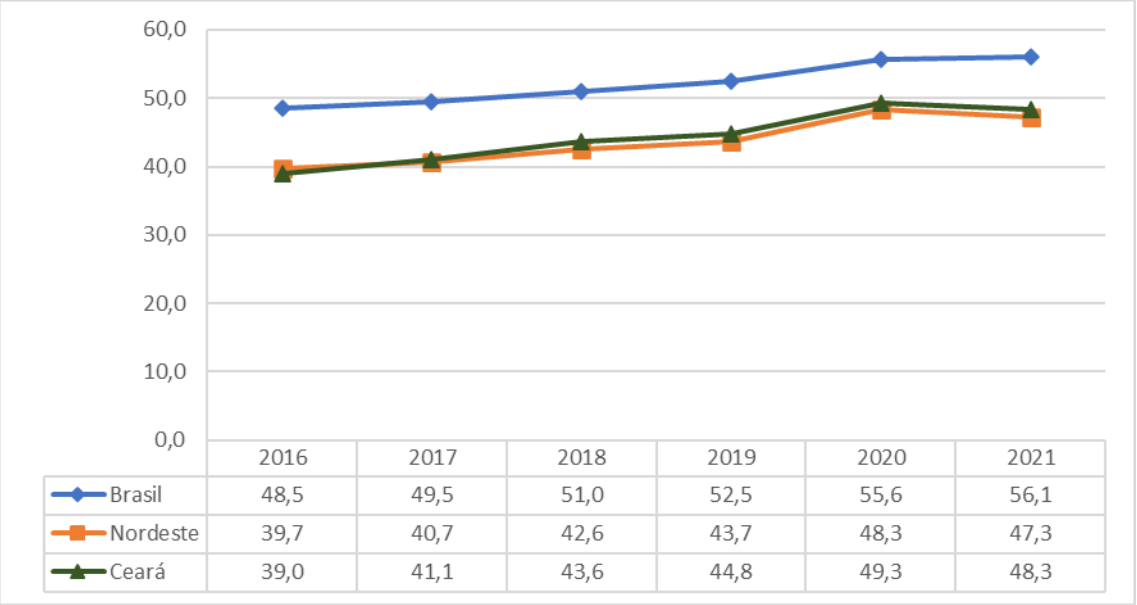
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	9,1	9,3	9,4	9,6	9,9	10,0
Nordeste	7,7	7,9	8,1	8,2	8,7	8,7
Ceará	7,5	7,9	8,2	8,3	8,8	8,7

Fonte: IBGE / PNAD-Contínua trimestral- 2º trimestre. Elaboração: IPECE.

No que se refere à conclusão da educação básica obrigatória no Brasil, ou seja, pessoas que completam, no mínimo, o ensino médio, da população de 19 anos ou mais de idade, nota-se uma trajetória ascendente no período (Gráfico 21). No caso do Brasil, cresceu de 45,9% para 56,1%, entre 2014 e 2021. No Ceará, a proporção da população nessa faixa etária que finalizaram o ensino médio, passou de 36,9%, em 2014, para 48,6% em 2021. E no Nordeste, em uma proporção menor, aumentou de 37,4% para 47,3%.

Em relação à conclusão da educação básica obrigatória no Brasil, ou seja, pessoas que completam, no mínimo, o Ensino Médio, da população de 19 anos ou mais de idade, nota-se uma trajetória ascendente no período. No caso do Brasil, cresceu de 48,5% para 56,1%, entre 2016 e 2021. No Ceará, a proporção da população nessa faixa etária que finalizaram o Ensino Médio passou de 39,0%, em 2016, para 48,6% em 2021. E no Nordeste, em uma proporção menor, aumentou de 39,7% para 47,3%.

Gráfico 21 – Percentual da população (com 19 anos ou mais) com, no mínimo, o Ensino Médio completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2021.



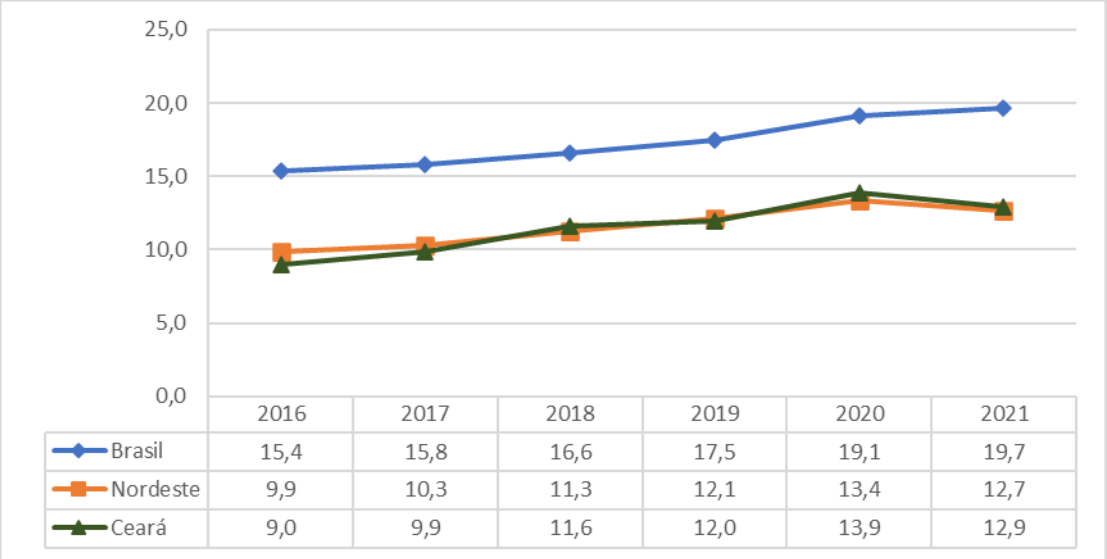
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	48,5	49,5	51,0	52,5	55,6	56,1
Nordeste	39,7	40,7	42,6	43,7	48,3	47,3
Ceará	39,0	41,1	43,6	44,8	49,3	48,3

Fonte: IBGE / PNAD-Contínua trimestral - 2º trimestre. Elaboração: IPECE.

Mesmo com saldos positivos na taxa de conclusão do ensino médio é possível constatar que no Ceará e Nordeste, em 2021, menos de 50% da população de 19 anos ou mais de idade ainda não haviam concluído a educação básica. Vale ressaltar que o ensino médio é, em hipótese, uma das etapas mais importantes para a formação do indivíduo, pois é neste período que o jovem se prepara para entrar no mercado de trabalho ou ingressar no ensino superior.

Considerando a conclusão do ensino superior pela população adulta, nota-se um aumento entre 2016 e 2021, quando o percentual de brasileiros com nível superior passou de 15,4% para 19,7%. No entanto, ao desagregar as informações para diferentes territórios, como mostra o gráfico a seguir, regiões pobres como o Nordeste e o estado do Ceará, apresentam uma evolução mais lenta, em 2021, apenas 12,7% e 12,9% da população de 25 anos ou mais no Nordeste e Ceará, respectivamente, tinham ensino superior completo.

Gráfico 22 – Percentual da população (com 25 anos ou mais) com o ensino superior completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2021.



	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	15,4	15,8	16,6	17,5	19,1	19,7
Nordeste	9,9	10,3	11,3	12,1	13,4	12,7
Ceará	9,0	9,9	11,6	12,0	13,9	12,9

Fonte: IBGE / PNAD-Contínua trimestral - 2º trimestre. Elaboração: IPECE.

Dessa forma, pelas informações apresentadas nesta seção, fica evidente que nos últimos anos ocorreram avanços importantes no campo educacional brasileiro. Os dados apontam para uma contínua redução da taxa de analfabetismo e uma melhoria nos níveis de escolarização da população em geral. Contudo, os desafios ainda são muitos, comparado a outros países que alcançaram a universalização da educação básica ainda na década de 1990, o Brasil apresenta um progresso educacional tardio e lento.

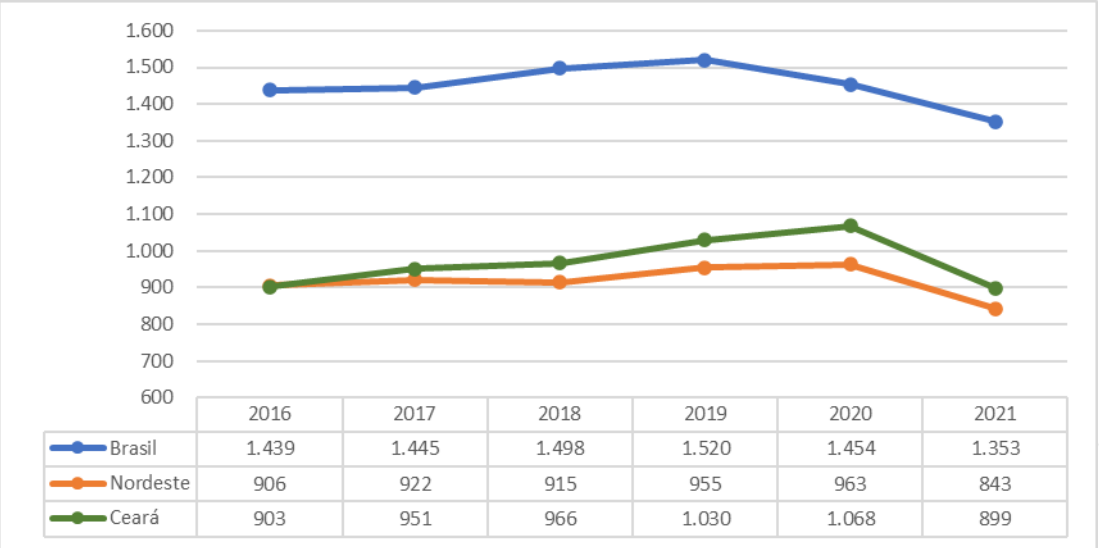
Em um contexto adequado, a escolaridade média da população adulta deveria somar, no mínimo, 12 anos de estudos completos, que corresponderia a educação básica ou ensino médio completo. Porém, considerando que a taxa de crescimento anual é de aproximadamente 0,2 anos de estudos e mantendo todas as condições atuais constantes, em regiões pobres como o Ceará, assim como em toda a região Nordeste, levaria cerca de quinze anos para alcançar este resultado.

Pobreza e desigualdade

No que se refere aos indicadores de pobreza e desigualdade, houve uma piora acentuada no último ano, com redução do rendimento per capita real médio da população brasileira e, consequente, aumento dos índices de pobreza e desigualdade, principalmente, por causa da redução do valor do Auxílio Emergencial. Após pagar benefícios que variavam de R$ 600 a R$ 1.800 por família, ao longo de 2020, o governo federal interrompeu o pagamento do benefício no final do ano, retomando-o em abril de 2021, com valores menores de, no máximo, R$ 375 para famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Em 2021, o rendimento domiciliar *per capita* real médio mensal dos cearenses caiu -15,8%, passando de R $1.068 para R $899 (em reais de 2021). Apesar do efeito da redução do Auxílio Brasil ter afetado toda a população brasileira, sobretudo os trabalhadores informais e os beneficiários do então Programa Bolsa Família, a renda per capita média nordestina e brasileira caíram menos do que a cearense, -12,5% e -6,9%, respectivamente. Apesar disso, o rendimento per capita médio do Ceará permaneceu superior ao da Região Nordeste, fato que vem ocorrendo desde 2017, embora ambos ainda estejam bem abaixo da média nacional (ver o Gráfico 23).

Gráfico 23 – Rendimento domiciliar per capita real médio mensal (em reais de 2021) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2021.

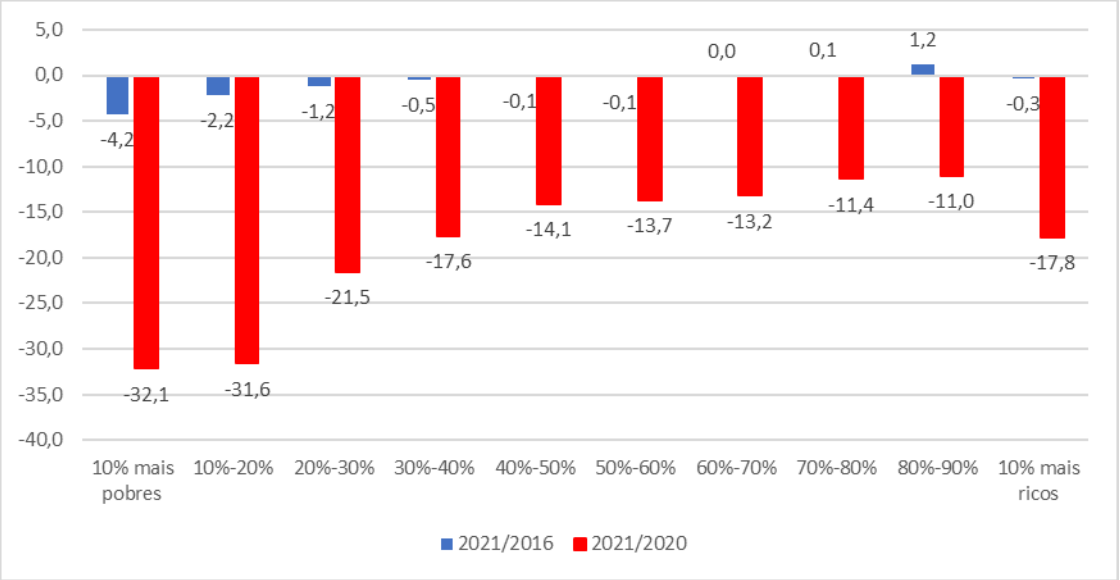


	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	1.439	1.445	1.498	1.520	1.454	1.353
Nordeste	906	922	915	955	963	843
Ceará	903	951	966	1.030	1.068	899

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual, 2016 a 2021.

Apesar do principal fator responsável pela queda da renda média, em 2021, ter sido a redução do valor do Auxílio Emergencial, todos os décimos da distribuição de renda sofreram perdas devido ao prolongamento da pandemia e, consequentemente, das medidas de restrição da atividade econômica para reduzir a velocidade de transmissão do vírus. Com a ajuda do Gráfico 24, abaixo, observa-se uma relação inversa entre a taxa de variação da renda média e a posição na distribuição da renda até o nono decil, dado que a renda dos 10% mais ricos caiu mais do que a dos décimos localizados próximos a mediana da distribuição. As maiores perdas foram sofridas pelo quinto mais pobre da população. A renda dos 10% mais pobres desabou -32,1%, enquanto a do decil seguinte, que se refere às pessoas entre os 10% e os 20% mais pobres, teve um tombo de -31,6%. Outros décimos que mais perderam renda foram o terceiro (-21,5%) e o último (-17,8), que corresponde ao 10% mais ricos.

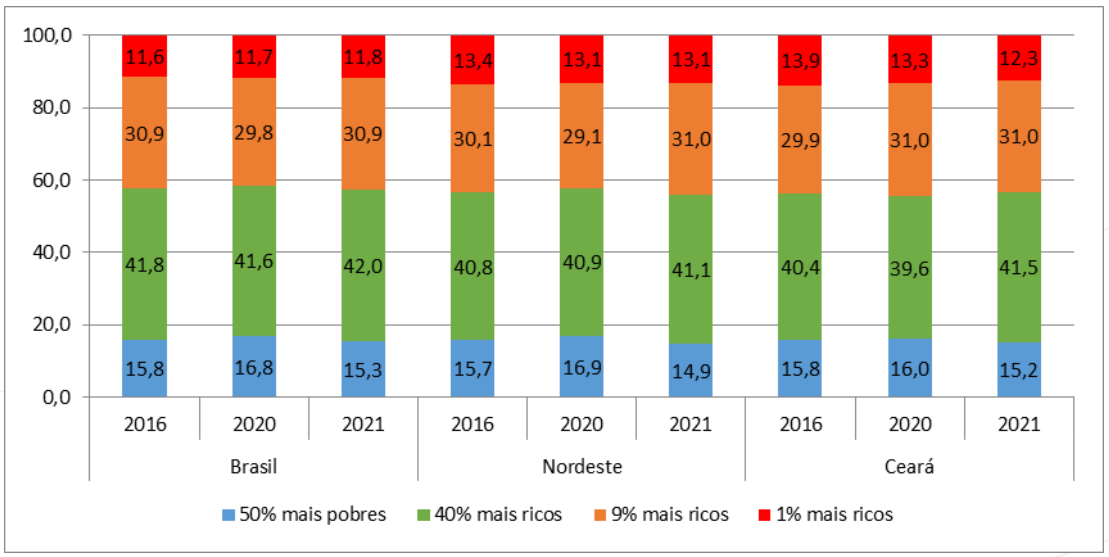
Gráfico 24 – Taxas médias de variação anual do rendimento domiciliar per capita real por décimos da distribuição de renda – Ceará - 2021/2016 e 2021/2020.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual, 2016, 2020 e 2021.

Essa dinâmica trouxe impactos sobre como se dá a acumulação da renda pelos estratos da população, como pode ser visualizado no Gráfico 25. No caso, verificam-se reduções nas fatias da renda acumulada pelos 50% mais pobres, cujo percentual da renda acumulada caiu de 16% para 15,2%, e os 10% mais ricos, cuja parcela se reduziu de 13,3% para 12,3% da renda total. Em contrapartida, aumentou a participação dos décimos na parte superior da distribuição, situados entre os 40% e 90% de maior renda média.

Gráfico 25 – Percentual do rendimento per capita total acumulado por estratos da população – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016, 2020 e 2021.

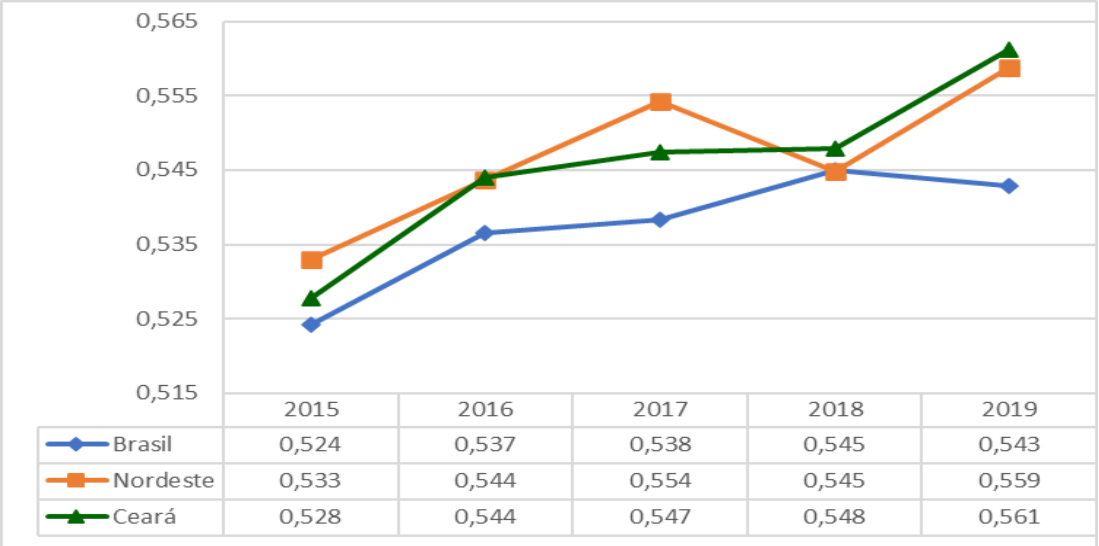


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual, 2016, 2020 e 2021.

Essas mudanças na participação dos estratos da população na renda total podem ser avaliadas a partir do Índice de Gini que mede o grau de concentração da distribuição do

rendimento *per capita* sintetizando toda a informação sobre a desigualdade em um único valor numérico. Ele assume valores no intervalo entre 0 e 1, e quanto maior o seu valor maior a desigualdade. Ademais, salienta-se que este índice é mais sensível a mudanças em torno do valor da média da distribuição do que nos extremos.

Gráfico 26 – Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita médio mensal – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2021.



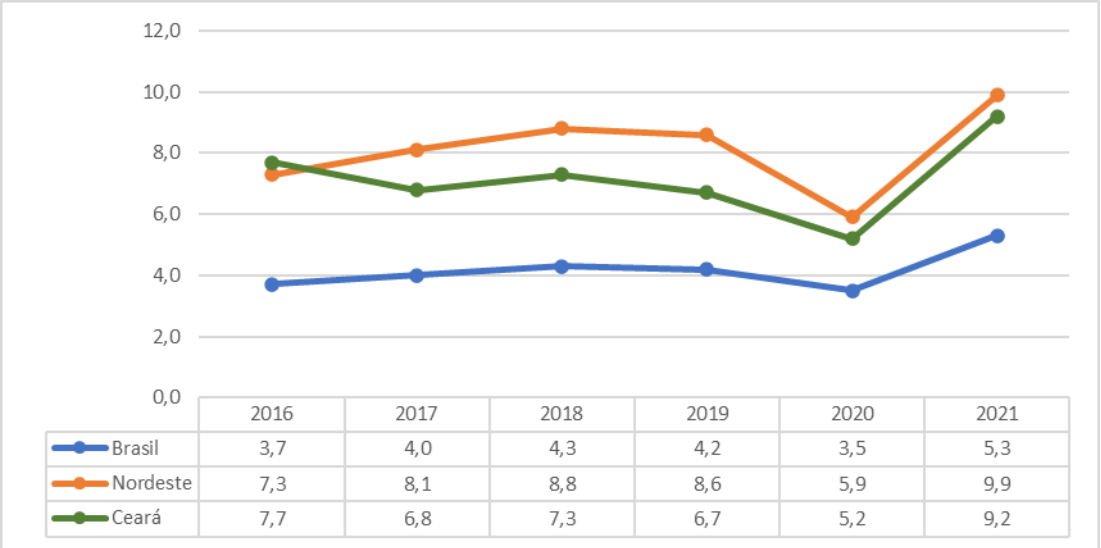
	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	0,524	0,537	0,538	0,545	0,543
Nordeste	0,533	0,544	0,554	0,545	0,559
Ceará	0,528	0,544	0,547	0,548	0,561

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual, 2016 a 2021.

O Gráfico 26, acima, mostra a evolução do índice de Gini entre 2016 e 2021. Como é possível observar, após uma redução, em 2020, a desigualdade voltou a crescer no último ano. No Ceará, o índice de Gini aumentou de 0,544, em 2020, para 0,556, em 2021. Esse movimento ocorreu de modo similar na região e no país, de forma mais intensa até. Enquanto o índice de Gini da distribuição de renda cearense aumentou 0,9%, o crescimento no Nordeste foi de 5,5% e no Brasil de 3,9%. Cabe destacar também que, diferentemente do que ocorreu no país, que terminou com o nível de desigualdade igual ao do período pré-pandemia, a desigualdade no Estado permaneceu inferior ao patamar de 2019.

Com relação aos indicadores de pobreza, especificamente a proporção de extremamente pobres, o Gráfico 27, mostra que o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo da linha da extrema pobreza, de acordo com o critério do Programa Auxílio Brasil, sucessor do Bolsa Família, aumentou consideravelmente, entre 2020 e 2021, no Ceará, passando de 5,2% para 9,2%. A taxa de extrema no Estado, portanto, cresceu 76,9%, superando o crescimento no Nordeste e no Brasil que foram de 67,8% e 51,4%, respectivamente. No entanto, considerando a taxa de crescimento acumulada no período 2016-2021, esse resultado se inverte, com o crescimento de 19,5% no Ceará inferior ao de 35,6% e 43,2% na região nordestina e no país, respectivamente.

Gráfico 27 – Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, de acordo com os valores nominais que definem os critérios de elegibilidade dos programas federais de transferência de renda – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2021.

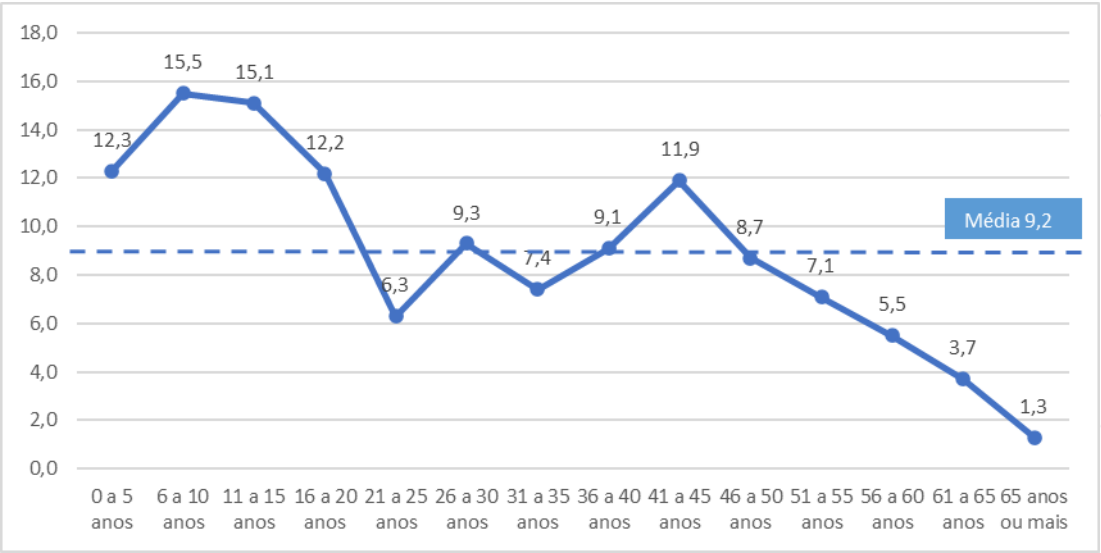


	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	3,7	4,0	4,3	4,2	3,5	5,3
Nordeste	7,3	8,1	8,8	8,6	5,9	9,9
Ceará	7,7	6,8	7,3	6,7	5,2	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual, 2016 a 2021.
Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.
(1) Valor da linha de extrema pobreza de R$ 85 (decreto 8.794 de 29 de junho de 2016).
(2) Valor da linha de extrema pobreza de R$ 89 (decreto 9.396 de 30 de maio de 2018).
(3) Valor da linha de extrema pobreza de R$ 100 (decreto 10.851 de 5 de novembro de 2021).

A questão mais grave acerca do problema da extrema pobreza diz respeito às faixas etárias nas quais se concentra. O Gráfico 28 apresenta a proporção de pessoas em extrema pobreza por faixa etária no Ceará, considerando a linha de extrema pobreza estabelecida pelo governo federal e utilizada como critério para inclusão no Programa Auxílio Brasil, que era de até R$ 100 per capita, em 2021.

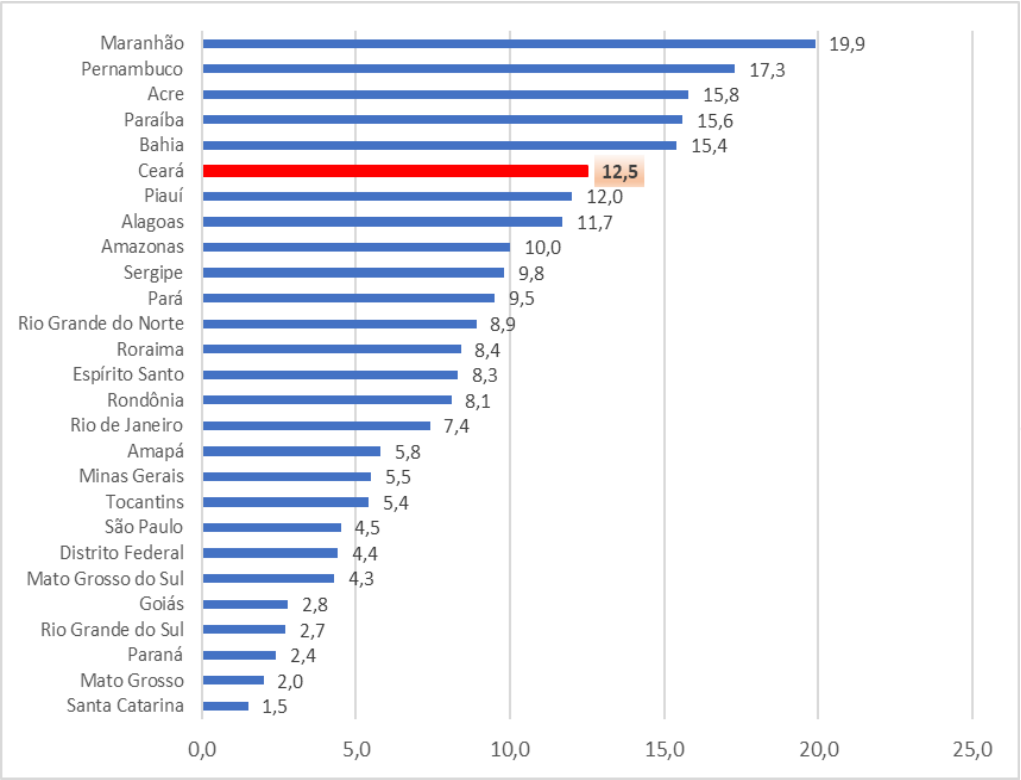
Gráfico 28 – Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza por faixa etária, de acordo com o critério do programa Auxílio Brasil – Ceará – 2021.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual, 2021.

Considerando os dados apresentados nos Gráficos 27 e 28, mais grave do que o aumento da extrema pobreza em si, é o fato de afetar mais intensamente as famílias com crianças, uma vez que os maiores percentuais de pessoas nessa condição se encontram na faixa etária de 0 a 15 anos. Enquanto este indicador é de 9,2 para o total da população no Estado, entre crianças de 0 a 5 anos é de 12,3%, chegando a 15,5% e 15,1% nas faixas etárias de 6 a 10 anos e 11 a 15 anos, respectivamente. Em números absolutos, em 2021, mais de 312 mil crianças cearenses de até 15 anos eram de famílias com renda per capita de até R$ 100 mensais.

Gráfico 29 – Percentual de criança na primeira infância (0 a 6 anos) em extrema pobreza, de acordo com a linha definida pelo programa Auxílio Brasil – Unidades da Federação 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual, 2021.

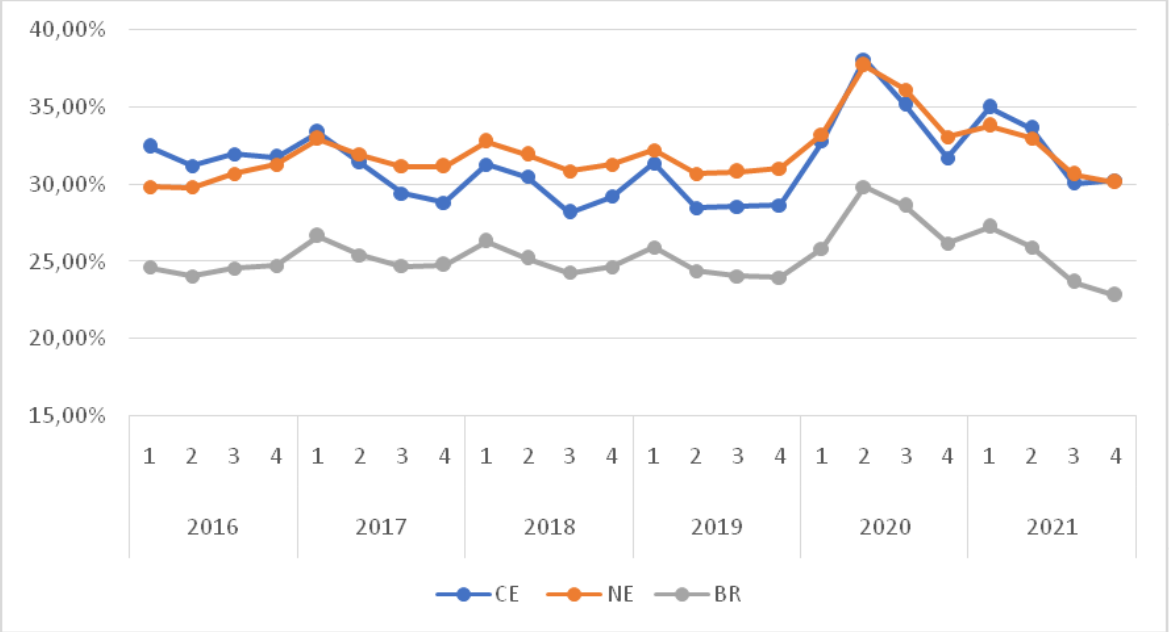
Considerando apenas as crianças na primeira infância, com idades entre 0 a 6 anos, o Ceará se encontra na sexta posição entre os estados com maiores percentuais de crianças na primeira infância em extrema pobreza. O Gráfico 29, acima, apresenta o ranking das unidades da federação de acordo com o percentual de crianças em extrema pobreza na primeira infância. O estado com a maior taxa de pobreza infantil é o Maranhão, enquanto a menor é de Santa Catarina. Cabe destacar que dos dez estados com piores resultados, todos fazem parte das regiões Norte e Nordeste, evidenciando a elevada desigualdade regional brasileira.

Destarte o cenário de pandemia em 2021, quanto aos jovens que não estudam e não trabalham (Gráfico 30), cujo percentual ao primeiro trimestre de 2016 correspondia a 32,44%, foi observada uma redução de 6,75%, quando comparado ao quarto trimestre de 2021 (30,3% dos jovens nesta situação).

Entre os anos de 2016 e 2019, a média desta proporção corresponde a 30,42%. Não obstante, com o início da pandemia, a partir do primeiro trimestre de 2020, a proporção de jovens sem frequentar a escola e sem trabalhar sofreu um aumento, possivelmente, em decorrência das condições adversas no mercado de trabalho para este público, bem como as dificuldades de adaptação ao sistema de ensino remoto. Assim, em 2020/T2, esta proporção atinge um ápice com 38,08% dos jovens cearenses nesta condição.
Em seguida, a proporção de jovens sem estudar ou trabalhar também passou a reduzir. Ao considerar o curto prazo, entre 2020/T4 e 2021/T4, a proporção destes jovens sofreu uma redução de 5%.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua divulgada pelo IBGE, em 2021/T4, no Ceará, havia mais de 677.329 jovens que não frequentavam a escola e não estavam empregados no mercado de trabalho (mais de 30% dos jovens cearenses). Tal proporção observada para o Ceará é um pouco inferior à proporção observada para o Nordeste (30,1%), porém ainda apresenta uma diferença de 32,7% em relação ao Brasil (22,8%).

Gráfico 30 – Proporção de Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2021



Fonte: IBGE /PNADC. Elaboração: IPECE.

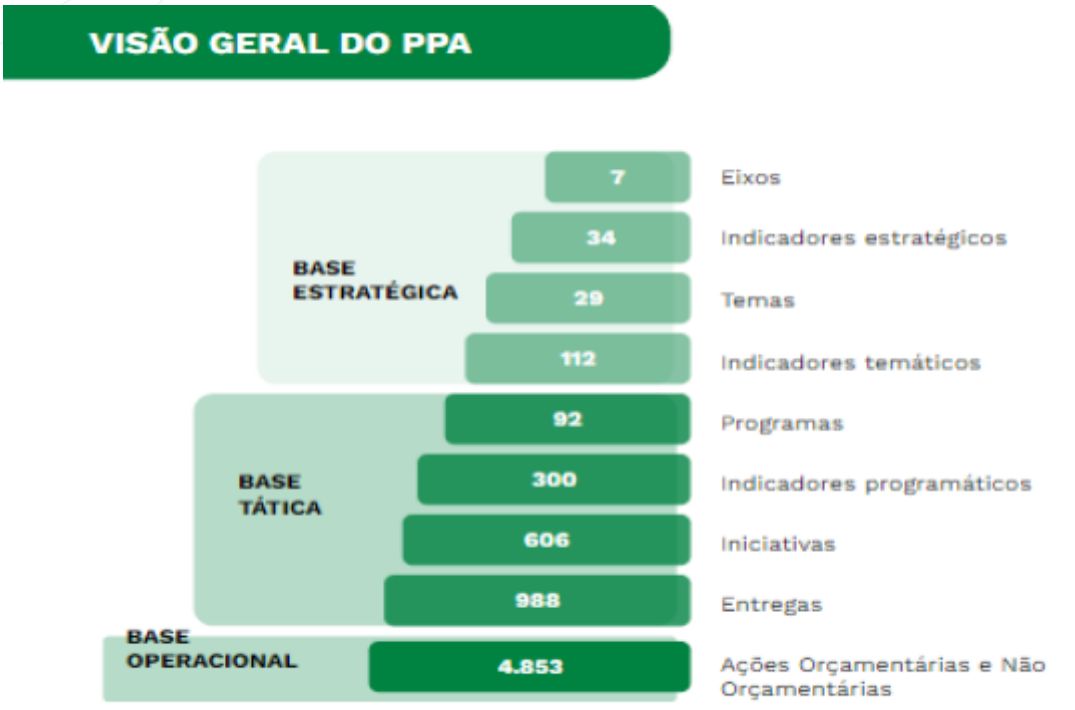
No entanto, houve uma pequena redução da proporção de jovens que estão fora da escola/universidade e sem ocupação, caindo para 29,5% em 2017 e chegando a 29,2% em 2019. Essa redução coincide com um reaquecimento da economia do estado, mas ainda insuficiente para fazer com que o percentual retorne ao nível de 2014.

VISÃO GERAL DO PPA

O PPA 2020-2023 está organizado em três dimensões, interligadas e escalonadas de modo a expressar, do nível estratégico ao operacional, os compromissos pactuados com a sociedade, bem como as estratégias que serão adotadas para o alcance dos resultados esperados.

1) **Base Estratégica:** composta pelos Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, seus resultados estratégicos e indicadores; e Temas Estratégicos, seus resultados temáticos e indicadores.
2) **Base Tática:** conhecida também como Base Programática, é composta pelos Programas com seus objetivos e indicadores; e iniciativas e entregas
3) **Base Operacional:** esta é a base conectada diretamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), no tocante às ações que necessitam de recursos financeiros registrados no orçamento público.

COMPOSIÇÃO DO PPA 2020-2023



A Entrega é onde se traduz a oferta realizada pelo Governo do Estado. É o bem ou serviço a ser disponibilizado para o público-alvo do Programa e deve contribuir diretamente para o alcance de seu objetivo. Para promover a mudança que se espera, a Entrega é quantificada por meio de metas definidas para cada ano do PPA.Desse modo, o conjunto de entregas ofertadas durante os quatro anos,será orientado para produzir os resultados que representem as transformações relevantes produzidas em seu público-alvo, em cada uma das 14 regiões de planejamento do estado.

Abaixo encontra-se o comportamento físico geral das entregas planejadas por eixo nos anos de 2020 e 2021, que será melhor detalhado no Capítulo 2 - Avaliação da Ação

Programática de Governo. Cabe reforçar que é preciso considerar na análise a atipicidade dos anos avaliados (2020 e 2021) em função do estado de emergência provocado pela Covid-19, onde o Governo teve de redefinir as prioridades de suas ações planejadas ao fim de 2019 para conseguir conter a pandemia.

Gráfico 31 - Comportamento físico das entregas em 2020.

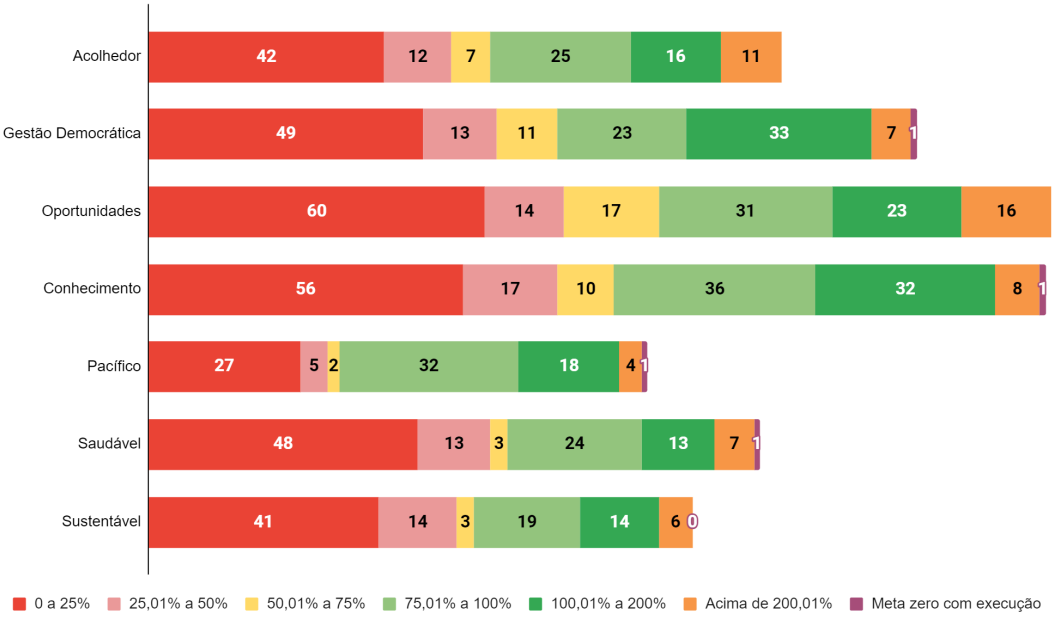
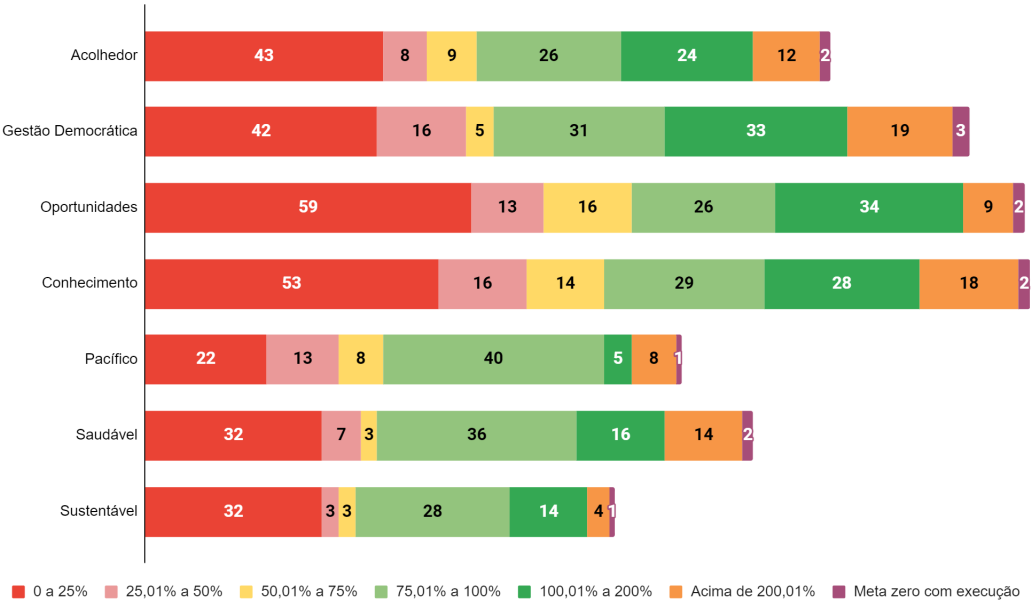


Gráfico 32 - Comportamento físico das entregas em 2021.



O aporte de recursos destinados para a execução das Entregas planejadas se dá em em termos da dimensão estratégica do PPA para a qual foram alocados recursos orçamentários para a implementação das políticas e programas componentes de cada Eixo de desenvolvimento. O quadro a seguir permite visualizar a vinculação da execução orçamentária às entregas prioritárias, segundo os eixos e temas estratégicos. O Ceará Pacifico ocupou a primeira posição no percentual de execução em 2020 e 2021 com

86,7% e 96,0% respectivamente. Um esforço relevante de execução orçamentária garantindo a efetividade do orçamento como instrumento de gestão e comprometido com resultados para a sociedade encontra-se melhor detalhado no tópico ao final deste capítulo.

	2020	2021
CEARÁ ACOLHEDOR	**360.652.880,83**	**594.035.740,07**
Acesso à Terra e Moradia	26.775.064,02	35.618.398,79
Assistência Social	140.621.459,68	312.676.665,70
Inclusão Social e Direitos Humanos	159.871.309,58	204.568.261,55
Segurança Alimentar e Nutricional	33.385.047,55	41.172.414,03
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS	**13.029.421.612,53**	**14.539.739.299,68**
Administração Geral	12.062.852.203,11	13.510.459.053,51
Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	163.879.741,14	236.283.817,37
Gestão Fiscal	541.637.378,52	514.596.839,19
Planejamento e Modernização da Gestão	12.845.238,21	15.660.050,47
Transparência, Ética e Controle	248.207.051,55	262.739.539,14
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	**1.717.133.580,97**	**2.179.563.220,09**
Agricultura Familiar e Agronegócio	147.132.637,83	229.052.194,87
Comércio e Serviços	2.371.360,60	0,00
Indústria	11.922.647,34	25.802.476,56
Infraestrutura e Mobilidade	1.441.471.145,57	1.677.847.695,00
Pesca e Aquicultura	4.136.498,59	7.220.004,59
Trabalho e Empreendedorismo	38.635.919,22	109.234.484,28
Turismo	71.463.371,82	130.406.364,79
CEARÁ DO CONHECIMENTO	**3.186.441.696,48**	**4.305.479.475,37**
Ciência, Tecnologia e Inovação	132.311.080,61	204.208.717,90
Cultura e Arte	175.233.029,99	211.862.292,30
Educação Básica	1.998.456.834,28	2.786.877.365,42
Educação Profissional	428.901.349,27	498.470.215,91
Educação Superior	451.539.402,33	604.060.883,84
CEARÁ PACÍFICO	**3.953.891.867,46**	**4.381.102.582,26**
Justiça	1.558.343.834,15	1.675.885.111,96
Segurança Pública	2.395.548.033,31	2.705.217.470,30
CEARÁ SAUDÁVEL	**4.335.712.064,94**	**4.838.025.021,95**
Esporte e Lazer	84.971.393,90	134.409.716,33
Saneamento Básico	64.550.836,33	104.258.402,38
Saúde	4.186.189.834,71	4.599.356.903,24
CEARÁ SUSTENTÁVEL	**331.266.829,07**	**327.505.914,41**
Energias	4.125.361,25	10.465.730,16
Meio Ambiente	86.306.296,54	160.326.469,34
Recursos Hídricos	240.835.171,28	156.713.714,91

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária.

DESEMPENHO DA BASE ESTRATÉGICA

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS

Conforme o Plano de Governo vigente, denominado "Os 7 Cearás"[7], elaborado para o período de 2015 a 2018 e que continuou para os anos de 2019 a 2022, o Eixo 2 - "**Ceará da Gestão Democrática para Resultados**" tem por objetivo "garantir: (i) crescimento constante; (ii) equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário; e (iii) redução persistente das desigualdades". O Eixo 2 possui como Resultado Estratégico serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, produzindo impactos e atendendo às necessidades dos cidadãos e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal.

Este Eixo abrange os seguintes Temas:

1. **Administração Geral**: Administração pública estadual gerenciada com eficiência e eficácia;
2. **Gestão e Desenvolvimento de Pessoas**: População atendida com excelência, justiça e imparcialidade, por agentes públicos qualificados, valorizados, dimensionados e alocados de forma efetiva e equitativa;
3. **Gestão Fiscal**: Sustentabilidade fiscal assegurada para o atendimento das demandas sociais e regionais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Ceará;
4. **Planejamento e Modernização da Gestão**: Planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado;
5. **Transparência, Ética e Controle**: Transparência, ética e controle promovidos de forma ampla e efetiva.

De acordo com o Sistema Integrado de Orçamento e Finanças (SIOF/SEPLAG)[8], do total dos gastos empenhados pelo Governo do Estado, no biênio 2020 e 2021, 46,64% foi para o **Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados**. Foram gastos aproximadamente R$ 24,8 bilhões nestes dois anos, sendo R$ 11,7 bilhões em 2020 e R$ 13,1 bilhões em 2021, um aumento de 12,37% de um ano para outro, o que demonstra o quanto o governo se esforçou para a promoção dos objetivos deste Eixo. Deste total de despesas, o Investimento Empenhado em 2020 foi de R$ 67,2 milhões e em 2021 de R$ 78,5 milhões, um crescimento de 16,79%, totalizando no biênio R$ 145,7 milhões. O Eixo 2 possui 15 programas executados por 23 secretarias estaduais, o que demonstra a intersetorialidade de diversos programas.

Estes gastos impactaram no primeiro objetivo, que é o de "**garantir um crescimento constante**" observado pela Taxa de Crescimento do PIB, estimada pelo IPECE[9], onde em

[7] Disponível em https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2022.
[8] Disponível em https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/. Acesso em 25 de outubro de 2022.
[9] Disponível em https://www.ipece.ce.gov.br/pib-tabelas-especiais/. Acesso em 25 de outubro de 2022.

2020 apresentou queda de -4,16% em relação à 2019, devido os efeitos da epidemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), mais conhecido como Covid-19, e uma recuperação de 6,63% em 2021 em relação à 2020, com o Plano de Retomada das Atividades Econômicas. Dos grandes Setores da Economia, em 2020, o Setor da Agropecuária teve a maior Taxa de Crescimento no Valor Adicionado em relação ao ano anterior de 10,31%, já o Setor de Serviços obteve taxa negativa de -3,60% e o Setor da Indústria de -7,11%. Em 2021, o Setor da Indústria foi o que teve a maior Taxa de Crescimento no Valor Adicionado em relação a 2020 de 13,35%, seguido do Setor de Serviços (5,96%) e o Setor de Agropecuária (-4,71%).

No tocante ao segundo objetivo, "**garantir o equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário**" pode ser observado a partir da necessidade de financiamento, observando o Resultado Nominal ou seja, a diferença entre o fluxo agregado de Receitas Totais e de Despesas Totais. Quando se exclui a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida, então se obtém o Resultado Primário que relaciona o esforço fiscal do período e a variação da dívida líquida. Quando o governo gasta menos do que arrecada, desconsiderando a apropriação de juros sobre a dívida líquida existente, há o Superávit Primário que pode contribuir para uma redução dos passivos, uma elevação dos ativos ou uma combinação de ambos. Os resultados fiscais podem ser apurados pelos critérios "Acima da Linha", que é a diferença entre as receitas e as despesas do setor público, e "Abaixo da Linha", que observa a variação da dívida líquida total, interna ou externa. Conforme os valores apresentados na Tabela 25 a partir do Anexo 6/RREO elaborado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ)[10], é possível ver que os valores acima da Linha e Abaixo da Linha são iguais para os Resultados Nominal e Primário, nos dois anos e positivos, o que demonstra uma situação de Superávit Primário bem elevado.

Tabela 25 - RREO - Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Ceará – 2020 e 2021.

RESULTADO		2020	2021
Resultado Primário	Acima da Linha	2.396.769.664,95	2.655.080.082,15
	Abaixo da Linha	2.396.769.664,95	2.655.080.082,15
Resultado Nominal	Acima da Linha	2.001.871.162,25	2.486.307.365,76
	Abaixo da Linha	2.001.871.162,25	2.486.307.365,76

Fonte: SEFAZ. Elaboração IPECE.

Outra forma de verificar a sustentabilidade financeira do governo é a posição de endividamento do estado por meio da Receita Corrente Líquida (RCL) que é o valor das Receitas Correntes menos as deduções. Deste resultado ao subtrair as Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, se pode calcular o limite de endividamento definido por resolução do Senado Federal, onde no caso dos estados, as Dívidas Consolidadas Líquidas (DCL) não poderão ser superiores a 200% das Receitas Correntes Líquidas (RCL). Conforme os valores apresentados na Tabela 26 a partir do Anexo 3/RREO e na Tabela 27 a partir do Anexo 2/RGF elaborados pela Secretaria da

[10] Disponível em https://www.sefaz.ce.gov.br/download/lei-de-responsabilidade-fiscal-lrf/. Acesso em 26 de outubro de 2022.

Fazenda (SEFAZ)[11], é possível observar que o valor da RCL ajustada para cálculo dos limites de endividamento aumentou 14,39% de 2020 para 2021 e que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) diminuiu 7,23% nesse período, reduzindo o percentual da DCL sobre a RCL Ajustada em 10,28 p.p..

Tabela 26 - RREO - Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Ceará – 2020 e 2021.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	2020	2021
I - Receitas Correntes	30.124.187.916,87	35.221.616.425,18
II - Deduções	8.095.872.932,41	10.050.802.864,14
III - Receita Corrente Líquida (RCL) (I - II)	22.028.314.984,46	25.170.813.561,04
IV - Transferências obrigatórias da união relativas às emendas individuais (art. 166-a, § 1º, da CF)	25.180.098,79	1.829.986,00
V - RCL ajustada para cálculo dos limites de endividamento (III - IV)	22.003.134.885,67	25.168.983.575,04

Fonte: SEFAZ. Elaboração IPECE.

Tabela 27 - RGF - Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Ceará – 2020 e 2021.

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	2020	2021
I - Dívida Consolidada (DC)	17.783.339.122,52	18.849.849.667,10
II - Deduções	5.809.716.226,36	7.741.526.042,45
III - Dívida Consolidada Líquida (DCL) (I - II)	11.973.622.896,16	11.108.323.624,65
% da DCL sobre a RCL Ajustada (V)	54,42%	44,13%

Fonte: SEFAZ. Elaboração IPECE.

Com relação ao terceiro objetivo, que é o de "**garantir a redução persistente das desigualdades**", pode ser avaliado pela relação do Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) do Ceará com o do Brasil, também estimado pelo IPECE. Observa-se na relação PIBpc que em 2020 foi de 50,58% e em 2021, cresceu para 51,15%.

Três indicadores estratégicos são utilizados para monitorar e avaliar o Eixo 2:

1) Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI),
2) Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP)
3) Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL)

O **Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI)** permite o monitoramento dos investimentos públicos do Ceará, em uma perspectiva regional, comparando os investimentos, *per capita* de uma Região de Planejamento com o do Estado. O Ceará é formado por catorze Regiões de Planejamento, criadas pela Lei complementar nº 154 do

[11] Disponível em https://www.sefaz.ce.gov.br/download/lei-de-responsabilidade-fiscal-lrf/. Acesso em 26 de outubro de 2022.

ano de 2015. Essa regionalização tem sido utilizada nos instrumentos de planejamento legal, como, por exemplo, o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o cálculo do ICI, no período 2011 a 2021, foram utilizados os dados de Investimentos Empenhados provenientes do Sistema Integrado de Orçamento e Finanças (SIOF/SEPLAG)[12], que tem como gestora a Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG) e da população estimada calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[13].

A série histórica do ICI pode ser acompanhada pela Tabela 28 a seguir.

Tabela 28 - Série Histórica do Índice de Concentração Regional dos Investimentos - 2011 a 2021.

(Adimensional)

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Indicador	1,3640	1,1530	1,5446	1,2251	0,9337	0,9342

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador	0,9363	1,0527	1,0933	1,1486	1,1769

Fonte e Elaboração: IPECE

A Região de Planejamento da Grande Fortaleza é composta por 19 municípios e possui, elevada participação na atividade econômica do Ceará, 63,15% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, em 2019, segundo o IBGE e conforme a população estimada calculada pelo IBGE, a Grande Fortaleza participa com a maior concentração populacional do Estado, 45,11% da população cearense em 2021, bem como, conforme o SIOF/SEPLAG, em 2021, o Governo do Estado empenhou, aproximadamente, R$ 3,49 bilhões em investimentos em todo o estado do Ceará, sendo a Região da Grande Fortaleza a que mais recebeu recursos (53,09%).

No entanto, quando se compara o investimento *per capita* (ICI), percebe-se que, em 2020, quatro regiões apresentaram concentração maior que 1, na sequência: Sertão de Sobral (2,1019), Cariri (1,8223), Grande Fortaleza (1,1486) e Sertão dos Inhamuns (1,1077). As demais Regiões de Planejamento tiveram valores inferior a 1, indicando que os investimentos públicos *per capita* estão relativamente menos concentrados nessas regiões do que sua população. Em 2021, a Região do Cariri registrou um maior valor (1,3839) entre as catorze regiões, seguida pela Grande Fortaleza (1,1769) e Sertão dos Crateús (1,0749), o que demonstra o esforço do Governo em equilibrar os investimentos favorecendo o desenvolvimento sustentável e com mais equidade nas regiões do Estado.

Apesar dos constantes investimentos realizados pelo Governo do Ceará no Interior do Estado, percebe-se uma retomada na concentração dos investimentos públicos na região

[12] Disponível em https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/. Acesso em 25 de outubro de 2022.
[13] Disponível em https://www.ibge.gov.br. Acesso em 25 de outubro de 2022.

Grande Fortaleza a partir de 2018 e que vem aumentando ano a ano. Isto pode se dar, provavelmente, pela captação de investimentos para alavancar o desenvolvimento econômico do Estado concentrados em três projetos estratégicos, intitulados de "trinca de hubs": Hub Aéreo; Hub Portuário; e Hub de Dados. Somam-se ainda os investimentos de grandes grupos empresariais, como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica do Pecém, a dinamarquesa Vestas, que produz turbinas eólicas em Aquiraz; a norte-americana Phoenix, que processa as escórias de aciaria da CSP no Pecém.

Em 2021, o ICI realizado foi igual a 1,1769, superior ao programado no PPA (1,1300) em +0,0469 p.p., mas corroborando-se que os investimentos públicos neste ano foram maiores na Grande Fortaleza do que no Estado. Em termos per capita, teve-se um investimento público na Grande Fortaleza de R$ 434,50 por habitante, enquanto no Ceará registrou-se um valor de R$ 369,18. Estes resultados foram menores do que em 2020, R$ 304,72 e R$ 265,30, respectivamente.

Em 2020 foram empenhados investimentos no montante de R$ 316.714.614,13, bem superior a 2019 (R$ 91.649.348,10) e 2021 (R$ 74.326.269,74) para o combate e controle da Pandemia causado pela COVID-19.

Vale ressaltar que pela Execução Orçamentária, em 2021, dentre as secretarias do governo estadual, a Secretaria das Cidades (SCidades) foi a que teve maior aporte de investimentos correspondente a 61,3%, seguida pela Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA) com 10,2% e Secretaria da Educação (SEDUC) com 4,9%. Os cinco programas da SCidades que mais tiveram valores empenhados em investimento foram: Infraestrutura e Logística (41,0%), Promoção da Requalificação Urbana (12,9%), Desenvolvimento Integral da Educação Superior (10,4%), Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas (10,2%), Segurança Pública Integrada com a Sociedade (9,3%), equivalente a 83,7% de todo investimento empenhado nesta secretaria.

O **Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP)** representa a razão entre as Despesas Empenhadas do Governo do Estado, com pessoal e encargos sociais, investimentos, inversões financeiras e outras despesas correntes, exclusive reserva de contingência, transferências aos estados e ao Distrito Federal, aos municípios, à União e ao exterior, aposentadorias e outros benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), pensões especiais e pensões, exclusive do RGPS pelo Número de Vínculos Empregatícios no Setor de Administração Pública.

Para o cálculo do IEGSP, no período 2011 a 2021, foram utilizados os dados de Despesas Empenhadas provenientes do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF), que tem como gestora a Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG) e dados acerca dos Vínculos Empregatícios no Setor de Administração Pública provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia[14]. No caso de 2021, os Vínculos Empregatícios no Setor de Administração Pública, foram

[14] Disponível em http://pdet.mte.gov.br. Acesso em 25 de outubro de 2022.

estimados a partir do estoque (RAIS) de 2020, adicionado ao saldo acumulado (CAGED) até dezembro de 2021.

A série histórica do IEGSP pode ser acompanhada pela Tabela 29 a seguir.

Tabela 29 - Série Histórica do Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP) - 2011 a 2021.

(R$ por trabalhador)

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Indicador	30,81	30,57	32,35	39,18	35,88	34,33

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador	32,50	37,45	37,16	44,17	43,47

Fonte e Elaboração: IPECE

Em 2020, o IEGSP foi de 44,2% e em 2021 foi de 43,5%. Pelos resultados apresentados, é possível verificar que o governo do Ceará estava aumentando a eficiência nos gastos do setor público desde 2017 (32,5) até 2020 (+11,7 p.p.), tendo uma leve queda em 2021 de -0,7 p.p. em relação à 2020. Em 2021, o resultado foi abaixo em -17,6 p.p. em relação ao valor programado de 58,9%.

É válido lembrar que para os anos de 2020 e 2021, não foi considerado o impacto causado pela pandemia da Covid-19, visto não haver informações suficientes para esta análise, diante disto é preciso verificar tal indicador com parcimônia.

A **Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL)**, verifica a Capacidade de Investimento do estado, utilizando o mesmo limite de arrecadação própria. Tal indicador é calculado por meio da razão entre os valores empenhados com Gastos de Investimento, realizados pelo governo do Ceará e o valor total da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado. Sua polaridade é "Quanto maior, melhor", isto é, quanto maior o resultado da Taxa, significa que mais o governo do Ceará está realizando investimentos, que irão promover desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda.

Para o cálculo da Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL), no período 2011 a 2021, foram utilizados os valores de Investimentos Empenhados provenientes do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF), que tem como gestora a Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG) e da RCL, os dados do Sistema da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que tem como gestora a Secretaria da Fazenda do Ceará (SEFAZ). Os dados de 2021 foram atualizados até o mês de dezembro de 2021.

A série histórica da Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL) pode ser acompanhada pela Tabela 30 a seguir.

Tabela 30 - Série Histórica da Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL) - 2011 a 2021.

(%)

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Indicador	24,51	17,23	16,73	24,09	15,89	12,18

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador	13,87	15,20	10,59	11,29	13,86

Fonte e Elaboração: IPECE

Em 2020, a Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL) foi de 11,29% e em 2021 foi de 13,86%.

Pelos resultados apresentados, é possível verificar que o governo do Ceará vem aumentando os gastos com investimento pela RCL de 2020 para 2021 houve um crescimento de 2,57 p.p ... Em 2021, o resultado realizado foi superior em 2,59 p.p. em relação ao valor programado de 11,27%.

É importante destacar que de 2015 a 2020, o estado do Ceará vem mantendo a liderança sobre todas as Unidades da Federação no indicador 'Taxa de Investimento', com o 1º lugar, valor igual a 100,0. Em 2021, o estado do Ceará ficou em 2º lugar, neste indicador, e ficou na 8ª posição no Pilar "Solidez Fiscal" no Ranking de Competitividade dos Estados[15], elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

CEARÁ ACOLHEDOR

Indicadores Estratégicos (2016 - 2021)

Indicadores / Unidade de medida	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Percentual de extremamente pobres (%)	7,70	6,80	7,30	6,70	5,20	9,20
Percentual de extremamente pobres na zona rural (%)	14,60	14,70	15,20	14,30	9,20	20,90
População vivendo abaixo da linha de pobreza nacional (%)	16,90	15,60	15,90	14,90	10,50	17,50
Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham (%)	30,88	29,96	30,20	29,73	35,24	32,23

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual e PNAD-Contínua Trimestral, 2016 a 2021.
Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

(1) Valores das linhas de pobreza e extrema pobreza definidos pelo decreto 8.794 de 29 de junho de 2016;
(2) Valores das linhas de pobreza e extrema pobreza definidos pelo decreto 9.396 de 30 de maio de 2018;
(3) Valores das linhas de pobreza e extrema pobreza definidos pelo decreto 10.851 de 5 de novembro de 2021.

[15] Disponível em https://www.rankingdecompetitividade.org.br/. Acesso em 25 de outubro de 2022.

O Eixo “Ceará Acolhedor” fundamenta-se num conjunto de políticas públicas pautadas na inclusão social dos segmentos vulneráveis, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas e na garantia aos direitos humanos (CEARÁ, 2014[16]).

As Políticas Públicas que esse eixo abrange são:Assistência Social;Habitação, Inclusão, Direitos Humanos; e Segurança Alimentar.

De acordo com estudos da ONU[17], milhões de pessoas foram empurradas para situação de pobreza em 2020, e milhões de empregos foram perdidos. O número de pessoas afetadas pela fome no mundo também aumentou bastante (ONU, 2021),consequência da pandemia da COVID-19 que vem expondo desafios ao mundo sem precedentes.

No relatório anual, que trata do Panorama Social da América Latina em 2020, da CEPAL, indica que a pobreza é maior nas áreas rurais, entre crianças e adolescentes; indígenas e afrodescendentes; e na população com menores níveis educativos. O aumento dos níveis de pobreza e de pobreza extrema seria ainda maior sem as medidas implementadas pelos governos para transferir renda emergencial para os domicílios (CEPAL, 2021)[18].

Com relação aos indicadores de pobreza do Ceará, especificamente a proporção de extremamente pobres, a tabela mostra que o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo da linha da extrema pobreza, de acordo com o critério do Programa Auxílio Brasil, sucessor do Bolsa Família, aumentou consideravelmente, entre 2020 e 2021, no Ceará, passando de 5,2% para 9,2%.

A taxa de extrema no Estado, portanto, cresceu 76,9%, superando o crescimento no Nordeste e no Brasil que foram de 67,8% e 51,4%, respectivamente. No entanto, considerando a taxa de crescimento acumulada no período 2016-2021, esse resultado se inverte, com o crescimento de 19,5% no Ceará inferior ao de 35,6% e 43,2% na região nordestina e no resto do país, respectivamente. Para o meio rural foi mais agravante, cresceu 9,2% para 20,9%. No que concerne à pobreza o aumento nos dois últimos anos foi de 7 pontos percentuais.

Esta piora acentuada no último ano, foi principalmente, por causa da redução do valor do Auxílio Emergencial, transferência de renda do Governo Federal dado na pandemia. Após pagar benefícios que variavam de R$ 600 a R$ 1.800 por família, ao longo de 2020, o Governo Federal interrompeu o pagamento do benefício no final do ano, retomando-o em abril de 2021, com valores menores de, no máximo, R$ 375 para famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

[16] Link para Livro 7sCearás https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf
[17] Link para Publicação da ONU The-Sustainable-Development-Goals-Report-2021.pdf (fiocruz.br)
[18] Relatório CEPAL, 2021 “Panorama Social de América Latina 2020” Link https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020

Para mitigar os efeitos da pandemia principalmente sobre a população socialmente mais vulnerável, o Governo Estadual[19] também criou uma série benefícios sociais como, por exemplo, o pagamento da conta de energia para famílias de baixa renda e o pagamento das contas de energia de bares e restaurantes que constam em atraso durante o período da pandemia, Subsídio direto para contas de água de famílias do interior do Estado, Auxílio Cesta Básica para algumas categorias de profissionais autônomos, o Auxílio Catador para trabalhadores de reciclagem de materiais, o auxílio para os profissionais do setor de alimentação fora do lar e o Vale Gás Social. Este último se tornou recentemente uma política pública permanente.

Além da criação de novos benefícios, o Governo Estadual também autorizou a ampliação do número de famílias beneficiadas e aumentou o valor do benefício pago pelo Cartão Mais Infância Ceará (transferência de renda do governo do Ceará a famílias vulneráveis com crianças) às famílias beneficiárias do Bolsa Família, em situação de extrema pobreza e com crianças na primeira infância.

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Indicadores Estratégicos (2016 - 2021)

Indicadores / Unidade de medida	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Índice de desigualdade de renda agregada municipal	0,55	0,53	0,59	0,54	0,55	0,54
Índice de Gini	0,54	0,55	0,55	0,56	0,54	-
Participação da renda domiciliar per capita rural na renda domiciliar per capita total (%)	49,70	49,40	49,40	45,30	51,20	-
Participação do Ceará nas exportações do Brasil (%)	0,72	0,98	1,01	1,03	0,89	0,98
Participação do PIB Ceará no PIB Brasil (%)	2,21	2,25	2,23	2,21	2,19	-
Razão PIB per capita Ceará/PIB per capita Brasil	0,51	0,52	0,51	0,51	0,51	0,51
Taxa de crescimento da produtividade do trabalho (%)	-2,91	-0,58	-2,22	-0,87	8,00	9,95
Taxa de desocupação (%)	12,40	11,10	10,10	10,33	14,47	12,44
Posição do Ceará no ranking de competitividade dos estados (número)	12	12	12	12	10	12

Fonte: Ipece; Sedet.

19 https://www.ceara.gov.br/2022/04/18/confira-as-acoes-que-o-governo-do-ceara-vem-promovendo-no-combate-a-pandemia/

O Eixo Ceará de Oportunidades tem como resultado gerar desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores. Para isso, o Estado do Ceará definiu como estratégia promover o crescimento econômico do Estado com desenvolvimento territorial, com a geração de mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. Dessa forma, as políticas do Ceará buscam obter um crescimento econômico acima da média do crescimento nacional, dialogando com as lideranças do interior do Estado e captando os anseios e propostas capazes de responder ao grande desafio de garantir maior equidade regional ao desenvolvimento do Ceará.

Para acompanhar as transformações oriundas das intervenções declaradas no Eixo foram elencados nove indicadores: Índice de desigualdade de renda agregada municipal; Índice de Gini; Participação da renda domiciliar per capita rural na renda domiciliar per capita total; Participação do Ceará nas exportações do Brasil; Participação do PIB Ceará no PIB Brasil; Razão PIB per capita Ceará/PIB per capita Brasil; Taxa de crescimento da produtividade do trabalho; Taxa de desocupação e; Posição do Ceará no ranking de competitividade dos estados.

O primeiro ano do PPA 2020-2023 coincidiu com o primeiro ano da pandemia da Covid-19, o que impactou negativamente na execução do Plano nesse ano, rebatendo também no ano de 2021. Desta forma, nos dois primeiros anos (2020-2021) parte das políticas de incentivo e atração para o desenvolvimento econômico não puderam ser viabilizadas, além de ter que reaver algumas políticas que foram implementadas no Plano de Reabertura da economia do estado do Ceará. Sendo assim, em 2021 os indicadores que compõem o Eixo Ceará de Oportunidades apresentaram valores que foram contra o resultado desejado do Eixo, mas já em 2021, observou-se uma retomada positiva com tendência ao desejado.

A participação do PIB do Ceará no PIB do Brasil apresentou um considerável crescimento em 2017, quando comparado ao ano de 2016, passando de 2,21 para 2,25, mas retornando em 2019 para o mesmo patamar de 2016. A estimativa para o ano de 2020, em decorrência dos efeitos negativos na economia causados pela pandemia da Covid-19, é de uma queda de participação para o patamar de 2,19, porém, a previsão para o ano de 2021 é de que a retomada do crescimento da economia cearense seja mais intensa do que a do Brasil, elevando a participação do PIB do Ceará para o patamar de 2,23.

Quando se pondera o indicador participação do PIB do Ceará no PIB do Brasil pelo o tamanho populacional de ambas as economias, gera-se o indicador Razão PIB per capita Ceará/PIB per capita Brasil. Pode-se verificar que este indicador praticamente permaneceu estável, no valor de 0,51, para o período 2016-2019. Mesmo efeitos negativos na economia causados pela pandemia da Covid-19, a estimativa para este indicador é se manter no patamar de 0,51 para o ano de 2020, projetando-se este mesmo valor para o ano de 2021. Isto quer dizer que se espera para o ano de 2021 que o PIB per capita do Ceará represente aproximadamente 51% do PIB per capita do Brasil, mostrando que ainda há um grande desafio a ser superado para o atingimento da riqueza per capita nacional, isto é, para o alcance deste indicador no valor igual a 1.

Quanto à desigualdade de renda no estado do Ceará, o Índice de desigualdade de renda agregada municipal, que analisa a distribuição do PIB via PIB *per capita*, em 2020 a estimativa para o indicador apontou um discreto aumento de concentração, mas já voltando em 2021 ao nível de 2019. O comportamento de 2020 pode ser explicado principalmente pelas medidas de isolamento social e de restrição sobre algumas atividades econômicas adotadas pelo governo estadual no combate a pandemia da Covid-19 que afetou bastante o padrão de produção nos diversos municípios cearenses. Os municípios com maior participação da agricultura foram menos afetados por tais medidas, visto que estas não impactaram as atividades de campo do setor agropecuário. Por outro lado, os municípios com maior participação da indústria e especialmente em comércio e serviços com destaque para aqueles ligados à arte, cultura, lazer, entretenimento e turismo foram muito afetados neste período. Contudo, ao comparar 2020 e 2021, a tendência, com base na estimativa do indicador, aponta leve desconcentração.

Porém, ao observar o Índice de Gini, que mede a diferença de renda, verificou-se que em 2020, houve redução da desigualdade na distribuição do rendimento domiciliar per capita. Tal resultado deve-se a um conjunto de fatores que incluem o pagamento do Auxílio Emergencial e as mudanças no mercado de trabalho provocadas pela pandemia da Covid-19 e as medidas restritivas necessárias para o seu enfrentamento. Tal medida de distribuição de renda pago à população mais pobre compensou a perda da renda gerada pelo trabalho. Ao final, o efeito líquido foi de redução da desigualdade de rendimentos. Contudo, em 2021, por conta do restabelecimento das atividades econômicas e redução do valor do Auxílio emergencial, observou-se um leve aumento na desigualdade na distribuição dos rendimentos recebidos pela população cearense, mas ainda em um padrão inferior ao observado no período pré-pandemia, revelando uma melhora no padrão geral de concentração de renda da população cearense.

Analisando mais especificamente a renda rural, em 2020, houve um aumento considerável na razão entre a renda domiciliar per capita rural e a renda domiciliar per capita total, mais que compensando a queda observada no ano anterior. Pela primeira vez na série histórica observada a participação da renda domiciliar per capita rural foi superior a 50% da renda domiciliar per capita total cearense. Esse resultado deveu-se ao menor impacto da pandemia sobre os trabalhadores da zona rural e ao aumento da renda tanto por causa do Auxílio Emergencial quanto pelo aumento no valor dos produtos agrícolas, principalmente dos alimentos. Contudo, em 2021, a participação da renda rural apresentou uma leve redução, mas ficando ainda superior ao padrão observado pré-crise, revelando, novamente, uma melhora geral da renda gerada na zona rural cearense, resultando em melhoria do quadro de oportunidades no interior do estado.

O mercado de trabalho foi bastante afetado pela pandemia da Covid-19, com comportamentos influenciados pelas medidas de restrições adotadas no período. Ao observar a Taxa de crescimento da produtividade do trabalho em 2020, registrou um crescimento expressivo bem além do esperado, fruto de uma combinação de queda no valor da produção estadual e de uma forte retração no total de pessoas ocupadas na economia cearense, especialmente aquelas menos qualificadas, por conta das medidas

de isolamento social no combate a pandemia da Covid-19. Já em 2021, observa-se um novo crescimento acumulado em quatro trimestres, abaixo do observado em 2020, desta vez explicado pela forte retomada das atividades econômicas, bem acima da retomada dos postos de trabalho, revelando uma trajetória de convergência ao padrão observado pré-crise. Ou seja, a economia cearense demonstrou forte recuperação no ano de 2021, afetando positivamente o indicador de produtividade do trabalho.

A pandemia da Covid-19 também afetou bastante a taxa de desocupação no mercado de trabalho cearense, que registrou uma forte alta alcançando um patamar 14,47% da força de trabalho. A destruição de vagas durante o período da pandemia fez com que mais pessoas saíssem à procura de uma vaga no mercado de trabalho para manter o nível de renda observado anteriormente. Em 2021, por conta da retomada dos postos de trabalho e retorno natural dos empregos, a taxa de desocupação no mercado de trabalho cearense registrou forte queda, finalizando com um total de 11,10% da força de trabalho estadual. Em suma, passado o auge da crise foi possível constatar uma nítida recuperação no mercado de trabalho estadual, impactando positivamente em novas oportunidades para os trabalhadores cearenses.

Outro fator que ajuda a explicar a melhora no cenário de oportunidades para a economia cearense é a análise da participação da pauta de exportações do estado na pauta de exportações nacionais. Em 2020, o Ceará perdeu participação nas exportações do país, fato explicado pela forte retração na demanda mundial provocada pela pandemia da Covid-19, que atingiu principalmente os bens manufaturados e os semimanufaturados, onde se concentra a nossa pauta. No entanto, em 2021, mesmo com a retomada lenta da economia mundial, as exportações cearenses registraram crescimento de participação no total das exportações brasileiras, revelando recuperação frente às perdas observadas no ano anterior, ou seja, as vendas externas do Ceará estão retomando seu padrão pré-crise.

CEARÁ DO CONHECIMENTO

Indicadores Estratégicos (2016 - 2021)

Indicadores / Unidade de medida	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais (anos de estudo) (1)	2,9	2,9	2,9	2,7	ND	ND
Escolaridade média das pessoas de 15 anos ou mais de idade (anos de estudo) (2)	8,1	8,5	8,8	8,8	9,2	9,2
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) (2)	14,3	13,4	12,4	12,7	11,0	10,9
Índice de qualificação dos trabalhadores (anos de estudo) (2)	9,2	9,7	10,0	10,0	10,6	10,6

Participação da economia criativa na massa salarial do Ceará (%) [3]	2,6	2,6	2,6	2,5	ND

Fonte: (1) Suplemento Educação/PNADC//IBGE; (2) PNADC- trimestral/IBGE (2º Trimestre) e (3) RAIS. Elaboração IPECE
Nota: ND: Dados não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa.
Bases atualizadas com a reponderação das PNAD-Contínuas disponível a partir de novembro de 2021.

A educação é reconhecida hoje como um importante mecanismo de desenvolvimento econômico e de promoção do bem-estar social em qualquer sociedade. Estudos nacionais e internacionais reportam a importância dos investimentos em educação justificando que o acúmulo do capital humano, por meio da melhoria da escolarização da população é indispensável para o desenvolvimento sustentável dos países, não apenas pelo seu retorno privado, ao traduzir maior grau de escolaridade em renda, mas também por seus retornos sociais, com efeitos positivos em várias esferas da vida social e econômica.

Nesse sentido,o Governo do Estado do Ceará, vem concentrando esforços em construir um **Ceará do Conhecimento** com alicerces na qualidade da educação básica, no fortalecimento da pesquisa e inovação, passando pela cultura, pela economia criativa, pela educação profissional e qualificação do trabalhador cearense.

E na busca deste objetivo, se trabalha para reduzir as desigualdades sociais para garantir uma educação de qualidade e inclusiva ao cidadão cearense e, assim, assegurar que todos os cearenses adquiram conhecimentos e habilidades necessárias no sentido de propiciar a todos os indivíduos o exercício da cidadania, o desenvolvimento individual e social e sua inserção no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, o Eixo do Ceará do Conhecimento abrange cinco temas estratégicos:

1. **Educação Básica:** população com educação básica de qualidade e com equidade;
2. **Educação Profissional:** População com educação profissional de qualidade e inclusiva articulada com as demandas populacionais e com o mundo do trabalho;
3. **Ensino Superior:** Sociedade com educação superior de qualidade, inclusiva e produtora de conhecimento articulado às necessidades e dinâmicas socioeconômicas do estado;
4. **Ciência, Tecnologia e Informação:** sociedade impulsionada pela inovação, produção e difusão científicas, tecnológicas e sociais, promovidas de forma ampla, inclusiva e territorialmente estruturada;
5. **Cultura:** população cearense potencializada culturalmente, de forma ampla e inclusiva, com reconhecimento e valorização de sua diversidade, transversalidade e dinamicidade artística e cultural geradoras de valor simbólico, socioeconômico e ambiental.

Para acompanhar esse eixo, lança-se mão de cinco indicadores. O primeiro indicador, "a diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres entre a população de 15 anos ou mais" procura avaliar a elevação da escolaridade média da população cearense de forma igualitária, sem que haja reprodução das desigualdades sociais relacionadas à renda. Embora não haja informações disponíveis para 2020 e 2021, nota-se pouca variação neste indicador entre 2016 e 2019. Mostrando que uma pessoa do estrato mais elevado da renda (25% mais rico), possuía, em média, 2,7 anos de

estudos a mais que uma pessoa do estrato mais baixo (25% mais pobre).

Em relação à escolaridade média da população de 15 anos ou mais no Ceará, percebe-se que entre 2020 e 2021, não apresentou grandes mudanças, chegando a 9,2 anos de estudos em 2021. Que corresponde a um pouco mais que o ensino fundamental completo. Em relação a taxa de analfabetismo, entre a população de 15 anos ou mais, em 2021, 10,9% dos cearenses nessa faixa etária não sabiam ler ou escrever, o que corresponde a uma redução de 0,1 pontos percentuais se comparada a taxa de 2020.

O índice de qualificação dos trabalhadores que é mensurado pela escolaridade média da população ocupada de 14 anos ou mais de idade, apresentou um crescimento de 0,6 pontos percentuais em relação a 2019 e permaneceu sem alteração entre 2020 e 2021, chegando a 10,6 anos de estudos. Lembrando que esse indicador apresenta um viés de melhoria no período que corresponde a crise sanitária vivenciada pelo mundo (2020-2021) - período em que os trabalhadores menos qualificados estavam mais expostos ao desemprego, ou seja, a saída desses trabalhadores menos qualificados pode resultar em um viés no índice analisado.

Dessa forma, pelas informações apresentadas, percebe-se avanços importantes na formação do capital humano do estado do Ceará. Os dados apontam para uma melhoria nos níveis de escolarização da população em geral. Contudo, os desafios ainda são muitos, comparado a outros países que alcançaram a universalização da educação básica ainda na década de 1990, o Brasil e, consequentemente o estado do Ceará, apresentam um progresso educacional tardio e lento.

Em um contexto adequado, a escolaridade média da população deveria somar, no mínimo, 12 anos de estudos completos, que corresponderia a educação básica ou ensino médio completo. Porém, considerando que a taxa de crescimento anual é relativamente baixa, mantendo todas as condições atuais constantes, em regiões pobres como o Ceará, levaria mais de uma década para alcançar este resultado.

Em relação aos desafios a serem superados pelo direcionamento do Eixo Ceará do Conhecimento, destaca-se a redução da taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais de idade. Apesar dos esforços em alfabetizar as crianças nos primeiros anos escolares, o estoque de analfabetos adultos ainda é relativamente alto no estado, fazendo com que a redução desta taxa seja relativamente lenta. Outro desafio que precisa de uma atenção redobrada para os próximos anos, são os efeitos negativos provocados pela paralisação das escolas durante o período da pandemia. Apesar de não haver informações sobre tais efeitos, existem fortes indicativos que os dois anos de paralisação das aulas presenciais acarretaram um retrocesso no aprendizado das crianças e adolescentes do nosso estado. Daí a necessidade de fortalecer as políticas públicas já existentes, bem como a criação de novas ações que possibilitem a recuperação e o desenvolvimento do aprendizado dos estudantes no pós-pandemia.

Considerando o cenário pandêmico, em seu período mais crítico, que teve início em março de 2020 e que se entendeu até o segundo semestre de 2021, a maioria das unidades federativas do Brasil optaram por manter as suas escolas fechadas, com

algumas exceções. No caso do Ceará, apenas a rede privada de ensino teve o retorno presencial (em etapas e atendendo a protocolos sanitários rigorosos) ainda no segundo semestre de 2020.

Mesmo com o avanço da campanha de vacinação contra o coronavírus, no primeiro semestre de 2021, a rede pública de ensino do estado do Ceará, só deu início à suas atividades escolares presenciais, ainda no formato híbrido (intercalando aulas presenciais e remotas), apenas no segundo semestre daquele ano.

Portanto, procurando minimizar os impactos da pandemia e as perdas no processo de ensino-aprendizado dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação (SEDUC) distribuiu chips com pacotes de dados móveis de internet e tablets aos alunos da rede pública de ensino, além da disponibilizar equipamentos de transmissão de videoaula a todas as 731 escolas e 13 Centros Cearenses de Idiomas (CCIs) (CEARÁ, 2021) [20].

Por sua vez, das políticas públicas direcionadas para o ensino médio e educação profissionalizante, destaca-se a ampliação da oferta do número de vagas em tempo integral. Em 2017, o Governo do Estado institui a política de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) e a construção de novas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)[21]. Em 2021, o estado contava com 123 EEEP e 201 EEMTI, totalizando 324 escolas com jornada ampliada.

CEARÁ PACÍFICO

Indicadores Estratégicos (2016 - 2021)

Indicadores / Unidade de medida	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) (número de casos por 100 mil habitantes)	810,60	843,10	710,80	540,85	537,43	520,97
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	12,60	56,90	49,80	24,72	40,49	35,70

Fonte: Supesp.

Com o objetivo de promover uma sociedade justa, de convivência segura e tranquila, o eixo Ceará Pacífico tem como objetivo reduzir a criminalidade e garantir uma cultura de paz entre os cearenses por meio do amplo acesso aos mecanismos do poder público de segurança cidadã e de justiça efetiva, humanizada e integrada. Isso fica claro no que diz

[20] CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Educação do Ceará em Tempos de Pandemia: Experiências Municipais / Onélia Maria Moreira Leite de Santana (org.) et al. Fortaleza: SEDUC: EdUECE, 2021.

[21] Mais informações na Lei Nº 16.287, de julho de 2017, que institui a política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará.

respeito à prevenção em lidar com problemáticas relacionadas aos crimes e violências que ocorrem em nosso âmbito social (CEARÁ,2014[22]).

A partir desta premissa, entende-se que a política de segurança cidadã promove estratégias que visam preservar a vida, sendo adotada primordialmente em combate ao problema da criminalidade, assim, fazendo com que haja a convergência entre a segurança e os direitos fundamentais que competem ao indivíduo. Como preconiza a Constituição Cidadã, em um âmbito legal, a segurança é um direito social e compete o dever ao Estado promover a segurança pública para que se exista uma preservação da ordem e haja a garantia deste direito à todos (BRASIL, 1988[23]).

O eixo 5, Ceará Pacífico, possui dois indicadores estratégicos que buscam alcançar uma sociedade cearense pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas que dizem respeito tanto à Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) quanto à Taxa de crimes violentos letais e intencionais (CVLI).

Entende-se por CVP todos os crimes classificados como roubo, no qual classifica o ato de subtrair um bem material para si ou para outro mediante grave ameaça ou violência física. Nota-se que com o passar dos anos houve uma diminuição no indicador, o que significa um resultado positivo tendo em vista a polaridade “Quanto menor, melhor”. Isso se deve, sobretudo, à intensificação das operações de policiamento ostensivos e a integração das ações de inteligência de segurança pública, que atuam diretamente no combate aos crimes violentos contra o patrimônio e tendo como consequência direta a elevação da sensação de segurança.

No que diz respeito ao CVLI, o indicador busca mensurar os crimes de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Na série histórica nota-se um desempenho positivo até o ano de 2019, tendo no ano subsequente um grande aumento nas mortes violentas letais intencionais. Isso se deve tanto ao deslocamento de policiais para funções sanitárias durante a pandemia, da licença médica de muitos militares afetados pela doença, quanto à paralisação de parte dos policiais militares em suas atividades no início do ano, tendo 63,4% das mortes do mês de fevereiro de 2020 e, somando dados brutos, totalizam 312 mortes até dia 1º de março, que correspondeu ao último dia de paralisação.

Pontua-se aqui que este último fato relatado trouxe consequências para o estado como um todo. Pode se fazer referência ao registro dos conflitos entre organizações criminosas no Ceará, o que refletiu nos períodos seguintes e seguiu a tendência das disputas desses grupos até em âmbito nacional. Ficando claro quando o município de Caucaia apresentou uma taxa de 98,6 homicídios por 100 mil, com um número absoluto de 360 mortes violentas intencionais em 2020 e sendo o município mais violento do país de acordo com o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

[22] Link para Livro 7 Cearás. Disponível em:< https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf.>
[23] Link para a Constituição Federal: Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Já para o ano de 2021, há uma diminuição dos crimes violentos letais tendo como ponto de partida ações que aconteceram em setembro do ano anterior por meio de ações que envolviam o aumento das operações de policiamento ostensivo, maior integração das equipes de investigação e inteligência e maior atuação da polícia judiciária.

CEARÁ SAUDÁVEL

Indicadores Estratégicos (2017 - 2021)

Indicadores / Unidade de medida	2017	2018	2019	2020	2021
Taxa de mortalidade infantil (óbito por mil nascidos vivos)	13,20	12,10	12,20	12,10	10,80
Razão da mortalidade materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	64,90	62,40	57,30	100,10	114,60
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) por DCNTs (óbitos por 100 mil habitantes) (2)	271,60	268,40	268,20	214,60	250,30
Taxa de mortalidade por causas externas (óbitos por 100 mil habitantes) (1)	105,50	101,30	74,80	76,10	84,60

Fonte: Sesa. Elaboração IPECE
(1) As causas externas de óbito consideradas no indicador são: acidentes de trânsito, agressões e suicídios.
(2) As quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) consideradas no indicador são: doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.
Elaboração IPECE

A saúde cidadã é uma diretriz fundamental para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará. Estar saudável é um conceito dinâmico e abrangente, qualificado pela intervenção humana e resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre determinantes culturais, econômicas, sociais e ambientais.

Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável deve promover a garantia de direitos, a criação de ambientes favoráveis ao bem-estar, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o desenvolvimento de habilidades pessoais, bem como a mudança de estilos de vida. Com a finalidade de concretizar tais premissas, é imprescindível a articulação de diversos setores da sociedade, priorizando a participação social e o acesso da população ao conhecimento.

Além disto, faz-se fundamental a interação entre distintas políticas públicas, reorientando o modelo de atenção à saúde, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, pretende-se favorecer a vigência de um Estado Saudável, promotor de uma cultura de paz, que compreenda ações articuladas e compartilhadas entre as políticas públicas de saúde, esporte, lazer, saneamento básico, educação, habitação, entre outras.

Nesta perspectiva, o Eixo Governamental de Articulação Intersetorial intitulado Ceará Saudável contempla três Temas Estratégicos, quais sejam: Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico.

O indicador relacionado à taxa de mortalidade infantil diz respeito ao número de óbitos de crianças menores de um ano de idade no ano corrente para cada mil nascidos vivos no mesmo ano. Esse indicador estima o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas. Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. Taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos.

No caso do Ceará, a taxa de mortalidade infantil apresentou redução no período de 2017 a 2021. Em 2017, este indicador possui valor de 13,2 óbitos infantis para cada mil nascidos vivos no mesmo ano. Os valores oscilaram entre 12,1 e 12,2 por mil nascidos vivos entre 2018 e 2020. Em 2021, houve uma redução considerável em relação ao ano anterior (-10,7%), alcançando o patamar de 10,8 óbitos infantis para cada mil nascidos vivos. Entre 2017 e 2021, a variação registrada foi de -18,2%. Portanto, o Ceará apresentou um desempenho satisfatório para este indicador estratégico que está diretamente ligado à saúde infantil. Vale salientar que o risco de óbito infantil se mostrou decrescente mesmo no período da pandemia de Covid-19.

A razão de mortalidade materna, por sua vez, é calculada como o número de óbitos maternos no ano corrente para cada 100 mil nascidos vivos do mesmo ano. Este indicador estima a frequência de óbitos femininos, ocorridos até 42 dias após o término da gravidez, atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao total de nascidos vivos (multiplicado por 100 mil). O número de nascidos vivos é adotado como uma aproximação do total de mulheres grávidas. Também reflete a qualidade da atenção à saúde da mulher, pois taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas à insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal, até a assistência ao parto e ao puerpério.

Esse indicador apresenta trajetória peculiar no período de 2017 a 2021. Entre 2017 e 2019, observou-se uma redução considerável de 11,7%, saindo de 64,9 para 57,3 óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos. Em 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, a razão saltou para 100,1 óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos, representando um crescimento de quase 75% em um ano. Em 2021, segundo ano da pandemia de Covid-19, a razão alcançou o patamar de 114,6 óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos. Há uma clara deterioração da saúde materna no período pandêmico. Há necessidade urgente de foco da política pública em saúde para retomar a trajetória de redução da mortalidade materna no período pré-pandêmico.

Outro importante indicador da saúde da população cearense é a taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis – DCNTs. Este indicador é calculado

como a razão entre o número de óbitos de pessoas entre 30 e 69 anos de idade por doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas para cada 100 mil habitantes. Este indicador contribui para o monitoramento do impacto das políticas públicas na prevenção e no controle das DCNTs e em seus fatores de risco.

A taxa de mortalidade prematura por DCNTs se mostra decrescente entre 2017 e 2020, saindo de 217,6 para 214,6 óbitos de pessoas entre 30 e 69 anos para cada 100 mil habitantes. Essa variação em termos percentuais foi de aproximadamente -21%. No entanto, o ano de 2022 apresentou um crescimento de 16,6% em relação ao ano anterior, alcançando 250,3 óbitos de pessoas de 30 a 69 anos por DCNTs para cada 100 mil habitantes. Este último ano da série pode ter sido fortemente influenciado pela pandemia de Covid-19, assim como verificado com a razão de mortalidade materna.

Por fim, observa-se o comportamento da taxa de mortalidade por causas externas. Este indicador é obtido a partir da divisão do número de óbitos por acidentes de trânsito, agressões e suicídios para cada 100 mil habitantes. O mesmo estima o risco de morrer por consequência de causas externas. Taxas elevadas de mortalidade estão associadas à maior prevalência de fatores de risco específicos para cada tipo de causa externa. In geral, as taxas são consideravelmente mais altas na população de adultos jovens, principalmente do sexo masculino. Variações das taxas de mortalidade específica podem também estar associadas à qualidade da assistência dos serviços de saúde no Ceará.

Entre 2017 e 2019, a taxa de mortalidade por causas externas vinha apresentando trajetória decrescente, saindo de 105,5 para 74,8 óbitos para cada 100 mil habitantes. Essa variação representou uma queda de 29% no indicador. Isso claramente aponta uma redução do risco de óbito por fatores não relacionados às doenças no Ceará. No entanto, esse indicador apresentou movimento crescente de valores nos anos subsequentes, 2020 e 2021, coincidindo com o período da pandemia de Covid-19. Em 2020, o valor mensurado foi de 76,1 óbitos para cada 100 mil habitantes, crescendo 1,7% em relação a 2019. Em 2021, o indicador alcançou o valor de 84,6 óbitos para cada 100 mil habitantes. É preciso entender melhor os mecanismos que levaram a essa alta na mortalidade por causas externas, pois o período pandêmico foi marcado por uma forte redução da circulação de pessoas e pela interrupção da atividade econômica.

Portanto, três dos quatro indicadores de saúde analisados apresentaram reversão da trajetória de queda no período da pandemia de Covid-19. Enquanto isso, a taxa de mortalidade infantil manteve-se decrescente no período. Para que as políticas públicas sejam mais efetivas mesmo em períodos pandêmicos é necessário conduzir estudos de avaliação de impactos para mensurar os efeitos da pandemia de Covid-19 nos serviços públicos de saúde e, consequentemente, na saúde da população.

CEARÁ SUSTENTÁVEL

Indicadores Estratégicos (2016 - 2021)

Indicadores / Unidade de medida	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Açudes com melhoria da qualidade da água (%)	33,33	57,14	39,13	38,24	30,00	39,40
Balanço de gases de efeito estufa do Ceará (toneladas)	-	-	-	-	15,00	-
Cobertura florestal do Ceará (%)	-	73,64	73,64	70,61	70,61	72,02
Índice da qualidade da gestão ambiental municipal (%)	-	-	13,00	-	12,00	-
Participação do Ceará na geração de energia renovável no Brasil (%)	-	-	-	-	7,71	13,75
Rios com água de boa qualidade (%)	-	30,00	18,20	-	54,50	63,60

Fonte: Cogerh; Sema; Semace.

O Eixo Ceará Sustentável procura em seu resultado estratégico garantir proteção ao Meio Ambiente, assim como utilizar de forma racional os recursos naturais. Para alcançar esse objetivo, o Estado do Ceará vem procurando implementar políticas de preservação ambiental associadas a alternativas e estratégias sustentáveis que viabilizem o desenvolvimento socioeconômico da população cearense.

A predominância do clima semiárido no Estado do Ceará, aproximadamente 93% de seu território, gera vulnerabilidade aos fenômenos da seca, marcada pela irregularidade pluviométrica têmporo-espacial, bem como pelas altas taxas de evapotranspiração, agravando ainda mais a escassez hídrica. Destaca-se entretanto as potencialidades do bioma Caatinga e sua alta capacidade de resiliência, bem como as paisagens de exceção que configuram diferenciais climáticos e ambientais em decorrência do relevo, tanto pela altitude quanto pela proximidade do litoral. O conhecimento acerca da estrutura físico-ambiental do Estado é fundamental para o desenvolvimento de políticas voltadas ao convívio com o semiárido, de forma a garantir o acesso aos recursos naturais de forma sustentável e possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população.

O acompanhamento do Eixo Ceará Sustentável é realizado por meio de seis indicadores, sendo estes: Açudes com melhoria da qualidade da água; Balanço de gases do efeito estufa; Cobertura Florestal do Ceará; Índice da qualidade da gestão ambiental municipal; Participação do Ceará na geração de energia renovável no Brasil; e Rios com água de boa qualidade. Os indicadores escolhidos contemplam as principais variáveis temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, Energia e Recursos Hídricos. É importante ressaltar nesta análise a pandemia mundial de Covid-19, que surgiu e teve seus ápices nos anos de 2020 e 2021, primeiro biênio deste PPA, alterando de forma significativa o andamento das

atividades econômicas, a utilização dos recursos naturais, assim como o desenvolvimento das políticas públicas.

A boa qualidade da água dos açudes é de grande importância para garantir melhores condições de saúde à população, já que no Ceará a açudagem é uma das principais formas de armazenamento hídrico. Para os anos de 2020 e 2021 o Estado ficou abaixo da meta prevista, sendo para 2020 a meta proposta de 45% e alcançando 30%, e em 2021, a meta proposta 50% e alcançada 39,4%. Destaca-se que o desempenho deste indicador depende muito diretamente de índices pluviométricos satisfatórios, para que haja renovação significativa da massa d'água nos reservatórios. Outro ponto a ser mencionado é a falta de programas estaduais de melhoria da qualidade da água dos reservatórios, o que interfere diretamente no desempenho do indicador.

Ao analisar a cobertura florestal no Estado do Ceará tem-se que a meta realizada em 2020, estipulada em 74%, teve um desempenho 4,5% abaixo do esperado, alcançando 70,61%. Para o ano de 2021, a meta foi mantida em 74% e o indicador alcançou melhor desempenho, chegando a 72,02%. Fatores externos como o desmatamento irregular, incêndios florestais, e a perda de áreas agricultáveis estão relacionados à redução da cobertura vegetal. Já a efetivação de políticas de recuperação de áreas degradadas por meio de reflorestamento, assim como a arborização de áreas municipais por meio de distribuição de mudas de plantas nativas podem ser considerados fatores importantes para o desempenho deste indicador.

A qualidade da gestão ambiental nos municípios cearenses é medida pelo Índice da qualidade da gestão ambiental municipal e considera o Programa Selo Município Verde como referência para este cálculo. O programa mencionado é bianual e, sendo assim, para o biênio 2020/2021 este indicador alcançou 12% em relação aos 184 municípios do Estado, ficando abaixo da meta prevista de 15% para os mesmos anos. Destaca-se que são considerados cinco eixos na avaliação do Programa Selo Município Verde, sendo estes política municipal de meio ambiente, saneamento ambiental e saúde pública, recursos hídricos, agricultura sustentável e biodiversidade.

A utilização de energias alternativas e renováveis é uma das principais impulsionadoras para alcançar a descarbonização da economia. Para medir o desenvolvimento do Ceará neste setor, analisa-se a participação do Estado na geração de energia renovável em relação ao Brasil, por meio das matrizes eólica e solar. Para os anos de 2020 e 2021, o desempenho do indicador ficou abaixo do esperado, alcançando 7,71% em 2020, enquanto a meta planejada era 20%, e em 2021 a meta alcançada chegou a 13,75%, enquanto a planejada foi 30%. Destaca-se a importância desse tipo de geração de energia sustentável, e as condições naturais absolutamente propícias que o Estado do Ceará possui, configurando-se como grande polo para investimentos nesta área.

Ainda no âmbito da importância da descarbonização da economia e da emergência socioambiental ensejada pelas iminentes alterações nos padrões climáticos globais, o Estado do Ceará busca medir o balanço de gases do efeito estufa, como forma de acompanhar o desempenho das políticas ambientais voltadas para a redução de emissões de poluentes na atmosfera e, consequentemente, conter o avanço das

mudanças climáticas. Para o ano de 2020, o Ceará emitiu 15MtCO2, enquanto a meta era de 28 MtCO2, ocupando assim a 19° posição entre os Estados do Brasil. Pode-se associar a isto a redução, ou quase paralisação, de diversos setores, como indústria e transportes, em decorrência do isolamento social exigido pela pandemia de Covid-19. Os dados para 2021 ainda não foram divulgados. Ressalta-se que o desempenho deste indicador está relacionado ao desempenho da cobertura florestal no Estado, dado que a vegetação é responsável pela captura/remoção de grande parte dos gases de efeito estufa que são lançados na atmosfera.

A disponibilidade de água para consumo da população é fundamental não somente no que diz respeito a quantidade, mas também em sua qualidade. O indicador Rios com água de boa qualidade, que mede as condições das 11 Bacias Hidrográficas do Estado, para os anos de 2020 e 2021 Estado do Ceará superou as metas planejadas, chegando a 54,5% em 2020 (enquanto o planejado estava em 18,5%), e 63,6% em 2021 (onde o planejado era de 19%). A análise do desempenho deste indicador sugere que a redução dos pontos monitorados, em função da pandemia de Covid-19, bem como o aprimoramento das técnicas analíticas laboratoriais, podem ter influenciado essa mudança no resultado.

PPA 2020-2023 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) - AGENDA 2030

Os enormes desafios enfrentados pelo Ceará nas searas socioeconômica e ambiental, bem como suas consequências diretas e indiretas, exigem o empreendimento de esforços constantes voltados ao seu desenvolvimento sustentável. Entende-se o desenvolvimento sustentável como possuindo três dimensões distintas: a econômica, a social e a ambiental. Portanto, quando se fala em desenvolvimento sustentável, fala-se não apenas do crescimento econômico, do aumento da renda e do bem-estar das pessoas, mas também de formas ambientalmente sustentáveis de se alcançar essa prosperidade. Com a emergência iminente das mudanças climáticas vislumbradas no futuro próximo, conciliar essas três dimensões se torna cada dia mais indispensável e urgente.

O Plano Plurianual 2020-2023 buscou refletir a energia institucional depreendida pelo Governo do Estado em estratégias pensadas na superação, parcial ou total, desses desafios. Nesse sentido, declara ser uma das suas premissas, em seu art. 2º, inciso V, a "promoção do desenvolvimento sustentável". Declara, assim, um compromisso com a agenda econômica e social, urgente diante dos desafios enfrentados pelo Estado, mas também conciliar essas agendas com a preservação, reconhecimento e uso racional dos recursos naturais constituintes do território cearense.

Torna-se imprescindível, portanto, observar o alinhamento entre o planejamento estratégico do Governo do Estado do Ceará e a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU). A Agenda 2030, acertada entre todos os países-membros da ONU em 2015, compreende 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que buscam alcançar a erradicação da pobreza, o fim das desigualdades e injustiças e o combate às

mudanças climáticas. Almejam, assim, a garantia universal dos direitos humanos, por meio da pactuação de 169 metas de desenvolvimento sustentável, parte das quais devem ser alcançadas até 2030.

QUADRO 1 – OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030

1	Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3	Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4	Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5	Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6	Água Potável e Saneamento	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
7	Energia Acessível e Limpa	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10	Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12	Consumo e Produção Sustentáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13	Ação contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14	Vida na Água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15	Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17	Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O PPA 2020-2023 assume uma posição central na articulação das ações governamentais com o alcance dos ODS, dado que é o penúltimo Plano quadrienal cuja vigência está plenamente inserida no horizonte temporal da Agenda 2030. Pela mesma razão, torna-se imprescindível uma avaliação crítica dessa articulação, visando a apreensão de lições a serem empregadas no próximo ciclo de planejamento, em relação à integração e acompanhamento dos ODS dentro do contexto do Governo do Estado.

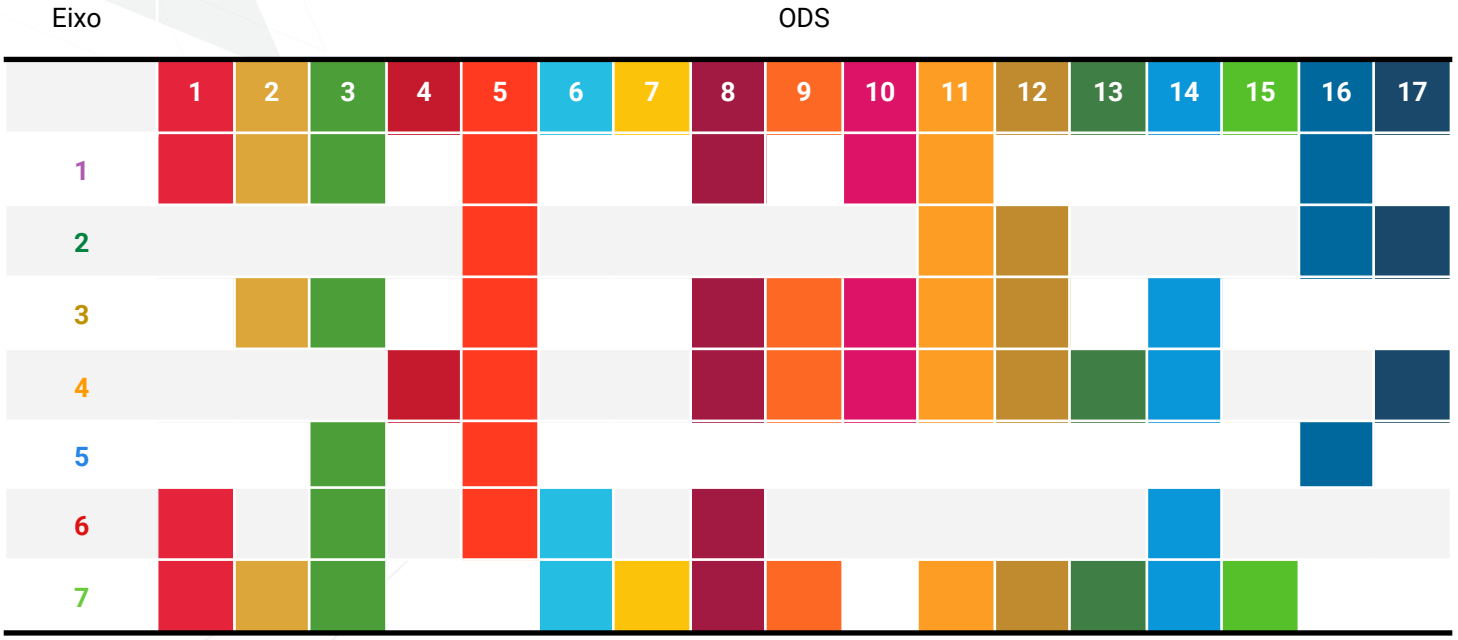
Nesta seção, será avaliado o grau e a natureza do alinhamento entre o PPA 2020-2023 do Estado do Ceará com os ODS e as metas contidas na Agenda 2030. Serão observados como os diversos níveis estratégico e programático de planejamento estão integrados e alinhados às sistemáticas de acompanhamento dos ODS, informam o Estado sobre o alcance de suas metas e refletem o alcance desses resultados no planejamento de estratégias e ações governamentais.

Alinhamento da Base Estratégica aos ODS

A base estratégica do PPA 2020-2023 reúne os resultados estratégicos a serem alcançados pelo Governo do Estado durante o quadriênio, sob a perspectiva das principais demandas que emanam da sociedade cearense. Assim sendo, é na base estratégica onde os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) primeiro se apresentam como possíveis pontos de referência, alinhando os objetivos estratégicos a nível estadual com as metas desenhadas pela Agenda 2030.

Durante o processo de elaboração do PPA 2020-2023, a equipe técnica da Seplag-CE empreendeu um esforço de identificação dos possíveis alinhamentos dos 7 Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial e dos 29 Temas Estratégicos, que compõem a base estratégica, com os 17 ODS da Agenda 2030. A análise a seguir busca apresentar, de forma simplificada, o resultado desse esforço, bem como identificar seus pontos fortes e possíveis melhorias a serem implementadas durante a elaboração do próximo Plano.

Tabela 31 - Vinculação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, por Eixo Estratégico do PPA 2020-2023.



Como elemento maior da base estratégica, o ponto de partida para uma análise de alinhamento com a Agenda 2030 recai, naturalmente, sobre os Eixos Estratégicos e seus objetivos declarados. A título de recapitulação, do PPA 2020-2023 constam 7 Eixos, também chamados de "7 Cearás": (i) Ceará Acolhedor; (ii) Ceará da Gestão Democrática para Resultados; (iii) Ceará de Oportunidades; (iv) Ceará do Conhecimento; (v) Ceará Pacífico; (vi) Ceará Saudável; e (vii) Ceará Sustentável.

À primeira vista, dois Eixos se destacam, a princípio, como potenciais pontos de alinhamento com os ODS, dadas as linhas de atuação governamental que representam e sua importância para os objetivos declarados da Agenda 2030. São esses os Eixos 3, Ceará de Oportunidades, e 7, Ceará Sustentável, aquele reunindo as principais estratégias voltadas para o desenvolvimento econômico do Estado, enquanto este se volta à proteção ambiental do território cearense, bem como a promoção do uso racional dos seus recursos naturais.

De fato, como é possível observar na tabela 32, abaixo, o Eixo 7, Ceará Sustentável, apresentou o maior número de vinculações a ODS e a metas de desenvolvimento sustentável, sendo sinalizada sua contribuição potencial a 12 ODS e 46 metas. Dos 5 ODS para os quais não houve sinalização de alinhamento, chama a atenção a ausência do ODS 5, Igualdade de Gênero, para o qual contribuem todos os outros Eixos do Plano.

Gráfico 33 - Vinculação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, por Eixo Estratégico do PPA 2020-2023.



Tabela 32 - Vinculação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas da Agenda 2030, por Eixo Estratégico do PPA 2020-2023.

Eixo		Nº de ODS	Nº de Metas
1	Ceará Acolhedor	8	33
2	Ceará da Gestão Democrática para Resultados	5	18
3	Ceará de Oportunidades	9	38
4	Ceará do Conhecimento	10	27
5	Ceará Pacífico	3	5
6	Ceará Saudável	6	21
7	Ceará Sustentável	12	46

Também em conformidade com a impressão inicial, o Eixo 3, Ceará de Oportunidades, apresentou o segundo maior número de vinculações, estando vinculado a 9 ODS e 38 metas. Porém, chama bastante a atenção a ausência de vinculação ao ODS 1, Erradicação da Pobreza. Dado o resultado estratégico declarado do Eixo 3, Ceará de Oportunidades, de trazer "desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado [...]" ao Estado, não se justifica o seu não alinhamento ao ODS 1, Erradicação da Pobreza, cujo objetivo é "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares." Não é possível vislumbrar a efetiva erradicação da pobreza sem que haja estratégias assertivas de crescimento econômico e geração de emprego. Especificamente, as metas de desenvolvimento sustentável 1.1, 1.2 e 1.4 (ver tabela 33,

abaixo) exigem a integração da política de desenvolvimento econômico para o seu alcance, o que não é possível vislumbrar no PPA 2020-2023 sem a devida vinculação.

Tabela 33 - Metas de desenvolvimento sustentável 1.1, 1.2 e 1.4 do ODS 1, Erradicação da Pobreza.

1 **ERRADICAÇÃO DA POBREZA**	
Meta	
1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$1,25 por dia.
1.2	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

Na outra ponta, o Eixo com menor quantitativo de vinculações realizadas foi o Eixo 5, Ceará Pacífico, vinculado apenas a 3 ODS e 5 metas. Chama a atenção a não vinculação do Eixo 5 ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, especificamente à meta 11.7, a qual faz menção explícita a "espaços públicos seguros" e apresenta um indicador sob a alçada da política de segurança pública em seu arcabouço (ver tabela 34, abaixo).

Tabela 34 - Meta de desenvolvimento sustentável 11.7 e indicador 11.7.2 do ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis.

11 **CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**	
Meta	
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
Indicador	
11.7.2	Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses.

Quando se inverte a perspectiva adotada e se analisa quantas vinculações a Eixos e Temas Estratégicos cada um dos 17 ODS recebeu (ver tabela 35, abaixo), é possível observar o grau de dispersão das políticas públicas associadas ao alcance dos respectivos objetivos. A nível de Eixo, destaca-se o ODS 5, Igualdade de Gênero, como o mais disperso, apresentando vinculação a 6 dos 7 Eixos Estratégicos[24]. A dispersão de vinculações condiz com a natureza transversal e intersetorial das políticas de igualdade

[24] Como analisado anteriormente, o único Eixo que não foi sinalizado como contribuindo ao ODS 5, Igualdade de Gênero, foi o Eixo 7, Ceará Sustentável.

de gênero, as quais foram, inclusive, identificadas como um dos oito Temas Transversais, Equidade de Gênero, durante a elaboração do PPA 2020-2023.

A nível de Tema, porém, o ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, se destaca como o mais disperso, estando vinculado a 18 Temas. Para além da natureza intersetorial, essa dispersão pode ser atribuída à forma como foram organizadas, no planejamento governamental, as políticas públicas na área de desenvolvimento econômico, que contam com o maior número de Temas (7) dentre os Eixos.

Outros ODS que perpassam em diversos pontos o planejamento governamental a nível estratégico foram o ODS 3, Saúde e Bem-Estar, e o ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, ambos vinculados a 5 Eixos e 8 Temas cada.

Tabela 35 - Quantidade de Eixos e Temas Estratégicos do PPA 2020-2023 vinculados, por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

ODS		Nº de Eixos	Nº de Temas
1	Erradicação da Pobreza	3	6
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	3	7
3	Saúde e Bem-Estar	5	8
4	Educação de Qualidade	1	5
5	Igualdade de Gênero	**6**	11
6	Água Potável e Saneamento	2	5
7	Energia Acessível e Limpa	1	1
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	5	**18**
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	3	11
10	Redução da Desigualdades	3	10
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	5	8
12	Consumo e Produção Responsáveis	4	12
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	2	6
14	Vida na Água	4	7
15	Vida Terrestre	1	3
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	3	11
17	Parcerias e Meios de Implementação	2	6

Em situação oposta, é possível observar ODS que se vincularam a apenas uma linha de atuação governamental no PPA 2020-2023. São eles o ODS 4, Educação de Qualidade, exclusivamente vinculado ao Eixo 4, Ceará do Conhecimento; e o ODS 15, Vida Terrestre,

exclusivamente vinculado ao Eixo 7, Ceará Sustentável. O ODS 7, Energia Limpa e Acessível, se destaca não apenas por sua vinculação a um único Eixo (Eixo 7, Ceará Sustentável), mas também pela sua vinculação a um único Tema Estratégico (Tema 7.1, Energias). Considerando que o Tema 7.1 concentra todas as políticas estaduais voltadas à matriz energética, não causa estranhamento a vinculação exclusiva do ODS 7.

Tabela 36 - Vinculação dos Temas Estratégicos do PPA 2020-2023 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para o Eixo 1, Ceará Acolhedor.

1 CEARÁ ACOLHEDOR									
Tema		ODS							
		1	2	3	5	8	10	11	16
1.1	Acesso a Terra e Moradia	■			■		■	■	■
1.2	Assistência Social	■	■		■	■	■		■
1.3	Inclusão Social e Direitos Humanos	■	■	■	■	■	■		■
1.4	Segurança Alimentar e Nutricional	■	■		■	■	■		■

Tabela 37 - Vinculação dos Temas Estratégicos do PPA 2020-2023 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para o Eixo 2, Ceará da Gestão Democrática para Resultados.

2 CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS							
Tema		ODS					
		5	11	12	16	17	
2.1	Administração Geral				■		
2.2	Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	■			■		
2.3	Gestão Fiscal		■	■	■	■	
2.4	Planejamento e Modernização da Gestão		■	■	■	■	
2.5	Transparência, Ética e Controle		■	■	■	■	

Em relação às vinculações aos Temas Estratégicos, observa-se que o Plano segue, na maioria dos casos, os padrões esperados. Dentre os ODS vinculados ao maior número de Temas, encontramos o ODS 8, Trabalho Decente e Emprego, com 18 Temas, e o ODS 12, Consumo e Produção Responsáveis, com 12 Temas. De fato, o ODS 8 se encontra vinculado a todos os Temas Estratégicos dos Eixos 3, Ceará de Oportunidades, e 7, Ceará Sustentável. A sua predominância no planejamento estadual é reflexo do foco do Governo do Estado em promover a geração de emprego e renda nas suas mais diversas ações.

Apesar do trabalho técnico realizado ter apresentado resultados satisfatórios, identificando as contribuições da base estratégica do PPA 2020-2023 ao alcance das

metas dos ODS de forma coerente, ainda foi possível identificar inconsistências entre as vinculações realizadas. O Tema 1.1, Acesso a Terra e Moradia, não apresenta vinculação ao ODS 2, Fome Zero e Agricultura Sustentável. Especificamente, causa estranhamento a ausência de vinculação à meta 2.3, que faz menção explícita ao "[...] acesso seguro e igual à terra [...]" como um dos meios pelo qual se daria o seu alcance. Considerando que o Tema 1.1 reúne as políticas de regularização fundiária rural, seria cabível sua identificação como Tema que contribui para o alcance da meta 2.3, como sua própria redação explicita (ver tabela 38, abaixo).

Tabela 38 - Meta de desenvolvimento sustentável 2.3, do ODS 2, Fome Zero e Agricultura Sustentável.

2 **FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**	
Meta	
2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Outra inconsistência encontrada se refere à vinculação dos Temas do Eixo 1, Ceará Acolhedor, dentre as quais foi possível observar vinculações a metas de desenvolvimento sustentável que não condizem com a área de atuação que representam. A título de exemplo, é possível sinalizar a vinculação do Tema 1.2, Assistência Social, às metas do ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, especificamente às metas 8.6, referente à redução da desocupação entre jovens, e 8.7, pela erradicação do trabalho forçado, escravidão moderna e tráfico de pessoas. A natureza do Tema 1.2, bem como as políticas presentes em seu planejamento, não atuam junto a essas problemáticas.

O Tema 1.4, Segurança Alimentar e Nutricional, em particular, apresentou um grande quantitativo de vinculações a metas de desenvolvimento sustentável cujo alcance, similarmente, não recebe contribuição das políticas nela contidas. Dentre as metas observadas nessa situação, podem-se citar como exemplos as metas 1.1, referente à erradicação da extrema pobreza medida pela renda diária *per capita*, e 5.3, de combate à práticas nocivas contra meninas. Também estão presentes as metas 8.6 e 8.7, observadas no Tema 1.2 e também não relacionadas com a política estadual de segurança alimentar.

Tabela 39 - Vinculação dos Temas Estratégicos do PPA 2020-2023 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para o Eixo 3, Ceará de Oportunidades.

3 CEARÁ DE OPORTUNIDADES										
Tema		ODS								
		2	3	5	8	9	10	11	12	14
3.1	Agricultura Familiar e Agronegócio	■			■	■	■		■	
3.2	Comércio e Serviços	■			■	■	■		■	
3.3	Indústria				■	■	■		■	
3.4	Infraestrutura e Mobilidade		■		■	■		■		
3.5	Pesca e Aquicultura	■			■					■
3.6	Trabalho e Empreendedorismo			■	■	■	■			
3.7	Turismo				■	■			■	■

Tabela 40 - Vinculação dos Temas Estratégicos do PPA 2020-2023 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para o Eixo 4, Ceará do Conhecimento.

4 CEARÁ DO CONHECIMENTO											
Tema		ODS									
		4	5	8	9	10	11	12	13	14	17
4.1	Ciência, Tecnologia e Inovação	■	■	■	■			■		■	■
4.2	Cultura e Arte	■		■		■	■		■		■
4.3	Educação Básica	■		■	■				■		
4.4	Educação Profissional	■		■	■	■			■		
4.5	Educação Superior	■			■			■	■	■	■

Tabela 41 - Vinculação dos Temas Estratégicos do PPA 2020-2023 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para o Eixo 5, Ceará Pacífico.

5 CEARÁ PACÍFICO				
Tema		ODS		
		3	5	16
5.1	Justiça		■	■
5.2	Segurança Pública	■	■	■

Tabela 42 - Vinculação dos Temas Estratégicos do PPA 2020-2023 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para o Eixo 6, Ceará Saudável.

6 CEARÁ SAUDÁVEL								
Tema		ODS						
		1	3	5	6	8	14
6.1	Esporte e Lazer		■				
6.2	Saneamento Básico	■	■				■
6.3	Saúde		■	■	■	■	

Tabela 43 - Vinculação dos Temas Estratégicos do PPA 2020-2023 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para o Eixo 7, Ceará Sustentável.

7 CEARÁ SUSTENTÁVEL													
Tema		ODS											
		1	2	3	6	7	8	9	11	12	13	14	15
7.1	Energias		■		■	■	■			■			■
7.2	Meio Ambiente	■		■	■		■	■	■	■	■	■	■
7.3	Recursos Hídricos			■	■		■		■	■	■	■	■

Alinhamento do Caderno de Indicadores ao Arcabouço Global de Indicadores dos ODS

Seguindo os ordenamentos do Decreto Estadual Nº 32.216/2017, que instituiu o modelo de Gestão para Resultados (GpR) como modelo oficial de gestão do Governo do Estado do Ceará, o PPA 2020-2023 buscou refletir, em sua estrutura e processo de elaboração, os valores e premissas da gestão pública orientada para resultados. Indispensável para a operacionalização da GpR, no âmbito do planejamento e gestão pública, é a construção e consolidação de estruturas de inteligência governamental. O papel dessas estruturas, responsáveis pela coleta de dados, bem como a sua consolidação, qualificação, transmissão e utilização nos processos de tomada de decisão, encontra nos indicadores sua principal ferramenta.

Os indicadores buscam representar, de forma quantificável, fenômenos reais aos quais se pretende compreender, acompanhar e, no caso específico de indicadores de impacto e de resultado, influenciar por meio das políticas públicas. Sem indicadores confiáveis, faz-se políticas públicas no escuro, sem referência observável aos objetivos que o poder público deseja alcançar junto à sociedade. Por essa razão, buscou-se fortalecer, no PPA 2020-2023, a figura do Caderno de Indicadores, que reúne e torna público o conjunto de indicadores que representam os objetivos definidos pelo Plano. Os objetivos

governamentais assumem, no formato do planejamento vigente, três níveis: estratégicos, temáticos e programáticos, refletindo, em variados graus, o escopo dos resultados almejados junto à sociedade cearense.

Igualmente, diversos esforços foram empreendidos para a construção de indicadores que permitissem o acompanhamento comparado do alcance dos ODS, a nível local, nacional e internacional. O esforço internacional de sistematização de um caderno de indicadores para medir o alcance das metas culminou na aprovação, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), do "Arcabouço Global de Indicadores"[25], o qual reúne um total de 248 indicadores de referência para o acompanhamento do alcance dos ODS.

Dado esse rico conjunto de indicadores, é imprescindível avaliar o grau de contribuição dos indicadores do PPA 2020-2023 para a mensuração do alcance das metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. Busca-se, aqui, saber o quão representados estão os resultados necessários para o alcance dos ODS no Caderno de Indicadores do PPA 2020-2023. Considerando o caráter inerente do alcance de resultados da Agenda 2030, representada pelas suas metas, este alinhamento dos indicadores se apresenta como aspecto crucial na integração dos ODS ao planejamento estadual.

Para a análise em si, lança-se mão, aqui, da metodologia desenvolvida em parceria entre a Seplag-CE, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Seguindo suas orientações, avalia-se o alinhamento entre os indicadores presentes no PPA 2020-2023 e aqueles sugeridos pela Agenda 2030 por meio de duas visões: (i) visão macro, avaliando se os indicadores do PPA 2020-2023 contribuem ou não para a mensuração de metas dos ODS; e (ii) visão micro, avaliando se há semelhança, ou não, entre indicadores do PPA 2020-2023 e os indicadores dos ODS.

Na visão macro, busca-se observar se os indicadores presentes no PPA 2020-2023 podem ajudar com a mensuração do alcance das metas dos ODS, mesmo que sua metodologia de apuração seja diferente das sugeridas no Arcabouço da Agenda 2030. Já na visão micro, se avalia se a metodologia de apuração dos indicadores do PPA 2020-2023 se aproxima daquela dos indicadores do Arcabouço oficial. Para isso, se observam, principalmente, tanto a fórmula de cálculo definida na nota metodológica dos indicadores, como as fontes de dados utilizadas. O objetivo é avaliar se os resultados mensurados dos indicadores da base estratégica do PPA 2020-2023 são compatíveis com as metodologias de cálculo utilizadas para calcular os indicadores dos ODS.

Para possibilitar essa análise, utilizamos as notas metodológicas traduzidas, adaptadas e disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[26], ambos do Governo Federal.

---

[25] "*Global Indicator Framework*", em inglês. Consta como anexo da Resolução Nº 71/313, "Trabalho da Comissão Estatística referente à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" ("*Work of the Statistical Commission pertaining to the 2030 Agenda for Sustainable Development*", em inglês), originalmente aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 6 de julho de 2017.

[26] Disponibilizados, respectivamente, nos portais Ipea - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantido pelo Ipea, e ODS Brasil, mantido pelo IBGE.

- **Análise da Contribuição dos Indicadores da Base Estratégica do PPA 2020-2023 para Mensurar o Alcance de Metas de Desenvolvimento Sustentável**

O primeiro esforço de análise aqui empreendido consistirá em uma visão 'macro' do alinhamento entre os indicadores do PPA 2020-2023 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas. A metodologia empregada, desenvolvida e inicialmente utilizada durante a primeira análise do tipo realizada por meio de parceria entre Seplag-CE, Ipece e Fiocruz[27], consiste em avaliar se os indicadores presentes no Caderno de Indicadores do Plano conseguem mensurar, em alguma dimensão, o alcance de metas dos ODS.

Do total de 34 indicadores de Eixo do Plano, 24 contribuem para a mensuração de uma ou mais metas dos ODS. Ao todo, 17 metas de desenvolvimento sustentável conseguem ser parcial ou totalmente medidas pelos indicadores estratégicos presentes nos 7 Eixos do PPA 2020-2023. As metas 1.1 e 1.2 do ODS 1, Erradicação da Pobreza, voltadas para combate à extrema pobreza, e a meta 8.5, do ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, voltada ao alcance de emprego pleno e produtivo, são mensuradas por 3 indicadores cada, sendo as metas com maior número de indicadores a nível de Eixo (ver quadro 2, abaixo).

QUADRO 2 – METAS COM MAIS INDICADORES DE EIXO

META		INDICADORES
1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$1,25 por dia.	3
1.2	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.	3
8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	3
6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.	2
16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.	2

Como destaque positivo, é possível destacar três Eixos Estratégicos, o 1, Ceará Acolhedor, o 5, Ceará Pacífico, e o 6, Ceará Saudável, todos os quais apresentaram indicadores

[27] A parceria entre a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (Seplag-CE), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), empreendida entre fevereiro e dezembro de 2020, desenvolveu e aplicou a metodologia aqui utilizada. A Seplag-CE agradece às equipes do Ipece e da Fiocruz pela disponibilidade, parceria e profissionalismo.

estratégicos que ajudam a mensurar pelo menos uma meta dos ODS. No total, foram 11 indicadores de Eixo contribuindo para a mensuração de 7 metas dos ODS, com destaque para os indicadores do Eixo 1, Ceará Acolhedor, que contribuíram com a mensuração de pelo menos 2 metas cada (ver quadro 3, abaixo).

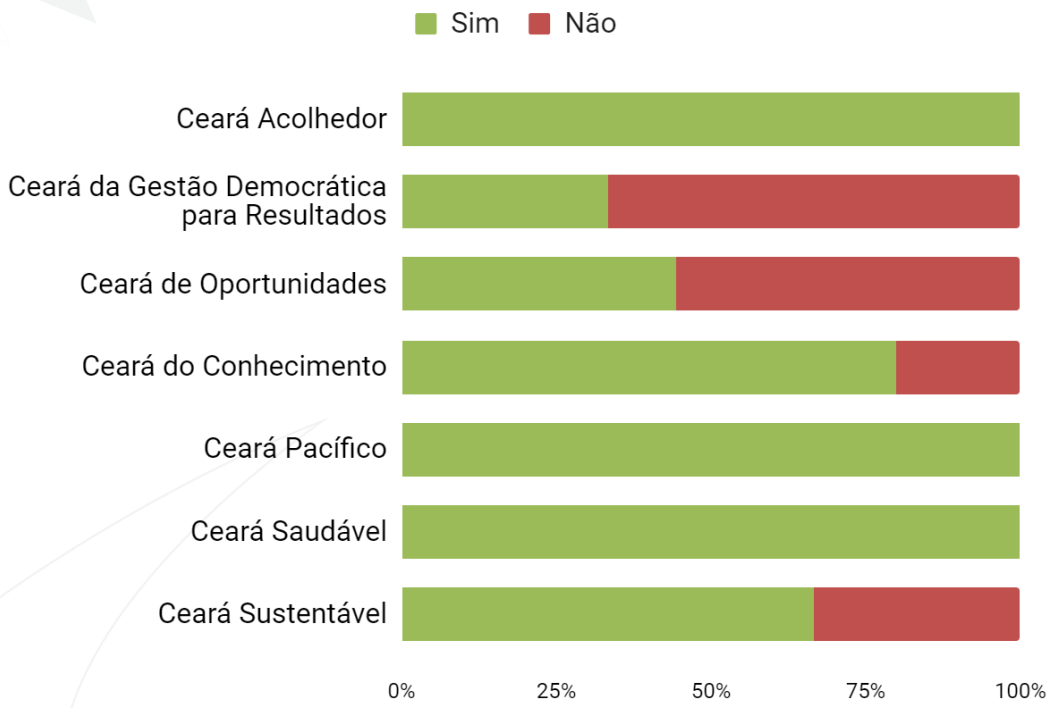
INDICADORES DE EIXO

QUADRO 3 Contribuição dos Indicadores Estratégicos do Eixo 1, Ceará Acolhedor, para a mensuração de metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Indicador Estratégico	Metas
População extremamente pobre (%)	1.1 1.2
População extremamente pobre na zona rural (%)	1.1 1.2 2.3
População jovem que não estuda e não trabalha (%)	4.3 8.5 8.6
População vivendo abaixo da linha de pobreza (%)	1.1 1.2

INDICADORES DE EIXO

Gráfico 34 - Contribuição dos Indicadores de Eixo do PPA 2020-2023 com a mensuração das metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, por Eixo Estratégico.



Eixo Estratégico	Contribuição para Mensuração	
	Sim	Não
1 Ceará Acolhedor	4	0
2 Ceará da Gestão Democrática para Resultados	1	2
3 Ceará de Oportunidades	4	5
4 Ceará do Conhecimento	4	1
5 Ceará Pacífico	2	0
6 Ceará Saudável	5	0
7 Ceará Sustentável	4	2
TOTAL	24	10

Em relação aos indicadores de Temas Estratégicos, também chamados de indicadores temáticos, é possível observar uma similaridade relevante com as contribuições dos indicadores de Eixo. Tal constatação não é surpreendente, considerando que os Temas compõem os Eixos, igualmente representando os objetivos declarados no planejamento estadual e, consequentemente, seus indicadores medem fenômenos similares aos

indicadores de Eixo na maioria dos casos. Por essa razão, compartilham muitas das mesmas contribuições para a mensuração do alcance de diversas metas dos ODS.

Ao todo, dos 112 indicadores de Temas Estratégicos, constatou-se 74 indicadores que contribuem com uma ou mais metas dos ODS, em parte ou totalmente. Foram identificadas, ao todo, 43 metas de desenvolvimento sustentável cujo alcance consegue ser medido por indicadores temáticos do PPA 2020-2023, pertencentes a 15 ODS. Apenas os ODS 13, Ação contra a Mudança Global do Clima, e o 17, Parcerias e Meios de Implementação, não conseguem ser medidos pelos indicadores de Tema. Essa ausência se justifica pelas metas desses ODS apresentarem caráter mais institucional e operacional, caracterização que não foi representada durante a elaboração dos indicadores, para além de indicadores da gestão do Governo do Estado.

Esse mesmo desalinhamento também levou os indicadores de Tema do Eixo 2, Gestão Democrática para Resultados, a serem os que menos contribuem para a mensuração de metas dos ODS. Apenas o Tema 2.5, Transparência, Ética e Controle, apresentou desempenho positivo, com todos seus 4 indicadores sendo considerados contribuintes, permitindo ao Estado medir o alcance de metas pertencentes ao ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que tratam da promoção da transparência e ética nas instituições.

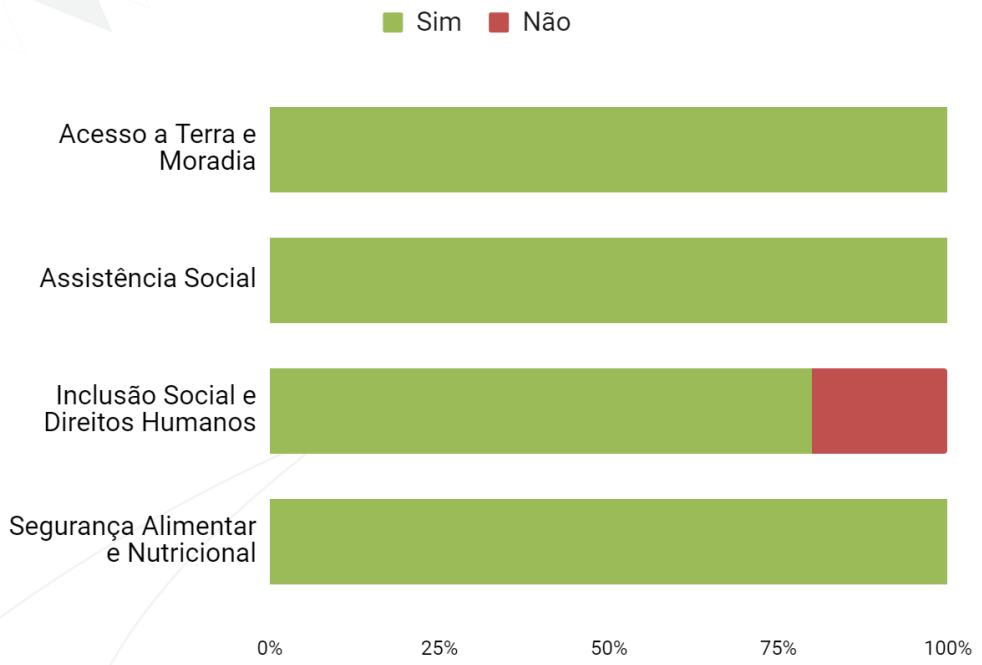
Por sua vez, o Eixo 3, Ceará de Oportunidades, o qual apresenta o maior número de Temas Estratégicos (7) e de indicadores temáticos (33) do Plano, apresentou um desempenho relativamente positivo nos resultados da análise macro. Mais da metade dos indicadores temáticos, um total de 19, foram identificados como contribuindo para uma ou mais metas dos ODS. Todos os indicadores de dois Temas do Eixo 3, os Temas 3.4, Infraestrutura e Mobilidade, e 3.6, Trabalho e Empreendedorismo, apresentaram contribuição.

Em linhas gerais, todos os Eixos – com exceção do Eixo 2, Ceará da Gestão Democrática para Resultados, mencionado acima – se saíram bem na análise macro, com poucos casos de Temas que não apresentaram indicadores contribuintes. Como destaques negativos, para além dos já citados, pode-se citar os Temas 4.2, Cultura e Arte, e 6.1, Esporte e Lazer, os quais não apresentaram quaisquer contribuições para a mensuração dos ODS. Todavia, cabe salientar que as políticas culturais e de esporte e lazer recebem pouca, ou nenhuma[28], consideração dentre as metas dos ODS.

[28] Em meio às metas de desenvolvimento sustentável, é possível encontrar a política cultural na meta 11.4, a qual preconiza “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”, além de breve menção na meta 8.9 (“[...] elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura [...].” Já o esporte e lazer não são explicitamente citados em nenhuma meta, apesar de se saber serem indispensáveis para o alcance de vários ODS.

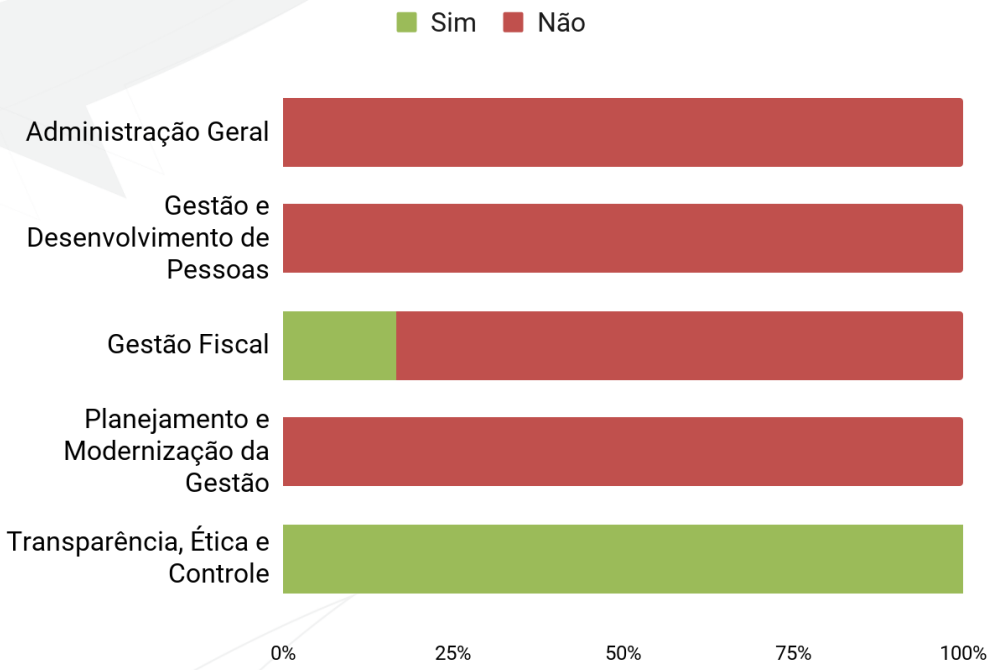
INDICADORES DE TEMA

Gráfico 35 - Contribuição dos Indicadores de Tema do PPA 2020-2023 com a mensuração das metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, por Eixo Estratégico.



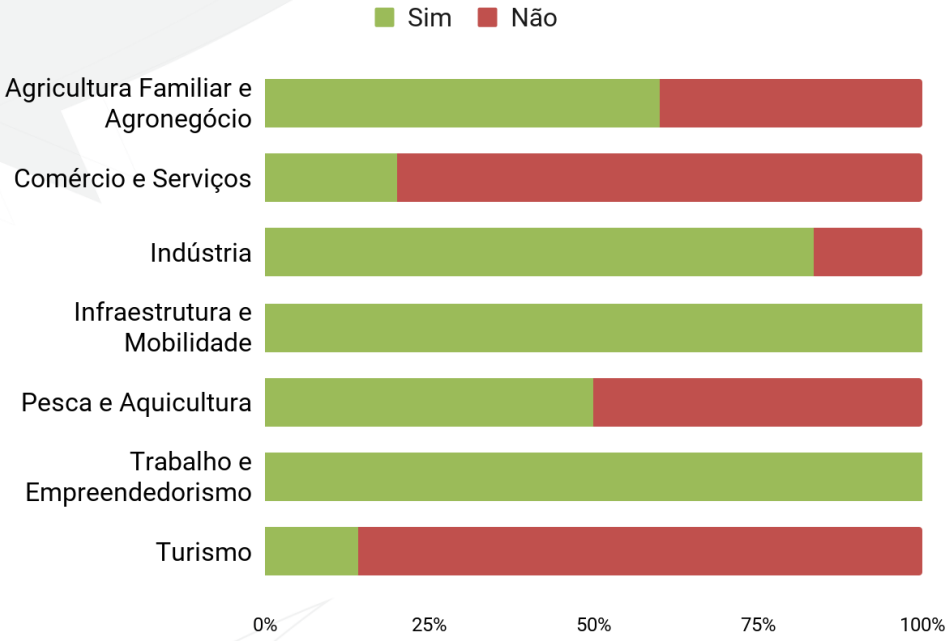
1 CEARÁ ACOLHEDOR

Tema Estratégico		Contribuição para Mensuração	
		Sim	Não
1.1	Acesso a Terra e Moradia	1	0
1.2	Assistência Social	3	0
1.3	Inclusão Social e Direitos Humanos	8	2
1.4	Segurança Alimentar e Nutricional	1	0
	TOTAL	13	9



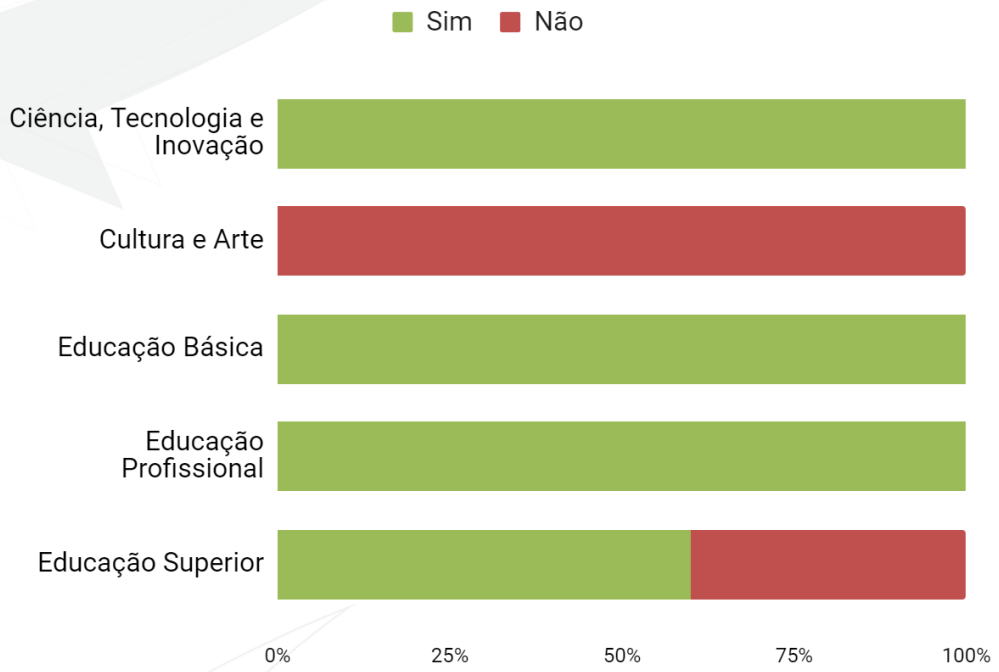
2 CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS

Tema Estratégico		Contribuição para Mensuração	
		Sim	Não
2.1	Administração Geral	0	1
2.2	Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	0	1
2.3	Gestão Fiscal	1	5
2.4	Planejamento e Modernização da Gestão	0	1
2.5	Transparência, Ética e Controle	4	0
	TOTAL	5	8



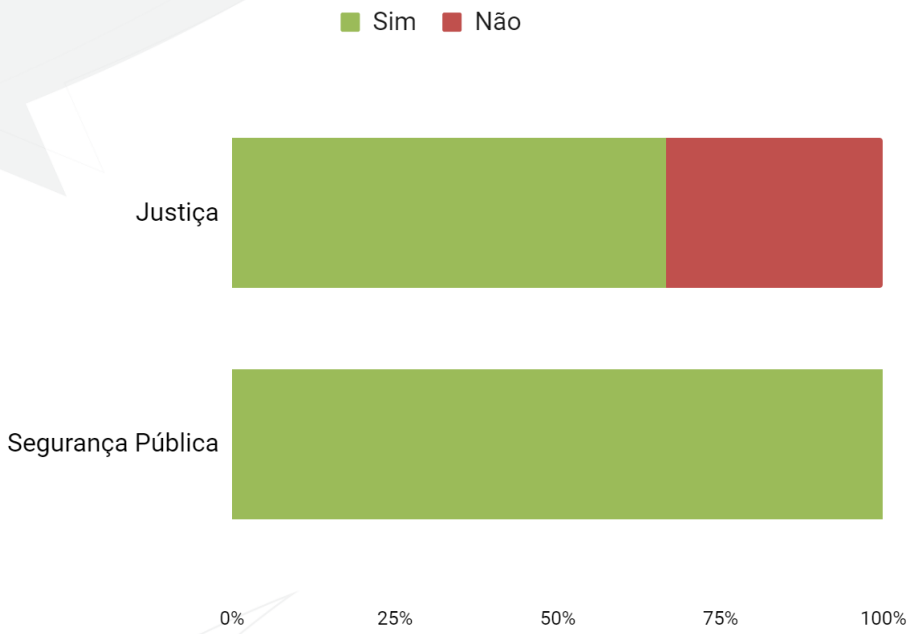
3 CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Tema Estratégico		Contribuição para Mensuração	
		Sim	Não
3.1	Agricultura Familiar e Agronegócio	3	2
3.2	Comércio e Serviços	1	4
3.3	Indústria	5	1
3.4	Infraestrutura e Mobilidade	4	0
3.5	Pesca e Aquicultura	1	1
3.6	Trabalho e Empreendedorismo	4	0
3.7	Turismo	1	5
	TOTAL	19	13



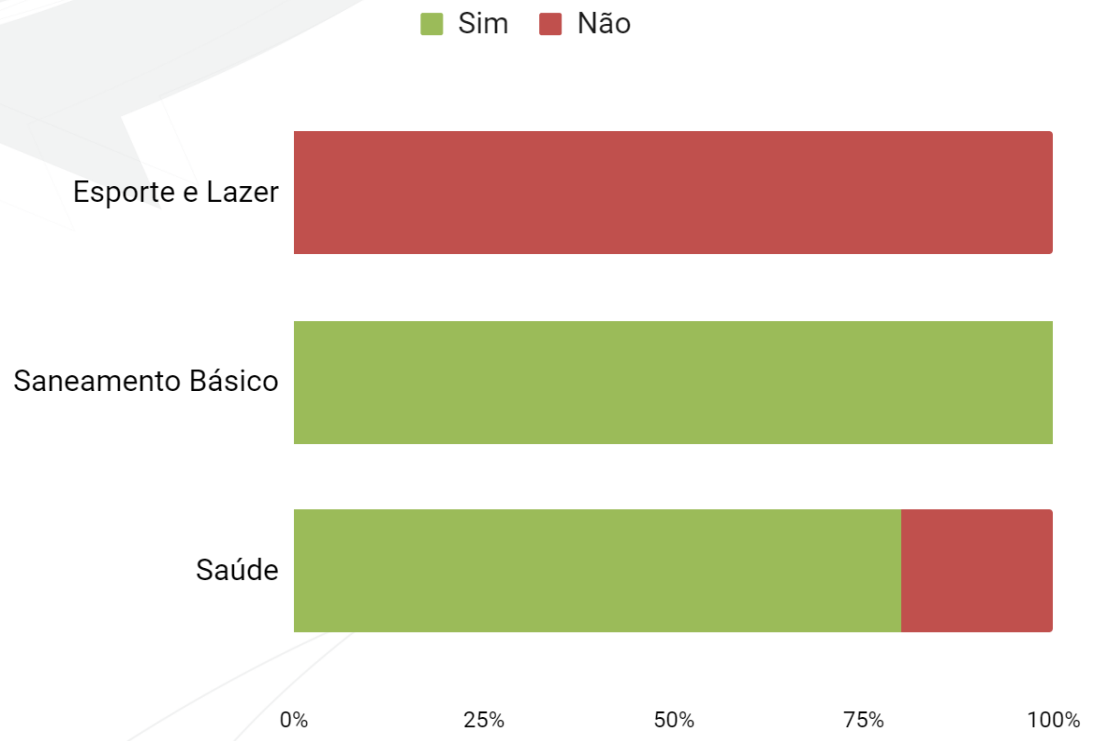
4 CEARÁ DO CONHECIMENTO

Tema Estratégico		Contribuição para Mensuração	
		Sim	Não
4.1	Ciência, Tecnologia e Inovação	2	0
4.2	Cultura e Arte	0	3
4.3	Educação Básica	8	0
4.4	Educação Profissional	2	0
4.5	Educação Superior	3	2
	TOTAL	15	5



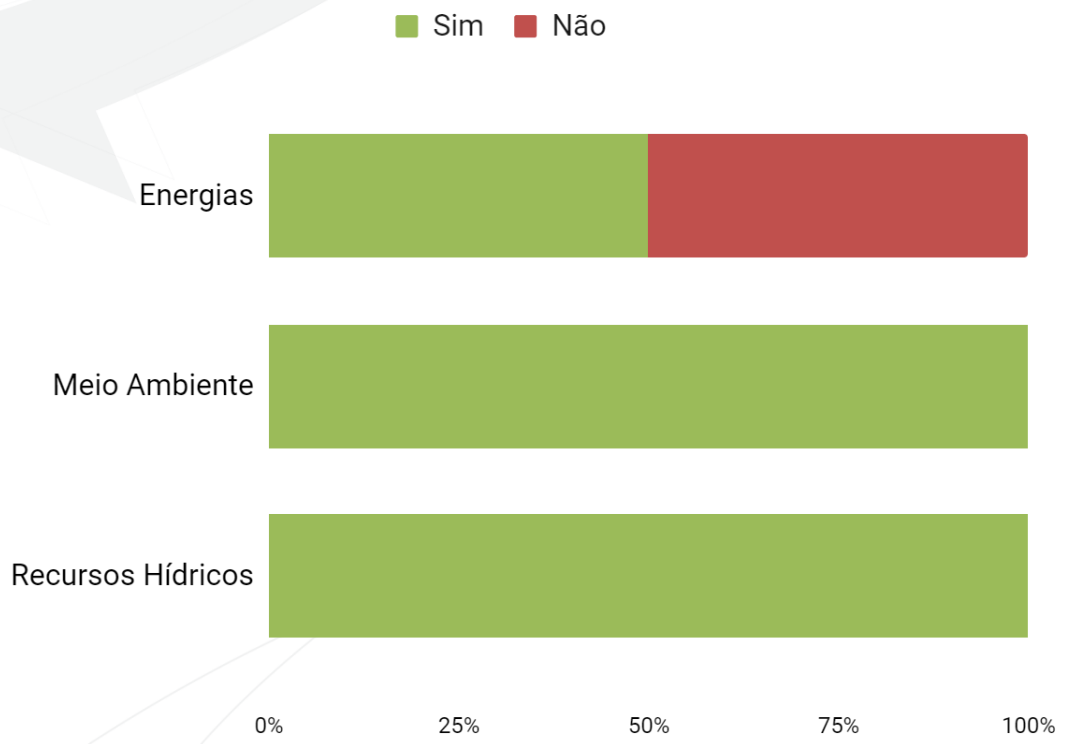
5 CEARÁ PACÍFICO

Tema Estratégico		Contribuição para Mensuração	
		Sim	Não
5.1	Justiça	2	1
5.2	Segurança Pública	3	0
	TOTAL	5	1



6 CEARÁ SAUDÁVEL

Tema Estratégico		Contribuição para Mensuração	
		Sim	Não
6.1	Esporte e Lazer	0	2
6.2	Saneamento Básico	2	0
6.3	Saúde	8	2
	TOTAL	10	4



7 CEARÁ SUSTENTÁVEL			
Tema Estratégico		Contribuição para Mensuração	
		Sim	Não
7.1	Energias	1	1
7.2	Meio Ambiente	7	0
7.3	Recursos Hídricos	1	0
	TOTAL	9	1

- **Compatibilidade dos Indicadores da Base Estratégica do PPA 2020-2023 com o Arcabouço Global de Indicadores dos ODS**

A segunda análise aqui empreendida, em uma visão 'micro', consiste em avaliar a compatibilidade dos indicadores da base estratégica (Eixo e Tema) do PPA 2020-2023 com os indicadores do Arcabouço Global de Indicadores da Agenda 2030, na forma traduzida e adaptada para o contexto brasileiro disponibilizada pelo Ipea e pelo IBGE. Avalia-se a sua compatibilidade, mensurada pelo alinhamento metodológico entre os dois conjuntos de indicadores. Especificamente, se observará se os indicadores do PPA 2020-2023 são calculados da mesma forma – utilizando a mesma fórmula de cálculo e fonte de dados – que os indicadores dos ODS.

As categorias adotadas, bem como suas respectivas definições, podem ser encontradas na tabela 44, abaixo.

Tabela 44 - Classificação dos indicadores do PPA 2020-2023 em relação à sua compatibilidade com os indicadores do "Arcabouço Global de Indicadores", da Agenda 2030.

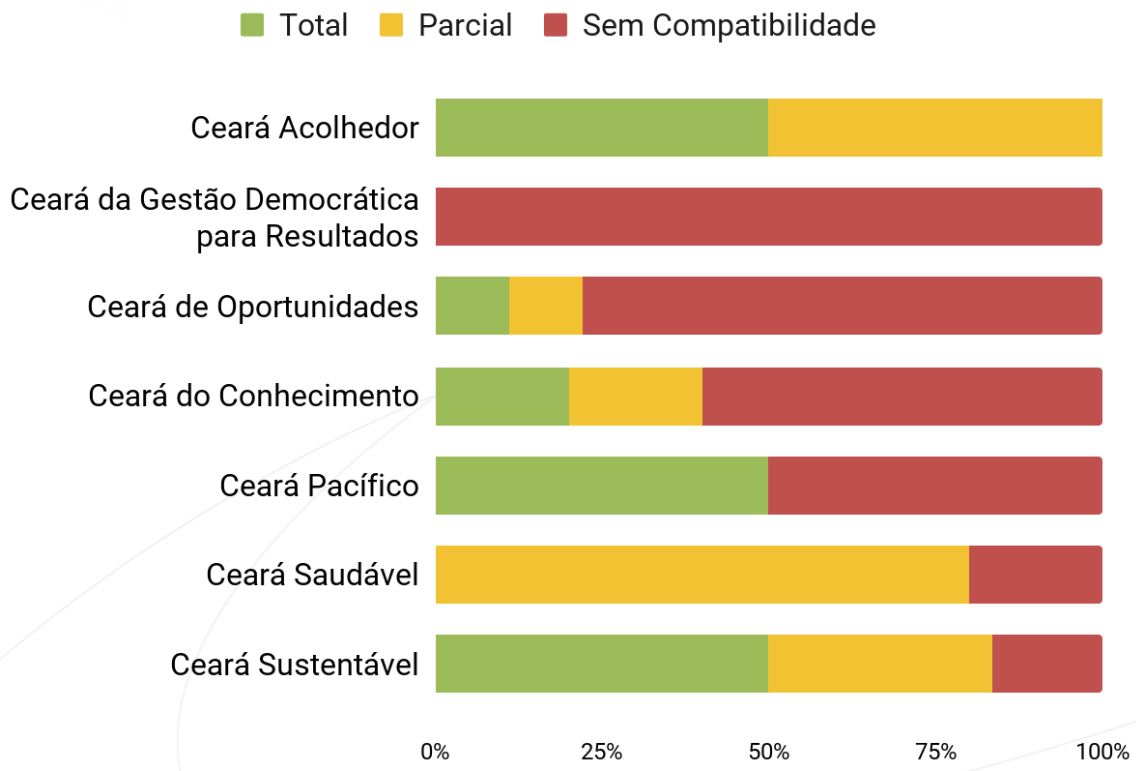
COMPATIBILIDADE	DEFINIÇÃO	EXEMPLO	
		PPA 2020-2023	Agenda 2030
Total	Indicador do PPA 2020-2023 consta do arcabouço de indicadores da Agenda 2030.	Tema 5.1 - Justiça Pessoas presas de forma provisória.	ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes 16.3.2 Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geral.
Parcial	Indicador do PPA 2020-2023 mede o mesmo fenômeno que indicadores da Agenda 2030, mas há divergências no cálculo (fórmulas de cálculo diferentes, divergência de fontes, etc.).	Tema 3.3 - Indústria Taxa de crescimento do valor adicionado da indústria.	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura 9.2.1 Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita.
Sem Compatibilidade	Indicador do PPA 2020-2023 não consta do arcabouço de indicadores da Agenda 2030.	Eixo 7 - Ceará Sustentável Índice da qualidade da gestão ambiental municipal.	Não consta.

Inicia-se a análise dos indicadores do PPA 2020-2023 pelo seu nível mais estratégico, os indicadores de Eixo. Aqui, reúnem-se indicadores que mensuram resultados de maior escopo, capturando fenômenos que abarcam a sociedade e o território cearense como um todo e sobre os quais o Governo do Estado busca os maiores impactos. A natureza estratégica dos indicadores de Eixo favorece um maior alinhamento com os indicadores dos ODS, muitos dos quais compartilham o caráter mais estratégico e a mensuração de fenômenos de escopo socioeconômico mais amplo.

O maior potencial de alinhamento se apresenta já na constatação de que a maioria dos indicadores de Eixo apresenta algum grau de compatibilidade com indicadores do Arcabouço Global. Do total de 34 indicadores de Eixo presentes no PPA 2020-2023, mais da metade (18) apresentam algum grau de compatibilidade com os indicadores de referência dos ODS. Um total de 8 indicadores apresentaram compatibilidade total, se utilizando da mesma metodologia de mensuração e apresentando os mesmos resultados do que os apresentados pelos indicadores da Agenda 2030.

INDICADORES DE EIXO

Gráfico 36 - Alinhamento do Caderno de Indicadores de Eixo do PPA 2020-2023 com o Arcabouço Global de Indicadores da Agenda 2030, por Eixo Estratégico.



Eixo Estratégico	Compatibilidade		
	Total	Parcial	Sem Compatibilidade
1 Ceará Acolhedor	2	2	0
2 Ceará da Gestão Democrática para Resultados	0	0	3
3 Ceará de Oportunidades	1	1	7
4 Ceará do Conhecimento	1	1	3
5 Ceará Pacífico	1	0	1
6 Ceará Saudável	0	4	1
7 Ceará Sustentável	3	2	1
TOTAL	8	10	16

Desagregando a análise por Eixo Estratégico, é possível observar variados graus de compatibilidade. O Eixo com maior compatibilização, no presente, é o Eixo 1, Ceará Acolhedor, cujos 4 indicadores de Eixo estão parcial ou totalmente compatíveis com indicadores presentes no Arcabouço dos ODS (ver quadro 4, abaixo). De fato, é o único Eixo que não apresenta algum indicador sem qualquer compatibilidade. Constata-se que

foram adotados, para o Eixo 1, indicadores que são referência internacional na área da proteção social, como o percentual da população extremamente pobre e o percentual da população vivendo abaixo da linha de pobreza.

Também se destacou positivamente os indicadores do Eixo 7, Ceará Sustentável, que apresentou 5 indicadores parcial ou totalmente compatíveis, de um total de 6 indicadores de Eixo. De fato, é o Eixo Estratégico com o maior número de indicadores totalmente compatíveis com indicadores dos ODS, com 3 indicadores de Eixo totalmente compatíveis. O Eixo 7 apresenta, consistentemente, um alinhamento mais ativo com a Agenda 2030, o que não é surpreendente considerando o enfoque e compromisso com a sustentabilidade ambiental presente nos ODS.

QUADRO 4 – ALINHAMENTO DOS INDICADORES DO EIXO 1, CEARÁ ACOLHEDOR

Indicador Estratégico	Indicador do ODS	Compatibilidade
População extremamente pobre (%)	1.1.1 Percentual da população abaixo da linha internacional de pobreza extrema, por sexo, idade, status de ocupação e localização geográfica (urbano/rural).	Parcial
População extremamente pobre na zona rural (%)	1.1.1 Percentual da população abaixo da linha internacional de pobreza extrema, por sexo, idade, status de ocupação e localização geográfica (urbano/rural).	Parcial
População jovem que não estuda e não trabalha (%)	8.6.1 Percentagem de jovens (15-24) que não estão na força de trabalho (ocupados e não ocupados), não são estudantes e nem estão em treinamento para o trabalho	Total
População vivendo abaixo da linha de pobreza (%)	1.2.1 Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).	Total

Entre os principais destaques negativos, é possível apontar o Eixo 2, Ceará da Gestão Democrática para Resultados, o qual foi o único Eixo que não apresentou quaisquer indicadores da Agenda 2030 entre seus indicadores de Eixo. Como já constatado anteriormente na análise macro, a dificuldade em manter o alinhamento entre o Eixo 2 e os ODS é o pouco espaço dado a metas e indicadores da gestão pública na Agenda 2030.

Outro Eixo que se destacou negativamente, e de forma menos esperada, foi o Eixo 3, Ceará de Oportunidades. Juntamente com o Eixo 7, Ceará Sustentável, o Eixo 3 recebe maior atenção na discussão sobre a Agenda 2030 pelo destaque dado à política econômica para o alcance de diversos ODS, como o ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, e o 9, Indústria, Inovação e Infraestrutura, entre outros. Apesar desse protagonismo, o Eixo 3 foi o segundo com menor grau de compatibilidade entre todos os Eixos, com 7 dos seus 9 indicadores de Eixo não apresentando compatibilidade com qualquer indicador dos ODS.

Destaca-se que grande parte dessa incompatibilidade se deve à adoção, por parte do Governo do Estado, de indicadores econômicos que divergem dos indicadores que

costumam ser internacionalmente aceitos, inclusive no Arcabouço de indicadores da Agenda 2030. Por exemplo, enquanto o Arcabouço Global de Indicadores opta pela taxa de crescimento real do PIB *per capita* (indicador 8.1.1), no PPA 2020-2023 optou-se pelo indicador de razão entre o PIB *per capita* Ceará e o PIB *per capita* do Brasil.

Avançando na estrutura da base estratégica, segue-se com os indicadores de Tema Estratégico, também chamados de indicadores temáticos. Entre os indicadores de Tema, observa-se uma compatibilização maior em comparação à observada com os indicadores de Eixo. Do total de 112 indicadores de Tema, 10 indicadores apresentaram compatibilidade total com indicadores dos ODS, enquanto 34 apresentaram compatibilidade parcial. Esses quantitativos representam, respectivamente, 9,00% e 30,63% do total de indicadores de Tema, o que constitui em uma compatibilidade de 39,63% dos indicadores temáticos – comparado à uma compatibilidade, total ou parcial, de 23,53% dos 34 indicadores de Eixo.

De destaque positivo, podemos elencar os Temas do Eixo 1, Ceará Acolhedor, 3 dos quais apresentaram compatibilidade parcial entre todos seus indicadores de Tema, enquanto apenas o quarto Tema (1.3, Inclusão Social e Direitos Humanos) apresentou 4 indicadores temáticos totalmente incompatíveis, de um total de 10 indicadores. De forma similar aos indicadores de Eixo, pode-se atribuir este maior grau de compatibilidade à adoção de indicadores internacionalmente reconhecidos para suas respectivas políticas. Entre eles, destacam-se os dois indicadores totalmente compatíveis presentes, ambos indicadores de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), cujas metodologias seguem padrões internacionais, também utilizados pelo Arcabouço dos ODS.

QUADRO 5 – INDICADORES DO TEMA 1.3, INCL. SOCIAL E D. H., TOTALMENTE COMPATÍVEIS

Indicador Temático	Indicador do ODS
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra crianças e adolescentes (casos/100 mil hab.)	16.1.1 Número de vítimas de homicídio intencional, por 100.000 habitantes, por sexo e *idade*
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra as mulheres (casos/100 mil hab.)	16.1.1 Número de vítimas de homicídio intencional, por 100.000 habitantes, por *sexo* e idade

Individualmente, outros Temas estratégicos também se destacaram por altos níveis de compatibilidade, parcial ou total. Nos Temas 6.2, Saneamento Básico, e 7.3, Recursos Hídricos, todos os indicadores se mostraram parcialmente compatíveis, enquanto que os Temas 1.3, Inclusão Social e Direitos Humanos, e 6.3, Saúde, apresentaram os maiores números de indicadores temáticos totalmente compatíveis, com 2 indicadores cada.

QUADRO 6 – INDICADORES DO TEMA 6.3, SAÚDE, TOTALMENTE COMPATÍVEIS

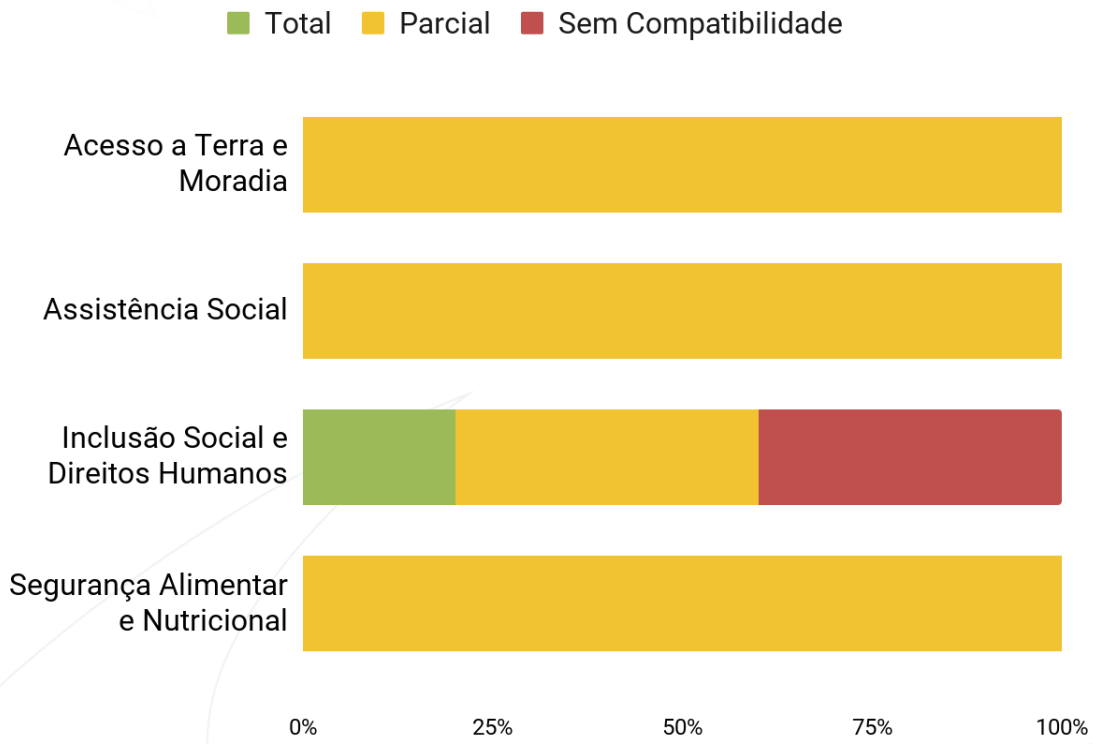
Indicador Temático	Indicador do ODS
Taxa de mortalidade específica por causas externas (suicídio) (óbitos/100 mil hab.)	3.4.2 Taxa de mortalidade por suicídio
Taxa de mortalidade neonatal (óbitos/100 mil hab.)	3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal

Por outro lado, são mais numerosos os exemplos de Temas Estratégicos que apresentaram pouca ou nenhuma compatibilidade com o Arcabouço Global de Indicadores da Agenda 2030. O Tema 3.1, Agricultura Familiar e Agronegócio, não se utilizou de nenhum indicador do Arcabouço, apesar do ODS 2, Fome Zero e Agricultura Sustentável, apresentar vários indicadores dentro da mesma temática. Os Temas 4.2, Cultura e Arte, e 3.7, Turismo, não apresentaram indicadores temáticos compatíveis, em grande medida pela ausência de indicadores nos ODS que se alinhassem com os respectivos objetivos estratégicos do Governo do Estado para essas políticas.

Por razões similares aos indicadores de Eixo, os Temas do Eixo 2, Ceará da Gestão Democrática para Resultados, não apresentaram nenhuma compatibilidade, parcial ou total, com os indicadores do ODS. Parte significativa dessa incompatibilidade sistemática se deve à natureza específica, inclusive a nível nacional, dos indicadores utilizados nas políticas de natureza administrativa. Ainda assim, não se exclui a possibilidade de se incorporar, nos próximos ciclos de planejamento do Estado, alguns dos indicadores dos ODS relevantes.

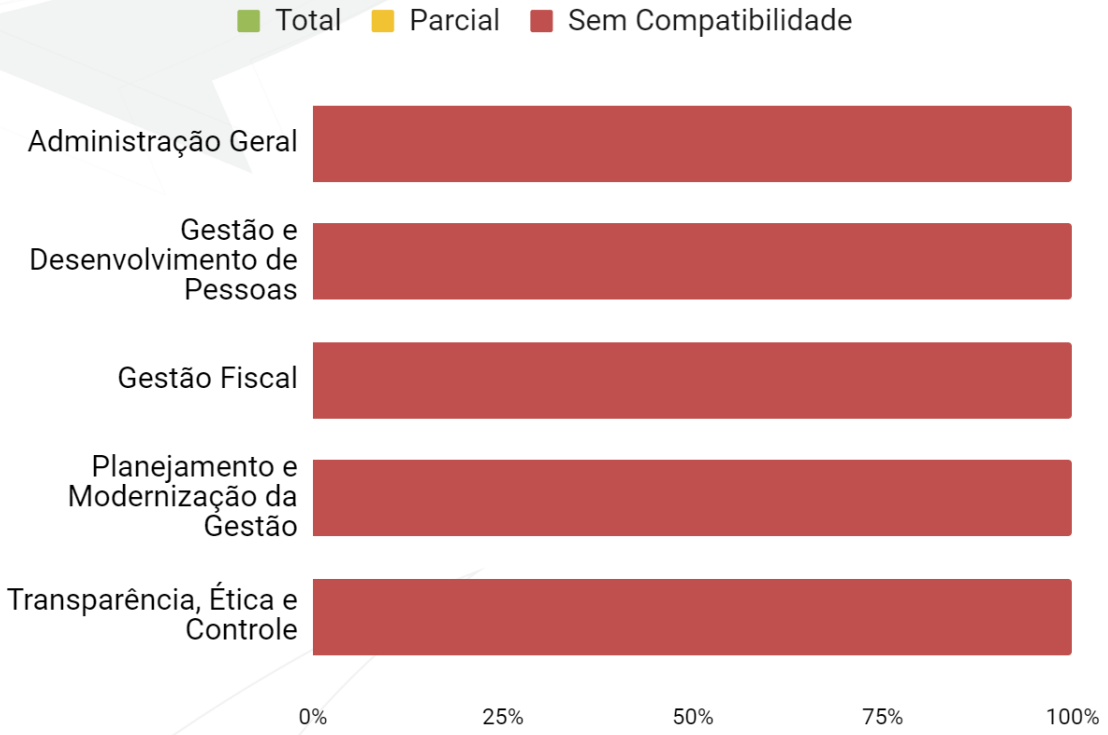
INDICADORES DE TEMA

Gráfico 37 - Alinhamento do Caderno de Indicadores de Tema do PPA 2020-2023 com o Arcabouço Global de Indicadores da Agenda 2030, por Eixo e Tema Estratégico.



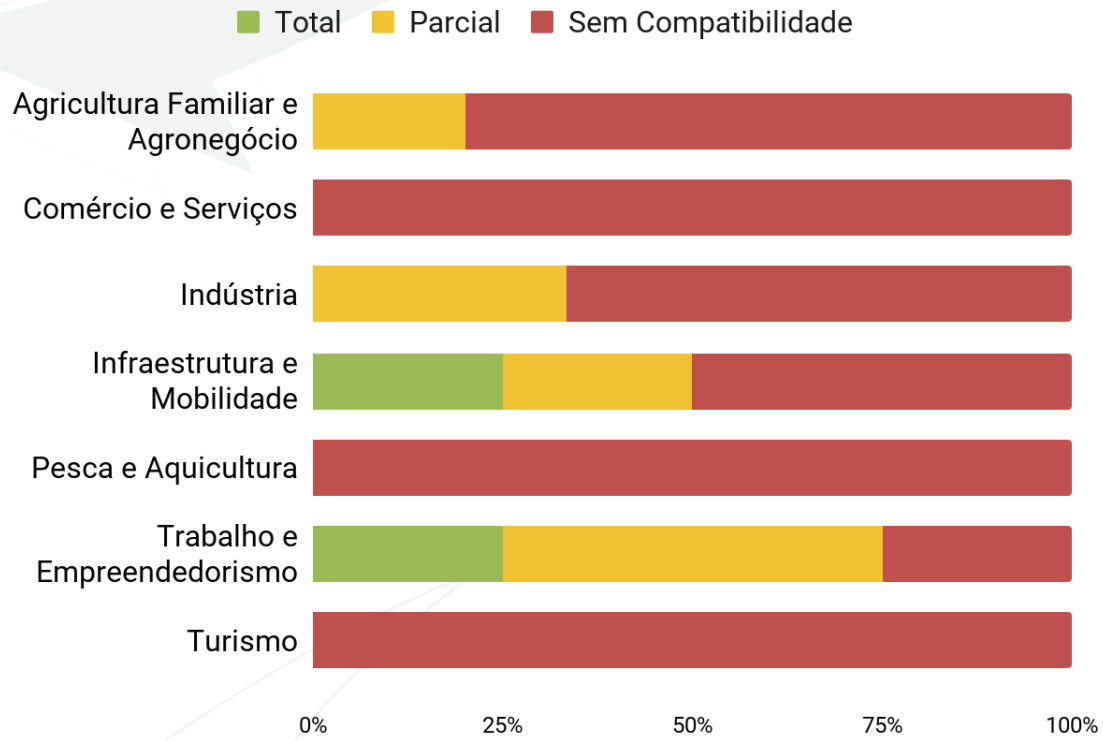
1 CEARÁ ACOLHEDOR

Tema Estratégico		Compatibilidade		
		Total	Parcial	Sem Compatibilidade
1.1	Acesso a Terra e Moradia	0	1	0
1.2	Assistência Social	0	3	0
1.3	Inclusão Social e Direitos Humanos	2	4	4
1.4	Segurança Alimentar e Nutricional	0	1	0
	TOTAL	2	9	4



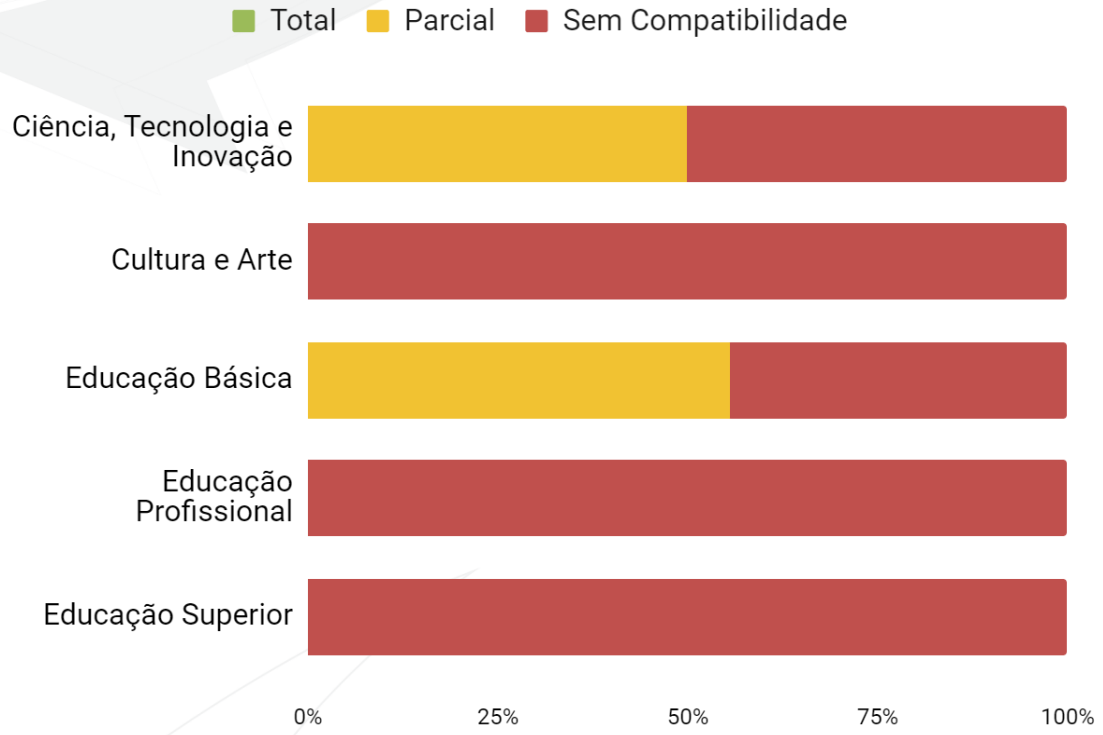
2 CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS

Tema Estratégico		Compatibilidade		
		Total	Parcial	Sem Compatibilidade
2.1	Administração Geral	0	0	1
2.2	Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	0	0	1
2.3	Gestão Fiscal	0	0	6
2.4	Planejamento e Modernização da Gestão	0	0	1
2.5	Transparência, Ética e Controle	0	0	4
	TOTAL	0	0	13

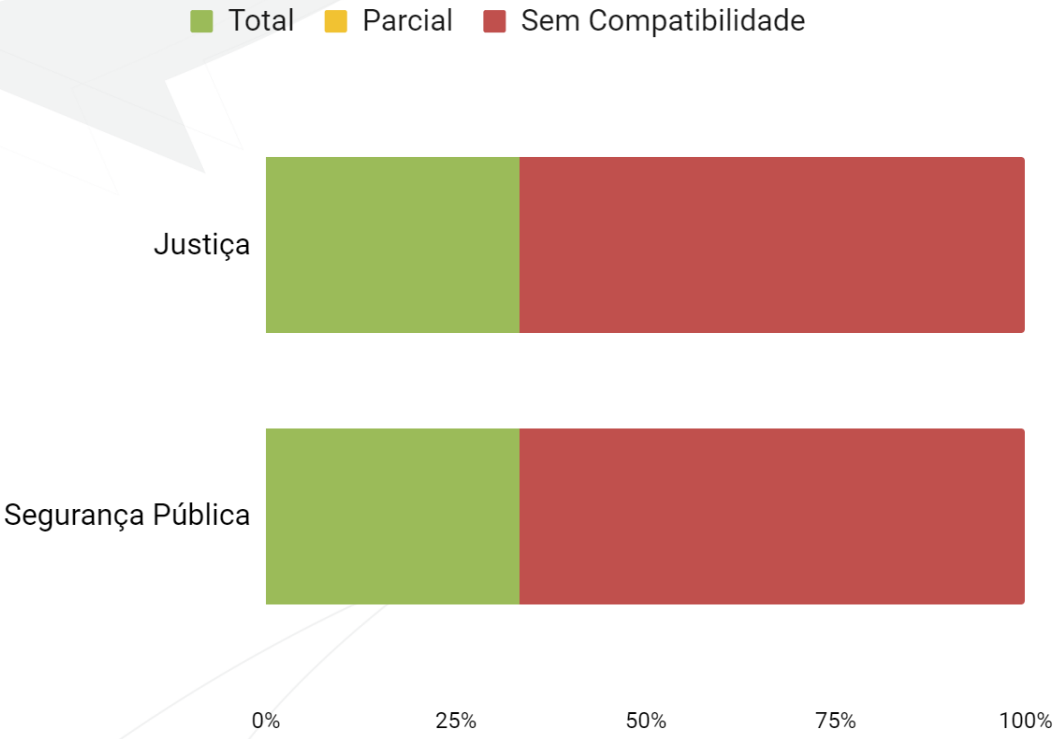


3 CEARÁ DE OPORTUNIDADES

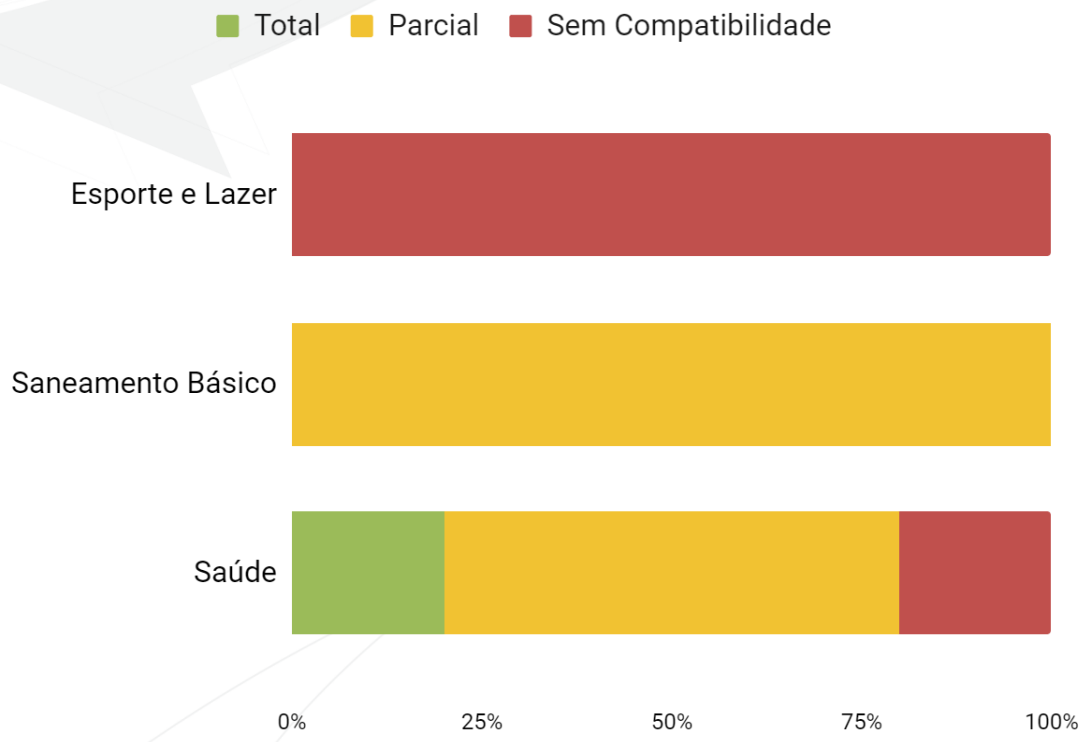
Tema Estratégico		Compatibilidade		
		Total	Parcial	Sem Compatibilidade
3.1	Agricultura Familiar e Agronegócio	0	1	4
3.2	Comércio e Serviços	0	0	5
3.3	Indústria	0	2	4
3.4	Infraestrutura e Mobilidade	1	1	2
3.5	Pesca e Aquicultura	0	0	2
3.6	Trabalho e Empreendedorismo	1	2	1
3.7	Turismo	0	0	6
	TOTAL	2	6	24



4 CEARÁ DO CONHECIMENTO				
Tema Estratégico		Compatibilidade		
		Total	Parcial	Sem Compatibilidade
4.1	Ciência, Tecnologia e Inovação	0	1	1
4.2	Cultura e Arte	0	0	3
4.3	Educação Básica	0	5	4
4.4	Educação Profissional	0	0	2
4.5	Educação Superior	0	0	5
	TOTAL	0	6	15

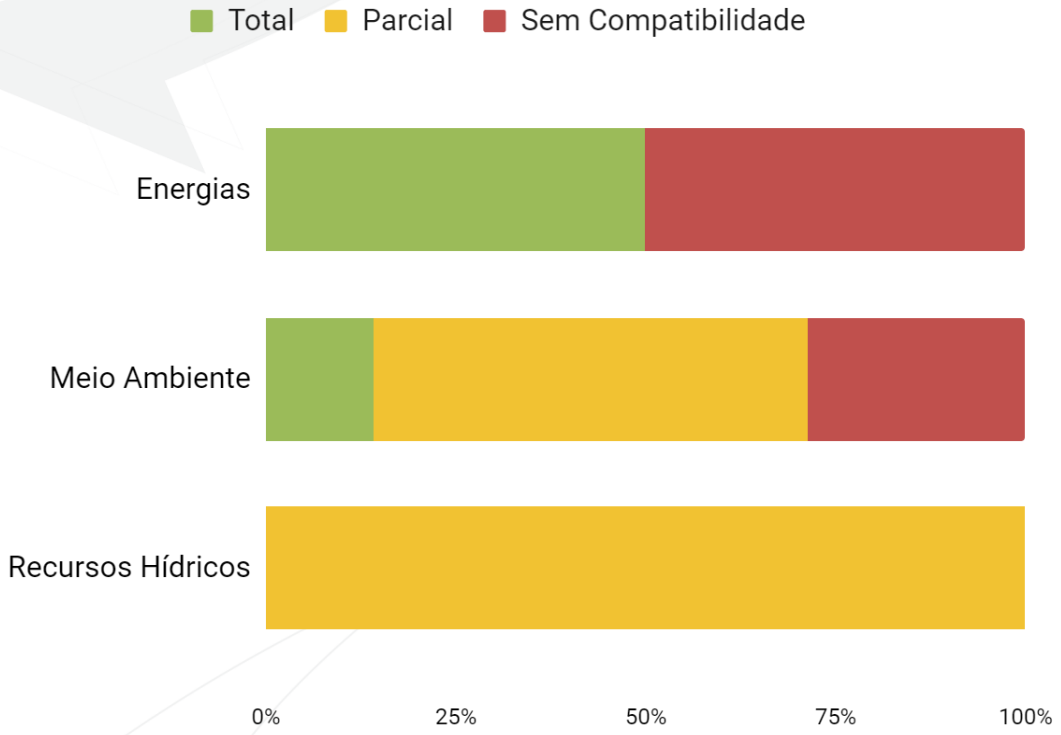


5 CEARÁ PACÍFICO				
Tema Estratégico		Compatibilidade		
		Total	Parcial	Sem Compatibilidade
5.1	Justiça	1	0	2
5.2	Segurança Pública	1	0	2
	TOTAL	2	0	4



6 CEARÁ SAUDÁVEL

Tema Estratégico		Compatibilidade		
		Total	Parcial	Sem Compatibilidade
6.1	Esporte e Lazer	0	0	2
6.2	Saneamento Básico	0	2	0
6.3	Saúde	2	6	2
	TOTAL	2	8	4



7 CEARÁ SUSTENTÁVEL				
Tema Estratégico		Compatibilidade		
		Total	Parcial	Sem Compatibilidade
7.1	Energias	1	0	1
7.2	Meio Ambiente	1	4	2
7.3	Recursos Hídricos	0	1	0
	TOTAL	2	5	3

Algumas inconsistências foram encontradas ao longo da análise, em especial de indicadores do Arcabouço Global da Agenda 2030 que poderiam contribuir com a mensuração de objetivos estratégicos do Estado, mas não foram incorporados ao Plano. Foram os casos, por exemplo, dos indicadores da meta 9.5, do ODS 9, Indústria, Inovação e Infraestrutura (ver quadro 7, abaixo), os quais poderiam ter sido incluídos para mensurar o Eixo 4, Ceará do Conhecimento, ou seu Tema 4.1, Ciência, Tecnologia e Inovação.

QUADRO 7 – INDICADORES DO ARCABOUÇO GLOBAL DOS ODS PARA A META 9.5

Meta		Indicador do ODS
9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.	9.5.1 Dispêndio em P&D em proporção do PIB
		9.5.2 Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes

De maneira geral, existem vários pontos de alinhamento entre o Caderno de Indicadores da base estratégica do PPA 2020-2023 e o Arcabouço Global de Indicadores da Agenda 2030. Esses pontos de alinhamento podem contribuir não apenas para o objetivo de medir o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelo Estado do Ceará, o que seria sua utilidade mais aparente, mas também oferecem metodologias bem estruturadas e internacionalmente reconhecidas para mensurar resultados. Essas metodologias podem ser incorporadas ao planejamento estadual para além dos ODS, auxiliando o Governo do Estado a medir o alcance dos seus objetivos estratégicos declarados.

Alinhamento da Base Programática do PPA 2020-2023 às Metas dos ODS

Buscando sinalizar um alinhamento mais claro do planejamento delineado pelo PPA 2020-2023 ao alcance dos ODS, o corpo técnico do Governo do Estado realizou um trabalho de identificação da contribuição dos elementos constitutivos do Plano para o alcance das metas de desenvolvimento sustentável. Os órgãos setoriais do Governo do Estado foram responsáveis pela identificação das metas dos ODS para cujo alcance as Iniciativas e Entregas que executam contribuem, ou contribuíram, de forma direta.

Ao todo, 511 Iniciativas e 803 Entregas governamentais foram identificadas como contribuindo para uma ou mais metas dos ODS. Das 169 metas definidas para os ODS, um total de 120 possui Entregas vinculadas no Plano, contemplando o universo dos 17 ODS. O ODS com maior número de Entregas vinculadas foi o ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Ao todo, 323 Entregas do PPA 2020-2023 foram sinalizadas como contribuindo diretamente para o alcance das metas desse Objetivo.

Apesar do ODS 16 apresentar o maior número de Entregas contribuintes (ver quadro 8, abaixo), a meta individual com o maior número de Entregas foi a meta 8.3, parte do ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Ao todo, 135 Entregas foram vinculadas a essa meta, todas presentes nos Eixos 3, Ceará de Oportunidades, e 4, Ceará do Conhecimento, os quais reúnem, respectivamente, as políticas estaduais voltadas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do capital humano no Estado.

QUADRO 8 – ODS COM MAIS ENTREGAS VINCULADAS

ODS		ENTREGAS
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	323
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	292
1	Erradicação da Pobreza	236
3	Saúde e Bem-Estar	232
10	Redução das Desigualdades	136

QUADRO 9 – METAS DOS ODS COM MAIS ENTREGAS VINCULADAS

ODS		META		ENTREGAS
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.	135
10	Redução das Desigualdades	10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	87
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.	84
1	Erradicação da Pobreza	1.3	Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.	55
1	Erradicação da Pobreza	1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$1,25 por dia.	45

A promoção do desenvolvimento, inclusive por meio da inovação, como definida na meta 8.3, está explicitada nos respectivos resultados estratégicos dos Eixos (ver quadro 10,

abaixo). Apesar de menos claramente declarado nos resultados estratégicos, o apoio às "[...] atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação" estão representados nos Temas e Programas compreendidos em cada Eixo. Os Programas com maior quantitativo de Entregas vinculadas à meta 8.3 foram o 411, Ceará Científico e Tecnológico, com 13 Entregas; o 412, Inova Ceará, com 11 Entregas; e o 342, Infraestrutura e Logística, com 10 Entregas (ver quadro 11, abaixo).

QUADRO 10 – COMPARAÇÃO DA META 8.3 COM OS RESULTADOS DOS EIXOS 3 E 4

META Agenda 2030		RESULTADO ESTRATÉGICO PPA 2020-2023	
8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.	3	Ceará de Oportunidades Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores.
		4	Ceará do Conhecimento População com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

QUADRO 11 – VINCULAÇÃO DA META 8.3 AOS PROGRAMAS, POR EIXO

8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

3 CEARÁ DE OPORTUNIDADES				
TEMA		PROGRAMA		ENTREGAS
3.1	Agricultura Familiar e Agronegócio	313	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	9
3.2	Comércio e Serviços	321	Fortalecimento do Setor de Comércio e Serviços	5
3.3	Indústria	331	Atração e Desenvolvimento Industrial	8
3.4	Infraestrutura e Mobilidade	342	Infraestrutura e Logística	10
		344	Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém	3
3.5	Pesca e Aquicultura	351	Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Pesca e Aquicultura	6
		352	Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar	4
3.6	Trabalho e Empreendedorismo	361	Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato	5
		362	Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais	8
		363	Conexão Trabalho e Renda Ceará	5
		364	Inovação para Melhoria de Oportunidades	7
3.7	Turismo	371	Desenvolvimento Sustentável e Consolidado do Destino Turístico Ceará	8
4 CEARÁ DO CONHECIMENTO				
4.1	Ciência, Tecnologia e Inovação	411	Ceará Científico e Tecnológico	13
		412	Inova Ceará	11
4.2	Cultura e Arte	421	Promoção e Desenvolvimento da Arte e Cultura Cearense	9
		422	Promoção e Desenvolvimento da Política de Conhecimento e Formação em Arte e Cultura	6
4.3	Educação Básica	433	Desenvolvimento do Ensino Médio	2
4.4	Educação Profissional	441	Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio	7

Observa-se que o quantitativo de vinculações se justifica pela intersetorialidade necessária para o alcance da meta. O Programa 411 reúne as políticas governamentais voltadas para a ciência e tecnologia; o Programa 412 é voltado, prioritariamente, ao fomento à inovação; e, por fim, o Programa 342 reúne os investimentos governamentais na infraestrutura de transportes e logística, como rodovias, metrôs e portos.

No Eixo 5, Ceará Pacífico, que reúne as políticas de segurança pública e justiça do Estado, as ausências de vinculação a algumas metas chamaram a atenção. Em especial, o Programa 524, Gestão Integrada de Riscos e Acidentes, e suas Entregas carecem de vinculação às metas dos ODS relativas à prevenção e recuperação de cenários de desastres. As metas de desenvolvimento sustentável 11.5 e 13.1 estão particularmente alinhadas ao objetivo do Programa 524 e suas Iniciativas e Entregas (veja quadro 12, abaixo).

Outra inconsistência relevante detectada se refere às Entregas vinculadas à meta de desenvolvimento sustentável 1.1, referente à redução da extrema pobreza medida pela renda. Uma quantidade considerável de Entregas com vinculação a essa meta não apresentam qualquer relação direta com o combate à extrema pobreza. Observou-se, por exemplo, Entregas de geocadastro realizado[29] e fogão sustentável instalado[30], cuja contribuição à redução da extrema pobreza mensurada pela renda é, na melhor das hipóteses, indireta. Em muitas das vinculações consideradas incorretas, o problema maior se dá na mensuração da pobreza, distinção feita entre a meta 1.1 (extrema pobreza medida como pessoas vivendo com menos de US$1,25 por dia) e a 1.2 (pobreza medida de forma multidimensional). Em muitos casos, caberia vincular essas entregas à meta 1.2, dado que estas contribuem para mitigar várias dimensões da pobreza, mas não necessariamente a renda de forma direta. Considerando a importância dessa meta, caberia às equipes técnicas envolvidas, inclusive da Seplag-CE, um trabalho de avaliação e validação mais cuidadoso das vinculações feitas atualmente.

[29] Eixo 1, Ceará Acolhedor; Tema 1.1, Acesso a Terra e Moradia; Programa 112, Habitação e Regularização Fundiária Rural; Iniciativa 112.1.01, Promoção dos serviços de desenvolvimento fundiário e agrário; Entrega 1648, Geocadastro realizado.
[30] Eixo 1, Ceará Acolhedor; Tema 1.1, Acesso a Terra e Moradia; Programa 113, Habitação de Interesse Social na Área Rural; Iniciativa 113.1.02, Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural; Entrega 1334, Fogão sustentável instalado.

QUADRO 12 – COMPARAÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA 524 COM AS METAS 11.5 E 13.1

Objetivo do Programa PPA 2020-2023		Metas de Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030	
524	Ampliar a capacidade de resiliência do Estado diante de desastres naturais e tecnológicos.	11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
		13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

Por outro lado, também foi possível observar metas que, apesar de estarem vinculadas a Eixos e Temas Estratégicos, não foram relacionadas a nenhuma Entrega do PPA 2020-2023. Observou-se que a ausência de vinculação se deu, principalmente, por uma de três possíveis razões: (i) a meta se refere apenas a governos nacionais, estando fora da alçada do Governo do Estado; (ii) não há políticas estaduais presentes no Plano que contribuam para essa meta; ou (iii) mesmo havendo contribuição, esta não foi devidamente sinalizada no PPA 2020-2023.

Como exemplo do primeiro tipo de caso, é possível citar a vinculação à meta 2.b dos Temas 3.1, Agricultura Familiar e Agronegócio, e 3.2, Comércio e Serviços. Apenas um Programa governamental foi vinculado como contribuindo para esta meta, o Programa 313, Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, mas nenhuma das suas Entregas teve a meta vinculada. A meta 2.b trata de restrições governamentais ao comércio nos mercados agrícolas, portanto, trata de algo que está fora da competência dos governos estaduais. De fato, a maior parte das metas sem vinculação a Entregas recai nessa categoria, com 35 metas fora da competência do Governo do Estado. Nesses casos, põe-se em questionamento até mesmo a vinculação de Eixos, Temas e Programas do Plano estadual a essas metas.

A categoria com o menor número de metas é o segundo tipo, metas para as quais não há políticas estaduais declaradas no PPA que contribuam para essa meta, mesmo que coubesse sob a competência do Governo do Estado. Ao todo, foram 4 metas que estiveram enquadradas nessa categoria, inclusive políticas voltadas ao reconhecimento e valorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado (meta 5.4); à repartição de recursos genéticos (meta 15.6); à mobilização de recursos para financiar o manejo florestal responsável (meta 15.b); e à educação e conscientização sobre a mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce das mudanças climáticas (13.3). Em relação a esta última, cabe destacar a política estadual de educação ambiental, contida no Programa 721, Ceará Consciente por Natureza. No entanto, o foco do Programa em educação para a conservação e preservação, bem como fortalecimento

das gestões ambientais municipais, no lugar de resiliência às mudanças climáticas, levou à conclusão de que não caberia vincular as suas Entregas à meta 13.3, especificamente.

Por fim, observam-se os casos em que simplesmente não houve a vinculação das Entregas governamentais constantes no Plano. No caso da meta 9.3, pertencente ao ODS 9, Indústria, Inovação e Infraestrutura, há uma clara contribuição para essa meta das políticas estaduais de microcrédito e construção de galpões, encontradas no Eixo 3, Ceará de Oportunidades, Tema 3.6, Trabalho e Empreendedorismo, Programas 362, Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais, e 363, Conexão Trabalho e Renda Ceará. Quanto ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, duas metas sem vinculações (11.3 e 11.b) poderiam ter sido vinculadas às entregas relativas, respectivamente, à política estadual de requalificação urbana[31] e de auxílio à qualificação da moradia social[32].

Apesar de ser o ODS com o maior número de vinculações a Eixos Estratégicos, o ODS 5, Igualdade de Gênero, é um dos que menos recebeu vinculações a nível de Iniciativas e Entregas, estando a frente de apenas 4 outros ODS (ver quadro 13, abaixo). Das 9 metas que compõem o ODS 5, apenas 4 receberam vinculações em Entregas do PPA 2020-2023. A razão mais comum foi a não vinculação das políticas estaduais às metas adequadas, caso que ocorreu em 3 das 5 metas sem Entregas vinculadas, o que enfraquece a identificação das contribuições do Estado para esse ODS específico.

QUADRO 13 – ODS COM MENOS ENTREGAS VINCULADAS

ODS		Entregas
5	Igualdade de Gênero	51
14	Vida na Água	50
17	Parcerias e Meios de Implementação	30
7	Energia Acessível e Limpa	24
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	11

[31] Eixo 3, Ceará de Oportunidades; Tema 3.4, Infraestrutura e Mobilidade; Programa 341, Promoção da Requalificação Urbana; Iniciativa 341.1.01, Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos; Entrega 1593, Espaço urbano requalificado.
[32] Eixo 1, Ceará Acolhedor; Tema 1.1, Acesso a Terra e Moradia; Programa 111, Habitação e Regularização Fundiária Urbana; Iniciativa 111.1.03, Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais; Entrega 1651, Unidade habitacional qualificada.

QUADRO 14 – METAS SEM VINCULAÇÃO A INICIATIVAS E ENTREGAS, POR ODS

ODS	Meta		Justificativa
2	2.5	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.	Falta de vinculação.
	2.b	Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.	Fora da competência do governo estadual.
5	5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.	Não há política estadual.
	5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.	Falta de vinculação.
	5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.	Falta de vinculação.
	5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.	Falta de vinculação.
	5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.	Falta de vinculação.
7	7.a	Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.	Fora da competência do governo estadual.
8	8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.	Fora da competência do governo estadual.
	8.10	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.	Fora da competência do governo estadual.
	8.b	Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da	Fora da competência do

		Organização Internacional do Trabalho (OIT).	governo estadual.
9	9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.	Falta de vinculação.
	9.a	Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Fora da competência do governo estadual.
10	10.4	Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.	Falta de vinculação.
	10.5	Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.	Fora da competência do governo estadual.
	10.6	Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.	Fora da competência do governo estadual.
	10.7	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.	Fora da competência do governo estadual.
	10.a	Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.	Fora da competência do governo estadual.
	10.b	Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.	Fora da competência do governo estadual.
	10.c	Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.	Fora da competência do governo estadual.
11	11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.	Falta de vinculação.
	11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.	Falta de vinculação.
	11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.	Fora da competência do governo estadual.

12	12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.	Fora da competência do governo estadual.
	12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.	Fora da competência do governo estadual.
	12.a	Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.	Fora da competência do governo estadual.
	12.c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.	Fora da competência do governo estadual.
13	13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.	Não há política estadual.
14	14.a	Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.	Fora da competência do governo estadual.
15	15.6	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.	Não há política estadual.
	15.b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.	Não há política estadual.
16	16.8	Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.	Fora da competência do governo estadual.
	16.a	Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.	Fora da competência do governo estadual.
17	17.2	Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta (RNB) em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD	Fora da competência do governo estadual.

	para os países menos desenvolvidos.	
17.3	Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.	Fora da competência do governo estadual.
17.4	Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.	Fora da competência do governo estadual.
17.5	Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.	Fora da competência do governo estadual.
17.6	Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.	Fora da competência do governo estadual.
17.7	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.	Fora da competência do governo estadual.
17.8	Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.	Fora da competência do governo estadual.
17.9	Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.	Fora da competência do governo estadual.
17.10	Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.	Fora da competência do governo estadual.
17.11	Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.	Fora da competência do governo estadual.
17.12	Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.	Fora da competência do governo estadual.
17.13	Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.	Fora da competência do governo estadual.

17.15	Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.	Fora da competência do governo estadual.
17.16	Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.	Fora da competência do governo estadual.
17.18	Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.	Fora da competência do governo estadual.
17.19	Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.	Fora da competência do governo estadual.

O caráter reativo da classificação, identificando as contribuições aos ODS de forma posterior à definição das estratégias governamentais, explicitou o papel secundário prestado pelos ODS como referência para o planejamento estratégico estadual. O marco lógico estabelecido pelo modelo de Gestão para Resultados (GpR), o qual opera como base conceitual e metodológica para os processos de planejamento do Estado, preconiza uma cadeia de valores onde os resultados almejados, refletidos nos objetivos declarados, devem assumir a primazia na definição da estratégia governamental.

Também se observou, como vulnerabilidade, a não sistematização de um processo de análise e validação de parte considerável das vinculações sinalizadas pelas equipes técnicas setoriais. A ausência desse trabalho mais minucioso de análise,levou em alguns casos observados, a vinculações incorretas, aludindo a relações demasiadamente distantes (quando não ausentes) entre Entregas e metas dos ODS. É importante que sejam definidas medidas corretivas que minimizem a referida vulnerabilidade, ao mesmo tempo, que durante a elaboração do próximo PPA 2024-2027 sejam revistas e aplicadas estratégias de vinculações coerentes.

Gráfico 38 - Entregas do PPA 2020-2023 vinculadas a Metas de Desenvolvimento Sustentável, por ODS.

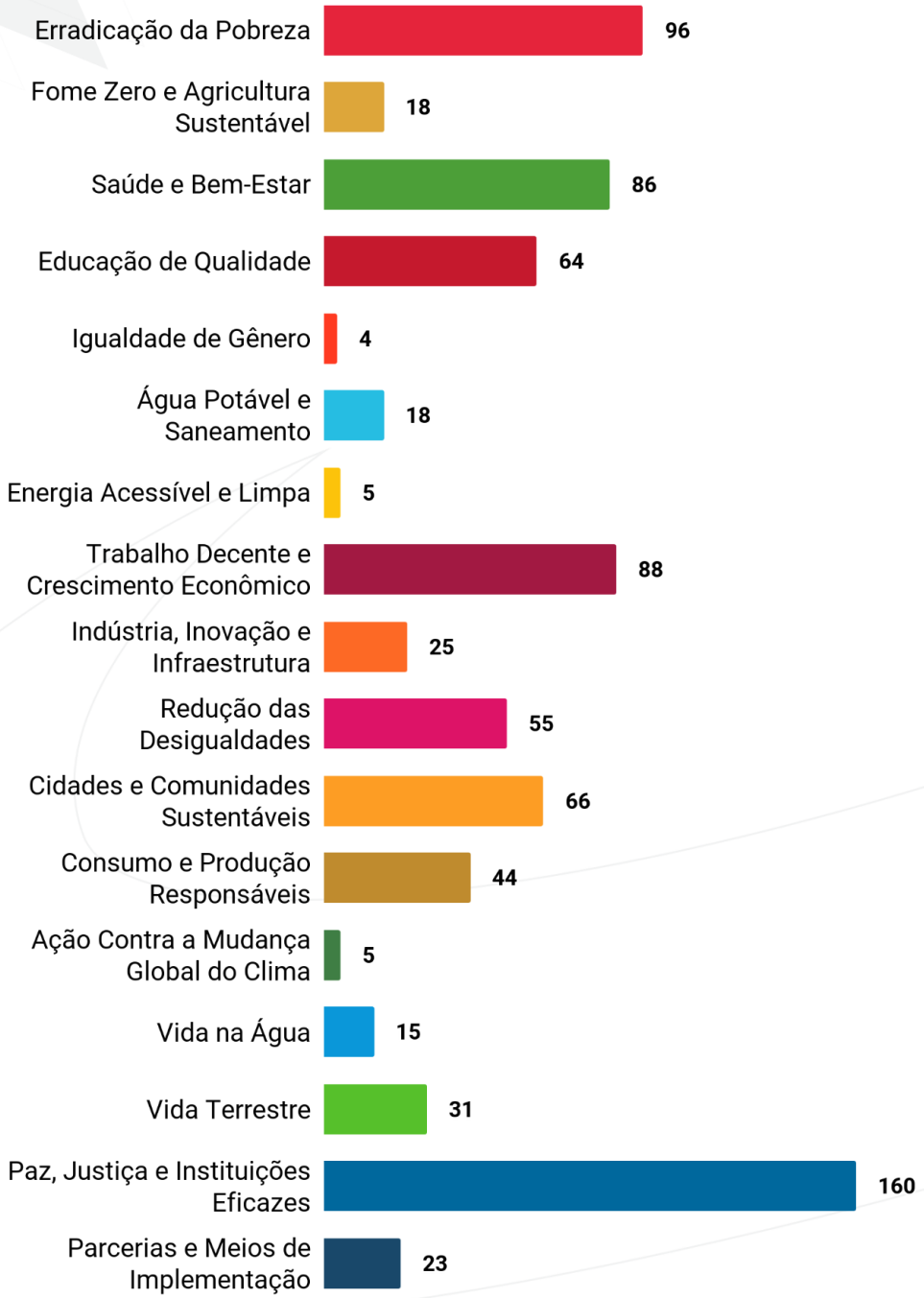


Gráfico 39 - Entregas do PPA 2020-2023 vinculadas a metas de desenvolvimento sustentável, por Eixo Estratégico.

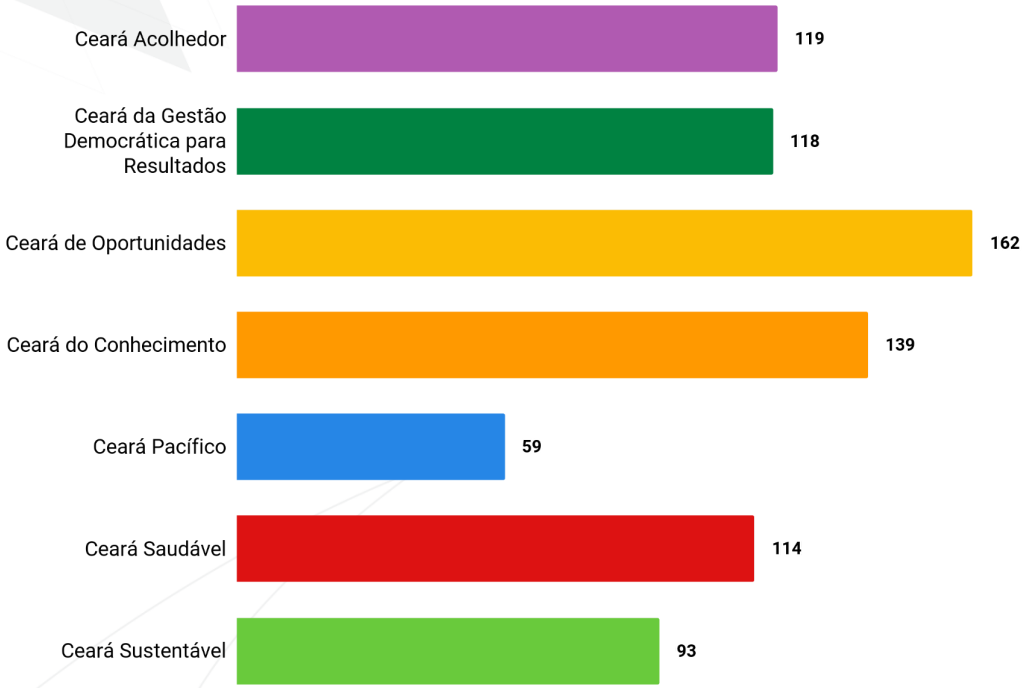
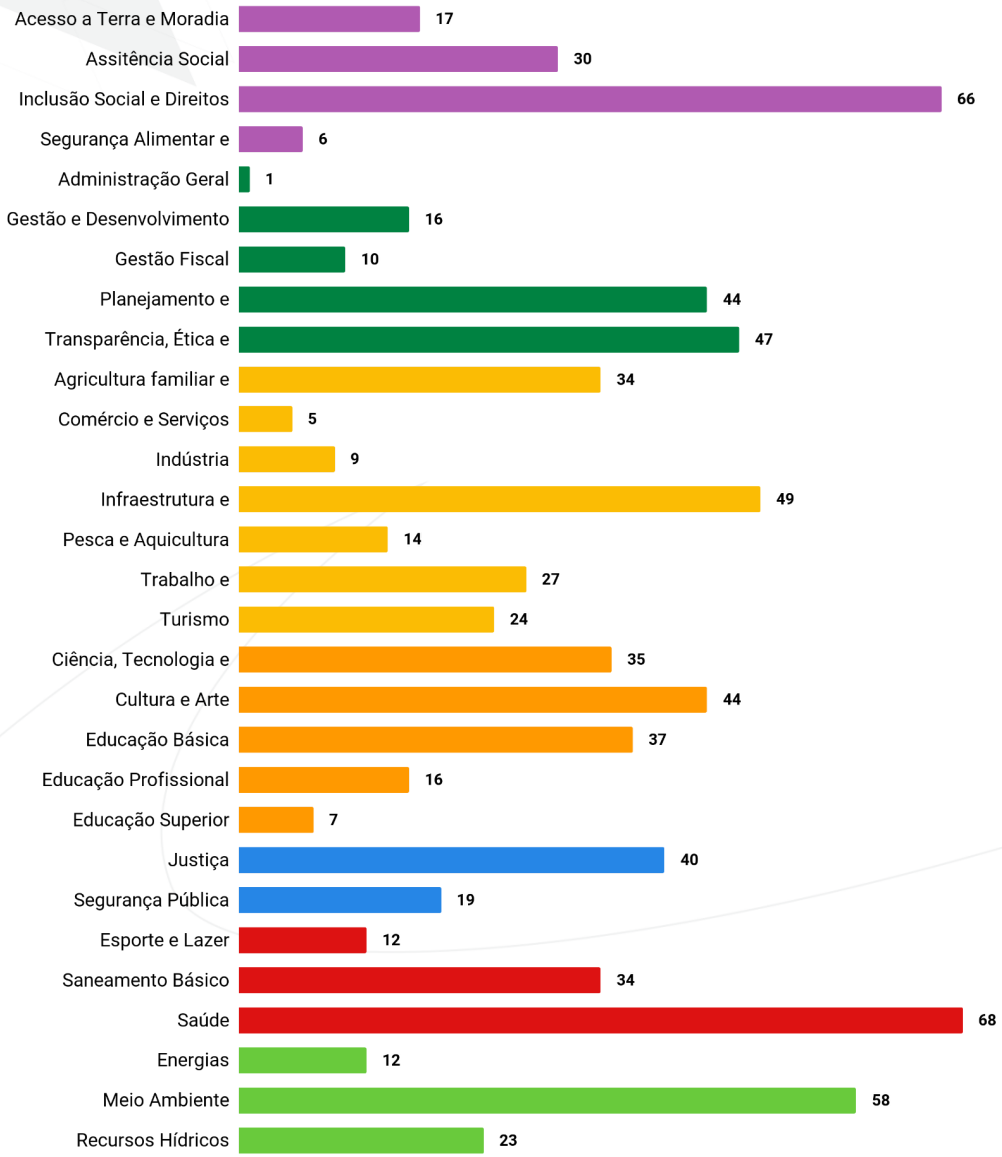


Gráfico 40 - Entregas do PPA 2020-2023 vinculadas a metas de desenvolvimento sustentável, por Tema Estratégico.



PANORAMA ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO DO BIÊNIO

Orçamento Público: Receitas e Despesas

O Orçamento Público é o instrumento de planejamento e execução dos recursos públicos que estima a receita e fixa a despesa para um exercício, sendo organizado em programas e estruturado em ações que resultam em bens e serviços para a população.

Receitas Públicas

As Receitas Públicas são entradas de recursos que são incorporadas ao patrimônio público. As Receitas Orçamentárias são classificadas em duas categorias econômicas: as Receitas Correntes, que são as arrecadadas durante o exercício, composta pelos tributos, contribuições, transferências correntes do governo federal, dentre outras e as Receitas de Capital compostas, especialmente, pelas contratações de operações de crédito e convênios.

A Tabela a seguir demonstra a composição das receitas de 2018 a 2021:

Tabela 45 – Composição da Receita.

R$ 1.000

CATEGORIA/ORIGEM	2018	2019	% 2018/2019	2020	% 2019/2020	2021	% 2020/2021
Receitas Correntes	**23.310.370**	**25.479.839**	9,3%	**26.752.848**	5,00%	**30.843.679**	15%
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	12.944.469	14.546.088	12,4%	14.232.659	-2,15%	17.188.681	21%
Contribuicoes	730.755	878.931	20,3%	965.728	9,88%	1.141.949	18%
Receita Patrimonial	771.851	463.882	-39,9%	299.742	-35,38%	394.103	31%
Receita de Servicos	85.444	166.293	94,6%	220.045	32,32%	251.088	14%
Transferencias Correntes	7.930.162	8.735.141	10,2%	10.313.601	18,07%	11.303.945	10%
Outras Receitas Correntes	847.681	689.502	-18,7%	721.072	4,58%	563.913	-22%
Receita Agropecuaria	8	1	-87,0%	1	-25,12%	0	-100%
Receitas de Capital	**1.484.163**	**1.762.758**	18,8%	**1.673.403**	-5,07%	**1.631.068**	-3%
Operacoes de Credito	908.065	1.379.112	51,9%	1.464.765	6,21%	1.405.557	-4%
Alienacao de Bens	14.495	10.109	-30,3%	1.129	-88,83%	47.232	4084%
Outras Receitas de Capital	147.198	1.158	-99,2%	2.536	118,95%	130	-95%
Transferencias de Capital	410.909	371.914	-9,5%	204.770	-44,94%	178.150	-13%
Amortizacao de Emprestimos	3.496	465	-86,7%	202	-56,57%	0	-100%
Total Geral	**24.794.533**	**27.242.597**	**9,9%**	**28.426.251**	**4,34%**	**32.474.747**	**14%**

Em todos os anos percebe-se que as principais receitas do Governo do Estado do Ceará são provenientes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (em especial, o ICMS, o IPVA e o ITCD) e as transferências correntes, sendo o repasse do Fundo de Participação dos Estados – FPE, a mais significativa. As receitas de operações de crédito respondem pela quase totalidade da categoria Receitas de Capital. Tais origens são aplicadas exclusivamente em despesas de investimentos e sua totalidade representa apenas uma fração do total de receitas à disposição da máquina pública. Assim conclui-se que a maior parte dos investimentos são suportados pelas receitas próprias do estado.

Na análise do último biênio, evidencia-se uma queda na arrecadação de impostos no ano de 2020 decorrentes, principalmente, da retração da atividade econômica, em meio a pandemia. A redução desta receita foi compensada em parte pelo aumento das

transferências de recursos do governo federal, a título de auxílio financeiro para saúde e assistência social e de mitigação dos efeitos financeiros da covid-19, ambos somando mais de R$ 1,0 bilhão de repasse para os cofres do Estado.

Em 2021, por sua vez, o crescimento de 21% nas receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria é impulsionado pela inflação do período, bem como pela retomada da atividade econômica, com acréscimo, somente no ICMS, de R$ 2,48 bilhões em relação a 2020. Dentre os segmentos que contribuíram para o forte crescimento do ICMS em 2021 destacam-se: Comércio Atacadista, Indústria e Combustível. Outro ponto a destacar é que o crescimento das receitas próprias decorreu, em grande medida, da forte atividade econômica em 2021, e não do aumento de alíquotas.

Despesas Públicas

As despesas públicas, fixadas na LOA, representam os gastos autorizados para o governo nas diversas atividades e programas que compõem o orçamento, visando o alcance de resultados das políticas públicas planejadas.

Há várias formas de evidenciar as despesas. Na fixação das despesas orçamentárias, a classificação pelo tipo de gastos ocorre em duas categorias econômicas: correntes (quando há alocação de despesas, especialmente, para manutenção e funcionamento da máquina pública) e de capital (para despesas que contribuem diretamente para formação ou aquisição de capital, tais como construção de escolas e aquisição de móveis, dentre outros). Estas categorias, por sua vez, se desdobram em grupos de natureza de despesa, conforme observa-se na tabela 2.

Tabela 46 – Execução pela ótica do Grupo da Natureza de Despesa – GND.

CATEGORIA/GRUPO	2.018,00	2019	2020	%20/19	2021	%21/20
DESPESAS CORRENTES	**21.480.338**	**22.833.740**	**23.172.065**		**26.089.332**	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.978.017	11.632.265	11.916.258	2,4%	12.458.980	4,6%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	562.908	617.928	434.543	-29,7%	516.363	18,8%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.939.413	10.583.547	10.821.264	2,2%	13.113.989	21,2%
DESPESAS DE CAPITAL	**3.891.067**	**3.331.296**	**3.742.456**		**5.000.196**	
INVESTIMENTOS	2.915.844	2.210.590	2.483.082	12,3%	3.487.674	40,5%
INVERSÕES FINANCEIRAS	168.835	151.687	223.839	47,6%	302.577	35,2%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	806.388	969.019	1.035.535	6,9%	1.209.945	16,8%
TOTAL	**25.371.405**	**26.165.036**	**26.914.521**	**2,9%**	**31.089.528**	**15,5%**

Ao analisar o último biênio, percebe-se nitidamente um pequeno crescimento dos gastos realizados em 2020 e uma expansão no ano de 2021. Em 2020, em meio ao cenário de incertezas e interrupções da atividade econômica, foram tomadas várias medidas para controlar as despesas, que resultaram numa variação de apenas 2,9%, quando comparado a 2019. Já em 2021, com a retomada gradual das atividades e necessidade de atuação governamental, tanto na área da saúde como em outras áreas, houve um reflexo no aumento das despesas de 15,5% em relação a 2020.

Com relação a **Pessoal e Encargos Sociais**, houve praticamente uma manutenção dos gastos em 2020, não havendo reposição inflacionária no biênio em análise, 2020-2021. O

incremento maior em 2021, foi decorrente de melhorias em categorias específicas, como a reestruturação do sistema remuneratório dos profissionais de nível superior do Magistério da Educação e de profissionais da saúde e nomeação de professores e da turma de 1° Tenente da Polícia Militar do Ceará, dentre outros.

Apesar do aumento nas despesas, o Estado observou os limites legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para o Poder Executivo (49,00%), apresentando em 2021 o índice de 39,01% da receita corrente líquida, ainda bem inferior ao limite de alerta que é 44,10%.

No que concerne a **Outras Despesas Correntes**, as providências tomadas para controle dos gastos em 2020, evidencia a variação de apenas 2,2% quando comparado a 2019. Já em 2021, a necessidade de expansão de alguns serviços, especialmente na área da saúde, houve um reflexo no aumento das despesas correntes. O crescimento de 21,2% em 2021, foi decorrente principalmente da expansão de serviços nas unidades hospitalares, fortalecimento de medidas de enfrentamento da COVID-19, abrangência do programa mais infância no Ceará, premiação de alunos do ensino médio, além do aumento de transferências aos municípios, resultante do incremento na arrecadação de ICMS e IPVA.

A dívida pública, englobando os grupos de despesas **Juros e Encargos da Dívida e Amortização**, evidenciou crescimento em 2021, (17%), decorrente do pagamento da dívida interna e externa do Estado junto a instituições financeiras, impactados em boa parte pela desvalorização cambial e incertezas da retomada do crescimento econômico.

É importante ressaltar que em 2020, ano mais impactado pela pandemia da Covid-19, ainda assim o Governo do Estado do Ceará executou uma despesa total superior ao do ano anterior. Tais despesas foram cruciais para a retomada da atividade econômica, bem como para a garantia do combate aos efeitos diretos e indiretos de tal adversidade.

Isso pode ser observado nos **investimentos e Inversões** aplicados pelo Estado em 2020, especialmente aqueles oriundos de recursos do governo federal e operações de crédito, como os de continuidade de obras, implantação do metrô-linha leste e construção do cinturão das águas – CAC. Além destes, diversos investimentos na área da saúde, como R$ 210,9 milhões em aquisição de material permanente nas áreas de vigilância em saúde no combate à Covid-19, R$ 42,9 milhões para a implantação do Hospital Regional do Vale do Jaguaribe e R$ 40,0 milhões para aquisição do Hospital Leonardo da Vinci, tão importantes para o enfrentamento à Covid-19. Em 2021, houve uma expansão dos investimentos como o incremento de R$ 300,0 milhões em manutenção de rodovias, continuidade de grandes obras, além de destinação de recursos para estruturação física das unidades do ensino superior, construção da unidade de segurança pública e expansão parque tecnológico das escolas estaduais de ensino médio. Destaca-se também o investimento de R$ 202,3 milhões com a aquisição de tablets para inclusão digital de estudantes do nível médio, medida importante para a realidade do avanço tecnológico para o ensino digital.

A principal premissa da gestão governamental nos últimos anos no estado do Ceará, tem sido a de governos que decidem por manter a marca de uma administração fiscal-financeira robusta e responsável ao realizar um investimento capaz de gerar resultados econômico e externalidades positivas para a sociedade. Importa ressaltar a sistemática que vem sendo perseguida, denominada de Gestão do Investimento Público (GIP), que visa assegurar os resultados esperados – eficácia – e maior eficiência no emprego dos recursos disponíveis ao investimento, qualificando o gasto público.

Uma boa sistemática de GIP contempla tanto as capacidades de conceber, avaliar previamente e selecionar o projeto de investimento (sem que essa escolha seja afetada negativamente por questões políticas) quanto às capacidades de monitorar a execução, avaliar se os resultados foram alcançados e gerar informações que permitam o aprimoramento de novos projetos, sendo esta uma boa perspectiva para se avançar do modelo de gestão para resultados.

Outra forma de evidenciar as despesas é por função de governo. A função representa o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público e reflete a competência institucional do órgão. Esta classificação possibilita evidenciar em que áreas estão alocados a maior parte dos recursos, tais como: educação, saúde, transporte, segurança pública, etc.

Tabela 47 - Execução pela ótica da Função da despesa.

R$ 1.000,00

FUNÇÃO	2018	2019	2020	2021
ENCARGOS ESPECIAIS	5.063.570	5.601.946	5.563.445	6.646.092
SAÚDE	3.497.991	3.612.886	4.534.952	5.091.484
EDUCAÇÃO	3.263.913	3.294.079	3.081.562	4.099.434
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.367.866	3.560.604	3.721.007	3.817.693
SEGURANÇA PÚBLICA	2.581.001	2.753.911	3.045.583	3.335.784
TRANSPORTE	1.411.915	1.300.036	1.400.218	1.516.212
JUDICIÁRIA	1.166.798	1.215.341	1.173.818	1.201.840
ADMINISTRAÇÃO	1.125.535	1.036.077	1.117.379	1.163.140
LEGISLATIVA	624.969	640.873	652.738	726.654
URBANISMO	218.967	201.204	386.257	681.031
ASSISTÊNCIA SOCIAL	283.086	303.651	316.771	518.463
ESSENCIAL À JUSTIÇA	454.634	495.844	484.164	510.760
AGRICULTURA	551.228	358.465	317.436	420.493
GESTÃO AMBIENTAL	189.664	157.961	324.683	279.634
DIREITOS DA CIDADANIA	709.761	806.628	233.269	270.367
CULTURA	106.741	106.258	180.236	220.581
COMUNICAÇÕES	40.848	63.913	82.732	133.655
SANEAMENTO	314.015	306.854	74.357	115.333
TRABALHO	70.112	54.849	33.553	106.724
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	88.021	84.306	72.722	94.927
COMÉRCIO E SERVIÇOS	92.709	91.175	48.186	90.681
DESPORTO E LAZER	66.343	47.881	22.571	48.186
HABITAÇÃO	24.763	40.590	19.503	26.441
INDÚSTRIA	37.261	13.638	11.998	25.814
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	12.767	12.561	11.256	13.563
ENERGIA	6.929	3.506	4.126	10.466
DEFESA NACIONAL	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
TOTAL	**25.371.405**	**26.165.036**	**26.914.521**	**31.165.451**

A função Encargos Especiais engloba as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente. Em 2021, dos R$ 6,5 bilhões aplicados na função especial, R$ 4,5 bilhões foram decorrentes de transferência de recursos em virtude da participação dos municípios na arrecadação de impostos e R$ 0,8 bilhão destinados ao pagamento da dívida pública, representando 80% do total de encargos especiais.

Mesmo considerando a despesa de Encargos Especiais, as funções que representam as políticas públicas tidas como as mais importantes para um estado ainda em desenvolvimento como é o Ceará, quais sejam, Saúde, Educação e Segurança Pública, tiveram os gastos somados em 2021 totalizando mais de 40% de todas as despesas do estado. Foram 12,5 bilhões aplicados nestas três funções no último exercício.

Em 2021, as funções que tiveram maior incremento em termos absolutos, desconsiderando Encargos Especiais, foram Educação (R$ 1,0 bilhão) e Saúde (0,5 bilhão), por todos os motivos já expostos anteriormente, englobando questões salariais,

concursos, expansão das atividades disponibilizadas ao cidadão e investimentos nestas duas áreas. O Governo do Estado do Ceará aplicou, em 2021, 15,27% em Saúde, atendendo ao percentual mínimo exigido pela constituição, que corresponde a 12% em relação à receita líquida de impostos e transferências. Na função educação foi aplicado 26,07%, índice superior ao mínimo exigido de 25%.

Na Segurança Pública, foram destinados recursos especialmente para a valorização profissional com o concurso público, readequação dos salários da categoria, apoio à capacitação e projeto de formação e habilitação de condutores. Além disso, a melhoria na frota veicular, investimentos com a aquisição de materiais, fardamentos, máquinas e equipamentos para a polícia, a expansão dos serviços das unidades prisionais, unidades integradas e modernização das unidades prestadoras dos serviços de segurança evidenciam a prioridade dada pela gestão a essa função governamental.

Na análise do orçamento do último ano do biênio, verifica-se uma despesa fixada em cerca de R$ 29,5 bilhões, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº. 15.364, de 23/12/20. No decorrer do ano, o orçamento foi suplementado por: superávit financeiro apurado em 2021, após controle rígido das contas; excesso de arrecadação, decorrente da retomada da atividade econômica e de repasses do governo federal; operações de crédito e outros ajustes, totalizando num orçamento autorizado para o período de R$ 35,5 bilhões. Destes, foram executados R$ 31,165 bilhões, distribuídos nas diversas funções da tabela 47. A execução de 87,8% do orçamento disponível demonstra o expressivo volume de recursos aplicados, após a pandemia, investimentos estes responsáveis por reforçar a atividade econômica regional, atender demandas sociais, projetos estruturantes e ainda dotar o estado de melhores condições para seguir crescendo economicamente.

Por fim, nesta seção, a contribuição para a avaliação do PPA período 20-2021 busca demonstrar que o orçamento é, parte intrínseca do processo de um planejamento contínuo e dinâmico de que o Estado se utiliza para a execução dos projetos estabelecidos nos planos de programa de governo e que abrange também a manutenção das atividades do Estado, para o qual o controle da sociedade é de fundamental importância.

AVALIAÇÃO DA AÇÃO PROGRAMÁTICA DE GOVERNO

Capítulo II

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS

Resultado Estratégico: População atendida com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, atendendo às necessidades e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal.

Temas: Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Gestão Fiscal, Planejamento e Modernização da Gestão e Transparência, Ética e Controle.

TEMA - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Resultado Temático: População atendida com excelência, justiça e imparcialidade, por agentes públicos qualificados, valorizados, dimensionados e alocados de forma efetiva e equitativa.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Índice de rotatividade (%)	Quanto menor melhor	-	-	30,00	-	30,00	-

Fonte: Seplag.

O tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas prima para que os recursos humanos que concretizam as políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos e entidades governamentais contem com pessoal qualificado e motivado, respeitando-se o equilíbrio fiscal dos gastos com pessoal, um dos principais itens de despesa do setor público e alvo de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Contribuindo diretamente para o alcance do resultado estratégico do eixo, esta área temática é acompanhada pelo indicador Índice de rotatividade, que mensura a quantidade de colaboradores que saem e que entram na instituição, durante um determinado período (seja por desligamento, exoneração ou cessão). Esse indicador foi incluído com o objetivo também de analisar a assertividade nos processos de recrutamento e seleção, a fim de diminuir a taxa de rotatividade e os custos com rescisões ou novas seleções/concursos. Porém, o órgão responsável nunca conseguiu calculá-lo, ficando o indicador sem dado no biênio.

O Tema “Gestão e Desenvolvimento de Pessoas” surgiu pela primeira vez nesse PPA, diante da relevância da área dentro da gestão pública estadual. Além disso, esta área temática configura uma das quatros dimensões dentro do Modelo de Gestão Pública para Resultados, adotado pelo Estado.

Nota-se, porém, que há ainda um grande espaço para desenvolvimento e consolidação desse tema, dado que o único indicador definido não foi possível mensurá-lo, e, ainda que fosse, não conseguiria abarcar todas as dimensões definidas no resultado. Dessa forma, torna-se necessário aprofundar a discussão junto à área a fim de entender os desafios e perspectivas da política de gestão de pessoas no Estado, e, assim, definir/amadurecer o arcabouço de indicadores que possibilitarão um melhor monitoramento e avaliação do tema.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados dois programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 221 - SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na oferta de serviços previdenciários, socioassistenciais, periciais e de valorização dos servidores públicos estaduais ativos e inativos.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA) (número)	Quanto maior, melhor	29.000	20.304	10.500	-
Variação dos atendimentos realizados por meio do ISSEC (%)	Quanto maior, melhor	11,25	10,12	11,50	20,75
Índice anual de análise de processos virtuais pelo órgão gestor do RPPS/SUPSEC (%)	Quanto maior, melhor	35,00	-	40,00	-
Retorno dos processos virtuais de aposentadoria para diligência após análise jurídica (%)	Quanto maior, melhor	50,00	-	55,00	-

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	2	2	0	1	0	8

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
236.311.781,00	163.850.162,61	69,34

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	3	4	2	0	10

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
245.651.772,68	221.258.642,84	90,07

Fonte: Seplag; Issec; Cearaprev.

O Programa Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual atua em duas frentes: na preparação do servidor público para a aposentadoria e na saúde, tanto relacionado à assistência quanto no âmbito da perícia médica. Para mensurar o alcance do objetivo do programa foram definidos quatro indicadores, dois voltados ao atendimento do público-alvo e dois voltados à eficiência do processo de aposentadoria. Porém, esses últimos não foram monitorados, pois o órgão não tinha ferramenta gerencial para o acompanhamento.

Quanto à preparação do servidor para a aposentadoria, o Governo do Estado busca fortalecer as ações integradas voltadas à valorização e orientação desses servidores aptos a se aposentar e também os aposentados, por meio do investimento em duas experiências de vanguarda realizadas continuamente, denominadas de Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) e Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria (PIPA).

Em 2020, as iniciativas ligadas a esses projetos foram prejudicadas pela pandemia e a Seplag retomou as ações de maneira remota, com o Projeto Você Vive com Qual Idade?, mas ainda assim a execução ficou aquém do previsto inicialmente. Mas, em 2021, com o público-alvo mais acostumado com esse formato online, os atendimentos superaram o programado.

Em relação a Perícia Médica, só a parte itinerante foi impactada, em decorrência das suspensões dos atendimentos periciais presenciais e das viagens intermunicipais, que não puderam ser realizados em virtude do distanciamento social exigido pela pandemia da Covid-19. Por fim, pode-se citar também a realização de 2.457 atendimentos/procedimentos em assistência à saúde de usuários e dependentes.

PROGRAMA 222 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

Objetivo: Promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Certificação em vagas ocupadas na modalidade à distância (%)	Quanto maior, melhor	64,00	86,74	66,00	91,30
Ocupação de vagas ofertadas na modalidade presencial/remota (%)	Quanto maior, melhor	83,00	98,16	84,00	98,88

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	0	0	3	6	0	0	11

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
3.896.004,00	1.841.630,69	47,27

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
0	2	0	1	2	5	1	11

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
18.430.167,21	16.617.516,67	90,16

Fonte: EGP.

O Estado do Ceará conta com uma população superior a 9.000.000 de habitantes (IBGE, censo 2010). O impacto disso se reflete nos serviços públicos tendo em vista que é necessário um grande esforço do Governo Estadual para atender a população das diversas regiões em todas as esferas de políticas públicas. Dito isso, investir na gestão e desenvolvimento de pessoas é de extrema importância visando qualificar para uma melhor entrega à população, sem perder de vista o equilíbrio fiscal dos gastos com pessoal.

Para o alcance do objetivo do programa foram definidos dois indicadores voltados à capacitação, que apresentaram um bom desempenho no biênio. Ressalta-se, porém, que essas são métricas insuficientes pois abordam apenas uma das dimensões (desenvolvimento de pessoas) do objetivo, e o fazem apenas do ponto de vista da Escola de Gestão Pública (EGP), que é uma das oito escolas de governo do Estado do Ceará.

Como estratégias, o programa busca primordialmente promover a qualificação profissional dos servidores, o assessoramento na área de gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas aos Órgãos e a expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas.

No biênio, em geral, houve uma boa execução das entregas, com destaque para a realização de oito concursos públicos contemplando os órgãos: Secretaria da Fazenda, Perícia Forense, Polícias Civil e Militar, Fundação Regional de Saúde e Procuradoria Geral do Estado.

TEMA - GESTÃO FISCAL

Resultado Temático: Sustentabilidade fiscal assegurada para o atendimento das demandas sociais e regionais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Ceará.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Autonomia fiscal do Estado (%)	Quanto maior, melhor	-	65,72	70,00	61,45	60,00	63,28
Capacidade de investimento público (%)	Quanto maior, melhor	-	8,77	6,00	8,21	6,00	9,14
Índice de endividamento (%)	Quanto menor melhor	72,27	71,38	80,00	80,82	96,51	78,25
Relação entre despesa de pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL) (%)	Quanto menor melhor	42,3	41,64	49,00	40,55	49,00	39,20
Relação entre receita total e PIB estadual (%)	Quanto maior, melhor	16,26	16,5	15,70	16,89	15,50	16,38
Relação entre resultado primário e PIB estadual (%)	Quanto maior, melhor	0,32	1,24	0,40	1,42	0,39	1,56

Fonte: Sefaz.

O principal foco deste tema é garantir o equilíbrio fiscal do Estado do Ceará. E vem se destacando há sucessivos governos, na condução de suas finanças e nas políticas de monitoramento, promovendo regularmente os ajustes necessários frente a uma série de indicadores e variáveis econômicas influenciados por fatores nem sempre previsíveis. Prova disso é que, a despeito de crises e fatores exógenos, o Estado mantém suas despesas em dia, cumpre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais limites formais que regem as finanças públicas, possui capacidade de endividamento e capacidade de investimento. Ressaltando-se também a preocupação de garantir recursos nos exercícios seguintes para custear o funcionamento dos novos equipamentos.

No contexto de um cenário desafiador para as finanças estaduais, considerando-se os desequilíbrios fiscais identificados em outras unidades da federação, o tema gestão fiscal ganha ainda mais importância em alcançar resultados satisfatórios, garantido um ambiente de equilíbrio fiscal para a economia cearense e o desenvolvimento do Estado.

A despesa com pessoal, destinação de recursos mais representativa dentro do orçamento público e que condiciona a sustentabilidade fiscal de um ente federativo, continua delimitada por um patamar controlado no Ceará, seguindo uma tendência declinante ao longo dos anos e dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Enquanto que o limite máximo estabelecido para a relação entre despesa de pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL) foi de 49% para o Poder Executivo, o valor atingido pelo Estado foi de 39,20%, sujeito à revisão até o final do ano de 2021.

A crise da pandemia da Covid-19 e as medidas emergenciais implantadas ocasionaram aumento do endividamento público em nível mundial. O Estado do Ceará também foi impactado, em especial pela elevação da taxa de câmbio – que aumentou o estoque da dívida em moeda estrangeira. Assim, a relação entre a Dívida Consolidada(DC) e a Receita Corrente Líquida (RCL) registrou, em 2020 e 2021, percentuais que ficaram acima dos anos precedentes na série histórica – de 80,82% e 78,25%, respectivamente. Mesmo nesse cenário desafiador para as finanças estaduais, o Balanço Geral do Estado (BGE) de 2020 revela que o Ceará manteve suas despesas em ordem e fomentou políticas públicas de enfrentamento à pandemia.

Em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), o Estado conseguiu se firmar como líder de investimentos públicos no Brasil, alcançando uma capacidade equivalente a 9,14% em 2021. Isso evidencia a consistência fiscal, preservação do equilíbrio necessário para impulsionar o desenvolvimento do Estado, mediante práticas administrativas que assegurem o custeio controlado, além do zelo no processo de obtenção de receitas e do monitoramento dos indicadores fiscais.

A Autonomia fiscal do Estado nos anos de 2020 e 2021 apresentou comportamento atípico em decorrência da pandemia da COVID-19. Desta forma, as transferências correntes tiveram uma participação maior nas receitas correntes, tanto em função do aumento do volume de recursos provenientes do Governo Federal, quanto em decorrência do impacto das medidas de contenção do Novo Coronavírus na arrecadação dos tributos, reduzindo o valor deste indicador. Esse indicador demonstra a relação entre as receitas próprias do Estado e as suas receitas correntes. As transferências de recursos recebidas integram as receitas correntes e, desta forma, influenciam a autonomia fiscal de forma inversa: um aumento pode gerar uma redução do indicador se as receitas próprias não crescerem em uma proporção igual ou superior. Percebe-se que até 2019 esse indicador apresentou uma tendência de alta, indicando uma redução da dependência dos recursos de transferências correntes. Entretanto, em 2020, com a crise do Novo Coronavírus o indicador atingiu o nível mais baixo dessa série histórica e em 2021, com a reabertura das atividades econômicas apresentou recuperação das receitas próprias do Estado. Além disso, os recursos provenientes do Governo Federal para o enfrentamento da crise sanitária foram substancialmente reduzidos em 2021 em relação à 2020, configurando um outro fator que contribuiu para a elevação do indicador.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados dois programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do

desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 231 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE

Objetivo: Ampliar a aproximação entre a sociedade e o Fisco Estadual, no contexto da importância da gestão fiscal e a responsabilidade no controle social da aplicação dos recursos públicos

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Nível de satisfação do contribuinte (número)	Quanto maior, melhor	4,00	8,50	4,00	8,70

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	2	1	0	2	0	0	6

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
623.304.279,90	617.638.878,46	99,09

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	1	0	1	1	0	0	7

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
632.182.261,00	595.149.180,27	94,14

Fonte: Sefaz.

O programa tem o objetivo de fortalecer o diálogo com a sociedade, a desburocratização da cobrança de impostos e a melhoria do ambiente de negócios do Ceará. Abrange desde um serviço fiscal qualificado, a adequação da infraestrutura das unidades fazendárias até a simplificação tributária de maneira a melhorar o entendimento das regras de tributação.

Para mensurar o alcance do objetivo do programa foi definido o indicador de Nível de Satisfação do contribuinte a fim de implementar ações de melhorias no atendimento por excelência nas áreas de negócio, e conhecer as atitudes comportamentais dos usuários da

Secretaria da Fazenda (Sefaz) no que concerne aos serviços buscados e prestados de forma presencial e pela Internet. Porém, a pandemia fez com que os negócios precisassem adaptar suas rotinas e exigiu que a Sefaz fizesse uma série de mudanças para adaptar as rotinas a novas maneiras de trabalhar. Diante desse contexto, a pesquisa de satisfação não chegou a ser realizada, porém a Sefaz desenvolveu o Chatbot, com atendimento humano realizado pelo Plantão Fiscal, e atendimento realizado pelo robô. Assim, obteve-se a pesquisa de satisfação por meio dessa plataforma.

Em relação às entregas, parte do que foi planejado no biênio não pode ser executado e diversas ações precisaram ser reformuladas com intuito de diminuir consideravelmente o deslocamento físico às unidades da Sefaz. Medidas foram empregadas para avançar com o atendimento virtual, podendo destacar algumas entregas: aplicativo *mobile* "Meu IPVA"; aplicativo Sua Nota tem Valor Ceará; implantação de CHATBOT de atendimento no site da Sefaz, entre outros.

Quanto às estratégias focadas na promoção da cidadania fiscal, foram realizadas algumas ações, a exemplo da criação do Centro de Memória da Fazenda, com a visita aberta ao público; a Semana de Educação Fiscal; o "Sefaz Dialoga" (Encontros virtuais com convidados) e os eventos "Engaja Cidadão".

PROGRAMA 232 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

Objetivo: Aperfeiçoar e modernizar a gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial de modo a contribuir para a sustentabilidade fiscal e a integração dos fiscos.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Evolução da arrecadação própria (%)	Quanto maior, melhor	6,80	3,13	7,80	22,08
Receita per capita própria (R$)	Quanto maior, melhor	1.808,22	1.800,16	1.862,88	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	1	0	0	1	0	0	3

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
73.821.164,00	48.267.022,17	65,38

2021
Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	1	0	0	0	0	4

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
82.527.510,00	41.663.638,08	50,48

Fonte: Sefaz.

O programa têm como foco estratégico manter a capacidade de o fisco cearense atuar de modo eficiente perante os contribuintes, processar bases de dados robustas e crescentes a fim de consolidá-las em informações fiscais, atualizar a infraestrutura tecnológica para que esta continue apta a dar suporte às soluções informatizadas e canais de comunicação com o contribuinte.

Para mensurar o alcance do objetivo do programa foram definidos dois indicadores voltados à evolução da arrecadação própria e a receita própria *per capita*. Ambos estão alinhados ao objetivo considerando que uma gestão eficiente pelo Fisco, pode acarretar em um aumento das receitas estaduais. Porém, acredita-se que somente esses dois indicadores não sejam suficientes para medir todas as dimensões do objetivo programático.

Quanto às estratégias do programa, essas estão focadas em melhorar os instrumentos de gestão e modernizar a infraestrutura tecnológica; melhorar os instrumentos de apoio às atividades de política tributária, controle fiscal, controle da mercadoria em trânsito e controle da arrecadação e, por fim, melhorar os instrumentos de gestão financeira e gastos públicos.

No biênio, foi necessário realizar uma reformulação das ações para atender ao novo cenário, ainda assim, foi possível executar diversas entregas como o Sistema Tramita, que possibilitou a virtualização de vários processos importantes da Sefaz; melhoria de performance do sistema do controle de trânsito de mercadorias; distribuição dos arquivos da Malha Fiscal (utilizando o Alfresco) para auditores e sistemas; painéis para análise dos benefícios do Fundo de Desenvolvimento Industrial.

TEMA - PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Resultado Temático: Planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF) (adimensional)	Quanto maior, melhor	0,22	0,26	0,30	0,23	0,35	-

Fonte: Seplag

Com a finalidade de garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades, faz-se necessário a organização das ações governamentais de forma planejada para uma execução eficaz e eficiente, contribuindo com a integração e a efetividade das políticas públicas.

Além de um planejamento regionalizado e descentralizado, aliado à concepção de uma gestão pública moderna e focada no alcance de resultados, cria-se as condições para a construção de matrizes econômicas interdependentes, corredores dinâmicos de atividades e fortalecimento das vocações regionais, aumento da eficiência sistêmica e, portanto, rompendo o ciclo gerador de pobreza e desigualdade.

O resultado desse tema é mensurado pelo indicador Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF), que demonstra o nível de assertividade do planejamento governamental, na medida em que confronta a realização das metas físicas e financeiras em relação às metas estabelecidas no processo de planejamento (Plano Plurianual - PPA e Lei Orçamentária Anual - LOA). Considera-se que, caso a razão entre a execução física e financeira esteja entre 0,7 e 1,3, há um equilíbrio físico-financeiro nas entregas que o Estado realiza. Para o ano de 2020, nota-se que 23% das entregas executadas no ano tiveram um bom equilíbrio físico-financeiro.

Ressalta-se que ainda há muito a se avançar no que diz respeito ao equilíbrio entre a execução física e a financeira do planejamento governamental, o que pode ser estimulado por medidas diversas, dentre as quais se enfatiza a intensificação das capacitações direcionadas às equipes técnicas setoriais envolvidas nos processos de elaboração, adequação e revisão do PPA e de elaboração das LOAs.

Dito isso, o tema conta apenas com um indicador para mensurar o alcance do resultado, o que acaba sendo insuficiente, dado que o mesmo mede apenas o aspecto da eficiência/efetividade do planejamento estadual. Cabe a reflexão de que, sendo a participação cidadã e o desenvolvimento territorial duas das premissas do PPA, torna-se

fundamental pensar indicadores que mensurem o grau de atendimento às demandas da população pelo Governo do Estado.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados cinco programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 241 - GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES

Objetivo: Ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana (%)	Quanto maior, melhor	17,00	14,67	14,67	14,67
Municípios com Plano Diretor (%)	Quanto maior, melhor	16,00	15,76	16,30	15,76
Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas (%)	Quanto maior, melhor	75,00	75,00	77,78	75,00
Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública (%)	Quanto maior, melhor	36,00	36,00	35,71	35,71
Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado (%)	Quanto maior, melhor	33,33	33,33	66,67	33,33

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	1	0	0	0	0	0	5

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.397.089,00	0	0,00

2021
Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	0	0	0	0	0	0	6

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
2.706.066,00	555.000,00	20,51

Fonte: Scidades

O programa tem como princípio a ação coletiva institucional para apoiar o planejamento, a gestão, execução e monitoramento das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelo Estado do Ceará.

As estratégias do programa estão voltadas à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) bem como dos Planos Diretores Participativos (PDPs), além da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios, promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios e a implantação da Governança interfederativa e gestão fiscal cooperada.

No biênio, as entregas do programa foram comprometidas devido à falta do repasse de recursos para estruturação das equipes de trabalho e contratação de consultorias para elaboração dos planos, além do período de isolamento social que afetou diretamente várias atividades pois estas exigiam visita aos municípios, capacitação de gestores municipais, audiências públicas, seminários, entre outros. Nota-se também que não houve evolução nos indicadores, mantendo-se no mesmo patamar nos anos 2020 e 2021.

Por fim, apesar do comprometimento em geral do programa, algumas ações puderam ser realizadas, como o Modelo de Gestão Fiscal do Município de Jijoca de Jericoacoara e o Modelo de Gestão de Governança Interfederativa: Como o Programa Ceará um Só pode contribuir para enfrentar a Crise causada pelo Covid-19.

PROGRAMA 242 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTADOS

Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia do planejamento estadual no âmbito das políticas públicas, provendo o Estado de informações relevantes e gerenciais para a tomada de decisões e estabelecendo alianças e cooperações entre o público e o privado, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos disponibilizados à população cearense

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Índice de execução financeira das parcerias público-privadas (%)	Quanto maior, melhor	88,00	78,00	88,00	84,00
Órgãos estaduais adotando o modelo de Gestão para Resultados (%)	Quanto maior, melhor	75,00	73,40	75,00	73,00
Participação cidadã no planejamento governamental constitucional (número)	Quanto maior, melhor	2.100	0	2.240	64

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
8	0	1	4	4	0	0	17

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
17.301.587,23	7.097.363,71	41,02

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
7	2	0	6	3	0	0	18

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
9.192.585,04	7.875.795,95	85,68

Fonte: Seplag

A implementação de políticas públicas é de fundamental importância para a ação governamental e para a garantia da qualidade de vida da população. Entretanto, para que se

possa formular uma política pública de qualidade primeiramente deve-se pensar cada etapa, desde a proposição da agenda, passando pela execução e avaliação.

O modelo de Gestão para Resultados, adotado pelo Governo do Estado, representa uma mudança de perspectiva nos modelos da administração pública ao vislumbrar um novo olhar para o funcionamento das organizações e para o planejamento, retirando o foco dos meios (procedimentos, recursos e requisitos formais) para colocá-lo, principalmente, nos resultados transformadores de interesse do cidadão, passando pela entrega de produtos e serviços.

Para mensurar o objetivo do programa foram definidos três indicadores: um voltado à eficiência da execução financeira das parcerias público-privadas, outro relacionado à adesão pelos órgãos do Estado ao modelo de GpR e, por fim, um que mostra o número de pessoas da sociedade civil cearense que fez parte do processo de planejamento governamental, dado que a participação cidadã é uma das premissas do PPA. Ressalta-se que este último indicador foi prejudicado em 2020 pelo início da pandemia e o isolamento social e, em 2021, o Governo tentou implementar uma forma de escuta online à população, porém teve baixa adesão, ficando aquém do que estava programando.

No biênio, quanto às linhas de atuação do programa, que tiveram um bom desempenho pode-se citar a expansão da adoção do Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará, com a pactuação dos Acordos de Resultados (AR); a publicação de estudos e pesquisas relativos à Gestão Pública orientada para Resultados e o assessoramento aos órgãos do Governo em várias temáticas, como: planejamento, monitoramento e avaliação de políticas; na formulação de políticas e de diretrizes gerais no âmbito do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) e na gestão da captação de recursos e alianças entre os setores público e privado.

Algumas entregas foram impactadas pelas medidas restritivas na pandemia, podendo ser citado os eventos de participação cidadã (que impacta diretamente o indicador de programa, citado anteriormente). Outras entregas que ficaram abaixo do planejado estão relacionadas a implementação da Plataforma de Desenvolvimento de Longo Prazo, Ceará 2050, que ficou paralisada durante o biênio porém vem sendo retomada.

PROGRAMA 243 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CORPORATIVA

Objetivo: Ampliar a modernização nos processos e serviços compartilhados no tocante a aquisições corporativas, contratações de serviços, gestão patrimonial e logística

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Assessoramento em reestruturações organizacionais realizados no ano (NARO) (número)	Quanto maior, melhor	13	31	13	38
Assessoramento realizado nas ferramentas de gestão no ano (NAFG) (número)	Quanto maior, melhor	10	14	10	15
Índice de efetividade da gestão dos contratos de serviços terceirizados (IEGCT) (%)	Quanto maior, melhor	89,70	96,13	91,10	96,68
Taxa crescimento do número de itens registrados em atas corporativas (%)	Quanto maior, melhor	10,00	3,57	10,00	60,00

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	1	0	1	4	1	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
80.000,00	0	0,00

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	0	0	3	3	1	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
12.000,00	0	0,00

Fonte: Seplag.

Apesar dos avanços observados, permanece a necessidade da gestão pública estadual promover a eficiência na utilização dos recursos públicos e a otimização de processos

governamentais, incorporando metodologias, ferramentas e práticas modernas. A proposta do fortalecimento da gestão corporativa, pretende alavancar os esforços necessários para adoção de medidas que primam pela qualidade e pela efetividade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

Para o alcance do objetivo do programa foram definidos quatro indicadores: dois voltados para gestão de processos, um voltado para a contratação de serviços terceirizados e outro para as aquisições. Porém, nota-se a falta de um indicador que olhe para a dimensão da gestão patrimonial e logística.

No biênio, em geral, os indicadores apresentaram um bom desempenho. Aqueles relacionados ao assessoramento tiveram uma realização bem acima da meta programada, dado que: 1) em 2019, houve a aprovação da Lei nº 16.710/2018 e, com isso, o Poder Executivo passou por uma ampla revisão de suas estruturas necessitando um assessoramento maior aos órgãos por parte da Seplag; 2) em 2021, houve a implementação do Modelo de excelência em gestão (MEG-Tr) nos órgãos. Quanto ao indicador de terceirização, o bom desempenho deu-se em virtude do trabalho de atualização do Sistema e organização da sistemática de análise, visando adequar todos os custos com pessoal terceirizado nos contratos entre os Órgãos e as empresas de prestação de serviços terceirizados de forma continuada. Por fim, o desempenho acima do programado, em 2021, do indicador relacionado à gestão de compras, deu-se graças aos ajustes em etapas do processo de licitação, notadamente a pesquisa de preços e a habilitação das propostas, assim como a relativa estabilização do mercado fornecedor.

Em relação às entregas, essas também tiveram um bom desempenho, dado que a execução física de mais de 60% do total ficou acima de 75%, podendo ser citadas principalmente as relacionadas a assessorias aos órgãos em várias temáticas que correspondem a cinco das nove entregas presentes no programa. Além dessas, destaca-se também a disponibilização do Portal de Compras do Painel das Aquisições por Registro de Preços.

PROGRAMA 244 - GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ

Objetivo: Realizar a transformação digital da gestão pública estadual, por meio de tecnologias inovadoras e disruptivas, para melhorar o acesso aos serviços públicos, ampliar a disponibilidade e compartilhamento de dados governamentais e fomentar a participação e controle social.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Órgãos realizando transformação digital (%)	Quanto maior, melhor	12,50	23,45	15,60	59,40
Serviços públicos disponibilizados com inserção de tecnologias inovadoras (%)	Quanto maior, melhor	-	-	-	-
Serviços públicos disponibilizados com integração de soluções (%)	Quanto maior, melhor	-	-	-	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	1	0	0	0	0	1	2

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
250.000,00	0	0,00

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	0	1	0	0	0	4

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.704.598,16	845.164,54	49,58

Fonte: Seplag

O Governo do Estado do Ceará objetiva avançar na transformação digital, modernizando e inovando suas ferramentas de gestão e processos de trabalho, para que possa atingir um patamar de excelência na prestação dos serviços públicos ao cidadão.

Para mensurar o alcance do objetivo do programa foram definidos três indicadores. O primeiro voltado à adesão dos órgãos públicos à transformação digital, que inclui a oferta de serviços públicos digitais para a população; a implementação e integração de soluções com tecnologias inovadoras; e o compartilhamento de dados governamentais. No biênio, o indicador alcançou o valor máximo de 29,70%, que representa 19 órgãos implementando ações de transformação digital.

Os outros indicadores relacionados aos serviços disponibilizados tanto com com inserção de tecnologias inovadoras quanto com integração de soluções não tinham metas previstas para o biênio.

As entregas do programa tem o foco na disponibilização de soluções, serviços e plataformas digitais com o objetivo de ampliar a oferta de serviços públicos digitais ao cidadão; adotar soluções para melhorar os processos de negócio no âmbito do Governo do Estado e compartilhar/disponibilizar de dados de interesse público, contidos em bases de dados pertencentes ao governo, para subsidiar a implementação de políticas públicas, estimular a pesquisa científica, fomentar a inovação e o desenvolvimento de tecnologias e ferramentas, compartilhar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação e melhorar a gestão pública.

No biênio, o Governo conseguiu avançar na transformação digital, com entregas voltadas para a população como o Boletim eletrônico COVID-19, o Aplicativo APP CEARÁ, dando acesso aos principais serviços públicos digitais voltados à agricultura familiar, água e esgoto, habilitação, ouvidoria e transparência, programas de nota fiscal e serviços de saúde e o e entregas no âmbito do Governo do Estado como a Implantação do Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (SUITE).

PROGRAMA 245 - GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO

Objetivo: Construir uma rede de Cultura de Paz no Estado do Ceará, com atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos, entidades públicas e sociedade civil.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Expansão dos comitês municipais e grupos de trabalho do Pacto por um Ceará Pacífico (número)	Quanto maior, melhor	85	15	40	-
Pessoas atendidas nas ações de articulação institucional (número)	Quanto maior, melhor	5.000	2.392	2.500	583

2020
Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	2	2	2	0	0	10
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
5.842.550,85			5.747.874,50			98,38	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
2	1	0	5	3	1	0	12
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
7.883.004,52			7.139.089,98			90,56	

Fonte: Vicegov

O “Pacto por um Ceará Pacífico” é um programa de Governo que foi instituído por meio do decreto Nº 31.787, de 21/09/2015 com o objetivo de construir uma Cultura de Paz no território do Estado do Ceará, através da definição, implantação, monitoramento e avaliação contínua de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e segurança pública, para a melhoria do contexto urbano, acolhimento às populações mais vulneráveis e enfrentamento à violência.

Coube à Vice-Governadoria o papel de articulação com os órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais, e da sociedade civil, e, por isso, esta é o órgão gestor do programa do PPA que trata sobre a Governança do Pacto.

As estratégias do programa estão voltadas para ações de articulação da rede de proteção social (apoio a eventos, realização de capacitações, atração de projetos); concepção e apoio à implantação de um modelo de gestão destinado ao fortalecimento e à articulação das redes intersetoriais e interinstitucionais (implantação de conselho, apoio às instituições); e desenvolvimento de soluções de inovação em processos e tecnologia para os projetos do Pacto (disponibilização de interfaces digitais).

O impacto gerado pela pandemia do Covid-19, que impôs a necessidade de vedação a aglomerações e atividades presenciais, gerou impacto significativo aos resultados para o biênio, tendo em vista que muitas das iniciativas/indicadores estão pautadas em um enfoque comunitário e fortalecimento de bases locais. A impossibilidade de acesso aos

territórios trouxe um consequente prejuízo às ações. Desta forma, evidencia-se esse o resultado aquém do esperado, mas considera-se ainda assim positivo, em face da necessidade de uma reestruturação do formato de atuação e metodologias, o que possibilitou a continuidade das atividades.

Por fim, cabe a reflexão sobre o desenho do programa no PPA, dado que apesar de ser voltado para a Governança do Pacto, o objetivo está contemplando o Pacto por um todo (construção de uma cultura de paz) e, por isso, as ações executadas somente pela Vicegov não conseguem dar conta de todo o objetivo. Enquanto isso, as ações executadas por outras secretarias (SSPDS, SPS etc) que também contribuem diretamente para o alcance desse resultado estão em outros programas.

TEMA - TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE

Resultado Temático: Transparência, ética e controle promovidos de forma ampla e efetiva.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Índice de Retorno Financeiro do Controle Interno (IRFCI) (%)	Quanto maior, melhor	-	-	5,00	-	6,00	-
Índice de satisfação do usuário com os serviços de ouvidoria e transparência (adimensional)	Quanto maior, melhor	79,6	77,66	80,00	72,58	81,00	-
Índice de transparência (adimensional)	Quanto maior, melhor	9,47	-	9,60	-	9,80	10,00
Taxa de participação cidadã e controle social (participação por 100 mil habitantes)	Quanto maior, melhor	10.003,47	17.173,05	17.793,79	19.783,34	18.327,60	26.232,77

Fonte: CGE

O tema tem como foco a participação cidadã, controle interno e o controle social do desenvolvimento como método de gestão, e o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais. A regulação de serviços públicos no Estado se destaca por sua função social e econômica, admitindo uma posição de equilíbrio do

mercado e de medição dos diversos interesses envolvidos que englobam, além do próprio governo, as empresas reguladas e os usuários dos serviços delegados.

O reconhecimento e fortalecimento dos aspectos acima mencionados também passa pela democratização dos processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública por meio de mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação.

Uma das principais ferramentas utilizadas pelo Estado para interagir com o cidadão é a Plataforma Ceará Transparente, implantada em 2018 para divulgar informações de interesse público e interlocução com o cidadão mediante sugestões, elogios, solicitações de serviços, reclamações, denúncias ou pedidos de informações produzidas ou em poder dos órgãos e entidades do Estado do Ceará. Seu impacto tem repercutido desde então sobre a taxa de participação cidadã e controle social, que atingiu a taxa de 21.712,85 participações por 100 mil habitantes em 2021, um aumento de 9,75% em relação ao ano anterior.

O Ceará também tem se destacado na transparência, que leva em conta o nível de adesão à Lei de Acesso à Informação (LAI) pelo Governo Estadual. Em 2021 o Estado obteve nota 10 em transparência, segundo o Índice de Transparência da Escala Brasil Transparente, da Controladoria Geral da União (CGU). Este resultado deve-se à implementação de iniciativas que visam dar publicidade às ações do governo em seus canais de comunicação com o povo cearense (*sites* institucionais, palestras, cursos e encontros de divulgação de canais de comunicação, na Central de Atendimento 155 e Portal Ceará Transparente, dentre outros).

O Índice de Retorno Financeiro do Controle Interno não foi calculado nos anos 2019, 2020 e 2021, sendo substituído por novo indicador na revisão do PPA.

O Índice de satisfação do usuário com os serviços de ouvidoria e transparência, no primeiro trimestre foi de 87,50%, no segundo, terceiro e quarto trimestres, apresentou queda ficando em 82,1%, 77,43% e 79,43% respectivamente, em decorrência da situação de emergência em saúde ocasionada pelo novo Coronavírus.

O Índice de transparência não foi apurado em 2020, por sua base de cálculo depender do Índice de Transparência da Escala Brasil transparência CGU e do Índice de Transparência MPF, que não foi avaliado. Em 2021 foi apurado somente com base de cálculo que depende do Índice de Transparência da Escala Brasil transparência CGU, obtendo nota 10, que equivale a 102% da meta.

A taxa de participação cidadã e controle social teve desempenho satisfatório, apresentando crescimento significativo. Melhorias realizadas na plataforma Ceará Transparente e as ações de divulgação dos canais de comunicação do Governo para a população. Em 2020 esta taxa foi de 19.783,34, passando em 2021 para 26.232,77. A meta estimada para 2021,

foi de 18.327,6 e o realizado de 26.232,77, alcançado um resultado de mais de 143%.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados nove programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 251 - CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL

Objetivo: Contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, bem como a regularidade e o aprimoramento da gestão, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.

Indicador/ unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Recomendações da CGE implementadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual (%)	Quanto maior, melhor	80,00	-	80,00	-
Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE (%)	Quanto maior, melhor	80,00	52,68	80,00	36,75

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	0	2	3	0	0	0	10

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
877.500,00	0,00	0,00

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	1	0	3	1	0	1	11

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.974.663,80	0,00	0,00

Fonte: CGE.

O Programa Controle Interno Governamental tem como público-alvo os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e visa contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, bem como a regularidade e o aprimoramento da gestão, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.

O programa é mensurado por dois indicadores: “Recomendações da CGE implementadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual” e “Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE”.

Quanto ao indicador do percentual de recomendações da CGE implementadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, em função da reestruturação realizada pela CGE no ano de 2019, em que a área responsável pela apuração de tal indicador foi extinta e também de diretriz estratégica, visando à valorização das recomendações emitidas, que orientou para necessidade de reformulação de critérios para situações em que eram emitidas suas orientações e recomendações, bem como para a forma de como eram monitoradas, tal indicador foi suspenso ainda no ano de 2019. Com o objetivo de dar suporte às atividades desempenhadas no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Ceará, como a implementação do Programa de Integridade e as atividades do Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) lançou, em 2021, o Sistema Integrado de Controle Interno, o AVIA. Essa ferramenta tem como uma das suas principais funcionalidades o registro e o monitoramento das recomendações direcionadas aos órgãos. Assim, a expectativa é que a partir do exercício de 2022 o indicador do percentual de atendimento das recomendações emitidas possa voltar a ser aferido de maneira automatizada.

Quanto ao percentual de regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE, ficou abaixo das metas para os anos de 2020 e 2021, apresentando uma queda de desempenho de 16,93 pontos percentuais , no decorrer do biênio. Em 2021 foram 234 processos julgados, apesar de ter havido uma queda considerável no indicador, o percentual de contas Regulares Sem Ressalva foi muito semelhante ao do ano anterior: com 16,8% em 2020 e 15,38% em 2021. O que contribuiu para a queda do indicador foi o número de multas aplicadas em processos julgados Regulares Com Ressalva. Enquanto até 2019, o número de multas em contas Regulares Com Ressalva representou 11,5% do total. Em 2020, o número de multas em contas Regulares Com Ressalva chegou a 43% e em 2021 chegou a 64,38% impactando diretamente na queda do indicador. Por isso, ao longo dos anos o referido indicador apresentou uma evolução decrescente: 2019 (70,53%), 2020 (52,68%) e 2021 (36,75%).

O programa, apesar de contar com recursos orçamentários no total de R$ 2.852.163,80 para o biênio 2020-2021, não teve execução financeira/orçamentária no período.

Dentre as realizações do biênio, pode-se citar: capacitação de cerca de 218 servidores, em 2020, e 146 em 2021 na área da auditoria e controladoria governamental, visando à melhoria do desempenho de suas funções; elaboração e publicação de 24 relatórios referente à situação da execução dos contratos e dos instrumentos de parceria; publicação da Portaria com a metodologia de gerenciamento de Riscos do Poder Executivo do Estado

do Ceará; inclusão no Sistema Ágora para envio ao TCE-CE de 95 Relatório do Controle Interno sobre as contas anuais de gestão (RCI-Gestão); publicação de quatro Relatórios do Controle Interno sobre as contas anuais do governo (RCI-Governo) em 2020, e, em 2021, um Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-GOVERNO) e três Pareceres Técnicos entregues.

Parte do baixo desempenho na execução física e financeira das entregas deve-se ao fato de que, diante do contexto atual, em que fomos acometidos pela pandemia do Covid-19, o Governo do Estado do Ceará foi obrigado a decretar o estado de calamidade pública, no final do primeiro trimestre. A persistência de tal situação teve forte impacto nas entregas do programa. Além desse fato, o programa também apresentou algumas situações de problemas/riscos relativos a processos, execução física/operacional e contratos / convênios / congêneres.

PROGRAMA 252 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Objetivo: Promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Percepção dos usuários nos serviços da Ouvidoria da Arce (%)	Quanto maior, melhor	70,00	78,00	70,00	74,00

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	1	0	3	2	1	0	8

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
3.936.961,00	69.972,44	1,78

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	1	3	1	1	7

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)

1.851.146,00	24.090,00	1,30

Fonte: Arce.

O Programa Regulação dos Serviços Públicos Delegados, que tem como público-alvo o Poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, usuários dos serviços públicos delegados e sociedade, órgãos de controle investidores e financiadores, visa promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários.

O programa é mensurado pelo indicador percepção dos usuários nos serviços da Ouvidoria da Arce. Esse indicador, que promove o zelo e a eficiência dos serviços públicos, é baseado em uma Pesquisa de Satisfação realizada com os usuários dos serviços públicos que buscam a Ouvidoria da Arce para resolver suas insatisfações. No período de janeiro a dezembro de 2020, 83% dos pesquisados na área de saneamento básico e 70% na área de transporte intermunicipal tiveram uma boa ou ótima impressão final da Arce. No ano de 2021, 257 pesquisados na área de saneamento básico e 128 na área de transporte intermunicipal tiveram uma boa ou ótima impressão final da Arce. No que se refere à saneamento básico, 79% (203 usuários) dos 257 usuários pesquisados tiveram uma boa ou ótima impressão final da Arce e na área de transporte intermunicipal 68% (87 usuários) dos 128 usuários pesquisados consideraram boa ou ótima a atuação da Arce. Para compor a meta estabelecida utilizamos a média dos percentuais das áreas de saneamento básico e transporte intermunicipal (77% em 2020 e 74,7% em 2021), já que em relação à gás canalizado não tivemos demandas suficientes para a pesquisa e na área de energia temos um tipo de regulação diferenciada.

Durante o ano de 2020, mesmo com os desafios trazidos pela pandemia do novo coronavírus, a Arce conseguiu promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados, estimulando os prestadores manter e implementar condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários. Dentre os diversos resultados obtidos, cita-se o Atendimento de 6.173 pessoas pelos diversos canais da Ouvidoria da ARCE; entrega de dois relatórios de fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado, referentes aos períodos do segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020 (100% da meta); entrega de 183 relatórios de fiscalização (94,3% da meta) dos serviços de saneamento básico no Ceará em 2020; e entrega de 52 produtos de regulação técnica dos serviços públicos delegados de distribuição e geração de energia elétrica (174% da meta projetada).

O ano de 2021 apresentou um bom andamento, com a realização de 7.133 atendimentos; emissão de dois Relatórios de Fiscalização e emissão do dois Termos de Notificação; entrega de um Relatório Anual de Atividades da ARCE; expedição de 24 Resoluções da Arce no exercício de 2021; realização de 191 fiscalizações nos municípios regulados, l; e

realização de 52 fiscalizações dos setores de geração e distribuição de energia elétrica no Ceará.

PROGRAMA 253 - FOMENTO À ÉTICA E À INTEGRIDADE

Objetivo: Fomentar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais, zelando pela observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Percentual de implementação do programa nos órgãos (%)	Quanto maior, melhor	26,56	0,00	26,56	0,00

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	1	0	1	0	0	0	7

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
0,00	0	0,00

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	3	0	1	1	0	0	7

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
6.978,00	0	0,00

Fonte: CGE.

O Programa de Fomento à Ética e à Integridade, que tem como público-alvo o Poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, usuários dos serviços públicos delegados e sociedade, órgãos de controle investidores e financiadores, visa fomentar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais, zelando pela observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.

O indicador que mensura o alcance do objetivo do programa é o percentual de implementação do programa nos órgãos. Apesar da Portaria nº 74/2020, sobre a operacionalização do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado, a conjuntura prejudicou o andamento das atividades e a aferição deste indicador. Ao final do biênio 2020-2021, tinha-se o seguinte cenário na implementação do programa de integridade e consequentemente na implementação dos planos de integridade: seis órgãos com Planos de Integridade elaborados (CGE, SEMACE, SPS, SEMA, SAP e FUNECE); nove órgãos com resposta do diagnóstico concluso aguardando a marcação da reunião para apresentação dos resultados e posterior elaboração do plano de ação; e cinco órgãos na fase de aplicação do diagnóstico.

Não houve execução financeira/orçamentária no biênio.Dentre as realizações do programa no biênio 2020-2021, cumpre-se destacar a realização de quatro eventos com temas referentes ao fomento do Código de Ética; capacitação de 177 servidores na adoção de boas práticas de gestão e à instituição de mecanismos de combate a corrupção; capacitação de 68 servidores sobre ética e integridade no setor público; elaboração de seis Planos de Integridade, na CGE, Semace, SPS, SEMA, SAP e Funece; e implantação de 14 Comitês de Integridade nos órgãos do Estado, três em 2020 e 14 em 2021.

Diante do exposto, avalia-se que o programa, apesar do desempenho abaixo do esperado para o biênio, apresentou recuperação no desempenho das entregas em 2021, quando comparado ao ano de 2020.

PROGRAMA 254 - TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Objetivo: Ampliar a participação e o controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Índice de manifestações procedentes de Ouvidoria e de solicitações de informação respondidas no prazo (%)	Quanto maior, melhor	85,00	94,31	85,00	95,72
Índice de satisfação do usuário com os serviços de ouvidoria e transparência (%)	Quanto maior, melhor	79,70	79,70	80,00	74,87

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	0	0	0	1	1	0	6

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
1.368.273,00	1.299.491,62	94,97

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
2	1	0	3	1	1	0	8

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
2.419.607,71	1.827.741,22	75,54

Fonte: CGE.

O Programa de Transparência, Participação e Controle Social, que tem como público-alvo sociedade cearense e os órgãos públicos, visa a ampliação da participação e do controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.

O programa é mensurado por dois indicadores. O índice de satisfação do usuário com os serviços de ouvidoria e transparência é formado pela junção de outros dois indicadores: índice de satisfação em ouvidoria e índice de satisfação em transparência.

Em 2020, o índice de satisfação de ouvidoria teve uma queda no segundo, terceiro e quarto trimestres (82,1%, 77,43% e 79,43% respectivamente, no primeiro trimestre o índice foi 87,5%) em decorrência da situação de emergência em saúde ocasionada pelo novo coronavírus. Muitas demandas que surgiram foram em decorrência da pandemia e as ouvidorias ainda estavam aprendendo a lidar com as situações. O índice de satisfação da transparência, outro componente deste indicador, é composto pela satisfação do cidadão em relação à transparência ativa (Plataforma Ceará Transparente - CT) e à transparência passiva (atendimento das demandas pelos Comitês Setoriais de Acesso à Informação). O índice de satisfação do usuário realizado via CT apresentou índices constantes nos três últimos trimestres (58,6%, 59,5% e 59,1%), sendo considerado passível de melhoria, podendo estar atrelado também a situações em que o cidadão não acha satisfeito com as informações disponíveis, mesmo elas se encontrando disponíveis. Quanto ao índice de satisfação da transparência passiva, consideramos satisfatório os valores alcançados nos respectivos trimestres (90,3%, 90,6%, 90,6% e 87,4%), sendo fruto de ações contínuas de orientação da equipe junto aos Comitês Setoriais de Acesso à Informação CSAIs de cada unidade estadual.

Se calcularmos a média total dos quatro trimestres, o Índice de satisfação do usuário com os serviços de ouvidoria e transparência em 2020 foi de 79,7%. O que resultou no alcance de

cerca de 99,6% da meta programada para o ano de 2020. Em 2021, o resultado foi menor, 74,87%, porém alcançando 93,59% da meta anual.

O índice de manifestações procedentes de Ouvidoria e de solicitações de informação respondidas no prazo teve a meta estipulada em 2020 para 85%, e seu realizado atingiu cerca de 94,31%, superando as expectativas em mais de 10%. Em 2021, a meta estipulada foi de 85%, e seu realizado atingiu cerca de 95,72%, superando novamente as expectativas em mais de 12%. Em números absolutos em 2021 foram recebidas 84.876 manifestações/solicitações, sendo atendidas no prazo 79.322. Os resultados demonstraram que as ouvidorias setoriais, bem como os comitês setoriais apresentaram um bom desempenho nas respostas às manifestações de ouvidoria e solicitações de informação, respondendo a grande maioria dentro do prazo.

No que se refere a execução orçamentária observa-se o resultado de 94,97% no ano de 2020, reduzindo para 75,54%% no ano de 2021. Verifica-se um aumento de 76,84% no Orçamento(Lei+crédito) no ano de 2021, e uma execução superior em mais de R$ 528 mil, quando comparados esses números à execução do ano anterior.

Dentre as realizações do programa no biênio 2020-2021, cumpre-se destacar o aperfeiçoamento da Plataforma Ceará Transparente; realização de 1.844.210 atendimentos, em 2020, e 2.406.138 atendimentos, em 2021, nas áreas de Ouvidoria e Transparência; realização 101 capacitações em ouvidoria e transparência; modernização da Carta de Serviços; execução de 90% da reestruturação física e tecnológica da Unidade de Canindé; e realização de 10 palestras de conscientização da sociedade para o exercício do controle social realizadas em eventos e escolas e através de plataforma digital.

Diante do exposto, avalia-se que o programa, apesar do desempenho abaixo do esperado para o biênio, apresentou recuperação no desempenho das entregas em 2021, quando comparado ao ano de 2020.

PROGRAMA 255 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

Objetivo: Ampliar a eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação do Controle Externo, visando promover a melhoria na gestão dos recursos públicos estaduais e municipais

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Incremento na transparência da gestão fiscal dos municípios (%)	Quanto maior, melhor	85,00	82,00	88,00	77,00
Taxa de redução do estoque de processos finalísticos estaduais e dos municípios (%)	Quanto menor melhor	5,00	0,27	10,00	20,63
Taxa de redução do tempo médio de julgamento das prestações de contas estaduais (%)	Quanto menor melhor	5,00	39,71	10,00	5,34

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	1	1	1	0	0	3
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			Empenhado (B)			% Execução (B/A)	
3.399.729,81			293.334,81			8,63	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	1	0	1	1	0	3
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			Empenhado (B)			% Execução (B/A)	
4.093.533,10			1.303.710,90			31,85	

Fonte: TCE.

O Programa de Controle Externo da Administração Pública Estadual e Municipal que tem como público-alvo Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, Municipal e Sociedade Civil, visa ampliar a eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação do Controle Externo, promovendo a melhoria na gestão dos recursos públicos estaduais e municipais.

O programa é mensurado por três indicadores. Quanto ao indicador Incremento na transparência da gestão fiscal dos municípios, em 2020 verificou-se um desempenho levemente abaixo do esperado, atingindo 96,47% da meta anual, possivelmente causado pelo adiamento do período da eleição municipal por conta da pandemia. Neste ínterim os municípios ficaram impossibilitados de realizar novos convênios, o que acarretou na desnecessidade de estar adimplente com a transparência. Em 2021, verificou-se no período um desempenho de 87,50%, abaixo da média, possivelmente causado pela transição de mandato nas gestões municipais ocorrida no início deste ano. Leva-se um certo tempo até que os novos gestores mantenham toda a máquina funcionando com a nova equipe escolhida e com os novos prestadores de serviços contratados para executar os procedimentos necessários à transparência.

O estoque de processos finalísticos a partir de 2020 (0,27%) manteve-se equilibrado, visto que a quantidade de processos autuados foi quase a mesma de processos julgados no período. No início do ano costumam entrar mais prestações de contas que no restante do

exercício, indicando um fluxo incremental no estoque. O estado de calamidade devido à pandemia fez com que o Tribunal suspendesse as sessões de julgamento, reduzindo assim a saída de processos finalísticos. Em 2021, com a retomada das atividades do Tribunal, houve redução no estoque em relação ao ano anterior, atingindo um desempenho de 20,63%.

A taxa de redução do tempo médio de julgamento das prestações de contas estaduais atingiu o valor de -39,71% em 2020. Em 2021, houve um aumento no tempo médio de julgamento das Prestações de Contas Estaduais, no entanto a tendência é de redução devido às medidas que estão sendo implantadas para agilizar tais julgamentos.Ao longo dos anos o Tribunal tem se empenhado em julgar Prestações de Contas autuadas em exercícios anteriores, inclusive criando comissões para redução do estoque destes processos. A redução destas contas antigas impactou diretamente no tempo médio do julgamento das Prestações de Contas estaduais.

O programa apresentou baixo desempenho financeiro/orçamentário no biênio: 8,63% no ano de 2020, crescendo para 31,85%% no ano de 2021. Verifica-se um aumento de 20,40% no Orçamento(Lei+crédito) no ano de 2021, e uma execução superior em mais de R$ 1 milhão, quando comparados esses números à execução do ano anterior.

Dentre as realizações do programa no biênio 2020-2021, cumpre-se destacar: disponibilização de 27.175 vagas (16.281 em 2020 e 10.894 em 2021) nas metodologias de ensino presencial e a distância, para servidores e membros do Tribunal, servidores da Administração pública e à sociedade em geral; e realização, pelo corpo técnico do TCE, de 11.103 de instruções processuais na seara estadual e de 21.411 instruções processuais na seara da administração pública dos municípios.

Diante do exposto, avalia-se que o programa, apesar do desempenho bem abaixo do esperado para o ano de 2020, apresentou uma leve recuperação em 2021, porém, ainda não satisfatório.

PROGRAMA 256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo: Ampliar a aproximação Governo e Sociedade contemplando a comunicação institucional e a publicização das ações do Governo céleres e eficazes.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Taxa de crescimento de seguidores do Governo (%)	Quanto maior, melhor	13,07	28,53	9,29	17,05

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	1	0	0	3	0	0	5

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
145.694.377,02	139.966.863,51	96,07

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	2	0	2	1	0	5

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
150.600.854,60	144.813.445,41	96,16

Fonte: Casa Civil.

O Programa Comunicação Institucional, que tem como público-alvo cidadãos, instituições governamentais, organizações não governamentais, sociedade civil e órgãos de imprensa, visa ampliar a aproximação Governo e Sociedade contemplando a comunicação institucional e a publicização das ações do Governo céleres e eficazes. É mensurado pelo indicador taxa de crescimento de seguidores do Governo.

O desempenho do indicador superou as metas anuais para 2020 e 2021.. Em 2020 o aumento no número de seguidores foi de 28,53%, atingindo 219,81% da meta anual. O desempenho acima do esperado no indicador de relacionamento direto com a população se justifica devido a uma série de fatores, entre eles, o esforço da comunicação do Governo do Ceará em massificar conteúdos pelas redes sociais, baseados em estudos sobre as

necessidades e o perfil dos internautas, impulsionamentos de conteúdos, entre outras variáveis. E, fundamentalmente, pelos fatores excepcionais deste período, em que houve motim de parte da Polícia Militar, em fins de janeiro e fevereiro e a pandemia da Covid-19 a partir de março, que desencadearam mais demandas para a comunicação como um todo (veículos de imprensa, inclusive) e a necessidade na população de buscar informações de caráter oficial. Em 2021, o crescimento foi de 17,05%, considerando que ultrapassou a meta planejada (9,29%) pela necessidade do cidadão em obter informações oficiais sobre a pandemia do Covid-19, bem como os recordes de matérias postadas no site oficial, de inserções nos veículos de imprensa e redes sociais.

No que se refere a execução orçamentária observa-se o resultado de 96,07% no ano de 2020 e 96,16% em 2021. Verifica-se um aumento de 3,37% no Orçamento(Lei+crédito) no ano de 2021, e uma execução superior em mais de R$ 4,84 milhões, quando comparados esses números à execução do ano anterior.

Dentre as realizações do programa no biênio 2020-2021, cumpre-se destacar a realização de 83 serviços publicitários nos 184 municípios, priorizando campanhas informativas e de utilidade pública sobre cuidados e prevenção ao coronavírus e sobre as ações e investimentos realizados pelo Governo para amenizar os efeitos da pandemia nos âmbitos sociais e econômicos, trabalhando em conjunto com as Secretarias e vinculadas para levar a população cearense toda a informação necessária.

PROGRAMA 257 - DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO

Objetivo: Aprimorar a representação administrativa e jurídica dos interesses do Estado.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Desapropriações concluídas (%)	Quanto maior, melhor	60,00	92	65	87,51
Economia com processos licitatórios concluídos (%)	Quanto maior, melhor	18,00	25,15	19	22,07
Recuperação da Dívida Ativa do Estado (R$)	Quanto maior, melhor	160.000.000,00	110.487.277,65	166.000.000,00	180.987.122,10

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	0	2	3	2	0	10
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
61.574.617,86	60.636.424,22	98,48

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	1	0	1	3	3	0	10

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
66.370.931,51	64.121.924,16	96,61

Fonte: PGE.

O Programa Defesa dos Interesses do Estado, que tem como público-alvo órgãos e entidades da Administração Pública Estadual , servidores e gestores públicos estaduais, visa aprimorar a representação administrativa e jurídica dos interesses do Estado.

O programa é mensurado através de três indicadores, que apresentaram resultados favoráveis no biênio 2020-2021. Em 2020, dois indicadores superaram as metas para o ano; em 2021, todos ultrapassaram as metas.

O índice de desapropriações concluídas, em 2020, foi de 92%, apresentando um resultado 53,33% maior do que o planejado para o ano. Foram elaborados 1262 laudos de avaliação de imóveis, ultrapassando em 862 laudos do previsto para o ano; foram expedidos 147 pareceres jurídicos sobre questões de patrimônio e meio ambiente atingindo, a meta estabelecida no ano que é de 145 processos; foram realizados 2.959 processos de representação jurídica em processos administrativos e judiciais relacionados a desapropriação, patrimônio imobiliário e meio ambiente, ultrapassando o total de 1859 processos da meta estabelecida. Em 2021, o resultado alcançado (87,51%) superou a meta anual em 34,63%. A razão do índice ter sido maior deve-se ao aumento de solicitações dos demais órgãos para viabilizar a implantação de projetos importantíssimos à utilidade pública e promoção da dignidade da pessoa humana.

O percentual de economia com processos licitatórios concluídos, em 2020, foi de 25,15%, superando a meta anual em 39,72%. O número de processos referente ao processamento da fase externa dos processos licitatórios para aquisição de bens, obras e serviços para a Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Ceará nesse período foi de 1.835 processos, representando dessa forma 111,21% da meta estabelecida. O valor total economizado após o procedimento licitatório foi de R$ 1.697.700.779,69 e o valor total dos processos encaminhados para as licitações foi de R$ 6.751.481.489,96. Em 2021, o total de processos foi de 2.723, representando dessa forma 160,18% da meta anual. O índice de economia nos processos de licitação para esse ano foi de 22,07%, apresentando um índice

maior do que o planejado para o período do ano que foi de 19,00% O valor total economizado após o procedimento licitatório foi de R$ 3.323.090.266,27 e o valor total dos processos encaminhados para as licitações foi de R$ 15.057.258.312,73..

O Valor de recuperação da Dívida Ativa do Estado no período de janeiro a dezembro de 2020 foi de R$ 110.487.277,65, alcançando 69,05% da meta anual. Houve uma redução na arrecadação no período de abril a junho de 2020, considerando o Decreto nº 33.526 publicado no DOE de 24 de março de 2020 , que suspendeu a inscrição de débitos em Dívida Ativa do Estado do Ceará decorrente dos efeitos da pandemia. Em 2021, o valor de recuperação foi de R$180.987.122,10 (cento e oitenta milhões, novecentos e oitenta e sete mil, cento e vinte e dois reais e dez centavos). Superando a meta anual em 9,03%, e apresentando um crescimento de 63,81% em relação à arrecadação do ano anterior.
No que se refere a execução orçamentária observa-se o resultado de 98,48% no ano de 2020 e 96,61% em 2021. Verifica-se um aumento de 7,79% no Orçamento(Lei+crédito) no ano de 2021, e uma execução superior em mais de R$ 3,48 milhões, quando comparados esses números à execução do ano anterior.

Dentre as realizações do programa no biênio 2020-2021, cumpre-se destacar, em 2020: arrecadação de R$ 110.487.277,65 na Dívida Ativa Tributária e Não Tributária; elaboração de 1.262 laudos de avaliação de projeto do Governo do Estado; 2.959 processos de representação jurídica em processos administrativos e judiciais relacionados a desapropriação, patrimônio imobiliário e meio ambiente; e realização de 1.835 processos licitatórios. Destaques em 2021: elaboração de 1.752 Laudos de Avaliação de móveis; expedição de 601 pareceres jurídicos; expedição de 136 pareceres jurídicos; movimentação de 37.791 processos de representação judicial; realização de 2.723 licitações; realização de 491.519 representações jurídicas, 3.425 processos de representação jurídica e 64.210 processos de representação judicial.

PROGRAMA 258 - DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Ampliar a eficácia da produção legislativa.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Produção legislativa (número)	Quanto maior, melhor	4.727	2.363	5.459	6.862

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	1	0	2	0	0	4

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)

34.625.227,46	33.697.655,79	97,32

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	1	0	3	0	0	4

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
36.111.287,00	35.285.644,11	97,71

Fonte: AL.

O Programa Desenvolvimento do Processo Legislativo, que tem como público-alvo os cidadãos cearenses, visa ampliar a eficácia da produção legislativa. É mensurado pelo indicador produção legislativa.

O indicador produção legislativa abrange três entregas: Audiência Pública Realizada, altamente afetada pela pandemia da Covid-19, cujo percentual de entrega em 2020 alcançou apenas 7,24%; Parecer Emitido, cujo percentual de entrega em 2020 alcançou 50,10% em decorrência de tratarem, preferencialmente, de matérias relacionadas ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus; e Consultoria Realizada, cuja meta física foi superada em 5,2%. No total geral, em que pese a pandemia da Covid-19, este indicador atingiu 49,99% da meta física planejada para 2020. No ano de 2021 foram aprovadas 140 Mensagens, 319 Projetos de Lei, 456 Projetos de Indicação, 7 Emendas Constitucionais, 17 Projetos de Resolução, 24 Projetos de Decreto Legislativo, 23 Projetos de Lei Complementar e 5.876 Requerimentos, contribuindo para o resultado de 6.862 produções legislativas, superando a meta anual em 25,70%.

No que se refere a execução orçamentária observa-se o resultado de 97,32% no ano de 2020 e 97,71% em 2021. Verifica-se um aumento de 4,30% no Orçamento (Lei+crédito) no ano de 2021, e uma execução superior em mais de R$ 1,58 milhões, quando comparados esses números à execução do ano anterior.

Diante do exposto, avalia-se que o programa apresentou desempenho favorável no biênio.

PROGRAMA 259 - PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE

Objetivo: Ampliar a aproximação da Casa Legislativa com o povo cearense.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Índice de satisfação do cidadão com os serviços prestados pela Assembleia Legislativa (%)	Quanto maior, melhor	70,00	1,00	70,00	89,40

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	2	1	0	1	1	0	8

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
26.756.504,45	26.540.184,44	99,19

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	2	0	2	2	2	0	8

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
30.051.750,71	29.752.687,65	99,00

Fonte: AL

O Programa Comunicação Institucional, que tem como público-alvo os cidadãos cearenses, visa ampliar a aproximação da Casa Legislativa com o povo cearense. É mensurado pelo índice de satisfação do cidadão com os serviços prestados pela Assembleia Legislativa.

O Índice de satisfação do cidadão com os serviços prestados pela Assembleia Legislativa está diretamente ligado a qualidade na prestação dos serviços de Consumidor Atendido pelo Procon, Família Beneficiada com Assessoria Jurídica Popular, Pessoa Atendida pelo Departamento de Saúde e Assistência Social, Alunos Atendidos pela UNIPACE e pelo Programa Alcance. Em 2020, diante da suspensão da oferta de serviços diretos ao cidadão, em razão da pandemia da Covid-19, restou prejudicada a aplicação de pesquisa junto aos cidadãos usuários. Os dados referentes ao indicador passaram a ser computados a partir do segundo semestre de 2021, por meio da pesquisa de satisfação aplicada pelos Órgãos prestadores de serviços na Alece. Havia sido estimado para o ano de 2021, o índice de

satisfação com os serviços prestados pela Assembleia Legislativa seria de 70%, enquanto a análise dos dados da pesquisa de satisfação aponta que 89% cidadãos estão satisfeitos com a qualidade na prestação dos serviços prestados pelos órgãos da Alece.

No que se refere a execução orçamentária observa-se o resultado de 99,19% no ano de 2020 e 99,00% em 2021. Verifica-se um aumento de 12,31% no Orçamento(Lei+crédito) no ano de 2021, e uma execução superior em mais de R$ 3,2 milhões, quando comparados esses números à execução do ano anterior.

Dentre as realizações do programa no biênio 2020-2021, cumpre-se destacar: atendimento a 21.474 alunos, por meio do Programa ALCANCE e da Escola Superior do Parlamento Cearense – Unipace; 130 publicações editadas; publicação de 11 estudos e pesquisas; prestação de assessoria jurídica popular a 81.208 famílias; e disponibilização de nove veículos de comunicação, tendo como objetivo divulgar as realizações da Assembleia. Diante do exposto, avalia-se que o programa apresentou desempenho favorável no biênio.

CEARÁ ACOLHEDOR

Resultado Estratégico: Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população no Ceará, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Temas: Acesso à Terra e à Moradia; Assistência Social, Inclusão Social e Direitos Humanos, e Segurança Alimentar e Nutricional.

TEMA - ACESSO À TERRA E MORADIA

Resultado Temático: Famílias com moradia digna, legal e integrada aos serviços e equipamentos públicos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%)	Quanto maior, melhor	-	-	6,62	0,17	15,55	0,17

Fonte: SPS; Supesp.

Visando a oferta de moradia digna, legal e integrada aos serviços e equipamentos públicos, o Plano Plurianual 2020-2023 aborda, por meio do tema Acesso à Terra e à Moradia, as questões referentes ao déficit habitacional, à inadequação domiciliar, à regularização fundiária e ao desenvolvimento de áreas de assentamentos e reassentamentos no Estado.

Estima-se que, no Ceará, há cerca de 75.000 títulos urbanos para serem entregues, sendo 66.700 referentes ao passivo da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (Cohab). Como meta inicial para o período de 2020 a 2024, o governo estadual estimou garantir segurança jurídica para 19.362 famílias.

Este resultado é mensurado a partir do indicador Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana, que calcula o percentual acumulado de famílias beneficiadas, sob o total de solicitações de título de propriedade realizadas aos cartórios. Para 2020, foi estabelecida a meta de 6,62%, sendo alcançado o percentual de 0,17% das famílias, o que compreende a 128 famílias beneficiadas com títulos. Entre as causas apontadas para o baixo desempenho, elenca-se a paralisação das atividades em decorrência da pandemia por covid-19, e a dificuldade de negociar a emissão dos títulos com os cartórios. Ressalta-se que, durante os anos de 2020 e 2021, a Cohab produziu 2.181 títulos de propriedade urbana, que aguardam serem entregues.

Além da regularização fundiária urbana, a atuação do governo estadual contempla, também, ações de regularização fundiária rural, construção e melhoria de unidades habitacionais, e o desenvolvimento de projetos em áreas de interesse social, por meio de ações intersetoriais voltadas para famílias que habitam áreas subnormais, com o fim de reduzir as vulnerabilidades frente aos riscos sistemáticos, a exemplo das áreas de preservação permanente.

Cabe ressaltar que, como dito anteriormente, foi definido apenas um indicador para mensurar o resultado do tema, o que torna uma fragilidade, dado que esse indicador está voltado para "famílias com moradia legal na área urbana", conseguindo, assim, medir

apenas uma das dimensões do resultado, além de focar apenas na área urbana, enquanto que a rural não é citada.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados três programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Objetivo: Proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%)	Quanto maior, melhor	26,00	14,27	60,00	32,99
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana (número)	Quanto maior, melhor	100	-	70	-
Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana (número)	Quanto maior, melhor	26.004	27.171	30.547	27.190

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	0	0	0	0	0	0	6

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
28.200.766,10	13.588.444,39	48,18

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	1	1	1	0	0	0	7

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
40.727.541,78	19.630.485,93	48,20

Fonte: Scidades.

Ao analisar o desempenho do programa observa-se que não houve evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana durante os anos de 2020 e 2021. A previsão era beneficiar 170 famílias com a construção de unidades sanitárias no período, contudo, a falta de deliberação de recursos financeiros e orçamentários, o agravamento da pandemia por Covid-19 em 2021, e a inconclusão da estação elevatória para captação de esgotos, realizada pela Cagece, obra necessária para a construção das unidades sanitárias previstas no âmbito do Projeto Dendê, impossibilitaram a execução da meta.

No que se refere à evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana, observa-se o alcance de 27.190 famílias beneficiadas no período de 2016 a 2021, por meio: *i)* do apoio do estado ao programa federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que, posteriormente, foi substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela, *ii)* pelas iniciativas estaduais relacionadas ao Projeto Rio Maranguapinho, Projeto Dendê, e *iii)* por unidades habitacionais entregues em convênio com os municípios ou por meio do Projeto do Distrito de Inovação em Saúde do Porangabussu. Especificamente nos anos em análise (2020-2021), foram entregues 210 unidades habitacionais no Residencial Yolanda Queiroz por meio do Projeto Dendê e 19 unidades habitacionais através de um convênio entre a Secretaria das Cidades e o município de Massapê, no Sertão de Sobral.

Ressalta-se que o escopo dos projetos Rio Maranguapinho e Dendê é mais amplo que a construção de unidades habitacionais, compreendendo ações integradas com outros órgãos, a exemplo dos três equipamentos sociais entregues no primeiro biênio do PPA, um Centro de Educação Infantil (CEI) e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Residencial Miguel Arraes, ambos no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, e um Centro de Educação Infantil (CEI) do Residencial Yolanda Queiroz (Projeto Dendê).

No que se refere a regularização fundiária, em 2020 foram entregues 1.023 títulos de propriedade urbana; ao passo que em 2021 nenhum título foi entregue.

112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL

Objetivo: Contribuir com a promoção e execução da política agrária do estado do Ceará, através do atendimento a políticas de regularização fundiária e políticas de desenvolvimento das áreas de assentamentos e reassentamentos do estado, promovendo desta forma desenvolvimento nos aspectos da sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Área rural georreferenciada no Estado (%)	Quanto maior, melhor	76,00	72,51	74,74	73,14
Imóveis rurais geocadastrados para fins de regularização fundiária (%)	Quanto maior, melhor	75,05	70,62	73,92	72,24
Assentamentos e reassentamentos orientados em situação socio-jurídica e ambiental (%)	Quanto maior, melhor	19,51	21,78	38,78	33,66

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	3	1	0	0	0	0	6

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
14.261.226,65	11.255.878,23	78,93

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	1	1	1	3	0	0	6

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
17.537.143,36	13.562.585,06	77,34

Fonte: Idace.

Apesar dos esforços dos governos federal e estadual para a melhoria da infraestrutura regional e a implantação de políticas de desenvolvimento agrário, tais como o acesso a crédito, entre outras; o cenário do espaço agrário, sob o qual este PPA foi formulado, apresentava-se permeado por uma visão conservadora, de estrutura fundiária concentrada,

e com base técnica em fase de adaptação e modernização. Por outro lado, os movimentos sociais apontavam para o sentimento de pertença ao lugar/espaço/território, bem como para a necessidade de uma reorganização da estrutura agrária a partir de novas relações sociais de produção, interações com o meio ambiente e com a sociedade.

Com base nisso, durante o biênio 2020-2021 o Estado do Ceará investiu em ações de orientação sócio-jurídica e ambiental para assentados(as) e reassentados(as); em georreferenciamento da área rural; e em reconhecimento de domínios privados, possibilitando a titulação de imóveis caracterizados como posse mansa e pacífica.

Entre as linhas de atuação desenvolvidas no âmbito deste programa, encontram-se as parcerias com o governo federal, viabilizadas nas ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que é complementar à reforma agrária, pois promove o acesso à terra através de financiamentos e recursos para investimentos básicos e produtivos.

O título de propriedade fortalece a cidadania e possibilita que agricultores/as familiares acessem créditos agrícolas, tecnologias sociais de convivência com o semiárido, bem como assistência técnica e extensão rural de forma contínua. Entre os anos de 2020 e 2021 foram entregues 13.254 títulos, contemplando as 14 regiões do planejamento, e 287 imóveis negociados com financiamento para fins de unidades produtivas em seis regiões do estado.

Outro aspecto importante da promoção da política agrária é a organização da estrutura fundiária através do acompanhamento sócio-jurídico em áreas de assentamento, reassentamento e áreas de conflito fundiário. Nos anos de 2020 e 2021 foram realizadas 4.245 assessorias, que contemplam orientação ao uso de créditos, reconhecimento e fornecimento de declarações aos agricultores(as), segurança alimentar e nutricional a famílias assentadas em dificuldades, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento social, econômico, ambiental e político.

Sobre a execução das ações programáticas propostas, observa-se que em 2020 cinco das seis entregas tiveram execução até 50% devido às restrições impostas pela pandemia por Covid-19. Em 2021, o cenário se apresenta melhor com todas as entregas acima de 25%, sendo que a metade alcançou mais de 100% do programado. A execução financeira orçamentária ficou em torno de 78%, o que significa um bom resultado frente às ações desenvolvidas e em parte reportadas aqui.

Convém pontuar, por fim, que os indicadores utilizados para verificar o alcance do objetivo do programa não apresentam a perspectiva do resultado, a exemplo daqueles que mensuram o percentual de área rural do estado georreferenciada (que chegou a 73,14 em 2021, o que representa 94.384,3662 ha) e o de imóveis geocadastrados para fins de regularização fundiária (alcançando 72,24% da previsão do quadriênio 2020-2023).

113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL

Objetivo: Proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural (número)	Quanto maior, melhor	3.395	969	3.469	969
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural (número)	Quanto maior, melhor	11.905	11.465	14.895	14.055

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	1	0	0	0	2

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
5.290.000,00	1.930.741,40	36,50

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	1	0	0	0	2

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
2.729.540,00	2.425.327,80	88,85

Fonte: Scidades.

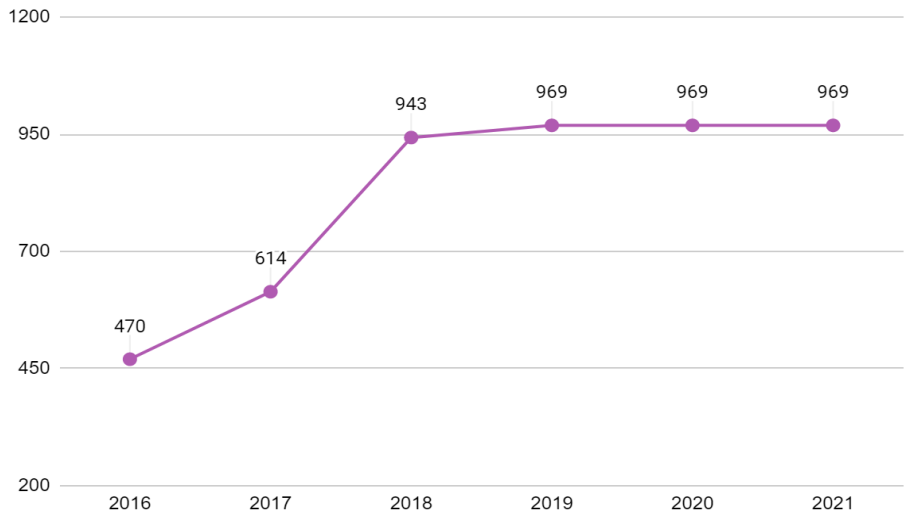
Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), em relatório de 2015, o Estado do Ceará possui déficit habitacional[1] de 302.623 habitações, em termos absolutos, sendo 77.883 rurais. Com base nisso, a construção de unidades habitacionais tornou-se uma das linhas de atuação do Estado.

[1] Conforme a Fundação João Pinheiro (FJP), de Minas Gerais, o déficit habitacional é composto pelos seguintes elementos: (i) habitações precárias (rústicas/improvisações); (ii) coabitação familiar (cômodos alugados, cedidos, próprios/ famílias conviventes); (iii) ônus excessivo com aluguel urbano e (iv) adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados. (CEARÁ, Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de 2022).

No meio rural, observa-se que o resultado do primeiro biênio permaneceu em 969 famílias beneficiadas, sendo a indefinição da nova política de habitação do Governo Federal, o agravamento da pandemia de Covid-19 e a reprogramação da meta do Programa Mais Infância para 2022 (que previa a substituição de 200 casas de taipa no meio rural em 2020) as principais razões para a baixa execução.

Convém pontuar que desde 2019 não há entrega de novas unidades habitacionais, demarcando a descontinuidade da política , conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 41 - Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural.



Fonte: Scidades.

As unidades habitacionais contabilizadas neste resultado são fruto de programas como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), ou similares, que beneficiam famílias em vulnerabilidade social. Em 2020 e 2021, a meta estabelecida pela Secretaria das Cidades baseava-se na entrega de 200 habitações por meio do Programa Mais Infância, e na substituição de 1000 casas de taipa através do Programa da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). No entanto, tais projetos não foram implementados.

Por outro lado, observa-se a promoção de melhorias habitacionais no meio rural, resultando no acúmulo de 14.055 famílias beneficiadas com a instalação de fogões sustentáveis durante o período de 2017 a 2021, sendo 5.180 fogões instalados nos anos de 2020 e 2021.

No mais, pontua-se que o programa conta com apenas duas entregas, unidade habitacional implantada e fogão sustentável instalado, sendo executada apenas a última, com uma execução financeira de 36,5% e 88,85% nos anos de 2020 e 2021 respectivamente. O melhor resultado financeiro de 2021 deve-se à programação orçamentária que foi de 51,59% do valor programado no ano anterior.

TEMA - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resultado Temático: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social com acesso garantido aos direitos socioassistenciais.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Famílias em situação de pobreza com acesso aos serviços socioassistenciais (%)	Quanto maior, melhor	39,29	-	40,00	40,26	83,00	42,39
Pessoas com direitos violados com acesso aos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial (%)	Quanto maior, melhor	80,41	74,75	82,00	79,96	83,00	86,46
Pessoas em situação de rua atendidas pelos serviços socioassistenciais com retomada do vínculo familiar e/ou comunitário (%)	Quanto maior, melhor	2,24	0,00	3,00	0,60	1,50	6,30

Fonte: SPS.

Definida por lei e organizada por meio de um Sistema Único (SUAS), a Assistência Social busca garantir a proteção social aos indivíduos, famílias e comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, atuando na forma de serviços, benefícios, programas e projetos, possibilitando o acesso aos direitos socioassistenciais a todo cidadão que deles necessitem. A assistência social se caracteriza como política de Seguridade Social não contributiva, descentralizada, com funções definidas, co-financiamento e cooperação técnica entre os entes federativos.

Contribuindo diretamente para o alcance do resultado estratégico do eixo, esta área temática é acompanhada por três indicadores que buscam verificar o acesso dos indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e riscos individuais ou coletivos à política de Assistência Social. O quadro acima apresenta o desempenho dos indicadores, onde verifica-se uma variação positiva, quando comparados os anos avaliados com o ano de 2018.

Com relação ao biênio avaliado, observa-se que, no ano de 2020, apesar da maioria dos indicadores terem apresentado resultado menor que o ano base de 2018, um deles atingiu a expectativa e um chegou a 97,51% da meta. Já no ano de 2021, dois superaram a expectativa e um atingiu 51% da expectativa prevista. Diante do apresentado, considera-se

positiva a avaliação deste tema, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em função da pandemia de Covid-19.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados três programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 121 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão e o controle social da política de assistência social no estado e nos municípios, no tocante à proteção social, a vigilância socioassistencial e defesa de direitos.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Gestores e técnicos de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) capacitados (%)	Quanto maior, melhor	86,00	132,40	95,00	150,18
Representantes dos Conselhos de Assistência Social capacitados (%)	Quanto maior, melhor	70,00	77,97	75,00	85,87

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
-	-	-	-	2	-	-	2

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
786.182,53	580.669,12	73,86

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
-	-	-	1	1	-	-	2

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
664.012,06	376.848,45	56,75

Fonte: SPS.

Foram traçadas estratégias de qualificação para a implementação do Sistema de Único de Assistência Social (Suas) e de apoio às gestões municipais no que diz respeito à política de assistência. Tais ações objetivam o aperfeiçoamento da gestão e do controle social da política de Assistência Social do estado do Ceará, tendo como público alvo gestores, trabalhadores e conselheiros municipais e estaduais.

A execução física das entregas "pessoa capacitada" e "assessoria realizada" aos gestores municipais alcançaram ou superaram 100% da meta prevista. O bom desempenho se deve ao fato da Coordenadoria de Gestão do Suas (CGSuas) ter intensificado o assessoramento aos municípios do Ceará, em virtude da situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), e do repasse de recursos extraordinários do financiamento federal do Suas para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais. A execução financeira desse programa ficou em 73,86% e 56,75% nos anos de 2020 e 2021, respectivamente. Justifica-se que as capacitações e assessorias ocorreram de forma remota, o que também contribuiu para superar a meta programada para o período, conforme mostram os resultados programáticos.

Convém mencionar que as ações desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento do Suas, com abordagens temáticas voltadas para a Assistência Social, os Planos de Assistência Social e de Educação Permanente (2022/2025), os Planos de Contingência 2021, o Relatório de Gestão 2020, a Publicação do Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará (CEMARIS 2020) e o preenchimento do CEMARIS 2021.

Por fim, convém mencionar a realização da Conferência de Assistência Social com o tema "Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social", o Levantamento dos Órfãos da Covid-19 no âmbito do Programa Nordeste Acolhe; e o Pacto pelo Fortalecimento das Políticas de Assistência Social do Ceará com o Prêmio de Incentivo à Assistência Social, destinado aos 30 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) com melhores desempenhos em 2021.

PROGRAMA 122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Objetivo: Garantir a proteção integral a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social com direitos violados e/ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Pessoas acolhidas nas unidades da Proteção Social Especial (número)	Quanto menor melhor	600	552	590	579
Reinserção familiar da população cearense acolhida (%)	Quanto maior, melhor	13,00	17,57	14,00	16,40
2020					
Comportamento da execução física das entregas					

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	2	-	4	-	1	-	13
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
43.396.974,63			37.223.093,26			85,77	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
6	1	1	5	-	-	-	13
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
50.386.838,73			40.283.050,18			79,94	

Fonte: SPS.

A Proteção Social Especial (PSE) contempla um conjunto de serviços, programas e projetos que têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

A Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Estado do Ceará contempla nove Centros Pop; um Centro Dia em Fortaleza e 115 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Desses, 113 unidades são municipais em 107 municípios e duas unidades são regionais, com 11 municípios vinculados (Fonte: Censo SUAS 2021). Já a proteção social especial de alta complexidade, o Ceará conta com 140 unidades de acolhimento institucional, destas 120 são municipais ou Organização da Sociedade Civil e 20 estaduais com serviços ofertados diretamente pela SPS (Fonte CADSUAS).

No que se refere aos serviços de acolhimento ofertados pela SPS, destaca-se que em 2021 foram mantidas 19 unidades com proteção integral a 579 pessoas, dentre: crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiências e idosos com direitos violados e vínculos rompidos. Quando comparamos esse desempenho com o ano de 2020, verifica-se um aumento de 4,89%, o que corresponde ao acolhimento de 27 pessoas. Este resultado deve-se a expansão e reordenamento da rede de acolhimento de gestão estadual, que dentre outras ações, inaugurou em janeiro de 2021, o Abrigo Regional de Ararendá para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes dos municípios de Ipueiras, Jucás, Tamboril, Santa Quitéria, Hidrolândia e Ipaporanga.

Quanto ao percentual de reinserção familiar dos acolhidos, ressalta-se que apesar do percentual de 2021 ter ficado abaixo do resultado de 2020, o total de pessoas que voltaram para suas famílias ou famílias substitutas foi próximo: 97 em 2020, e 95 em 2021.

Quanto às entregas, realizou-se a manutenção dos dois CREAS Regionais e apoio com o cofinanciamento estadual aos 39 Centros de Referência para a prestação pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Além disso, 13 entidades sem fins lucrativos, que realizam o serviço de atendimento, foram apoiadas. A execução financeira do programa foi superior a 75% nos dois anos analisados, ficando para 2022 a implantação do abrigo do idoso em Brejo Santo e do CREAS de Iracema.

PROGRAMA 123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo: Prevenir situações de vulnerabilidade e risco social contemplando serviços, benefícios e programas socioassistenciais.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Famílias atendidas com acesso a serviços socioassistenciais nos CRAS cofinanciados pelo Estado (%)	Quanto maior, melhor	42,65	53,16	42,65	54,25
Famílias com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, em situação de extrema pobreza, com acesso à transferência de renda (%)	Quanto maior, melhor	87,79	92,03	87,79	55,85

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	1	4	3	1	0	13

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
124.664.389,25	102.827.697,30	82,48

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	-	1	2	3	4	-	14

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
284.337.640,47	272.020.509,98	95,67

Fonte: SPS.

A Proteção Social Básica (PSB) contempla serviços, benefícios e programas socioassistenciais voltados para o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. No Ceará, a PSB é constituída por 390 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) distribuídos nos 184 municípios, referenciando 1.479.000 famílias (dados da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS).

O percentual de famílias atendidas com acesso a serviços socioassistenciais nos CRAS cofinanciados pelo Estado passou de 53,16%, em 2020, para 54,25%, em 2021. Já o percentual de famílias com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, em situação de extrema pobreza, com acesso à transferência de renda foi de 55,85% em 2021. Apesar deste resultado ser menor que o realizado no ano anterior (92,03), o número de famílias beneficiadas aumentou, pois em 2020 foram beneficiadas 48.655 famílias, ao passo que, em 2021, foram contempladas 150.000. Este valor se deve à ampliação dos critérios para a concessão do Cartão Mais Infância Ceará, que culminou no aumento do universo de famílias com perfil para o recebimento do benefício.

O programa teve incremento orçamentário de 128% de um ano para o outro, possibilitando o desenvolvimento das seguintes ações em 2021: i) ampliação no número de famílias beneficiadas com o Cartão Mais Infância; ii) implantação de 367 Brinquedopraças, 51 Brinquedocreches e de 22 Equipamentos Socioassistenciais (Centros de Esportes em Praças - Praça Mais Infância e Centro de Esportes para Futebol Areninha); iii) distribuição 245.966 tíquetes de vale gás para famílias em situação de vulnerabilidade social; e iv) concessão de 21.148 Benefícios Eventuais distribuídos em todo o estado.

O incremento orçamentário possibilitou também a ampliação do cofinanciamento para os 396 CRAS em funcionamento nos 184 municípios cearenses, e o Prêmio de Incentivo à Assistência Social destinado a 30 Cras com os melhores desempenho nos atendimentos e serviços ofertados às famílias.

TEMA - INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Resultado Temático: Indivíduos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade, da cidade e do campo, com inclusão e direitos humanos e civis reconhecidos e assegurados.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Municípios com ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas (%)	Quanto maior, melhor	0,00	0,00	13,00	7,60	24,00	26,63
Pessoas com deficiência, com direitos violados notificados (%)	Quanto menor, melhor	18,60	0,00	18,20	56,00	18,20	0,02
Pessoas idosas com direitos violados notificados (%)	Quanto menor, melhor	4,90	0,00	4,80	4,80	4,60	0,24
Taxa de crianças e adolescentes que foram vítimas de violência sexual (casos por 100 mil crianças e adolescentes)	Quanto menor, melhor	53,60	56,40	51,40	49,70	47,80	55,70
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra as mulheres (óbitos por 100 mil mulheres)	Quanto menor, melhor	10,70	5,30	9,20	7,80	8,60	7,93
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra crianças e adolescentes (óbitos por 100 mil crianças e adolescentes)	Quanto menor, melhor	16,00	6,50	13,80	11,70	12,90	9,30
Taxa de inclusão da população vulnerável em ações extensionistas (%)	Quanto maior, melhor	13,26	13,99	14,51	25,75	15,06	15,79

Taxa de jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual (por 100 mil jovens)	Quanto menor, melhor	11,00	12,30	10,60	9,00	10,20	9,33
População autodeclarada preta de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou já concluiu a educação (%)	Quanto maior, melhor	91,90	82,10	92,00	92,40	92,00	89,30
População autodeclarada indígena de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica (%)	Quanto maior, melhor	91,90	84,30	92,20	92,90	92,30	89,30

Fontes: PC; Supesp; Seduc; Secitece; SPS.

As políticas públicas de Inclusão Social e Direitos Humanos tem atuado na implantação, promoção e expansão da oferta de prestação de serviços, de modo a contemplar indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade. A verificação dos resultados alcançados se dá por meio de dez indicadores, sendo três deles relacionados ao direito à educação, seis referentes às taxas de crimes e violações de direitos, e um sobre as ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Ao comparar os resultados de 2020 e 2021, observa-se que houve um acréscimo no número de jovens, de 18 a 29 anos, vítimas de violência sexual e no número de mulheres vítimas de crimes violentos letais e intencionais (CVLI). Este aumento pode ter sido influenciado pelo isolamento social, adotado durante a pandemia por covid-19, pois esses crimes são geralmente cometidos por pessoas que possuem vínculos com as vítimas, fator potencializado durante o isolamento.

Houve aumento também no número de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, que superou em 7,9% o cenário estimado para 2021. Observa-se que esse tipo de crime apresenta tendência de crescimento desde 2018, sendo interrompida em 2020, quando houve o menor registro de vítimas. É importante ressaltar que, da mesma forma que a violência sexual contra jovens e os CVLI contra mulheres, esse crime também demonstra maior proximidade na relação vítima/agressor.

Outra linha de atuação do Estado, tem sido a promoção do acesso à educação de jovens autodeclarados pretos ou indígenas, em idade de 15 a 17 anos, garantindo que em média 89% deste público estivesse frequentando ou concluído a educação básica, durante o período de 2018 a 2021. Já, no âmbito da educação superior, são desenvolvidas ações de extensão voltadas para o público em situação de vulnerabilidade, alcançando 25,75% do

total de ações de 2020, e 15,76% do total das ações de extensão desenvolvidas pelas universidades estaduais (UVA, URCA e UECE) em 2021.

Por fim, destaca-se que até 2021, 26,63% dos municípios cearenses tiveram ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Enquanto os indicadores temáticos apontam, majoritariamente, para as taxas de violação de direitos de grupos específicos (crianças, adolescentes, jovens, mulheres e população autodeclarada preta ou indígena); a ação programática se faz mais ampla, voltando-se para a promoção da cidadania, e para o fortalecimento das políticas voltadas para idosos, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, pessoas ameaçadas de morte ou em situação de risco, migrantes, refugiados, adolescentes em atendimento socioeducativo, entre outros.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados seis programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 131 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Objetivo: Ampliar a promoção do empoderamento das mulheres e autonomia socioeconômica.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Mulheres atendidas pela rede de enfrentamento à violência contra a mulher (número)	Quanto maior, melhor	14.751	41.338	16.226	48.218
Mulheres vítimas de violência certificadas em cursos de qualificação profissional (%)	Quanto maior, melhor	3,00	0,95	5,00	2,39
Municípios com Conselho dos Direitos da Mulher (%)	Quanto maior, melhor	40,00	39,67	45,00	40,76
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) (número)	Quanto menor, melhor	18.246	18.903	18.426	18.889

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	2	-	1	3	1	-	10
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
5.439.226,36	470.932,69	8,66

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
5	2	1	3	1	0	1	13

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
11.161.235,40	7.910.336,58	70,87

Fonte: SPS; Supesp.

De modo geral, os indicadores do Programa Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher apresentaram desempenho favorável, com execução superior ou próxima da meta estipulada. A exceção refere-se às ações de qualificação profissional para mulheres vítimas de violência, que, durante os anos de 2020 e 2021, ficaram abaixo da meta prevista. Este indicador merece destaque especialmente por ser o que mais se aproxima de uma das vertentes do objetivo do programa, a saber: a autonomia socioeconômica.
Convém pontuar, ainda, que, com a exceção da implantação de Conselhos dos Direitos da Mulher, todos os indicadores se referem às mulheres em situação de violência, ao passo que o objetivo do programa é mais amplo.

Em 2020, a execução financeira foi de 8,66% e se deve à não realização de entregas importantes como a Casa da Mulher Cearense, a elaboração do Plano Estadual de Política para as Mulheres e a elaboração do Estudo da Política de Gênero. Em 2021, a execução financeira do programa ficou em 70,87%, um desempenho significativo face aos principais projetos e ações desenvolvidos, tais como: o avanço na construção de três unidades da Casa da Mulher Cearense, nos municípios de Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá, a manutenção das unidades de atendimento/acolhimento a mulheres (Casa da Mulher Brasileira, abrigo e unidade móvel), e a implantação de três Conselhos de Direitos da Mulher em 2021, totalizando 75 municípios com conselhos instalados.

PROGRAMA 132 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Objetivo: Expandir a prevenção, cuidado e reinserção social de pessoas em uso ou em vulnerabilidade ao uso de álcool e outras drogas no Estado do Ceará.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Municípios com Conselho de Políticas sobre Drogas implantado (%)	Quanto maior, melhor	57,00	65,76	67,93	68,48

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	1	-	-	1	1	-	5

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
229.062,97	71.268,35	31,11

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	0	3	1	1	0	5

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
3.001.646,89	2.599.831,91	86,61

Fonte: SPS.

No que se refere ao Programa Promoção da Inclusão Social na Política sobre Drogas, as ações desenvolvidas pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) restringe-se à atuação preventiva, apesar do objetivo do programa mencionar o cuidado e a reinserção social de pessoas em uso de álcool e outras drogas como linhas de atuação.

Conforme o indicador, observa-se que, até 2021, foram implantados Conselhos de Política sobre Drogas em 126 municípios cearenses, perfazendo uma cobertura de 68,48%. Para alcançar este resultado, intensificou-se a articulação com os municípios através do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas e a parceria junto à Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Ceará - APDMCE. Dentre as ações desempenhadas pelo

programa, destaca-se a realização de conferências destinadas a técnicos da ação social, educação, saúde, conselheiros e sociedade civil, contribuindo, assim, para o alcance do resultado temático. As ações apresentaram execução orçamentária de 31,11% e de 86,61%, respectivamente, nos anos de 2020 e 2021. A baixa execução financeira de 2020 justifica-se pela mudança no comando da política, que redefiniu o planejamento e as diretrizes de atuação.

PROGRAMA 133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA

Objetivo: Ampliar a proteção a vítimas de violência e violações de direitos humanos e o acesso dos cidadãos aos documentos básicos

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Documentos emitidos (número)	Quanto maior, melhor	1.700.000	671.978	1.800.000	1.174.897
Imigrantes internacionais e solicitantes de refúgio registrados no Ceará assistidos pelos programas de proteção da SPS (%)	Quanto maior, melhor	45,00	45,94	11,00	50,68
Pessoas vítimas de crimes violentos assistidas pelo Centro de Referência de Apoio a Vítimas de Violência (CRAVV) (%)	Quanto maior, melhor	21,20	41,40	27,53	36,44
Pessoas ameaçadas de morte assistidas pelo Programa de Proteção da SPS (%)	Quanto maior, melhor	0,65	0,73	0,70	1,47

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	2	1	5	-	1	-	13

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
70.192.335,70	62.869.657,16	89,57

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	2	2	3	0	0	11

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
78.087.518,13	74.821.745,22	95,82

Fonte: SPS.

Por meio do programa Proteção à Vida e Acesso à Justiça Social e Cidadania, o governo do estado desenvolve ações voltadas para a expansão da prestação de serviços de atendimento ao cidadão em unidades de Vapt Vupt e Caminhão do Cidadão, bem como ações voltadas para assistir migrantes, refugiados, pessoas vítimas de violência, ou ameaçadas de morte.

Com exceção do indicador referente à emissão de documentos, observa-se que todos os demais apresentaram resultado superior à meta, ampliando, dessa forma, o número de pessoas que tiveram acesso às medidas de proteção e assistência integral ofertadas por um dos seguintes programas: PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas; PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humano; PPCAAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; PPPro - Programa de Proteção Provisória.

Ressalta-se que as ações de proteção foram fortalecidas com a criação do Sistema Estadual de Proteção a Pessoas do Estado do Ceará (SEPP), criado por meio da Lei Estadual 16.962, de 27 de agosto de 2019, que reúne todas as ações, projetos, políticas, programas e planos destinados à "proteção especializada às vítimas e testemunhas, aos defensores de direitos humanos, às crianças e aos adolescentes ameaçados de morte, e aos seus familiares, aos servidores públicos civis e militares ameaçados ou vítimas de violência, e a suas famílias, e demais pessoas ameaçadas" (Art. 1° da referida Lei).

Em 2020, 4 entregas ficaram com execução entre 0 e 25%, sendo que destas, duas fazem parte do PreVio, cujos recursos não foram repassados a tempo para que a execução ocorresse no primeiro biênio do PPA. As demais entregas tiveram, no geral, execução acima de 50% da meta, durante o biênio 2020-2021, entre as quais destacam-se: 1) os atendimentos psicossociais, de orientações jurídicas, ou voltados para a qualificação profissional de migrantes, refugiados ou pessoas em situação de tráfico; 2) a reparação indenizatória para 19 ex-presos e perseguidos políticos do Estado do Ceará; e 3) a realização de oito eventos com o intuito de conscientizar e informar a sociedade sobre a história do regime militar e a importância de fortalecer o regime democratico.

A execução orçamentária do Programa ficou acima de 89% nos dois anos analisados, com o valor total empenhado de R$137.691.402,38. Com estes recursos foram mantidos quatro os programas de proteção, o Centro de Referência de Apoio às Vítimas de Violência, quatro unidades do Vapt Vupt, duas Casas do Cidadão, o Caminhão da Cidadania, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e o Posto de Atendimento Avançado Humanizado ao Migrante (PAAHM). Além das demais ações reportadas.

PROGRAMA 134 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Objetivo: Promover o fortalecimento e a institucionalização das políticas públicas voltada à Juventude.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Conselhos municipais de juventude em pleno funcionamento (%)	Quanto maior, melhor	8,00	3,25	10,00	-
Municípios com a política municipal de juventude aprovada (%)	Quanto maior, melhor	3,00	0,00	2,00	-
Público participante em projetos, núcleos e eventos voltados para a política pública de juventude (número).	Quanto maior, melhor	1.000	3.755	600	-
Representantes de conselhos de juventude capacitados (número)	Quanto maior, melhor	120	-	160	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	-	-	-	-	-	-	5

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
898.500,00	0	

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	0	1	0	0	0	5

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
190.000,00	0	

Fonte: Sejuv.

O programa de institucionalização e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a juventude, possui como órgão gestor a Secretaria do Esporte e Juventude (Sejuv), que tem

atuado com foco no controle social e na participação cidadã, por meio da expansão do engajamento da população jovem na implementação das políticas voltadas para a juventude, e da implantação do processo de planejamento das políticas públicas voltadas à população jovem. Tais iniciativas se concretizam a partir da implantação de Conselhos Municipais de Juventude, do apoio e da promoção de eventos que possibilitam o acesso a informações sobre referidas políticas, com integração e interação social dos jovens, bem como a formação de mobilizadores de políticas públicas de juventude e a realização de seminários, para promover o intercâmbio entre iniciativas comunitárias protagonizadas por jovens dos territórios atendidos pelo Projeto Laboratório de Juventudes, realizado pela ViceGov. Registra-se também a elaboração do Plano Estadual, com periodicidade mínima de 10 anos, que foi reprogramado para 2023.

Dos quatro indicadores que compõem o programa, dois apresentaram avanços em 2020, ao passo que os dados de 2021 não foram disponibilizados pela Sejuv. Entre os resultados alcançados em 2020, estão: a constituição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Guaiuba, São Luís do Curu e Pacatuba; e a participação de 3.755 pessoas no webinar Conexão Jovem, que ocorreu em comemoração ao mês da juventude.

Em 2021, o Estado implantou os Programas Juventude Empreendedora e Qualifica Juventude; apoiou a realização do Encontro Cearense de Empresas Juniores, realizou os seguintes eventos: Webinar de Acolhimento aos Novos Gestores do Esporte e Juventude e o Webinar "Como a Pandemia tem Atingido a Juventude LGBTQI+".

Por fim, convém pontuar que os programas foram implantados a partir de parcerias com instituições como Conselho Nacional de Juventude, Agência Besouro e RECODE sem ônus para a secretaria. Enquanto que os eventos ocorreram também de modo virtual, e foram viabilizados a partir da estrutura que a Sejuv dispõe, não sendo necessário despender os recursos orçados.

PROGRAMA 135 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Objetivo: Ampliar a promoção de direitos e a inclusão social dos povos, grupos e pessoas historicamente discriminadas e vulnerabilizadas.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Aldeias indígenas demarcadas e comunidades quilombolas tituladas no Estado (número)	Quanto maior, melhor	2	0	3	0
Casos de LGBTfobia notificados (número)	Quanto maior, melhor	100	28	150	46
Instituições de ensino com ações de educação em direitos humanos (%)	Quanto maior, melhor	4,00	1,12	2,00	2,07
Municípios com a política da pessoa com deficiência aprovada (%)	Quanto maior,	5,00	2,71	10,00	3,00

	melhor				
Municípios com a política da pessoa idosa aprovada (%)	Quanto maior, melhor	5,00	3,80	10,00	3,80
Municípios com equipes capacitadas para superação do racismo institucional (%)	Quanto maior, melhor	10,00	28,80	12,00	35,10
Pessoas com deficiência certificadas em cursos de educação profissional (número)	Quanto maior, melhor	250	200	275	578

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
7	-	2	5	6	5	-	25
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			Empenhado (B)			% Execução (B/A)	
6.248.253,09			5.257.309,90			84,14	

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
7	0	1	5	8	6	1	28
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			Empenhado (B)			% Execução (B/A)	
17.367.173,72			7.166.692,53			41,27	

Fonte: SPS.

O Programa de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos possui amplo escopo, atendendo diferentes públicos, como pessoa idosa, pessoa com deficiência, população negra, povos originários, indígenas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, povos de terreiro e ciganos, comunidade africana, população LGBTQIA+, trabalhadores em situação análoga à escravidão e demais pessoas com direitos violados.

Entre os resultados alcançados no âmbito deste programa, observa-se, em 2021, o alcance de 35,10% dos municípios cearenses com equipes capacitadas para a superação do racismo institucional; a realização total de 23 ações de educação em direitos humanos em

instituições de ensino do Ceará, perfazendo o percentual de 1,12 e de 2,07 nos anos de 2020 e 2021, respectivamente.

Em 2020, os municípios de Cascavel, Russas, Limoeiro do Norte, Itarema, Uruoca, Camocim e Iracema tiveram a Política Municipal da Pessoa Idosa aprovada pelos Conselhos Municipais, o que corresponde a 3,80% dos municípios cearenses. Já os municípios de Iguatu, Acopiara, Jucás, Pacatuba e Maranguape tiveram a Política Municipal da Pessoa com Deficiência aprovada pelos Conselhos Municipais, o que corresponde a 2,71% dos municípios cearenses. Ainda acerca desta temática, as ações governamentais resultaram na certificação de 578 pessoas com deficiência em cursos de educação profissional.

Em 2020 foram registradas 28 notificações de casos de LGBTfobia, enquanto em 2021 foram 46 casos representando um aumento de 60,8%. Essa variação justifica-se considerando os investimentos na política pública para esse segmento populacional com implantação do Centro Estadual de Referência para População LGBT+, bem como o empoderamento desse segmento populacional na defesa de seus direitos.

Convém pontuar que a demarcação de aldeias indígenas e titulação de comunidades quilombolas é de competência exclusiva da União, e por este motivo o indicador não foi acompanhado nos anos em análise, e descontinuado para o biênio 2022-2023.

Ao longo do biênio 2020-2021, empenhou-se o total de R$ 12.424.002,43, que foram utilizados na promoção da acessibilidade e do acesso à informação, aos serviços e às tecnologias assistivas para pessoas idosas e com deficiência; na promoção do Controle Social, Prevenção e Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos; na expansão de ações para inclusão social e redução da violência, destacando-se: 1) a implantação do Centro de Referência LGBT Thina Rodrigues; 2) as ações do Programa Esporte e Superação que beneficiou 4.681 pessoas, nos municípios de Fortaleza e Sobral, com a implantação de 78 Núcleos do Projeto; 3) a realização de 171 eventos em temáticas relacionadas à pessoa idosa, à pessoa com deficiência, à superação do racismo, e à política de direitos humanos.

PROGRAMA 136 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia do atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, contribuindo para sua reinserção sociofamiliar e comunitária.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Adolescentes e jovens em medida socioeducativa de internação e semiliberdade certificados em cursos de formação profissional (%)	Quanto maior, melhor	65,00	70,59	68,00	99,05
Adolescentes e jovens em medida socioeducativa de internação e semiliberdade com no mínimo de 75% de frequência na educação básica (%)	Quanto maior, melhor	80,00	40,00	85,00	82,76

Centros socioeducativos funcionando com o ambiente físico e infraestrutura em conformidade com o SINASE (%)	Quanto maior, melhor	59,00	56,25	88,00	89,47
Centros Socioeducativos funcionando com Política Socioeducativa em conformidade com o SINASE (%)	Quanto maior, melhor	53,00	56,25	76,00	94,73

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
3	-	1	2	1	-	-	7
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
93.000.806,68			91.685.092,31			98,50	

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
9	0	1	1	0	1	0	12
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
123.708.341,22			112.755.718,49			91,15	

Fonte: Seas.

O programa da Proteção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo visa contribuir para a reinserção sociofamiliar e comunitária dos adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 21 anos incompletos, sentenciados judicialmente.

Os indicadores acompanhados apresentaram avanços no decorrer dos anos em análise, com 19 Centros Socioeducativos com Política Socioeducativa, ambiente físico e

infraestrutura funcionando em conformidade com o SINASE[2]. Observa-se o avanço significativo no percentual de adolescentes e jovens em medida socioeducativa de internação e semiliberdade certificados em cursos de formação profissional (que alcançou 99% dos adolescentes em 2021), e com frequência igual ou acima de 75% na educação básica, passando de 40% em 2020 para 82,76% em 2021.

A execução orçamentária e financeira do Programa ficou acima de 90% nos dois anos em análise, o que corresponde ao valor empenhado total de R$ 204.440.810,80. Este valor financiou ações como a capacitação de jovens e adolescentes em medida socioeducativa, bem como de gestores, técnicos, socioeducadores e demais profissionais que atuam na Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo - Seas. Por fim, convém pontuar que parte das ações com desempenho abaixo de 25% fazem parte do Programa Prevenção de Violência (Previo), que teve as metas reprogramadas para 2022. Acrescenta-se a este cenário, a mudança no escopo do Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares III), inviabilizando a implantação do Centro Socioeducativo.

TEMA - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Resultado Temático: População com acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade adequada.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
População em situação de pobreza, beneficiada por programas de distribuição de alimentos (%)	Quanto maior, melhor	11,50	14,43	13,00	14,62	14,00	19,09

Fonte: SDA.

Previsto pelo Art. 2° da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), a alimentação adequada constitui-se um direito fundamental da pessoa humana, sendo indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal. Com base nisso, o Estado do Ceará tem atuado intersetorialmente de modo a promover o acesso da população em situação de pobreza à alimentação saudável, bem como o fortalecimento da agricultura familiar.

[2] O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) constitui-se em um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que permitem o acompanhamento da trajetória dos adolescentes em conflito com a Lei, desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa, onde se objetiva o desenvolvimento de uma ação sustentada nos princípios dos direitos humanos, defendendo a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada principalmente em bases éticas, reafirmando a natureza pedagógica das medidas, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de observância obrigatória por todos os Entes. (Fonte: Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo)

Em 2019, foram geradas alterações na Lei supracitada, extinguindo importantes instâncias de estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

As alterações na política não impactaram o indicador temático no curto prazo, que entre os anos de 2018 e 2021, apresentou avanços em diversos programas e projetos de aquisição e distribuição de alimentos. Tais como o Programa de Aquisição e Distribuição de Alimentos (PAA Alimentos e PAA Leite), que em 2021 atendeu 19,09% da população em situação de pobreza, o que compreende a 821.107 pessoas beneficiadas com a distribuição de 1.546.321,74 kg de alimentos e 11.276.759 litros de leite.

Ressalta-se que, de 2020 para 2021, houve um aumento de 8,99% no número de famílias em situação de pobreza cadastradas no CadÚnico (passando de 1.876.079 famílias em janeiro de 2020 para 2.044.908 famílias em 2021)[3], sendo a pandemia por covid-19, um dos fatores que contribuíram para esta elevação.

Neste sentido, o Estado tem atuado no âmbito do Programa Mais Nutrição, que possui três linhas de atuação: banco de alimentos *in natura*, fábrica de polpa de frutas e fábrica de mix de legumes desidratados. O programa recebe alimentos dos permissionários da Central de Abastecimento do Estado (CEASA) e distribui para instituições que oferecem atividades para crianças e adolescentes durante o contraturno escolar, localizadas em bairros de baixo IDH.

Para o alcance do resultado pretendido, é executado um programa finalístico que contempla ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho do programa com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 141- GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo: Ampliar o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada, contribuindo com a redução da insegurança alimentar e nutricional.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Municípios com Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) implementado (%)	Quanto maior, melhor	53,00	26,09	38,59	-
Pessoas beneficiadas com alimentação saudável por meio dos programas Mais Nutrição e Restaurantes Populares (número)	Quanto maior, melhor	6.000	15.939	20.000	31.316

[3] Informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI. Disponível em: < encurtador.com.br/kzCLO > Acesso em: 08 de novembro de 2022.

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	1	1	3	0	1	0	6
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			Empenhado (B)			% Execução (B/A)	
39.877.508,14			33.385.047,55			83,72	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	1	0	0	4	0	0	6
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			Empenhado (B)			% Execução (B/A)	
51.154.028,88			41.172.414,03			80,49	

Fonte: SPS.

O programa Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem como objetivo ampliar o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada, contribuindo, assim, para a redução da insegurança alimentar.

A implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) consiste na construção de marcos regulatórios, formado pela lei municipal de SAN, pela criação de conselhos e de câmara intersetorial de SAN em âmbito municipal, sendo viabilizada pelos assessoramentos aos municípios, através de oficinas, seminários, visitas técnicas, envolvendo gestores municipais, sociedade civil.

Essas ações contribuem para a formalização de parcerias, pactos de ações de enfrentamento à insegurança alimentar e para elaboração de planos municipais de SAN. Até o final de 2019, 48 municípios do Ceará estavam com o SISAN implementado, o que corresponde a 26,09% dos municípios cearenses. No ano de 2020, não houve avanço na implantação do SISAN, pois, além das mudanças no Governo Federal em relação à política de SAN citadas anteriormente, foi lançado o decreto estadual que determinou medidas de isolamento social, impossibilitando o assessoramento presencial por parte das equipes.
Em 2021, foi firmada parceria com a Ceasa de Barbalha para implantação de uma nova unidade de beneficiamento de alimentos, que passou a fabricar polpas de frutas e a desidratar legumes para o preparo de sopas. Com isso, além da região metropolitana de

Fortaleza, a região do Cariri passou a ser beneficiada com a distribuição de alimentos por meio do Programa Mais Nutrição, com o indicador alcançando, em 2021, 56,58% a mais que a meta programada, o que representa 31.316 pessoas beneficiadas com alimentação saudável.

A execução orçamentária e financeira do Programa ficou superior a 80% durante os anos em análise, viabilizando, dentre outras ações, a distribuição de mais de 2.505.204,3 kg de alimentos e de 21.080.605 litros de leite por meio do PAA, contemplando cerca de 140 municípios cearenses.

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Resultado Estratégico: Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores.

Temas: Agricultura Familiar e Agronegócio, Indústria, Comércio e Serviços, Infraestrutura e Mobilidade, Pesca e Aquicultura, Trabalho e Empreendedorismo e Turismo.

TEMA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Resultado Temático: Economia rural fortalecida, sustentável, inclusiva, solidária, inovadora e competitiva.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Ocupações geradas na agropecuária cearense (número)	Quanto maior, melhor	395.385	336.890	400.000	295.374	400.000	319.985
Participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB)[1] (%)	Quanto maior, melhor	5,20	5,10	5,00	5,20	5,20	5,10
Taxa de crescimento da produtividade da agropecuária (%)	Quanto maior, melhor	1,24	10,41	6,00	34,32	3,30	-1,67
Valor bruto da produção da agricultura (R$ mil)	Quanto maior, melhor	2.687.094,00	2.910.663,00	3.000.000,00	3.737.596,00	3.150.000,00	3.569.404,00
Valor de exportação dos bens e serviços da agropecuária cearense (US$ FOB mil)	Quanto maior, melhor	266.707,00	261.338,00	208.042,00	236.177,00	218.444,00	209.662,00

Fonte: Ipece.

[1] Os indicadores de 2016 a 2019 são valores oficiais, ainda podendo haver atualização. Os valores dos indicadores para 2020 e 2021 (real) é uma projeção com base nas condições econômicas do ano corrente e com base nos valores anteriores.

O Governo do Estado vem atuando para o desenvolvimento da agropecuária em duas frentes: a Agricultura Familiar e o Agronegócio, reforçando a forte tradição cearense em atividades agropecuárias, tais como: fruticultura, floricultura, bovinocultura, caprino e ovinocultura, meliponicultura (produção de mel de abelha) dentre outros. Além de atuar no enfrentamento a principal característica do semiárido nordestino, que se faz presente em 98,7% do território cearense, que é a seca. Para tanto, se utiliza da gestão de recursos hídricos, identificando e incorporando tecnologias, otimizando o uso eficiente da água, principalmente para o setor agropecuário.

Em relação à agricultura familiar, o Governo do Estado vem buscando tornar o seu público não apenas em receptor das tecnologias ou dos produtos e sim em produtores qualificados, de modo que tenham incremento de renda, melhores condições de vida e bem-estar, transformando-os em produtores credenciados para comercialização de sementes das

principais culturas, mudas de essências nativas; de cajueiros e de raquetes de palma forrageira.

No agronegócio, a política governamental se orienta pela importância para a economia cearense de fortalecer as vantagens competitivas do Estado, comprovadas nos últimos anos. Como importantes estratégias vêm sendo estimulada a sua organização em câmaras setoriais, podendo ser citadas as do caju, camarão, carnaúba, flores, fruticultura, leite, mel, ovino-caprinocultura e tilápia.

Na perspectiva do alcance de uma economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva, o comportamento do setor da Agricultura Familiar e Agronegócio é analisado por meio do desempenho de cinco indicadores, conforme quadro anterior e detalhados analiticamente a seguir.

O número de ocupações geradas na agropecuária cearense apresenta uma forte oscilação com trajetória de queda nos últimos anos. Em 2016, o número de ocupados no segmento era de 393.768 pessoas, reduzindo para 364.949, ou seja, queda de 7,31%. Em 2018 foi registrada elevação de 8,34% em relação a 2017. Novamente, em 2019, houve redução de 7,7% nas vagas de trabalho na atividade. Em 2020, este número teve redução de 12,32%, alcançando o menor valor da série, com um total de 295.374 pessoas ocupadas. Em 2021, com a retomada progressiva da economia, observou-se uma recuperação, que passou a contar com um total de 319.985 pessoas, o que representa crescimento de 8,33% em relação ao ano anterior, porém, 19% abaixo do resultado alcançado em 2018.

O setor agropecuário sofreu com os anos de seca (2012-2016) atingindo os menores valores nesse período. Em 2017, porém, a participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB) foi ampliada em virtude do crescimento econômico do setor. Em 2018 e 2019, porém, voltou a perder participação, queda de 5,2% para 5,1%, em detrimento do melhor desempenho dos outros setores da economia. Para 2020 estimou-se que o setor agropecuário voltasse a ter uma participação de 5,2%, pois foi o único setor da economia que apresentou crescimento em 2020, por sofrer menos com os efeitos negativos da pandemia. A projeção para 2021 foi de 5,1%, visto que o setor agropecuário apresentou fraco desempenho neste ano, ficando abaixo do programado.

A análise da taxa de crescimento da produtividade da agropecuária, resultante do comportamento da atividade produtiva medido pelo Valor Adicionado Bruto da agropecuária cearense combinado com a dinâmica do mercado de trabalho medido pela evolução do número de pessoas ocupadas na atividade, mostra que a taxa de crescimento acumulada, em quatro trimestres, saiu de uma queda acumulada até 2016 de 12,23%, para uma forte expansão da produtividade por pessoa ocupada, em quatro trimestres, até 2017, de 51,86%. Em 2018, foi novamente observada elevação da produtividade, com forte desaceleração do ritmo de crescimento. Por sua vez, em 2019, foi registrado crescimento acumulado em quatro trimestres da produtividade da agropecuária cearense de 10,41% e em 2020, alta acumulada, ainda maior de 34,32%, fruto da expansão da produção nesta atividade. Por fim, em 2021, observa-se nova queda (resultando em -1,67%), como consequência da queda na atividade produtiva.

O valor bruto da produção da agricultura do Ceará apresentou tendência de crescimento no período de 2016 a 2020, indicando retomada da capacidade da produção agrícola pós período de seca. O valor bruto da produção para 2020 cresceu mais do que o esperado, superando em 28,41% o resultado de 2019, devido à safra recorde de grãos e o crescimento da produção de frutas. Em 2021, porém, a estimativa ficou 4,5% abaixo do resultado de 2020, mas acima do valor programado, de R$ 3.569.404,00.

Os valores de exportação dos bens e serviços da agropecuária cearense registrados nos anos de 2019, 2020 e 2021 foram inferiores aos de 2018, com decréscimo ano após ano. Ressalte-se que o desempenho das exportações de produtos agropecuários nos anos de 2020 e 2021 foi afetado negativamente pela crise mundial provocada pela pandemia da COVID-19, de forma que a inserção internacional do agronegócio cearense enfrentou vários obstáculos, como o aumento de estoque de produtos perecíveis, alteração momentânea do padrão de consumo das famílias, redução de demanda em função do aumento do desemprego, fechamento de atividades consumidoras e queda de preços no mercado internacional.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados três programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR.

Objetivo: Melhorar as condições para a ampliação da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agropecuária familiar, de modo a aumentar sua participação econômica e contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável e a redução das desigualdades regionais.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Agricultores familiares acessando políticas de incentivo a produção agrícola (%)	Quanto maior, melhor	51,85	44,00	56,85	46,09
Agricultores familiares atendidos com assistência técnica e extensão rural (%)	Quanto maior, melhor	27,78	17,75	17,00	17,38
Agricultores familiares beneficiados com projetos produtivos (%)	Quanto maior, melhor	6,79	0,60	3,00	3,08
Agricultores familiares beneficiados por programas de aquisição de alimentos (%)	Quanto maior, melhor	2,60	1,45	1,23	0,61
2020					
Comportamento da execução física das entregas					

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	2	2	5	1	1	0	17
Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
205.184.511,87			133.882.892,13			65,25	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
6	1	5	3	2	1	0	18
Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
264.481.141,83			214.056.455,38			80,93	

Fonte: SDA.

O Programa é composto por iniciativas que visam a melhoria das condições produtivas e atividades econômicas dos agricultores e agricultoras familiares em todo o Estado. Atua fortemente no apoio à produção, comercialização, assistência técnica e extensão rural. As iniciativas alcançam diversas cadeias produtivas e orientam suas atividades visando ações que permitam a organização e o desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar.

A partir do início de 2020 ocorreu um fator exógeno, preponderante para a diminuição do desempenho do programa: a decretação do estado de emergência/calamidade provocado pela pandemia, acarretando o isolamento social. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário lançou, então, uma plataforma para os agricultores e a Ematerce realizou atividades de assistência técnica e extensão rural (ATER) através de ferramentas digitais e remotas, promovendo orientações técnicas e capacitações aos técnicos e agricultores familiares ao longo do período de isolamento social, permitindo melhora no desempenho do programa.

Mesmo assim, não foi possível o alcance das metas, tornando o desempenho desfavorável, com o resultado dos indicadores ficando abaixo do programado, devido à mudança na tipologia de projetos, que passaram a ser projetos de menor porte, beneficiando um menor número de pessoas. Apesar de todos os indicadores apresentaram resultados abaixo do programado para 2020, os percentuais de agricultores familiares acessando políticas de incentivo à produção agrícola (44,00%) e de agricultores familiares atendidos com assistência técnica e extensão rural (17,75%) destacam-se em desempenho, alcançando, respectivamente, 84,86% e 63,89% das metas estipuladas para o ano. O indicador:

agricultores familiares beneficiados com projetos produtivos teve o pior desempenho, atingindo apenas 8,84% da meta para 2020.

O ano de 2021, ainda sob os impactos da pandemia, apresentou melhora significativa no desempenho dos indicadores, principalmente o percentual de agricultores familiares beneficiados com projetos produtivos, que evoluiu de 0,60% em 2020 para 3,08% em 2021, com a implantação de 475 projetos, beneficiando 10.533 produtores nas cadeias de ovino-caprinocultura, apicultura, cajucultura, bovinocultura, cocoicultura e mandiocultura, por meio de distribuição de infraestrutura, equipamentos, máquinas, utensílios e semoventes. Quando comparado o desempenho de 2021 em relação ao ano anterior, apenas o indicador - agricultores familiares beneficiados por programas de aquisição de alimentos - teve resultado menor que 50%, posto que a celebração de novo aditivo provocou atraso na contratação, sendo beneficiado um total de 586 agricultores.

Mesmo diante de resultados expressivos, importa relembrar que durante o ano de 2021, o estado de calamidade decretado pela segunda onda de COVID, ensejando medidas de isolamento social por mais de 5 meses, foi preponderante para diminuição do desempenho do programa.

Após o início da flexibilização e retorno gradual às atividades presenciais, o programa teve melhora significativa nas entregas de projetos produtivos, capacitações, eventos como feiras agroecológicas comunitárias e entregas de tecnologias sociais, porém não chegou ao alcance previsto.

No que se refere à execução orçamentária, observa-se o resultado de 65,26% no ano de 2020 e de 80,93% no ano de 2021, ressaltando aumento de 28,89% no Orçamento (Lei + crédito) no ano de 2021, o que representou execução de mais de R$ 80,00 milhões, quando comparado ao ano 2020.

Dentre as realizações no biênio 2020-2021 destacam-se, nas 14 Regiões do Estado: prestação de assistência técnica e extensão rural (ATER) contínua a 59.828 agricultores familiares em 2020 e 32.027 em 2021; distribuição de 6.368,47 toneladas de sementes, entre milho, sorgo forrageiro e feijão caupi, beneficiando 149.499 agricultores familiares em 2020 e 157.409 agricultores familiares em 2021; distribuição de 24.398.139 mudas de cajueiro e outras frutíferas, palma forrageira, essências florestais e manivas, beneficiando 5.651 agricultores familiares e a efetivação de 130.899 adesões ao Garantia Safra, em 2020, e 135.614 em 2021.

PROGRAMA 312 - ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO.

Objetivo: Ampliar a comercialização e a defesa dos produtos agropecuários, bem como o abastecimento em quantidade e qualidade adequadas para a população do Estado do Ceará.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Autuações realizadas em fiscalizações de trânsito (número)	Quanto menor, melhor	360	1.017	720	79
Cobertura vacinal de bovídeos contra febre aftosa (%)	Quanto maior, melhor	90,00	86,35	90,00	87,04
Fiscalizações zoossanitárias realizadas em áreas/propriedades de risco (%)	Quanto maior, melhor	1.080,00	985,00	1.440,00	1.511,00

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	1	3	1	1	0	10

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
27.942.237,98	14.381.756,16	**51,47**

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	3	0	1	3	0	0	10

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
29.518.091,13	16.901.756,95	**57,26**

Fonte: Adagri.

O Programa Abastecimento e comercialização e defesa no setor agropecuário tem como objetivo ampliar a comercialização e a defesa dos produtos agropecuários, bem como o abastecimento em quantidade e qualidade adequadas para a população do Estado. Para alcançar este objetivo, foram idealizadas 11 iniciativas, as quais geram 12 entregas para produtores rurais, estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal, comerciantes e sociedade consumidora, público-alvo do programa em análise.

Para acompanhar mensurar o objetivo do programa foram definidos os seguintes indicadores: Autuações realizadas em fiscalizações de trânsito - devido a pandemia, foram aumentadas as *blitze*, visando maior controle na entrada de alimentos de origem animal, vegetal e seus derivados. Isso trouxe maior segurança, melhorando o controle e a sanidade dos alimentos que passaram a circular no Ceará. No acumulado do ano de 2020 foram registradas 2,04% de autuações em 1.017 *blitze* realizadas. Em 2021, foram apenas 79 autuações, no total de 1.402 *blitze* realizadas, o que representa 94,36% de conformidade nas ações realizadas, com apenas 5,64% de autuações. Isso demonstra o sucesso da educação sanitária realizada pela Adagri junto aos produtores, para a formação de uma consciência voltada para a importância de trafegar com segurança alimentar dentro do Estado.

A cobertura vacinal de bovídeos contra febre aftosa atingiu, nos anos 2020 e 2021, os percentuais de 86,35% e 87,04%, respectivamente, ficando um pouco abaixo das metas para esses anos (90%). As campanhas de vacinação de bovídeos contra Febre Aftosa tiveram prazos ampliados para dar mais oportunidade aos produtores de fazer as aquisições das vacinas e as declarações de forma mais segura e sem aglomerações.

Apesar da pandemia do Covid-19 ter impactado as fiscalizações zoossanitárias realizadas em áreas/propriedades de risco, em 2020 a Adagri realizou 985 fiscalizações, cumprindo 91,20% do esperado, ou seja, 1.080 fiscalizações. A meta não foi atingida em sua plenitude, mas as ações realizadas cumpriram com excelência o resultado esperado, mantendo a sanidade no Estado do Ceará. Em 2021, a meta foi alcançada e superada, sem muitos problemas, mesmo com a pandemia. Encontradas formas de executar as ações com toda segurança sanitária possível, realizando-se 1.511 fiscalização (a meta para o período era de 1.440), cumprindo 104,9% da meta para o ano.

No que se refere à execução orçamentária, observa-se o resultado de 51,47% no ano de 2020 e de 57,26% no ano de 2021, ressaltando um aumento de 5,6% no Orçamento (Lei + crédito) no ano de 2021, o que representou execução de mais de R$ 2,52 milhões, quando comparado ao ano 2020.

PROGRAMA 313 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

Objetivo: Ampliar a produtividade e a competitividade do agronegócio do Ceará de forma sustentável explorando as vantagens estratégicas de todo o seu território.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Valor das exportações dos principais produtos da agropecuária do Ceará (US$ milhão)	Quanto maior, melhor	447,10	300,00	482,50	-
Variação da área irrigada (%)	Quanto maior, melhor	3,00	0,00	3,00	-
Variação da produção de cera e pó de carnaúba (%)	Quanto maior, melhor	3,48	-	3,48	-

Variação da produção de leite (%)	Quanto maior, melhor	3,80	-	3,80	-
Variação da produção de mel (%)	Quanto maior, melhor	15,00	-	15,00	-
Variação da produção de lavouras (%)	Quanto maior, melhor	4,90	12,20	4,90	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	1	2	0	4	1	0	10

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.178.134,00	998.547,54	84,76

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	1	1	2	5	0	0	11

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
6.172.167,69	319.908,10	5,18

Fonte: Sedet.

O Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio objetiva ampliar a produtividade e a competitividade do agronegócio do Ceará de forma sustentável explorando as vantagens estratégicas de todo o seu território. Para alcançar este objetivo, foram idealizadas oito iniciativas que geram onze entregas para agricultores e pecuaristas com foco empresarial e profissionais da área, cooperativas e associações de produtores, indústria e demais setores da cadeia produtiva.

A análise dos indicadores é prejudicada pela falta de informações no SIMA. Em 2020, constam resultados de apenas três indicadores: Variação da produção de lavouras (250% da meta), Variação da área irrigada (0% da meta) e Valor das exportações dos principais produtos da agropecuária do Ceará (67,1% da meta). Nenhuma análise do desempenho dos

indicadores, todos apontados como “situação favorável, mas tende a melhorar”. Em 2021, não consta registro de monitoramento.

Na execução orçamentária, observa-se o resultado de 84,76% no ano de 2020, com queda para 5,18% em 2021, no qual, apesar do incremento de 423,89% no Orçamento (Lei + crédito) houve redução na execução de R$ 678.639,44 (68%), quando comparado à 2020.

Quanto ao desempenho físico das entregas, observa-se pequena recuperação após a abertura parcial das atividades, haja vista as proibições decorrentes de medidas para o controle da Covid-19. Em 2020, duas entregas tiveram desempenho superior a 75%; em 2021, sete entregas chegaram a esse nível de desempenho. Dentre as ações que contribuíram para o incremento, citam-se as atividades de assistência técnica, implantação de novos projetos produtivos, inovação tecnológica implementada e desenvolvimento da agricultura irrigada. No ano de 2021, a execução das entregas foi bastante impactada pela demora na celebração do Contrato de Gestão entre a Adece e o Centec, o que atrasou o início das atividades dos projetos que contemplam entregas como consultorias a produtores, prestação de serviços técnicos e implantação de projetos produtivos, serviço técnico promovido, prejudicando o alcance das metas planejadas para 2021.

TEMA - COMÉRCIO E SERVIÇOS

Resultado Temático: Setor terciário inovador, de alto valor agregado, regionalizado e globalmente competitivo.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Participação do setor de serviços na massa salarial (%)	Quanto maior, melhor	71,75	72,95	71,30	72,83	71,50	-
Remuneração média no setor terciário (R$)	Quanto maior, melhor	2.792,45	2.895,50	2.600,00	2.879,67	2.700,00	-
Taxa de crescimento da produtividade do setor de serviços (%)	Quanto maior, melhor	-2,72	-0,68	-2,00	6,09	0,70	10,47
Taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços (%)	Quanto maior, melhor	1,86	1,47	1,50	-4,67	2,00	6,60
Desconcentração do setor de serviços (%)	Quanto maior, melhor	28,10	38,33	37,40	-	37,70	-

Fontes: Ipece; Sedet.

Para acompanhar o alcance do resultado estratégico do eixo, esta área temática é acompanhada por cinco indicadores que buscam verificar o fortalecimento, competitividade e diversificação do setor terciário do Estado do Ceará. O quadro anterior apresenta o desempenho dos indicadores, onde verifica-se variação positiva, quando comparados os anos avaliados com 2018.

Com relação ao biênio avaliado, em 2020 quatro indicadores obtiveram crescimento em relação a 2018, mesmo com as medidas de controle do vírus do SARS-CoV-2. Um deles se recupera da queda dos dois anos anteriores, alcançando crescimento de 323,89% em relação a 2018. Ao se fazer a análise sobre 2021, identifica-se que o único indicador que em 2020 ficou negativo, conseguiu se recuperar, ficando maior que o alcançado em 2018 e 2019. Diante do apresentado, considera-se positiva a avaliação do tema, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas.

Para o alcance do resultado pretendido, é executado um programa finalístico que contempla ações e entregas que colaboram na consecução dos objetivos programáticos e para a melhoria dos indicadores. O desempenho geral dos indicadores de programa não superou as expectativas para o biênio avaliado. Em 2020, nenhum dos indicadores de programa acompanhado superou a expectativa. Em 2021, apenas um ultrapassou a meta.

PROGRAMA 321 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Objetivo: Aumentar o valor agregado do setor de serviços e contribuir para a melhor distribuição regional de renda.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Variação do volume de serviços registrados (%)	Quanto maior, melhor	0,50	-13,60	1,00	11,10
Variação do volume de vendas do comércio varejista (%)	Quanto maior, melhor	2,10	-5,80	2,50	-2,00

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	0	1	0	0	0	5

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
4.316.029,00	2.371.360,60	54,94

2021
Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	1	0	2	0	1	0	5

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
5.000,00	0	0

Fonte: Sedet.

A avaliação do programa deste tema é satisfatória, observados os seguintes aspectos: evolução dos indicadores, execução orçamentária e execução física. O programa apresentou dois indicadores acompanhados no biênio avaliado e apresentou desempenho geral positivo para o período: em 2020, ambos ficaram abaixo da meta, tendo desempenho negativo. Já em 2021, um conseguiu superar a meta e recuperar o desempenho negativo do ano anterior, e o outro recuperou-se do desempenho negativo, mas não superou a meta.

Destaca-se, entre as entregas, a atração para o Estado, em 2021, de 24 empreendimentos. Ao longo do ano, o programa trouxe primorosos resultados quanto à atração de empresas que somam investimentos, movimentam a economia e geram renda. Há uma tendência de evolução positiva em termos de continuidade das ações, possibilitando cada vez mais a tangibilidade do objetivo proposto, haja vista a escalabilidade dos resultados, através da qualificação de agentes públicos municipais, organização de eventos e rodadas de negócios, apoio no desenvolvimento de polos econômicos, além de outras ações executadas como, por exemplo, a revisão das prioridades para o setor econômico e público alvo após o início da pandemia de Covid-19 e a construção de estratégias para a recuperação econômica dos setores supramencionados.

TEMA - INDÚSTRIA

Resultado Temático: Indústria cearense competitiva, considerando as vocações regionais, com inserção nos mercados nacional e internacional.

Indicadores Temáticos (2018 -2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Massa salarial real da indústria (R$)	Quanto maior, melhor	549.821.785,00	545.986.406,31	511.644.304,0	531.488.701,5	521.877.190,00	-
Participação da indústria de transformação na indústria total cearense (%)	Quanto maior, melhor	51,26	50,83	41,60	-	43,20	-
Participação dos produtos industrializados nas exportações do Estado (%)	Quanto maior, melhor	89,73	87,02	89,20	84,94	90,40	87,89
Taxa de crescimento da produtividade do setor industrial (%)	Quanto maior, melhor	-1,36	-5,23	0,40	4,21	1,00	4,52
Taxa de crescimento do valor adicionado da indústria (%)	Quanto maior, melhor	-2,00	1,70	0,60	5,90	1,00	13,61
Variação do estoque de empregos formais na indústria cearense (%)	Quanto maior, melhor	1,93	-0,82	1,00	1,35	2,00	-

Fonte: Ipece.

Para acompanhar o alcance do resultado estratégico do eixo, esta área temática é acompanhada por seis indicadores que buscam verificar o fortalecimento, competitividade e diversificação do setor industrial do Ceará. O quadro acima apresenta o desempenho dos indicadores, com variação positiva, mantendo o patamar, quando comparados os anos avaliados com 2018.

Com relação ao biênio, observa-se que em 2020, três indicadores obtiveram crescimento em relação a 2018, mesmo com as medidas adotadas para o controle da disseminação do vírus do SARS-CoV-2. Com dois deles se recuperando da queda dos dois anos anteriores, alcançando crescimento superior a 390% em relação a 2018. Diante do apresentado, considera-se positiva a avaliação deste tema, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas em função da Pandemia.

Para o alcance do resultado pretendido, é executado um programa finalístico que contempla ações e entregas que colaboram na consecução dos objetivos programáticos e para a melhoria dos indicadores. O desempenho geral dos indicadores de programa não superou as expectativas para o biênio avaliado, em 2020, com um dos indicadores de programa acompanhado superando a expectativa. Em 2021, todos os três superaram a meta.

PROGRAMA 331 - ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Objetivo: Promover a diversificação e a interiorização da indústria cearense, com ampliação da competitividade.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Permanência das indústrias incentivadas (%)	Quanto maior, melhor	58,00	100,00	81,00	100,00
Incremento de investimento realizado nos empreendimentos implantados (R$ mil)	Quanto maior, melhor	400.000,00	115.266,00	450.000,0000	819.448,00
Realização de compromissos firmados na atração (%)	Quanto maior, melhor	25,00	18,80	27,00	52,39

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	0	0	3	0	2	0	9

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
29.735.335,34	11.950.621,30	40,19

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	0	1	2	0	2	0	7

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
41.628.541,38	25.827.922,03	62,04

Fonte: Adece.

A avaliação dos programas deste tema apresenta crescimento, quando observados os seguintes aspectos: evolução dos indicadores, execução orçamentária e execução física. O programa possui três indicadores, todos foram acompanhados no biênio avaliado e apresentaram um desempenho geral excelente para o período. Em 2020, um dos indicadores superou a expectativa e os que não superaram chegaram a 75,20% e 28,82% do previsto. Em 2021, todos superaram a meta.

A execução orçamentária foi baixa, com 40,19% em 2020 e 62,04% em 2021, ressaltando aumento de 39,99% no Orçamento (Lei + crédito) para 2021 em relação a 2020, o que representou a execução de mais de R$ 25 milhões, em 2021.

Para alcançar o objetivo do programa, foram estabelecidas seis iniciativas, gerando nove entregas para empreendedores do cenário nacional e internacional que atuam em setores industriais alinhados à cadeia produtiva do Estado, público-alvo do programa.

Em 2020, apesar de situações em que as entregas previstas não foram alcançadas, no tocante à atração de novos empreendimentos industriais, mesmo sendo um ano atípico, o objetivo do programa pode ser trabalhado com sucesso, haja vista a atração de 28 empreendimentos com interesse de implantação no Estado, formalizados por meio da assinatura de protocolos de intenções e memorandos de entendimento.

Em 2021, observa-se um bom andamento, considerando que algumas providências foram tomadas pelas equipes envolvidas na implementação do programa. Apesar de parte das entregas não alcançarem 100%, é importante mencionar que a pandemia dificultou a execução das tarefas, tendo em vista demandas constantes visando a recuperação econômica no setor industrial.

TEMA - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Resultado Temático: Infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável nos espaços rurais e urbanos de todas as regiões do Estado.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (óbitos por 100 mil habitantes)	Quanto menor, melhor	21,86	11,85	19,1	9,12	18,15	6,99
Municípios com áreas urbanas requalificadas (%)	Quanto maior, melhor	58,00	59,78	70,00	67,93	72,28	75,00
Índice de interiorização da densidade rodoviária estadual (km por 100km quadrado)	Quanto maior, melhor	7,90	8,03	8,17	8,17	8,27	8,10
Índice de qualidade da malha (%)	Quanto maior, melhor	50,98	50,53	56,49	56,49	55,72	55,72

Fonte: Scidades; Detran; SOP.

O Ceará tem sido preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Nordeste. O núcleo central deste projeto reside nos investimentos em infraestrutura, sobretudo em logística de transportes, energia, água, mobilidade urbana, garantindo ao Estado posição de destaque na esfera nacional.

Cabe às Secretarias da Infraestrutura e das Cidades a responsabilidade pela implantação da política pública de infraestrutura e mobilidade, com o objetivo de garantir a promoção do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos, o aumento da produtividade e da competitividade norteado pelas vocações e aptidões naturais de cada região, de modo a promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial.

Contribuindo diretamente para o alcance do resultado estratégico do eixo, a área temática conta com quatro indicadores que buscam verificar a garantia de infraestrutura e mobilidade para o desenvolvimento sustentável nos espaços rurais e urbanos do Ceará. O quadro acima apresenta o desempenho dos indicadores, com variação positiva, quando comparados os anos avaliados com 2018.

Quanto ao biênio avaliado, em 2020, todos os indicadores apresentaram resultado melhor que no ano base de 2018, com desempenho superior a 85% e destaque especial para a

redução da Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (óbitos/100 mil habitantes), que superou a meta em 158,28%. Em 2021, o padrão se manteve, com apenas um indicador não conseguindo atingir a meta, ficando com o Índice de interiorização da densidade rodoviária estadual (km/100 km^2) em 97,94%. Considera-se excelente a avaliação do tema.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados quatro programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram na consecução dos objetivos programáticos e para a melhoria dos indicadores. O desempenho geral dos indicadores superou as expectativas para o biênio. Em 2020, três dos indicadores de programa superaram a meta, outro chegou a 99% do previsto. Já em 2021, cinco superaram a meta, com outros dois ultrapassando 70% da meta estabelecida.

PROGRAMA 341 - PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

Objetivo: Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Área urbana requalificada (m²)	Quanto maior, melhor	809.357,00	827.840,50	1.430.071,32	776.178,58

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	0	1	0	1	1	0	8

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
242.218.793,66	189.923.903,63	78,41

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	1	1	0	0	0	0	8

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
305.585.891,75	274.443.393,17	89,81

Fonte: SCidades

O Programa Promoção da Requalificação Urbana tem por objetivo requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

O programa é composto de três iniciativas e oito entregas. As ações do programa são realizadas por meio da Secretaria das Cidades (Scidades), Secretaria da Infraestrutura (Seinfra), Superintendência de Obras Públicas (SOP) e Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

No biênio, ocorreu a entrega de 132 obras de requalificação viária e 44 de requalificação de espaços públicos. Diversas obras de construção, manutenção e reforma de praças, areninhas, escolas, brinquedotecas, centros prisionais e de segurança pública, que são declarados nos programas específicos, foram executados pela SOP. Além disso, houve a realização de 70 obras de manutenção de secretarias e equipamentos públicos em 11 municípios, também informados no programa específico. A Seinfra foi responsável por entregar 86.461,60 m^2 de internalização das redes elétricas e telefônicas do Sítio Histórico de Sobral. Como mencionado, além dos órgãos já citados, há o Detran, que não realizou entregas no período.

Para avaliar o desempenho deste programa tem-se o indicador área urbana requalificada. No período janeiro/dezembro esse indicador registrou a entrega de 827.840,50m^2, correspondendo a 102,28% da meta. Mesmo com impacto da pandemia, quando muitas obras e cronogramas de fiscalização foram paralisados e os limites financeiros reduzidos, após a liberação das atividades houve substancial melhoria no indicador do programa, conseguindo recuperar o atraso e superar a meta.

Cabe ressaltar que este indicador é considerado um indicador de produto/entrega, não conseguindo, portanto, mensurar o objetivo do programa, isso porque indicadores deste tipo somente expressam as entregas de produtos ou serviços ao público-alvo. Faz-se necessário, em planejamentos futuros, pensar indicadores que ajudem a verificar se o resultado do programa está sendo alcançado, ou seja, se a requalificação dos espaços está sendo em áreas de maior vulnerabilidade e melhorando a convivência social e os serviços públicos.

No que se refere aos recursos financeiros, houve aumento na execução financeira no âmbito da Scidades e da SOP. Os recursos utilizados pela Seinfra são extraorçamentários e por isso não constam na análise.

Os principais problemas relacionados ao programa foram devido ao atraso na aprovação das licenças ambientais; a inadimplência dos Municípios conveniados, impedindo o repasse e, consequentemente, o término das obras, com destaque no atraso verificado na Estação de Tratamento de Esgoto da Urbanização da Lagoa do Pontal. Em relação ao Detran, o órgão não realizou as entregas previstas devido às resoluções governamentais de contingenciamento de gastos em virtude da pandemia. O desempenho geral do programa é considerado desfavorável.

PROGRAMA 342 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Objetivo: Assegurar infraestrutura e logística adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Movimentação de passageiros nos aeroportos estaduais (número)	Quanto maior, melhor	132.000	63.528	150.000	166.016
Não conformidade de obras rodoviárias (%)	Quanto menor, melhor	10,00	4,53	10,00	4,78
Malha rodoviária duplicada e pavimentada (%)	Quanto maior, melhor	69,54	69,22	70,03	70,82

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	3	1	4	3	2	0	19

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.020.916.786,97	782.629.435,41	76,66

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
9	1	1	4	2	0	1	18

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.260.687.018,64	1.007.626.998,34	79,93

Fonte: SOP

O Programa Infraestrutura e Logística detém ações em diferentes áreas de atuação, dentre as quais destacam-se a infraestrutura portuária, rodoviária e aeroviária.

Em 2020, no que diz respeito à infraestrutura portuária, observou-se um bom desempenho, sobretudo na estruturação do Terminal Portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, fruto do trabalho conjunto de diferentes órgãos do Governo do Estado. Em relação à

infraestrutura rodoviária, para o mesmo ano, é possível observar execução satisfatória, principalmente das ações de conservação e recuperação de rodovias. Com o indicador que analisa a malha rodoviária duplicada e pavimentada atingindo 99,54% da meta, e o que indica o nível de não conformidade de obras rodoviárias, que é um indicador de quanto menor melhor e mostra a redução das falhas técnicas durante a execução, alcançando 45,30% da meta estabelecida.

Quanto à sinalização, observa-se um desempenho favorável em relação à restauração. Contudo, na sinalização implantada, detecta-se desempenho abaixo do esperado. Por fim, no tocante à infraestrutura aeroviária, o desempenho se mostra favorável para a manutenção e estruturação dos aeroportos existentes. Importa frisar que em 2020 iniciaram-se as obras de implantação do Novo Aeroporto de Sobral.

Em relação a 2021, a infraestrutura rodoviária obteve bom desempenho, pois a meta do ano, estabelecida para o indicador Malha rodoviária duplicada e pavimentada, de 70,03%, foi superada. Além disso, mais de 2,6 mil quilômetros de rodovias estaduais tiveram sinalização restaurada, o que contribui diretamente para o aumento da segurança no trânsito. Por fim, no tocante à infraestrutura aeroviária, destaca-se o avanço das obras de implantação da pista de pouso e da construção do Terminal de Passageiros do Novo Aeroporto de Sobral.

Considera-se, pois, razoável o desempenho do programa no biênio 2020-2021, especialmente pelo fato de que a execução de obras requer o fornecimento de insumos, bens e a prestação de serviços, cujas cadeias produtivas foram duramente afetadas pelas medidas restritivas decorrentes do combate à Covid-19.

PROGRAMA 343 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE

Objetivo: Ampliar o atendimento da necessidade de deslocamento da população cearense, com qualidade e segurança

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Média do número de passageiros transportados por dia útil pelo sistema metroferroviário de Sobral (passageiro / dia útil)	Quanto maior, melhor	6.544	3.335	5.620	2.392
Evolução do número de habilitados no Estado do Ceará (%)	Quanto maior, melhor	2,50	1,43	2,50	3,76
Média do número de passageiros transportados por dia útil pela Metrofor na RMF (passageiro / dia útil)	Quanto maior, melhor	93.481	37.429	51.092	39.076
Média do número de passageiros transportados por dia útil pelo sistema metroferroviário do Cariri (passageiro / dia útil)	Quanto maior, melhor	1.616	1.185	1.675	1.238

Participação do número de passageiros transportados pelo sistema metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF (%)	Quanto maior, melhor	4,32	5,12	4,11	5,14
Evolução na frota de veículos automotores registrados no Estado do Ceará (%)	Quanto maior, melhor	3,00	3,31	3,00	3,25

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	2	3	5	3	3	0	19

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
723.899.244,34	481.403.521,65	66,5

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
8	0	1	5	3	2	1	20

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.097.317.315,07	407.369.445,03	37,12

Fonte: Detran; Metrofor

O Programa Mobilidade, Trânsito e Transporte tem como objetivo ampliar o atendimento da necessidade de deslocamento da população cearense, com qualidade e segurança, possui diferentes áreas de atuação.

O atendimento dessas necessidades se deu, em 2020, com a implantação de linhas metroferroviárias, como destaque a conclusão das obras de via permanente da Linha VLT Parangaba-Mucuripe. Do mesmo modo, as obras civis da Linha Sul obtiveram avanços. Registre-se que o sistema metroferroviário esteve suspenso durante o período de 21/03/2020 a 01/06/2020, em função da pandemia. A retomada se deu em horários reduzidos. Tal impacto é aferido pelos indicadores que medem o desempenho do sistema da Região Metropolitana de Fortaleza, de Sobral e do Cariri, que obtiveram 40,04%, 50,96% e 73,33% respectivamente.

No tocante às atividades de trânsito, nota-se um bom desempenho nas entregas, exceto pela habilitação concedida, que também foi prejudicada pelo isolamento social decorrente da pandemia. Do mesmo modo, o impacto está evidenciado no indicador de evolução do número de habilitados, que alcançou apenas 57,20% da meta para o ano.

Em relação a 2021, as entregas relacionadas ao transporte metroferroviário, destacam-se os projetos de implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza, que alcançou 23,43% de execução, e o da Linha Sul, que atingiu 98,76% de execução. Tais medidas, aliadas aos projetos de Construção do Ramal Aeroporto; Construção do Centro de Manutenção e Implantação dos Sistemas Fixos da Linha VLT Parangaba-Mucuripe, visam proporcionar à população soluções da mobilidade urbana, com sistemas de média e alta capacidade de transporte de passageiros, que permitam viagens rápidas, confortáveis e a preço justo e acessível a todos os usuários de transporte público, contribuindo na redução de engarrafamentos em vias públicas.

Pode-se observar também que a média de passageiros transportados por dia útil na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) tem aumentado gradativamente, saltando de 39 mil em janeiro para 48 mil no mês de dezembro. Além disso, é possível observar um crescimento do percentual de participação de passageiros transportados pelo sistema, na RMF.

Nota-se, ainda, que o Programa apresenta um bom desempenho das entregas que promovem a segurança no trânsito, tais como a realização de eventos educativos, realização de *blitze*, concessão de habilitação e registro de veículos automotores. Além do mais, é importante ressaltar que mais de 30 mil passageiros foram beneficiados com integração no Bilhete Único Metropolitano (BUM), além do fato de que foram realizadas cerca de 1,6 milhão de integrações com subsídio do Sistema Integrado de Transporte.

O desempenho do programa foi duramente prejudicado pelo isolamento social, principalmente as atividades relacionadas ao transporte metroferroviário, e pelas medidas de contenção de gastos em 2020. Contudo, com a retomada gradual das atividades, no segundo semestre de 2020, observou-se melhoria nos resultados e que se mantiveram em 2021.

PROGRAMA 344 - DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM

Objetivo: Potencializar a utilização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém como estratégia de desenvolvimento econômico do Ceará.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Movimentação geral de cargas no Porto do Pecém (t)	Quanto maior, melhor	18.973.000,00	1.367.393,00	18.973.000,00	22.417.093,00
Produtividade do Porto do Pecém (tonelada / hora)	Quanto maior, melhor	2.168,00	1.899,00	2.276,00	4.360,00

Movimentação de carga de entrada e saída de minério e placas (t)	Quanto maior, melhor	7.754.986,00	7.715.979,00	7.793.760,00	6.999.868,00

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
1	1	0	0	1	0	0	3

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
5.174.403,76	74.903,76	1,45

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
2	1	0	0	0	0	0	3

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
4.934.404,00	11.344,48	0,23

Fonte: ZPECeará; CIPP S,A.

O Programa Desenvolvimento do Complexo do Industrial e Portuário do Pecém, tem como objetivo potencializar o empreendimento como estratégia de desenvolvimento econômico do Ceará. Para alcançar este objetivo, foram idealizadas duas iniciativas, as quais geram três entregas para o público-alvo do programa.

No ano de 2020, apesar da situação aparentar desfavorável, as entregas referentes à modernização tecnológica do Porto do Pecém e a atração de investimentos apresentaram bons resultados não só em relação ao Porto, como também em na Zona de Processamento da Exportação - ZPE. As restrições impostas pelas medidas de controle aos impactos do coronavírus desaqueceram a economia e reduziram os resultados previstos para o ano. Contudo, considera-se o resultado abaixo do esperado, porém satisfatório com relação ao desempenho financeiro, da atração de investimentos e da imagem do Ceará no cenário nacional e internacional.

Exemplo disso é que dos três indicadores, dois obtiveram desempenho superior a 85%, com a produtividade do Porto do Pecém atingindo 87,59% da meta, e a movimentação de carga de entrada e saída de minério e placas, alcançando 99,50% da meta. O dado negativo ficou

por conta do indicador de movimentação geral de cargas no Porto, que obteve 7,21% do esperado para 2020.

Em 2021, destacam-se as atividades desenvolvidas na estruturação do Porto para o aquecimento da movimentação portuária, que tem aumentado mês a mês. Fato esse confirmado pelos indicadores, uma vez que dois deles superaram as metas estabelecidas, em especial o de movimentação geral de cargas no Porto do Pecém, que atingiu 118,15%.

TEMA - PESCA E AQUICULTURA

Resultado Temático: Atividade pesqueira e aquícola com desenvolvimento integrado e sustentável.

Indicadores Temáticos (2018 -2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura (pessoa)	Quanto maior, melhor	16.721	19.831	17.687	21.085	18.341	20.694
Valor da exportação de pescado (US$ milhão)	Quanto maior, melhor	19,90	87,64	26,50	66,98	28,60	102,32

Fonte: Ipece; Sedet.

O setor da Pesca e Aquicultura tem se consolidado como importante alternativa econômica para pequenos, médios e grandes produtores no Ceará. Na atividade de aquicultura (técnicas de cultivo de peixes, crustáceos como camarão e lagosta, moluscos como polvo e lula, de algas e de outros organismos que vivem em ambientes aquáticos), destacam-se, no Estado, a produção de camarão e tilápia.

Como estratégia de gestão dos setores de agronegócio cearense, o Governo Estadual tem estimulado a organização em câmaras setoriais, como as ligadas ao tema do camarão e da tilápia, constituindo-se em importantes fóruns de discussão entre os diversos elos das cadeias produtivas.

Contribuindo diretamente para o alcance do resultado estratégico do eixo, esta área temática é acompanhada por dois indicadores que verificam o desenvolvimento integrado e sustentável da atividade pesqueira e agrícola. O quadro acima apresenta o desempenho dos indicadores, com variação positiva no biênio, quando comparados com o ano de 2018. O número de ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura, tomando como referência o resultado de 2018, foi superior em 26,09% em 2020, e superior em 23,76% em 2021. O valor da exportação de pescado, que teve um crescimento de 340% em 2019, em relação a 2018, e redução de 23,57% em 2020, fechou o ano de 2021 com um total de US$ 102,32 milhões de dólares, superando a meta do ano e 257%, e atingindo mais de cinco

vezes o resultado de 2018. Considera-se positiva a avaliação deste tema, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas em função da Pandemia.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados dois programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram na consecução dos objetivos programáticos e para a melhoria dos indicadores. Abaixo segue o desempenho dos programas apresentado de forma individualizada, detalhando o acompanhamento dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 351 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA

Objetivo: Promover, de forma sustentável e inovadora, o incremento da produção pesqueira e aquícola cearense contribuindo para o aumento do consumo per capita de pescados.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Valor bruto da produção de tilápia (R$ milhão)	Quanto maior, melhor	7,50	-	8,30	-
Valor bruto da produção de camarão (R$ milhão)	Quanto maior, melhor	419,50	-	433,40	-
Valor da exportação de lagostas (US$ milhão)	Quanto maior, melhor	48,90	39,66	52,80	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	0	0	0	0	4	0	9

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
2.011.755,00	1.862.758,50	92,59

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	1	3	1	0	0	9

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
893.342,00	0	0

Fonte: Sedet

O Programa Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Pesca e Aquicultura tem como objetivo promover, de forma sustentável e inovadora, o incremento da produção pesqueira e aquícola cearense, contribuindo para o aumento do consumo per capita de pescados. Para alcançar este objetivo, foram idealizadas sete iniciativas que geram dez entregas para pescadores industriais, aquicultores marinhos e de águas continentais (água doce), indústria de processamento e beneficiamento de pescados, indústria naval, técnicos em pesca e aquicultura, público-alvo do programa em análise.

Quanto aos indicadores do programa, a análise é prejudicada pela falta de informações no SIMA. No ano de 2020, consta o resultado de apenas um indicador, valor da exportação de lagostas, com resultado de US$ 39,66 milhões, alcançando 81,1% da meta programada para o ano. Em 2021, não consta registro de monitoramento dos indicadores deste programa.

No que se refere à execução orçamentária, observa-se em 2020 o realizado de 92,59% dos recursos previstos para o ano, representando o total empenhado de R$ 1.862.758,50. Porém, não houve execução durante o ano de 2021.

O ano de 2020 apresentou desafios, mas alcançou bons resultados dentro da estratégia traçada. Apesar de ações pontuais não alcançarem 100%, é importante mencionar que outras entregas foram além do previsto, por necessidade da política ou para equilibrar outras ações não executadas em função do controle dos efeitos da pandemia. Parte do baixo desempenho na execução física e financeira das entregas deve-se ao isolamento social que interrompeu as atividades. Como pontos positivos podemos destacar 163 fiscalizações nas indústrias de pesca.

Em 2021, entregas foram realizadas e há uma tendência de evolução positiva em termos de alcance do objetivo. Realizados 439 cadastros e monitoramentos das normas legais e documentação necessária para cultivo, pesca e trânsito de animais aquáticos; 13.011 emissões de registros de pescadores, aquicultores e licenciamento de embarcações; 140 monitoramentos a estabelecimentos registrados e em registro, no SIE/Adagri. três acompanhamentos técnicos, in loco, dos procedimentos de captura e armazenamento da lagosta; duas ações de verificação da qualidade do atum cearense destinado ao mercado consumidor.

Essas ações têm fundamental importância para a retomada das exportações para o mercado europeu, haja vista que todo trabalho realizado em 2021, buscou capacitar o Ceará para atender exigências necessárias para a autorização das exportações.

Como parte das entregas não atingiram 100% de execução, algumas foram replanilhadas para os primeiros meses de 2022, dando continuidade à execução das políticas.

PROGRAMA 352 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR

Objetivo: Promover de forma sustentável e inovadora o incremento da produção pesqueira artesanal e aquícola familiar cearense, contribuindo com o aumento da geração de emprego e renda.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Aquicultores familiares acessando políticas de incentivo a produção (número)	Quanto maior, melhor	550	371	300	278
Pescadores artesanais acessando políticas de incentivo a produção (número)	Quanto maior, melhor	5.500	10.855	4.000	1.808
Pessoas beneficiadas por meio de repovoamento piscícola dos açudes públicos estaduais (número)	Quanto maior, melhor	60.600	34.947	0	41.330

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	0	1	1	1	0	0	5

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
2.596.140,13	2.273.740,09	87,58

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	1	1	0	2	0	0	5

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
8.357.283,97	7.220.004,59	86,39

Fonte: SDA

O programa tem como objetivo promover de forma sustentável e inovadora o incremento da produção pesqueira artesanal e aquícola familiar cearense, contribuindo com o aumento da geração de emprego e renda. Para medir o desempenho do programa, foram elaborados três indicadores.

O número de pescadores artesanais acessando políticas de incentivo à produção ultrapassou em 97,36% a meta estimada para o ano de 2020, beneficiando 10.855 pessoas. Em 2021, esse número baixou para 1.808 pescadores, o que equivale a 45,20% de alcance.

O total de aquicultores familiares acessando políticas de incentivo à produção, em 2020, quando foram prestadas 371 assistências técnicas a aquicultores e pescadores artesanais, ficou 32,55% abaixo da meta, devido ao período de isolamento social. Em 2021, esse indicador alcançou 92,67% da meta, porém, em números absolutos, 278 agricultores familiares, decresceu 25% em relação ao ano anterior.

O número de pessoas beneficiadas por meio de repovoamento piscícola dos açudes públicos estaduais, em 2020, foi de 31.647 Famílias, obtendo a meta para o ano. No ano de 2021, esse número evoluiu 18,26%, com 41.330 famílias beneficiadas.

No que se refere a execução orçamentária observa-se o resultado de 87,58% no ano de 2020 e de 86,39% no ano de 2021, ressaltando um aumento de 221,92% no Orçamento (Lei + crédito) no ano de 2021, e uma execução de mais de R$ 4,94 milhões, quando comparado ao ano 2020.

O desempenho geral do programa é considerado favorável e tende a permanecer no mesmo nível, devido ao retorno gradual de muitas atividades após o isolamento social causado pela pandemia de covid-19 e o atingimento de algumas metas além de bons resultados nos indicadores.

TEMA - TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Resultado Temático: População empreendedora e inovadora consciente das vocações e potencialidades territoriais, com ampliação de suas capacidades e oportunidades de inserção produtiva e de trabalho de qualidade.

Indicadores Temáticos (2018 -2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Grau de formalidade do mercado de trabalho cearense (%)	Quanto maior, melhor	39,92	45,50	40,30	47,29	40,50	46,78
População em idade de trabalhar com renda do trabalho (%)	Quanto maior, melhor	48,67	51,94	55,60	44,65	55,70	46,71
Salário médio por hora trabalhada (R$)	Quanto maior, melhor	9,69	10,88	9,73	12,05	9,77	-
Prazo médio para abertura de empresas (hora)	Quanto menor melhor	72	22	15	22	12	17

Fonte: Ipece; Jucec.

Os investimentos públicos e incentivos estatais para a ampliação do setor produtivo, tornando o Estado competitivo e com maior potencial econômico, são políticas essenciais, mas não devem se constituir nas principais alternativas para combater as desigualdades sociais e assegurar trabalho e renda.

As transformações no quadro existente no Estado dependem das políticas intersetoriais de investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho, inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Arranjos Produtivos Locais – APL. Associam-se, ainda, as diretrizes de desenvolvimento integrado, reunindo as políticas de Desenvolvimento Social; Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda, para a inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social, como estratégia de superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida. O Governo elegeu ainda como prioridade o desenvolvimento de projetos de qualificação profissional, oportunizando a interiorização das ações e o atendimento às demandas por profissionais qualificados apresentadas pelos setores produtivos nas Regiões Estaduais.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas.

Para medir o alcance do resultado estratégico do eixo, esta área temática é acompanhada por quatro indicadores. O quadro acima apresenta o desempenho dos indicadores, onde verifica-se um desempenho satisfatório de três indicadores em 2020 e de dois indicadores em 2021, quando comparados os anos avaliados com o ano de 2018.

Com relação ao biênio, em 2020, três indicadores superaram a expectativa para o ano, e dois indicadores ultrapassaram o resultado de 2018. Em 2021, dois indicadores superaram a expectativa e um deles foi além do resultado alcançado em 2018.

Observa-se que o grau de formalidade no mercado de trabalho cearense aumentou bastante nos últimos anos, passando de 41,69%, em 2016, para 45,50%, em 2019 e para 47,29% em 2020. O aumento expressivo observado no último ano é parcialmente explicado pela destruição de vagas de trabalho informal em função das medidas de isolamento social. Em 2021, apesar da leve queda no grau de formalidade do mercado de trabalho cearense, ainda é o segundo maior da série histórica.

Entre os anos de 2018 e 2019 ocorreu melhora no indicador de participação da população em idade de trabalhar com renda do trabalho, que saiu de 48,67% das pessoas com catorze anos ou mais, em 2018, para 51,94%, em 2019. Contudo, em 2020, esse indicador apresentou sensível queda, com apenas 44,65% da população de catorze anos ou mais possuía renda oriunda do trabalho no 3º trimestre de 2020.

O salário médio por hora trabalhada da população cearense de 14 anos ou mais de idade com rendimentos do trabalho cresceu de 25%, quando comparados os resultados de 2020 e 2018. Parte desse aumento está relacionada à perda de ocupações concentradas nas menores remunerações, além dos empregados informais e por conta própria (muitos deles pararam suas atividades durante a pandemia e tiveram como renda principal a ajuda de programas sociais). De tal forma, permaneceram ocupados os trabalhadores com renda relativamente mais alta, favorecendo o crescimento do indicador.

O desempenho do indicador do prazo médio para abertura de empresas, apresentou melhora no biênio 2020-2021, mostrando que o cenário tende a ser cada vez mais positivo no tocante ao tempo médio para a abertura de empresas. Apesar de não ter alcançado as metas para o biênio, os resultados mostram diminuição significativa se comparados a 2018, quando o prazo médio para abrir uma empresa era de 72 horas. Considera-se positiva a avaliação deste tema, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas em função da pandemia.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados quatro programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram na consecução dos objetivos programáticos e para a melhoria dos indicadores.

Abaixo segue o desempenho dos programas apresentado de forma individualizada, detalhando o acompanhamento dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO

Objetivo: Promover o artesanato como uma atividade econômica, sustentável e de inclusão social, integrada ao Turismo e à Cultura, contribuindo para a valorização da identidade cultural cearense.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Artesãos com produtos certificados (%)	Quanto maior, melhor	25,00	25,03	30,00	26,44
Peças artesanais comercializadas (%)	Quanto maior, melhor	40,00	24,98	42,00	48,49
Artesãos capacitados (%)	Quanto maior, melhor	6,00	6,02	5,00	6,52

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	1	0	4	0	0	5

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
5.101.158,10	4.383.129,60	85,92

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	0	0	5	0	0	5

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
5.068.555,07	4.791.117,55	94,53

Fonte: SPS

O programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato tem como objetivo promover o artesanato como atividade econômica, sustentável e de inclusão social, integrada ao turismo e à cultura, contribuindo para a valorização da identidade cultural cearense, tendo como público-alvo artesãos, grupos produtivos e entidades artesanais.

Em 2020, dos três indicadores programáticos, dois foram favoráveis (67%) e um desfavorável, com tendência a melhorar. Contribuíram para esse resultado positivo, os 774 artesãos capacitados em cursos na modalidade EAD, estratégia adotada diante das limitações impostas pela pandemia. Foram 6.130 artesãos com produtos certificados. O resultado abaixo do esperado ocorreu em razão da redução da comercialização das peças artesanais por conta do fechamento das lojas CeArt Galeria, Dragão do Mar e Guaramiranga, em razão das medidas de isolamento social. Desta forma, as vendas ocorreram através do e-commerce loja Ceart (www.lojaceart.online) e das redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp).

Na retomada das atividades econômicas, dois novos espaços foram inaugurados nos Shoppings Riomar e Aldeota. Porém, com todo esforço, não foi possível atingir a meta de 40% programada para 2020 tendo, até o momento, a execução de 24,98%, o que corresponde a 62,45% da meta.

Em 2021, os três indicadores apresentaram desempenho favorável. Os resultados demonstram que 6,52% dos artesãos foram certificados, superando a meta em 30,4%. Artesãos com produtos certificados, chegou a 26,44%, alcançando 88,13% do planejado para o período; e 48,49% das peças foram comercializadas, superando a meta em 15,45%. Todas as entregas apresentaram execução física acima de 100%.

No que se refere à execução orçamentária, observa-se o resultado de 85,92% no ano de 2020 e de 94,53% no ano de 2021, ressaltando um aumento de 0,64% no Orçamento (Lei + crédito) em 2021, e um valor executado mais de R$ 400,00 mil, quando comparado ao ano 2020.

Diante do exposto, no biênio 2020-2021, o programa apresentou resultado positivo nos indicadores e entregas, cumprindo de forma satisfatória os objetivos do programa, apresentando desempenho favorável.

PROGRAMA 362 - EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Objetivo: Ampliar a promoção do empreendedorismo e dos arranjos produtivos locais, estimulando as vocações e potencialidades econômicas dos territórios e contribuindo para o crescimento da geração de emprego e renda.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Microempreendedores individuais (MEI) formalizados (número)	Quanto maior, melhor	61.712	76.185	62.946	91.767
Prazo médio para abertura de empresas (h)	Quanto menor, melhor	15	17	12	23
2020					
Comportamento da execução física das entregas					

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	0	1	1	2	0	0	8
Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
24.960.258,22			15.045.670,06			60,28	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
3	0	0	1	3	1	0	8
Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
139.584.276,76			98.717.513,67			70,72	

Fonte: Jucec.

O Programa Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais tem como objetivo ampliar a promoção do empreendedorismo e dos arranjos produtivos, estimulando as vocações e potencialidades econômicas dos territórios e contribuindo para o crescimento da geração de emprego e renda. Para alcançar este objetivo, foram idealizadas sete iniciativas, com oito entregas para empreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, empreendimentos produtivos e trabalhadores autônomos.

O indicador Microempreendedores Individuais (MEI) formalizados superou as metas dos anos 2020 e 2021, apresentando crescimento de 20,45% em 2021. O prazo médio para abertura de empresas, porém, não alcançou os resultados programados para o biênio. Deve-se ressaltar que através do Registro Automático, empresas dos tipos Empresário Individual e Limitada, que façam a opção e preencham os requisitos, têm registro automático, em menos de cinco minutos.

Na execução orçamentária observa-se o resultado de 60,28% em 2020 e de 80,93% em 2021, acarretando aumento de 459,23% no Orçamento (Lei + crédito) no ano de 2021 e uma execução de mais de R$ 83,67 milhões, quando comparado à 2020.

Em 2020, o programa apresentou uma execução física satisfatória. Apesar de situações desfavoráveis, os resultados foram bons para o setor do empreendedorismo cearense. Com relação às entregas, cita-se o apoio a 1.187 empreendimentos em todo o Estado, dentre estes, 288 através da plataforma “Fique no lar”, 549 em curso EAD que apresentou, aos

micro e pequenos empreendedores, o tema “Como Vender para a Administração Pública” e 249 durante o evento online “Ceará ao Cubo”.

Em 2021, destaca-se a grande atuação de novas políticas públicas como o desenvolvimento de ação para arranjos produtivos locais no Estado - política estagnada há alguns anos - e a implementação do microcrédito produtivo, que apoiou empreendedores na retomada de atividades, após medidas de proteção à vida que causaram consequências a economia cearense. Na perspectiva de melhorar a ambiência de negócios no Estado, fortalecendo os arranjos produtivos e criando condições favoráveis ao empreendedorismo, foram mantidas 10 unidades descentralizadas da Junta Comercial do Estado do Ceará - Jucec, que dão suporte ao cidadão.

Desde maio de 2017, a Jucec disponibiliza serviços no formato 100% digital, através do Portal de Serviços Jucec. A Junta Digital, pelo programa E-Simples (Empresa Simples) vem se consolidando por meio de um sem número de evolutivas do Sistema de Registro Mercantil, como o Registro Automático de novas empresas e a isenção do preço público, favorecendo a formalização de novos negócios no Estado. Com isso, no período de 2021 foram formalizadas 103.253 novas empresas no Ceará, representando um acréscimo de 23% em relação ao ano de 2020. Esses números certificam o compromisso da gestão com o crescimento e fortalecimento da economia cearense.

Diante do exposto, no biênio 2020-2021, o programa apresentou resultado positivo nos indicadores e entregas, cumprindo de forma satisfatória os objetivos do programa, apresentando desempenho favorável.

PROGRAMA 363 - CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ

Objetivo: Ampliar a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, pela adoção de melhorias no atendimento ao empregador, ao trabalhador e pela elevação da renda média dos cearenses

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Serviços domiciliares prestados por trabalhadores autônomos (número)	Quanto maior, melhor	30.594	9.665	31.206	11.008
Taxa de colocação do Sistema Público de Emprego (%)	Quanto maior, melhor	10,00	8,70	11,00	10,00

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	1	1	2	2	0	0	7
Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)							

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
26.383.857,41	25.279.167,50	95,81

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
0	0	1	0	5	0	0	6

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
21.216.223,00	18.758.698,97	88,42

Fonte: Sedet

O Programa Conexão Trabalho e Renda tem como objetivo a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho pela adoção de melhorias no atendimento ao empregador, ao trabalhador e pela elevação da renda média dos cearenses. Para alcançar esses objetivos, foram idealizadas iniciativas, que visam garantir o atendimento contínuo de público-alvo.

Os dois indicadores, embora apresentando crescimento no ano de 2021, em relação ao desempenho de 2020, ficaram abaixo das metas anuais programadas.

No que se refere à execução orçamentária, observa-se o resultado de 65,26% no ano de 2020 e de 80,93% em 2021, ressaltando aumento de 28,89% no Orçamento (Lei + crédito) no ano de 2021, o que representou execução superior a R$ 80,00 milhões, quando comparado ao ano 2020.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia, com restrições impostas às atividades econômicas, registrando severos impactos negativos na prestação de serviços por profissionais autônomos. Além do isolamento social, seus contratantes (pessoas físicas e jurídicas), na imensa maioria, ficaram impossibilitados de formalizar parcerias, contribuindo de maneira significativa para o baixo percentual de alcance da meta. A variação na taxa de colocação do Sistema Público de Emprego foi intensa, tendo sido registrada queda acentuada no período de maior isolamento social, sobretudo de maio a julho. Um dos fatores que contribuiu para essa queda foi a ocorrência de falhas verificadas no funcionamento da plataforma Emprega Brasil e da aplicação Sine Fácil.

No ano de 2020 o programa se mostrou primordial no desenvolvimento da política de trabalho e renda, colocando o Ceará na dianteira de resultados no nordeste, nos últimos meses do ano. Apesar das dificuldades, os atendimentos às pessoas que buscaram esse serviço do Estado obtiveram bons resultados. A política pública implementou soluções rápidas para cumprir o objetivo por meio digital, apresentando melhorias no atendimento.

O programa também apresentou situações de problemas/riscos relativos à pandemia que, apesar das providências tomadas, afetaram o desempenho. A despeito das dificuldades, as entregas de atendimentos realizados, pessoas colocadas e seguro desemprego obtido, superaram as expectativas para o ano.

Em 2021, os atendimentos aos trabalhadores e empresas que buscaram a intermediação de mão de obra através de ações do Estado foram exitosos. Com melhores resultados após a fase mais restrita da pandemia, a política pública implementou soluções rápidas para cumprir o objetivo mantendo o atendimento por meio digital, apresentando avanços. Com o aquecimento da economia cearense, o Estado se destacou com constantes saldos positivos na geração de empregos.

PROGRAMA 364 - INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES

Objetivo: Aumentar a competitividade das regiões pelo incremento da produtividade das atividades que forem analisadas como as de maior potencial, criando uma nova economia baseada nas startups de inovação do estado e gerando aumento da riqueza nas regiões.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Variação da receita das empresas e startups apoiadas (%)	Quanto maior, melhor	0,00	-	50	-
Variação do volume de serviços (%)	Quanto maior, melhor	0,50	-13,60	1	-

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	1	0	1	0	0	0	6

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
3.500,00	0,00	0,00

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	1	1	0	2	0	7

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
3.275.920,00	0,00	0,00

Fonte: Sedet.

O Programa Inovação e melhoria de oportunidades objetiva o aumento da competitividade das regiões pelo incremento da produtividade das atividades que forem analisadas como as de maior potencial, criando uma nova economia baseada nas startups de inovação do Estado e gerando aumento da riqueza. Para alcançar este objetivo, foram idealizadas cinco iniciativas que geram sete entregas para empresários, empreendedores, acadêmicos, empresas de médio e grande porte, Poder Público Estadual e Municipais, Startups, Instituições de Ensino Superior, público-alvo do programa em análise.

No ano de 2020, o programa enfrentou dificuldades com relação a execução de seus objetivos, prejudicando resultados esperados. A aproximação com outras Secretarias de Governo colocou a transversalidade das ações como principal ponte até a entrega de ações à sociedade.

Devido à crise econômica, muitos estabelecimentos do setor de serviços deixaram de funcionar, fato provocado pela redução da demanda, devido à diminuição na renda da população e ao isolamento social necessário ao combate da pandemia. A meta foi estabelecida em,momento anterior ao acontecimento do coronavírus. Dessa forma, o desempenho do setor foi bastante negativo em 2020. Os setores de serviços mais afetados foram "Serviços prestados às famílias" e "Transportes e serviços auxiliares aos transportes".

O resultado do indicador Variação da receita das empresas e startups apoiadas não foi apurado, pois dependia da implementação de ações não iniciadas em 2020. Não foram disponibilizados dados sobre o resultado dos indicadores em 2021.

Destacam-se, nesse ano, a realização de 22 Oficinas de Levantamentos de Problemas integrados ao Programa *Clusters* Econômicos de Inovação, a realização de um *ideathon* e de um *webinar* de inovação.

Em 2021 destacam-se, dentre as realizações do programa, a concessão de 91 bolsas para 46 startups de nove Regiões de Planejamento do Estado, atendendo a 11 setores econômicos mapeados regionalmente; a realização de 11 eventos para capacitação dos empreendedores beneficiados (*startups*) pelo programa *Clusters* Econômicos de Inovação; 200 pessoas capacitadas. Diante do exposto, considera-se insatisfatório/desfavorável o desempenho do programa no biênio analisado.

TEMA - TURISMO

Resultado Temático: Destino turístico de referência em sustentabilidade e inovação.

Indicadores Temáticos (2018 -2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Demanda turística global (nacional e internacional) (número)	Quanto maior, melhor	3.604.592	3.708.821	3.800.000	1.623.498	1.850.000	1.928.178
Empregos gerados pelas atividades características do turismo (número)	Quanto maior, melhor	73.425	74.594	74.500	65.570	55.000	72.797
Gasto per capita diário do turista de negócio/evento (R$)	Quanto maior, melhor	524,70	550,00	580,00	360,00	480,00	510,00
Gasto per capita diário do turista no Estado (R$)	Quanto maior, melhor	306,68	326,32	364,34	373,27	360	403,13
Índice de fidelização do turista (%)	Quanto maior, melhor	55,80	56,50	50,00	57,00	55,00	57,60
Índice de interiorização do turismo via Fortaleza (%)	Quanto maior, melhor	75,60	75,90	77,00	60,00	60,00	70,00
Taxa de ocupação hoteleira (%)	Quanto maior, melhor	76,20	76,80	77,50	43,30	60,00	56,40

Fonte: Setur.

O produto turístico cearense se compõe essencialmente dos segmentos de sol e praia, eventos, negócios e religiosidade, enquanto os componentes científico-culturais e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. Em que pese possuir potencialidades naturais e atrativos culturais, o Governo vem atuando com a consciência de que transformar a imagem do Estado, de uma região seca e com vocação agrícola, moderna e, sobretudo, turística, só se dá em longo prazo.

A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em um destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística e, especialmente, qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado.

Contribuindo diretamente para o alcance do resultado estratégico do eixo, esta área temática é acompanhada por sete indicadores. Observa-se, no ano de 2020, que dois indicadores mostram valores superiores ao obtido em 2018, mesmo com todo cenário pandêmico. Todos os outros cinco apresentaram valores inferiores a 2018, em especial a demanda turística global nacional e internacional, que representou apenas 45,04% do valor obtido em 2018 e atingiu apenas 42,72% da meta para o ano. Em 2021, dois superaram o valor obtido em 2018, três ficaram acima de 90%. Com relação às metas estipuladas para 2021, apenas o indicador de taxa de ocupação hoteleira obteve valor superior à meta, três outros tiveram desempenho superior a 94% das metas. Considera-se positiva a avaliação do tema, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas.

Para o alcance do resultado pretendido, é executado um programa finalístico que contempla ações e entregas que colaboram na consecução dos objetivos programáticos e para a melhoria dos indicadores. O desempenho geral dos indicadores de programa é satisfatório, dadas expectativas para o biênio avaliado, principalmente no que se refere a 2020, pois dois indicadores obtiveram valores inferiores a 50% das metas, e outros três ficando na faixa do 60%. Somente em 2021, dos sete indicadores, quatro superaram a meta, um ficou acima de 95% e os outros dois ultrapassaram 65% da meta.

Abaixo segue o desempenho dos programas apresentado de forma individualizada, detalhando o acompanhamento dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 371 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ

Objetivo: Consolidar o Ceará como um destino turístico nacional e internacional de excelência, contribuindo para a promoção do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da responsabilidade ambiental.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Chegadas de voos internacionais no aeroporto de Fortaleza (número)	Quanto maior, melhor	1.752	1.092	1.093	731
Oferta de infraestrutura turística acessível (número)	Quanto maior, melhor	3	2	3	7
Movimentação de passageiros via aeroporto de Fortaleza (número)	Quanto maior, melhor	7.450.000	3.129.551	2.503.637	3.967.901
Demanda de turistas internacionais no Ceará (número)	Quanto maior, melhor	422.690	129.880	73.867	121.846
Índice de satisfação do turista com infraestrutura e serviços turísticos (%)	Quanto maior, melhor	73,00	60,00	69,00	73,00

Países atendidos por ações de promoção e marketing (%)	Quanto maior, melhor	42,10	26,32	44,70	31,58
Índice de satisfação do turista em relação aos atrativos naturais (%)	Quanto maior, melhor	91,00	85,00	91,50	87,00

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
11	1	3	5	0	1	0	21

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
100.918.726,75	71.501.022,59	70,85

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
10	2	2	2	3	0	0	19

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
155.774.398,04	130.493.375,38	83,77

Fonte: Setur

O programa, em 2020, sofreu forte impacto da pandemia de Covid-19. Diante da imobilidade imposta por medidas de isolamento social, uma vez que a atividade turística depende da mobilidade humana, muitas entregas apresentaram desempenho desfavorável. Entretanto, apesar das dificuldades, foi possível concluir e disponibilizar algumas entregas previstas para o Exercício, como a criação do roteiro turístico Rota Cariri, a finalização da reciclagem em 5 km na obra de restauração da rodovia CE-341, trecho Paracuru - Croatá, a realização da ação Onda Praia Limpa 1ª e 2ª etapa, a obra dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário da localidade de Flecheiras, município de Trairi, entre outros.

Ao analisar o desempenho do programa no período janeiro-dezembro/2021, se faz necessário pontuar a continuidade, em escala menor que no ano anterior, da pandemia de Covid-19.

A avaliação do programa deste tema apresenta-se satisfatória, quando observados os seguintes aspectos: evolução dos indicadores, execução orçamentária e execução física.

Na execução orçamentária, observa-se que o programa realizou 78,69%. Com o Orçamento (Lei + crédito) de 2021, 32,21% superior ao de 2020. Já o valor empenhado foi 45,21% maior no término do biênio, o que corresponde a mais de R$ 58,9 milhões.

CEARÁ DO CONHECIMENTO

Resultado Estratégico: População com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Temas: Ciência, Tecnologia e Inovação; Cultura e Arte; Educação Básica; Educação Profissional; Educação Profissional; Educação Superior.

TEMA - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Resultado Temático: Sociedade impulsionada pela inovação, produção e difusão científicas, tecnológicas e sociais, promovidas de forma ampla, inclusiva e territorialmente estruturada.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Proteção intelectual licenciada/transferida (%)	Quanto maior, melhor	12,00	0,00	17,50	5,71	17,50	10,52
Taxa de acessibilidade do serviço de telecomunicações (%)	Quanto maior, melhor	84,95	93,72	74,00	-	76,00	-

Fonte: Secitece; Ipece.

A inovação científica e tecnológica se destaca como impulsionador central para o desenvolvimento econômico no século 21. No setor industrial, a adoção de processos e produtos inovadores se consolida como fator principal de vantagem competitiva, nacional e internacionalmente. No setor de serviços, em particular, consolidam-se as empresas inovadoras, em especial nas áreas de tecnologia da informação e serviços financeiros.

Para que se possa potencializar os benefícios auferidos desse cenário, a política pública de incentivo à produção científica e tecnológica, coordenado com o fomento ao empreendedorismo inovador, assume papel central. O fundamento dessas políticas passa tanto pelo desenvolvimento do capital humano, quanto pela construção da infraestrutura necessária para o usufruto de novas tecnologias da informação.

No Estado do Ceará, observou-se que, no biênio 2020-2021, a política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) foi marcada por três linhas principais de atuação: o fomento à pesquisa e produção científica; o incentivo à inovação no setor produtivo; e a expansão da infraestrutura digital do Ceará. Para além da estruturação de um sistema de inovação, também se deu foco à sua territorialização, com ações voltadas ao interior do Estado.

Os indicadores definidos para avaliar o desempenho do tema não conseguem abarcar todas as dimensões do resultado a ser alcançado, dado que o primeiro é voltado apenas à inovação científica (proteção intelectual licenciada/transferida) e o segundo, apesar de medir o acesso da população de 10 anos ou mais à internet fixa e/ou móvel, possui defasagem no dado de dois anos.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados três programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do

desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 411 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Objetivo: Ampliar a disseminação da pesquisa, difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto alcançando o interior do Estado.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Municípios atendidos com ações de popularização da ciência (%)	Quanto maior, melhor	20,00	17,39	10,00	61,41
Índice de satisfação das indústrias assistidas com serviços técnicos tecnológicos (%)	Quanto maior, melhor	92,00	92,09	80,00	95,00
Proteções e depósitos de propriedade intelectual realizados (número)	Quanto maior, melhor	38	35	32	38
Programas e projetos de CT&I articulados à pesquisa (%)	Quanto maior, melhor	45,73	39,28	48,00	-
Certificados emitidos por laboratório acreditado (%)	Quanto maior, melhor	72,00	46,59	60,00	44,60

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	3	1	1	6	2	0	14

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
132.656.859,70	52.375.610,57	39,48

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	3	1	2	5	2	0	14

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
137.040.629,13	68.912.850,62	50,29

Fonte: Secitece; Funcap; Nutec.

A política de incentivo à produção científica e tecnológica, bem como a sua difusão, demonstrou alguns objetivos específicos claros, como a promoção do seu desenvolvimento e aplicação, e a promoção da especialização tecnológica do setor produtivo. Também se almejou construir e direcionar o capital humano especializado, tanto diretamente, pelo apoio a pesquisadoras(es), quanto indiretamente, por meio de ações de divulgação e popularização da ciência junto ao público.

Os indicadores definidos para avaliar seu desempenho, porém, não retratam de forma clara e compreensiva esses objetivos. A maior parte dos indicadores está voltado à especialização tecnológica do setor produtivo, seja pela oferta de serviços técnicos e tecnológicos especializados, seja pelo apoio à proteção de propriedade intelectual. Quanto à difusão da ciência e tecnologia no Estado, o atendimento a municípios com ações de popularização da ciência superou as expectativas durante 2021, com 113 municípios atendidos (61,41%), resultado muito ocasionado pela adoção de eventos remotos, realizados por meio de plataformas digitais.

Dentre o conjunto de ações voltadas à ciência e tecnologia, o maior volume de recursos investidos pode ser encontrado no apoio a projetos de pesquisa. Os variados programas implementados focaram no apoio técnico e financeiro, em especial para os projetos voltados a áreas estratégicas para o Estado. Ao todo, R$40.773.085,65 foram investidos na concessão de 2.076 bolsas de pesquisa em programas variados, com foco no estímulo à produtividade científica. Entre elas, destacam-se 891 bolsas destinadas à fixação de pesquisadoras(es) Mestras(es) e Doutoras(es) em instituições de ensino e pesquisa do interior do Estado. Ganhou destaque no biênio o apoio a projetos na área da saúde, devido ao desencadear da pandemia da Covid-19, inclusive pelo programa Cientista Chefe, ação que ganhou destaque no biênio, integrando equipes de pesquisadoras(es) para identificar soluções e melhorias inovadoras para os serviços ofertados pelo Governo do Estado.

Apesar desse enfoque, apenas um indicador, o de percentual de programas e projetos articulados à pesquisa nas IES estaduais (Uece, UVA e Urca), foi dedicado a mensurar resultados associados a essas ações. Ainda por cima, não foi possível realizar o cálculo do seu resultado em 2021, agravando ainda mais essa deficiência e impossibilitando avaliar o desempenho desses programas. Uma maior clareza pode ser alcançada por meio dos indicadores da educação superior, mas sob o prejuízo de não se vislumbrar os resultados dos programas e projetos que não envolvam as IES estaduais.

PROGRAMA 412 - INOVA CEARÁ

Objetivo: Aumentar a competitividade do Estado e suas macrorregiões pelo incremento da produtividade e inovação tecnológica.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Startups em relação aos projetos de inovação submetidos (%)	Quanto maior, melhor	35,00	-	35,00	36,36
Startups apoiadas com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (%)	Quanto maior, melhor	45,00	13,82	42,00	25,51
Ideias inovadoras articuladas com as demandas prioritárias do Estado (%)	Quanto maior, melhor	60,00	-	60,00	-
Empresas inovadoras beneficiadas com programas de subvenção econômica (número)	Quanto maior, melhor	75	45	78	102

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	1	2	3	4	1	0	11

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
6.245.062,56	1.841.584,13	29,49

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	4	1	1	3	1	0	13

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
8.390.545,00	4.373.054,37	52,12

Fonte: Secitece; Funcap.

Por sua vez, o fomento à inovação no setor produtivo cresceu de forma significativa no biênio 2020-2021, assumindo duas vertentes principais: o apoio a negócios inovadores nascentes (popularmente conhecidos como "startups") e o fomento à inovação em empreendimentos já existentes. Em ambos os casos, objetivou-se promover o surgimento e consolidação de empresas altamente inovadoras e especializadas, capazes de incorporar maior dinamismo e produtividade à economia cearense.

O apoio a negócios nascentes, ou startups, foi articulado, principalmente, por meio do programa Corredores Digitais, o qual oferece capacitações, mentorias, oportunidades de *networking* e premiações para que ideias inovadoras possam ser transformadas em novas empresas. Na edição realizada em 2021, dos 88 projetos de inovação selecionados pelo edital do programa Corredores Digitais, 32 (36,36%) conseguiram se graduar pelo programa, tornando-se startups. Além do Corredores Digitais, também compõem a política estadual de apoio às startups o programa Você, Empreendedor!, realizado pela Gerência de Inovação do Nutec; a Incubadora de Empresas e Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Universidade Estadual do Ceará (IncubaUece); e o programa Centelha, realizado pela Funcap com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Governo Federal. Ao todo, contabilizou-se o apoio a 314 startups pelo conjunto de ações que compõem a política estadual de fomento à criação de negócios nascentes inovadores.

Por fim, ações voltadas para a adoção de processos e produtos inovadores por empresas já estabelecidas buscam promover o mesmo dinamismo e competitividade à estrutura econômica já montada. O ambiente de inovação do CriarCE, o qual promove o desenvolvimento de soluções inovadoras em *hardware*, apoiou um total de 28 empresas no biênio 2020-2021. Os programas Inovafit e Tecnova (realizado pela Funcap com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos [Finep], do Governo Federal), os principais no atendimento a este público-alvo, oferecem subsídios na modalidade de subvenção econômica (recursos não-reembolsáveis) para o desenvolvimento de práticas e produtos inovadores em empresas brasileiras que operam no Ceará. O Inovafit, em particular, surgiu como complementação ao programa Tecnova, permitindo que o Estado direcionasse os recursos para áreas estratégicas para a economia estadual.

Considerando o Eixo do Ceará do Conhecimento, observou-se uma dissonância entre as iniciativas que compõem o Programa 412, Inova Ceará, e os seus resultados estratégicos almejados e objetivos declarados, majoritariamente voltados ao desenvolvimento do capital humano do Estado. As ações de promoção e fomento à inovação no setor produtivo estão mais alinhadas com os resultados estratégicos do Eixo do Ceará de Oportunidades, o qual estão orientados para a promoção do crescimento econômico sustentável e da produtividade da economia cearense. De fato, observou-se uma similaridade perceptível entre as ações realizadas no âmbito do Programa 412, Inova Ceará, e as do Programa 364, Inovação para Melhoria de Oportunidades.

PROGRAMA 413 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ

Objetivo: Ampliar o acesso de qualidade à informação e aos serviços digitais, utilizando novas tecnologias e fomentando o desenvolvimento socioeconômico por meio da TIC nas diversas regiões do Estado.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Disponibilidade do Cinturão Digital do Ceará (CDC) (%)	Quanto maior, melhor	99,00	99,25	99,25	99,41
Ampliação no número de pontos do CDC atendidos com fibra ótica (número)	Quanto maior, melhor	3.418	3.425	3.759	4.838

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	1	2	1	1	6

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
85.893.351,00	78.763.338,80	91,70

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	0	3	2	0	6

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
156.161.418,00	131.763.820,68	84,38

Fonte: Etice.

Por fim, a terceira linha de atuação da política de CT&I envolve a expansão e aprimoramento da infraestrutura digital do Estado. Nessa linha, destaca-se o Cinturão Digital do Ceará (CDC), projeto de instalação e manutenção de uma rede de fibra óptica por todo o Estado. Em 2021, atingiu-se a marca de 4.838 pontos de fibra ótica instalados, os quais compreendem tanto prédios públicos (escolas, hospitais, delegacias, entre outros) como equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) empregados pelo Estado e pelos municípios (câmeras de videomonitoramento, roteadores de Wi-Fi em espaços públicos, entre outros).

A estrutura (“backbone”) de fibra óptica totalizou, em 2021, 8.290km, que permite atender 90% da população urbana do Estado. Desse total, 4.380km foram mantidos pelo Governo do Estado e 3.910km por parceiros. Em média, a disponibilidade da plena capacidade de tráfego de dados do CDC para os clientes chegou a 99,41%, resultado positivo, mas que reforça a necessidade de maiores esforços na manutenção e modernização de partes da rede instalada para reduzir ocorrências que prejudicam o acesso à Internet. Nesse sentido, projetos vêm sendo executados para aprimorar as condições de funcionamento do CDC.

Além dos pontos de fibra óptica, também se investiu na infraestrutura para internet móvel. Isso se deu pela instalação de Estações Rádio-Base (ERB), que realizam a conexão entre aparelhos móveis e operadoras de telecomunicações. Por meio de convênios com empresas privadas, o Estado beneficiou, no biênio 2020-2021, um total de 8 novos distritos com ERB, totalizando 474 torres ativadas até então. Consequentemente, observa-se um crescimento constante na série histórica do indicador de taxa de acessibilidade do serviço de telecomunicações, que evoluiu de 71,44% da população com aparelho eletrônico com acesso à internet, em 2016, para 93,72%, em 2021.

TEMA - CULTURA E ARTE

Resultado Temático: População cearense potencializada culturalmente, de forma ampla e inclusiva, com reconhecimento e valorização de sua diversidade, transversalidade e dinamicidade artística e cultural geradoras de valor simbólico, socioeconômico e ambiental.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Acesso da população às programações relacionadas ao livro e à leitura (número)	Quanto maior, melhor	48.620	-	50.000	47.130	200.000	59.592
Acesso da população em atividades artístico-culturais (número)	Quanto maior, melhor	1.968.559	-	2.205.000	775.130	2.335.000	1.168.082
Regionalização das ações culturais (%)	Quanto maior, melhor	76,00	-	80,00	86,95	82,00	100,00

Fonte: Secult.

A cultura, a arte e o patrimônio tomam lugar central na construção da identidade, ao mesmo tempo diversa e específica, e do reconhecimento das raízes que nos ligam ao lugar que ocupamos e ao qual pertencemos. Como política pública, o desafio se manifesta nas formas e métodos empregados pelo poder público para a promoção, reconhecimento e salvaguarda das manifestações artístico-culturais e do patrimônio histórico, cultural,

paisagístico e vivo do Estado, bem como na construção das plataformas para sua disseminação e apreciação.

Em seu fundamento, a política pública de cultura, arte e patrimônio permanece em posição tangente aos diversos movimentos que se manifestam a partir da sociedade e que constituem formalmente o setor cultural. Não cabe ao poder público, assim, produzir cultura, mas promover sua produção livre e espontânea, propiciar a formação e emprego de novos talentos e tecnologias criativas, e lhe oferecer plataformas em que possam ocupar espaços. Inclui-se, dentre as plataformas oferecidas e mantidas pelo Estado, a teledifusão, por meio da TV Ceará e sua extensa programação.
Outro grande desafio das políticas culturais se manifesta diante do planejamento governamental, dado que o arcabouço de indicadores empregados pela área ainda carece de amadurecimento. De fato, no PPA 2020-2023, é possível identificar, no caderno de indicadores da cultura, uma carência de resultados mais tangíveis das políticas culturais, que verdadeiramente representam o alcance dos seus objetivos. As equipes técnicas do Governo do Estado vêm empreendendo iniciativas, lideradas principalmente pela Secretaria da Cultura (Secult-CE), que promovam a apreciação, concepção e monitoramento de indicadores de resultado da política cultural. Porém, apesar de avanços positivos nos debates, um arcabouço sólido ainda está em processo de amadurecimento.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados quatro programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 421 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CEARENSE

Objetivo: Ampliar e democratizar a produção e o acesso à arte e a cultura com base no desenvolvimento da economia dos setores criativos, no fortalecimento da diversidade e da cidadania cultural em todas as regiões do Estado do Ceará.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Valor gerado pela cadeia produtiva das atividades dos Ciclos de Tradição Popular (R$)	Quanto maior, melhor	3.800.000,00	-	4.200.000,00	-
Municípios contemplados pelo Fundo Estadual da Cultura (FEC) (%)	Quanto maior, melhor	79,00	86,41	82,00	27,71
Atuações de profissionais externos diretamente envolvidos na realização de ações vinculadas à Secult (número)	Quanto maior, melhor	110.000	18.845	120.000	18.682

Acessos de estudantes a ações/programação dos equipamentos culturais da Secult pela rede de ensino. (número)	Quanto maior, melhor	130.000	108.694	140.000	33.215
Ações que atendem majoritariamente pessoas em condição de vulnerabilidade social (número)	Quanto maior, melhor	1.750	1.588	2.000	3.450

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
12	3	0	3	3	1	0	22

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
134.613.346,90	96.540.968,18	71,72

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
15	1	1	2	1	0	1	21

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
95.371.080,45	69.527.673,95	72,90

Fonte: Secult.

O setor cultural foi gravemente afetado pela pandemia de Covid-19 e pelas medidas de distanciamento social necessárias para mitigar suas consequências. A economia da cultura, da qual depende o emprego e a renda de várias(os) cearenses, correu o risco de interrupção quase completa de suas atividades e, com isso, de destituição por parte das(os) profissionais do setor. Assim sendo, as ações voltadas à promoção e desenvolvimento da arte e cultura cearense passaram por um processo de redefinição de prioridades durante o biênio 2020-2021, adotando uma postura de resgate do setor artístico e cultural cearense.

O número de profissionais externos que atuaram nas ações culturais realizadas pelo Estado e seus equipamentos culturais, um total de 37.257 no biênio, representou apenas 16,20%

das metas iniciais planejadas. Para mitigar os efeitos negativos desse cenário, o auxílio emergencial para o setor cultural e de eventos destinou, em 2021, R$ 20.221.493,00 para as(os) trabalhadoras(es) da cultura, as(os) quais receberam R$ 1.000,00 em duas parcelas. Ao todo, foram 19.382 trabalhadoras(es) beneficiadas(os) em 2021, representando uma importante ação voltada à recuperação do setor após a deflagração da pandemia.

Em termos de atendimento ao público, o esforço de migração para plataformas virtuais atuou como linha auxiliar para o acesso a ações culturais. Do ponto de vista da política, os editais de fomento, readaptados para o novo contexto, apoiaram 2.385 projetos artísticos e culturais no biênio, com destaque para o I Edital Cultura Dendicasa, que apoiou 400 projetos em 2020. A aprovação da Lei Aldir Blanc (Lei federal Nº 14.017, de 29 de junho de 2020) serviu como grande impulsionador, com a publicação de 8 editais de fomento a partir dos recursos federais repassados. No total no período, foram investidos R$ 5.189.038,40 na política estadual de fomento, servindo de importante linha auxiliar para a cena artística e cultural cearense em um momento em que o setor se encontrava paralisado pelas restrições sanitárias.

Com a perseverança da pandemia e a finalização da Lei Aldir Blanc, observou-se, a partir de 2021, uma queda considerável em público atendido, no comparativo com 2020. O número de estudantes que acessaram a programação da rede estadual de equipamentos culturais passou de 108.694 em 2020, para apenas 33.215 em 2021, uma queda de 69,44%. Os municípios com projetos e ações culturais apoiados pelos recursos do Fundo Estadual de Cultura (FEC) também observaram uma queda de 67,92%, de 159 municípios atendidos em 2020, para apenas 51 municípios em 2021.

Na contramão dessa tendência, mais ações voltadas para segmentos vulneráveis da população foram realizadas, com um aumento de 117,25%, de 1.588 ações realizadas em 2020, para 3.450 ações em 2021. Esse aumento foi resultado de um esforço empreendido pelos equipamentos culturais do Estado, como o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), a Escola de Gastronomia Ivens Dias Branco e a Escola Porto Iracema das Artes, entre outros, que procuraram priorizar as ações e programações culturais que atendessem esses segmentos.

Uma deficiência observada se deu com o indicador de valor gerado pela cadeia produtiva das atividades dos Ciclos de Tradição Popular, o qual representa um importante resultado para a efetividade das políticas de fomento ao setor artístico e cultural. No entanto, dificuldades operacionais não permitiram a mensuração desse indicador, privando as(os) gestoras(es) estaduais de uma importante informação para avaliar a efetividade dessas políticas.

PROGRAMA 422 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA

Objetivo: Formar profissionais para atuar no campo das artes e da cultura, desenvolvendo capacidades e competências criativas, técnicas, de gestão e do pensamento crítico.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Municípios com ações formativas (%)	Quanto maior, melhor	20,00	24,75	25,00	66,00
Projetos estaduais de formação vinculados à Secult (número)	Quanto maior, melhor	750	299	800	500

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
10	0	0	3	0	0	0	13

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
31.022.167,74	23.471.709,80	75,66

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
8	1	0	0	0	2	1	12

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
24.883.037,97	22.233.243,12	89,35

Fonte: Secult.

As políticas de formação em arte e cultura resguardam dois olhares complementares à política de fomento: à inovação, diversificação e especialização constante do setor artístico e cultural, e o desenvolvimento da economia da cultura como potencializadora de emprego e renda. Objetiva-se, assim, formar contínuas gerações de artistas, produtoras(es), técnicas(es), entre outras(os) profissionais da cultura, que imprimem dinamismo e sustentabilidade ao setor e resguardam seus conhecimentos, sejam eles inovadores ou tradicionais.

A pandemia de Covid-19 também deixou sua marca na política de formação durante o biênio, devido, em grande parte, ao contingenciamento de recursos financeiros e às medidas de restrição adotadas. De destaque, coloca-se o Programa de Formação e Qualificação para o Setor Artístico/Criativo do Ceará, criado dentro das determinações da Lei Aldir Blanc (Lei federal Nº 14.017, de 29 de junho de 2020, inciso III, art. 2°). As formações realizadas por meio da Plataforma Arte Urgente, criada no âmbito do programa, beneficiaram 2.520 profissionais da cultura, com foco no aperfeiçoamento dos seus conhecimentos e aprimoramento dos seus produtos artísticos.

De maneira geral, parte significativa das ações de formação sofreram atrasos e cortes, gerando um prejuízo perceptível à política do Estado. Destacaram-se as ações formativas realizadas pelos equipamentos culturais, que totalizaram 1.492 capacitações no biênio, possibilitadas pela migração das ações para o formato remoto. A migração e readaptação também possibilitou que fossem alcançados mais municípios do Estado, com 66 municípios em 2021, crescimento de 164,00% em comparação com os 25 municípios beneficiados em 2020.

PROGRAMA 423 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

Objetivo: Garantir a política de salvaguarda e sustentabilidade do patrimônio cultural e da memória cearense por meio da qualificação e ampliação de ações de pesquisa, educação patrimonial, comunicação e acessibilidade aos bens culturais.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Ações vinculadas à Secult que contam com a participação dos Mestres da Cultura e/ou Grupos de Tradição Popular (%)	Quanto maior, melhor	30,00	2,11	33,00	1,68
Evolução anual de monumentos históricos tombados pelo Estado (número)	Quanto maior, melhor	46	44	47	-
Evolução anual de manifestações afro-brasileiras e indígenas envolvidas nas atividades dos equipamentos vinculados à Secult (número)	Quanto maior, melhor	56	123	61	130

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas

9	1	0	5	1	0	0	16

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
67.923.182,58	50.669.508,71	74,60

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01 % a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
7	0	3	1	0	1	0	12

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
131.420.600,15	114.954.690,22	87,47

Fonte: Secult.

Apesar de também ter sofrido importantes restrições, a política de salvaguarda e sustentabilidade do patrimônio cultural e da memória cearense conseguiu alcançar importantes realizações no biênio 2020-2021. A política envolve tanto o reconhecimento e preservação do patrimônio material e imaterial do Estado, quanto a promoção de ações e programações culturais que valorizem a memória e os saberes da cultura cearense, em toda sua diversidade.

No campo do reconhecimento do patrimônio material, não foi registrado nenhum novo tombamento durante o período, devido, em parte, às dificuldades de realização do trabalho de campo necessário. Quanto à preservação, mesmo com um total de 20 fiscalizações a bens materiais tombados realizadas no biênio, ainda são relativamente poucas as medidas adotadas para garantir a manutenção adequada desses bens. O mesmo pode se dizer dos equipamentos culturais do Governo do Estado, que, apesar de despendidos R$6.408.283,25 para a manutenção de 7 equipamentos durante o biênio, como o Museu do Ceará e o Arquivo Público do Ceará, estes ainda apresentam falhas estruturais que põem em risco o patrimônio cultural do Estado e os acervos que resguardam.

Por fim, outro pilar importante da política é o reconhecimento do patrimônio vivo do Estado, seja pela política de reconhecimento dos Tesouros Vivos do Ceará, seja pela premiação de manifestações da cultura popular cearense. No período, o Estado chegou a apoiar 74 Mestras e Mestres da Cultura, que receberam o equivalente a um salário mínimo por mês. Também se destacou o lançamento do I Prêmio Expressões Culturais Afro-Brasileiras e do I Prêmio Culturas Indígenas do Ceará, os quais premiaram 32 manifestações culturais afro-brasileiras e 16 manifestações indígenas em 2020. Para além das premiações, o espaço foi dado às manifestações afro-brasileiras e indígenas nas atividades dos equipamentos culturais do Estado, os quais registraram 253 manifestações envolvidas nas mais diversas programações.

PROGRAMA 424 - TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA

Objetivo: Ampliar a promoção da oferta dos serviços televisivos com uma programação de qualidade, diversificada e inclusiva.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Municípios conectados com o sinal digital da emissora de TV Ceará (%)	Quanto maior, melhor	24,00	15,76	25,00	15,76

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01 % a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
1	0	1	1	0	0	0	3

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
6.315.707,00	5.207.966,94	82,46

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01 % a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
0	1	1	1	0	0	0	3

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
6.464.449,91	5.799.347,15	89,71

Fonte: Funtelc.

Diante da importância adquirida pela teledifusão como plataforma central para a inclusão cultural da população, bem como meio importante para oportunizar conteúdos educativos, o Governo do Estado busca ofertar, por meio da TV Ceará, uma programação aberta, constante e de qualidade para a população cearense. O trabalho técnico e criativo necessário para manutenção e expansão da política é executado pela Fundação de Teleducação do Ceará (Funtelc).

Ao todo, 29 municípios foram alcançados com o sinal digital da TV Ceará no biênio, o que representou uma interrupção da expansão do serviço no período. Quanto à programação veiculada, alcançou-se, em 2020, 129 programas televisionados, com sinal ativo durante 24h por dia. Foram investidos, no período, R$ 652.971,00 na aquisição de equipamentos para a

modernização do parque técnico da emissora, esforço necessário para o alcance dessas realizações.

TEMA - EDUCAÇÃO BÁSICA

Resultado Temático: População com educação básica de qualidade e com equidade.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas (Spaece Alfa) (%)	Quanto maior, melhor	90,70	97,40	94,00	-	98,90	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede estadual do Ensino Médio (adimensional)	Quanto maior, melhor	-	4,20	-	-	4,80	4,40
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública nos anos finais (adimensional)	Quanto maior, melhor	-	5,20	-	-	5,20	5,30
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública nos anos iniciais (adimensional)	Quanto maior, melhor	-	6,30	-	-	6,30	6,10
Pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído nas escolas do Estado (%)	Quanto maior, melhor	71,50	77,10	74,70	88,70	78,60	83,30
Pessoas de 19 anos com pelo menos o Ensino Médio concluído (%)	Quanto maior, melhor	50,43	64,10	52,65	68,90	65,40	69,10

Pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o Ensino Fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada) (%)	Quanto maior, melhor	96,80	97,80	98,00	97,30	98,00	95,50
População de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica (%)	Quanto maior, melhor	92,80	90,00	98,00	92,90	74,30	89,30
Taxa de aprovação nas escolas regulares estaduais de Ensino Médio (%)	Quanto maior, melhor	90,00	92,40	92,50	97,10	93,00	-

Fonte: Seduc.

As políticas voltadas ao desenvolvimento da educação básica no Estado do Ceará se tornaram referência nacional, com o alcance de resultados que demonstraram uma evolução significativa ao longo dos anos, superando, inclusive, Estados situados em contextos menos desafiadores. As escolas da rede pública de ensino, principalmente de ensino fundamental, apresentaram importantes avanços nas últimas décadas, demonstrando o resultado das políticas implementadas e coordenadas pelo Governo do Estado, em articulação e parceria com os municípios.

No entanto, assim como em outras áreas, o biênio 2020-2021 ficará marcado, para a política estadual de educação básica, pela eclosão da pandemia de Covid-19 e pelas medidas restritivas adotadas para evitar o agravamento de suas consequências. O novo contexto emergencial redirecionou seu foco, da melhoria dos resultados para um esforço concertado de mitigar as consequências sobre o aprendizado das(os) alunas(os) da rede pública de ensino. A modalidade de ensino remoto, adotada de maneira emergencial, exigiu uma reorientação dos treinamentos ofertados a gestoras(es) e professoras(es), bem como investimentos adicionais para garantir às(aos) alunas(os) acesso à Internet.

Essa reorientação de foco, de evolução para manutenção, pode ser observada no indicador de maior destaque na avaliação das redes de ensino, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), a rede pública cearense havia alcançado nota 6,3 em 2019 e chegou a 6,1 em 2021, primeira vez na série histórica em que houve queda no resultado. Nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), a nota passou de 5,2 em 2019, para 5,3 em 2021, menor evolução da série histórica. O resultado mais positivo, ainda que relativamente modesto, pode ser observado no ensino médio, onde o indicador passou de 4,2 em 2019, para 4,4 em 2021. Predominantemente, o resultado do biênio foi de estabilidade, havendo pouca ou nenhuma evolução positiva dos índices.

Contudo, considerando os desafios significativos que foram impostos sobre a rede de ensino, é possível considerar esses resultados como positivos, visto que se impediu um impacto negativo maior sobre o aprendizado das(os) alunas(os). Medidas como a distribuição de chips com acesso à Internet móvel, formação específica para gestoras(es) e professoras(es) em metodologias de ensino remoto e programas de busca ativa foram adotadas e podem ser consideradas responsáveis por esses resultados relativamente positivos.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados cinco programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 431 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

Objetivo: Garantir a escola como espaço educador sustentável, inclusivo, acolhedor, que respeite as diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, atendendo adequadamente aos educandos com necessidades especiais, com características diferenciadas e/ou àqueles pertencentes às populações vulneráveis em articulação intersetorial.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Taxa de atendimento da população de 15 a 17 anos residente na zona rural (%)	Quanto maior, melhor	89,80	-	91,80	92,10
População autodeclarada indígena de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica (%)	Quanto maior, melhor	92,20	92,90	85,10	89,30
População autodeclarada preta de 19 anos que concluiu a educação básica (%)	Quanto maior, melhor	45,50	66,30	62,70	67,60
Alunos com deficiência concluintes do ensino médio regular estadual (%)	Quanto maior, melhor	93,00	98,70	97,80	-
População autodeclarada preta de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou já concluiu a educação básica (%)	Quanto maior, melhor	92,00	92,40	82,80	89,30

2020
Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	0	0	2	4	0	0	8

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
67.923.182,58	50.669.508,71	74,60

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01 % a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
3	0	0	3	2	1	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
131.420.600,15	114.954.690,22	87,47

Fonte: Seduc.

Considerando a disparidade de resultados educacionais entre diferentes segmentos da população, o Governo do Estado adota políticas específicas para o acesso e desenvolvimento pedagógico desses grupos. Essa atuação se dá tanto pela implantação de escolas em regiões que essas populações habitam, como pelo desenvolvimento de propostas e metodologias pedagógicas direcionadas a elas. Busca-se, assim, tornar as escolas da rede estadual acessíveis a todas(os), buscando aproximar, principalmente, os segmentos com maior probabilidade de não concluir o ciclo da educação básica, ou de ter seu aprendizado prejudicado pela falta de acessibilidade do ambiente escolar e adaptação dos métodos e currículos adotados.

Destacam-se, entre os públicos-alvo atendidos, as comunidades rurais, indígenas e quilombolas; pessoas com deficiência (PcD); com altas habilidades/superdotação; Transtorno do Espectro Autista (TEA); pessoas surdas; privadas de liberdade; e pessoas LGBTQIA+. Ao todo, 21.371 estudantes foram beneficiadas(os) no biênio 2020-2021 com materiais e documentos pedagógicos específicos, além de eventos voltados ao debate sobre respeito à diversidade e inclusão no contexto escolar.

Uma estratégia particularmente afetada pela pandemia foi a implantação de novas escolas da rede estadual de ensino na zona rural e em comunidades indígenas e quilombolas. Projetavam-se 9 escolas implantadas durante o biênio, mas, devido à paralisação nas obras físicas e atrasos nos processos, não foi possível concluir nenhuma implantação no período. Por outro lado, continuaram-se com os esforços de adequação das escolas já em funcionamento, buscando garantir uma estrutura apropriada para receber as(os) alunas(os)

com necessidades especiais. Ao todo, 82 escolas da rede pública receberam reformas em sua estrutura física ou novos equipamentos, que permitissem melhor atender às necessidades específicas das(os) suas(seus) alunas(os).

A adequação das escolas se desenvolveu, em grande parte, por meio da implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual consiste em recursos e atividades pedagógicas voltadas para a acessibilidade e plena participação de alunas(os) público-alvo da educação especial. A oferta do AEE ocorre, primariamente, em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e Núcleos de Apoio Pedagógico Especializado (Nape) nas escolas da rede pública; no Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Estado do Ceará (Creaece); e, de forma complementar, por meio de instituições não governamentais conveniadas.

PROGRAMA 432 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COM GARANTIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Objetivo: Elevar o nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, com garantia de igualdade de acesso, permanência e a reinserção das crianças e jovens em estado de vulnerabilidade social.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Alunos no 9º ano do ensino fundamental no padrão de desempenho adequado em Matemática no Spaece (%)	Quanto maior, melhor	16,00	-	5,20	-
Alunos no 9º ano do ensino fundamental no padrão de desempenho adequado em Língua Portuguesa no Spaece (%)	Quanto maior, melhor	26,70	-	15,00	-
Alunos no 5º ano do ensino fundamental no padrão de desempenho adequado em Matemática no Spaece (%)	Quanto maior, melhor	46,80	-	29,80	-
Alunos no 5º ano do ensino fundamental no padrão de desempenho adequado em Língua Portuguesa no Spaece (%)	Quanto maior, melhor	61,00	-	42,70	-
Taxa de atendimento de 0 a 5 anos (%)	Quanto maior, melhor	55,70	-	53,70	-
Alunos do 2º ano no padrão desejável no Spaece (Spaece Alfa) (%)	Quanto maior, melhor	83,60	-	79,80	-

Taxa de abandono nas escolas regulares estaduais e municipais do ensino fundamental ao ensino médio (%)	Quanto menor, melhor	1,30	1,00	1,10	0,60

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	3	0	1	2	1	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
59.838.660,75	51.620.954,59	86,27

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	3	0	3	1	0	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
150.064.233,09	68.478.797,56	45,63

Fonte: Seduc; Ipece.

A política de educação do Estado do Ceará se tornou referência nacional principalmente pelos resultados obtidos na educação infantil e no ensino fundamental, onde se busca formar as crianças e jovens de 0 a 14 anos. No avaliação do Ideb realizado em 2021, as escolas públicas cearenses alcançaram nota 6,1 para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e 5,3 para os anos finais (6º ao 9º ano), resultados que colocam o Ceará, respectivamente, na segunda e na primeira colocação dentre todos os Estados.

Realizadas em parceria com os governos municipais, os quais administram e mantém a rede pública de escolas de educação infantil e ensino fundamental, as ações desenvolvidas são compostas pelos esforços de garantia do acesso e de melhoria contínua do aprendizado das(os) alunas(os). Na prática, essas duas linhas de atuação se concretizam não apenas na construção de novos equipamentos educacionais, mas também pela formação contínua das(os) profissionais da educação; pela distribuição de materiais pedagógicos especializados; e por incentivos ao bom desempenho alcançado pelas escolas, como o Prêmio Escola Nota 10, que premia as escolas com os melhores e menores

resultados nas avaliações do Spaece com o pagamento de recursos financeiros. No biênio, foram repassados um valor total de R$ 22.878.000,00 para 408 escolas premiadas e 225 escolas apoiadas pelos resultados obtidos no Spaece em 2017.

No âmbito da educação infantil, a atuação do Estado se faz presente, principalmente, por meio do Programa Mais Infância Ceará (PMIC), com ações inseridas em dois dos seus quatro pilares: Tempo de Crescer e Tempo de Aprender. No Tempo de Crescer, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin) busca promover uma participação mais ativa de familiares e cuidadoras(es) no desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade. O programa atua junto às(aos) familiares e cuidadoras(es) das crianças e às suas comunidades, por meio de visitas domiciliares, rodas de brincadeira e encontros comunitários, conduzidos por Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADIs).

O Padin representa um esforço focalizado do Governo do Estado em garantir o desenvolvimento pleno durante a primeira infância em famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, busca fortalecer o papel das famílias e das comunidades como primeiros locais de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, melhorando o desenvolvimento infantil e quebrando ciclos de desigualdade, os quais começam a se reproduzir desde já. Para garantir a continuidade do programa, foram realizadas, no biênio 2020-2021, formações e reuniões de alinhamento com 966 profissionais do Padin, entre supervisoras(es) e ADIs, por meio de atividades remotas.

Já no pilar Tempo de Aprender do PMIC, o foco maior foi dado à garantia do acesso à educação infantil no Estado. O Estado assumiu, em parceria com os municípios e de forma intersetorial, a implantação de novos Centros de Educação Infantil (CEIs), equipamentos que reúnem em um só local diversas oportunidades de aprendizagem para crianças de 0 a 5 anos de idade. No biênio 2020-2021, a implantação de CEIs sofreu de muitos dos mesmo problemas que os projetos para outras unidades públicas de ensino: obras civis paralisadas pelas medidas de distanciamento social; contratação de pessoal prejudicada pelas restrições administrativas adotadas durante o estado de emergência; entre outros atrasos processuais. Dos 40 CEIs originalmente previstos, apenas 15 CEIs foram implantados no período 2020-2021, uma realização de apenas 37,50%, mas ainda um esforço significativo, considerando as circunstâncias.

Também se observou um prejuízo significativo em relação aos Ciclos de Formação Continuada da Educação Infantil. Além das(os) 966 profissionais do Padin, também se formaram outras(os) 20.940 profissionais da educação infantil, entre gestoras(es) das escolas e professoras(es). Grande parte das formações ocorreu, todavia, em 2021, com 20.471 profissionais da educação capacitadas(os). Esse valor representou um aumento em relação ao total para 2020, ano inicial da pandemia de Covid-19, quando apenas 1.435 profissionais participaram dos ciclos de formação. Observou-se, portanto, uma importante recuperação durante o biênio, o que demonstra os esforços de readaptação e retomada das atividades após o período inicial de medidas restritivas.

No âmbito do ensino fundamental, que envolve a formação de crianças de 6 a 14 anos de idade, os esforços do Estado se voltaram, principalmente, para ações que garantem o

acesso das(os) alunas(os) às escolas e a aprendizagem na idade certa. Os impactos da pandemia e das restrições sanitárias adotadas se fizeram presentes nos resultados observados para o ensino fundamental do Estado, com indicadores que, até então, apresentavam avanços positivos contínuos, mas registraram, durante o biênio, quedas ou avanços tímidos.

No indicador de taxa de escolarização líquida ajustada, que mede o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental, a tendência de crescimento anteriormente observada na série histórica sofreu uma reversão parcial. Do resultado de 97,80% observado em 2019, passou-se para 97,30% em 2020 e 95,50% em 2021, finalizando o biênio com uma queda de 2,30 pontos percentuais (p.p.). Já o percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído nas escolas do Estado viu um resultado positivo no agregado dos dois anos, com o resultado para 2021, 83,30%, representando um ganho de 8,60 p.p. em relação a 2019. No entanto, mesmo este resultado positivo para 2021 representa uma queda em relação ao primeiro ano do biênio, quando alcançou 88,70%.

Além das atividades nas escolas, a avaliação contínua dos resultados educacionais alcançados também foi prejudicada pela pandemia de Covid-19 e a consequente adoção do ensino remoto em 2020. As provas do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece), avaliação externa anual que mensura o desempenho da aprendizagem no 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, além do 3º ano do ensino médio, na rede pública de ensino, teve sua realização suspensa nos dois anos que compreendem o período, impossibilitando sua análise. Da mesma forma, o cálculo do indicador de taxa de atendimento de 0 a 5 anos apenas poderá ser retomado em 2022, após dois anos sem coleta de dados.

O único indicador com resultados já disponíveis para o período, de taxa de abandono nas escolas regulares estaduais e municipais do ensino fundamental ao ensino médio, a qual mensura o percentual de evasão escolar do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, viu uma evolução positiva para o período, mesmo com a pandemia de Covid-19 criando novas barreiras para a permanência das(os) alunas(os) nas escolas. A queda na taxa, de apenas 1,00% em 2020 (0,30 p.p. a menos que o programado para o ano, 1,30%) e 0,60% em 2021 (0,50 p.p. a menos que o programado para o ano, 1,10%). Esse resultado positivo, na contramão das expectativas, pode ser considerado reflexo das diversas ações de busca ativa empreendidas pelo Estado para evitar o crescimento esperado da evasão escolar.

Dentre as ações voltadas ao ensino fundamental, destacam-se os Ciclos de Formação para Profissionais e Gestoras(es) do Ensino Fundamental, realizados como parte do regime de cooperação com os municípios cearenses e objetivando garantir a aprendizagem na idade adequada. No biênio 2020-2021, foram ofertadas formações nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Competências Socioemocionais, com 138.877 profissionais do ensino fundamental capacitadas(os) no período.

O Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic), que objetiva garantir a aprendizagem das(os) alunas(os) na idade adequada, envolve formação continuada de professoras(es) e gestoras(es); apoio à gestão escolar; e a produção e distribuição de materiais pedagógicos estruturados. Originalmente focado na alfabetização na idade certa, hoje o programa atenta, também, para o processo de aprendizagem das(os) alunas(os) da rede pública desde a educação infantil, até os anos finais do ensino fundamental, expandindo seu escopo para o letramento matemático e científico, para além da leitura e escrita.

Como reforço a essas ações e em reação aos prejuízos ocasionados pela pandemia de Covid-19 e pela adoção do regime de ensino remoto e/ou híbrido, o Governo do Estado também adotou, em 2020, a iniciativa Foco na Aprendizagem. A iniciativa busca reforçar o foco das políticas estaduais na aprendizagem das(os) alunas(os), lançamento mão de avaliações diagnóstica-formativas; emprego de materiais didáticos estruturados; formação continuada de professoras(es), com foco nos novos desafios do contexto educacional; e atuação de tutoras(es) em Língua Portuguesa e Matemática.

PROGRAMA 433 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Objetivo: Assegurar a efetiva aprendizagem no Ensino Médio, com equanimidade e qualidade, preparando o jovem para o acesso ao ensino superior e oportunizando experiência profissional como preparação prática para o trabalho.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Índice de Desempenho do Ensino Médio (IDE-Médio) (%)	Quanto maior, melhor	4,71	-	4,70	-
Alunos na 3ª série do ensino médio nos padrões de desempenho intermediário e adequado em Língua Portuguesa no Spaece (%)	Quanto maior, melhor	50,40	-	57,90	-
Alunos matriculados no ensino médio da rede estadual com proficiência média no ENEM igual ou superior a 600 (%)	Quanto maior, melhor	11,40	-	9,10	-
Alunos na 3ª série do ensino médio nos padrões de desempenho intermediário e adequado em Matemática no Spaece (%)	Quanto maior, melhor	28,40	-	28,60	-
Taxa de abandono nas escolas regulares estaduais de ensino médio (%)	Quanto menor, melhor	3,60	-	2,90	-

2020
Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	2	0	4	2	0	0	12
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
2.134.381.154,44			1.974.918.369,94			92,53	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01 % a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
3	1	2	4	1	1	0	12
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
2.825.108.564,02			2.645.046.544,15			93,63	

Fonte: Seduc; Ipece.

Na divisão federativa operante na rede pública de ensino brasileira, o poder público estadual é responsável pela expansão, manutenção e qualificação da rede pública de ensino médio, etapa final do ciclo da educação básica e fase preparatória para o ingresso no ensino superior e/ou no mercado de trabalho. De forma complementar aos esforços despendidos na educação infantil e no ensino fundamental, a política estadual de ensino médio regular busca fechar o ciclo da educação básica com ações voltadas à expansão do acesso ao ensino e à sua qualificação; da preparação para as etapas subsequentes; e, de forma complementar, com a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em seu conjunto, as ações realizadas buscam aprimorar e diversificar as propostas e práticas pedagógicas, com a flexibilização curricular e avaliação contínua dos resultados de aprendizagem. Almeja-se, assim, o pleno desenvolvimento acadêmico, cognitivo e socioemocional das(os) jovens e adultas(os) contempladas, atendendo aos objetivos declarados do poder público estadual de elevar o nível de escolaridade da sociedade cearense e contribuir para a construção do seu capital humano.

Em relação às estratégias de expansão do acesso, foi possível observar, no biênio 2020-2021, muitos dos mesmos desafios observados nos outros níveis e modalidades de ensino. A projeção inicial de 16 Escolas de Ensino Médio (EEM) implantadas não se concretizou, com apenas 5 escolas implantadas no período, apenas 31,25% do programado. Além das restrições sanitárias exigidas pelo contexto de emergência em saúde pública, também é possível atribuir a essa redução a priorização realizada pelo Governo do Estado na implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI).

Contudo, as mesmas restrições que limitaram a expansão da oferta do ensino médio regular, também exigiram um aumento nos esforços de qualificação da aprendizagem e na assistência direta às(aos) alunas(os) pela continuidade dos estudos. As ações realizadas atenderam 495.643 alunas(os) no biênio, com projetos como Enem Chego Junto, Chego Bem; Enem Não Tira Férias; e Conexão Seduc, entre outros, realizados de forma semipresencial ou remota.

A transição para os modelos híbrido e remoto de ensino, precipitada pela pandemia de Covid-19, criou novos desafios para as ações de qualificação de profissionais da educação. Para garantir o acesso das(os) alunas(os) do ensino médio às aulas remotas, foram feitos importantes investimentos na distribuição de tablets e chips de acesso à Internet móvel. Ações de busca ativa, como os projetos Nem 1 Aluno Fora da Escola e os Grupos Cooperativos de Apoio à Permanência Estudantil (GCAPE), procuraram mitigar os efeitos adversos dessa transição, garantindo a permanência das(os) alunas(os) na escola. No campo da qualificação das(os) profissionais de educação, os esforços de adaptação também se mostraram proveitosos, visto que o quantitativo de 19.749 profissionais qualificadas(os) no biênio se manteve próximo ao planejado de 23.528 profissionais (83,94%).

PROGRAMA 434 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO ENSINO MÉDIO

Objetivo: Prevenir situações de vulnerabilidade e risco social contemplando serviços, benefícios e programas socioassistenciais

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Alunos matriculados nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) com proficiência média no ENEM igual ou superior a 600 (%)	Quanto maior, melhor	7,70	-	8,60	-
Alunos da rede pública estadual de tempo integral aprovados nos Institutos de Ensino Superior (IES) (%)	Quanto maior, melhor	3,50	-	6,80	-
Alunos do ensino médio matriculados nos Centros Cearenses de Idiomas (CCI) (%)	Quanto maior, melhor	3,30	-	3,60	3,10
Estudantes matriculados no ensino médio regular em tempo integral na rede pública estadual (%)	Quanto maior, melhor	12,00	-	13,60	14,80

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	0	1	4	0	0	8
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
205.923.496,95			192.594.287,16			93,53	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01 % a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
2	1	2	4	1	1	0	11
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
367.677.814,38			326.229.427,05			88,73	

Fonte: Seduc.

A implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) ganhou proeminência dentre as políticas para a educação no Estado do Ceará, o qual apresentou, em 2021, a terceira maior proporção de alunas(os) matriculadas(os) na modalidade em tempo integral dentre todas as redes públicas estaduais de ensino médio (33,2%)[4]. Com isso, oferta-se uma maior carga horária na escola, ampliando as oportunidades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que se reforça o papel dos diversos atores envolvidos na formação dos jovens – a escola, a família e a comunidade.

As ações voltadas para a expansão da oferta de vagas em tempo integral foram destaque no biênio. Ao todo, 51 novas EEMTI foram implantadas durante o período, diante de uma programação inicial de 32 novas escolas, com um investimento total de R$ 39.554.947,61 no biênio. Da rede de Escolas de Ensino Médio (EEM) regular, 290 receberam reformas e equipamentos que permitiram seu funcionamento em tempo integral, de uma previsão inicial de apenas 178 escolas readequadas, possibilitado por um esforço fiscal de R$ 6.842.332,97. Em termos de recursos financeiros, houve um aumento de 73,28% no investimento destinado à expansão das vagas de ensino médio em tempo integral no Estado durante o período, passando de R$ 16.977.843,19 em 2020, para R$ 29.419.437, 39 em 2021.

[4] Censo Escolar 2021, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para além da oferta de vagas, ações de garantia da permanência das(os) alunas(os) durante os períodos de atividades remotas, exigidas pelo contexto de emergência sanitária, também foram necessárias. Uma das ações adotadas pelo Governo do Estado, em 2020, foi a distribuição de tablets e chips com Internet móvel para as(os) alunas(os) da rede pública estadual de ensino médio. Também foram feitos esforços para garantir a alimentação escolar para todas(os) as(os) alunas(os) matriculadas(os) nas EEMTI no período, mesmo durante a suspensão das atividades presenciais. Ao todo, 125.698 alunas(os) foram beneficiadas(os) com as ações de garantia do acesso e permanência, totalizando R$ 43.106.960,34 em recursos investidos no biênio.

Do ponto de vista da educação complementar ao ensino médio regular, destacam-se os cursos de línguas estrangeiras dos Centros Cearenses de Idiomas (CCI), ofertadas para alunas(os) matriculadas(os) nas escolas da rede estadual de ensino médio. A pandemia de Covid-19, bem como as medidas de contingenciamento adotadas para seu enfrentamento, prejudicaram de forma significativa os esforços de implantação novos CCI durante o biênio. Nenhum novo CCI foi implantado durante o período, em contraste com a programação inicial de 6 CCI implantados. A principal causa para esse baixo desempenho foram as restrições impostas à contratação de novas(os) gestoras(es) para as unidades, o que impediu o seu funcionamento.

Apesar da interrupção na expansão da oferta de vagas nos CCI, as(os) alunas(os) já matriculadas(os) nos 13 CCI já em operação foram beneficiadas(os) pelas ações voltadas à qualificação da educação complementar. Ao todo, 15.088 alunas(os) receberam fardamento e livros didáticos, paradidáticos e dicionários de inglês, espanhol e francês. As ações de intercâmbio (nacional e internacional), como as do programa Estudar Fora, foram suspensas durante o período, devido à restrição de viagens e circulação exigidas pelo combate à pandemia.

PROGRAMA 435 - NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Objetivo: Assegurar a adoção de boas práticas de gestão do ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Taxa de credenciamento de escolas (%)	Quanto maior, melhor	90,00	24,69	80,00	-
Taxa de reconhecimento de cursos (%)	Quanto maior, melhor	25,00	23,00	51,00	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	0	1	0	0	0	4

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
80.284,00	0,00	0,00

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01 % a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
2	0	0	0	1	1	0	4

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
100,00	0,00	0,00

Fonte: CEE.

A normatização e controle do sistema estadual de educação, realizado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), engloba todas as instituições de ensino, públicas e privadas, envolvidas nas principais etapas do ciclo educacional: educação básica, educação profissional e educação superior. A política se dá, principalmente, pelo credenciamento das instituições de ensino e pelo reconhecimento oficial de cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais, garantindo a qualidade do ensino no Estado e contribuindo positivamente para o alcance de resultados educacionais.

Ao todo, 4.649 escolas foram credenciadas durante o biênio, sendo 3.384 instituições públicas e 1.265 instituições privadas, um resultado muito próximo ao valor programado para o biênio (4.450). Em relação ao reconhecimento de cursos de ensino superior, um total de 177 cursos receberam parecer favorável, valor bastante superior (311,63%) ao originalmente programado de 43 cursos. A execução da entrega foi bastante influenciada pelo credenciamento de cursos na modalidade Educação à Distância (EaD), que representavam 53,25% do total de cursos reconhecidos em 2021.

TEMA - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Resultado Temático: População com educação profissional de qualidade e inclusiva articulada com as demandas populacionais e com o mundo do trabalho.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Técnicos de nível médio subsequente absorvidos pelo mercado de trabalho (%)	Quanto maior, melhor	85,00	80,95	80,00	-	80,00	24,68
Tecnólogos diplomados absorvidos pelo mercado de trabalho (%)	Quanto maior, melhor	79,00	77,27	80,86	-	81,00	62,37

Fonte: Secitece.

Novas técnicas e tecnologias, constantemente adotadas no setor produtivo, tornam a qualificação profissional uma demanda urgente para as novas realidades do mundo do trabalho. O processo constante de inovação e dinamização, marca da nova economia, exige uma força de trabalho em constante processo de qualificação e atualização, ao mesmo tempo que gera oportunidades capazes de transformar o cenário socioeconômico das famílias.

Para que o máximo possível de segmentos possa usufruir dessas novas oportunidades, ao mesmo tempo que as(os) trabalhadoras(es) já colocadas(os) possam ver crescimento real em sua renda, uma política pública de educação profissional se torna extremamente necessário para que essa qualificação possa ocorrer em escala compatível com as novas demandas. No Estado, ela é oportunizada em duas modalidades distintas: a educação profissional concomitante, articulada ao ensino médio; e a educação profissional subsequente.

PROGRAMA 441 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO

Objetivo: Garantir educação profissional articulada nos seus mais diversos formatos e ingresso no ensino superior.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	Quanto maior, melhor	16,00	17,00	17,50	-
Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com formação profissional (%)	Quanto maior, melhor	0,16	3,30	3,90	-
Alunos com formação técnica profissional nas mais diversas modalidades ofertadas pela rede estadual (%)	Quanto maior, melhor	83,30	99,50	84,00	-
Alunos matriculados nas Escolas Estaduais e Educação Profissional (EEEP) com proficiência média no ENEM igual ou superior a 600 (%)	Quanto maior, melhor	31,40	22,20	29,00	-

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	1	2	1	0	0	7

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
482.627.281,03	380.557.234,60	78,85

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	0	0	2	2	1	0	7

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
484.414.901,25	449.960.527,78	98,83

Fonte: Seduc.

A educação profissional concomitante, articulada ao ensino médio, faz-se, principalmente, a partir das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), que conciliam a base curricular do ensino médio regular com a oferta de cursos técnicos. Procura-se, assim, ofertar aos alunos da rede pública estadual uma educação mais integrada, visando facilitar seu desenvolvimento como cidadão e sua colocação no mundo do trabalho.

Apesar dos desafios colocados à educação profissional, os resultados observados em 2020 superaram as expectativas iniciais contidas no Plano. As matrículas nas EEEP representaram 17,00% do total de matrículas na rede estadual de ensino médio, valor superior aos 16,00% inicialmente esperados. Ao mesmo tempo, o percentual de alunas(os) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com formação profissional alcançou 3,30%, um resultado significativamente superior aos resultados de anos anteriores e ao programado para 2020 (0,16%). O único indicador de resultado intermediário que não alcançou sua expectativa foi o percentual de alunas(os) matriculadas(os) nas EEEP com proficiência média no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) igual ou superior a 600, para o qual os dados preliminares reportaram apenas 22,20%, bastante abaixo do programado para o ano de 31,40%. Parte considerável desse resultado abaixo do esperado pode ser atribuída à aderência historicamente baixa das(os) alunas(os) ao Enem em 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19.

As estratégias adotadas pelo Estado em termos da educação profissional concomitante envolvem a implantação e estruturação das EEEP; a execução de programas voltados à melhoria do aprendizado, na mesma proposta adotada para as outras etapas da educação básica; e na implementação de ações voltadas à qualificação profissional e inserção das(os) alunas(os) no mercado de trabalho.

No período, a expansão da rede viu a implantação de apenas 2 EEEP, bem abaixo da projeção inicial para o biênio de 15 novas escolas implantadas no Estado. Os atrasos na execução foram ocasionados pela deflagração inicial da pandemia de Covid-19, que exigiu longos períodos de interrupção das obras civis, e por pendências financeiras por parte do Governo Federal, o qual se projetava financiar as escolas por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

No atendimento às(aos) alunas(os) pelos campos de estágio, esforços foram empreendidos para compensar os impactos da pandemia, que foram particularmente sentidos durante 2020. Apenas em 2021, um total de 31.491 alunas(os) foram atendidas(os), o que equivale a 90,57% da meta planejada para todo o biênio. A importância desse esforço foi compreendida pela condição de vulnerabilidade dos segmentos mais jovens da população, situação essa agravada pelos obstáculos ocasionados no período.

PROGRAMA 442 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO

Objetivo: Ampliar a oferta de educação profissional em áreas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, alinhada às demandas dos setores produtivos e vocacionais locais e das regiões do Ceará.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Certificação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (%)	Quanto maior, melhor	95,00	89,36	95,00	80,77
Jovens em situação de vulnerabilidade beneficiados com qualificação profissional (%)	Quanto maior, melhor	72,00	88,47	74,00	74,58
Tecnólogos diplomados (número)	Quanto maior, melhor	89	16	89	194
Concluintes nos cursos de qualificação profissional (número)	Quanto maior, melhor	26.672	18.711	26.672	32.944
Pessoas participantes do Programa Mais Infância beneficiadas com qualificação profissional (%)	Quanto maior, melhor	20,00	-	20,00	2,65
Concluintes nos cursos técnicos subsequentes (número)	Quanto maior, melhor	425	119	540	386

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	2	3	0	0	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
66.313.773,82	49.976.253,20	75,36

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	1	2	4	1	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
70.462.279,58	50.794.800,68	72,09

Fonte: Secitece.

No âmbito da educação profissional subsequente, ofertada para o público em idade ativa, as ações do Estado buscaram se articular com as demandas provenientes do setor produtivo. Os cursos são ofertados nas modalidades de Formação Inicial e Continuada (FIC), nível técnico, nível tecnológico e em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Busca-se, assim, expandir a oferta de cursos que atendam às demandas do mundo do trabalho e preparem a força de trabalho cearense para ocupar os setores estratégicos para o desenvolvimento econômico do Estado.

O destaque da política está na Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos de curta duração (em geral, um trimestre) ofertadas tanto para entrantes no mercado de trabalho, quanto para profissionais já colocados e que buscam desenvolver novas competências. Ao todo, 52.824 pessoas foram capacitadas no biênio em cursos FIC, o que representa 62,40% do total de qualificações da educação profissional subsequente realizadas pelo Estado no período. Desse valor, 26.992 capacitações foram realizadas por meio de contratos de gestão do Estado com instituições parceiras.

Também se destacou as ações de atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, como mulheres chefes de famílias beneficiárias de programas sociais, jovens que nem estudam e nem trabalham, e pessoas com deficiência (PcD). No período, 23.508 pessoas foram capacitadas por meio dos programas Virando o Jogo - Superação, Primeiro Passo, Transformando Vidas, Criando Oportunidades, Empreendedor Criativo, pelos Centro de Inclusão Tecnológica e Social (CITS) e pelo Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (Cepid).

TEMA - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Resultado Temático: Sociedade com educação superior de qualidade, inclusiva e produtora de conhecimento articulado às necessidades e dinâmicas socioeconômicas do estado.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

TEMA - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Evolução dos cursos de graduação com nota satisfatória pelo Enade (%)	Quanto maior, melhor	19,73	63,64	24,00	-	22,00	-
Evolução dos cursos de pós-graduação com avaliação satisfatória pela Capes (%)	Quanto maior, melhor	48,00	48,00	50,50	63,07	50,50	-
Índice de qualificação do corpo docente (adimensional)	Quanto maior, melhor	3,36	3,78	3,90	3,84	3,90	3,88
Taxa de sucesso da graduação pública estadual (%)	Quanto maior, melhor	46,33	49,37	44,00	50,35	44,00	-
Participação de graduados no mercado de trabalho formal (%)	Quanto maior, melhor	22,36	21,85	21,63	22,34	22,71	-

Fonte: Secitece; Ipece.

Como etapa final do ciclo educacional, a educação superior se configura como determinante fundamental para o desenvolvimento do capital humano necessário à produção científica e à atuação profissional altamente qualificada e especializada. Assim sendo, a política de desenvolvimento e manutenção das Instituições de Educação Superior (IES), desafiadora no contexto atual, é fundamental para a construção de uma sociedade do conhecimento. Compõem o sistema estadual de IES públicas a Fundação Universidade Estadual do Ceará (Funece), a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade Regional do Cariri (Urca).

Apesar dos desafios enfrentados por todo o sistema educacional, inclusive a educação superior, isso não se refletiu nos resultados observados para o biênio. A maioria dos indicadores continuou com uma trajetória positiva até o ano de 2020, último ano para o qual houve a divulgação dos dados. Excetua-se dessa constatação o indicador de percentual de participação de graduados no mercado de trabalho formal, cujo resultado (22,34%)

apresentou estabilidade quando comparado à sua série histórica. Em conjunto, os indicadores demonstram a resiliência dos resultados da educação superior, pois mesmo uma tendência de estabilidade representa um ganho significativo, diante do contexto sem precedentes enfrentado pelas IES estaduais no período.

Para o alcance do resultado pretendido, é executado um programa finalístico que contempla ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 451 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Objetivo: Ampliar a oferta e o desempenho da educação superior, no que tange ensino, pesquisa e extensão, alinhada às demandas sociais e vocações regionais, contribuindo para a elevação do nível de escolaridade da população cearense.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Taxa de alunos extencionistas (%)	Quanto maior, melhor	8,53	3,97	4,83	3,98
Graduados vindos das escolas públicas (%)	Quanto maior, melhor	75,22	64,46	59,20	73,91
Graduandos com idade entre 18 a 24 anos (%)	Quanto maior, melhor	65,67	51,88	64,24	53,68
Docentes titulados como Doutores (número)	Quanto maior, melhor	909	916	882	853
Concludentes na pós-graduação (stricto sensu) (número)	Quanto maior, melhor	634	175	630	368
Graduados na rede estadual de ensino superior (número)	Quanto maior, melhor	4.199	2.259	3.886	3.661
Docentes titulados como Mestres (número)	Quanto maior, melhor	582	582	567	447
Produção científica (número)	Quanto maior, melhor	11.269	2.715	9.594	3.666

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	3	3	5	3	2	0	18
Execução Orçamentária (R$ 1,00)							

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
586.221.366,70	524.770.989,52	89,52

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01 % a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	2	4	4	4	0	18

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
738.832.028,32	675.555.475,88	91,44

Fonte: Secitece.

Ao todo, as três IES estaduais, Funece, UVA e Urca, mantêm, entre si, 27 campi universitários em várias regiões do Estado. A política estadual de educação superior se estrutura, em seu fundamento, sobre os três pilares que constituem a educação superior brasileira: o ensino, a pesquisa e a extensão.

No pilar do ensino, a política estadual se pauta pela expansão e manutenção do acesso da população aos cursos de graduação e pós-graduação, vislumbrado como essencial ao desenvolvimento socioeconômico do Estado. Destaca-se a expansão de 46,76% no número de vagas ofertadas para cursos de graduação no período, passando de 6.044 vagas em 2020, para 8.870 vagas em 2021. No entanto, assim como nas outras etapas do ciclo educacional, a permanência das(os) estudantes nos cursos superiores também foi severamente desafiada pelas medidas de distanciamento social adotadas no biênio 2020-2021.

Priorizou-se, assim, os programas de assistência estudantil, em uma tentativa de minimizar os impactos causados pelos períodos de suspensão das aulas e transição para o ensino remoto e híbrido. Os esforços do Estado puderam ser observados no aumento de 126,55% no número de alunas(os) beneficiadas(os) no biênio, que passou de 5.129 beneficiárias(os) em 2020, para 11.620 beneficiárias(os) em 2021. Ao todo, 16.749 alunas(os) foram beneficiadas(os), em ações que envolveram auxílio financeiro (bolsas de permanência, monitoria, tutoria, iniciação científica, entre outras); programas de estágio remunerado; isenção de taxas; alojamentos estudantis; e restaurantes universitários.

Conjugado ao pilar da pesquisa, a expansão observada nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) foi mais modesta, de 7,41% no biênio, com 2.322 vagas ofertadas em 2020, para 2.494 vagas em 2021. Ao todo, a concessão de 2.081 bolsas para estudantes de pós-graduação *stricto sensu* das IES estaduais representou um esforço fiscal de R$43.735.117,56 pelo Estado no biênio, contribuindo para a permanência dessas(es) alunas(os). Em contraste, houve uma expansão mais significativa no apoio aos projetos

conduzidos pelos grupos de pesquisa ativos nas três universidades estaduais. Em 2021, 1.926 projetos de pesquisa foram apoiados, em contraste com 994 projetos apoiados em 2020, um aumento considerável de 93,76%.

Apesar desses esforços, a produção científica das(os) alunas(os) e pesquisadoras(es) das IES estaduais caiu de forma significativa no biênio, com um resultado para todo o período de 6.381 apresentações e publicações de trabalhos produzidos, comparado com o resultado de 10.549 apenas em 2019. Explica-se esse desempenho, em grande parte, devido à pandemia de Covid-19, que forçou o cancelamento de congressos e outros eventos da comunidade acadêmica, bem como interrompeu parte das atividades de pesquisa.

Por fim, no pilar da extensão, importante conjunto de atividades que buscam aproximar as universidades das comunidades em que estão inseridas, houveram impactos significativos da pandemia na execução de parte importante dos projetos. Isso pode ser vislumbrado no percentual de alunas(os) matriculados nas três IES estaduais que participaram de atividades de extensão. Em 2020, esse valor chegou a 3,97%, queda de 169,77% em relação ao valor alcançado em 2019 (10,71%), e permaneceu no mesmo patamar em 2021, onde chegou a 3,98%. Ainda assim, a persistência de vários projetos, mesmo no contexto de distanciamento social, permitiu o alcance de 1.374.432 pessoas beneficiadas durante o biênio.

CEARÁ PACÍFICO

Resultado Estratégico: Sociedade cearense pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Temas: Justiça, Segurança Pública.

TEMA - JUSTIÇA

Resultado Temático: População contemplada com sistema de justiça célere, eficaz e humanizado.

Indicadores temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Índice de satisfação do jurisdicionado (%)	Quanto maior, melhor	-	-	50,00	-	-	-
Pessoas presas de forma provisória (%)	Quanto menor melhor	64,92	45,79	63,50	49,91	50,00	46,41
Taxa de reentrada no sistema prisional (%)	Quanto menor melhor	34,03	30,75	28,02	44,15	42,00	40,67

Fonte: TJ; SAP.

A Justiça, juntamente com a garantia de seu acesso, é um tema que perpassa a ideia de apenas cumprir a legislação e os princípios constitucionais. Isso se deve não somente à abrangência de ações de defesa mas também à uma justiça restaurativa, de transformação social que compõem atuações integradas do poder público, da família e da educação, que buscam combater as desigualdades que existem na sociedade e que proporcionem a recuperação social e equidade perante à lei.

Os indicadores definidos conseguem retratar parcialmente o alcance do resultado do tema, visto que verificam a celeridade da integração da justiça e execução penal (redução de pessoas presas aguardando julgamento) à eficácia do sistema prisional na ressocialização das pessoas que nele ingressam pelo cometimento de práticas delitivas. Porém, ressalta-se que não se tem dado disponível do indicador que mostra o grau de satisfação do jurisdicionado com o serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado, uma informação importante que diz muito sobre a eficácia do sistema de justiça, tornando a cesta de indicadores incompleta.

Em relação ao sistema prisional, no primeiro biênio do PPA, verifica-se um aumento na taxa de reentrada comparado aos anos 2018-2019, apesar dos investimentos do Governo do Estado em práticas de educação, capacitação e trabalho no intuito de reinserir socialmente os seus egressos, oportunizando a escolha de novos caminhos ao findar de suas penas. Porém, ainda assim, há um grande desafio que envolve toda uma questão social e econômica, que se agravaram devido ao quadro econômico no período da pandemia, podendo se fazer referência ao aumento da taxa de desocupação (desemprego).

Já em relação ao número de pessoas presas de forma provisória, há um aumento em relação aos anos de 2018-2019, porém, ainda assim, no biênio 20-21, teve um resultado favorável em relação à expectativa prevista. Isso se deve, sobretudo, ao reflexo das ações

desenvolvidas na segurança pública, no judiciário e na administração penitenciária (articulação da política de alternativas penais no estado, com a expansão das ações na capital e interior e assistência jurídica prestada aos internos por meio da equipe da SAP, em parceria com a Defensoria Pública, ao aumento de audiências remotas advindas do acréscimo de salas para videoconferência e, ainda, a ampliação das alternativas penais e a expansão da oferta de tornozeleiras eletrônicas).

Para o alcance do resultado pretendido, são executados cinco programas finalísticos que contemplam ações e entregas das quais colaboram na consecução dos objetivos programáticos e para a melhoria dos indicadores. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Objetivo: Ampliar o acesso gratuito à Justiça como garantia dos direitos da população em todos os municípios cearenses.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Municípios com oferta de serviços da DPGE (%)	Quanto maior, melhor	26,63	23,91	26,63	36,96

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	0	1	1	2	1	0	8

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
189.856.108,00	177.789.406,74	93,64

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	2	0	3	1	2	0	8

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
193.140.509,46	183.585.876,69	95,05

Fonte: DPGE.

Para medir o alcance do objetivo desse programa foi idealizado um indicador no qual mede a quantidade de municípios com oferta de serviços da DPGE, tendo no primeiro ano alcançado 44 municípios. Para o ano de 2021, chegou a 68 municípios, superando a meta anual. No primeiro ano houve prejuízo na ampliação devido ao isolamento social em decorrência da pandemia, mas uma superação da meta no ano seguinte, pois passaram a ser considerados também os municípios abrangidos pelas comarcas vinculadas, de acordo com a reestruturação estabelecida pelo TJ-CE tendo as comarcas vinculadas abrangidas pelas comarcas sede.

Cabe ressaltar que apenas esse indicador não consegue medir se de fato o objetivo do programa está sendo alcançado. Sendo importante, pensar junto à área finalística quais outros podem ser incorporados para retratar a ampliação do acesso gratuito à justiça.

As entregas deste programa dizem respeito à realização de procedimento jurídico, implantação de núcleos de atendimento jurídico e unidades de atendimento, estruturação de espaço de atendimento jurídico, realização de eventos, capacitação de profissionais e assistência às pessoas. Mesmo com as limitações orçamentárias relatadas e os impactos durante o período da Covid-19, houveram entregas efetivas durante o biênio avaliado.

No ano de 2020, de oito entregas, quatro tiveram execução favorável a partir de 75,01%, as demais três ficaram no intervalo entre 0 e 25% e uma entre 50,01% a 70% da meta proposta. Já no ano de 2021, o que antes eram 44, hoje, 68 municípios contam com os serviços da Defensoria Pública (passaram a ser considerados também o município abrangidos pelas comarcas vinculadas, de acordo com a reestruturação estabelecida pelo TJCE) de forma que 600 mil procedimentos jurídicos movimentaram-se para 730 mil dentre atendimentos, petições, ofícios, audiências, visitas, inspeções, reuniões e outros procedimentos realizados pelos Defensores Públicos independente da presença física do assistido no ato, tendo 6 entregas acima de 75,01% no ano de 2021.

No que se refere à execução orçamentária, no ano de 2020, houve a execução de 93,64% do orçamento (Lei+crédito) e em 2021 teve um aporte de cerca de 5,7 milhões a mais no empenho, além do crescimento de 1,41 pontos percentuais de execução em relação ao ano anterior. De forma a compreender a variação das entregas, no ano de 2020, quatro entregas previstas estavam acima de 75% de execução, já para o ano de 2021 seis de oito entregas já estavam concluídas com execução física acima de 75% estabelecida para o ano.

PROGRAMA 512 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Sentenças proferidas por magistrado (sentença por magistrado)	Quanto maior, melhor	1.070,00	1.126,00	1.111,00	1.137,00
Índice de produtividade do servidor (processo por servidor)	Quanto maior, melhor	119,00	104,00	128,00	91,00
Índice de baixa processual (%)	Quanto maior, melhor	28,24	29,91	29,62	30,07
Índice de atendimento à demanda (%)	Quanto maior, melhor	105,45	131,33	107,70	106,02

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	1	0	1	2	0	0	4

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.085.743.285,00	1.028.328.028,95	**94,71**

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	1	0	3	0	0	0	8

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.130.470.368,44	1.089.288.472,95	96,36

Fonte: TJ.

Este programa busca ampliar a eficiência e eficácia na promoção da Justiça. Os indicadores definidos para avaliar seu desempenho, porém, não retratam de forma completa esse objetivo, dado que os mesmos estão voltados a medir a celeridade dos processos

(eficiência), tornando-se necessário a definição de indicadores que também olhem para a eficácia, outro ponto-chave do objetivo do programa.

Em relação aos indicadores, pode se considerar que todos apresentaram um bom desempenho no biênio 2020-2021. Destaca-se o indicador "Índice de atendimento à demanda processual" que teve seu desempenho favorecido em 2020 com a redução na entrada de novos casos. Enquanto que o indicador "Índice de produtividade do servidor" foi afetado, no mesmo ano, pois muitos processos do acervo que estavam aguardando o encerramento de prazos não puderam ser finalizados e continuaram sendo contabilizados como pendentes.

O presente programa é executado por meio de 5 estratégias (iniciativas) as quais geram o total de 8 entregas ofertadas ao seu público-alvo. No biênio, o desempenho favorável do programa diz respeito à capacitação de pessoas na prestação jurisdicional, serviços cartorários gratuitos ofertados e manutenção e estruturação de unidades judiciárias. Enquanto que o desempenho desfavorável diz respeito aos projetos dos produtos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), que ainda não havia apresentado resultados de sua execução física no período, tendo em vista que a assinatura do contrato de financiamento com o BID ocorreu apenas no final de dezembro/2021, razão pela qual ainda não havia sido possível iniciar o processo de monitoramento e avaliação dos produtos.

PROGRAMA 513 - INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados (número)	Quanto maior, melhor	7	-	9	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	0	0	0	0	1

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
0,00	0,00	0,00

2021
Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	0	0	0	0	1

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
0,00	0,00	0,00

Fonte: TJ

Com a finalidade de promover uma melhor comunicação entre os órgãos do sistema de segurança pública e da administração penitenciária, o programa visa dar celeridade às informações por meio de uma integralização do sistema, e conta com apenas o indicador "Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados" e a entrega Serviço Tecnológico Integrado, em que ambos apresentaram desempenho zerado no biênio.

Em 2021, o Projeto de Padronização e Integração do Mandado de Prisão foi descontinuado, uma vez que a SSPDS/PCCE substituiu seu sistema que permitiria a integração com o sistema do TJCE. No entanto, as partes envolvidas na proposta de ainda irão estudar alternativas de instrumentos que possam vir a substituir o projeto descontinuado.

Cabe reforçar que é um programa com apenas uma iniciativa e uma entrega e, considerando o objetivo do mesmo, acredita-se que poderia estar localizado no programa 512 que tem o objetivo relacionado à ampliação da eficiência e eficácia na promoção da Justiça, de forma a dar celeridade aos processos por meio de ações de modernização tecnológica e de procedimentos de trabalho.

PROGRAMA 514 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo: Promover a reintegração social e a inserção profissional de pessoas presas e egressos do Sistema Penitenciário.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Pessoas presas em regime fechado trabalhando (%)	Quanto maior, melhor	4,50	10,25	15,00	41,74
Taxa de efetividade do monitoramento eletrônico (%)	Quanto maior, melhor	73,00	74,49	70,00	71,60
Pessoas presas em regime fechado matriculadas na educação básica (%)	Quanto maior, melhor	16,52	10,98	16,52	16,77

Pessoas presas em regime semiaberto e egressos do Sistema Penitenciário trabalhando (%)	Quanto maior, melhor	6,97	4,77	7,60	7,19
Taxa de ocupação de vagas femininas no Sistema Penitenciário (preso/vaga)	Quanto menor, melhor	1,00	0,71	0,72	0,66
Taxa de ocupação de vagas masculinas no Sistema Penitenciário (preso/vaga)	Quanto menor, melhor	1,23	1,56	1,60	1,51

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	0	0	5	2	0	0	13

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
650.159.120,22	577.388.891,28	88,80

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	2	2	7	2	0	0	13

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
654.981.286,82	624.878.814,20	95,40

Fonte: SAP

Com o objetivo de promover a ressocialização e inserção profissional de pessoas presas e egressas do sistema penitenciário, o programa conta com seis indicadores, sendo três deles ligados diretamente ao objetivo, voltados ao trabalho e à educação.

No biênio 2020-2021, considera-se que todos os indicadores apresentaram um bom resultado, destacando o excelente desempenho do indicador "Pessoas presas em regime fechado trabalhando" no ano de 2021, com 3.913 pessoas presas trabalhando, em virtude da ampliação das estratégias de ocupação da mão-de-obra dos presos com a instalação de novas empresas dentro das Unidades Prisionais, ampliando a oferta de emprego. Em contrapartida, no ano de 2020, os indicadores voltados à educação básica e ocupação de

vagas masculinas no Sistema Penitenciário tiveram seu desempenho comprometido, devido a suspensão das atividades e paralisação das obras em virtude da pandemia.

Quanto às entregas, no ano de 2020, quase 50% tiveram execução física abaixo de 25%, sendo essas, como dito anteriormente, relacionadas à obras (ampliação e implantação de unidades prisionais, estruturação de unidades táticas) e à capacitação de pessoas presas, egressos e profissionais penais. Já no ano de 2021, o programa atingiu seus objetivos com a expansão dos serviços penitenciários, a assistência integral e ressocialização das pessoas presas e a qualificação dos policiais penais. Vale destacar a reestruturação das unidades que melhorou a taxa de ocupação prisional, apresentaram o melhor número de presos trabalhando, além de beneficiar réus e condenados no acompanhamento de medidas cautelares ou penas alternativas.

No que se refere à execução orçamentária, no ano de 2020 executou 88,80% do orçamento (Lei+crédito) já para o ano de 2021, apresentou uma execução de 95,40%. O programa teve um aporte de aproximadamente 4,8 milhões no orçamento de um ano para o outro e execução de 47,4 milhões de reais no empenho das ações e permitiu que 9 de 13 entregas atingissem uma boa execução física, além disso, um acréscimo de 6,6% pontos percentuais de execução com relação ao ano anterior.

PROGRAMA 515 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na prestação dos serviços de tutela de interesses sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos, contribuindo para o resguardo da ordem jurídica.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Taxa de resolutividade da atuação na defesa do consumidor (%)	Quanto maior, melhor	90,00	88,12	80,00	77,12
Ações penais públicas instauradas pelo MPCE (número)	Quanto menor, melhor	130.000	161.438	123.500	191.112
Ações civis públicas promovidas pelo MPCE (número)	Quanto menor, melhor	1.500	2.833	2.500	3.257
Termos de ajustamento de conduta firmados (número)	Quanto maior, melhor	374	73	100	117

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	0	9	6	2	0	17

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
54.417.016,33	32.077.472,55	58,95

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
1	0	1	12	0	3	0	17

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
41.545.407,98	37.041.379,48	89,16

Fonte: PGJ

O presente programa, voltado aos cidadãos cearenses atingidos pelo descumprimento de políticas públicas, da ordem jurídica pelos gestores e dos seus interesses sociais e individuais indisponíveis, tem como objetivo ampliar a eficiência e a eficácia na prestação dos serviços de tutela de interesses sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos, contribuindo para o resguardo da ordem jurídica, por meio de 8 estratégias (iniciativas), as quais geram o total de 17 entregas ofertadas ao seu público-alvo.

Para medir o alcance deste objetivo, foram idealizados quatro indicadores: Termos de ajustamento de conduta firmados; Ações civis públicas promovidas pelo MPCE; Ações penais públicas instauradas pelo MPCE e Taxa de resolutividade da atuação na defesa do consumidor. Desses indicadores, apenas dois tiveram um bom desempenho no período de 2020: Taxa de resolutividade da atuação na defesa do consumidor e Ações penais públicas instauradas pelo MPCE, chegando a um percentual de 97,91% e 75,82% do cumprimento da meta estabelecida para o período, respectivamente. Os demais indicadores tiveram desempenho desfavorável em decorrência dos efeitos da situação de calamidade pública que gerou o distanciamento e impactou nos Termos de ajustamento de conduta firmados (TAC) já que requerem uma ampla interação e negociação entre os partícipes. Além do aumento de proposições das ações públicas que aumentaram e a pandemia que agravou o resultado.

Já no que diz respeito ao ano de 2021, houve uma boa realização dos *Termos de ajustamento de conduta firmados* devido às ferramentas utilizadas que permitiram a reunião, audiências e eventos virtuais com maior segurança, além disso, houve um desempenho positivo na *Taxa de resolutividade da atuação na defesa do consumidor* devido às medidas adotadas de atendimento virtual, que possibilitou uma retomada parcial do consumo e atendimentos.

Observa-se que o programa teve uma baixa execução orçamentária no ano de 2020, representando uma porcentagem de 58,95%. Contudo, das 17 entregas planejadas, todas encontravam-se com execução física a partir de 75,01%, representando um bom desempenho no ano por meio de ações finalísticas redefinidas por através de processos digitalizados e automatizados, bem como pelo amplo uso de ferramentas de atendimento e de reuniões virtuais, que possibilitaram a execução dessas sem necessário dispêndio de recursos para diárias, viagens, passagens e outros custos. Isso se deve, sobretudo, pelas ações realizadas por meio de adequações de sistemas e automação judicial.

No que diz respeito ao ano de 2021, houve uma redução de 23,65% do orçamento (Lei+crédito) contudo houve uma melhor execução de forma que obteve um bom empenho e uma execução de 89,16%, caracterizando um crescimento de 30,21 pontos percentuais com relação ao ano anterior.

Isso fica claro quando analisamos as entregas que conseguiram atingir grande parte das suas entregas na faixa de acima de 75%.

TEMA - SEGURANÇA PÚBLICA

Resultado Temático: População com garantia de proteção à vida e ao patrimônio ampliada e criminalidade minimizada.

Indicadores temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) - Tipo 1 (número de casos por 100 mil habitantes)	Quanto menor melhor	592,30	478,10	512,30	441,40	473,50	424,48
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) - Tipo 2 (número de casos por 100 mil habitantes)	Quanto menor melhor	118,50	64,90	102,50	96,10	95,30	96,50
Taxa de homicídios dolosos (óbitos por 100 mil habitantes)	Quanto menor melhor	48,80	23,50	42,20	39,40	39,30	34,65

Fonte: PC; SUPESP.

De acordo com a Constituição Cidadã (1988), é dever do Estado garantir a segurança pública para que haja a preservação da ordem social, de forma a proporcionar este direito fundamental a todos os brasileiros. Entretanto, em um contexto atual, a sociedade cearense enfrenta questões relacionadas à violência e à criminalidade, podendo citar o caso das

facções que, nos últimos anos, expandiram-se e acabaram por se consolidar no território. Como consequência dessa problemática há uma crescente sensação de medo e insegurança no Estado como um todo e que se faz merecedora de uma maior atenção.

O tema de segurança pública possui três indicadores que verificam/mensuram a minimização da criminalidade bem como a proteção ao patrimônio para a população. Com os dados de desempenho desde o ano de 2018, na tabela acima, nota-se uma variação positiva quanto aos resultados realizados em relação às metas estabelecidas durante o primeiro biênio do PPA. Vale pontuar que, em 2020, o indicador que mensura os crimes violentos relativos ao patrimônio, tipo 2, (roubo à residência, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de carga e roubo de veículos), apresentou um aumento quando comparado aos anos anteriores, apesar de ter alcançado a expectativa para o ano de exercício. Isso se deve, sobretudo, ao contexto pandêmico que ocasionou uma menor atuação das equipes de policiamento tendo em vista o afastamento de vários profissionais de segurança por problemas de saúde bem como pelo envolvimento destes em ações de garantia das normas de isolamento.

Ademais, em 2020, os homicídios dolosos também apresentaram um aumento com relação ao ano anterior devido aos seguintes fatores: ao deslocamento policial para funções sanitárias, à licença médica de muitos profissionais que foram acometidos pela COVID-19 e à paralisação da polícia nos primeiros meses do ano. Paralisação esta que deu margem aos conflitos entre organizações criminosas no Estado e ficou evidente quando o município de Caucaia despontou como o mais violento do Brasil segundo o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, obteve a maior taxa de homicídios de 98,6 assassinatos a cada 100 mil habitantes, com um número absoluto de 360 mortes violentas intencionais em 2020.

Apesar do empenho realizado pelos órgãos de segurança pública na atuação de combate às transgressões e, consequentemente, redução dos índices de criminalidade, cabe questionar se a população possui essa percepção de segurança no ambiente em que está inserida. Dessa forma, é de grande importância para o PPA uma espécie de *feedback* do público-alvo das políticas implementadas, podendo citar o "Percentual de pessoas que afirmam ter medo de vitimização", do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI, que expressa o percentual da população que sente medo de se tornar vítima de algum ato de violência/crimes, ou também a "Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive", indicador dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para o alcance do resultado pretendido, são executados quatro programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE

Objetivo: Fomentar a integração com a Sociedade, em ações estratégicas e operacionais, e ampliar a realização de ações preventivas na área da Segurança Pública.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Autuados em flagrante por crimes qualificados (%)	Quanto maior, melhor	66,50	60,25	62,50	56,93
Índice de crimes com autoria identificada (%)	Quanto maior, melhor	7,80	6,46	6,80	6,26
Taxa de inquéritos de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) concluídos e remetidos a justiça no prazo legal (%)	Quanto maior, melhor	38,70	21,73	25,00	37,09
Índice de efetividade das vistorias preventivas (%)	Quanto maior, melhor	100,00	131,74	100,00	465,20
Taxa de laudos concluídos no prazo legal para crimes relacionados a Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (%)	Quanto maior, melhor	46,50	33,10	32,00	67,91

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	1	1	9	3	1	0	20

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
3.159.127.010,68	2.709.732.333,89	85,77

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
7	4	2	8	2	0	0	23

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
3.137.262.220,25	3.048.605.514,81	97,17

Fonte: PC; CBMCE, Pefoce.

O programa Segurança Pública Integrada com a Sociedade conta com cinco indicadores. Desses, apenas três tiveram um bom desempenho no período de referência, estando em um percentual a partir de 80% do cumprimento da meta estabelecida para o ano de 2020. Os demais indicadores tiveram desempenho desfavorável em decorrência, principalmente, dos efeitos da situação de calamidade pública.

Já para o ano seguinte, todos os indicadores apresentaram uma execução a partir de 90% do que foi planejado. Entretanto, vale destacar que três tiveram um resultado bem acima do que fora estabelecido como meta, o que pode demonstrar uma falha de planejamento do órgão no que concerne ao Índice de efetividade das vistorias preventivas, Taxa de Laudos concluídos no prazo legal para CVLI e às Taxas de inquéritos de CVLI concluídos e remetidos à justiça no prazo legal.

É importante salientar que os indicadores relacionados à Pefoce no que tange às taxas de laudos muito demonstram ter uma métrica voltada para o processo e não ao resultado em si. Dessa forma, entende-se que não houve uma contribuição no que se refere ao objetivo do programa: de ações estratégicas e operacionais da área de Segurança Pública, assim, sendo importante que se trace um melhor alinhamento indicador - objetivo do programa.

Para o alcance do objetivo, foram elencadas sete estratégias as quais geram o total de 23 entregas ofertadas ao seu público-alvo que estão inseridas em estratégias voltadas na expansão da prestação dos serviços; qualificação das estruturas; expansão dos serviços de monitoramento das áreas de Segurança Integrada; Expansão da oferta de serviços voltados à preservação daqueles em vulnerabilidade social além da promoção da oferta e integração da sociedade e a Segurança Pública.

No período de 2020, houve uma execução de 85,77% do orçamento (Lei+crédito), tendo 13 das 20 entregas com execução a partir de 75,01%. Com relação ao ano de 2021, apesar da diminuição de 0,69% no orçamento (Lei+crédito), existiu um maior percentual de execução chegando a atingir 97,17% do orçamento, sendo 11,4 pontos percentuais com relação ao ano anterior, proporcionando que 10 das 23 entregas tenham atingido o execução física a partir de 75,01%.

PROGRAMA 522 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO

Objetivo: Ampliar a prevenção e repressão dos desvios de conduta no controle disciplinar e correcional.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Servidores ativos respondendo a sindicâncias e processos administrativos disciplinares (%)	Quanto menor, melhor	8,75	6,10	8,50	6,39
Índice de conclusão de sindicâncias e processos administrativos disciplinares (%)	Quanto maior, melhor	56,00	31,80	57,00	22,43
Índice de conclusão de investigação preliminar (%)	Quanto maior, melhor	65,00	25,15	66,00	38,92
Taxa de sucesso das soluções consensuais (%)	Quanto maior, melhor	85,25	34,00	85,50	63,05

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	0	0	2	0	0	0	6

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
6.967.846,89	6.746.551,57	96,82

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	1	1	2	0	1	0	7

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
7.647.658,00	7.525.424,67	98,40

Fonte: CGD.

O presente programa, voltado aos profissionais dos sistemas de segurança pública e penitenciário, tem como objetivo ampliar a prevenção e repressão dos desvios de conduta

no controle disciplinar e correcional, por meio de nove estratégias (iniciativas), as quais geram o total de sete entregas ofertadas ao seu público-alvo: Duas relacionadas à realização de capacitação; Centro de estudos implantado; Serviço de controle de disciplina promovido; Pessoa beneficiada; Atendimento realizado; Sistema de informação aperfeiçoado; Unidade de disciplina implantada e Unidade de disciplina mantida.

Este programa conta com quatro indicadores e tiveram o seu desempenho afetado no ano de 2020 tanto pela Covid-19 (restrições que decretaram o estado de emergência), o Decreto no 33.633/2020, de 23 de junho de 2020, que suspenderam os prazos prescricionais de infrações disciplinares, dos procedimentos desta Controladoria Geral de Disciplina, bem como normativas da CGD que prorrogaram os prazos de suspensão de audiências, das sessões de julgamento e dos prazos processuais quanto pela paralisação da Polícia Militar no início do ano.

No período em questão, correspondente ao primeiro biênio do PPA, medidas de restrições tiveram impacto no ano de 2020 tendo em vista 4 entregas com execução física entre 0 a 25%. Apesar da baixa execução física, no âmbito da execução orçamentária, executou 96,82% do orçamento (Lei+crédito) e teve as seguintes entregas efetivas: Decisões de 291 processos regulares e sindicâncias, que envolvia 514 policiais; manutenção da sede localizada em Fortaleza e de 04 células regionais localizadas nas cidades de Juazeiro do Norte, Sobral, Quixadá e Tauá; Mediação de acordos com métodos alternativos para resolução de conflitos disciplinares, beneficiando 108 pessoas, por meio do Núcleo de Soluções Consensuais e a realização de 05 correições, sendo 01 na cidade de Maranguape e 04 na cidade de Fortaleza.

Com relação ao ano de 2021 houve um incremento de 9,75% na previsão orçamentária e teve um crescimento de 1,58 pontos percentuais de execução em relação ao ano anterior. Ademais, com a maior execução financeira, 3 entregas atingiram a execução física a partir de 75,01%. Valendo ressaltar que o percentual dos indicadores e entregas, em sua maioria, ultrapassam 50% da meta programada, tendo as seguintes entregas efetivas: Capacitação Realizada; 14 correições; 4 capacitações para os servidores da CGD; Implantação do Centro de Estudos; 203 pessoas beneficiadas com o Núcleo de Soluções Consensuais e mediador e 5 Células da CGD mantidas.

Dessa forma, entende-se que o programa possui ações que possibilitam ao cidadão maior participação social, com ampla discussão a respeito do exercício funcional dos agentes públicos, sendo traduzido pelo incremento dos mecanismos de transparência da administração pública, os quais facilitam o acesso do cidadão aos meios formais para proceder reclamações e cobrar do Governo respostas céleres aos fatos denunciados pela sociedade.

PROGRAMA 523 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Melhorar a qualidade do serviço de segurança pública prestado de forma integrada e efetiva ao cidadão.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Profissionais de segurança pública capacitados (%)	Quanto maior, melhor	13,93	7,23	13,46	38,99
Agentes ativos da segurança pública mortos por crimes violentos (número)	Quanto menor, melhor	19	11	18	9

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	3	0	5	2	0	1	14

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
28.043.767,16	17.745.265,90	63,28

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	2	2	5	0	2	0	14

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
33.284.695,26	24.352.143,05	73,16

Fonte: AESP; Supesp

Pautado não apenas no investimento estrutural mas também no capital humano da segurança pública, este programa busca melhorar a qualidade do serviço de segurança pública prestado ao cidadão, possibilitando a este a tranquilidade necessária para o bom desempenho em suas atividades. O programa conta com dois indicadores que foram avaliados no biênio 20-21 e diz respeito à capacitação dos profissionais do sistema de segurança pública e aos agentes que foram mortos por crimes violentos.

Observa-se que durante o período analisado o número de agentes mortos diminuiu de acordo com as metas estipuladas para o exercício, demonstrando uma efetiva preocupação

do Sistema de Segurança Pública em capacitar e orientar seus profissionais com o objetivo de minimizar a exposição ao risco. Quanto à capacitação dos profissionais, a meta foi superada em 289,67% no ano de 2021, devido ter sido feito um planejamento mais conservador dado a incerteza do aumento dos casos de Covid-19. Dessa forma, a instituição optou por prever uma meta exequível para aquela realidade, mas com o avanço da vacinação e a abertura gradual das atividades acadêmicas, a meta foi superada.

Como estratégias para o cumprimento do objetivo do programa tem-se uma boa realização na capacitação inicial e continuada aos agentes da segurança pública com a manutenção da Academia de Segurança Pública, na qualificação dos profissionais de Segurança Pública por meio das capacitações; na expansão do conhecimento técnico-científico sobre a política de Segurança Pública assim como na promoção da oferta de estudo técnico científico por meio de estudos e pesquisas estratégicas.Além disso, a Promoção dos serviços de assistência a saúde dos profissionais de segurança e seus dependentes, no qual merece destaque e alinha-se aos objetivos do programa.

PROGRAMA 524 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES

Objetivo: Ampliar a capacidade de resiliência do Estado diante de desastres naturais e tecnológicos.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Famílias vítimas de desastres assistidas pela Defesa Civil (%)	Quanto maior, melhor	9,00	0,31	9,50	77,67

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	0	0	0	1	0	0	2

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
25.440.755,00	3.812.430,40	14,99

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	1	0	0	0	0	1	6

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
20.445.216,25	7.945.159,97	38,86

Fonte: CBMCE

O seguinte programa visa proporcionar suporte para o Estado no que diz respeito aos riscos e desastres que afetam a vida da comunidade com seus efeitos por meio do atendimento de resgate, busca, salvamento, combate a incêndio e pelo atendimento às vítimas de desastres e restabelecimento de estruturas colapsadas por desastres, como é o caso de secas, estiagens, enxurradas e enchentes.

O programa possui um indicador denominado Famílias vítimas de desastres assistidos pela Defesa Civil no qual foi acompanhado no primeiro biênio e apresentou desempenho negativo, no primeiro ano, devido à pandemia da COVID-19, tendo em 2021 mostrado maior desempenho, considerando o alto índice de famílias vítimas de desastre que foram atendidas pelo Corpo de Bombeiros.

No biênio 2020-2021, em geral, o desempenho físico das entregas ficou abaixo do esperado, com mais de 50% das entregas do programa sem execução, o que, consequentemente, também afetou a execução orçamentária no período. Devido à situação da Covid-19, outras áreas tiveram suas ações potencializadas e que não estavam ligadas à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.

As entregas efetivas neste período consistiram na prestação de serviço assistencial (com a distribuição de cestas de alimento para pessoas afetadas economicamente pela pandemia e abastecimento de água potável por meio de carros-pipa) e na estruturação da unidade de defesa civil (com aquisição de cestas de alimentos, colchonetes e materiais de assistência para o pronto atendimento às vítimas de desastres). A execução orçamentária no período foi relativa a realização dessas duas entregas.

CEARÁ SAUDÁVEL

Resultado Estratégico: População saudável.

Temas: Esporte e Lazer, Saneamento Básico e Saúde.

TEMA - ESPORTE E LAZER

Resultado Temático: População adepta e com acesso democratizado à cultura e à prática qualificada do esporte e do lazer.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Taxa de crescimento da participação dos atletas cearenses em competições nacionais e internacionais (%)	Quanto maior, melhor	31,00	-	25,00	-	10,00	-
Taxa de prevalência em atividade física (%)	Quanto maior, melhor	-	-	80,00	-	82,00	-

Fonte: Sejuv.

O tema Esporte e Lazer é constitucionalmente um dos direitos sociais dos cidadãos. O Estado vem desenvolvendo essa área por meio de um conjunto articulado de Programas que favorecem o acesso às práticas esportivas e ao lazer como importantes fomentadores da melhoria da qualidade de vida e da inclusão social da população.

Para a mensuração do resultado do tema, foram definidos dois indicadores, um relacionado à participação dos atletas em competições e outro à prevalência em atividade física. O primeiro, não foi possível mensurar durante a pandemia enquanto que o segundo não foi possível aferi-lo pela falta de dados. Isso mostra uma fragilidade quanto a mensuração do resultado do tema, pois além de um dos indicadores desenhados não ser possível calcular, ainda que pudesse, o conjunto dos dois indicadores são insuficientes para abarcar todas as dimensões presentes no resultado.

Como política transversal, o Governo do Estado do Ceará vem oportunizando a implementação e democratização do espaço público em todas as Regiões, na perspectiva da universalização do direito ao esporte e lazer por meio do planejamento intersetorial com outras políticas e da parceria com os Municípios.

A transformação de diversos ambientes, seja por meio da recuperação de espaços públicos ou implantação de equipamentos adequados para usufruto de todos os cidadãos, promoverá o estabelecimento de conexões humanas, econômicas e propiciará a formação de hábitos de vida saudável.

O tema Esporte e Lazer é tratado de forma transversal, constando como ação em outros órgãos, para além da Secretaria do Esporte e Juventude (Sejuv), a exemplo das entregas voltadas para a primeira infância, dos espaços de socialização voltados para a população mais vulnerável e de outras ações e projetos direcionados ao lazer e ao esporte, que se

enquadram na promoção da cidadania, da educação integral e melhoria da qualidade de vida.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados dois programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 611 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO

Objetivo: Promover de forma democrática o esporte e o lazer como exercício da cidadania e vetores para a saúde e a integração dos cidadãos na convivência social.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Alcance dos núcleos esportivos realizados pela Sejuv nos municípios cearenses (%)	Quanto maior, melhor	42,00	22,28	46,00	-
Incremento de profissionais capacitados na área de esporte e lazer (%)	Quanto maior, melhor	10,00	-	10,00	-
Municípios com equipamentos construídos e reformados pela Sejuv (%)	Quanto maior, melhor	9,00	16,84	10,00	-
Integração da população por meio da participação das minorias sociais em ações de esporte e lazer (%)	Quanto maior, melhor	6,00	-	8,00	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	0	0	1	1	0	0	8

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
108.485.522,49	78.932.568,62	72,76

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas

5	0	0	2	0	1	0	8

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
137.089.532,70	120.713.208,42	88,05

Fonte: Sejuv.

A democratização e promoção do esporte e lazer como exercício de cidadania, objetivo deste programa, foi diretamente prejudicado pelo estado de emergência e de isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19, visto a impossibilidade de execução das atividades presenciais planejadas. As entregas deste programa se limitaram basicamente no pagamento de bolsas para atletas e profissionais dos núcleos, que realizaram atividades de forma remota.

Dos quatro indicadores definidos para o programa, apenas dois indicadores foram monitorados, e somente em 2020, o que dificulta a avaliação dos resultados. As entregas deste programa basicamente são: realização e apoio a eventos esportivos, implantação de núcleos e equipamentos de esporte e lazer, além da concessão de bolsas para atletas.
No biênio, em geral, das oito entregas previstas, a maioria delas tiveram uma execução desfavorável, onde apenas duas tiveram boa execução, em 2020, e três, em 2021.

PROGRAMA 612 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

Objetivo: Projetar o esporte cearense nos cenários regional, nacional e internacional.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Atletas cearenses entre os 10 melhores do ranking no cenário esportivo nacional/internacional (número)	Quanto maior, melhor	27	-	30	-
Modalidades esportivas olímpicas apoiadas e realizadas pela Sejuv (%)	Quanto maior, melhor	70,00	65,71	12,00	-

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
3	1	0	0	0	0	0	4

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
11.025.524,13	6.062.936,81	54,99

2021

Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	0	2	2	0	0	4

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
15.586.616,00	13.724.938,18	88,06

Fonte: Sejuv.

Com o objetivo de projetar o esporte cearense tanto a nível nacional como internacional, este programa, também, teve suas ações prejudicadas, com as medidas de isolamento social impostas pela pandemia. Somente um dos indicadores foi acompanhado em 2020, e nenhum no ano de 2021.

No que se refere a execução orçamentária, o ano de 2020 executou 54,99% do orçamento (Lei+ crédito) e, em 2021, além do incremento de 41,3% na previsão orçamentária, o programa teve um aporte de cerca de 7,6 milhões na sua execução e um crescimento de 33,07 pontos percentuais com relação ao ano anterior.

Esta variação influencia diretamente nas entregas, no ano de 2020 das quatro entregas previstas a maior foi de 31,30% da meta, já em 2021, todas as entregas tiveram no mínimo 75% da execução física estabelecida para o ano.

TEMA - SANEAMENTO BÁSICO

Resultado Temático: População com garantia de saneamento básico de qualidade, nos espaços urbanos e rurais.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Domicílios com abastecimento de água adequado (%)	Quanto maior, melhor	79,60	79,10	82,59	-	79,50	-
Domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)	Quanto maior, melhor	62,80	58,50	65,38	-	58,70	-

Fonte: Ipece.

O Saneamento Básico é um dos maiores desafios no Brasil. Essa política pública compreende o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de

abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas e está diretamente relacionada com as questões de saúde pública, e repercute na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A universalização destes serviços é compromisso de estados e municípios, desde a atualização do marco regulatório do saneamento básico, devendo esta prestação de serviço ser organizada de forma regionalizada e adequada às normas da Agência Nacional de Águas.

O Ceará vem enfrentando os desafios impostos nesta temática, especialmente no que se refere ao esgotamento sanitário, para tanto tem feito esforços para aumentar esse índice, como a busca por parcerias nacionais e internacionais, como o Banco Alemão KfW e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Entre 2018 e 2019 percebeu-se um aumento no percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado e também do percentual de domicílios com abastecimento de água. No entanto, não há dados para mensuração desses valores em 2020 e 2021, o que não permite fazer uma avaliação desses indicadores.

Cabe a reflexão, devido ao desafio da temática, em vez de ter somente indicadores gerais de acesso à água e esgoto para aferir o resultado do tema, se não seria interessante pensar também em indicadores que também tragam o recorte espacial, rural e urbano, a fim de ter uma avaliação mais real de acesso ao saneamento no estado do Ceará e, assim, mensurar de forma mais assertiva o resultado do tema.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados dois programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 621 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

Objetivo: Ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
População urbana coberta por sistema de esgotamento sanitário (%)	Quanto maior, melhor	41,60	-	40,60	-
População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada (%)	Quanto maior, melhor	92,65	-	91,92	-
Índice de utilização da rede de água (%)	Quanto maior, melhor	76,32	74,28	74,02	72,91
Índice de utilização da rede de esgoto (%)	Quanto maior, melhor	78,97	74,36	75,74	75,42

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
9	3	0	2	1	0	1	16

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
329.428.551,90	41.577.813,08	12,62

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	2	0	3	2	1	1	13

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
565.166.231,54	30.334.746,42	5,37

Fonte: Scidades; Cagece.

O programa tem o objetivo de ampliar o acesso ao saneamento focado na população urbana cearense. As ações do programa são realizadas por meio da Secretaria das Cidades (Scidades), Secretaria do Turismo (Setur), Companhia de Água e Esgoto (Cagece) e Ceasa. Além dessas, também tem ações executadas por meio do Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

No biênio, mesmo com muitas entregas com execução física abaixo de 25%, algumas importantes realizações foram feitas como ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) nos municípios de Aracati, Caucaia, Caridade, Quixadá e Juazeiro do Norte e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) nos municípios de Viçosa do Ceará, Sobral, Fortaleza e Massapê.

Para medir o alcance do objetivo, foram idealizados quatro indicadores, conforme mostra a tabela acima. Apesar dos esforços realizados para ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, os índices de utilização da rede de água (IURA) e de utilização da rede de esgoto (IURE) não alcançaram a meta planejada para o período. E, quanto aos indicadores relacionados à população urbana coberta por sistema de esgotamento sanitário e por sistema de abastecimento de água tratada, não é possível avaliar seus desempenhos pois ainda não houve a consolidação do dado final. Cabe ressaltar que o IURE e IURA são mensurados apenas nos municípios de atuação da Cagece.

Em relação à baixa execução orçamentária do programa no biênio, isso se dá pois não é possível verificar o desempenho financeiro da Cagece devido à mesma ser uma empresa estatal não dependente e, por isso, utilizar sistema próprio de pagamento (não passando pelos sistemas corporativos do Estado). Assim, há um alto valor de orçamento planejado (Lei + Crédito), pois a Cagece declara seu investimento na Lei Orçamentária Anual (LOA) e um baixo valor de execução (empenhado), pelo motivo explicado anteriormente.

As principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas aos contratos/convênios/congêneres, muitas obras são financiadas com recursos externos e qualquer tipo de alteração precisa da anuência do órgão financeiro, o que impacta no andamento das obras. Outras têm dificuldades relacionadas aos processos de licitação e emissão de licenças ambientais. Tudo isso, somado ao contexto da pandemia de Covid-19 vivenciado no biênio.

PROGRAMA 622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

Objetivo: Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) (número)	Quanto maior, melhor	183.000	215.034	203.000	228.791
Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) (número)	Quanto menor, melhor	147.000	176.870	185.000	186.994

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	2	0	1	0	0	0	9

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
75.654.254,05	22.978.941,67	30,37

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	0	1	2	0	1	0	8

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
109.099.656,78	73.930.449,35	67,76

Fonte: Scidades.

As ações do programa são realizadas por meio da Scidades e Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), por meio dos programas Águas do Sertão, Integração do Rio São Francisco (PISF), Água para Todos e São José. Além dessas, também tem ações executadas por meio do Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

Para mensurar o objetivo do programa foram definidos dois indicadores relacionados às ligações (totais e ativas) da rede de abastecimento de água rural. Apesar desses serem importantes em alguma medida, não é possível saber, somente por meio deles, se a população rural está tendo mais acesso à abastecimento de água, ou ainda, quanto da

população continua sem acesso. Além disso, nota-se a falta de indicadores para mensurar o acesso da população a serviços de esgotamento sanitário.

Quanto às entregas, no período, teve a implantação do SAA de Barra de Santana (Jati) por meio do PISF, beneficiando 98 famílias, instalação de 1.750 cisternas de placa para armazenamento de água para consumo humano em nove regiões de planejamento e a implantação de 25 sistemas de abastecimento de água em 10 regiões de planejamento.

Apesar do bom desempenho dos indicadores, a execução física-financeira ficou abaixo do planejado, principalmente em 2020. O PAS foi aprovado no segundo semestre de 2019, com atraso de mais de um ano e isto atrasou o início de todas as obras. Além disso, a pandemia de Covid-19 fez com que as obras fossem paralisadas e/ou tivessem seu ritmo alterado. Outras dificuldades enfrentadas foram na logística e o aumento nos valores dos insumos, dificultando assim o andamento das obras de sistemas de abastecimento de água e cisternas que tiveram que ser paralisadas por um período até a retomada gradual das atividades.

TEMA - SAÚDE

Resultado Temático: População com saúde integral de qualidade.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Gravidez na adolescência (10 a 19 anos) (%)	Quanto menor, melhor	16,40	18,00	16,00	14,40	15,00	13,80
Taxa de detecção de HIV em menores de 5 (cinco) anos de idade (casos novos por 100 mil habitantes)	Quanto menor, melhor	2,00	0,70	1,30	0,30	0,90	0,90
Taxa de incidência de casos de arboviroses (casos novos por 100 mil habitantes)	Quanto menor, melhor	59,30	183,40	630,20	241,10	504,20	364,60
Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade (casos novos por mil nascidos vivos)	Quanto menor, melhor	10,80	9,40	11,40	9,70	9,70	14,50
Taxa de internação por condições sensíveis à atenção básica (%)	Quanto menor, melhor	19,10	18,10	18,10	15,10	17,80	-

Taxa de mortalidade específica por causas externas (suicídio) (óbitos por 100 mil habitantes)	Quanto menor, melhor	7,20	6,70	6,80	6,20	6,60	6,81
Taxa de mortalidade neonatal (óbitos de menores de 28 dias por mil nascidos vivos)	Quanto menor, melhor	8,60	8,50	7,50	8,30	7,20	7,50
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) (óbitos por 100 mil habitantes)	Quanto menor, melhor	51,30	46,30	44,00	45,90	43,00	46,20
Taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) (óbitos por 100 mil habitantes)	Quanto menor, melhor	53,10	46,60	34,00	43,50	33,00	36,30
Taxa de mortalidade por câncer (óbitos por 100 mil habitantes)	Quanto menor, melhor	105,00	106,80	99,75	102,70	94,50	86,00

Fonte: Sesa.

As políticas públicas de saúde do estado visam a ênfase no acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, sejam de prevenção, promoção, proteção ou recuperação da população, e dialoga constantemente com as demandas, articulações e novos arranjos técnicos e institucionais do Sistema Único
de Saúde (SUS).

O tema Saúde continua sendo um dos maiores desafios do Governo, e mediante a pandemia do Covid-19, que afetou de modo generalizado todas as ações locais e mundiais, tomaram uma importância ainda mais crítica no biênio.

Nos anos de 2020 e 2021, alguns resultados positivos puderam ser observados, como: a taxa de mortalidade por câncer (óbitos por 100 mil habitantes) e o percentual de gravidez na adolescência (10 a 19 anos). Enquanto que a taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) (óbitos por 100 mil habitantes; Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) (óbitos por 100 mil habitantes) e a taxa de mortalidade específica por causas externas (suicídio) (óbitos por 100 mil habitantes) não tiveram resultados tão satisfatórios assim.
Sobre os resultados acima, vale a pena refletir no impacto que a pandemia Covid-19 causou. Não se pode afirmar ao certo se a redução da taxa de mortalidade por câncer e gravidez na adolescência apenas se refere a uma menor taxa de identificação e reportagem dos casos, consequência das medidas restritivas da pandemia. Já para os casos do aumento da taxa

de morte por AVC, miocárdio e até mesmo suicidio, também não se pode afirmar ao certo se estariam relacionados à mesma causa, já que a restrição física das pessoas pode ter aumentado o estresse, a depressão e a redução da qualidade de vida levando ao aumento dos casos.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados quatro programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO

Objetivo: Melhorar a resolutividade e a eficiência das ações de saúde, de forma integrada, equânime e regionalmente bem distribuída.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
População com acesso a medicamentos dos programas prioritários (HAS/ DM) (%)	Quanto maior, melhor	100,00	-	0,00	-
Taxa de prematuridade (%)	Quanto menor, melhor	10,50	12,03	10,00	12,28
Taxa de internação por diabetes na população de 20 ou mais anos (%)	Quanto menor, melhor	3,40	6,00	3,30	6,12
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária (procedimentos por mulher na faixa etária)	Quanto maior, melhor	0,26	0,00	0,26	103,00
Proporção de cura entre os casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes (%)	Quanto maior, melhor	90,00	79,40	90,00	75,50
Taxa de redução do tempo médio de espera por internação para cirurgia eletiva (%)	Quanto menor, melhor	5,00	81,00	5,00	45,60
Tempo médio entre a realização do exame e a disponibilização do laudo ambulatorial (dia)	Quanto menor, melhor	10	-	9	1
Unidades de saúde informatizadas com prontuário eletrônico (%)	Quanto maior, melhor	75,80	88,00	30,00	92,00

Tempo médio de permanência na internação por transtorno mental (dia)	Quanto menor, melhor	5,60	24,71	26,8	25,43

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	3	1	13	2	4	0	25

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
4.045.468.575,35	3.838.837.603,44	94,89

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	3	1	13	2	4	1	27

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
4.613.016.451,52	4.428.230.309,34	95,99

Fonte: Sesa.

O programa de Atenção à Saúde ao Cidadão é um dos programas mais importantes dentro do tema Saúde, dado que nele consta a maior parte das ações voltadas aos usuários do SUS, como manutenção e extensão das unidades hospitalares, laboratórios, policlínicas etc para um atendimento mais qualificado e eficiente à população.

Cabe ressaltar que este é o programa com maior orçamento planejado e executado no biênio, mostrando a relevância e prioridade da temática para o Governo do Estado.

O programa, no biênio, teve uma execução orçamentária satisfatória, haja vista o percentual de desempenho em torno de 95%. Do ponto de vista da execução física, o desempenho também foi bom, já que o maior percentual das entregas no biênio 20-21 alcançaram a execução acima de 75%. Podendo destacar, a ampliação das Unidades Hospitalares da Rede própria da SESA, com a realização de obras, contemplando o Hospital Geral de Fortaleza; Hospital Dr. O Carlos Alberto Studart Gomes, com a construção de clínica de retaguarda (posto IV); Hospital Infantil Albert Sabin, com a ampliação e reforma da emergência e Hospital São José, com a ampliação do serviço de vigilância epidemiológica e ambiental.

Porém, analisando do ponto de vista dos resultados, os indicadores demonstraram resultados desfavoráveis, uma vez que, com exceção dos indicadores "Percentual de Unidades de saúde informatizadas com prontuário eletrônico" e "Tempo médio entre a realização do exame e a disponibilização do laudo ambulatorial", os resultados não alcançaram o planejado. Isso se deu devido ao Governo do Estado ter de redefinir as prioridades de suas ações e decretar estado de emergência para combater a pandemia da Covid-19.

Foi observado ainda, no biênio, que o indicador Unidades de saúde informatizadas com prontuário eletrônico não apresenta resultado direto com o Programa 631, sendo melhor alocado no Programa 633, que visa aprimorar os instrumentos e mecanismos gerenciais para qualificação da gestão, fato que ocorreu na revisão deste PPA.

PROGRAMA 632 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO

Objetivo: Reduzir os agravos e doenças, bem como os riscos à saúde da população cearense.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez (%)	Quanto maior, melhor	80,00	87,00	92,00	96,70
Taxa de incidência de intoxicações exógenas por agrotóxico (número de casos por 100 mil habitantes)	Quanto menor, melhor	2,10	2,90	2,00	3,17
Proporção de casos suspeitos de doença exantemática notificados em até 24 horas após a data do início do exantema (%)	Quanto maior, melhor	38,40	31,20	44,50	37,50
Proporção de contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase examinados (%)	Quanto maior, melhor	90,00	65,10	90,00	57,10
Taxa de notificação de doenças em eliminação preveníveis por vacinas (número de casos por 100 mil habitantes)	Quanto maior, melhor	3,30	5,20	3,50	1,80
Proporção de surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA) investigados com coleta de amostras (%)	Quanto maior, melhor	50,00	80,00	55,00	100,00
2020					
Comportamento da execução física das entregas					

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	2	1	5	3	1	0	17
Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
342.777.094,58			277.339.659,85			80,91	
2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	**25,01% a 50%**	**50,01% a 75%**	**75,01% a 100%**	**100,01% a 200%**	**Acima de 200,01%**	**Entregas com meta zero e execução**	**Total de entregas planejadas**
1	2	1	9	3	3	0	19
Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)							
Lei + Créditos (A)			**Empenhado (B)**			**% Execução (B/A)**	
108.171.847,07			95.440.910,78			88,23	

Fonte: Sesa.

O Programa objetiva reduzir os agravos e doenças, bem como os riscos à saúde da população cearense, teve como uma das suas principais atividades no biênio o cuidado e a atenção com as ações em vigilância sanitária super motivadas pela pandemia da Covid-19. Obteve uma execução orçamentária satisfatória quando observado o percentual de execução nos anos 20-21.

Quanto ao desempenho dos indicadores anunciados, três não alcançaram o resultado esperado, sendo eles: Proporção de casos suspeitos de doença exantemáticas notificadas em até 24 horas após a data do início do exantema; Proporção de contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase examinados e Taxa de notificação de doenças em eliminação preveníveis por vacinas (em 2021). Esse resultado se dá pela redução do número de ações preventivas possíveis e da redução de visitas nos postos de saúde pela população, consequência das medidas restritivas da pandemia.

Por outro lado, os indicadores: Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez; e Proporção de surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA), alcançaram resultados favoráveis.

Considera-se, no geral, que a execução física das entregas também foram boas, podendo destacar: a implantação do programa de Vigilância à Saúde da População Exposta a Agrotóxicos (VSPEA); distribuição de 16.777.082 seringas sendo, 9.371.485 adquiridas pelo Governo do Estado e 7.405.597 adquiridas em parceria com a vacina Pfizer; manutenção do

LACEN, com realização de 1.377.631 exames e análises; estruturação de Unidade de Saúde com a descentralização do CIEVS estadual para três regiões de saúde nas SRNORTE, SRCARIRI e SRLES, estruturação de Unidade de Saúde com reforma concluída na Rede de Frio da SRFOR e a implantação de quatro Comitês de Promoção da Saúde no Ceará nas regiões de Fortaleza, Sobral, Litoral Leste e Sertão Central.

PROGRAMA 633 - GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Objetivo: Aprimorar os instrumentos e mecanismos gerenciais para qualificação da gestão e ampliação da participação dos atores sociais na governança do sistema de Saúde.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Tempo médio de permanência de pacientes internados em hospitais da rede própria da Sesa (dia)	Quanto menor, melhor	16,91	11,50	16,06	10,78
Taxa de ocupação dos leitos das unidades hospitalares da rede própria da Sesa (%)	Quanto maior, melhor	85,00	72,76	85,00	81,30
Conselhos de saúde em pleno funcionamento (%)	Quanto maior, melhor	25,00	27,00	50,00	87,00

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
10	1	0	2	1	1	0	15

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
59.654.936,92	29.618.088,41	49,65

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
15	0	0	2	5	0	0	22

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
78.359.522,82	47.158.321,06	60,18

Fonte: Sesa.

O programa Gestão e Governança do Sistema de Saúde com Transparência e Integridade, quanto a execução física no biênio, percebe-se que o maior percentual das entregas não alcançaram pelo menos 50% do planejado para o biênio, isso porque a maioria das entregas são referentes a obras, que não foram executadas. Tal situação se deu pelo estado de emergência decretado para combater a pandemia da Covid-19, ficando suspenso o início de novas obras. Ressalta-se que, mesmo com algumas realizações referente a eventos, implantações de sistemas e implementação de ouvidorias, o desempenho do programa ainda permaneceu abaixo do planejado.

Quanto aos indicadores, o tempo médio de permanência de pacientes internados em hospitais da rede própria da Sesa, que expressa o tempo, em média, que o(a) paciente permanece na instituição, refletindo na diminuição de custos, otimização dos processos institucionais e redução do índice de infecções, alcançou um resultado satisfatório. Justifica-se para isso, mesmo em tempos de pandemia, às ações realizadas de otimização no acolhimento dos hospitais que atendem pacientes com Covid por meio da classificação de risco, reordenação da demanda, fortalecimento da relação com os hospitais de apoio para contingenciamento dinâmico no perfil de leitos Covid e diminuição do tempo de internação. Somado a essas ações, houve também a redução do tempo de permanência de pacientes no Hospital Mental, o que gerou os resultados apresentados no biênio.

No que se refere ao indicador Taxa de ocupação dos leitos das unidades hospitalares, mesmo no contexto de pandemia pela Covid-19 a taxa de ocupação dos hospitais da rede própria SESA se mantiveram estáveis, com uma média anual de 75,4%, da meta pactuada de 85%. Essa estabilidade pode ser justificada, pois mesmo com a grande demanda para a Covid-19 na rede hospitalar, alguns hospitais da rede SESA tiveram diminuição no seu atendimento devido ao seu perfil assistencial, a exemplo HJMA, com perfil cirúrgico e HSM, por ser para assistência de saúde mental. Desta forma, verifica-se que a taxa de ocupação de leitos Covid apresentou-se alta, já a taxa de ocupação hospitalar mostrou-se estável por causa da variação no quantitativo de leitos, redução dos procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais.

Cabe ressaltar que notou-se que os indicadores “Tempo médio de permanência de pacientes internados em hospitais da rede própria da Sesa” e “Taxa de ocupação dos leitos das unidades hospitalares da rede própria da Sesa” estão mais alinhados ao objetivo do programa 631, sendo remanejado para tal após a revisão do PPA, em 2021.

Os Conselhos de saúde em pleno funcionamento tiveram um resultado que também chama atenção, pois devido ao reflexo do Estado pandêmico, passou a realizar suas atividades de forma remota, o que permitiu, na verdade, um maior número de discussões e reuniões.

PROGRAMA 634 - GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Objetivo: : Ampliar a integração e a intersetorialidade nas áreas da gestão do conhecimento, da força de trabalho, da pesquisa, da educação, da inovação e da inteligência na política pública de saúde.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Profissionais de saúde que concluíram programa de residência multiprofissional (%)	Quanto maior, melhor	100,00	63,33	84,30	84,40
Pesquisas desenvolvidas por linhas de cuidado definidas pela atual política de saúde (%)	Quanto maior, melhor	10,00	14,83	12,00	54,00
Profissionais de Saúde que concluíram o programa de residencia médica (%)	Quanto maior, melhor	80,30	78,33	82,70	84,36
Trabalhadores de saúde formados e capacitados nos serviços de saúde (%)	Quanto maior, melhor	20,92	24,04	21,97	41,49

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
7	1	1	0	5	1	0	15

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
61.074.391,66	53.593.973,83	87,75

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
0	0	0	3	2	4	0	9

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
50.891.848,82	43.565.627,24	85,60

Fonte: ESP.

O programa Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde busca ampliar a integração e a intersetorialidade nas áreas da gestão do conhecimento, da força de trabalho, da pesquisa, da educação, da inovação e da inteligência na política pública de saúde. Importante mencionar que as entregas referentes às obras foram suspensas, por consequência do estado de emergência decretado para combater a

pandemia da Covid-19. Contudo, as demais, sobretudo as que representam a formação continuada, tiveram desempenho satisfatório, conforme planejado.

Como destaque, têm-se as seguintes ações: realização de capacitações, apresentando um desempenho acima da meta, motivado pelas ações que foram promovidas a distância pela ESP/CE, visto que as mesmas têm o potencial de atingir um quantitativo significativo de indivíduos; 49.296 indivíduos beneficiados por meio dos serviços do Centro de Extensão em Saúde, além da capacitação de 1.599 trabalhadores no Treinamento de habilidades do Uso do Elmo no Setor Público Estado do Ceará, um projeto desenvolvido durante a pandemia e que ganhou o prêmio de melhor projeto de inovação do Brasil.

Quanto ao desempenho dos quatro indicadores definidos para medir o objetivo do programa, no biênio, pode-se considerar que apresentaram um bom desempenho, apenas os indicadores relacionados aos profissionais que concluíram os programas de residência médica e residência multiprofissional não apresentaram um bom desempenho em 2020. Acredita-se que um dos motivos para isso decorre do estado de calamidade pública, visto que a situação pandêmica pode comprometer o percurso formativo do residente dentro do cenário de prática.

O alto quantitativo de pessoas atingidas decorre dos esforços da instituição em promover a educação alinhada a outras vertentes importantes para a melhoria da saúde pública do Ceará, tais como: pesquisa, inovação, inteligência e ciência em saúde. Podendo ser citadas as qualificações oferecidas a distância pela Escola, responsáveis por atingir mais de 40 mil pessoas e as capacitações ofertadas para treinar profissionais da saúde em habilidades para manejar o Dispositivo Elmo.

CEARÁ SUSTENTÁVEL

Resultado Estratégico: Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Temas: Energias, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

TEMA - ENERGIAS

Resultado Temático: Matriz energética diversificada com ampliação da oferta e do fornecimento de energia limpa, renovável e de qualidade.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Participação da oferta de energia renovável na matriz energética do Estado (%)	Quanto maior, melhor	47,65	42,66	52,00	58,29	53,00	51,09
Participação de gás natural renovável na rede de distribuição (%)	Quanto maior, melhor	10,00	13,42	14,60	14,30	14,80	12,59

Fonte: Seinfra; Cegás.

O Tema Energias visa a diversificação da matriz energética cearense a partir de fontes renováveis. Até o apagão elétrico, em 2001, o Ceará era totalmente dependente da energia hidroelétrica, advinda de fora. Assim, após o ocorrido, a evidência da vulnerabilidade energética do Estado, somada às discussões quanto às mudanças climáticas, e o combate ao aquecimento global, levaram o Ceará a buscar autonomia energética através da criação de projetos e ações que aproveitassem as oportunidades de energias renováveis no Estado.

O Ceará dispõe de recursos significativos para a exploração das fontes renováveis de energia, dentre as quais a eólica e a solar fotovoltaica. A ampliação da capacidade de produção de energia, a partir dessas fontes, vem indicando tendência de forte contribuição ao desenvolvimento estadual, tendo como consequências benefícios ligados à redução dos custos de produção de eletricidade, à geração do conhecimento e empregos, além de contribuir para a expansão da oferta de energia elétrica com menores impactos ambientais e sociais, capazes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. As oportunidades de desenvolver tecnologias e inseri-las no mercado podem levar o estado do Ceará a uma posição de destaque na economia de baixo carbono do País.

Diante disso, já se observam avanços que refletem os esforços produzidos na última década. Por exemplo, indicadores como a Participação da oferta de energia renovável que alcançou em 2018, o percentual de 47,65% na matriz energética do Estado e a Participação de gás natural renovável que alcançou em 2019, o valor de 13,42% na rede de distribuição cearense.

Porém, se destacar apenas os dois anos do PPA (2020-2021), alvo desta avaliação, percebe-se redução no alcance das metas de diversificação da matriz energética. Essa redução pode ter sido impactada, dentre outras causas, pela pandemia ocorrida em 2020,

que gerou, no período, paralisação em vários setores de atividades de produção e comercialização.

Para o alcance do resultado pretendido, é executado um programa finalístico que contempla ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA: 711 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ

Objetivo: Promover a segurança e eficiência energética, com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no Estado.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Participação da geração distribuída no consumo de energia elétrica nos órgãos públicos estaduais (%)	Quanto maior, melhor	0,15	0,03	0,30	0,01
Percentual de redução do consumo de energia elétrica em órgãos públicos estaduais (%)	Quanto maior, melhor	2,50	24,94	5,00	17,97
Participação de gás natural renovável na rede de distribuição (%)	Quanto maior, melhor	14,60	14,30	14,80	12,59
Taxa de crescimento da infraestrutura de distribuição do gás natural (%)	Quanto maior, melhor	12,25	6,65	14,31	9,55

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	0	2	2	2	1	0	12

Execução Orçamentária 2020 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
46.446.221,26	4.125.361,25	8,88

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas

4	0	1	3	2	1	1	12

Execução Orçamentária 2021 (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
56.089.099,21	10.465.730,16	18,66

Fonte: Seinfra; Cegás.

O Programa Matriz Energética do Estado do Ceará é único no tema. O enquadramento deste Programa dentro do Eixo Sustentável traz um cruzamento do viés econômico, aliado à preocupação com a preservação do meio ambiente. Dessa forma, o compromisso do Estado é retratado pelo desejo de explorar o potencial dos insumos naturais que colocam o Ceará no centro das atenções para investimentos de infraestrutura elétrica, focados na geração de energia eólica e solar.

Aproximadamente 50% da energia gerada pelo Estado vem de fontes renováveis, e o Programa busca permitir o crescimento desse alcance por meio da ordenação do desenvolvimento da matriz energética, fundamentado nos pilares:

1) da infraestrutura, traduzida na necessidade de estratégia que estimule a instalação de infraestrutura, com garantia de atendimento à sustentabilidade, inclusive através da geração alternativa de energia limpa e gás natural, como apoio para levar a energia necessária ao desenvolvimento do Estado, mostrado no indicador Taxa de crescimento da infraestrutura de distribuição do gás natural (%).

2) da oferta de energia, implicando em ações que estimulem empreendimentos de implantação de linhas de transmissão e geração de energia dentro do Estado, como a construção de parques eólicos; usinas de energia fotovoltaica; bem como a instalação de geração distribuída, refletida no indicador temático Percentual da Participação da oferta de energia renovável na matriz energética do Estado (%).

3) da demanda por energia, que significa trabalhar a eficiência energética para minimizar gastos desnecessários e otimizar o uso da melhor forma possível. Esse pilar é traduzido no recorte dos órgãos públicos, pelos indicadores Percentual de redução do consumo de energia elétrica em órgãos públicos estaduais e Percentual de Participação da geração distribuída no consumo de energia elétrica nos órgãos públicos estaduais (%). A alocação desses indicadores, neste pilar, é justificada pela ideia de que o Estado deve ser o maior incentivador para racionalização e otimização de energia elétrica. Tal demanda está refletida através dos órgãos públicos.

4) da interiorização da distribuição de gás natural, através do desenvolvimento de estratégias de aproveitamento da oferta de gás como ação estruturante para a atração de investimentos no interior do Estado, refletido pelo indicador de Percentual de Participação de gás natural renovável na rede de distribuição.

A partir da análise dos indicadores do Programa, com exceção do Percentual de redução do consumo de energia elétrica em órgãos públicos estaduais (%) 2020-2021, percebe-se recuo dos avanços da Participação da geração distribuída no consumo de energia elétrica nos órgãos públicos estaduais (%); Participação de gás natural renovável na rede de distribuição (%) e Taxa de crescimento da infraestrutura de distribuição do gás natural (%).

Tal percepção provavelmente tem justificativa na pandemia de covid 19, iniciada em 2020 e desencadeada em 2021 que, devido às restrições de circulação, levou muitos servidores ao trabalho em casa, o que ajudou a reduzir o consumo de energia nos órgãos públicos.

A pandemia também pode ter sido a causa para a baixa execução orçamentária (2020-2021) e redução do crescimento, comparada ao ano anterior, da participação de gás natural renovável na rede de distribuição (%) e Taxa de crescimento da infraestrutura de distribuição do gás natural (%).

Tal programa, além de ajudar o Ceará na busca pela autonomia energética, a segurança e eficiência energética, alinha o Estado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), permitindo a inclusão social, o combate à pobreza, o desenvolvimento regional sustentável e ao uso equilibrado de recursos disponíveis no planeta, por meio da capacidade em gerar ativos renováveis.

TEMA - MEIO AMBIENTE

Resultado Temático: Recursos ambientais com uso racional e sustentável.

Desde a Eco-92, as discussões sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas, levaram o meio ambiente a se tornar uma das pautas mais importantes para a gestão política. Alinhado a essa evidência mundial, no PPA (2020-2023) o tema Meio Ambiente foi tratado em todas as esferas específicas como:

- Educação ambiental (Programa 721 - Ceará Consciente por natureza);
- Recuperação das áreas degradadas (Programa 722 - Recuperação das Áreas urbanas degradadas);
- Preservação da fauna (Programa 723 - Ceará do bem-estar animal);
- Preservação do meio ambiente (Programa 724 - Ceará Mais Verde);
- Combate à poluição atmosférica (Programa 725 - Ceará no Clima);
- Gestão correta dos resíduos sólidos (Programa 726 - Resíduos Sólidos).

Neste âmbito, a Secretaria do Meio Ambiente (Sema); Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e a Secretaria das Cidades (Scidades) foram as gestoras dos Programas que conduziram de forma participativa e ordenada a execução das políticas públicas ambientais. Os indicadores utilizados para mensurar o progresso neste tema podem ser visualizados abaixo:

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Áreas degradadas por lixões (%)	Quanto menor melhor	-	-	0,004	0,004	0,004	0,004
Captação de gases de efeito estufa em áreas de proteção ambiental (tonelada por Hectare)	Quanto maior, melhor	-	-	5,00	50,65	10,00	1.519,95
Municípios com Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) máximo (%)	Quanto maior, melhor	31,00	70,00	79,00	77,72	84,00	91,84
População urbana cearense com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos (%)	Quanto maior, melhor	49,42	36,04	51,27	41,67	62,08	38,92
Território cearense protegido com Unidades de Conservação (%)	Quanto maior, melhor	7,75	7,75	7,76	7,78	7,76	8,44
Balneabilidade das praias de Fortaleza (%)	Quanto maior, melhor	63,41	57,90	53,00	52,50	53,50	53,40
Praias com qualidade microbiológica aconselhável para banho (%)	Quanto maior, melhor	99,05	94,30	95,00	95,00	95,50	93,10

Fonte: Sema; Semace.

Pode-se perceber que alguns indicadores apresentaram dados faltantes, em anos anteriores, devido a inexistência ou dificuldade de mensuração ou recuperação de dados, como por exemplo: 1) Percentual de áreas degradadas por lixões; e 2) Captação de gases de efeito estufa em áreas de proteção ambiental (tonelada por Hectare).

Outro ponto observado na tabela, que também merece comentário, é a existência de indicadores que não apresentam a realidade da extensão territorial do Estado, como por exemplo a 1) Balneabilidade das praias de Fortaleza; e 2) Percentual de praias com qualidade microbiológica aconselhável para banho.

O indicador Balneabilidade das praias de Fortaleza, por se reportar somente à balneabilidade no litoral da Capital, capta apenas um recorte desse litoral. E o indicador

Praias com qualidade microbiológica aconselhável para banho, pelo mesmo motivo técnico do indicador anterior, não apresenta total correspondente a todo litoral cearense. Neste segundo caso, porém, há um fator ainda mais sério, pois o título do Indicador dá a entender um alcance de resultado que não é real a todo território cearense.

O alerta realizado é justificado pela dimensionalidade do PPA que, por se tratar de um plano estadual, seria ideal o estabelecimento de indicadores que retratassem o contexto estadual e não apenas o recorte de uma área que certamente deixa de contemplar as diferenças regionais existentes no Estado.

Há, ainda, indicadores com dificuldade de gerenciamento de dados como: 1) Percentual do território cearense protegido com Unidades de Conservação;
2) Percentual da população urbana cearense com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos e 3) Percentual de municípios com Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) máximo. As causas da dificuldade podem estar relacionadas ao alinhamento vulnerável do conceito do indicador, a definição de cálculo e as dificuldades nas equipes responsáveis pela gestão de dados, que carecem de clareza na conceituação e definição da metodologia criada.

Assim, a análise de indicadores, a partir dos dados apresentados, demonstra que os melhores resultados alcançados foram: 1) Território cearense protegido com Unidades de Conservação, alcançado principalmente por meio das ações do Programa Ceará mais verde; e 2) Crescimento do Municípios com Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) máximo (%), que visa a expansão de municípios atuantes na gestão de resíduos sólidos, como a implantação da Estrutura Operacional para Gestão de Resíduos Sólidos; a implantação da coleta sistemática e a implantação da coleta seletiva.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados seis programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 721 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA

Objetivo: Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Escolas públicas estaduais com certificação Selo Escola Sustentável (%)	Quanto maior, melhor	10,00	-	15,00	-
Municípios com capacitações de educação ambiental (%)	Quanto maior, melhor	304,00	0,14	71,00	36,41

Municípios com gestão ambiental descentralizada (%)	Quanto maior, melhor	20,00	-	20,00	10,86
Pessoas com acesso a ações de educação ambiental nas Unidades de Conservação estaduais (número)	Quanto maior, melhor	220.000	304	230.000	254.800

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
3	1	0	1	0	0	0	5

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.120.000,00	790.000,00	70,54

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
2	0	0	2	0	0	0	4

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
16.517.328,35	15.302.731,85	92,65

Fonte: Sema.

O Ceará investiu, no biênio (2020-2021), R$ 16.092.731,85 no Programa Ceará Consciente, no desenvolvimento de ações que visam a promoção da capacitação ambiental nos Municípios. O resultado desse investimento pode ser visualizado por meio dos indicadores: Municípios com capacitações de educação ambiental (%) e Pessoas com acesso a ações de educação ambiental nas Unidades de Conservação Estaduais (número).

Importa frisar que, de 2020 para 2021, em decorrência da pandemia, foi necessária reestruturação física e adaptação na forma de capacitação até então realizada, passando de presencial, para online. Tal dificuldade foi superada após a estruturação de sala midiática, o que levou a superação da meta.

Os esforços empreendidos permitiram a capacitação de 8.725 beneficiários do Programa Jovem Ambiental que gera, além da capacitação e consciência, o estímulo ao protagonismo

dos jovens em suas comunidades, por meio de projetos de preservação do meio ambiente e inclusivos do ponto de vista social.

PROGRAMA 722 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS

Objetivo: Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Áreas de risco eliminadas (%)	Quanto maior, melhor	93,75	87,5	96,87	90,63

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	0	0	2	1	0	0	7

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
74.185.245,15	58.884.942,12	79,38

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	0	0	2	0	0	0	6

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
118.858.599,58	95.395.301,65	80,26

Fonte: Scidades.

No biênio (2020-2021) foram investidos R$ 154.280.243,77 na revitalização de áreas urbanas degradadas. Tais valores incluem ações como execução de obras de urbanização para revitalização de áreas ambientalmente degradadas; de obras hídricas para controle de cheias e inundações; da implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana para eliminação de áreas de risco. Porém, apesar dos esforços, considerando o percentual de áreas de risco eliminadas, observa-se que persistem iniciativas cruciais que não permitem o alcance do resultado esperado para a eliminação dessas áreas, como a

Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho e da comunidade do Dendê que ficaram com percentuais de execução abaixo de 25% no referido biênio.

PROGRAMA 723 - CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL

Objetivo: Reduzir as populações de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e o número de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Ceará.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Animais silvestres reabilitados e devolvidos à natureza (%)	Quanto maior, melhor	10,00	-	15,00	0,00
Municípios cearenses que possuem políticas públicas de proteção e bem-estar animal (%)	Quanto maior, melhor	3,00	3,00	6,00	9,20
Atendimento de denúncias relacionadas a crimes ambientais praticados contra a fauna (%)	Quanto maior, melhor	20,00	74,00	0,00	57,00

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	2	0	3	3	2	0	15

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
1.367.625,00	0,00	0,00

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	0	0	0	0	0	0	4

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
2.728.152,00	137.082,49	5,02

Fonte: Sema; Semace.

As políticas públicas de Proteção e Bem-estar animal tiveram pouca execução no biênio (2020-2021). O argumento é válido, se analisado o percentual de execução física das

entregas abaixo de 25% do planejado que ficou em torno de 47,35% do total das entregas do Programa no biênio.

A grande realização do Programa pode ser vista em 2021, com o estabelecimento da Lei Estadual no 17.729/2021, dando ênfase para a discussão e implementação do Cetas Cariri e Fortaleza e a efetivação de políticas públicas internas de proteção e bem-estar animal em 17 municípios, alcançando 9,23% dos municípios cearenses. Importa frisar a necessidade da Construção do Cetas para assistência e recolhimento de animais, que esteve em discussão no período, mas sem efetivo andamento, o que dificulta a possibilidade de trabalho nessa esfera.

Outro ponto que chama atenção é o baixo investimento na execução do Programa. As causas podem ser atribuídas à necessidade de reorientação de recursos, consequência do momento da pandemia ocorrida em 2020/2021, ou ainda pela carência de alinhamento físico-financeiro no planejamento estadual. O fato é que o baixo investimento financeiro e as restrições da pandemia, podem ter levado a baixa eficácia dessas políticas públicas no biênio.

PROGRAMA 724 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ

Objetivo: Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Área de Mata Atlântica protegida no Estado do Ceará (%)	Quanto maior, melhor	16,50	16	16,50	5,11
Áreas protegidas por Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (%)	Quanto maior, melhor	1,37	1,379	1,37	1,379
Áreas protegidas por Unidades de Conservação municipais (%)	Quanto maior, melhor	3,64	3,67	3,71	3,67
Incremento de área florestada e reflorestada no Estado do Ceará (hectare)	Quanto maior, melhor	10,00	10,00	20,00	19,38
Taxa de crescimento de visitação em Unidades de Conservação estaduais (%)	Quanto maior, melhor	25,00	10,00	30,00	47,53
Atendimento das ocorrências de fiscalização ambiental registradas (%)	Quanto maior, melhor	75,00	80,00	70,00	75,00

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	2	0	3	3	2	0	15

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
23.415.443,60	15.566.057,65	0,00

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	2	0	5	7	1	0	16

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
49.443.519,51	30.344.531,26	61,37

Fonte: Sema; Semace.

O programa Ceará mais verde foi um programa que teve grande evidência, com destaque para as Unidades de Conservação, produção de mudas e plantio realizado. Foram produzidas 324.662 mudas, além das 3 unidades de conservação já criadas nos municípios de Trairi e Maracanaú, em 2020, mais 4 unidades de conservação foram criadas em 2021, totalizando 179.993,22 Hectares protegidos e 100 hectares de área reflorestada no final do biênio.

Tais execuções são refletidas nos indicadores: 1) Território cearense protegido com Unidades de Conservação (%) que alcançou o percentual de 8,44% do território cearense protegido com Unidades de Conservação em 2021 e 2) Incremento de área florestada e reflorestada no Estado do Ceará (Hectare), que em 2021 alcançou incremento de 19,38 Ha.

Importa salientar que apesar do bom desempenho do Programa, são necessárias melhorias, como a definição de indicadores mais simples e que retratem a responsabilidade da política estadual, exemplificada pelo indicador: 1) Áreas protegidas por Unidades de Conservação municipais (%), no qual a política estadual tem pouca interferência. O ideal seria um indicador que visualizasse as Áreas protegidas por Unidades de Conservação estaduais (%). Assim, o Estado teria grande possibilidade de interferência e acompanhamento real dos esforços realizados.

PROGRAMA 725 - CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Objetivo: Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Taxa de redução das emissões de gases de efeito estufa (%)	Quanto maior, melhor	5,00	-	5,00	-
Densidade de monitoramento da balneabilidade das praias de Fortaleza (ponto por praia)	Quanto maior, melhor	2,66	2,66	2,66	2,66

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
4	2	0	1	1	1	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
3.133.000,00	0,00	0,00

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
6	0	0	3	0	0	0	9

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
2.210.000,00	650.000,00	29,41

Fonte: Sema; Semace.

O Programa Ceará no Clima objetiva reduzir as emissões de gases de efeito estufa no Estado e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas. Apesar dos esforços, persistem deficiências para alcançar o objetivo. As causas para isso estão mais no alinhamento conceitual de definição do objetivo e das ações reais de políticas públicas possíveis e alcançáveis, do que na falta de execução física das entregas planejadas.

Os indicadores também se propõem a mensurar resultados que estão fora do escopo possível atual das políticas públicas do Estado e, portanto, o Programa deixa a desejar no quesito efetividade.

PROGRAMA 726 - RESÍDUOS SÓLIDOS

Objetivo: Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Instituições públicas envolvidas com a Coleta Seletiva Solidária (%)	Quanto maior, melhor	36,92	18,46	55,30	23,08
Municípios com Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) (%)	Quanto maior, melhor	14,00	-	15,00	2,61
Municípios com coleta seletiva (%)	Quanto maior, melhor	10,00	8,00	20,00	1,08
Municípios com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos (%)	Quanto maior, melhor	32,00	15,76	32,00	8,70
Municípios consorciados para a gestão integrada de resíduos sólidos (%)	Quanto maior, melhor	70,00	29,00	80,00	91,84
Sistemas de logística reversa regulamentados no Ceará (%)	Quanto maior, melhor	30,00	-	50,00	10,00

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
7	3	0	1	2	0	0	13

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
31.261.113,92	11.221.488,53	35,90

2021

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	1	1	4	1	1	0	13

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)

32.249.590,59	20.253.392,56	62,80

Fonte: Sema.

O Programa Resíduos Sólidos trata do foco da proteção ambiental no Ceará. Refere-se à implementação de uma gestão de resíduos sólidos de forma eficiente e limpa, nas 14 Regiões do Estado.

Há muito para melhorar nessa esfera, e este ponto fica refletido nos indicadores, os quais 83% apresentam resultados abaixo do esperado no biênio. O desafio do Programa está na busca das articulações para promoções de consórcios e contratos para a adequação dos resíduos sólidos.

Apesar dos baixos resultados, um ponto positivo foi o alcance do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) máximo, em 169 municípios em 2021, que visa estimular a promoção e alcançar o êxito na gestão de resíduos sólidos, chegando a 91,84% dos municípios cearenses.

TEMA - RECURSOS HÍDRICOS

Resultado Temático: Sociedade cearense com oferta de água equânime e adequada para múltiplos usos, em todas as regiões.

Indicadores Temáticos (2018 - 2021)

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2018	2019	2020		2021	
				Expectativa	Alcançado	Expectativa	Alcançado
Municípios com criticidade de abastecimento urbano (%)	Quanto menor, melhor	17,00	10,00	15,00	9,24	15,00	7,07

Fonte: COGERH.

O Ceará conta com 86,82% do território localizado na região semiárida, o que representa aproximadamente 150 dos 184 municípios em regiões secas e de baixa umidade. Além disso, estima-se que 75% do território semiárido cearense é constituído de depressão sertaneja, dificultando a ocorrência de águas subterrâneas.

Dessa forma, a própria localização geográfica induz o Estado para a vulnerabilidade de recursos hídricos e os esforços da gestão pública para a adaptação e convivência das comunidades locais com a região semiárida são imprescindíveis, como o monitoramento regular da criticidade de abastecimento.

Positivamente, desde 2015, após a criação do Grupo de Contingência das Secas, composto por representações da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e

Superintendência das Obras Hidráulicas (Sohidra), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) e Defesa Civil Estadual, um trabalho conjunto de ações voltadas para o atendimento das demandas das populações mais vulneráveis focadas na melhor distribuição de água no território a gestão democrática dos Recursos Hídricos disponíveis, permitiu, desde 2018, mesmo com o aumento da estiagem em 2021e a redução da quadra chuvosa, resultados positivos em relação a redução dos municípios com criticidade no abastecimento urbano de água.

Para o alcance do resultado pretendido, são executados dois programas finalísticos que contemplam ações e entregas que colaboram para o alcance dos objetivos programáticos e para a melhoria dos resultados temáticos almejados. A seguir o detalhamento do desempenho dos programas com o acompanhamento quantitativo dos indicadores, das entregas e da execução orçamentária.

PROGRAMA 731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: Promover a utilização múltipla e eficiente dos recursos hídricos, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, contemplando a ampliação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão integrada e participativa.

Indicador / unidade de medida	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Açudes com aplicação do Índice de Qualidade de Água de Reservatórios (IQAR) (%)	Quanto maior, melhor	23,22	38,89	24,50	25,81
Índice de fiscalização do uso dos recursos hídricos (%)	Quanto maior, melhor	90,00	100,00	92,00	100,00
Participação da sociedade organizada na gestão de recursos hídricos (%)	Quanto maior, melhor	60,00	74,33	60,00	74,64
Acesso às informações hidrometeorológicas e ambientais (número)	Quanto maior, melhor	250.000	3.034.158	3.224.504	2.084.404

2020

Comportamento da execução física das entregas

0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	3	2	0	0	6

Execução Orçamentária (R$ 1,00)

Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
8.862.913,53	6.598.825,10	74,45

2021

Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
1	0	0	1	3	1	0	6

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
29.718.020,62	9.843.652,14	33,12

Fonte: Cogerh; Funceme.

Para o alcance da oferta de água equânime e democraticamente distribuída entre as regiões semiáridas do Estado, é necessário um modelo eficiente de gerenciamento dos recursos hídricos, com tecnologias na avaliação de disponibilidades hídricas, de desenvolvimento de sistemas de informação e da avaliação dos impactos da previsão climática sobre o setor.

Em 2021, foram 210 processos de fiscalização, 2.479 outorgas de uso dos Recursos Hídricos concedidas e 100 Outorgas de Execução de Obra de Recursos Hídricos objetivando o controle e o combate ao uso indiscriminado dos recursos hídricos.

Essa ampla infraestrutura, consolidada de princípios, que consideram a visão sistêmica e integrada do território cearense, fundamentados pela Lei da Política Estadual dos Recursos Hídricos (Lei nº 14.844), teve investimento da ordem de R$ 16.442.477,24 e o alcance satisfatório das metas de 91% das entregas planejadas no biênio.

Os indicadores na tabela anterior demonstram os esforços para o aperfeiçoamento de instrumentos e ferramentas, com fins de maior racionalidade às demandas, e redução do desperdício, estimulando a utilização múltipla e eficiente da água. É importante, no entanto, salientar que melhorias conceituais e metodológicas na base desses indicadores, como por exemplo percentual de açudes com aplicação do Índice de Qualidade de Água de Reservatórios (IQAR), índice de fiscalização do uso dos recursos hídricos (%), Participação da sociedade organizada na gestão de recursos hídricos (%) são importantes para alcance do retrato real do monitoramento de tais indicadores.

PROGRAMA 732 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

Objetivo: Garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Programada	Realizada	Programada	Realizada
Capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais (m³)	Quanto maior melhor	18.691.980.000,00	18.617.000.000,00	18.726.150.000,00	74.980.000,00
Capacidade de transferência hídrica (m³/s)	Quanto maior melhor	13,84	14,09	14,11	103,00
Índice de poços instalados (%)	Quanto maior melhor	30,00	46,93	35,00	98,20
Índice de poços produtivos (%)	Quanto maior melhor	65,00	62,82	66,00	60,00
Quantidade de poços conservados (número)	Quanto maior melhor	150	47	140	82
Barragens com manutenção satisfatória (%)	Quanto maior melhor	85,00	83,00	85,00	85,39

2020							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
7	4	1	3	0	0	0	15

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)
274.307.444,43	234.943.048,22	85,65

2021							
Comportamento da execução física das entregas							
0 a 25%	25,01% a 50%	50,01% a 75%	75,01% a 100%	100,01% a 200%	Acima de 200,01%	Entregas com meta zero e execução	Total de entregas planejadas
5	0	1	8	1	0	0	15

Execução Orçamentária (R$ 1,00)		
Lei + Créditos (A)	**Empenhado (B)**	**% Execução (B/A)**
446.010.489,28	148.466.623,68	33,29

Fonte: SRH; Sohidra; Cogerh.

A estrutura de governança interinstitucional em recursos hídricos vem alcançando resultados satisfatórios na garantia da oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário em centros urbanos e rurais por meio do programa. Tais resultados podem ser observados por meio dos indicadores apresentados na tabela acima.

No biênio, para o alcance desses resultados, foram investidos R$ 383.409.671,90, refletidos na inauguração da Barragem Amarelas e Adutora de Palmácia, levou ao acréscimo de 74.980.000m^3 da capacidade de acumulação hídrica do Estado e alcance de 14,12 m^3/s de transferência hídrica estadual em 2021. Andamento de obras como os 3,98 km de canais, sifões do lote 3 e 4 do Cinturão das Águas, Barragens do Poço do Bento, Barragens do Bom Princípio, Barragens de Quinderé estimam, após conclusão, benefício a 13.734 pessoas direta e indiretamente, além das. instalações de poços, ocorridas no biênio (2020-2021) que beneficiaram 26.952 famílias.

Capítulo III

AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO E REGIONALIZADO

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E REGIONALIZADO

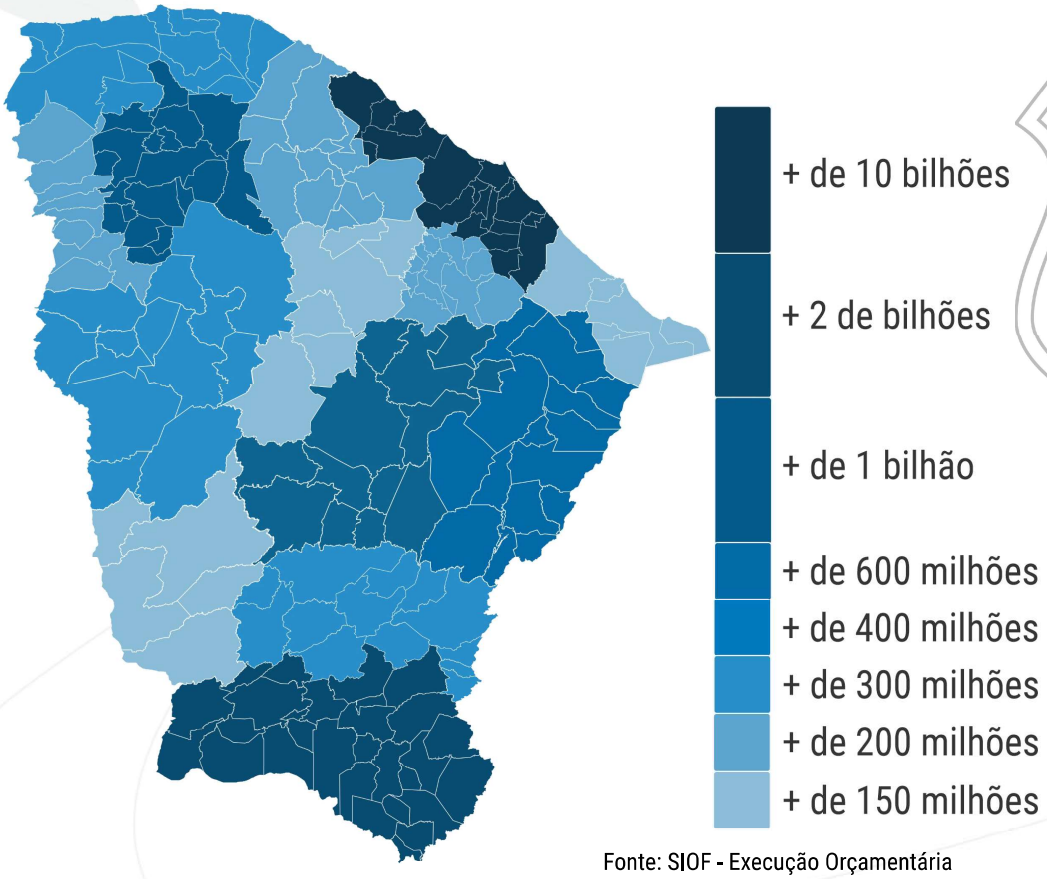
A gestão pública estadual assumiu o compromisso de promover o aprimoramento dos processos participativos permanentes no Estado, alavancando sua capacidade de melhor identificar as demandas dos cidadãos para elaboração de políticas e oferta de serviços voltados para a população, assim como fortalecer a articulação entre instituições governamentais e não governamentais e as práticas de Gestão para Resultados no Estado. Assim, a elaboração do PPA 2020-2023 fundamentou-se no aprofundamento da participação e do diálogo com a sociedade, levando-se em conta o recorte territorial e buscando a participação qualificada de representantes do segmento público, empresarial e sociedade civil organizada. As diretrizes regionais representam a concretização da participação cidadã no processo de elaboração, uma vez que são declaradas no referido documento como estratégias norteadoras para o planejamento de políticas públicas que possam promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das 14 regiões de planejamento do Ceará.

Nesta parte do capítulo, será visualizado como os programas ligados a essas estratégias regionais se comportaram em cada região de planejamento, além de apresentar demonstrativos orçamentários e os indicadores de educação, saúde, saneamento básico, segurança e assistência social, permitindo uma base de informações para um olhar regionalizado como um indicativo a se aprofundar em processos avaliativos futuros.

Para esta análise é importante salientar que, em todas as regiões, as áreas que tiveram o maior investimento orçamentário foram Educação e Saúde, o que assegura o cumprimento de obrigações legais que regem os limites mínimos de gastos nessas áreas, para educação é 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e para saúde 12% da receita bruta corrente. Mas para além da obrigação legal, o Estado do Ceará tratou essas duas áreas de forma prioritária para o planejamento de seus investimentos.

Além disso, é sabido que no biênio enfrentou-se um dos períodos mais sérios da pandemia da COVID19, que acabou modificando toda a dinâmica de implementação das políticas públicas, devido ao lockdown, atraso da vacinação e o alto número de infectados e mortos, houve a necessidade de adaptar os gasto públicos e garantir que as ações voltadas para a área da saúde ganhassem caráter emergencial e prioritário para cuidar da alta taxa de enfermos. Na educação, o Estado tentou mitigar parte dos problemas oriundos da pandemia mantendo em quase sua totalidade o investimento em ações voltadas para: alimentação escolar, conectividade dos alunos e manutenção escolar.

Gráfico 42 - Execução Orçamentária por Região 2020-2021.

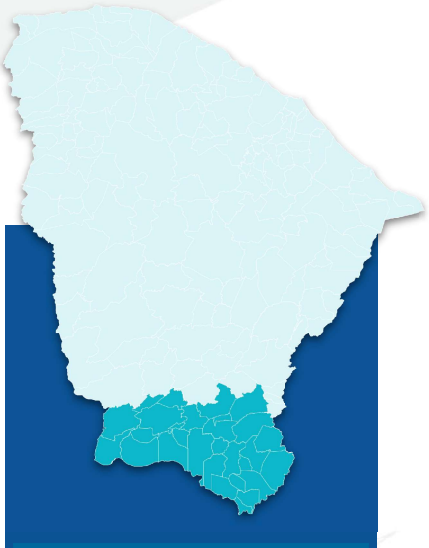


Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Tabela 48 - Indicadores do Estado do Ceará.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	4,60	3,50	2,80	1,90
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	26,00	23,60	22,70	21,00
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	15,80	16,70	17,00	17,10
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	30,40	28,30	17,50	12,70
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	12,00	12,20	11,60	10,70
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	62,36	57,28	96,80	108,55
Taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	24,70	24,90	22,90	24,50
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	43,00	43,40	44,40	-
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	15,30	15,70	20,60	-
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	49,78	24,72	43,96	35,70
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	7.171	5.479	6.117	6.080
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	21.571	22.760	18.903	18.889
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	11.903.038	12.294.128	12.602.709	13.363.726
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	997.490	1.042.113	1.060.931	1.172.354

Fonte: IPECE



MUNICÍPIOS	
Abaiara	Jati
Altaneira	Juazeiro do Norte
Antonina do Norte	Lavras da Mangabeira
Araripe	Mauriti
Assaré	Milagres
Aurora	Missão Velha
Barbalha	Nova Olinda
Barro	Penaforte
Brejo Santo	Porteiras
Campos Sales	Potengi
Caririaçu	Salitre
Crato	Santana do Cariri
Farias Brito	Tarrafas
Granjeiro	Várzea Alegre

Fonte: IPECE

CARIRI

29 Municípios
População(2021): **1.035.718 hab.**
Área: **17.417,40 km²** (11,70% do Estado)
Densidade demográfica: **59,46 hab./km²**
Empregos formais (2020): **107,789** (7,48% do Estado)
Índice de Gini (2010): **0,5534 /** Variação (2010-1991) -1,36%
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 2.314.110.956,11 (2ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**:**
R$ 2.234,31 (3ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

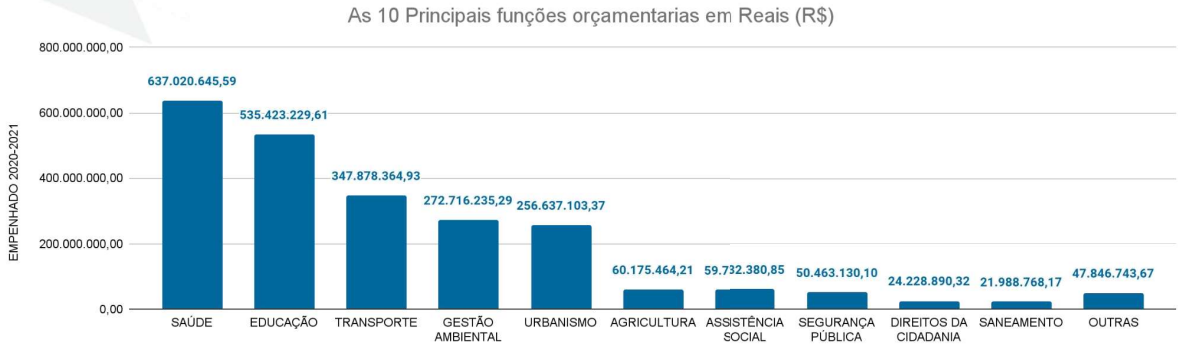
2020

Duplicação da Rodovia CE-293 Missão Velha - Barbalha (Entroncamento da CE-060)
3 **Brinquedopraças** entregues (Aurora, Juazeiro do Norte e Penaforte)
2 **Praças Mais Infância** (Juazeiro do Norte e Mauriti)
11 **Areninhas** entregues (Altaneira, Araripe, Campos Sales,Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Lavras da Mangabeira, Porteiras, Potengi, Salitre e Santana do Cariri)
Implantação da **20ª Policlínica Regional tipo 2** no Município de Crato, com capacidade de ofertar 13 especialidades

2021

1 **Sistema de Abastecimento de água** implantado (Jati) e outro ampliado (Juazeiro do Norte);
375 **Cisternas** implantadas, 18 **Poços** Instalados e 1 **Barragem** construída;
10.342 **Mudas Nativas do Ceará** produzidas e 1 **Unidade de Conservação** implantada;
2 **Sistemas de Videomonitoramento** implantados (Mauriti e Várzea Alegre);
4.869 **Alunos atendidos** pelos campos de estágio; 3.250 **Profissionais Qualificados** (Gestores e Professores da educação infantil e Agentes de desenvolvimento infantil do PADIN);
13 **Brinquedopraças** instaladas, nos municípios de Aurora, Farias Brito, Lavras da Mangabeira, Antonina do Norte, Barbalha.

Gráfico 43 - Execução Orçamentária do Cariri por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Ao se falar em Cariri, logo é feita a associação direta com Padre Cícero e a fé em torno dele. A região, porém, vai muito além do lado religioso, com características só encontradas ali. A Chapada do Araripe é um exemplo disso, com traços que mesclam fauna e flora da mata atlântica, cerrado e caatinga. Nesse ambiente único é encontrada a ave símbolo da região, e que corre risco de extinção: o soldadinho-do-araripe. Inserida na região de planejamento do Cariri está a segunda maior região metropolitana do estado do Ceará, a do Cariri, e a conurbação popularmente conhecida como CRAJUBAR, sigla para se referir aos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Essa última com sua zona de influência indo além das fronteiras estaduais. O acesso ao CRAJUBAR, que é polo universitário e de saúde, se dá através das rodovias BR-116, BR-112 e CE-060, CE-153, ou pelo Aeroporto de Juazeiro.

A região de planejamento do Cariri é também a segunda região mais populosa do estado do Ceará, com uma população de mais de 1 milhão de habitantes, ficando atrás apenas da Região da Grande Fortaleza. Ficando também na segunda posição no quesito área, com seus 29 municípios, a maior quantidade entre todas as regiões de planejamento, totalizando 17.417,40 km².

Dada toda essas características no biênio 2020-2021 a região teve uma execução orçamentária da ordem de R$ 2.314.110.956,11, o 2º maior do Estado, e com um direcionamento de 50,66% desse montante em duas áreas principais, Saúde e Educação, seguidas por Gestão Ambiental e Transporte.

Tabela 49 - Indicadores da Região do Cariri.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	4,40	3,70	4,00	1,40
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	26,30	24,40	23,90	21,50
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	17,30	17,70	17,80	18,70
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	32,80	32,80	19,30	9,90
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	13,14	14,03	13,05	13,50
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	56,48	63,00	73,26	128,58
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	33,2	27,61	23,82	28,03
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	43,90	45,10	45,90	-
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	13,00	13,00	21,60	-
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	27,42	16,96	30,94	23,94
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	741	647	534	597
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	3.469	3.579	2.767	2.794
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	123.443	123.793	125.273	134.319
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	3.174	4.420	2.374	5.326

Fonte: IPECE

Ao se observar o quadro de evolução dos indicadores da região, para as áreas cujo ingresso de recursos foram maiores, observa-se um desempenho aquém do esperado ao se comparar com os dados do Ceará, (tabela 48). Por sua vez, a razão de mortalidade materna, mesmo elevada, ainda é menor que a do estado do Ceará. A redução da mortalidade materna passa por uma necessidade urgente de assegurar com facilidade o acesso a políticas públicas de saúde com qualidade aos serviços materno-infantil.

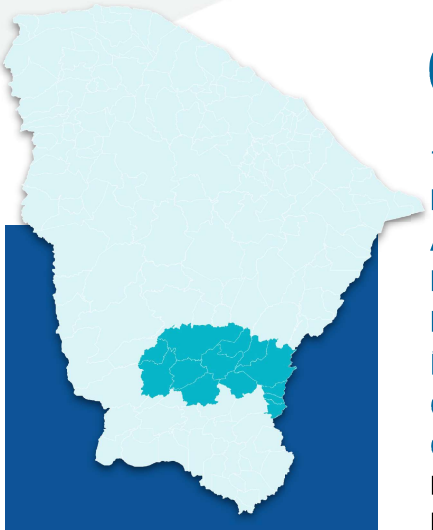


Ao se analisar as estratégias priorizadas pela população na Região do Cariri, existem 100 entregas (bens ou serviços) que atendem o que foi pedido para a região. Dessas, 45 tiveram algum grau de execução no biênio 2020-2021, o que representa 45% do total. Já as entregas que atendem a estratégias que não foram priorizadas, 37 tiveram execução, o que representa 45,12% do universo de 82 entregas executadas. Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 7 se destacam pela quantidade de entregas e realizações governamentais, conforme quadro abaixo:

Quadro 15 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Cariri).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
NÃO	Fortalecer a cooperação técnica entre governos estadual e municipais.	33	13
SIM	**Ampliar a rede de saneamento para as zonas rurais e periferias.**	**18**	**4**
SIM	**Priorizar a execução das ações e aplicação dos recursos de combate à pobreza nas políticas de assistência, moradia, inclusão social e segurança alimentar.**	**16**	**6**
NÃO	Fortalecer as políticas de atenção à saúde da pessoa idosa.	15	10
NÃO	Integrar as políticas públicas de cultura e educação, de base comunitária e intersetorial.	12	2
SIM	**Promover a integração das políticas de esporte, saúde e educação**	**12**	**3**
SIM	**Ampliar o acesso à atenção terciária (UTI).**	**12**	**7**

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.



CENTRO SUL

13 Municípios
População(2021): **396.705 hab.**
Área: **11.557 km²** (7,77% do Estado)
Densidade demográfica: **34,32 hab./km²**
Empregos formais (2020): **27.110** (1,88% do Estado)
Índice de Gini (2010): **0,5506 /** Variação (2010-1991) -5,33%
Orçamento (empenhado)**: R$ 368.622.628,44** (7ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**: R$ 929,21** (9ª no Estado)
Fonte: IPECE

Municípios
Acopiara
Baixio
Cariús
Catarina
Cedro
Icó
Iguatu
Ipaumirim
Jucás
Orós
Quixelô
Saboeiro
Umari

Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

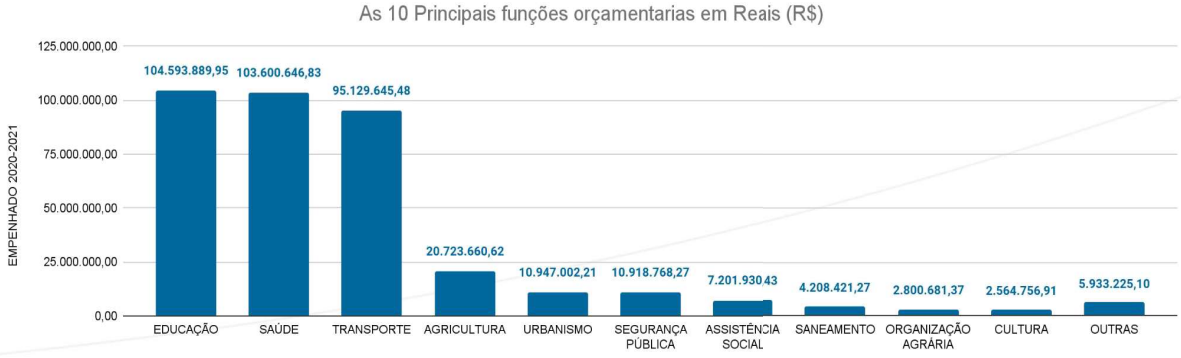
2020

2 **Praças Mais infância** instaladas (Acopiara e Icó);
3 **Areninhas** instaladas (Jucás, Orós e Quixelô);
2.873 pessoas beneficiadas com **Cartão Mais Infância**;
63 toneladas de alimentos oriundos da agricultura familiar distribuídos para pessoas em situação de insegurança alimentar;
2 Escolas de **Ensino Médio em Tempo Integral** implantadas (Jucás e Cariús);
1 **Centro de Educação Infantil** (CEI) implantado (Cedro).

2021

153 toneladas de alimentos oriundos da agricultura familiar distribuídos para pessoas em situação de insegurança alimentar;
2 **Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral** implantadas;
435 **bolsas concedidas** pelo Ceará Atleta;
6.309 pessoas beneficiadas com **Cartão Mais Infância**;

Gráfico 44 - Execução Orçamentária do Centro-Sul por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

A região do Centro Sul é composta por 13 municípios e possui uma população de quase 400 mil habitantes, sendo reconhecida como um importante entreposto comercial desde o Ceará província, além de possuir cidades que salvaguardam importantes patrimônios históricos, culturais e arquitetônicos reconhecidos e tombados pelo IPHAN. Durante o biênio, foi planejado um aporte orçamentário da ordem de R$421 milhões para a região, com a execução de 87,5% desse valor, do qual cerca de R$298 milhões foram destinados diretamente às ações de saúde e educação. Ao tratar de execução orçamentária, as funções Saúde, Educação, Transporte e Agricultura tiveram os melhores desempenhos; já áreas como Saneamento, Trabalho e Gestão Ambiental apresentaram um baixo grau de execução.

A partir dos resultados de alguns dos indicadores regionalizados é possível identificar o comportamento que a região do Centro Sul teve em relação a determinadas áreas. Na Saúde, o indicador da taxa de mortalidade infantil apresentou um bom resultado, com tendência decrescente a partir de 2019. A razão de mortalidade materna, entretanto, teve um aumento preocupante de 74,47 a cada 100 mil nascidos vivos. Isso decorreu do cenário pandêmico, verificado pelo contexto estadual, onde, em 2020, aproximadamente 25% dos óbitos maternos tiveram como causa básica COVID-19 e, em 2021, o percentual subiu para 39%.



A região se destacou nos dados educacionais, se comparado com os resultados do estado do Ceará, apresentando um bom desempenho na maioria dos indicadores. Apenas o indicador Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral apresentou uma flutuação, com a redução de 12,4 pontos percentuais entre 2019 e 2020 e um aumento de 5,3 pontos percentuais entre 2020 e 2021. A alta redução entre 2019 e 2020 foi observada em quase todas as regiões de planejamento e pode ser explicada pelas diferentes metodologias de avaliação que foram adotadas durante as aulas online, facilitando a manutenção de notas acima da média. Todavia, ao se comparar a taxa de 2018, que era de 40,20, com a de 2021, de 7,40, tem-se uma diminuição drástica de 32,8 pontos percentuais.

Tabela 50 - Indicadores da Região Centro Sul.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	5,00	3,00	2,90	1,30
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	27,20	25,20	24,30	22,80
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	17,20	17,70	17,50	17,70
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	40,20	14,50	2,10	7,40
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	12,62	13,92	11,49	10,57
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	101,63	63,65	136,27	138,12
Taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	23,12	23,48	16,59	23,21
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	48,20	48,00	49,60	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	15,60	15,60	15,90	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	30,76	13,44	23,00	21,43
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	290	312	269	210
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	741	786	855	698
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	58.190	58.162	57.987	62.074
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	1.580	1.576	1.274	2.137

Fonte: IPECE

A área de Saneamento, além da baixa execução orçamentária e física, também possui resultados inexpressivos em seus indicadores, como o de atendimento total de esgoto, com apenas 15,9% de atendimento na região, apresentando um crescimento ínfimo de apenas 0,3 pontos percentuais.

No decorrer da elaboração do PPA 2020-2023 foram realizados encontros para discutir e idealizar formas de atenuar os problemas existentes na região. Durante o processo, os participantes dos encontros reconheceram 109 problemas, das mais diversas áreas, que mereciam uma atenção especial por parte do governo. Na tentativa de garantir uma atuação governamental mais focada para resolução de tais problemáticas regionais, foram planejadas um total de 90 Estratégias Regionais, ligadas a 136 entregas, e desse total a população local elegeu 24 como prioritárias, que estão relacionadas a 62 entregas, com as priorizações concentradas nos eixos Ceará de Oportunidades e do Conhecimento.

Logo, das 47 entregas que tiveram algum grau de execução no Centro Sul, apenas 29,79% foram consideradas prioritárias para a região. Dentre as estratégias regionais, priorizadas ou não, sete se destacam pela alta quantidade de entregas planejadas e suas execuções ou não. Dessas sete, cinco apresentaram um grau de execução ruim, estado entre 0% a 25% e duas apresentaram um grau de execução mediano, entre 25,1% a 70%.

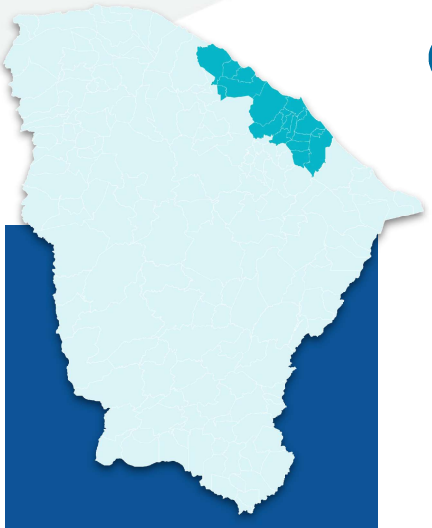
É válido frisar que nenhuma dessas estratégias conseguiu um alto grau de execução das entregas vinculadas durante os dois anos, demonstrando a necessidade de haver uma priorização melhor nas entregas que se encaixam em cada estratégia, conforme quadro abaixo:

Quadro 16 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Centro Sul).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
NÃO	Promover a acessibilidade e o acesso atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônico e de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência e idosas.	19	1
NÃO	Buscar novas tecnologias de saneamento básico adaptadas à realidade do meio rural.	12	2
SIM	**Ampliar políticas de incentivos na geração de emprego e renda.**	**11**	**4**
NÃO	Aprimorar a qualificação e formalização da força de trabalho.	10	4
SIM	**Ampliar a cobertura dos serviços de saneamento básico.**	**10**	**0**
NÃO	Revitalizar a rede de saneamento básico existente.	9	0
SIM	**Garantir a agilidade processual com a estruturação do Sistema Judiciário.**	**8**	**1**

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

Findando, as ações realizadas e o comportamento observado dos indicadores demonstram que, a partir das problemáticas que foram levantadas durante as discussões regionais para a região Centro Sul, foram adotadas medidas resolutivas demonstrando certa funcionalidade para mitigar alguns dos problemas, principalmente na área da educação. Contudo, por mais que neste biênio tenha havido algumas importantes entregas e realizações, como Areninhas, Centros de Educação Infantil (CEIs) e escolas de tempo integral, a maior parte do orçamento da região foi destinado para ações cotidianas e de manutenção dos serviços já prestados nas mais diversas áreas.



Municípios	
Aquiraz	Maranguape
Cascavel	Pacajus
Caucaia	Pacatuba
Chorozinho	Paracuru
Eusébio	Paraipaba
Fortaleza	Pindoretama
Guaiúba	São Gonçalo do Amarante
Horizonte	São Luís do Curu
Itaitinga	Trairi
Maracanaú	

Fonte: IPECE

GRANDE FORTALEZA

19 Municípios
População(2021): **4.167.996 hab.**
Área: **7.434 km²** (5% do Estado)
Densidade demográfica: **560,67 hab./km²**
Empregos formais (2020): **994.687** (69% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5981 / Variação (2010-1991) 18,48 %
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 12.921.054.391,59 (1ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**:**
R$ 3.100,06 (1ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

Implantação de **Colégio da Polícia Militar** em Maracanaú;
Entrega de 210 **Unidades Habitacionais** no Residencial Yolanda Queiroz;
8 **Brinquedopraças** instaladas (Cascavel e Fortaleza);
8 **Centros de Educação Infantil** (Maranguape, Eusébio e Fortaleza);
23 **Areninhas** entregues em Fortaleza;
Linha VLT Parangaba/Mucuripe passou a funcionar integralmente em seus 13,2 km de extensão e 10 estações disponíveis;

2021

6 novas bases do **CPRAIO** implantadas (Paracuru e Itaitinga);
Implantação de 2 **Sistemas de Videomonitoramento** (Paracuru e Itaitinga);
Implantação do Centro de Referência da Mulher - CERAM
Implantação de 84 Núcleos de Esporte & Lazer (Fortaleza)
Implantação do **Centro de Referência LGBTQIA+** Thina Rodrigues (Fortaleza);
Entrega de 2 **Complexos Mais Infância** (Fortaleza);
6 **Centros de Educação Infantil** implantados;
Inauguração da primeira **Unidade Prisional de Segurança Máxima do Norte/Nordeste** (Aquiraz);
3 **Areninhas** entregues (Paracuru, Caucaia e Maracanaú);

Gráfico 45 - Execução Orçamentária de Grande Fortaleza por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

A região da Grande Fortaleza é composta por 19 municípios e possui uma população com cerca de 4,1 milhões de habitantes, metade da população do Estado. Além de abrigar as maiores empresas e importantes destinos turísticos, possui o maior PIB e a maior concentração de renda e de investimentos públicos dentre todas as Regiões.

Durante o biênio, foi planejado um aporte orçamentário de cerca 15,2 bilhões de reais para a região. Desse montante, foi executado 84,5%, com 7,7 bilhões destinados diretamente a ações de Saúde e Educação. Quando se trata da execução orçamentária, as funções Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social possuem um maior grau de execução dentro do orçamento que foi planejado para cada uma delas, já áreas como Saneamento, Energia e Trabalho apresentaram um baixo grau de execução, todos menores que 17%, em uma situação onde todas as outras áreas tiveram uma execução orçamentária acima de 50%.

Ao se analisar os indicadores regionalizados pode-se ver o comportamento que a região da Grande Fortaleza obteve. Na área da Saúde, o comportamento de todos os indicadores apresentaram flutuações de forma negativa. A taxa de mortalidade infantil apresentou uma diminuição de 3 p.p. (pontos percentuais) entre 2018 e 2020; já de 2020 para 2021 houve um aumento de 1,78 p.p. , destoando do comportamento do estado, que vem em uma constante de redução.

A razão da mortalidade materna apresentou um aumento de 40 p.p. entre 2018 e 2020, e uma diminuição de 13,3 p.p. entre 2020 e 2021; esse aumento ocorreu diante do contexto de pandemia, que aumentou o risco de mortalidade materna, mas essa diminuição está diferente do apresentado entre outras 9 regiões. A taxa de mortalidade por AVC apresentou comportamento constante, porém levemente negativo, apresentando um aumento de 1 morte por AVC a cada 100 mil no biênio 2020-2021. Na Educação, os resultados em todos os indicadores foram positivos , em especial a taxa de abandono do ensino médio, que apresentou a segunda menor redução observada entre as regiões. A taxa de distorção idade-série no ensino médio apresentou a maior redução dentre todas as regiões, contudo, a Grande Fortaleza ainda possui uma das maiores taxas do Estado.

Tabela 51 - Indicadores da Região Grande Fortaleza.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	5,00	3,90	3,80	2,80
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	31,40	28,30	25,50	22,90
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	11,10	11,10	11,10	11,20
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	22,80	20,20	19,50	14,30
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	12,00	10,94	8,92	10,70
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	51,16	52,19	91,03	77,64
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	20,85	20,96	20,43	21,48
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	46,80	46,30	47,50	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	14,10	14,20	15,90	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	68,64	33,24	60,20	43,38
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	3.335	2.034	2.946	2.760
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	12.124	12.575	9.731	9.895
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	322.315	356.851	369.373	428.449
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	3.867	3.557	1.938	3.294

Fonte: IPECE

O percentual de alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas teve o melhor comportamento dentre os quatro indicadores, com uma redução de 8,5% em relação a 2018, mas ainda é uma das menores reduções entre as regiões.Outra importante área de investimento cujos indicadores mostraram comportamento positivo foi a da Segurança Pública, apresentando reduções significativas desde 2019, e tornando a região da Grande Fortaleza na que obteve melhores resultados na área de segurança. Atente-se, porém, para a crescente interiorização do crime organizado e dos problemas relacionados à segurança pública; é preciso, pois, garantir um grau proporcional de investimentos nas outras regiões, para que elas também possam demonstrar uma melhora na área de segurança pública, que é ainda um grave problema brasileiro.



Com a menor execução orçamentária, entretanto, vem a área de saneamento básico, e isso se reflete no comportamento dos indicadores, que apresentaram aumentos inexpressivos no período, sendo o mais preocupante a média do Índice de atendimento total de esgoto da Grande Fortaleza, que está abaixo da média estadual, de 20%. No decorrer da elaboração do PPA 2020-2023 foram realizados encontros para discutir e idealizar formas de atenuar os problemas existentes na região. Durante o processo, os participantes dos encontros reconheceram 105 problemas, de diversas áreas, que mereciam uma atenção especial por parte do governo.

Na tentativa de garantir uma atuação governamental mais focada para resolução de tais problemáticas regionais, foram planejadas um total de 71 Estratégias Regionais, ligadas a 229 entregas, e desse total a população local elegeu 27 como prioritárias, que estão relacionadas a 132 entregas, com as priorizações concentradas nos eixos Ceará de Oportunidades, do Conhecimento e Saudável.

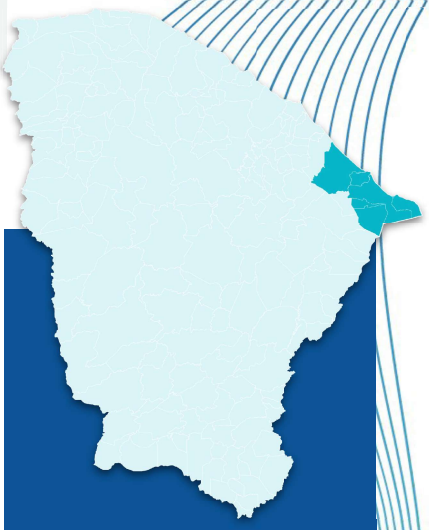
Logo, 55,89% do total de entregas priorizadas ou não foram executadas na Grande Fortaleza, sendo 54,55% delas consideradas prioritárias para a região. Dentre as estratégias regionais, priorizadas ou não, 7 se destacam pela alta quantidade de entregas planejadas e suas execuções ou não; dessas, 1 apresentou um grau de execução ruim, entre 0% a 25% e 6 apresentaram um grau de execução mediano, entre 25,1% a 75%. É válido frisar que nenhuma dessas estratégias conseguiu um alto grau de execução das entregas vinculadas durante os dois anos, contudo, diferente de muitas regiões, a Grande Fortaleza teve uma alta vinculação de entregas em estratégias regionais priorizadas, além de uma execução favorável dentro dessas estratégias, conforme quadro abaixo:

Quadro 17 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Grande Fortaleza).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
SIM	**Promover a integração das políticas de saúde, educação, habitação, assistência social e geração de renda com foco nos grupos vulneráveis.**	**39**	**28**
SIM	**Fortalecer políticas de segurança, cultura e socioeducativas na Grande Fortaleza em áreas mais afetadas com a violência.**	**22**	**14**
SIM	**Ampliar políticas inclusivas de pessoas deficientes ou com condições especiais.**	**19**	**11**
SIM	**Melhorar a gestão dos recursos na saúde.**	**18**	**12**
NÃO	Alinhar a atuação dos centros de referência especializados dos municípios com os da capital, para que seja possível o fornecimento de produtos/serviços que os municípios não conseguem prover.	16	8
SIM	**Promover a acessibilidade e o acesso atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônico e de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência e idosas.**	**14**	**1**
NÃO	Ampliar vagas para idosos e melhorar a gestão de vagas de forma exclusiva.	13	7

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

LITORAL LESTE



Municípios
Aracati
Beberibe
Fortim
Icapuí
Itaiçaba
Jaguaruana

Fonte: IPECE

6 Municípios
População(2020): **207.315 hab.**
Área: **4.598 km²** (3,1% do Estado)
Densidade demográfica: **45,08 hab./km²**
Empregos formais (2020): **20.965** (2,28% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5095 / Variação (2010-1991) 2,59 %
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 196.891.197,07 (13ª no Estado)
Orçamento per capita (executado)**:**
R$ 949,72 (8ª no Estado)

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

Implantação de um projeto de energia renovável no município de Aracati através do Projeto São José;
2 **Planos Municipais de Saneamento Básico** elaborados (Aracati e Jaguaruana);
1 **Centro Cearense de Idiomas** implantado (Aracati);
2 **Areninhas** implantadas (Beberibe e Icapuí);
2 **Brinquedopraças** implantadas (Itaiçaba e Icapuí);
1 **Praça Mais Infância** implantada (Icapuí).

2021

Expansão do **Sistema de Videomonitoramento** (Icapuí e Jaguaruana);
Implantação de 2 novas **bases do Raio** (Icapuí e Jaguaruana)
1 **CRAS** contemplado com o Prêmio Referência Social (Beberibe);
Funcionamento da Barragem Amarelas com a capacidade de acumulação hídrica de 47.680.000 m³, beneficiando 30.445 pessoas na região.



A região do Litoral Leste é composta por 6 municípios e possui uma população de quase 208 mil habitantes, tendo praias e cidades que se solidificaram como alguns dos destinos turísticos mais procurados por brasileiros e estrangeiros, sua economia tem como bases o turismo, a pesca e a aquicultura e a economia criativa. A economia regional do litoral leste sustenta-se no setor comercial e de serviços, sendo o comércio do turismo e pescado, o artesanato as atividades predominantes. Destaca-se, também, a exploração do coco-da-baía, do cajueiro da cana de açúcar e do camarão em cativeiro, além de produtos fortemente identificados com a culinária típica da região, tendo Aracati ganhado representatividade pelo seu festival gastronômico, sendo todas geradoras de emprego e renda.

A região é bem servida no que se refere às infraestruturas, vez que possui entroncamento de rodovias estaduais e federais, que ligam a Capital Cearense à Natal - RN em poucas horas, através de malha rodoviária, CE-040/BR-116/BR-304, que também serve de escoamento de produção de hortigranjeiros, e conta com um equipamento expressivo no que diz respeito a oportunidade de ampliação da demanda turística, bem como de exportação de cargas, o Aeroporto regional de Aracati.

Nesta Região, os atrativos e recursos estão naturalmente vinculados ao ambiente fisiográfico da faixa litorânea, caracterizado por possuir uma rica biodiversidade e geosistemas constituídos de falésias, dunas, lagamares, mangues, formações rochosas e praias com águas calmas e temperatura agradável.

Com tais características o mercado turístico é de extrema relevância e desperta interesse de investidores, tanto públicos quanto privados, para toda a região.Além de estar ancorada no sol e praia, já se identificam outros segmentos potenciais que aumentam a diversificação e consequentemente os desdobramentos do desenvolvimento regional, fortalecendo as vocações tradicionais e descobrindo novas oportunidades de uma integração solidária entre as potencialidades inter-regionais. O objetivo deve sempre pautar na melhoria dos padrões de vida da população com a qualificação das cidades e redução da pobreza.

Gráfico 46 - Execução Orçamentária do Litoral Leste por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Durante o biênio foi planejado um aporte orçamentário de cerca 235 milhões de reais para a região, com cerca de 91 milhões destinados diretamente a ações de saúde e educação, alcançando ao todo, uma execução de 83%. Entre o orçamento planejado e executado para cada área é possível observar que saúde teve uma execução de 95%, sendo uma das poucas regiões onde essa função ultrapassou a de educação, no caso atingiu 89%, seguida de,segurança pública 90% e transporte 87% como as demais com os maiores níveis de execuções. As funções saneamento, trabalho e ciências e tecnologia, apresentaram respectivamente 43%, 30% e 15% de execução, estando estas entre os piores níveis.

Tabela 52 - Indicadores da Região Litoral Leste.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	2,30	2,00	1,20	1,00
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	24,30	22,10	20,80	18,60
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	18,30	18,20	17,50	17,70
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	-	-	-	0,40
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	16,30	10,50	10,60	10,50
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	39,10	76,20	41,10	129,40
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	21,70	17,40	18,50	23,80
Saneamento básico	**2018,0**	**2019,0**	**2020,0**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	45,50	44,80	45,90	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	10,80	10,10	10,60	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	30,67	15,04	32,80	35,01
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	163	95	129	139
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	347	282	336	325
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	28.075	28.223	27.804	29.344
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	532	573	307	348

Fonte: IPECE

Ao analisar os indicadores regionalizados de algumas áreas é possível notar, na saúde, um comportamento negativo, onde a Razão da mortalidade materna teve um decréscimo de 35,1 mortes entre 2019 e 2020, porém em 2021 mostrou aumento preocupante de 88,3 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, isso decorreu do cenário pandêmico que aumentou o risco de mortalidade materna, e a Taxa de mortalidade por AVC se comportando de forma negativa, apresentado um aumento 6,4 desde de 2019, apenas o indicador Taxa de mortalidade infantil apresentou um comportamento constante desde 2019 estando sempre de com um valor aproximado da taxa do Estado.

Já os indicadores regionalizados de educação demonstram um resultado positivo, sendo importante observar que já a Taxa de distorção idade série apresentou um comportamento positivo com a redução de 3,6 pontos percentuais, contudo, esse indicador se apresenta menor que a taxa estadual em todos os anos, e o indicador Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual apresentou uma pequena redução de 0,6 pts percentuais, comportamento diferente em relação a outras regiões, mas que pode ser explicado pela situação pandêmica que fez alguns jovens desistirem dos estudos.

Ademais, os três indicadores de segurança aqui expostos se comportaram de maneira negativa, mesmo com um investimento expressivo e execução orçamentária de 90% sobre o total planejado, apresentaram aumento desde de 2019, isso reflete o retrato de todo o Brasil onde há crescimento dos gastos públicos com a segurança sem uma melhora efetiva nos indicadores de criminalidade e violência, e, as dificuldades para o enfrentamento desse problema são, os múltiplos fatores de existência determinantes que não são levados em consideração no planejamento, e a enorme dificuldade em reformar o modelo de segurança pública vigente, tornando a melhora da área dependente da capacidade de inovação e articulação do governo.

No decorrer da elaboração do PPA 2020-2023 foram realizados encontros para discutir e idealizar formas de atenuar os problemas existentes na região. Durante o processo, os participantes dos encontros reconheceram 110 problemas, das mais diversas áreas, que mereciam uma atenção especial por parte do governo. Na tentativa de garantir uma atuação governamental mais focada para resolução de tais problemáticas regionais, foram planejadas um total de 84 Estratégias Regionais, ligadas a 149 entregas, e desse total a população local elegeu 28 como prioritárias, que estão relacionadas a 58 entregas, com as priorizações concentradas nos eixos Ceará de Oportunidades e do Conhecimento. Logo, apenas 33% do total de entregas priorizadas ou não foram executadas no Litoral Leste, sendo 20% delas consideradas prioritárias para a região, a partir disso, observa-se que essa região, entre todas as outras, possui o menor percentual de execução de entregas priorizadas em relação às entregas executadas.

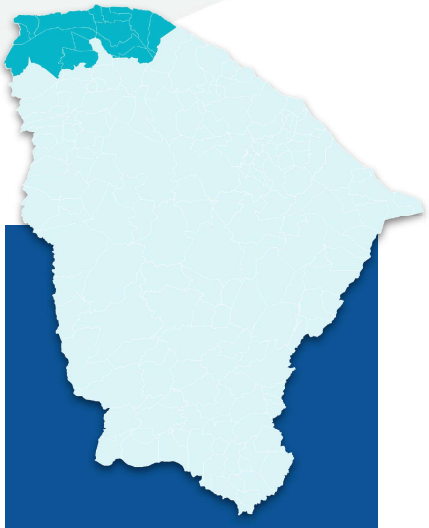
Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 8 se destacam pela alta quantidade de entregas planejadas e suas execuções ou não, dessas, 2 apresentaram um grau de execução ruim, entre 0% a 25%, e 6 com um grau de execução mediano entre 25,01% a 70%. É válido frisar que essa é uma das regiões que atingiu um bom resultado entre as estratégias que possuíam maior quantidade de entregas vinculadas, contudo na etapa de planejamento a maior parte das entregas foram vinculadas a estratégias que não foram priorizadas pelos cidadãos, conforme quadro abaixo:

Quadro 18 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Litoral Leste).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
NÃO	Fortalecer as políticas de ações e prevenção da saúde junto à comunidade.	18	9
NÃO	Promover políticas públicas para prevenção e atendimento de idosos.	14	8
SIM	**Promover ações para melhoria do acesso aos exames e serviços especializados.**	**13**	**5**
NÃO	Estabelecer mecanismos para controle da água distribuída à população.	12	2
NÃO	Estimular as oportunidades de emprego e renda que valorizem as vocações locais.	11	7
SIM	**Promover iniciativas para desenvolver pequenos negócios com foco nas potencialidades locais.**	**11**	**7**
NÃO	Melhorar as estruturas de atendimento psicossocial.	11	6
SIM	**Promover a estruturação dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento das políticas transversais.**	**10**	**1**

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

Por fim, a região Litoral Leste executou 83% do orçamento que lhe foi planejado, dando ênfase para as áreas de educação, saúde, assistência social e segurança pública, as ações citadas e o comportamento observado dos indicadores, demonstram que foram adotadas medidas para resolução de alguns dos problemas citados, porém a maior parte de seu orçamento destinado para ações cotidianas e de manutenção dos serviços já prestados nas mais diversas áreas.



Municípios
Acaraú
Barroquinha
Bela Cruz
Camocim
Chaval
Cruz
Granja
Itarema
Jijoca de Jericoacoara
Marco
Martinópole
Morrinhos
Uruoca

Fonte: IPECE

LITORAL NORTE

13 Municípios
População(2020): **405.625 hab.**
Área: **9.337 km²** (% do Estado)
Densidade demográfica: **43,44 hab./km²**
Empregos formais (2020): **27.700** (1,92% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5693 / Variação (2010-1991) 15,53%
Orçamento (empenhado):
R$ 365.821.590,91 (8ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado):
R$ 901,87 (10ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

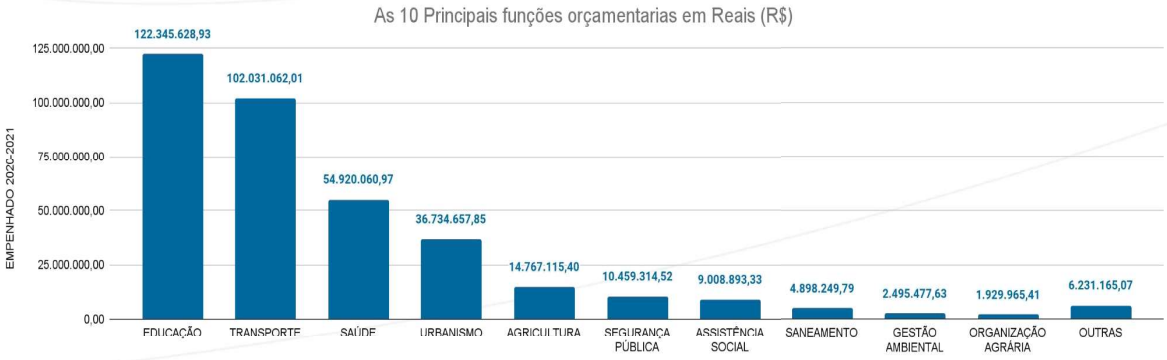
2020

Ampliação de **80 leitos nos hospitais** da região Tianguá.
1 **Brinquedopraça** instalada (Guaraciaba do Norte);
2 **Areninhas** implantadas (Guaraciaba do Norte e Ipú).

2021

2 **Sistemas de Videomonitoramento** implantados (Guaraciaba do Norte e Ipú);
1 sedes do **CPRAIO** implantadas (Guaraciaba do Norte e Ipú);
1 **Brinquedos na praça** instalados em (São Benedito);
1 **Centro de Referência de Assistência Social** (CRAS);
contemplados com o Prêmio Referência Social (Ibiapina).

Gráfico 47 - Execução Orçamentária do Litoral Norte por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

A região do Litoral Norte é composta por 13 municípios e possui uma população com cerca de 405 mil habitantes, que reúnem um conjunto expressivo da biodiversidade costeira e do semi-árido que por si só, a credencia a um dos mais importantes destinos turísticos do Estado - litoral que vai de Jericoacoara a Camocim apresenta faixa de praia com paisagens variadas, riachos, campos de dunas móveis e fixas, lagoas costeiras, planícies flúvio-marinhas - formadas pelos Rios Guriú, Coreaú, Remédios, Ubatuba e Timonha - vegetação de manguezais, matas ciliares, clima ameno e ótima condições de ventos. As cidades dos municípios da região do Litoral Norte caracterizam-se por pequenos núcleos urbanos desenvolvidos no entorno da Igreja Matriz e sua praça, local onde também se desenvolve o comércio. Vale ressaltar que a maioria destes núcleos urbanos possui zonas centrais razoavelmente consolidadas. Camocim é a cidade onde a economia encontra-se fortemente polarizada - comércio, serviços e atividades industriais. Por sua vez, Jijoca de Jericoacoara/Jericoacoara e Cruz, estendendo-se até a cidade de Acaraú apresentam-se como um novo pólo aglutinador da região.

O potencial de desenvolvimento do Litoral norte tem como trunfo a grande diversidade de recursos naturais sendo, portanto o turismo um elemento fundamental para alavancar o desenvolvimento.



Logo, como estratégias de desenvolvimento local-regional, a promoção do equilíbrio físico (serviços de infra-estrutura, de utilidade pública e rede de transporte) e social (saúde, cultura, educação e tecnologia, lazer e segurança) do equilíbrio ambiental (água, ar, solo, fauna e flora) exigem uma elevada condição de competitividade e de consolidação da identidade regional. Nesse contexto, intervenções de fortalecimento de um pólo regional de turismo de praia, de apoio a uma economia local e sustentável, harmonizadas com o ambiente natural por parte do governo estadual são fundamentais, vez que exigem um conjunto de ações de caráter regional.

Tabela 53 - Indicadores da Região Litoral Norte.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	4,90	3,90	1,90	1,30
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	18,80	16,20	15,20	13,40
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	14,00	15,50	16,80	17,50
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	12,10	12,80	6,30	7,10
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	12,90	12,40	12,60	13,40
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	89,20	15,20	172,90	129,40
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	18,40	20,80	25,10	25,80
Saneamento básico	**2018,0**	**2019,0**	**2020,0**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	41,80	41,70	42,10	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	10,50	10,50	11,60	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	36,17	12,90	19,48	23,28
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	295	286	251	225
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	442	463	506	529
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	56.295	56.852	57.036	60.896
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	1.340	1.180	426	703

Fonte: IPECE

O grande esforço de promoção do desenvolvimento deverá se materializar em ações institucionais inovadoras, abrangendo os segmentos do setor público, onde o Governo do Estado e os municípios deverão focar na melhoria dos indicadores e da captação de recursos para a devida priorização dos projetos estruturantes e promotores das transformações regionais e locais do Litoral Norte.

Durante o biênio foi planejado um aporte orçamentário de cerca 414,3 milhões de reais para a região, com cerca de 185,7 milhões destinados diretamente a ações de saúde e educação. Ao todo, houve a execução de 88% do orçamento total planejado, e entre o orçamento planejado e executado para cada área é possível observar que educação executou 94%, saúde 97%, transporte 96%, e assistência social 98%, demonstrando os maiores níveis de execuções, contudo, saneamento apresentou 17%, trabalho 24% e cultura 46%, estando estes entre os piores níveis, enquanto todas as outras estavam acima de 60% de execução.

Então, pelos indicadores regionalizados pode-se ver o comportamento que a região do Litoral Norte obteve nas mais diversas áreas, em nível de saúde os resultados foram negativos, o indicador Taxa de mortalidade infantil apresentou um aumento entre 2019 e 2021 saindo de 12,4 para 13,4, estando diferente do comportamento das demais regiões e do estado que vem em uma constante de redução, a Taxa de mortalidade por AVC se comportou de forma negativa, apresentado um aumento de 7,3% desde de 2018, e a Razão da mortalidade materna teve uma flutuação se for analisada desde 2018, quando apresentou decréscimo de 74% em relação a 2019, já de 2019 para 2020 o aumento foi de 157,7%, a as mortes entre 2020 e 2021 diminuíram em 43,5%, esse aumento ocorreu diante do pandêmico que aumentou o risco de mortalidade materna, mas essa diminuição está diferente do apresentado entre as outras regiões. Na área de educação o resultados foram positivos, o indicador Taxa de abandono do EM que apresenta uma expressiva redução de 3,6%, sendo uma das maiores observadas entre as regiões, já a Taxa de distorção idade série também apresentou um comportamento positivo com a redução de 5,4%, ainda, esse indicador se apresenta com uma média de 7% menor que a taxa estadual em todos os anos, e o indicador Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual apresentou um aumento de 5,7%, sendo o 3º maior crescimento entre as regiões.

Os indicadores de saneamento básico, apresentaram aumentos inexpressivos no período, sendo o mais preocupante a Média do Índice de atendimento total de esgoto que está muito abaixo da média estadual de 20%, além de se apresentar como um dos piores valores entre as regiões.

Ademais, com a realidade econômica que o país vivenciou durante a pandemia, com fechamento de empresas, diminuição de postos de trabalho e esfriamento do setor de turismo, o Litoral Norte sofreu por ter sua economia muito voltada para áreas turísticas, com isso, muitas pessoas passaram a viver em situação de vulnerabilidade social, podendo ser demonstrado pelo aumento de 4,6 mil no número de famílias do indicador Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo, então para mitigar essa problemática houveram intensos investimentos na área de assistência social, mesmo não tendo sido um dos maiores aportes orçamentários do biênio foi uma das maiores execuções, com 98,2% de execução orçamentária em relação ao planejado.

No decorrer da elaboração do PPA 2020-2023 foram realizados encontros para discutir e idealizar formas de atenuar os problemas existentes na região. Durante o processo, os participantes dos encontros reconheceram 119 problemas, de diversas áreas, que mereciam uma atenção especial por parte do governo. Na tentativa de garantir uma atuação governamental mais focada para resolução de tais problemáticas regionais, foram planejadas um total de 57 Estratégias Regionais, ligadas a 133 entregas, e desse total a população local elegeu 25 como prioritárias, que estão relacionadas a 74 entregas, com as priorizações concentradas nos eixos Ceará de Oportunidades e do Conhecimento. Logo, apenas 36% do total de entregas priorizadas ou não foram executadas no Litoral Norte, sendo 54% delas consideradas prioritárias para a região.

Na tentativa de garantir uma atuação governamental mais focada para resolução de tais problemáticas regionais, foram planejadas um total de 57 Estratégias Regionais, ligadas a 133 entregas, e desse total a população local elegeu 25 como prioritárias, que estão relacionadas a 74 entregas, com as priorizações concentradas nos eixos Ceará de Oportunidades e do Conhecimento. Logo, apenas 36% do total de entregas priorizadas ou não foram executadas no Litoral Norte, sendo 54% delas consideradas prioritárias para a região.

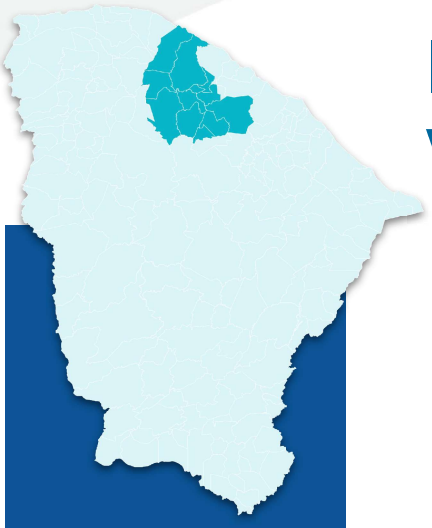
Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 7 se destacam pela alta quantidade de entregas planejadas e suas execuções ou não, dessas, 2 apresentaram um grau de execução ruim, entre 0% a 25%, 4 com um grau de execução mediano entre 25,01% a 75%, e 100% com um alto grau de execução entre 75,01% e 100%. É válido frisar que essa é uma das regiões que atingiu um bom resultado entre as estratégias que possuíam maior quantidade de entregas vinculadas, contudo as 4 que tiveram melhor execução não estão relacionadas as estratégias priorizadas, conforme quadro abaixo:

Quadro 19 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Litoral Norte).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
SIM	**Ampliar o acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade aos Direitos Humanos.**	**14**	**1**
NÃO	Efetivar as redes de atenção a saúde.	12	5
NÃO	Garantir o atendimento da programação pactuada.	11	5
NÃO	Ampliar as ações de prevenção e promoção a saúde de adoção de práticas saudáveis e cultura da paz.	10	5
SIM	**Ampliar o serviço de abastecimento de água.**	**9**	**3**
SIM	**Difundir tecnologias e inovações que promovam a inclusão social e produtiva da população.**	**7**	**0**
NÃO	Promover a valorização profissional.	7	6

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

A região Litoral Norte realizou bastante investimentos nas funções de transporte e urbanismo, melhorando a estruturação física de cidades e estradas, além de levar esses investimentos para a área de assistência social também, contudo, a maior parte de dispêndio orçamentário se manteve em ações voltadas para a garantia da manutenção dos serviços prestados tanto pelo Estado quanto pelo apoio aos municípios.



Municípios
Amontada
Apuiarés
General Sampaio
Irauçuba
Itapajé
Itapipoca
Miraíma
Pentecoste
Tejuçuoca
Tururu
Umirim
Uruburetama

Fonte: IPECE

LITORAL OESTE/ VALE DO CURU

12 Municípios
População: **403.645 hab.**
Área: **8.912 km²** (5,9% do Estado)
Densidade demográfica: **45,29 hab./km²**
Empregos formais (2020): **32.807** (2,28% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5488 / Variação (2010-1991) 10,6%
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 299.995.766,28 (9ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**:**
R$ 743,22 (13ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

Ampliação de 80 **leitos** nos hospitais de Itapipoca e Pentecoste;
3 **Brinquedopraças** instalada (Apuiares, Irauçuba e Uruburetama);
1 **Areninha** implantada (Uruburetama);

2021

2 Centros de Referência de Assistência Social (**CRAS**) contemplados com o Prêmio Referência Social (Amontada e Pentecoste);
1 **Hospital Regional** de Itapipoca adquirido;
1 **Praça Mais Infância instalada** (Itapipoca);
Implantação do Núcleo Regional da Pefoce Litoral Oeste/Vale do Curu(Itapipoca);
1 **Sistema de Videomonitoramento** implantado (Pentecoste);
1 Base do **BPRAIO** implantada (Pentecoste);
3 **Brinquedos na praça** instalados (Miraima, Pentecoste e Tururu);

A região do Litoral Oeste/Vale do Curu é composta por 12 municípios e possui uma população com cerca de 403,6 mil habitantes. Em seu território existem importantes indústrias e municípios que são considerados uns dos principais exportadores do Estado.

Gráfico 48 - Execução Orçamentária do Litoral Oeste/ Vale do Curu por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Durante o ano de 2020 foi planejado um aporte orçamentário de cerca 363,6 milhões de reais para a região, com a execução de 82% desse valor, cerca de 159,4 milhões destinados diretamente a ações de Saúde e Educação. Ao se tratar de execução orçamentária, as funções Saúde, Educação, Transporte, assistência agrária e judiciária possuem o maior grau dentro do orçamento que foi planejado para cada área. Já áreas como Saneamento, Trabalho e Gestão Ambiental, apresentaram um baixo grau de execução.

Pelos indicadores regionalizados pode-se ver o comportamento que a região do Litoral Oeste obteve em algumas áreas. Os indicadores de Saúde tiveram um comportamento positivo. A taxa de mortalidade infantil ficou acima da média estadual, porém seguindo a constante de redução. A taxa de mortalidade por AVC foi a menor dentre todas as regiões do estado. Apenas a razão da mortalidade materna teve uma flutuação, quando analisada desde 2018, apresentando um aumento de 49,5 p.p. (pontos percentuais) em 2019 em relação ao ano anterior; já de 2019 para 2020 houve um declínio de 43,5 p.p., e as mortes entre 2020 e 2021 aumentaram em 34,6 p.p., situação que ocorreu no cenário pandêmico, que aumentou o risco de mortalidade materna.

Tabela 54 - Indicadores da Região Litoral Oeste/Vale do Curu.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	3,30	2,30	0,70	0,90
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	23,40	22,80	21,60	19,30
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	10,70	11,20	11,50	11,80
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	14,50	13,60	4,80	1,40
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	14,50	16,00	11,10	12,60
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	79,20	128,70	85,20	119,80
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	16,00	19,90	14,40	15,00
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	38,10	37,70	41,40	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	9,60	10,70	53,20	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	25,45	14,98	21,55	22,38
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	149	109	166	180
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	524	628	565	650
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	59.714	61.737	62.419	67.311
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	1.732	1.461	761	331

Fonte: IPECE

Na Educação, as ações mantenedoras foram importantes para que o resultado de todos os indicadores educacionais da região fossem positivos, em especial o percentual de alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas EEMTI, que teve uma drástica redução de 13,1 p.p., levando a região a se destacar positivamente como a que possui a menor porcentagem de alunos abaixo da média entre todas as outras.

Dito isto, ao analisarmos o indicador de Saneamento Básico, área com baixa execução orçamentária e física, foi apresentando um bom comportamento, tendo a média do Índice de atendimento total de água aumentado 3,3% entre 2018 e 2020 e a média do Índice de atendimento total de esgoto tendo um aumento de 43,6 pontos percentuais, finalizando

2020 com uma média de 53%, apresentando o maior crescimento e a maior média entre todas as regiões de planejamento, isso, é reflexo do financiamento obtido pelo Governo do Estado junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) que permitiu o investimento de 75 milhões de dólares para o Programa de Saneamento das Localidades Litorâneas do Ceará, que planejou contemplar especialmente todo o Litoral Oeste/Vale do Curu. No decorrer da elaboração do PPA 2020-2023 foram realizados encontros para discutir e idealizar formas de atenuar os problemas existentes na região. Durante o processo, os participantes dos encontros reconheceram 95 problemas, de diversas áreas, que mereciam uma atenção especial por parte do governo.

Na tentativa de garantir uma atuação governamental mais focada para resolução de tais problemáticas regionais, foi planejado um total de 83 Estratégias Regionais, ligadas a 150 entregas, e, desse total, a população local elegeu 59 como prioritárias, que estão relacionadas a 118 entregas, com as priorizações concentradas nos eixos Ceará de Oportunidades e do Conhecimento.

Logo, apenas 28% do total de entregas foram executadas no Litoral Oeste/Vale do Curu, sendo 73% delas consideradas prioritárias para a região. Diante de tais informações, observa-se que essa região, entre todas as outras, possui o maior percentual de execução de entregas priorizadas em relação às entregas executadas.



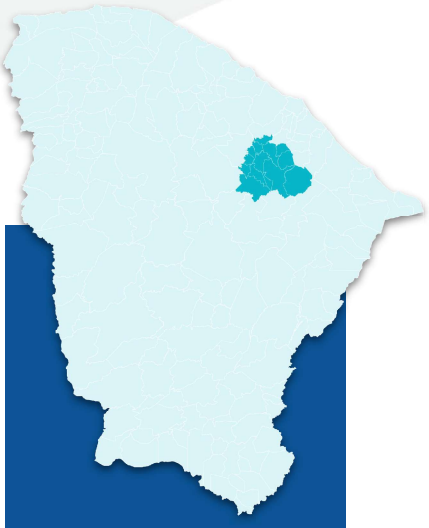
Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, sete se destacam pela alta quantidade de entregas planejadas e suas execuções ou não; dessas sete, cinco apresentaram um grau de execução ruim, entre 0% e 25%, e duas com um grau de execução mediano, entre 30% e 70%. É válido frisar que nenhuma dessas estratégias conseguiu um alto grau de execução das entregas vinculadas durante o biênio, demonstrando a necessidade de haver uma melhor priorização nas entregas que se encaixam em cada estratégia, conforme quadro abaixo:

Quadro 20 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Litoral Oeste/Vale do Curu).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
NÃO	Ampliar e desburocratizar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade às políticas públicas.	19	4
SIM	**Fortalecer políticas públicas para melhoria da educação básica.**	**12**	**7**
SIM	**Ampliar a oferta de serviços especializados na média e alta complexidade, garantindo atendimento adequado à população.**	**12**	**4**
NÃO	Fortalecer a articulação entre instâncias estaduais e municipais para apoio a ações culturais.	10	2
SIM	**Ampliar a oferta da rede geral de água.**	**10**	**2**
SIM	**Ampliar o sistema de saneamento básico principalmente na zona rural.**	**10**	**2**
SIM	**Promover ações eficazes para dar celeridade aos processos judiciais.**	**10**	**0**

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

Por fim, a região Litoral Oeste/Vale do Curu também recebeu importantes investimentos na área de segurança, assistência social e desporto, mas a maior parte de sua execução física e orçamentária ficou em ações de manutenção dos serviços prestados nas diferentes áreas. Ainda assim, se consagrou com um ótimo desempenho nos indicadores acima analisados.



Municípios
Acarape
Aracoiaba
Aratuba
Barreira
Baturité
Capistrano
Guaramiranga
Itapiúna
Mulungu
Ocara
Pacoti
Palmácia
Redenção

Fonte: IPECE

MACIÇO DE BATURITÉ

13 Municípios
População(2020): **246.972 hab.**
Área: **3.729 km²** (2,5% do Estado)
Densidade demográfica: **66,23 hab./km²**
Empregos formais (2020): **17.036** (1,18% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5100 / Variação (2010-1991) 2,74%
Orçamento (empenhado):
R$ 206.462.874,12 (11ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado):
R$ 835,98 (11ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

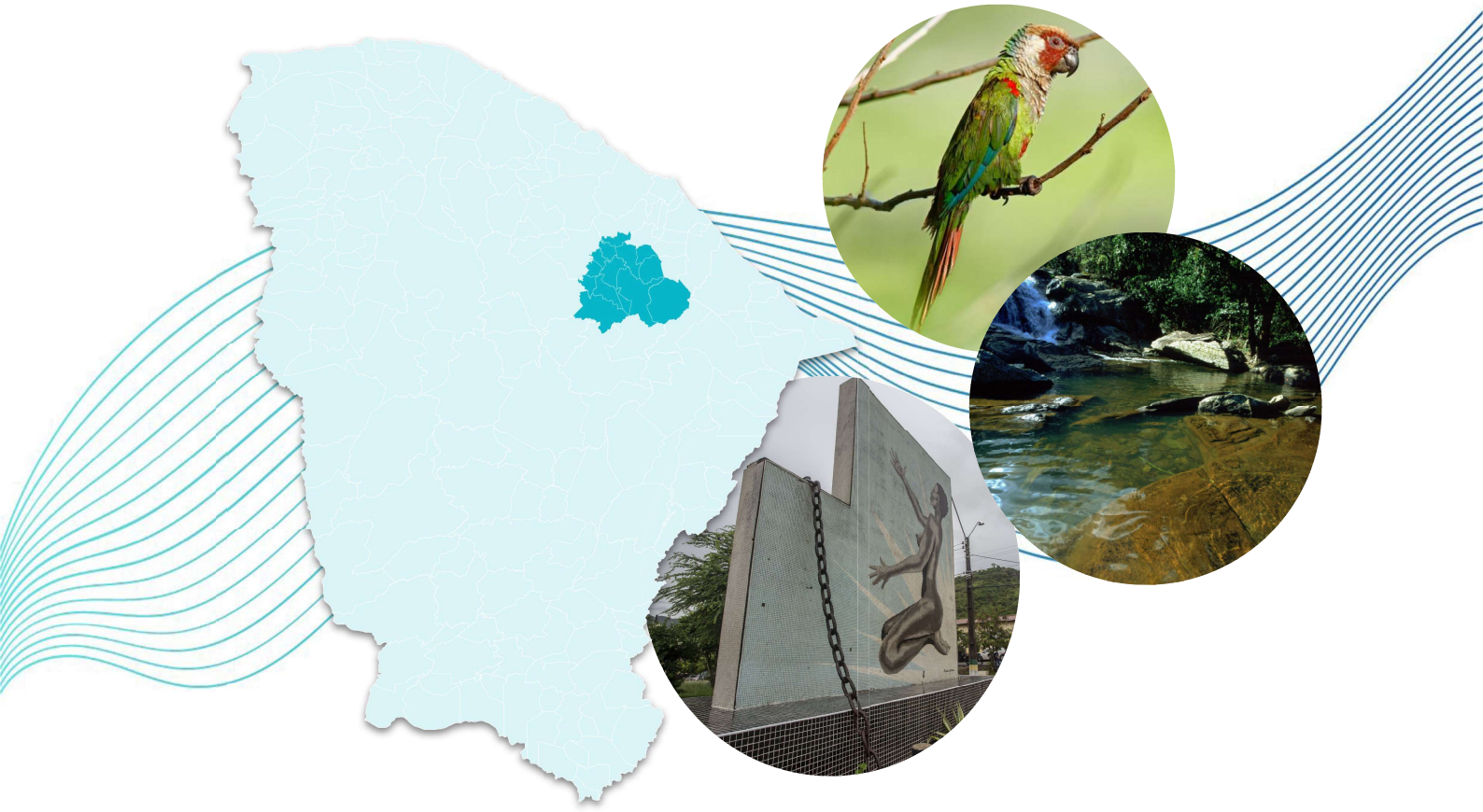
Conclusão das obras de implantação da **adutora** de Palmácia, totalizando o valor de 20,04 km de tubos assentados
69 famílias beneficiadas com a negociação imóveis, através de seis propostas de **financiamento de acesso à terra**, de um imóvel negociado: Sítio São Pedro – Redenção/CE;
Ampliação de 80 **leitos** nos hospitais da região.
1 **Brinquedopraça** instalada (Aracoiaba, Itapiúna).
4 **Areninhas** implantadas (Barreira, Capistrano, Itapiúna, Ocara).

2021

2 **Brinquedos na praça** instalados em (Acarape);
2 Centros de Referência de Assistência Social (**CRAS**); contemplados com o Prêmio Referência Social (Baturité, Mulungu, Ocara e Redenção);
Elaboração do **Plano sobre a Conservação da Mata Atlântica.**

A região do Maciço de Baturité é composta por 13 municípios e possui uma população com cerca de 247 mil habitantes. Esse conjunto de cidades tem origem que remonta ao século XVII, se consolidando somente no século XIX. São vários sítios urbanos,vilas e distritos com referências à época em que a região foi colonizada,referências de grande importância quanto às tradições e patrimônio histórico, já que os mesmos estão entre as configurações urbanas mais antigas e tradicionais do Estado do Ceará. Esta constatação abre espaço para identificar neste passado, um contexto de cenários construídos a preservar: fazendas e sítios de café, moradias urbanas, edificações religiosas, equipamentos urbanos-estações ferroviárias e mercados - sequência de espaços urbanos construídos de forma vernacular, notadamente situações serranas - por conta de sua topografia acidentada -dentre outras. (PDR,2004).

Portanto, vislumbra-se para a região um conjunto de elementos expressivos que vem gradativamente se consolidando como um vetor econômico de desenvolvimento, estreitamente associado ao turismo decorrentes das potencialidades do clima, da natureza e realizações de eventos culturais, abrigando um polo histórico-cultural importante para a população negra do Brasil, por exemplo com Redenção sendo a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão.



O ambiente político-institucional do Maciço espelha uma realidade vivenciada pela maioria das cidades do Estado, determinada por fatores ligados à estreita dependência de transferências institucionais para manutenção da máquina administrativa e para investimentos. Merecem destaque algumas iniciativas, no âmbito da Região de Planejamento do Maciço, a saber: a atuação efetiva da AMAB - Associação dos Municípios do maciço de Baturité, a visão de planejamento regional, referenciada no Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço - PDR maciço, contendo diretrizes e projetos estruturadores em prol da articulação de parcerias para o desenvolvimento da região. Assim as informações abaixo, demonstram a compreensão do Governo do Estado em desenvolver iniciativas inovadoras e sistêmicas que apontam para resultados positivos na compreensão da qualidade de vida, sustentabilidade e competitividade no contexto das demais regiões do Estado do Ceará.

Durante o biênio foi planejado um aporte orçamentário de cerca 244,7 milhões de reais para a região, com a execução de 84% desse valor, com cerca de 133,1 milhões destinados diretamente a ações de saúde e educação. Ao tratar de execução orçamentária, as funções saúde, educação, transporte e assistência social possuem o maior grau dentro do orçamento que foi planejado para cada área, já áreas como saneamento, trabalho, energia e comunicações, apresentaram um baixo grau de execução.

Gráfico 49 - Execução Orçamentária do Maciço de Baturité por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Então, pelos indicadores regionalizados pode-se ver o comportamento que a região do Maciço obteve em algumas áreas, na saúde ficou demonstrado resultados satisfatórios em todos, o indicador Taxa de mortalidade infantil se caracterizou com o terceiro maior decréscimo entre as 14 regiões do estado, a Taxa de mortalidade por AVC se comportou de forma atípica em relação a outras que apresentaram aumentos nessa taxa, já a Razão da mortalidade materna teve uma flutuação se for analisada desde 2018, quando apresentou decréscimo de 59,5 em relação a 2019, já de 2019 para 2020 o aumento foi de 64,5, a as mortes entre 2020 e 2021 diminuíram em 30, sendo uma das únicas três regiões que apresentaram decréscimo nesse período.

Tabela 55 - Indicadores da Região de Maciço.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	6,10	3,00	1,90	1,70
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	23,40	22,80	21,60	19,30
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	12,60	18,30	21,40	23,60
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	44,20	22,30	11,50	16,80
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	14,50	17,70	10,60	11,80
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	90,30	30,80	95,30	65,30
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	24,40	22,60	18,50	19,10
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	30,80	30,70	31,00	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	8,10	8,00	8,40	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	60,25	28,87	41,30	35,48
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	190	204	139	185
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	428	446	391	317
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	37.195	39.068	39.600	43.343
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	751	732	493	995

Fonte: IPECE

No decorrer da elaboração do PPA 2020-2023 foram realizados encontros para discutir e idealizar formas de atenuar os problemas existentes na região. Durante o processo, os participantes dos encontros reconheceram 141 problemas, de diversas áreas, que mereciam uma atenção especial por parte do governo. Na tentativa de garantir uma atuação governamental mais focada para resolução de tais problemáticas regionais, foram planejadas um total de 84 Estratégias Regionais, ligadas a 140 entregas, e desse total a população local elegeu 29 como prioritárias, que estão relacionadas a 62 entregas, com as priorizações concentradas nos eixos Ceará de Oportunidades e do Conhecimento. Logo, 41% do total de entregas foram executadas no Litoral Oeste, sendo 39% delas consideradas prioritárias para a região.



Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 7 se destacam pela alta quantidade de entregas planejadas e suas execuções ou não, dessas, 2 não tiveram execução, 4 apresentaram um grau de execução mediano entre 30% a 75% e 1 com um alto grau de execução, superior a 80%, conforme quadro abaixo:

Quadro 21 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Maciço de Baturité).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
NÃO	Promover a acessibilidade e o acesso atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônico e de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência e idosas.	14	0
NÃO	Fortalecer e implementar ações de vigilância em saúde.	14	7
SIM	**Garantir infraestrutura e qualificação na área de segurança pública e justiça, visando o exercício do trabalho na região.**	**14**	**7**
NÃO	Fortalecer os consórcios públicos da saúde, ampliando a oferta de especialidades.	8	6
SIM	**Efetivar a regionalização dos serviços de média e alta complexidade.**	**7**	**0**
NÃO	Promover ampla divulgação dos serviços socioassistenciais para os usuários.	7	6
SIM	**Melhorar infraestrutura das escolas públicas.**	**7**	**4**

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

A região do Maciço se consagrou de forma positiva na educação e na saúde, com os ótimos resultados apresentados pelos indicadores, já no que tange ao saneamento demonstrou um comportamento negativo, e apesar de a maioria das ações desenvolvidas possuírem caráter de manutenção da prestação de serviços, ainda investiu em algumas obras de qualificação rodoviária e de implantação de espaços públicos para convivência cidadã.

SERRA DA IBIAPABA



Municípios
Carnaubal
Croatá
Guaraciaba do Norte
Ibiapina
Ipu
São Benedito
Tianguá
Ubajara
Viçosa do Ceará

Fonte: IPECE

9 Municípios
População (2020): **364.867 hab.**
Área: **5.720 km²** (3,9% do Estado)
Densidade demográfica: **63,79 hab./km²**
Empregos formais (2020): **27.097** (1,88% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5669 / Variação (2010-1991) 5,61%
Orçamento (empenhado):
R$ 217.350.932,91 (10ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado):
R$ 595,70 (14ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

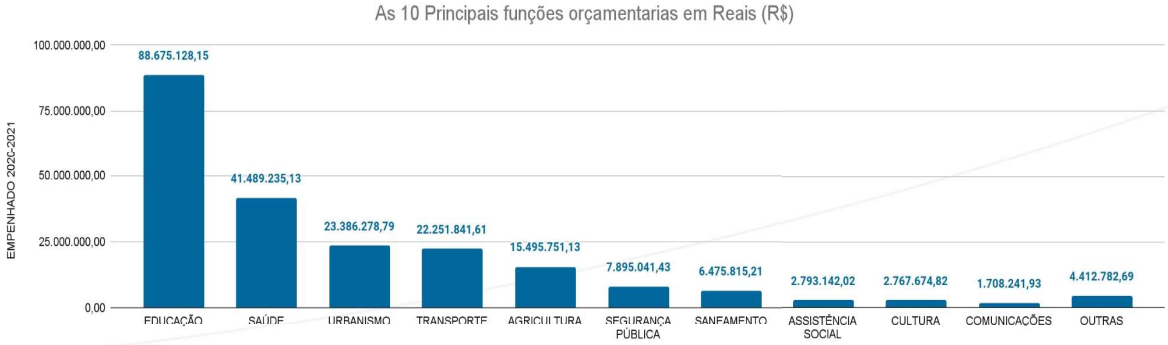
2020

Ampliação de **80 leitos nos hospitais** da região Tianguá
1 **Brinquedopraça** instalada (Guaraciaba do Norte)
2 **Areninhas** implantadas (Guaraciaba do Norte e Ipú)

2021

2 **Sistemas de Videomonitoramento** implantados (Guaraciaba do Norte e Ipú)
1 sedes do **CPRAIO** implantadas (Guaraciaba do Norte e Ipú)
1 **Brinquedos na praça** instalados em (São Benedito)
1 **Centro de Referência de Assistência Social** (CRAS) contemplados com o Prêmio Referência Social (Ibiapina)

Gráfico 50 - Execução Orçamentária da Serra da Ibiapaba por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

A região da Serra da Ibiapaba é composta por 9 municípios e possui uma população com cerca de 364,8 mil habitantes,atualmente com uma predominância relativa da população urbana. A ocupação das cidades serranas motivada pela vocação agrícola dos solos e o regime de chuvas na região, trouxe um rico acervo arquitetônico, realçados pelos sítios na área rural e por sua estrutura urbana implantada em pontos mais elevados das cidades, onde estão as edificações religiosas, sólidos símbolos da influência portuguesa do catolicismo. Os núcleos urbanos do Planalto da Ibiapaba configuram-se como pequenas cidades interligadas por um eixo rodoviário principal, a CE-187. Ao longo desse corredor, posicionam-se seis das nove sedes municipais. É primordial, portanto, na construção do desenvolvimento regional, o reconhecimento da grande potencialidade para geração de novos empregos, por meio da valorização do patrimônio histórico-cultural e da cultura local nos seus mais variados matizes. É importante também a consciência de realce dos elementos relevantes da paisagem natural, que são os ícones da expressão e da personalidade regional.

Competitividade representa a condição que detém uma região de estar sempre renovando seus atrativos regionais a partir das transformações dos existentes e da incorporação de novos. O grande desafio é o de garantir a manutenção da condição regional, que pode proporcionar um grande leque de novas oportunidades de negócios que representam um diferencial da região, estimulando futuros investidores. Este documento ao apresentar os indicadores da região e as realizações de governo, busca demonstrar as condições de competitividade regional e identificar as fragilidades e potencialidade para a ampliação e a renovação das infra estruturas básicas (malhas de transporte, terminais, energia e comunicações, dos serviços públicos essenciais e dos seus sistemas de equipamentos sociais (escolas, hospitais, parques, universidades e demais equipamentos de lazer), dentre outros.

Durante o biênio foi planejado um aporte orçamentário de cerca 307,3 milhões de reais para a região, com cerca de 137,7 milhões destinados diretamente a ações de saúde e educação. Ao todo, houve a execução de 71% do orçamento total planejado, e entre o orçamento planejado e executado para cada área é possível observar que educação e saúde executaram 94%, urbanismo 95%, e comunicações e energias 99%, demonstrando os maiores níveis de execuções, contudo, saneamento apresentou 10% e ciências e tecnologia 15%, estando estes entre os piores níveis.

Tabela 56 - Indicadores da Região da Serra da Ibiapaba.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	3,20	2,40	0,70	0,50
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	23,10	21,00	19,90	17,60
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	14,20	14,60	14,60	14,70
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	20,70	13,90	8,10	3,90
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	15,20	12,60	10,00	10,70
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	33,20	65,00	102,00	134,80
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	18,80	27,00	22,70	32,60
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	33,60	33,60	40,70	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	10,40	14,30	15,50	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	27,00	9,65	15,62	31,62
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	207	295	256	316
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	549	612	581	585
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	54.528	55.516	56.819	60.497
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	887	926	405	1.657

Fonte: IPECE

Ao analisar os indicadores regionalizados de algumas áreas é possível notar, na saúde, resultados não foram satisfatórios, com a Razão da mortalidade materna apresentando um aumento de 101,6, tendo o 4º maior aumento entre as regiões, e a Taxa de mortalidade por AVC se comportando de forma negativa, apresentado um aumento 13,8 desde de 2018, o maior aumento e a segunda maior taxa entre as regiões, apenas Taxa de mortalidade infantil apresentou um decréscimo. Já os indicadores regionalizados de educação tiveram um desempenho positivo, em especial a Taxa de abandono do EM que apresenta uma redução de 2,7 pontos percentuais, possuindo em 2021 a menor taxa entre as regiões, e o indicador Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio demonstrou uma diminuição de 16,8%, possuindo a 4ª menor taxa em 2021.



Os indicadores de saneamento, área com a menor execução orçamentária e baixa execução física, possuem um comportamento diferenciado com o aumento de 7,1% na Média do Índice de atendimento total de água, sendo a maior taxa de crescimento entre as regiões, contudo esse comportamento pode ser explicado pela realidade da cidade de Guaraciaba do Norte, onde o Município, Estado e Funasa firmaram uma parceria em 2017 de 9 milhões de reais, que levou água para 100% dos moradores da cidade em 2021, já o índice de atendimento de esgoto teve um aumento de 5,1%, dentro da média estadual.

No decorrer da elaboração do PPA 2020-2023 foram realizados encontros para discutir e idealizar formas de atenuar os problemas existentes na região. Durante o processo, os participantes dos encontros reconheceram 79 problemas, de diversas áreas, que mereciam uma atenção especial por parte do governo. Na tentativa de garantir uma atuação governamental mais focada para resolução de tais problemáticas regionais, foram planejadas um total de 61 Estratégias Regionais, ligadas a 125 entregas, e desse total a população local elegeu 26 como prioritárias, que estão relacionadas a 84 entregas, com as priorizações concentradas nos eixos Ceará de Oportunidades, Acolhedor e do Conhecimento. Logo, apenas 39% do total de entregas priorizadas ou não foram executadas na Serra da Ibiapaba, sendo 67% delas consideradas prioritárias para a região, a partir disso, observa-se que essa região, entre todas as outras, possui o segundo maior percentual de execução de entregas priorizadas em relação às entregas executadas.

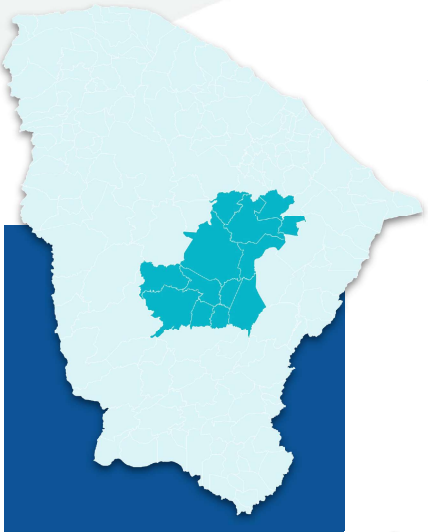
Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 9 se destacam pela alta quantidade de entregas planejadas e suas execuções ou não, dessas, 3 apresentaram um grau de execução ruim, entre 0% a 25%, 3 com um grau de execução mediano entre 25,01% a 70%, e outras 3 tiveram um alto grau de execução. É válido frisar que essa é uma das regiões que atingiu um bom resultado entre as estratégias que possuíam maior quantidade de entregas vinculadas, e as 3 que tiveram uma alta execução fazem parte da priorizadas, conforme quadro abaixo:

Quadro 22 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Serra da Ibiapaba).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
NÃO	Fortalecer os conselhos de direitos.	11	7
SIM	**Criar sistema de captação e reuso de águas pluviais, cinzas e negras.**	**11**	**3**
NÃO	Dar continuidade a política de convivência com o semiárido.	10	3
SIM	**Valorizar as manifestações culturais locais e resgatar as culturas regionais.**	**10**	**1**
NÃO	Ampliar e garantir a oferta de água de qualidade na região.	9	2
SIM	**Realizar formação continuada de todos os profissionais de educação.**	**7**	**6**
SIM	**Fomentar desenvolvimento regional para atração de investimentos.**	**5**	**0**
SIM	**Incentivar o associativismo e o cooperativismo para agregar valor à produção e garantir acesso a programas governamentais.**	**5**	**5**
SIM	**Ampliar a rede de atendimento à pessoa em situação de vulnerabilidade.**	**5**	**4**

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

Desta forma, a região da Serra da Ibiapaba se caracterizou por possuir o menor nível de investimento público per capita entre todas as regiões, diante disso, se apresentou como uma região com em que a maior parte de suas entregas estiveram apenas na ordem de manutenção da prestação dos serviços públicos, tendo destaque para a tentativa de universalização da oferta de água.



Municípios
Banabuiú
Choró
Deputado Irapuan Pinheiro
Ibaretama
Ibicuitinga
Milhã
Mombaça
Pedra Branca
Piquet Carneiro
Quixadá
Quixeramobim
Senador Pompeu
Solonópole

Fonte: IPECE

SERTÃO CENTRAL

13 Municípios
População: **398.788 hab.**
Área: **16,018 km²** (10,8% do Estado)
Densidade demográfica: **24,90 hab./km²**
Empregos formais (2020): **31.540** (2,19%)
Índice de Gini (2010):
0,5332 / Variação (2010-1991) -5,29%
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 618.224.805,45 (4ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**:**
R$ 1.550,26 (4ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

2 **Brinquedopraças** instaladas, nos municípios de Deputado Irapuan Pinheiro e Piquet Carneiro;
1 **Praça Mais Infância** e 1 **Centro de Educação** implantados em Quixadá;
Implantação do **1º Batalhão de Combate a Incêndio** em Quixadá;

2021

111 **Fogões Sustentáveis** instalados;
11.997 famílias beneficiadas com o **Cartão Mais Infância** e **Abrigo de acolhimento** para crianças e adolescentes ;
103.911,41 quilos de Alimentos e 906.796 litros de Leite distribuídos para população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional;
2.531.095 **Mudas ofertadas** para a produção agrícola sustentável;
5 **Brinquedopraças** instaladas;
33 **Poços**, 48 **Cisternas** instaladas e 2 **Barragens** construídas;

Gráfico 51 - Execução Orçamentária do Sertão Central por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

A região do Sertão Central é possuidora de 13 municípios e é caracterizada pela seca e o clima predominantemente semiárido. Tais características propiciaram, ainda no século 19, um dos primeiros projetos a serem idealizados com o intuito de combater a seca, o Açude do Cedro em Quixadá, hoje tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional(IPHAN). Na região também encontram-se outros importantes reservatórios, a exemplo do terceiro maior do estado, o Açude Banabuiú, que está inserido na bacia de mesmo nome. Outra característica dessa região é a presença dos monólitos, ou morros testemunhos.

A região tem um lado importante para a história dos povos originários, já que nela houve uma grande concentração de ameríndios na Bacia do Banabuiú, com a presença de vários sítios pré-históricos com pinturas rupestres, peças em cerâmica e em Senador Pompeu sendo um dos três locais no Brasil que é possível encontrar monumentos megalíticos, ou dólmen, conhecido por serem construções com grandes blocos de pedra que remontam ao período neolítico. Outro ponto de destaque para a região é o município de Pedra Branca, que constantemente, ano após ano, está figurando no ranking das melhores escolas do Estado, pelo Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

No aspecto cultural e turístico, a região possui um fluxo turístico motivado pela busca de esportes radicais e ecoturismo, com Quixadá sendo muito procurada para a prática de voo livre, parapente e asa-delta. Mudando de ângulo, assim como a região do Sertão de Canindé, no Sertão Central também existe um grande potencial de extração mineral, relacionado principalmente ao grafita.

O acesso à região se dá essencialmente por meio da BR-122, rodovia que liga o Ceará a Minas Gerais. Essa rodovia cruza o centro urbano de 4 municípios da região, Ibaretama, Quixadá, Banabuiú e Solonópole. Outras rodovias importantes para a região são as BR-226, que interliga Pedra Branca, Milhã, Senador Pompeu e Solonópole, BR-265 e BR-266.

No biênio 2020-2021 o Sertão Central teve uma execução orçamentária superior a R$ 618 milhões, sendo das 14 regiões a 4ª que recebeu mais recursos. Já na execução orçamentária *per capita* o valor foi de R$ 1.550,26, também na 4ª posição. Um ponto interessante é que o orçamento per capita de Canindé, é 49,99% menor que o da Grande Fortaleza, que teve um valor de R$ 3.100,06.

Tabela 57 - Indicadores da Região do Sertão Central.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	5,00	4,60	2,40	2,00
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	23,90	21,70	21,10	19,50
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	13,30	14,00	14,60	14,70
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	22,60	30,30	25,40	13,80
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	16,20	14,30	11,00	20,60
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	109,70	37,90	62,60	121,10
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	28,90	34,90	29,10	30,50
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	46,40	46,00	41,40	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	54,10	30,80	50,20	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	43,00	22,67	33,85	24,72
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	475	325	219	227
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	736	746	650	642
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	55.646	56.881	57.822	63.284
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	1.108	1.545	1.255	1.752

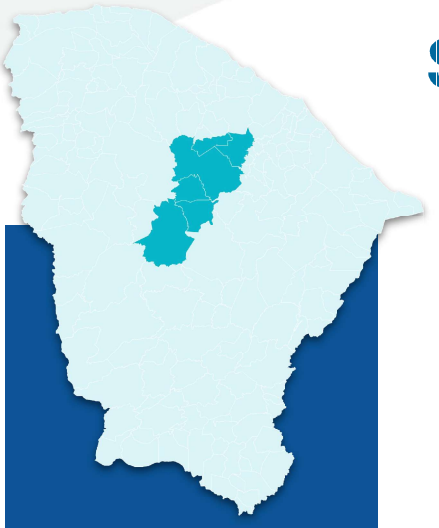
Fonte: IPECE

Mudando de ótica, passando agora para a análise dos indicadores, a região se saiu bem em alguns indicadores educacionais e em outros nem tanto se comparado com os indicadores do estado do Ceará. Em especial o percentual de Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI). Já os indicadores relacionados à saúde e saneamento básico do Sertão Central apresentaram um desempenho inferior aos do estado do Ceará, (tabela 57). Nas estratégias priorizadas pela população da Região do Sertão dos Crateús, existem 71 entregas (bens ou serviços) que atendem o que foi pedido para a região. Dessas, 25 tiveram algum grau de execução no biênio 2020-2021, o que representa 35,21% do total priorizado. Já as entregas que atendem a estratégias que não foram priorizadas, 42 tiveram execução, o que representa 62,69% do universo de 67 entregas executadas. Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 10 se destacam pela quantidade de entregas e realizações governamentais, conforme quadro abaixo:

Quadro 23 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Sertão Central).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
SIM	**Ampliar a cobertura de saneamento básico para todos os municípios da região.**	**18**	**3**
NÃO	Ampliar e garantir o apoio à prestação dos serviços socioassistenciais.	17	6
SIM	**Qualificar e ampliar as políticas públicas de segurança hídrica.**	**10**	**4**
NÃO	Organizar o modelo de atenção de alta e média complexidade, promovendo a resolutividade de acordo com o perfil da região.	10	6
NÃO	Garantir o acesso a água em quantidade e qualidade para o consumo e produção nas comunidades difusas.	9	3
NÃO	Garantir políticas de combate à discriminação e fortalecimento da inclusão.	8	2
NÃO	Garantir a celeridade nos processos judiciais.	8	0
NÃO	Valorizar os profissionais na área da educação.	7	5
SIM	**Ampliar a oferta de exames especializados.**	**7**	**3**
NÃO	Desenvolver parcerias com os governos municipais para ampliar a oferta de emprego e renda.	6	4

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.



Municípios
Boa Viagem
Canindé
Caridade
Itatira
Madalena
Paramoti

Fonte: IPECE

SERTÃO DE CANINDÉ

6 Municípios
População: **208.555 hab.**
Área: **9.160 km²** (6,2% do Estado)
Densidade demográfica: **22,77 hab./km²**
Empregos formais (2020): **13.918** (0,97% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5527 / Variação (2010-1991) 10,84%
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 171.835.601,21 (14ª no Estado)
Orçamento per capita (executado)**:**
R$ 823,93 (12ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

1 **Unidade de Conservação** criada, Monumento Natural da Gruta Casa de Pedra, nos municípios de Madalena e Itatira;
Construção de galpão em Boa Viagem para indústria do setor calçadista gerando, aproximadamente, 150 empregos diretos.

2021

106 **Fogões Sustentáveis** instalados
4.291 famílias beneficiadas com o **Cartão Mais Infância** e 1 Abrigo de acolhimento para crianças e adolescentes;
73.960,08 quilos de **Alimentos** e 600.481,00 litros de **Leite distribuídos** para população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional;
637.920 **Mudas ofertadas** para a produção agrícola sustentável;
1 **Unidade de Perícia Forense** implantada;
36 Poços instalados.

Com seis municípios, o Sertão de Canindé é uma região inserida no clima tropical quente semiárido, característico do bioma da Caatinga, apresentando alguns municípios com suas peculiaridades, a exemplo de Itatira, que apresenta temperaturas mais amenas, por estar inserido em uma altitude mais elevada. Existe um grande potencial de extração mineral para a região, relacionado à grafita e ao lítio, componente básico para a construção de baterias modernas que são encontradas nos celulares, computadores e carros elétricos.

No aspecto cultural e turístico, a região possui fortes raízes e laços com a religiosidade católica, tendo o município de Canindé, localizado a 110 km de Fortaleza, é considerado um grande centro de romaria e um dos maiores santuários franciscanos do mundo, recebendo anualmente dezenas de milhares de devotos, das diversas regiões do país, em sua grande maioria do Norte e Nordeste. A região também tem fluxo turístico motivado pela busca de esportes radicais e ecoturismo, com Boa Viagem sendo muito procurada para a prática de voo livre, parapente e asa-delta. O acesso à região vindo da Capital e região metropolitana se dá essencialmente por meio da BR-020, rodovia que liga Brasília a Fortaleza. Essa rodovia cruza o centro urbano de 4 municípios da região, Boa Viagem, Canindé, Caridade e Madalena.

No biênio 2020-2021, o Sertão de Canindé teve uma execução orçamentária superior a R$ 171,8 milhões, sendo das 14 regiões a que menos recebeu recursos. Já a execução orçamentária per capita o valor foi de R$ 823,93, ocupando a 12ª posição dentre todas as regiões. Um ponto interessante é que o orçamento per capita de Canindé é 73,42% menor que o da Grande Fortaleza, que teve um valor de R$ 3.100,06.

Gráfico 52 - Execução Orçamentária do Sertão de Canindé por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Dando prosseguimento a essa análise orçamentária, quanto à distribuição da execução por função no biênio 2020-2021, Educação e Transporte detiveram 55,72% dos investimentos para a região. Em seguida, vieram saúde, com 13,20%, e agricultura, com 7,47%, ocupando a terceira e quarta posições na distribuição de recursos, respectivamente. Diferente do padrão das várias outras regiões, no Sertão de Canindé a função Saúde não ocupou a primeira ou a segunda posição no direcionamento do volume investido. No item Outras do gráfico que traz as 10 principais funções orçamentárias, existem 11 outras funções que compõem o montante de recursos e que correspondem a apenas 2,99% do valor investido para a região no biênio.

Tabela 58 - Indicadores da Região do Sertão de Canindé.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	4,30	3,20	2,00	1,30
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	26,40	24,20	23,80	23,00
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	15,30	16,00	15,80	15,70
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	47,10	59,00	28,40	30,10
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	13,80	11,60	14,30	9,00
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	0,00	75,20	199,10	119,30
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	26,70	25,90	21,50	23,50
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	41,00	40,50	44,90	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	9,5	11,9	22,2	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	41,49	18,79	33,08	29,12
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	210	211	191	213
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	288	349	308	322
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	34.895	35.167	35.363	37.718
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	686	739	110	318

Fonte: IPECE



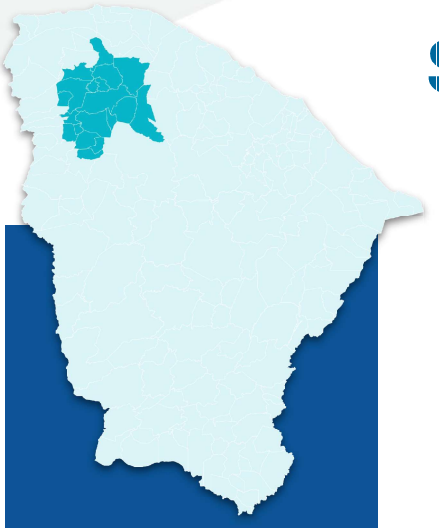
Mudando de ótica, passando agora para a análise dos indicadores, a região se saiu bem em alguns indicadores educacionais e em outros nem tanto, se comparado com os do estado do Ceará, (tabela. 58). Em especial o percentual de alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI). Já os indicadores relacionados à saúde do Sertão de Canindé apresentaram um desempenho inferior aos do estado do Ceará. Indo no sentido contrário, os indicadores relacionados ao monitoramento do saneamento básico, a região está melhor que os dados estaduais.

Nas estratégias priorizadas pela população da Região do Sertão dos Crateús, existem 48 entregas (bens ou serviços) que atendem o que foi pedido para a região. Dessas, 24 tiveram algum grau de execução no biênio 2020-2021, o que representa 50% do total priorizado. Já as entregas que atendem a estratégias que não foram priorizadas, 29 tiveram execução, o que representa 54,72% do universo de 53 entregas executadas. Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 10 se destacam pela quantidade de entregas e realizações governamentais, conforme quadro abaixo:

Quadro 24 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Sertão de Canindé).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
NÃO	Promover melhor intersetorialidade entre as políticas sociais.	15	3
NÃO	Promover ações de promoção e prevenção à saúde da população nas dimensões físicas e mental.	15	7
SIM	**Ampliar a estrutura do poder judiciário na região, promovendo o seu equilíbrio e integração entre Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário.**	**13**	**4**
NÃO	Ampliar as políticas que visam dar celeridade aos processos judiciais.	10	0
NÃO	Fortalecer a educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS.	8	0
SIM	**Melhorar a infraestrutura nas escolas.**	**7**	**3**
NÃO	Fortalecer a descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da região de saúde.	7	3
SIM	**Ampliar as oportunidades de empreendedorismo sustentável para os jovens, mulheres e produtores do meio rural.**	**6**	**3**
NÃO	Garantir políticas de valorização dos grupos de cultura tradicional da região.	6	1
SIM	**Ampliar a oferta de saneamento básico na região.**	**6**	**4**

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.



Municípios	
Alcântaras	Moraújo
Cariré	Mucambo
Coreaú	Pacujá
Forquilha	Pires Ferreira
Frecheirinha	Reriutaba
Graça	Santana do Acaraú
Groaíras	Senador Sá
Massapê	Sobral
Meruoca	Varjota

Fonte: IPECE

SERTÃO DE SOBRAL

18 Municípios
População: **500.635 hab.**
Área: **8.512 km²** (5,7% do Estado)
Densidade demográfica: **58,81 hab./km²**
Empregos formais (2020): **67.053** (4,65% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5526 / Variação (2010-1991) 11,53%
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 1.273.374.276,32 (3ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**:**
R$ 2.543,52 (2ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

Uma **Brinquedopraça** instalada em Alcântaras;
01 unidade do **Vapt Vupt** em Sobral;
02 **Areninhas** entregues em Pires Ferreira e Forquilha;
7 poços instalados em Massapê;

2021

549 **Títulos de habitação e regularização fundiária rural** entregues;
305 **Fogões Sustentáveis** instalados;
10.007 famílias beneficiadas com o **Cartões Mais Infância**;
7 **Brinquedopraças** instaladas;
118.964,44 quilos de **Alimentos** e 1.694.904 litros de **Leite Distribuídos**;
22 **Poços** e 479 **Cisternas** instalados;

O Sertão de Sobral é a terceira região com maior agrupamento populacional, superando a marca dos 500 mil habitantes, e é reconhecida nacionalmente pelos bons resultados e conquistas educacionais. Na região temos a cidade de Sobral, capital regional, com seus mais de 200 mil habitantes, ocupando a 4ª posição de maior economia do estado, sendo a maior fora da região da Grande Fortaleza, obtendo destaque também como o município com o maior número de empregados com carteira de trabalho assinada. Fato esse relacionado ao polo industrial ali instalado e que produz calçados, cimento, biscoitos, bebidas e que extrai o minério de ferro. Outro ponto de destaque para a cidade é o fato de ser o maior centro universitário e de saúde do interior do Ceará.

O Sertão de Sobral é rico e diverso, apresentando uma variedade de paisagens com o clima variando do tropical quente semiúmido ao semiárido. Ali se encontra a Serra da Meruoca, com uma altitude máxima de 1.020m, mata tropical úmida, vegetação essa de alta altitude e cachoeiras. No município de Pires Ferreira também há a presença de cachoeiras, a exemplo da Bica Encantada e a da Bica do Donato. Passam pela região rios importantes para a economia e sobrevivência da população local, os rios Acaraú, Coreaú e Jaibaras. Nesses rios e reservatórios que armazenam água para enfrentar os momentos de estiagem, os açudes Araras, Taquara, Jaibaras e Angicos.

No quesito planejamento, o Sertão de Sobral, no biênio 2020-2021, recebeu um orçamento per capita de R$ 2.543,52, fato que a posiciona como a segunda região nesse quesito, com um valor 17,95% menor, que o da Grande Fortaleza, que obteve R$ 3.099,93 de orçamento per capita. Como ocorreu em várias outras regiões, o orçamento do biênio se concentrou em duas áreas, saúde e educação, que concentraram 71,62% dos R$ 1.273.374.276,32 empenhados entre 2020 e 2021.

Gráfico 53 - Execução Orçamentária do Sertão de Sobral por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

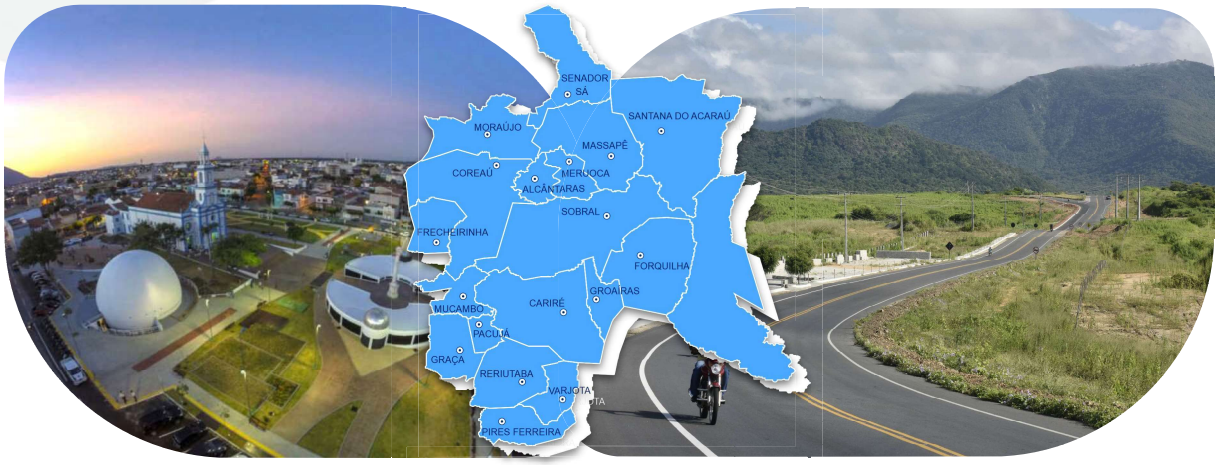
Dando prosseguimento à análise orçamentária, na distribuição da execução por função no biênio 2020-2021, Saúde e Educação detiveram 71,62% dos investimentos para a região. Em seguida vieram Transporte, com 10,11%, e Agricultura, com 3,94%, ocupando a terceira e quarta posições na distribuição de recursos, respectivamente. No item Outras do gráfico que traz as 10 principais funções orçamentárias, existem 11 outras funções que compõem o montante de recursos e que correspondem a apenas 1,87% do valor investido para a região no biênio.

Ao trazer o olhar desse investimento na região em relação aos indicadores, identificou-se que os indicadores de saúde e educação, em sua maioria, obtiveram um desempenho melhor que o do Estado do Ceará, (tabela 59). A exceção fica por conta da razão de mortalidade materna, que em alguns anos obteve valor com desempenho inferior ao do Ceará.

Tabela 59 - Indicadores da Região do Sertão de Sobral.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	4,70	3,50	1,20	0,50
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	28,80	26,10	25,50	23,60
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	24,20	25,00	24,40	24,60
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	26,90	13,60	14,70	10,80
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	18,00	11,50	11,70	11,80
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	21,30	153,70	69,40	140,50
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	16,60	29,20	26,40	27,50
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	45,60	51,10	51,70	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	15,40	16,40	32,80	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	43,39	21,91	48,14	44,27
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	416	407	411	427
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	805	845	699	699
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	52.285	53.089	53.240	58.295
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	2.188	1.727	890	1.796

Fonte: IPECE



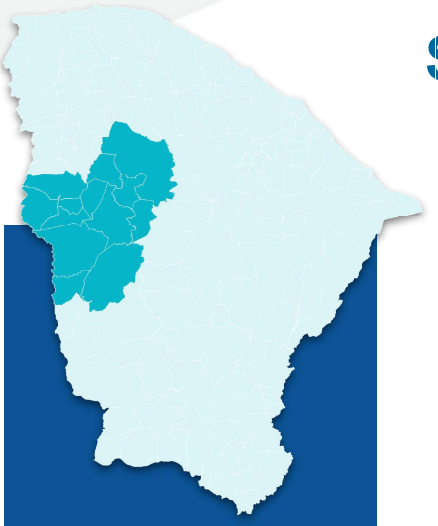
Nas estratégias priorizadas pela população da região do Sertão de Sobral há 78 entregas (bens ou serviços) que atendem o que foi pedido para a região. Destas, 22 tiveram algum grau de execução no biênio 2020-2021, o que representa 28,21% do total priorizado. Das entregas que atendem a estratégias que não foram priorizadas, 30 tiveram execução, o que representa 57,69% do universo de 52 entregas executadas. Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 7 se destacam pela quantidade de entregas e realizações governamentais, conforme quadro abaixo:

Quadro 25 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Sertão de Sobral).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
NÃO	Promover a acessibilidade e o acesso atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônico e de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência e idosas.	14	0
SIM	**Ampliar as políticas de inteligência e de prevenção à violência.**	**14**	**2**
NÃO	Promover a interiorização da cultura, explorando a cultura regional.	11	4
SIM	**Intensificar a política de orientação e educação no trânsito.**	**10**	**1**
SIM	**Ampliar a oferta de procedimentos e serviços especializados.**	**9**	**5**
NÃO	Ampliar a fiscalização no trânsito, com prioridade para os motoqueiros.	7	0
NÃO	Disseminar o conhecimento no contexto interseccional de raça, gênero, classe e sexualidade, principalmente quanto ao acesso a equipamentos e políticas públicas.	7	1

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

SERTÃO DE CRATEÚS



Municípios
Ararendá
Catunda
Crateús
Hidrolândia
Independência
Ipaporanga
Ipueiras
Monsenhor Tabosa
Nova Russas
Novo Oriente
Poranga
Santa Quitéria
Tamboril

Fonte: IPECE

13 Municípios
População: **353.057 hab.**
Área: **20.609 km²** (13,08% do Estado)
Densidade demográfica: **17,13 hab./km²**
Empregos formais (2020): **20.742** (1,44% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5574 / Variação (2010-1991) 2,64%
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 373.675.335,19 (6ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**:**
R$ 1.058,40 (6ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

4 **Brinquedopraças** instaladas, nos municípios de Crateús e Santa Quitéria;
2 **Areninhas** instaladas (Ipueiras e Poranga);
Aquisição e integração do **Hospital Geral de Crateús** à rede pública estadual de saúde.

2021

232 **Fogões Sustentáveis** instalados.
8.070 famílias beneficiadas com o **Cartão Mais Infância** e 1 **Abrigo de acolhimento para crianças e adolescentes**.
110.046,61 quilos de **Alimentos** e 534.238 litros de **Leite distribuídos** para população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.
929.419 **Mudas ofertadas** para a produção agrícola sustentável.
1 **Unidade de Perícia Forense** implantada no município de Crateús.
38 **Dessalinizadores** mantidos, 154 **Poços** instalados.

Com 13 municípios, o Sertão dos Crateús é a maior das 14 regiões de planejamento em área territorial, possuindo 13% da área total do estado do Ceará. Essa grande extensão territorial a coloca como a segunda menor das regiões em densidade demográfica, com apenas 17,13 habitantes por quilômetro quadrado.

Dentre os 13 municípios, Crateús é o maior em número de habitantes, com uma população superior a 75 mil, e o que possui um papel econômico e geográfico importante, tanto para o Ceará como para o Piauí. O seu posicionamento geográfico lhe confere características que o faz ser considerado uma capital regional, com destaque econômico, cultural e centro universitário. Pela região passam o ramal da Transnordestina, que interliga Fortaleza-Teresina-São Luís e a BR-226, rodovia que passa pelos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Tocantins.No biênio 2020-2021 o Sertão dos Crateús teve uma execução orçamentária superior a R$ 373 milhões.

Já na execução orçamentária per capita o valor foi de R$ 1.058,40. Em ambos os casos, a região foi a 6ª que mais recebeu investimentos. Dando prosseguimento à análise orçamentária, na distribuição da execução por função no biênio 2020-2021, Educação e Transporte detiveram 58,33% dos investimentos para a região. Em seguida vieram Saúde, com 12,60%, e Agricultura, com 8,04%, ocupando a terceira e quarta posições da distribuição de recursos, respectivamente.

Gráfico 54 - Execução Orçamentária do Sertão de Crateús por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Diferente do padrão das várias outras regiões, no Sertão dos Crateús a função Saúde não ocupou a primeira ou a segunda posição no direcionamento do volume investido. No extremo oposto, temos as funções Judiciária, Gestão Ambiental e Segurança Pública como os menores orçamentos no biênio, somando uma participação de 5,46% em relação ao total da execução orçamentária. Quanto ao desempenho dos indicadores, a região se destacou nos dados educacionais, se comparados com os do estado do Ceará, (tabela 48).

Tabela 60 - Indicadores da Região do Sertão de Crateús.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	4,30	3,10	1,90	1,30
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	23,00	20,60	19,10	16,60
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	14,10	16,40	18,20	19,80
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	23,30	18,20	13,20	11,70
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	18,00	14,80	11,50	17,20
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	107,10	27,60	141,50	226,10
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	19,20	24,10	19,70	23,20
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	42,40	42,40	43,20	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	21,40	26,00	24,40	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	31,50	16,16	19,83	25,19
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	346	276	316	333
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	504	684	696	554
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	52.984	54.111	55.066	58.702
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	979	1.063	652	1.102

Fonte: IPECE

Em especial o percentual de matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual, que mostra uma tendência de aumentar a cada ano. Já os indicadores relacionados à saúde e saneamento básico do Sertão dos Crateús apresentaram, em sua maioria, um desempenho inferior aos do estado do Ceará. As exceções são a média do Índice de atendimento total de esgoto e a taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes).

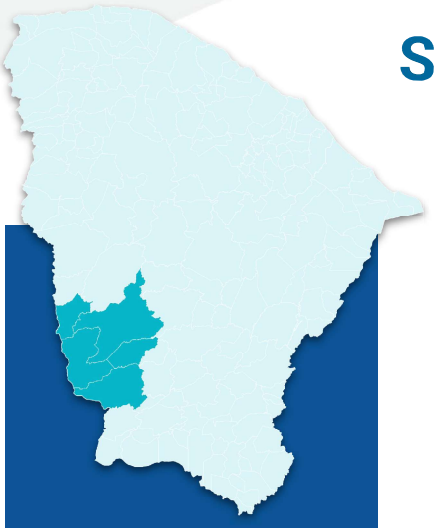
Nas estratégias priorizadas pela população da Região do Sertão dos Crateús, existem 90 entregas (bens ou serviços) que atendem o que foi pedido para a região. Dessas, 40 tiveram algum grau de execução no biênio 2020-2021, o que representa 44,44% do total. Já as entregas que atendem a estratégias que não foram priorizadas, 27 tiveram execução, o que representa 40,30% do universo de 67 entregas executadas. Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 7 se destacam pela quantidade de entregas e realizações governamentais, conforme quadro abaixo:

Quadro 26 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Sertão de Crateús).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
SIM	**Ampliar a cobertura de saneamento básico.**	**18**	**2**
NÃO	Implantar tecnologias de reuso da água.	14	2
NÃO	Estabelecer políticas de prevenção e promoção da saúde.	13	5
SIM	**Promover ações efetivas que garantam a permanência dos alunos nas salas de aula.**	**11**	**8**
SIM	**Ampliar a estrutura de acesso à justiça, de acordo com as características da região.**	**11**	**4**
NÃO	Implantar estratégias contínuas de convivências com a seca.	10	3
NÃO	Promover a qualificação continuada e de qualidade dos profissionais da área de saúde.	10	1

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

SERTÃO DOS INHAMUNS



Municípios
Aiuaba
Arneiroz
Parambu
Quiterianópolis
Tauá

Fonte: IPECE

5 Municípios
População: **137.020 hab.**
Área: **10.873 km²** (7,3% do Estado)
Densidade demográfica: **12,60 hab./km²**
Empregos formais (2020): **10.087** (0,7% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5443 / Variação (2010-1991) -0,59%
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 197.824.467,97 (12ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**:**
R$ 1.443,76 (5ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

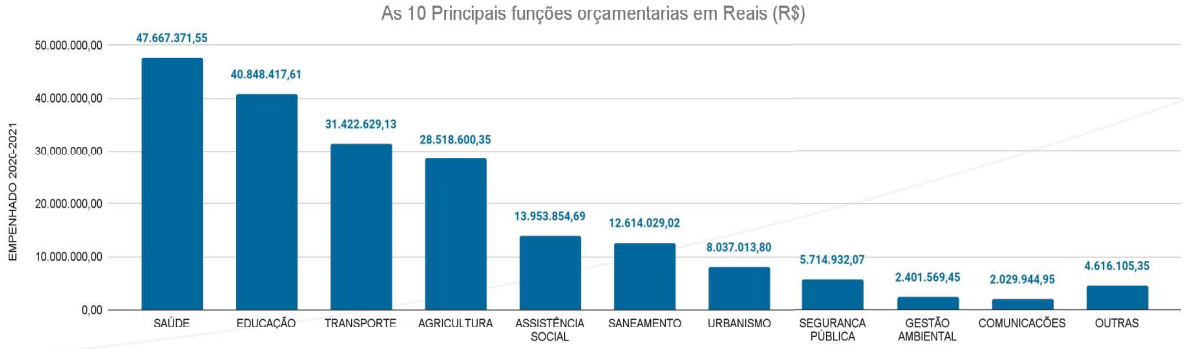
2020

1 **Briquedopraça** instalada em Aiuaba;

2021

33 **Dessalinizadores mantidos**, 7 **Poços** e 458 **Cisternas instaladas**;
3.117 famílias beneficiadas com o **Cartão Mais Infância**;
45.128,40 quilos de **Alimentos** e 539.777 litros de **Leite distribuídos** para população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional;
23 **Escolas Readequadas** para oferta de vagas de **Tempo Integral**;

Gráfico 55 - Execução Orçamentária do Sertão dos Inhamuns por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Região caracterizada pelo baixo índice pluviométrico e altas temperaturas, característica da Caatinga, o Sertão dos Inhamuns é ao mesmo tempo contraditório, por ser a nascente de dois grandes rios que banham o Ceará e o Piauí: Rio Jaguaribe e Rio Poti. Possuindo 5 municípios, entre eles Tauá, o segundo maior município do Ceará em área territorial, a região foi contemplada no biênio 2020-2021 com uma execução orçamentária superior a R$ 197 milhões, que o posicionou em 5º lugar na execução orçamentária per capita do estado, com o valor um pouco superior a R$ 1.400. Coloca a região na 5ª posição nesse quesito, com um valor 53,43% menor que o da Grande Fortaleza, que obteve R$ 3.099,93 de execução orçamentária per capita. Todo esse volume investido foi concentrado nas áreas de Saúde e Educação, com as duas detendo 44,75% da execução orçamentária. É interessante notar, que a Agricultura teve um papel de destaque para a região dos Inhamuns, obtendo a participação de quase 15% no orçamento. Faz sentido tal direcionamento e atenção à área da agricultura, pelas características da região. No outro extremo, têm-se as funções que obtiveram menor recurso, agrupadas na categoria Outras no gráfico, que ao total são 11 e correspondem a 1,87% do valor investido para a região no biênio.

Tabela 61 - Indicadores da Região do Sertão dos Inhamuns.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	6,60	4,30	1,70	0,50
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	17,20	13,70	12,50	10,20
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	15,70	17,10	18,00	17,60
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	25,60	23,40	0,20	3,70
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	13,90	19,50	17,50	12,00
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	114,0	0,00	59,70	57,40
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	31,30	35,50	23,20	32,70
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	37,50	37,10	37,20	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	6,30	21,00	6,30	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	39,69	12,44	16,79	10,92
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	105	109	101	80
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	124	158	163	166
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	13.902	14.090	14.048	15.273
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	580	587	515	988

Fonte: IPECE

Ao se comparar os indicadores da região com os do estado, observa-se alguns melhores que os dados estaduais, como a taxa de abandono do ensino médio e o porcentagem de alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI). Do outro lado, tem-se indicadores com desempenho inferior, como é o caso da taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes).

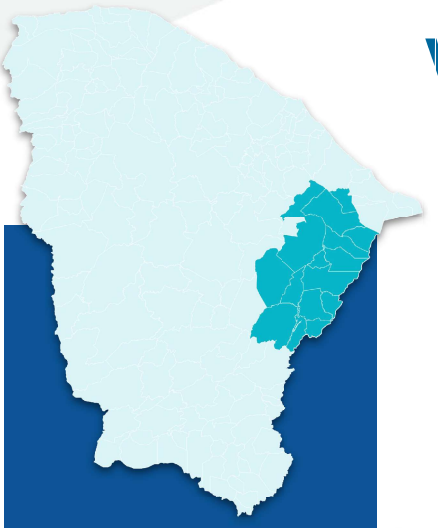
Nas estratégias priorizadas pela população da Região do Sertão dos Inhamuns, existem 93 entregas (bens ou serviços) que atendem o que foi pedido para a região. Dessas, 30 tiveram algum grau de execução no biênio 2020-2021, o que representa 32,26% do total priorizado. Já as entregas que atendem a estratégias que não foram priorizadas, 29 tiveram execução, o que representa 49,15% do universo de 59 entregas executadas. Por fim, de todas as estratégias regionais, priorizadas ou não, 7 se destacam pela quantidade de entregas e realizações governamentais, conforme quadro abaixo:

Quadro 27 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Sertão dos Inhamuns).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
SIM	**Potencializar e ampliar os serviços de saneamento básico com foco nas áreas vulneráveis.**	**22**	**2**
NÃO	Sensibilizar gestores e população em geral sobre a importância das políticas de promoção e prevenção em saúde.	16	5
NÃO	Qualificar o processo de planejamento das políticas de saneamento básico.	13	0
SIM	**Garantir a oferta hídrica destinada ao abastecimento urbano e rural.**	**9**	**3**
SIM	**Adotar estratégias para agilizar o andamento de processuais judiciais.**	**9**	**0**
SIM	**Garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem na educação básica.**	**8**	**5**
NÃO	Ampliar a oferta de serviços especializados de média complexidade.	8	4

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

VALE DO JAGUARIBE



Municípios	
Alto Santo	Palhano
Ererê	Pereiro
Iracema	Potiretama
Jaguaretama	Quixeré
Jaguaribara	Russas
Jaguaribe	São João do Jaguaribe
Limoeiro do Norte	Tabuleiro do Norte
Morada Nova	

Fonte: IPECE

15 Municípios
População: **396.423 hab.**
Área: **15.018 km²** (10% do Estado)
Densidade demográfica: **26,40 hab./km²**
Empregos formais (2020): **42.966** (2,98% do Estado)
Índice de Gini (2010):
0,5042 / Variação (2010-1991) -6,5%
Orçamento (empenhado)**:**
R$ 417.090.107,99 (5ª no Estado)
Orçamento per capita (empenhado)**:**
R$ 1.052,13 (7ª no Estado)
Fonte: IPECE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2020

2 **Brinquedopraças** instaladas em Ererê e Limoeiro do Norte;
2 C**entrais Municipais de Reciclagem** (CRM);
Areninha em Alto Santo;
Hospital Regional do Vale do Jaguaribe;
2 **Bases do Raio instaladas** em Jaguaribe;

2021

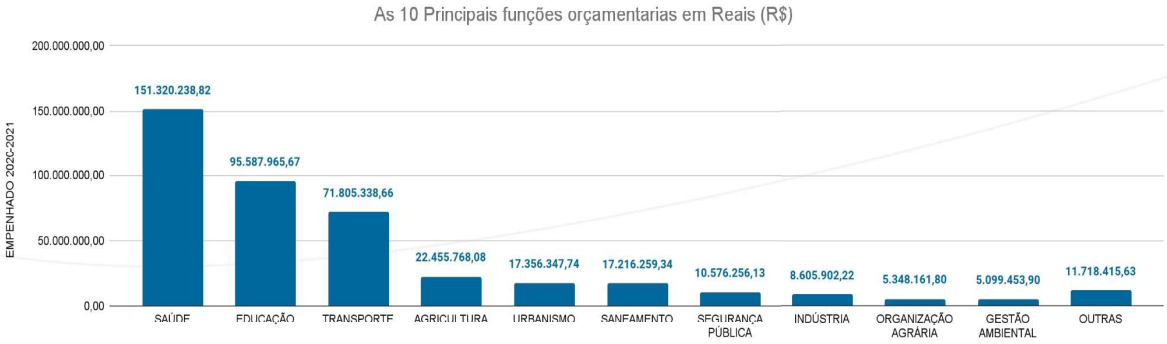
3 **Brinquedopraças** instaladas;
202 **Fogões Sustentáveis** intalados;
9.530 famílias beneficiadas com o **Cartão Mais Infância**;
62.702,37 quilos de Alimentos e 280.259 litros de Leite distribuídos para população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional;
1 **Sistema de Videomonitoramento** instalado;
170 **Cisternas** e 46 **Poços** instalados;

A Região do Vale do Jaguaribe é composta por 15 municípios,com aproximadamente 400 mil habitantes é detentora de uma rede urbana estruturada em torno de municípios como Limoeiro do Norte,Russas e Morada Nova capazes de aglutinar as oportunidades regionais, a integração e a cooperação com vistas ao desenvolvimento socioeconômico. Do ponto de vista da cultura e tradições regionais,como ocorre em parte do interior do Ceará e tendo em vista o processo de ocupação estabelecido pelo ciclo do gado, o traço marcante da região vincula-se à tradição rural, especialmente às atividades ligadas à pecuária, sendo a vaquejada ,exposições e outras atividades culturais resgatada em momentos festivos. Observa-se, também, uma identificação cultural com o rio Jaguaribe,além de importantes opções de lazer - áreas de balneário - proporcionadas pelos recursos hídricos que recortam a região.

O potencial de desenvolvimento do Vale do jaguaribe tem como vantagens a reserva de recursos hídricos, os perímetros irrigados, as condições climáticas favoráveis à fruticultura, as bases organizacionais, os arranjos produtivos locais/regionais, a rede urbana e infra-estrutura instalada, as perspectivas de industrialização, a capacitação técnica,além de instituições de formação e pesquisa vinculadas às vocações regionais.

A importância e impacto econômico da região do Vale do Jaguaribe vai além das fronteiras regionais, e até mesmo estaduais, sendo a base de subsistência de milhões de cearenses que se aproveitam da água que permeia a bacia hídrica da região. Através dela, que está contida por exemplo no Açude do Castanhão ou no Canal do Trabalhador, que a Região Metropolitana de Fortaleza obtém parte importante dos seus recursos hídricos ou que é possível desenvolver atividades ligadas à agricultura irrigada, bacias leiteiras, piscicultura, cadeias de agronegócio e até mesmo turismo e lazer.

Gráfico 56 - Execução Orçamentária do Vale do Jaguaribe por função (2020-2021).



Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

No biênio 2020-2021 a execução orçamentária atingiu o valor superior a 417 milhões de reais, sendo a 5º maior do estado, e com um orçamento per capita um pouco superior a 1.000 reais. A distribuição desses valores se deu principalmente em duas áreas, saúde com 36,28% e educação 22,92%.Parte desse valor está sendo direcionado para manter a estrutura e os serviços existentes.

Quantos os indicadores é visível uma tendência de melhoria dos indicadores, principalmente os educacionais ao longo dos anos, com alguns superando os dados do estado do Ceará, (tabela 62). Já nos dados relacionados à área de saúde, todos os indicadores estão piores que os dados estaduais.

Tabela 62 - Indicadores da Região do Vale do Jaguaribe.

	Período			
Educacionais	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de abandono do ensino médio (%)	3,70	3,10	1,10	1,20
Taxa de distorção idade-série no ensino médio (%)	25,60	22,00	20,90	18,90
Matrículas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) em relação às matrículas do ensino médio regular da rede estadual (%)	13,50	14,50	14,70	14,70
Alunos abaixo da média em três ou mais disciplinas da base comum nas turmas de tempo integral do ensino médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) (%)	42,50	34,60	24,60	20,70
Saúde	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	12,30	24,90	13,00	14,70
Razão de Mortalidade Materna (óbito por 100 mil nascidos vivos)	82,90	41,90	87,20	114,30
Taxa de mortalidade por Acidente Vascular Cerebral (AVC) de pessoas com mais de 40 anos (óbitos por 100 mil habitantes)	27,30	23,20	23,20	28,30
Saneamento básico	**2018**	**2019**	**2020**	
Média do Índice de atendimento total de água (%)	50,90	51,00	51,50	
Média do Índice de atendimento total de esgoto (%)	23,60	24,90	29,10	
Segurança	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) (óbitos por 100 mil habitantes)	33,30	26,32	52,22	52,30
Armas de fogo apreendidas no estado do Ceará (número absoluto)	249	169	189	188
Notificações registradas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) - (número absoluto)	490	607	655	713
Assistência Social	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Famílias que possuam renda familiar per capita menores que ½ ou ¼ do salário mínimo (número de famílias)	48.023	48.573	49.081	52.849
Número de famílias em situação de vulnerabilidade social inseridas no acompanhamento familiar	1.316	2.529	664	1.322

Fonte: IPECE

Para a região tem-se 107 entregas que atendem as estratégias regionais, desse total 48 foram priorizadas,sendo que 24 (50%) tiveram algum grau de execução. Já as tidas como não prioritárias houve execução de 24 entregas.Assim, ao terminar o biênio, foram executadas em algum grau, 48 entregas. Vale ressaltar que duas estratégias alcançaram as primeiras posições,em termos de quantidade de entregas previstas, com 11 cada. Sendo que a estratégia - Garantir a prestação continuada e de qualidade na região dos serviços de justiça, promotoria e defensoria pública - teve apenas 2 entregas executadas: Unidade Judiciária Mantida e Unidade Judiciária Estruturada.



Quadro 28 - Estratégias com maior número de entregas contempladas no PPA (Vale do Jaguaribe).

Priorizada para a região	Estratégia Regional	Quantidade de Entregas	
		Previstas	Executadas
SIM	**Incentivar o empreendedorismo focado nas vocações regionais e locais.**	**11**	**10**
NÃO	Garantir a prestação continuada e de qualidade na região dos serviços de justiça, promotoria e defensoria pública.	11	2
NÃO	Melhorar a sinalização e fiscalização das rodovias.	9	2
SIM	**Fortalecer e ampliar a rede de atenção (primária, secundária e terciária) de saúde.**	**8**	**4**
SIM	**Fortalecer o desenvolvimento sustentável da aquicultura.**	**7**	**1**
NÃO	Fortalecer a arte e a cultura regional como elemento de atração turística.	6	3
SIM	**Incentivar o reuso e integração da água na produção.**	**6**	**3**

Obs: uma entrega pode estar alinhada a mais de uma estratégia.

Por fim, a partir das informações acima, alguns pontos importantes podem ser reforçados no tocante à análise/avaliação: é preciso reforçar setores de atividades vinculadas às vocações locais; incentivar o desenvolvimento de novos setore e atividades econômicas; incentivar a geração de emprego e renda especialmente nas áreas mais carentes; a oferta de Infra-estrutura física inclui a ampliação do saneamento básico, o apoio à produção, dotação de infraestrutura turística e equipamentos sociais.

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Resultado Estratégico: Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores.

Temas: Agricultura Familiar e Agronegócio, Indústria, Comércio e Serviços, Infraestrutura e Mobilidade, Pesca e Aquicultura, Trabalho e Empreendedorismo e Turismo.



Ceará de Oportunidades

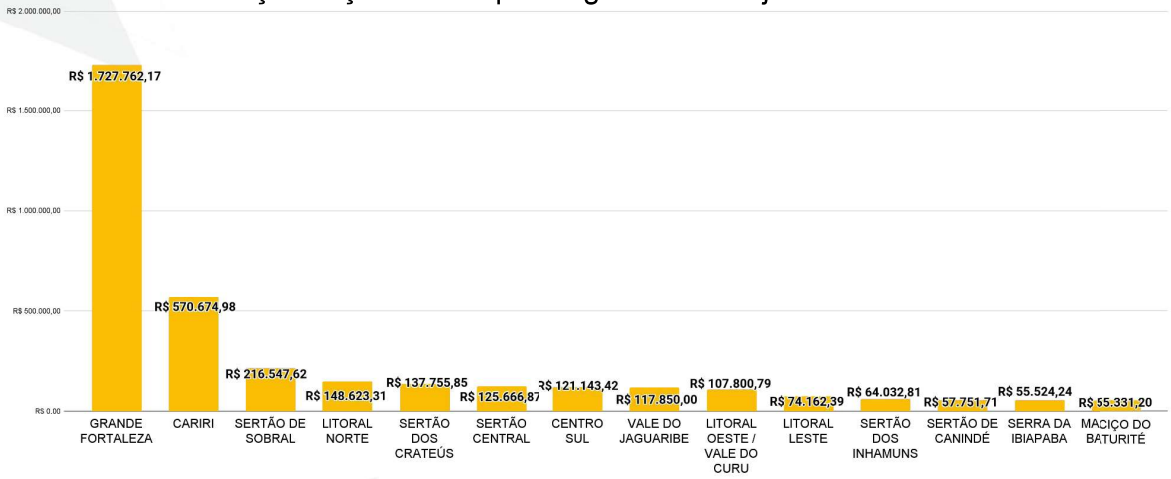
184 Municípios
População: 9.187.103 milhões de hab. [IBGE 2021]
Área: 148.866,308 km²
Densidade Demográfica: 62,06 hab./km² [IBGE 2021]
Empregos formais (2021): 1.253.495 [CAGED]
Exportações em 2021(US$ (Mil FOB)):
US$ 2,7 Bilhões [IPECE]
Importações em 2021(US$ (Mil FOB)):
US$ 3,87 Bilhões [IPECE]
PIB(2019): R$ 163.575.000,00 [IBGE 2019]

O Ceará de Oportunidades foi formulado e implementado com vistas a garantir o desenvolvimento econômico estadual, a partir do fomento ao crescimento econômico alinhado ao desenvolvimento territorial, a geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. Por meio do eixo e o que ele fomenta, busca-se alcançar o objetivo de assegurar o desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo, solidário e competitivo nos espaços rurais e urbanos, em sintonia com as identidades territoriais.

Ao adotar uma estrutura de planejamento regionalizado, o governo compreende as diferenças e desigualdades entre as regiões e se compromete a investir em cada uma das 14 levando em consideração as suas necessidades, suas vocações, tanto as já estabelecidas como as que se mostrem oportunas para um crescimento futuro. Além dos investimentos no setor econômico, há a necessidade de assegurar a prestação de serviços sociais básicos à população, para assim, contribuir com o fortalecimento do capital humano e da capacidade de desenvolvimento das regiões.

Com essa compreensão e objetivos citados, o Governo do Estado por meio do eixo Ceará de Oportunidades explora e concentra seus investimentos em ações ligadas ao Trabalho e Empreendedorismo, Indústria, Agricultura Familiar e Agronegócio, Infraestrutura e Mobilidade, Pesca e Aquicultura, Comércio e Serviços e Turismo. Essa concentração direcionou no biênio 20/21 um aporte orçamentário de 5,7 bilhões, com uma execução orçamentária de 3,89 bilhões, sendo a maior parte do orçamento destinada para as funções de transporte e urbanismo, que envolvem ações de requalificação urbana, infraestrutura e mobilidade, enquanto as funções com menor destinação foram trabalho e

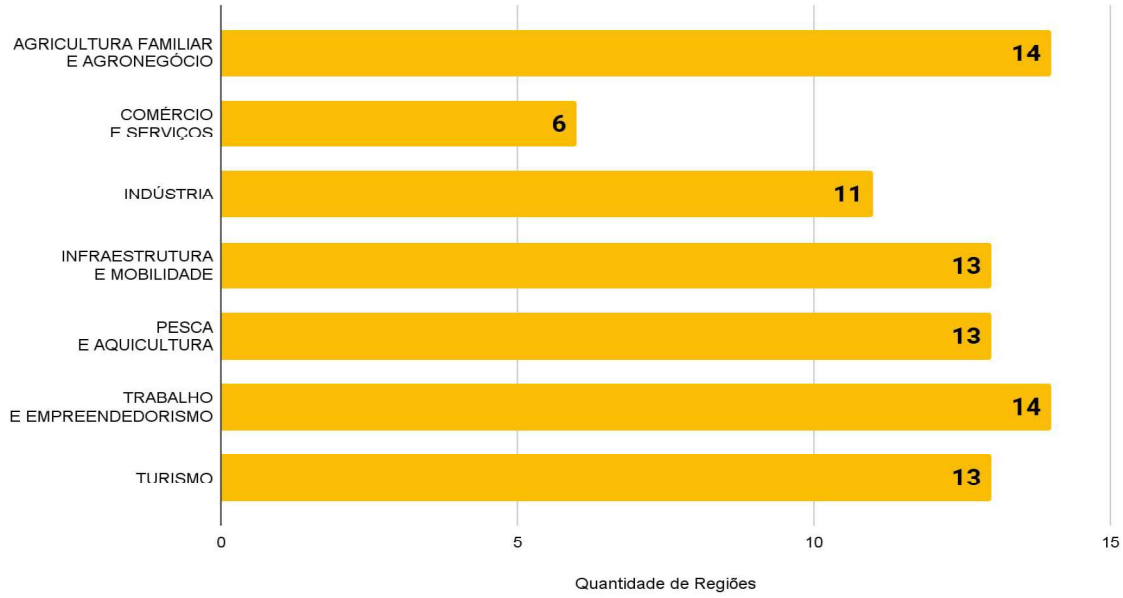
Gráfico 57 - Execução Orçamentária por Região de Planejamento.



indústria, que envolvem ações de apoio, inserção produtiva, capacitação, concessão de incentivos e atração de indústrias.

Ao se falar de um planejamento participativo e regionalizado, os cidadãos cearenses de cada região puderam propor, em um primeiro momento, estratégias para o Governo do Estado e, em um segundo momento, priorizar aquelas que mais são caras a cada um deles. Depois disso, os órgãos do Governo, durante a elaboração do PPA, em 2019, marcavam as entregas previstas que atendiam a essas estratégias dadas pela população. Entretanto, durante esse processo, muitas entregas, por mais que atendam às estratégias, podem não ter sido marcadas pelos órgãos. Ressalta-se também, que é importante a se considerar na análise a atipicidade dos anos avaliados (2020 e 2021) em função do estado de emergência provocado pela pandemia da Covid-19.

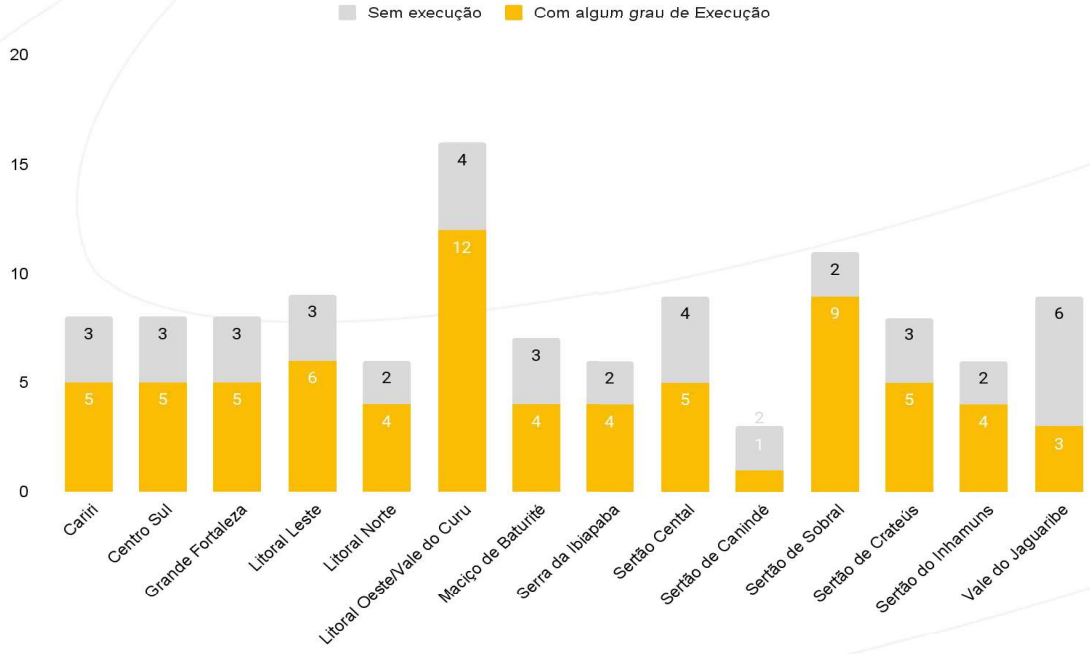
Gráfico 58 - Priorização de Temas por Região de Planejamento.



O Ceará de Oportunidades foi o eixo com o maior número de estratégias priorizadas, mostrando a importância dos temas envolvidos para a população cearense. Com um total de 114 estratégias priorizadas, 63,10% tiveram entregas com algum grau de execução física, sendo válido frisar que a região com a maior quantidade de estratégias priorizadas no eixo foi a Litoral Oeste/Vale do Curu e a com a menor foi o Sertão de Canindé. Já dentre os temas do PPA, destacam-se a Agricultura Familiar e Agronegócio e o Trabalho e Empreendedorismo, presentes nas 14 regiões, enquanto que o tema priorizado menos presente foi o de Comércio e Serviços, aparecendo em apenas seis regiões.

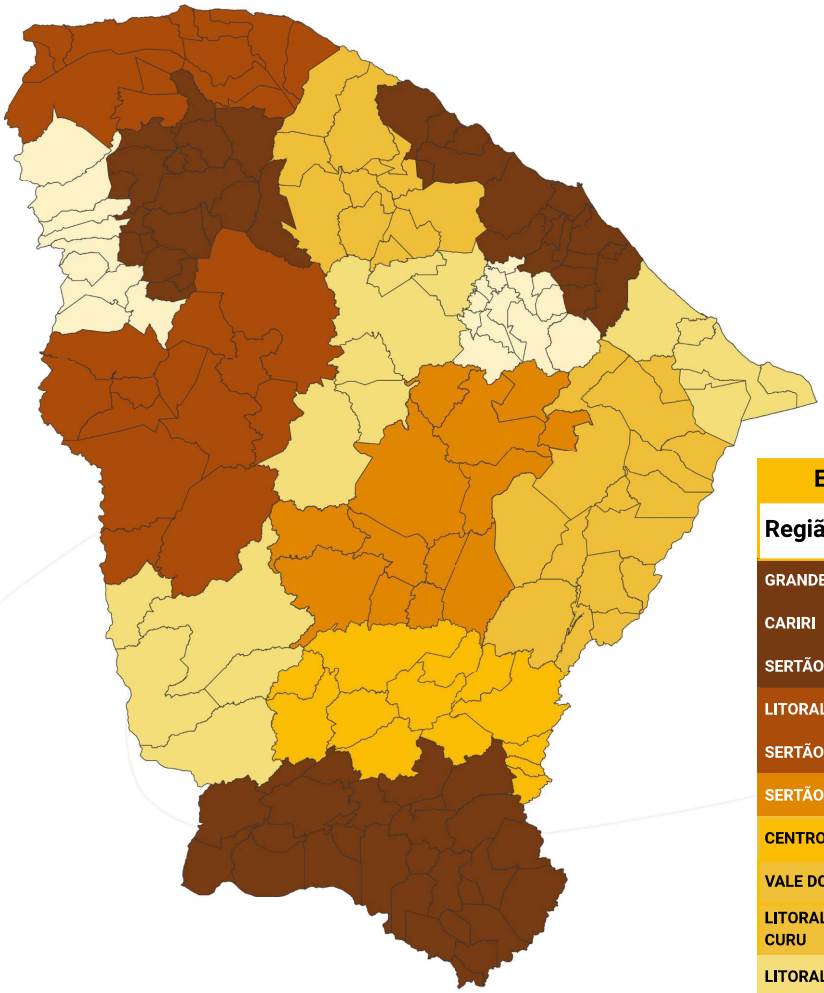
Ressalta-se, ainda, que existem um universo de entregas que o Governo do Estado, por meio dos órgãos e entidades, realizam para todas as regiões, ainda que essas não atendam diretamente às estratégias definidas pela população.

Gráfico 59 - Grau de execução das estratégias por Região de Planejamento.



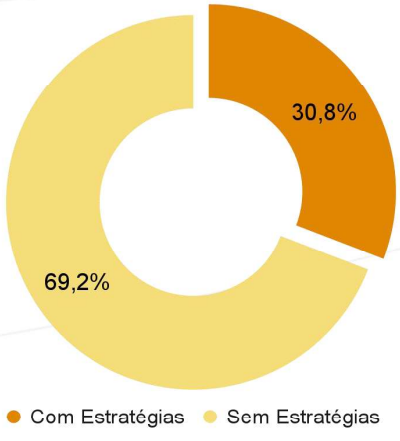
Falou-se até aqui sobre o direcionamento dos recursos para as 14 áreas de planejamento e as estratégias a serem priorizadas pelo Estado, mas não foi lançado o olhar analisando as duas ao mesmo tempo. Ao se fazer isso, percebe-se que no biênio 2020-2021 o valor financeiro das entregas que atendem às estratégias correspondem a 30,84% do total das entregas do Eixo, ou R$ 1,1 bilhão. Cabe ressaltar que o grande volume de recursos (69,16%) destinado a entregas que não atendem às estratégias, está relacionado em sua maioria à manutenção de bens ou serviços já presentes nas regiões.

Gráfico 60 - Execução Orçamentária do Ceará de Oportunidades por Região de Planejamento.



Eixo Ceará de Oportunidades	
Região	**Execução Orçamentária 2020-2021**
GRANDE FORTALEZA	R$ 1.727.762.170,40
CARIRI	R$ 570.674.976,34
SERTÃO DE SOBRAL	R$ 216.547.620,82
LITORAL NORTE	R$ 148.623.311,38
SERTÃO DOS CRATEÚS	R$ 137.755.850,06
SERTÃO CENTRAL	R$ 125.666.869,64
CENTRO SUL	R$ 121.143.419,32
VALE DO JAGUARIBE	R$ 117.849.997,00
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	R$ 107.800.789,83
LITORAL LESTE	R$ 74.162.388,96
SERTÃO DOS INHAMUNS	R$ 64.032.812,02
SERTÃO DE CANINDÉ	R$ 57.751.706,10
SERRA DA IBIAPABA	R$ 55.524.236,57
MACIÇO DO BATURITÉ	R$ 55.331.195,00

Gráfico 61 - Volume de recursos destinados à entregas que atendem ou não às estratégias regionais 2020 - 2021, em percentual.



Fazendo uma análise da execução orçamentária total das entregas da região versus a execução orçamentária das que atendem às estratégias, percebe-se que o Litoral Norte teve a quarta maior execução orçamentária em valores absolutos (R$ 148.623.311,38), porém desses apenas R$ 1.868.350,06 (1,26%) são destinado às entregas que atendem às estratégias definidas pela população, ficando na última posição no ranking das regiões de planejamento. Enquanto que o Maciço de Baturité teve o menor orçamento total executado (R$ R $55.331.195,00), porém R$ 16.903.113,09 (30,55%) são destinados às entregas alinhadas às estratégias.

Tabela 63 - Análise da Execução Orçamentária das Estratégias por Região de Planejamento.

Posição no Orçamento Empenhado Total	Região	Execução Orçamentária das Entregas alinhadas às Estratégias	Execução Orçamentária das Entregas não alinhadas às Estratégias	Execução Orçamentária Total
1	GRANDE FORTALEZA	R$ 500.456.193,52	R$ 1.227.305.976,88	R$ 1.727.762.170,40
2	CARIRI	R$ 253.676.664,89	R$ 316.998.311,45	R$ 570.674.976,34
3	SERTÃO DE SOBRAL	R$ 117.457.881,38	R$ 99.089.739,44	R$ 216.547.620,82
5	SERTÃO DOS CRATEÚS	R$ 99.190.073,12	R$ 38.565.776,94	R$ 137.755.850,06
6	SERTÃO CENTRAL	R$ 38.351.260,06	R$ 87.315.609,58	R$ 125.666.869,64
7	CENTRO SUL	R$ 19.942.552,24	R$ 101.200.867,08	R$ 121.143.419,32
14	MACIÇO DO BATURITÉ	R$ 16.903.113,09	R$ 38.428.081,91	R$ 55.331.195,00
8	VALE DO JAGUARIBE	R$ 14.334.832,09	R$ 103.515.164,91	R$ 117.849.997,00
9	LITORAL OESTE / VALE DO CURU	R$ 13.227.383,05	R$ 94.573.406,78	R$ 107.800.789,83
11	SERTÃO DOS INHAMUNS	R$ 11.805.027,54	R$ 52.227.784,48	R$ 64.032.812,02
13	SERRA DA IBIAPABA	R$ 6.111.152,81	R$ 49.413.083,76	R$ 55.524.236,57
12	SERTÃO DE CANINDÉ	R$ 5.718.580,60	R$ 52.033.125,50	R$ 57.751.706,10
10	LITORAL LESTE	R$ 5.171.287,94	R$ 68.991.101,02	R$ 74.162.388,96
4	LITORAL NORTE	R$ 1.868.350,06	R$ 146.754.961,32	R$ 148.623.311,38

TEMA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Ao se explorar os temas dos PPA dentro da perspectiva regionalizada é possível analisar algumas informações, como, no tema Agricultura Familiar e Agronegócio foram elencadas 137 estratégias regionais, havendo a priorização de 23 delas que estão relacionadas a 35 entregas, dentre essas entregas houve execução física de 22. Cabe informar que as regiões do Maciço de Baturité e do Sertão Central não tiveram nenhuma entrega marcada pelo(s) órgão(s) que atenda às estratégias priorizadas. Em relação ao orçamento, foi planejado um total de R$ 489 milhões para o tema, tendo sido executado 54,1% desse valor.

Tabela 64 - Análise da execução física das entregas do Tema Agricultura Familiar e Agronegócio por Região de Planejamento.

Região	Quant. entrega planejada com meta para biênio	Quant. entrega executada total	Quant. Priorizada com meta para o biênio	Quant. Priorizada Executada	% (Executada Total/Planejada Total)	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
CARIRI	27	20	3	3	74,07%	100,00%	15,00%
CENTRO SUL	24	14	1	1	58,33%	100,00%	7,14%
GRANDE FORTALEZA	33	24	3	3	72,73%	100,00%	12,50%
LITORAL LESTE	23	15	2	1	65,22%	50,00%	6,67%
LITORAL NORTE	23	18	3	3	78,26%	100,00%	16,67%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	25	18	2	1	72,00%	50,00%	5,56%
MACIÇO DO BATURITÉ	23	15	0	0	65,22%	-	0,00%
SERRA DA IBIAPABA	29	17	3	2	58,62%	66,67%	11,76%
SERTÃO CENTRAL	24	19	0	0	79,17%	-	0,00%
SERTÃO DE CANINDÉ	18	14	1	1	77,78%	100,00%	7,14%
SERTÃO DE SOBRAL	26	17	2	2	65,38%	100,00%	11,76%
SERTÃO DOS CRATEÚS	22	12	0	0	54,55%	-	0,00%
SERTÃO DOS INHAMUNS	24	15	5	4	62,50%	80,00%	26,67%
VALE DO JAGUARIBE	27	22	1	1	81,48%	100,00%	4,55%

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Ao correlacionar o indicador "Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da agropecuária" em 2019 com o orçamento e entregas executadas em 2020 e 2021 é possível visualizar que, as cinco regiões com a maior participação não foram em sua totalidade as que mantiveram as maiores destinações de recursos, se mantendo apenas o Cariri e Grande Fortaleza, o restante do aporte se concentrou no Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns e Sertão de Crateús, que não tiveram um comportamento destaque nos valores do indicador. Em relação às regiões com maior quantidade de execução física das entregas, se mantém apenas o Cariri, se comparado o indicador ao volume de aporte orçamentário, as regiões Sertão dos Inhamuns, Sertão dos Crateús e Cariri foram destaques tanto em execução física quanto financeira.

Tabela 65 - Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da agropecuária – Ceará –2019

Região	Participação Agropecuária Região/Agropecuária Total Ceará
Serra da Ibiapaba	14,2
Cariri	13,07
Vale do Jaguaribe	11,58
Grande Fortaleza	11,38
Litoral Leste	8,11
Sertão Central	5,93
Centro Sul	5,89
Sertão dos Crateús	5,78
Litoral Norte	5,24
Sertão de Sobral	5,15
Litoral Oeste / Vale do Curu	4,95
Maciço de Baturité	4,73
Sertão de Canindé	2,11
Sertão dos Inhamuns	1,89

Porém, quando se compara não só o quantitativo de entregas vinculadas às estratégias, mas também o percentual de execução dessas entregas de acordo com o que foi planejado, tem-se regiões em destaque, que são Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza Sertão de Sobral, Vale do Jaguaribe, Litoral Norte e Sertão de Canindé, todas as entregas que foram planejadas para essas regiões tiveram algum grau de execução, marcando 100% de entregas planejadas e executadas.

Esse tipo de comportamento demonstra que o Estado segue na tentativa de diversificar sua forma de implementar as políticas, para que diferentes regiões tenham a capacidade de desenvolver e aumentar seu grau de produtividade neste setor e serem mais competitivas entre si.

Quando se comparam as cinco regiões que tiveram os menores percentuais de execução física e orçamentária e os menores percentuais de participação no indicador, nota-se que apenas as regiões do Maciço de Baturité e Sertão de Canindé se correlacionam de maneira negativa em todos. Ao correlacionar a execução física e orçamentária, as regiões Litoral Leste, Maciço de Baturité, Sertão de Canindé e Serra da Ibiapaba convergem entre as duas áreas, contudo, o Cariri, mesmo possuindo o segundo maior valor de execução orçamentária, encontra-se com uma taxa de execução física inferior.









TEMA - COMÉRCIO E SERVIÇOS

O tema Comércio e Serviços compreende as ações voltadas para o setor que domina a economia cearense, com o setor de serviços participando com 77,80% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Ceará em 2019 (dado mais atualizado), mesmo diante de tal importância foram elencadas apenas 12 estratégias regionais, havendo a priorização de oito delas. Essas, por sua vez, estão relacionadas a seis entregas, que não tiveram nenhuma execução, cabendo informar que as regiões Cariri, Vale do Jaguaribe, Litoral Oeste e Sertão Central não tiveram nenhuma entrega marcada pelo(s) órgão(s) que atenda às estratégias priorizadas. O orçamento planejado para o tema foi no valor de R$ 53,1 milhões, com uma execução de 59% desse valor.

Tabela 66 - Análise da execução física das entregas do Tema Comércio e Serviços por Região de Planejamento.

Região	Quant. entrega planejada com meta para biênio	Quant. entrega executada total	Quant. Priorizada com meta para o biênio	Quant. Priorizada Executada	% (Executada Total/Planejada Total)	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
CARIRI	4	1	0	0	25,00%	-	0,00%
CENTRO SUL	2	0	0	0	0,00%	-	-
GRANDE FORTALEZA	4	3	0	0	75,00%	-	0,00%
LITORAL LESTE	1	0	1	0	0,00%	0,00%	-
LITORAL NORTE	2	1	0	0	50,00%	-	0,00%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	2	0	0	0	0,00%	-	-
MACIÇO DO BATURITÉ	1	0	0	0	0,00%	-	-
SERRA DA IBIAPABA	1	1	1	0	100,00%	0,00%	0,00%
SERTÃO CENTRAL	2	0	0	0	0,00%	-	-
SERTÃO DE CANINDÉ	1	0	0	0	0,00%	-	-
SERTÃO DE SOBRAL	4	1	2	0	25,00%	0,00%	0,00%
SERTÃO DOS CRATEÚS	2	1	0	0	50,00%	-	0,00%
SERTÃO DOS INHAMUNS	1	0	0	0	0,00%	-	-
VALE DO JAGUARIBE	3	1	0	0	33,33%	-	0,00%

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

TEMA - INDÚSTRIA

Outro tema relacionado a uma atividade importante da economia cearense é a Indústria, que teve uma participação de 17,05% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Ceará em 2019 (dado mais atualizado), sendo a atividade com a segunda maior participação. Para este tema, foram desenvolvidas 16 estratégias regionais, havendo a priorização de 11 delas que estão relacionadas a 12 entregas. Dentre essas entregas houve a execução de apenas uma, com as regiões do Litoral Leste, Sertão de Sobral, Vale do Jaguaribe e Sertão Central não tendo nenhuma entrega vinculada às suas estratégias priorizadas. O total orçamentário destinado às regiões para este tema foi de R$ 66,9 milhões, com uma execução de 56,1% desse valor.

Tabela 67 - Análise da execução física das entregas do Tema Indústria por Região de Planejamento.

Região	Quant. entrega planejada com meta para biênio	Quant. entrega executada total	Quant. Priorizada com meta para o biênio	Quant. Priorizada Executada	% (Executada Total/Planejada Total)	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
CARIRI	2	3	0	0	150,00%	-	0,00%
CENTRO SUL	1	2	0	0	200,00%	-	0,00%
GRANDE FORTALEZA	7	6	0	1	85,71%	-	16,67%
LITORAL LESTE	1	2	0	0	200,00%	-	0,00%
LITORAL NORTE	1	2	0	0	200,00%	-	0,00%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	1	3	0	0	300,00%	-	0,00%
MACIÇO DO BATURITÉ	1	1	0	0	100,00%	-	0,00%
SERRA DA IBIAPABA	1	1	0	0	100,00%	-	0,00%
SERTÃO CENTRAL	1	2	0	0	200,00%	-	0,00%
SERTÃO DE CANINDÉ	1	3	0	0	300,00%	-	0,00%
SERTÃO DE SOBRAL	2	3	0	0	150,00%	-	0,00%
SERTÃO DOS CRATEÚS	1	2	0	0	200,00%	-	0,00%
SERTÃO DOS INHAMUNS	1	1	0	0	100,00%	-	0,00%
VALE DO JAGUARIBE	1	3	0	0	300,00%	-	0,00%

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

Dentro deste tema, todas as regiões tiveram um comportamento positivo quanto a execução física, onde apenas a Grande Fortaleza ficou abaixo de 100% de entregas com algum grau de execução, ainda, é possível visualizar que a maior parte das regiões tiveram mais entregas executadas do que o planejado. Isso sendo influência de alguns fatores, como a nova plataforma online que agiliza o fluxo processual de pleito para investimento no Estado por parte das empresas , além de que algumas entregas deste tema requererem que o setor privado tome a iniciativa de negociar e investir no Estado, deixando o governo dependente da iniciativa das empresas de procurar pleitear esses investimentos. Então, cabe afirmar que neste biênio muitas empresas apresentaram intenções de iniciar investimentos nas diferentes regiões do Ceará.

Tabela 68 - Valor Adicionado Bruto da Indústria e Participação na Indústria Cearense – Regiões de Planejamento do Estado – 2019

Região	Participação Indústria Região/Indústria Total Ceará (%)
Grande Fortaleza	73,85
Sertão de Sobral	4,71
Cariri	3,95
Litoral Oeste / Vale do Curu	3,37
Vale do Jaguaribe	2,75
Litoral Leste	2,4
Litoral Norte	2,32
Sertão Central	2,05
Serra da Ibiapaba	1,68
Centro Sul	0,95
Sertão dos Crateús	0,87
Sertão de Canindé	0,45
Maciço de Baturité	0,43
Sertão dos Inhamuns	0,23

Não obstante, observa-se que apenas quatro regiões tiveram uma execução orçamentária maior que 50%. Contudo, podemos inferir que dentro do tema Indústria, o Governo do Estado, em parceria com o setor privado, conseguiu implantar a estratégia de ampliação da atividade para diversas regiões do Ceará, algumas destas que em 2019 não tinham uma participação considerável dentro do VAB da indústria do Estado, com destaques para Sertão de Canindé, Sertão Central, Centro Sul, Sertão dos Crateús, Litoral Norte e Litoral Leste.

TEMA - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O tema Infraestrutura e Mobilidade se caracteriza pelo maior investimento do Estado dentro do Eixo, no qual em todas as regiões o orçamento destinado para esse tema está sempre entre os maiores valores tanto de planejamento quanto de execução, e durante o biênio, foi planejado um aporte orçamentário de R$ 4,7 bilhões, sendo executado 76% desse valor. Para o tema, foram elencadas 39 estratégias regionais, havendo a priorização de 20 delas que estão relacionadas a 47 entregas, dentre essas entregas houve a execução de 23.

Tabela 69 - Análise da execução física das entregas do Tema Infraestrutura e Mobilidade por Região de Planejamento.

Região	Quant. entrega planejada com meta para biênio	Quant. entrega executada total	Quant. Priorizada com meta para o biênio	Quant. Priorizada Executada	% (Executada Total/Planejada Total)	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
CARIRI	24	16	4	3	66,67%	75,00%	18,75%
CENTRO SUL	21	10	0	0	47,62%	-	0,00%
GRANDE FORTALEZA	32	22	3	2	68,75%	66,67%	9,09%
LITORAL LESTE	18	8	1	0	44,44%	0,00%	0,00%
LITORAL NORTE	19	11	1	1	57,89%	100,00%	9,09%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	18	11	2	2	61,11%	100,00%	18,18%
MACIÇO DO BATURITÉ	18	7	0	0	38,89%	-	0,00%
SERRA DA IBIAPABA	18	10	1	1	55,56%	100,00%	10,00%
SERTÃO CENTRAL	19	11	3	3	57,89%	100,00%	27,27%
SERTÃO DE CANINDÉ	19	7	1	1	36,84%	100,00%	14,29%
SERTÃO DE SOBRAL	23	14	2	2	60,87%	100,00%	14,29%
SERTÃO DOS CRATEÚS	18	13	5	4	72,22%	80,00%	30,77%
SERTÃO DOS INHAMUNS	18	8	1	1	44,44%	100,00%	12,50%
VALE DO JAGUARIBE	20	10	0	0	50,00%	-	0,00%

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

É possível observar que dentro deste tema, das sete regiões com maiores aportes orçamentários, seis delas também tiveram as maiores quantidades de entregas executadas e os maiores percentuais de execução, exceto a região Centro Sul, que teve um grande aporte orçamentário, mas uma execução física não muito favorável. Dito isto, leva-se em consideração que a maior parte das entregas deste tema são relacionadas a obras, no qual, algumas ficaram paralisadas devido a pandemia, gerando atrasos nos cronogramas, por esse motivo a execução orçamentária está acima de 75% em todas as regiões, mas a execução física possui percentuais a partir de 36%, logo abaixo do esperado. Com isso, é demonstrado que houve uma concentração de investimentos nas maiores e mais desenvolvidas regiões do Estado, Grande Fortaleza, Cariri e Sertão de Sobral, fato que deve ser observado dentro dos processos de planejamento futuros.









TEMA - PESCA E AQUICULTURA

Ao tratar do tema Pesca e Aquicultura, percebe-se que houve um aquecimento do setor e um olhar mais focado do setor público para com ele. Para este tema, foram elencadas 29 estratégias regionais, havendo a priorização de 18 delas que estão relacionadas a 51 entregas, dentre essas, 22 tiveram execução física. O total orçamentário destinado às regiões para este tema foi de R$ 12,6 milhões, o menor entre todos, com uma execução de 81% desse valor. Todas as regiões tiveram execução física-financeira favorável, e as cinco regiões com os maiores aportes financeiros também tiveram a maior quantidade de entregas executadas. Além disso, as regiões da Ibiapaba e de Baturité apresentaram convergências entre o planejamento e a implementação, com 100% de execução física e orçamentária.

Tabela 70- Análise da execução física das entregas do Tema Pesca e Aquicultura por Região de Planejamento.

Região	Quant. entrega planejada com meta para biênio	Quant. entrega executada total	Quant. Priorizada com meta para o biênio	Quant. Priorizada Executada	% (Executada Total/Planejada Total)	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
CARIRI	3	4	1	1	133,33%	100,00%	25,00%
CENTRO SUL	4	3	2	2	75,00%	100,00%	66,67%
GRANDE FORTALEZA	6	5	3	2	83,33%	66,67%	40,00%
LITORAL LESTE	8	5	0	0	62,50%	-	0,00%
LITORAL NORTE	7	7	4	4	100,00%	100,00%	57,14%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	5	4	1	1	80,00%	100,00%	25,00%
MACIÇO DO BATURITÉ	3	3	0	0	100,00%	-	0,00%
SERRA DA IBIAPABA	2	3	2	2	150,00%	100,00%	66,67%
SERTÃO CENTRAL	4	3	1	1	75,00%	100,00%	33,33%
SERTÃO DE CANINDÉ	2	3	0	0	150,00%	-	0,00%
SERTÃO DE SOBRAL	5	3	1	1	60,00%	100,00%	33,33%
SERTÃO DOS CRATEÚS	3	3	3	2	100,00%	66,67%	66,67%
SERTÃO DOS INHAMUNS	3	3	0	0	100,00%	-	0,00%
VALE DO JAGUARIBE	8	6	3	1	75,00%	33,33%	16,67%

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

TEMA - TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

O tema Trabalho e Empreendedorismo possui suas ações firmadas na tentativa de promover apoio, qualificação e inovação aos negócios locais, para isso foram elencadas 37 estratégias regionais, havendo a priorização de 19 delas que estão relacionadas a 93 entregas, dentre essas, 65 tiveram execução física. O total orçamentário planejado para as regiões foi de R$ 45 milhões, com uma execução de 52,8% desse valor.

Tabela 71 - Análise da execução física das entregas do Tema Trabalho e Empreendedorismo por Região de Planejamento.

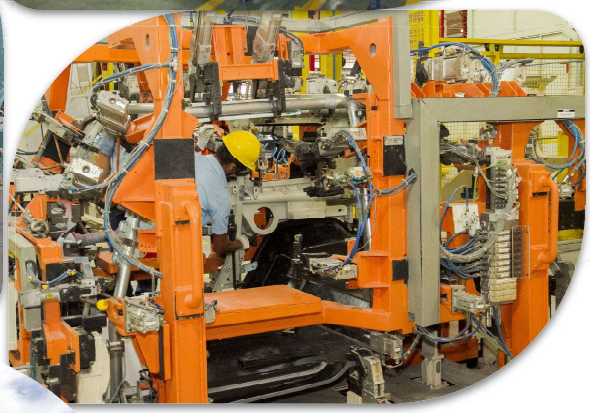
Região	Quant. entrega planejada com meta para biênio	Quant. entrega executada total	Quant. Priorizada com meta para o biênio	Quant. Priorizada Executada	% (Executada Total/Planejada Total)	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
CARIRI	18	14	7	6	77,78%	85,71%	42,86%
CENTRO SUL	10	7	6	5	70,00%	83,33%	71,43%
GRANDE FORTALEZA	17	14	5	5	82,35%	100,00%	35,71%
LITORAL LESTE	12	12	0	1	100,00%	-	8,33%
LITORAL NORTE	13	14	5	5	107,69%	100,00%	35,71%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	9	6	2	0	66,67%	0,00%	0,00%
MACIÇO DO BATURITÉ	12	5	0	0	41,67%	-	0,00%
SERRA DA IBIAPABA	12	13	5	5	108,33%	100,00%	38,46%
SERTÃO CENTRAL	14	12	2	2	85,71%	100,00%	16,67%
SERTÃO DE CANINDÉ	9	4	5	3	44,44%	60,00%	75,00%
SERTÃO DE SOBRAL	15	14	6	5	93,33%	83,33%	35,71%
SERTÃO DOS CRATEÚS	14	12	5	4	85,71%	80,00%	33,33%
SERTÃO DOS INHAMUNS	8	7	1	1	87,50%	100,00%	14,29%
VALE DO JAGUARIBE	17	14	10	10	82,35%	100,00%	71,43%

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

O comportamento deste tema em relação a execução das entregas foi o melhor entre todos, onde nove regiões apresentaram 100% das entregas com algum grau de execução, enquanto as outras também tiveram percentuais favoráveis, todos acima de 75%. Contudo, por mais que se perceba uma disparidade entre a execução orçamentária e física, tendo em vista que muitas das regiões tiveram percentuais de execução orçamentária abaixo de 40%, isso pode ser explicado pelo fato de algumas dessas entregas implementadas não terem sido executadas em sua totalidade, possuindo apenas uma execução parcial. As regiões destaques desse tema foram, Serra da Ibiapaba, Cariri, Vale do Jaguaribe, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Sertão Central, Sertão dos Crateús, Litoral Norte e Sertão de Sobral.









TEMA - TURISMO

O último tema deste eixo é o Turismo, que estende suas ações em promoção, urbanização e inovação dos destinos turísticos das diferentes regiões do Estado, levando em consideração a característica turística que cada uma dessas localidades pode desenvolver. Cabe ressaltar que o setor de Turismo foi um dos mais impactados pela pandemia covid-19. Dito isso, para ele, foram elencadas 43 estratégias regionais, havendo a priorização de 17 delas que estão relacionadas a 17 entregas, onde essas não tiveram nenhuma execução.

Tabela 72 - Análise da execução física das entregas do Tema Turismo por Região de Planejamento.

Região	Quant. entrega planejada com meta para biênio	Quant. entrega executada total	Quant. Priorizada com meta para o biênio	Quant. Priorizada Executada	% (Executada Total/Planejada Total)	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
CARIRI	6	2	0	0	33,33%	-	0,00%
CENTRO SUL	0	0	0	0	-	-	-
GRANDE FORTALEZA	11	4	0	0	36,36%	-	0,00%
LITORAL LESTE	6	1	2	0	16,67%	0,00%	0,00%
LITORAL NORTE	8	3	0	0	37,50%	-	0,00%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	5	1	1	0	20,00%	0,00%	0,00%
MACIÇO DO BATURITÉ	5	0	0	0	0,00%	-	-
SERRA DA IBIAPABA	4	1	1	0	25,00%	0,00%	0,00%
SERTÃO CENTRAL	1	0	0	0	0,00%	-	-
SERTÃO DE CANINDÉ	0	0	0	0	-	-	-
SERTÃO DE SOBRAL	3	0	1	0	0,00%	0,00%	-
SERTÃO DOS CRATEÚS	0	0	0	0	-	-	-
SERTÃO DOS INHAMUNS	0	0	0	0	-	-	-
VALE DO JAGUARIBE	0	0	0	0	-	-	-

Fonte: SIOF - Execução Orçamentária

É válido informar que as regiões Vale do Jaguaribe, Grande Fortaleza, Sertão Central, Sertão dos Crateús, Maciço de Baturité, Sertão de Canindé e Sertão do Inhamuns não tiveram nenhuma entrega vinculada às estratégias que foram priorizadas. O total orçamentário planejado para as regiões neste tema foi de R$ 214,5 milhões, com uma execução de 75,27% desse valor.

Este foi o tema com o pior grau de execução física entre todos, pois, dentro das regiões, o percentual de entregas que tiveram algum grau de execução não passou de 38% em nenhuma delas. E ao comparar com orçamento, nota-se uma discrepância principalmente em regiões que possuem um execução orçamentária maior que 70%, mas demonstram uma baixa execução física, que ocorreu devido ao prazo estendido de algumas dessas entregas que têm como produto final obras, que correspondiam desde implantação de equipamentos turísticos, até melhorias na infraestrutura de municípios que possuem grande potencial turístico. Além disso, quando fala-se das estratégias priorizadas é estranho notar que mesmo havendo priorizações a setorial não vinculou nenhuma entrega em algumas regiões, incluindo Grande Fortaleza, Sertão de Canindé, Sertão Central e Maciço de Baturité, que possuem cidades que são importantes destinos turísticos do Estado.

Então, por mais que haja investimentos neste eixo, as ações do Estado podem ser compreendidas diante da capacidade de autogerenciamento dos setores da economia, no qual o próprio mercado busca desenvolver suas ações corretivas necessárias para melhoria dos serviços, principalmente dentro das atividades agricultura, aquicultura, comércios e serviços, e indústria, cabendo ao setor público focar na atração de empreendimentos para as regiões e melhorias estruturais que impactam diretamente ao mercado, podendo trazer dinamismo para a economia cearense.

Por fim, pela análise, apesar de haver um grande potencial econômico nas regiões, há uma forte concentração de investimentos e oportunidades nas regiões da Grande Fortaleza, Cariri e Sertão de Sobral, e pela avaliação deste biênio ainda permanece essa concentração, demonstrando uma distribuição desigual de orçamento, que acarreta em diferentes problemas no desenvolvimento social e económico a nível regional. Portanto, as ações do governo devem ter como a prioridade equilibrar a distribuição de oportunidades e retenção de riquezas para o desenvolvimento do potencial empreendedor em todos os territórios do Estado, visando a interiorização das diferentes atividades econômicas, mas sabendo que esse processo é demorado e ultrapassa o tempo de planejamento e implementação do PPA, ficando também para os processos de planejamento a longo prazo.

CARIRI



29 Municípios

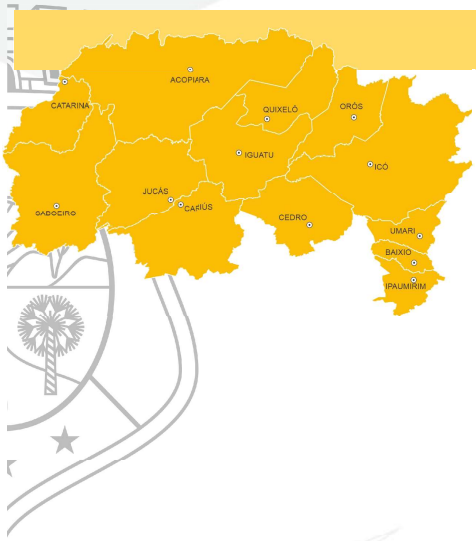
PIB (2019): **R$ 13.039.126,00**
PIB per capita (2019): **R$ 12.706,00**
Participação da região no PIB Cearense(2019):**7,97%**
Características Econômicas e Vocações: Tem potencial competitivo em Comércio varejista, Serviços médicos, odontológicos e Ensino, com indícios de ascensão do Comércio atacadista. Todavia, a maioria dos municípios ainda é dependente dos Serviços públicos. Destacam-se o aglomerado CRAJUBAR e, em menor escala, Brejo Santo

Quadro 29 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Cariri.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Ampliar a malha ferroviária do VLT, ligando-o ao aeroporto, Barbalha e Missão Velha.	MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Ampliar e melhorar as infraestruturas aérea, rodoviária e ferroviária para escoamento da produção.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	HOUVE
Apoiar a criação de ações de desenvolvimento de unidades de processamentos de alimentos nas comunidades rurais.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Apoiar o desenvolvimento tecnológico das indústrias da região.	ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Avançar nas políticas de desburocratização aos pequenos negócios.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
	EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	HOUVE	HOUVE
Implementar planejamento estadual voltado ao desenvolvimento do ecoturismo regional.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Incentivar a agricultura orgânica e uso racional de agrotóxicos.	ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	HOUVE	HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	HOUVE	HOUVE
Ofertar assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola pública de qualidade, quantidade e continuada, contemplando a valorização dos serviços e profissionais.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE

Tabela 73- Análise da execução física das entregas do Cariri por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	9	6	3	3	100,00%	50,00%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2	0	0	0	-	-
INDÚSTRIA	0	1	0	0	-	0,00%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	4	3	4	3	75,00%	100,00%
PESCA E AQUICULTURA	1	1	1	1	100,00%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	7	6	7	6	85,71%	100,00%
TURISMO	0	0	0	0	-	-



CENTRO SUL

13 Municípios

PIB (2019): **R$ 4.180.447,00**
PIB per capita (2019): **R$ 10.597**
Participação da região no PIB Cearense(2019): **2,56%**

Características Econômicas e Vocações: Evidencia potencial em Comércio varejista, contudo, ainda é muito dependente dos serviços públicos, embora Iguatu avance em serviços de Ensino superior. A região caracteriza-se pelo potencial hídrico, com destaque para o açude Orós, Lima Campos e Trussu.Rede viária que interliga a região a outras regiões; ambiente favorável à fruticultura, potencial turístico, vinculação tradicional da população com a produção agropecuária.
Fonte PDR Centro Sul/Vale do Salgado

Quadro 30 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Centro-Sul.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO 2020	STATUS DA EXECUÇÃO 2021
Ampliar o apoio à atividade de piscicultura (tanques).	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Promover a recuperação de cultivos de piscicultura intensiva atingidos pelo fenômeno coluna vertical de turbulência.			
Ampliar políticas de incentivos na geração de emprego e renda.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
	CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Desenvolver políticas públicas para atrair investimentos industriais para a região.	ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Promover a valorização e a exploração do potencial turístico, com destaque às identidades da região.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Promover assistência técnica e extensão rural pública de qualidade, eficiente e continuada, contemplando a valorização do profissional.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE

Tabela 74 - Análise da execução física das entregas do Centro Sul por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	6	4	1	1	100,00%	25,00%
INDÚSTRIA	0	1	0	0	-	0,00%
PESCA E AQUICULTURA	2	2	2	2	100,00%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	7	5	6	5	83,33%	100,00%
TURISMO	0	0	0	0	-	-
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	3	2	0	0	-	0,00%

GRANDE FORTALEZA



19 Municípios

PIB (2019): **R$ 103.299.759,00**
PIB per capita (2019): **R$ 25.157,00**
Participação da região no PIB Cearense(2019): **63,15%**

Características Econômicas e Vocações: Tem potencial competitivo em todos os setores, mas o Comércio varejista é proporcionalmente menos relevante e os setores densos em capital humano e exigentes em TIC tendem a se manter concentrados nesta região. Uma parte significativa dos seus municípios já se libertou da dependência dos serviços públicos e seu principal polo é Fortaleza.

Quadro 31 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas na Grande Fortaleza.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Ampliar o sistema de transporte urbano metroferroviário.	MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	HOUVE	HOUVE
Ampliar o investimento em inovação tecnológica incluindo tecnologias sociais com foco em incremento da produtividade do trabalho na sustentabilidade dos empreendimentos com base nos princípios da economia solidária e ecológica.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
	INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	HOUVE	HOUVE
Desenvolver a infraestrutura viária e de transporte para escoamento da produção e deslocamento de pessoas da localidade para sede do município.	-	-	-
Desenvolver distritos turísticos sustentáveis com foco em atrativos da periferia.	-	-	-
Implantar a utilização de novas tecnologias e métodos de cultivos para os agricultores.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	HOUVE	NÃO HOUVE
	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	NÃO HOUVE
Promover a aproximação da indústria com as universidades, de modo a desenvolver soluções e inovações para ampliar a produção.	ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	HOUVE	NÃO HOUVE
Valorizar a atividade de pesca artesanal e agricultores familiares.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Promover a acessibilidade e o acesso atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônico e de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência e idosas.	-	-	-

Tabela 75 - Análise da execução física das entregas do Grande Fortaleza por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	3	3	3	3	100,00%	100,00%
INDÚSTRIA	0	1	0	1	-	100,00%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	3	2	3	2	66,67%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	10	10	5	5	100,00%	50,00%
PESCA E AQUICULTURA	3	3	3	2	66,67%	66,67%

LITORAL LESTE



06 Municípios

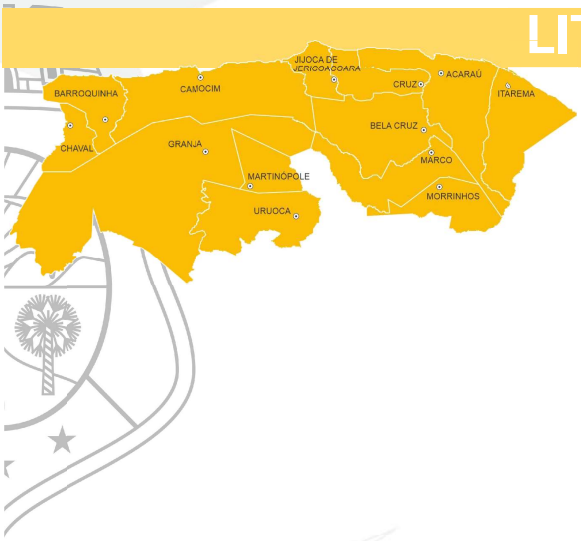
PIB (2019): **R$ 3.382.800,00**
PIB per capita (2019): **R$ 16.416,00**
Participação da região no PIB Cearense: **2,07%**
Características Econômicas e Vocações: Tende a se firmar em Comércio varejista e Alojamento e alimentação. A maioria dos municípios mantém-se dependente dos serviços públicos. Aracati é o município mais relevante.

Quadro 32 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Litoral Leste.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO 2020	STATUS DA EXECUÇÃO 2021
Ampliar a rota turística e diversificar a promoção de outros setores turísticos além do turismo de praias.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Ampliar as parcerias público-privada para o desenvolvimento das cadeias produtivas da região.	-	-	-
Ampliar os mecanismos para absorver os técnicos formados pelas escolas profissionalizantes.	CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Estimular a criação de outros canais de comercialização para o pequeno negócio	FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Fortalecer e qualificar a fiscalização no uso inadequado dos recursos naturais na aquicultura.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Promover a atração de empresas da atividade econômica da pesca e aquicultura para a região.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Melhorar as vias para melhorar o escoamento da produção.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Garantir assistência técnica e extensão rural de qualidade, quantidade e de forma continuada.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Promover iniciativas para desenvolver pequenos negócios com foco nas potencialidades locais.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
	EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	NÃO HOUVE	HOUVE

Tabela 76 - Análise da execução física das entregas do Litoral Leste por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	3	1	2	1	50,00%	100,00%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1	0	1	0	-	-
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	2	1	1	0	-	0,00%
PESCA E AQUICULTURA	5	3	0	0	-	0,00%
TURISMO	2	0	2	0	-	-
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	8	5	0	1	-	20,00%



LITORAL NORTE

13 Municípios

PIB (2019): **R$ 4.447.306,00**
PIB per capita (2019): **R$ 11.031,00**
Participação da região no PIB Cearense: **2,72%**
Características Econômicas e Vocações: está mais voltado para Alojamento e alimentação, e é depende dos serviços públicos. Os municípios de maior expressão são: Acaraú, Camocim e Jijoca de Jericoacoara

Quadro 33 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Litoral Norte.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Ampliar a assistência técnica e extensão de forma continuada e com qualidade.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Recuperar e melhorar a qualidade da malha viária.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	NÃO HOUVE
Promover a qualificação dos agricultores familiares para melhoria na produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	HOUVE	HOUVE
Incentivar o associativismo e cooperativismo para agregar valor à produção.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
Estimular a integração da cadeia produtiva do turismo.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Implantar programas de desenvolvimento para a pesca e aquicultura familiar.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE

Tabela 77 - Análise da execução física das entregas do Litoral Norte por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	3	3	3	3	100,00%	100,00%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	1	1	1	1	100,00%	100,00%
PESCA E AQUICULTURA	4	4	4	4	100,00%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	5	5	5	5	100,00%	100,00%
TURISMO	0	0	0	0	-	-

LITORAL OESTE/VALE DO CURU



12 Municípios

PIB (2019): **R$ 4.496.677,00**
PIB per capita (2019): **R$ 11.226,00**
Participação da região no PIB Cearense: **2,75%**
Características Econômicas e Vocações: Evidencia baixo potencial competitivo em qualquer um dos setores e mantém-se dependente dos serviços públicos. Por sua proximidade à Grande Fortaleza, beneficia-se de alguns efeitos da expansão econômica desta região, notadamente da indústria. Itapipoca e Itapajé são seus principais municípios

Quadro 34 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Litoral Oeste/Vale do Curu.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO 2020	2021
Ampliar qualificação para formação profissional e atuação de investimento para o empreendedorismo.	INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Criar a Escola de Empreendedorismo do Ceará.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Ampliar políticas de capacitação de jovens e adultos na agropecuária.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	HOUVE	NÃO HOUVE
Desenvolver projetos de qualificação e de divulgação dos destinos turísticos.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Criar um centro de capacitação em turismo.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Criar programa estadual de Turismo Rural, fomentando a criação de roteiros turísticos em áreas rurais.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Dotar região de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola de forma sistêmica, continuada e qualificada.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Estimular políticas de pesca e aquicultura artesanal para desenvolvimento do setor.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	HOUVE	HOUVE
Dotar região de assistência técnica e extensão rural de forma sistêmica, continuada e qualificada, a partir de princípios da agroecologia.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	HOUVE	NÃO HOUVE
Implantar quintais produtivos em comunidades rurais, como forma de garantir acesso a alimentação de qualidade além de fomentar a geração de renda pela venda dos produtos resultantes do excedente de produção.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETOR AGROPECUÁRIO	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Instituir programa estadual de revitalização de feiras municipais, fortalecendo o comércio dos municípios e assegurando acesso dos diversos atores sociais.	FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Fomentar a atração de indústrias para geração de emprego e renda.	ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Recuperar vias de acesso rurais e turísticos da região.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	HOUVE
Instituir programas de capacitação permanente para formação de profissionais e melhoria da qualidade de mão de obra profissional.	FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Promover a melhoria do Centro Urbano, dando segurança aos pedestres que disputam espaço com veículos.	PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Implantar pavimentação asfáltica em áreas rurais, propiciando melhoria na mobilidade e no escoamento da produção agrícola.	PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE

Tabela 78 - Análise da execução física das entregas do Vale do Jaguaribe por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	7	7	2	1	50,00%	14,29%
INDÚSTRIA	0	0	0	0	-	-
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	2	2	2	2	100,00%	100,00%
PESCA E AQUICULTURA	1	1	1	1	100,00%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	2	0	2	0	-	-
TURISMO	1	0	1	0	-	-

MACIÇO DE BATURITÉ



13 Municípios

PIB (2019): **R$ 2.308.875,00**
PIB per capita (2019): **R$ 9.390,00**
Participação da região no PIB Cearense: **1,41%**

Características Econômicas e Vocações: Dá sinais de início de fixação em Transporte e comunicações e Alojamento e alimentação e Turismo, mantendo sua dependência dos serviços públicos . Guaramiranga é destaque.
O turismo nos segmentos cultural, ecológico e rural apresenta-se como trunfo para a região. Vocação para expansão de culturas tradicionais como café, banana, caju e cana-de-açúcar para cachaça e expansão de novas culturas como flores, frutas tropicais irrigadas, mel, hortaliças especiais etc.

Quadro 35 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Maciço de Baturité.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Ampliar crédito e capacitação para o segmento pesqueiro e aquícola.	-	-	-
Apoiar a atração de investimentos para indústrias na região.	ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Fomentar e ampliar a educação no campo na modalidade escola família agrícola.	-	-	-
Apoiar a atração de investimentos para indústrias na região.	ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Fortalecer as políticas de preço mínimo dos produtos da agricultura familiar e articular junto ao governo federal a melhoria dessas políticas.	-	-	-
Promover articulação com as demais políticas estaduais, garantindo a geração de emprego e renda que possibilitará o afastamento dos jovens da criminalidade.	CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Fomentar e ampliar a educação no campo na modalidade escola família agrícola.	-	-	-

Tabela 79 - Análise da execução física das entregas do Maciço de Baturité por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	4	2	0	0	-	0,00%
INDÚSTRIA	0	0	0	0	-	-
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	3	2	0	0	-	0,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	5	3	0	0	-	0,00%
TURISMO	0	0	0	0	-	-

SERRA DA IBIAPABA



09 Municípios

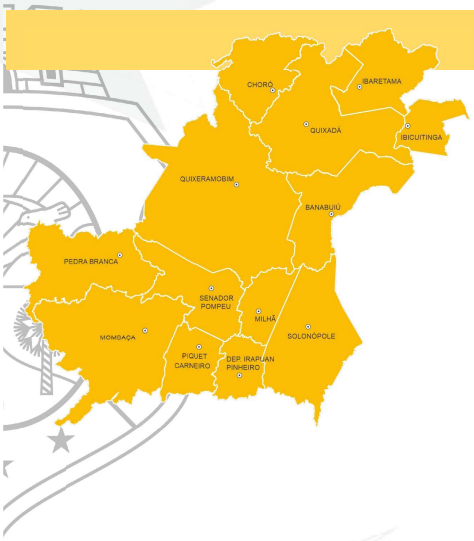
PIB (2019): **R$ 4.698.963,00**
PIB per capita (2019): **R$ 12.952,00**
Participação da região no PIB Cearense: **2,87%**
Características Econômicas e Vocações: Destaca-se em Comércio varejista, e possui certo investimento em Turismo, mas é dependente dos serviços públicos. Seus principais municípios são: São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. Vocacionada para a atividade turística como ecoturismo, o turismo cultural, de esportes de natureza. A Serra da Ibiapaba possui uma economia primária de culturas competitivas consolidadas (hortifrutigranjeiros), de culturas em desenvolvimento (flores) de atividades potenciais (agricultura orgânica e apicultura) e produtos de medicina natural.

Quadro 36 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas na Serra da Ibiapaba.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Melhorar estradas para escoamento da produção e para acesso a áreas turísticas.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	NÃO HOUVE
Incentivar o associativismo e o cooperativismo para agregar valor á produção e garantir acesso a programas governamentais.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
Implementar rota turística da Serra da Ibiapaba.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Ampliar a capacitação dos produtores na adoção de tecnologias alternativas de produção agroecológicas.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Estimular a implementação de sistemas de criação de peixes voltados para jovens e mulheres.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Fomentar desenvolvimento regional para atração de investimentos.	FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE

Tabela 80 - Análise da execução física das entregas do Serra da Ibiapaba por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	4	3	3	2	66,67%	66,67%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1	0	1	0	-	-
INDÚSTRIA	0	0	0	0	-	-
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	1	1	1	1	100,00%	100,00%
PESCA E AQUICULTURA	2	2	2	2	100,00%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	5	5	5	5	100,00%	100,00%
TURISMO	3	0	1	0	-	-



SERTÃO CENTRAL

13 Municípios

PIB (2019): **R$ 4.311.137,00**
PIB per capita (2019): **R$ 10.859,00**
Participação da região no PIB Cearense: **2,64%**

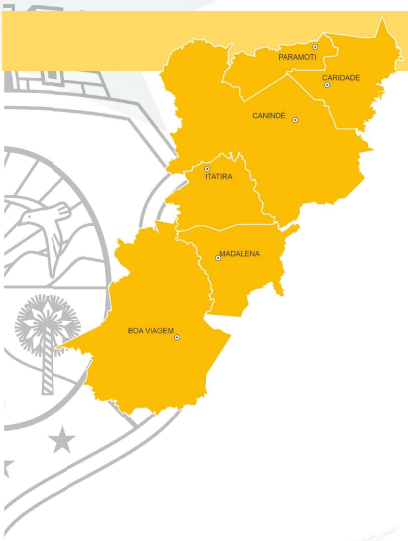
Características Econômicas e Vocações: Dá os primeiros sinais de que tende a se firmar em Comércio varejista e Ensino, mas ainda mantém dependência dos serviços públicos. Os municípios de maior destaque são: Quixadá e Quixeramobim

Quadro 37 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Sertão Central.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Incentivar e apoiar a criação de indústrias de laticínios que beneficiem os pequenos produtores da região.	-	-	-
Estruturar as vias de acesso (pavimentação asfáltica) do meio rural para as sedes, facilitando o escoamento da produção.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	HOUVE
Descentralizar os incentivos a pequenas e médias empresas, atendendo com isso aos pequenos municípios da região.	-	-	-
Apoiar a criação e estruturação de polos turísticos de acordo com as potencialidades de cada município da região.	EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	HOUVE	HOUVE
Apoiar o cooperativismo e associativismo para fortalecer a comercialização e a aquisição de insumos para a produção.	-	-	-
Criar programa de incentivo e qualificação do aquicultor e pescador.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Desenvolver políticas públicas para fixação do jovem no campo.	CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ		
Criar um observatório socioeconômico do Sertão Central, contemplando o desenvolvimento de estudos e pesquisa focados na região.	-	-	-
Promover e desenvolver programas de extensão para gestores e técnicos com ênfase no empreendedorismo.	-	-	-

Tabela 81 - Análise da execução física das entregas do Sertão Central por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	2	2	0	0	-	0,00%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	3	3	3	3	100,00%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	7	6	2	2	100,00%	33,33%
PESCA E AQUICULTURA	1	1	1	1	100,00%	100,00%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2	0	0	0	-	-



SERTÃO DE CANINDÉ

06 Municípios

PIB (2019): **R$ 1.898.941,00**
PIB per capita (2019): **R$ 9.148,00**
Participação da região no PIB Cearense: **1,16%**

Características Econômicas e Vocações: Nenhum segmento dos serviços se destaca e os serviços públicos permanecem com grande importância para a região. Seu município polo é Canindé

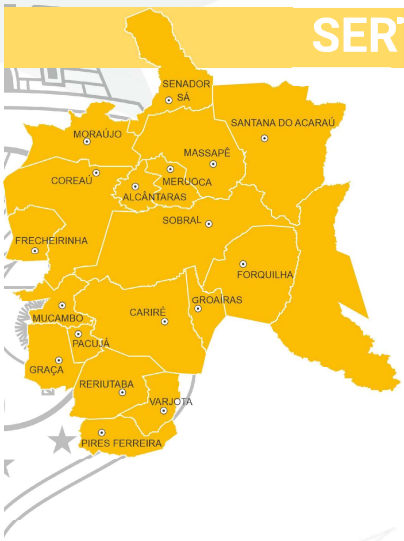
Quadro 38 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Sertão Canindé.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Ampliar a aproximação das políticas públicas de acesso com o meio rural.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	NÃO HOUVE
Ampliar as oportunidades de empreendedorismo sustentável para os jovens, mulheres e produtores do meio rural.	CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
Implementar e ampliar o acesso as políticas públicas de inovação e tecnologia para uma melhor convivência com o semiárido.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE

Tabela 82 - Análise da execução física das entregas do Sertão de Canindé por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	8	7	1	1	100,00%	14,29%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	1	1	1	1	100,00%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	6	10	5	3	60,00%	30,00%

SERTÃO DE SOBRAL



18 Municípios
PIB (2019): **R$ 7.182.916,00**
PIB per capita (2019): **R$ 14.438,00**
Participação da região no PIB Cearense: **4,39%**

Características Econômicas e Vocações: Apresenta potencial competitivo em Comércio varejista e serviços médicos, odontológicos e veterinários, com indicativos de fortalecimento em comércio atacadista, Alojamento e alimentação e Ensino. Também se mantém dependente dos serviços públicos. A capital regional é o município de Sobral.

Quadro 39 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Sertão de Sobral.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Fortalecer a articulação de produtores em redes para acesso aos mercados.	FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Adequar estruturas de beneficiamento e abate de produtos de forma a atender as instruções normativas e realidades locais.	-	-	-
Desenvolver novas estratégias e tecnologias de produção aquícola e pesqueira.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Apoiar iniciativas de economia solidária, objetivando dinamizar o processo de comercialização dos produtos em nível regional.	EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Intensificar a política de orientação e educação no trânsito.	MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	HOUVE	HOUVE
	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Fomentar parcerias entre setor público e privado objetivando gerar mais oportunidades para a região.	INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	HOUVE	HOUVE
	CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Promover a descentralização de polos de desenvolvimento de acordo com as potencialidades locais.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	NÃO HOUVE
Desenvolver rotas turísticas na região.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Criar políticas públicas de longo prazo para o desenvolvimento econômico regional com articulação entre os municípios e instituições.	-	-	-
Estimular projetos voltados para inovações agroecológicas e convivência com o semiárido.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Resgatar, atualizar e implantar planos de desenvolvimento territorial, rural e sustentável.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE

Tabela 83 - Análise da execução física das entregas do Sertão de Sobral por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	5	5	2	2	100,00%	40,00%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2	0	2	0	-	-
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	7	6	2	2	100,00%	33,33%
PESCA E AQUICULTURA	2	2	1	1	100,00%	50,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	11	10	6	5	83,33%	50,00%
TURISMO	1	0	1	0	-	-



SERTÃO DOS CRATEÚS

13 Municípios

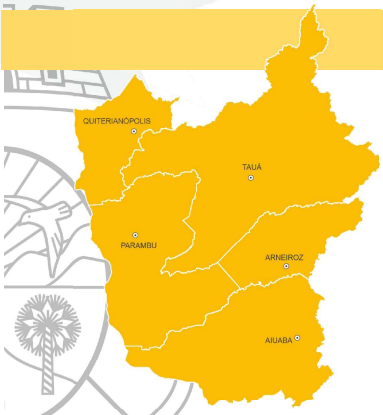
PIB (2019): **R$ 3.331.109,00**
PIB per capita (2019): **R$ 9.444,00**
Participação da região no PIB Cearense: **2,04%**
Características Econômicas e Vocações: Tem alguma potencialidade em Comércio atacadista e em Ensino superior. O município polo é Crateús

Quadro 40 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Sertão dos Crateús.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Fomentar a atração de indústria e empresas de grande porte para geração de emprego e renda.	ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Melhorar as vias para o escoamento da produção agropecuária com foco nas unidades de beneficiamento.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	HOUVE
Ampliar as políticas públicas voltadas à potencialização das atividades de pesca artesanal e aquicultura.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Ampliar projetos para geração de emprego e renda.	CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
Apoiar e fortalecer a comercialização dos produtos da agricultura familiar.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Implementar um processo consistente de planejamento estratégico de desenvolvimento regional para o turismo.	-	-	-
Garantir o acesso a terra com projetos de desenvolvimento econômico com sustentabilidade.	-	-	-
Implementar programas de compras da produção dos agricultores familiar.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	-	-

Tabela 84 - Análise da execução física das entregas do Sertão de Crateús por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	6	5	0	0	-	0,00%
INDÚSTRIA	0	0	0	0	-	-
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	5	4	5	4	80,00%	100,00%
PESCA E AQUICULTURA	3	2	3	2	66,67%	100,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	5	4	5	4	80,00%	100,00%
TURISMO	0	0	0	0	-	-



SERTÃO DOS INHAMUNS

05 Municípios

PIB (2019): **R$ 1.252.866,00**
PIB per capita (2019): **R$ 9.165,00**
Participação da região no PIB Cearense: **0,77%**
Características Econômicas e Vocações: Os municípios não apresentam potencial competitivo e dependem muito dos serviços públicos. Seu principal município é Tauá

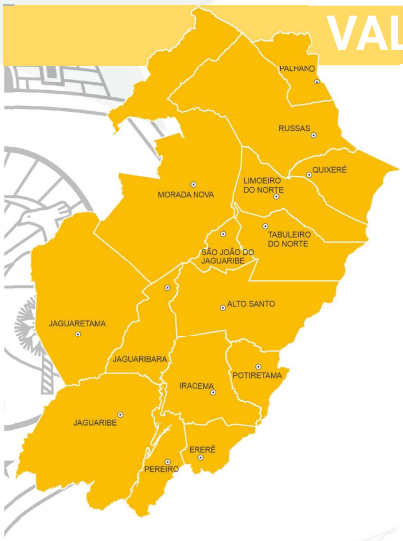
Quadro 41 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Sertão dos Inhamuns.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO	
		2020	2021
Recuperar as vias de acesso da região.	PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	HOUVE	HOUVE
Incentivar a pesquisa aquícola.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Ampliar as políticas de incentivo à formação de trabalhadores autônomos.	TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	HOUVE	HOUVE
Ampliar projetos agroindustriais voltados às cadeias produtivas locais, como cajucultura, mandioca, fruticultura, leite, apicultura e ovinocaprinocultura.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Estruturar e divulgar os atrativos turísticos da região.	-	-	-
Incentivar a prática de agricultura sustentável na região.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE

Tabela 85 - Análise da execução física das entregas do Sertão dos Inhamuns por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	6	5	5	4	80,00%	80,00%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	1	1	1	1	100,00%	100,00%
PESCA E AQUICULTURA	0	0	0	0	-	-
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	6	6	1	1	100,00%	16,67%
TURISMO	0	0	0	0	-	-

VALE DO JAGUARIBE



15 Municípios

PIB (2019): **R$ 5.744.406,00**
PIB per capita (2019): **R$ 14.539,00**
Participação da região no PIB Cearense: **3,51%**
Características Econômicas e Vocações: Tem potencial em Comércio varejista e atrai serviços de Ensino superior, Consultoria empresarial e em informática, que são demandas da fruticultura irrigada. A maioria dos municípios mantém a dependência dos serviços públicos. São destaque Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas

Quadro 42 - Status de execução dos programas alinhados às estratégias priorizadas no Vale do Jaguaribe.

ESTRATÉGIA REGIONAL PRIORIZADA	PROGRAMAS	STATUS DA EXECUÇÃO 2020	STATUS DA EXECUÇÃO 2021
Melhorar a política de tributação fiscal para fortalecer o comércio e serviços locais.	-	-	-
Ampliar a atração de novas indústrias que façam uso de produtos regionais.	-	-	-
Incentivar o empreendedorismo focado nas vocações regionais e locais.	INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	HOUVE	HOUVE
	EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO	HOUVE	HOUVE
Capacitar continuamente o agricultor, inclusive para tecnologia da informação.	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Melhorar as vias de acesso intermunicipais de acordo com o perfil econômico da região.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	HOUVE	HOUVE
Fortalecer o desenvolvimento sustentável da aquicultura.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE
Estimular o turismo rural na região.	-	-	-
Incentivar o reuso e integração da água na produção.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA	NÃO HOUVE	HOUVE
	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA FAMILIAR	HOUVE	HOUVE
Promover maior valorização dos eventos regionais	-	-	-

Tabela 86 - Análise da execução física das entregas do Vale do Jaguaribe por Tema Estratégico.

TEMA	Quant. de Entregas	Quant. Entregas Executadas	Quant. Priorizada	Quant. Priorizada Executada	% (Priorizada Executada /Quant. Priorizada)	% (Priorizada Executada /Quant. Executada)
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	4	4	1	1	100,00%	25,00%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0	0	0	0	-	-
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	4	2	0	0	-	0,00%
PESCA E AQUICULTURA	6	5	3	1	33,33%	20,00%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	10	0	10	10	100,00%	-

ANEXO I

INSTRUMENTAL DE ANÁLISE - ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA RECURSOS HÍDRICOS

> Para resposta da SRH, Cogerh, Sohidra

EIXO - Ceará Sustentável

Resultado Estratégico: Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

TEMA - RECURSOS HÍDRICOS

Resultado Temático: Sociedade cearense com oferta de água equânime e adequada para múltiplos usos, em todas as regiões.

1. Avaliação dos Programas do Tema:

PROGRAMA 731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: Promover a utilização múltipla e eficiente dos recursos hídricos, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, contemplando a ampliação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão integrada e participativa.

Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Prevista	Alcançada	Prevista	Alcançada

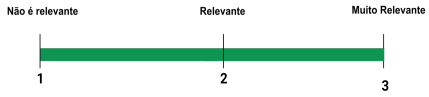
Execução orçamentária - 2020 (R$ 1,00)			
Lei	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)

Execução orçamentária - 2021 (R$ 1,00)			
Lei	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)

Principais Entregas 2020	Avaliação

Principais Entregas 2021	Avaliação

Na coluna em laranja, avalie, de acordo com a escala, representada abaixo, **o grau de relevância** das entregas para **o alcance do objetivo do programa**:



731.1 Com base nas informações do quadro acima, como o órgão gestor avalia o desempenho do Programa?

(Deve-se considerar: a evolução dos indicadores e a sua conexão com o objetivo do programa, as principais realizações e a execução financeira)

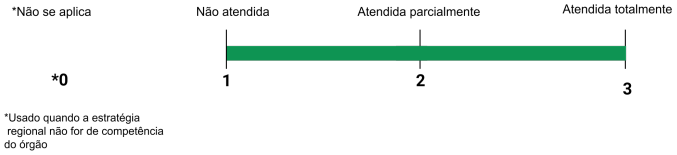
Comente:

(Orienta-se que o comentário seja claro, objetivo e sucinto):

2. Avaliação das Estratégias Regionais do Processo Participativo

> Para resposta da SRH, Cogerh e Sohidra

No quadro das Estratégias Regionais, especificamente na coluna intitulada "Avaliação", assinale, de acordo com a escala abaixo, como o órgão avalia a implementação das estratégias regionais durante o primeiro biênio do PPA 2020-2023.



ESTRATÉGIA REGIONAL	CATEGORIZAÇÃO	REGIÃO	Avaliação do órgão

2.1 De acordo com a avaliação realizada, acerca das estratégias regionais, utilize o espaço abaixo para comentar o alcance das Ações Governamentais nas regiões, pontuando avanços e/ou aspectos críticos.

(Orienta-se que o comentário seja claro, objetivo e sucinto):

2.2 Que aspectos não foram avaliados neste processo e são considerados importantes para o tema?

(Orienta-se que o comentário seja claro, objetivo e sucinto):

ANEXO II

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA INSTÂNCIAS DE DIREITO E/OU CONTROLE SOCIAL

> Para resposta do Conselho de Recursos Hídricos

Sobre a avaliação da política pública de Recursos Hídricos no PPA (20-21)

1. Qual o parecer deste colegiado sobre a avaliação apresentada anteriormente pelo órgão responsável pela execução da política pública? (Marque uma opção da coluna em laranja)

Comente:

2. No que se refere às estratégias regionais definidas no processo participativo de elaboração do PPA, como este colegiado considera a inclusão das mesmas no planejamento governamental? (Marque uma opção da coluna em laranja)

Comente:

3. Que aspectos não foram avaliados neste processo e são considerados importantes para o tema?

Comente:

4. Qual a visão do órgão colegiado sobre o desenvolvimento do tema durante o primeiro biênio do PPA 2020-2023? Quais os avanços observados? Quais aspectos precisam ser fortalecidos? (Marque uma opção da coluna em laranja)

Comente:

Sobre a utilização de documentos legais do Planejamento

5. Este colegiado utiliza as Mensagens Governamentais, ou outros documentos legais como fonte de conhecimento e de subsídio para a efetivação do controle social e socialização de informações referentes a este tema? (Marque uma opção da coluna em laranja)

Comente:

6. Qual o nível de conhecimento do colegiado acerca dos instrumentos legais de planejamento (PPA e LOA)?

Comente:

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A escuta da sociedade civil para a construção e avaliação dos instrumentos legais do planejamento público, além de constitucional e obrigatória, é um mecanismo democrático que objetiva assegurar os direitos dos cidadãos à efetiva participação nas tomadas de decisões governamentais.

A Constituição Federal e a Constituição Estadual definem os princípios e diretrizes gerais, que em conjunto com a legislação complementar: Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 48, parágrafo único), Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade (arts. 2º, II; 4º, II, f, § 3º; 44), formalizam a obrigatoriedade da realização de processos participativos no planejamento público. Porém, este processo não possui metodologia ou forma definida, cabendo a cada ente federado desenvolver metodologia específica para este fim.

O Art. 15 da Lei nº 17.160, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o PPA 2020 - 2023, determina que o Poder Executivo realizará avaliações bienais do Plano, e que, as mesmas devem desenvolver obrigatoriamente alguns tópicos, dentre eles, a avaliação da sociedade acerca da execução física e financeira dos programas, ações e entregas, bem como avaliar até que ponto as estratégias definidas, pela sociedade, nos encontros regionais para elaboração do PPA vigente, foram consideradas no Planejamento Governamental. Diante do exposto acima, o Governo do Estado do Ceará vem construindo e aperfeiçoando os processos, metodologias, iniciativas e ferramentas de gestão participativa, que buscam o aprimoramento da relação entre o Governo e a Sociedade.

Com base nos dispositivos citados anteriormente e discutindo o processo com a coordenação do Fórum Interconselhos do Ceará, a Seplag desenvolveu a metodologia de avaliação para a escuta participativa, detalhada a seguir, e considerou a participação cidadã, no período avaliado, realizada no sistema de ouvidoria do Estado.

1. Metodologia do Processo de Participação Social

Para a avaliação do primeiro biênio do PPA 2020-2023, foram levados em consideração, na definição da metodologia do processo de participação cidadã, os seguintes aspectos: (i) 2022 ser um ano eleitoral; (ii) a atipicidade dos anos avaliados (2020 e 2021) em função do estado de emergência provocado pela pandemia do coronavírus, e; (iii) a inexistência de metodologia, ou orientação específica para a realização de processos participativos, seja para a elaboração ou para a avaliação dos instrumentos de planejamento público.

Desta forma, a Seplag, órgão responsável por conduzir a avaliação, entendendo que a participação cidadã vai além da consulta direta da população, construiu uma metodologia baseada na participação representativa da sociedade civil organizada, presente nos conselhos de política setoriais e de defesa de direitos, que fazem o controle social das diversas políticas públicas, sejam elas transversais ou não e na escuta da população, realizada pela ouvidoria do Estado do Ceará durante os anos avaliados.

Partindo da visão dos conselhos como canais de participação do cidadão, e que por força de lei são as instâncias responsáveis pelo acompanhamento e controle das diversas políticas públicas; que as mesmas possuem caráter consultivo e deliberativo, e que os colegiados são constituídos por representantes de entidades da sociedade civil organizada, que atuam junto a diversas políticas públicas e, em alguns casos com representantes de trabalhadores e usuários, a Seplag definiu fazer a avaliação junto a estas instâncias.

A metodologia foi composta pelas seguintes atividades: (i) Mapeamento dos Conselhos Estaduais e identificação dos conselhos com caráter de controle social e de defesa de direitos, (ii) Alinhamento entre os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas e as áreas temáticas do Planejamento Plurianual (20-23); (iii) levantamento e categorização das estratégias regionais; (iv) construção dos instrumentais; (v) apresentação da proposta de avaliação para a coordenadoria do Fórum Estadual Interconselhos; (vi) Aplicação da metodologia, de forma experimental, com a equipe da área de planejamento da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS.

Para a aplicação da metodologia foram utilizados instrumentais, elaborados especificamente para esta avaliação. Este instrumental foi encaminhado para os órgãos via-email, por meio de planilhas compartilhadas, conforme o fluxo abaixo:

Fluxo de aplicação do instrumental

Instrumental de Avaliação



Instrumental de Avaliação

Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Os instrumentais foram compostos por três questionários: um com os programas, o qual objetivava a análise dos órgãos em relação ao desempenho do programa no biênio, o segundo com as estratégias regionais, objetivando apresentar as demandas solicitadas pela população, e o terceiro direcionado à avaliação dos conselhos, sobre a análise dos órgãos realizada nos dois questionários anteriores, referentes ao desempenho e execução da ação programática de governo no biênio e a inclusão das estratégias regionais definidas pela população. O critério de organização dos instrumentais dos programas e das estratégias regionais foi a utilização das áreas temáticas do PPA, de forma a facilitar o preenchimento, a análise dos órgãos e a avaliação dos conselhos.

Seguindo o fluxo apresentado acima, os órgãos analisaram as informações contidas nos instrumentais referentes aos programas e estratégias, que foram encaminhadas aos Conselhos como subsídio para sua avaliação. O colegiado, por sua vez, fez suas considerações sobre a implementação de cada política pública executada por temas, emitindo parecer em conformidade com os questionamentos do instrumental de avaliação direcionado ao mesmo.

Importante ressaltar que, a forma de avaliação foi definida por cada conselho, não tendo a gestão pública nenhuma interferência nesta metodologia. Parte dos conselhos incluíram a avaliação como ponto de pauta em reunião ordinária, e conseguiram realizá-la na plenária, outros realizaram reuniões específicas com este fim, sendo eleito grupo de trabalho para realizar a avaliação e submetê-la à votação do colegiado.

As avaliações dos órgãos e Conselhos foram realizadas conforme cronograma definido, apresentando os resultados detalhados no tópico a seguir:

1.1. Resultado geral da análise dos órgãos e avaliação das Instâncias de Controle Social: Desempenho da Ação programática de Governo e Atendimento das estratégias Regionais no primeiro biênio do PPA(2020-2023)

Foram identificados 29 Conselhos Vinculados a órgãos públicos, destes, 24 foram reconhecidos como Instâncias de Controle social ou de Defesa de Direitos e 16 responderam a avaliação e apresentaram parecer, conforme detalhado no Tabela a seguir:

Tabela 87 - Mapeamento e Parecer dos Conselhos Estaduais por Área Temática - PPA 2020-2023.

Tema	Órgão	Conselhos Identificados	Instância de Controle Social ou Defesa De Direitos	Parecer
EIXO I - Ceará Acolhedor				
Acesso a Terra e à Moradia	SCIDADES	Conselho Estadual das Cidades	SIM	Favorável c/ Ressalva
Assistência Social	SPS	Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS)	SIM	Favorável
Inclusão Social e Direitos Humanos	SPS	Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI-CE)	SIM	Favorável
		Conselho Interinstitucional de Políticas Públicas sobre Drogas	SIM	Favorável
		Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDEF)	SIM	Favorável
		Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Cemigtra-P-CE)	SIM	Favorável c/ Ressalva
		Comitê Estadual de Proteção a Pessoas (COEPP)	SIM	Favorável
		Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial	SIM	Favorável c/ Ressalva
		Conselho Cearense dos Direitos da Mulher	SIM	Favorável

		Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos	NÃO	-
		Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)	SIM	Sem avaliação
		Conselho Gestor de Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (CGPPAAM/CE)	NÃO	-
	SEJUV	Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE)	SIM	Inativo
Segurança alimentar e Nutricional	SPS	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-CE)	SIM	Favorável
EIXO 3. Ceará de Oportunidades				
Agricultura Familiar e Agronegócio	SDA	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR)	SIM	Favorável c/ Ressalva
	ADAGRI/ SEDET	Conselho Estadual de Defesa Agropecuária	SIM	Sem avaliação
Comércio e Serviços	-	Sem Instâncias de Controle Social Estadual	-	-
Indústria	-	Sem Instâncias de Controle Social Estadual	-	-
Infraestrutura e Mobilidade	-	Sem Instâncias de Controle Social Estadual	-	-
Pesca e Aquicultura	-	Sem Instâncias de Controle Social Estadual	-	-
Trabalho e Empreendedorismo	SEDET	Conselho Estadual do Trabalho (CET)	SIM	Favorável
		Conselho Diretor do Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará	NÃO	-
Turismo	TURISMO	Conselho Estadual do Turismo	SIM	Inativo
EIXO 4. Ceará do Conhecimento				
Ciência, Tecnologia e Inovação	SECITECE	Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECT&I)	SIM	Sem avaliação
Cultura e Arte	SECULT	Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC)	SIM	Favorável
	SECULT	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (COEPA)	SIM	Favorável

Educação Básica Educação Profissional	SEDUC	Conselho Estadual de Educação (CEE)	NÃO	-
Educação Superior	-	Sem Instâncias de Controle Social Estadual	-	-
EIXO 5. Ceará Pacífico				
Justiça	SAP	Conselho Penitenciário do Estado do Ceará (COPEN)	NÃO	-
Segurança Pública	CASA CIVIL	Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSESP)	SIM	Favorável c/ Ressalva
EIXO 6. Ceará Saudável				
Esporte e Lazer	SEJUV	Conselho do Desporto (CODESP)	SIM	Sem avaliação
Saneamento Básico	SCIDADES	Conselho Estadual das Cidades	SIM	Favorável
Saúde	SESA	Conselho Estadual de Saúde do Ceará (CESAU)	SIM	Favorável
EIXO 7. Ceará Sustentável				
Energias	-	Sem Instâncias de Controle Social Estadual	-	-
Meio Ambiente	SEMACE	Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA)	SIM	Sem avaliação
Recursos Hídricos	SRH	Conselho de Recursos Hídricos do Ceará (CONERH)	SIM	Sem avaliação

Fonte: Instrumentais de avaliação Elaboração:

Para os temas que não possuem instâncias de controle social, foi considerada a análise realizada pelo Órgão gestor responsável pela execução da política pública. Já o tema Inclusão Social e Direitos Humanos, por sua dimensão e especificidade, apresenta a avaliação de sete conselhos de defesa de direitos, que representam os grupos mais vulneráveis à violação de direitos. Desta forma, 70,83% das instâncias de controle social identificadas realizaram a avaliação de acordo com o instrumental apresentado para este fim.

No que diz respeito aos temas: Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; Gestão fiscal; Planejamento e Modernização da Gestão, vinculados ao Eixo 2 - Ceará da Gestão Democrática por Resultados, por não tratarem especificamente de entregas diretas à população, e não possuírem instâncias de controle social, não foram objeto de análise do processo de avaliação participativa. Já o tema Transparência ética e controle deste eixo foi trabalhado em tópico específico, visto que trata da escuta direta da população realizada pela ouvidoria.

As estratégias regionais foram consolidadas por temas, e classificadas pelo órgãos como: Atendida totalmente, Atendida Parcialmente, Não atendidas, e Não se aplica[1], no instrumental de análise direcionado ao órgão. Cada instância de controle social realizou a avaliação deste instrumental, emitindo parecer conforme as categorias: Satisfatório, Satisfatório com ressalva ou Insatisfatório. O Tabela a seguir apresenta o consolidado da análise dos órgãos por tema:

Tabela 88 - Consolidado da análise das Estratégias Regionais por Temas - PPA 2020 - 2023.

Tema	Estratégias (und.)		Atendimento (%)		
	Eleitas	*Válidas*	*Não Atendida*	*Atendida Parcialmente*	*Atendida Totalmente*
Acesso à terra e à moradia	28	**26,00**	15,38%	*73,08%*	*11,54%*
Assistência Social	47	**39,00**	5,13%	*76,92%*	*17,95%*
Inclusão Social e Direitos Humanos	49	**44,00**	2,27%	*84,09%*	*13,64%*
Segurança Alimentar e Nutricional	37	**37,00**	0,00%	*100,00%*	*0,00%*
Agricultura familiar e agronegócio	137	**131,00**	29,01%	*68,70%*	*2,29%*
Comércios e Serviços	12	**5,00**	20,00%	*80,00%*	*0,00%*
Indústria	16	**12,00**	66,67%	*16,67%*	*16,67%*
Infraestrutura e Mobilidade	41	**18,00**	38,89%	*44,44%*	*16,67%*
Pesca e Aquicultura	29	**27,00**	14,81%	*70,37%*	*14,81%*
Trabalho e empreendedorismo	36	**30,00**	0,00%	*83,33%*	*16,67%*
Turismo	43	**25,00**	16,00%	*40,00%*	*44,00%*
Ciência, Tecnologia e Informação	41	**17,00**	23,53%	*64,71%*	*11,76%*
Cultura Arte	72	**70,00**	20,00%	*52,86%*	*27,14%*
Educação Básica	104	**104,00**	6,73%	*76,92%*	*16,35%*
Educação Profissional	51	**51,00**	9,80%	*58,82%*	*31,37%*
Justiça	42	**10,00**	40,00%	*10,00%*	*50,00%*
Segurança Pública	79	**74,00**	18,92%	*75,68%*	*5,41%*
Esporte e Lazer	31	**31,00**	0,00%	*77,42%*	*22,58%*
Saneamento Básico	28	**22,00**	40,91%	*27,27%*	*31,82%*
Saúde	82	**82,00**	2,44%	*39,02%*	*58,54%*
Energias	26	**26,00**	100,00%	*0,00%*	*0,00%*
Meio Ambiente	88	**65,00**	6,15%	*72,31%*	*21,54%*
Recursos Hídricos	46	**35,00**	11,43%	*80,00%*	*8,57%*

[1] Classificação dada às estratégias multissetoriais, que envolvem mais de um órgão para sua efetivação, às que não são referentes ao tema, ou não são de competência do órgão responsável pela análise, não sendo consideradas válidas para a análise de atendimento.

Total de Estratégias	**1165**	**981,00**	**16,51%**	**64,53%**	**18,96%**

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023

Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Cerca de 16% do total das estratégias eleitas foram analisadas como “Não se aplica”, ou seja, estão fora de contexto ou não são de competência dos órgãos. Desta forma, na avaliação das Estratégias Regionais, pelos conselhos considerou os 84,21% das estratégias classificadas como “não atendidas, atendidas parcialmente ou atendidas totalmente", visto que são as estratégias que dizem respeito ao tema avaliado. Desta forma, verifica-se que 83,49% das estratégias válidas foram atendidas ou atendidas parcialmente. As temáticas, Inclusão Social e Direitos Humanos, Segurança alimentar, Trabalho e empreendedorismo, Esporte e Lazer e Saúde atenderam mais de 97% das estratégias válidas, enquanto a temática indústria atendeu 33,34% e a Energia não atendeu nenhuma das estratégias propostas.

No que diz respeito ao atendimento das propostas por região, considerando todas as propostas eleitas verifica-se o seguinte:

Tabela 89 - Resultado consolidado da do atendimento das Estratégias por Região de Planejamento.

Região de Planejamento	Estratégias (unid.)	Não Atendida	Atendida Parcialmente	Atendida Totalmente	Não se Aplica
3 - Grande Fortaleza	121	9	65	38	9
9 - Sertão Central	92	10	58	8	16
1 - Cariri	90	15	40	23	12
11 - Sertão de Sobral	87	14	43	14	16
12 - Sertão dos Crateús	87	8	54	10	15
4 - Litoral Leste	85	10	49	15	11
13 - Sertão dos Inhamuns	84	13	41	4	26
14 - Vale do Jaguaribe	84	10	48	10	16
7 - Maciço Do Baturité	84	10	41	15	18
2 - Centro Sul	81	14	47	13	7
10 - Sertão de Canindé	80	11	50	9	10
6 - Litoral Oeste / Vale do Curu	79	17	40	8	14
8 - Serra da Ibiapaba	63	13	35	6	9
5 - Litoral Norte	48	8	22	13	5
TOTAL	**1165**	**162**	**633**	**186**	**184**

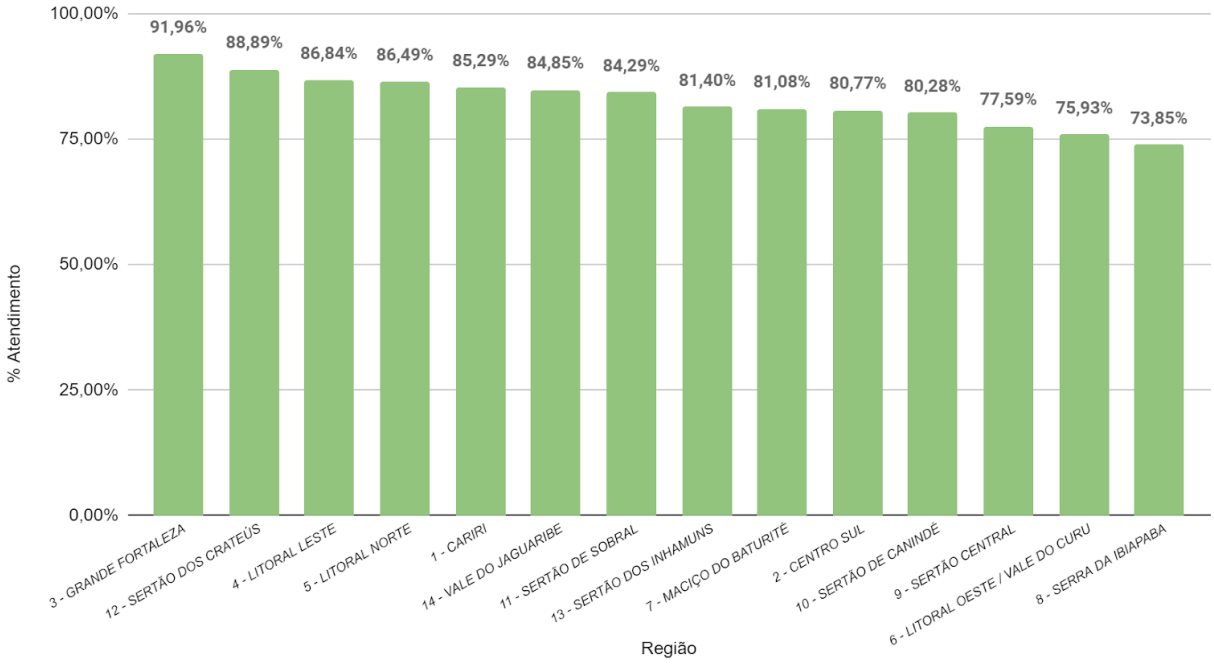
Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Considerando para esta análise as Estratégias Regionais válidas[2], cerca de 83,5% foram consideradas e incluídas no planejamento público com alguma forma de atendimento.. A variação nas diferentes regiões do Estado, se dá pela população e peculiaridades de cada uma, a Grande

[2] Para este cálculo foram excluídas as estratégias classificadas como “Não se aplica” ao tema.

Fortaleza[3], possui cerca de 11,5% das Estratégias eleitas válidas, e destas, foram atendidas 91,6%. A região do Litoral Norte[4] foi a região com o menor número de estratégias eleitas pela população, apenas 5,25% das estratégias válidas, tendo uma atendimento de 81,4%, nos diversos temas abordados. As regiões do Litoral Oeste/Vale do Curu[5] (73,85%) e da Serra da Ibiapaba[6] (75,93%) foram as regiões com o menor percentual de atendimento das estratégias regionais. O gráfico a seguir demonstra o atendimento por Região.

Gráfico 62 - Consolidado de atendimento das Estratégias válidas por Região[7].



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Diante do exposto acima, verifica-se que, muito ainda deve ser trabalhado com a população e com os próprios órgãos, no sentido de fortalecer tanto o diálogo entre cidadão e Estado como o planejamento e a execução das diversas políticas públicas, no sentido de aproximar cada vez mais as ações de governo dos anseios da população, dentro da capacidade de realização do Estado. Cabe aos próximos PPA(s) uma vigilância maior em relação às demandas eleitas pela sociedade, para que seja dada a devida importância e alcance dentro do planejamento.

[3] A região da Grande Fortaleza é composta por 19 municípios:Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Cascavel, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paraipaba, Pindoretama, São Luís do Curu, São Gonçalo do Amarante e Trairi.
[4] A região do Litoral Norte é composta por 13 municípios:Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Morrinhos e Uruoca.
[5] A região do Litoral Oeste- Vale do Curu é composto por 12 municípios : Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama
[6] A região da Serra da Ibiapaba é composta por 9 municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.
[7] Para este cálculo foram excluídas as estratégias classificadas como “Não se aplica” ao tema.

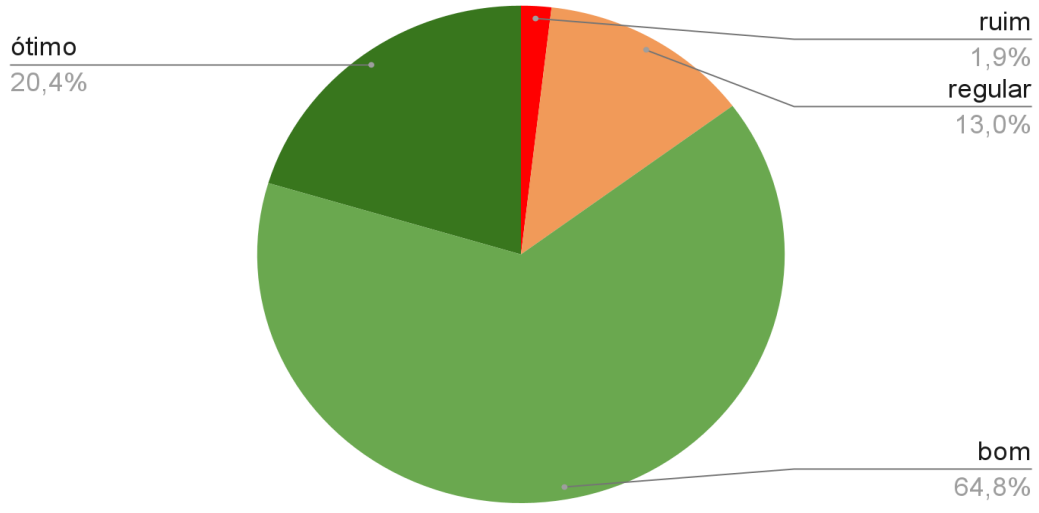
2. Detalhamento do Desempenho e Avaliação do Primeiro Biênio do PPA 2020 -2023 por Temas

A Avaliação do desempenho do tema pelo conselho teve como subsídio a análise realizada pelos órgãos acerca do desempenho dos programas e da inclusão das estratégias regionais no planejamento. Além disso, os órgãos teceram considerações sobre cada programa e sobre o atendimento ou não das estratégias regionais.

De 24 temas finalísticos do PPA 2020-2023, 10 temas foram avaliados por instâncias de controle social ou defesa de direitos, que emitiram parecer sobre a análise de 33 programas finalísticos e sobre a inclusão de 1.165 estratégias regionais na ação governamental. Ao todo, 16 instâncias de controle social e defesa de direitos avaliaram as políticas públicas implementadas pelo estado e emitiram parecer "Favorável" para as temáticas da Assistência Social, Inclusão Social e Direitos Humanos, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Empreendedorismo, Cultura e Arte, Saneamento Básico e Saúde; e parecer "favorável com ressalva" aos temas: Acesso à Terra e à Moradia, Inclusão Social e Direitos Humanos, Agricultura Familiar e Agronegócio e Segurança Pública. Destaca-se que nenhum dos conselhos que avaliaram as políticas públicas apresentou parecer desfavorável, seis não avaliaram as políticas públicas, e dois encontravam-se inativos no momento da avaliação.

Os 53 programas finalísticos do PPA 2020-2023 foram analisados pelos órgãos e classificados conforme o gráfico apresentado a seguir. Observa-se que 85,2% dos programas do Plano tiveram o desempenho avaliado como "bom" ou "ótimo", ao passo que 14,9% tiveram o desempenho avaliado como "regular" ou "ruim" . Para esta classificação, os órgãos foram orientados a considerar os seguintes aspectos: evolução dos indicadores e a sua conexão com o objetivo do programa, as principais realizações do biênio e a execução financeira.

Gráfico 63 - Análise Consolidada do Desempenho da Ação Programática de Governo 2020 -2021



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

No que se refere à avaliação por área temática, as mesmas se apresentam agrupadas por Eixo, e conforme já dito anteriormente, as áreas que não possuem instância de controle social ou que os conselhos não avaliaram, foram detalhadas neste relatório tendo como base a análise realizada pelos órgãos.

EIXO 1 - CEARÁ ACOLHEDOR

Tema 1.1 - Acesso à Terra e Moradia

Execução da Ação Programática de Governo

O tema "Acesso à Terra e à Moradia" é composto por três programas, que possuem a Secretaria das Cidades (Scidades) e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) como órgãos gestores. O desempenho dos programas foram avaliados conforme indica a tabela a seguir, que apresenta o resultado da análise realizada pelos órgãos estaduais e o parecer do Conselho Estadual das Cidades (ConCidades)[8] sobre as ações governamentais desenvolvidas no biênio 2020-2021.

Tabela 90 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Acesso à Terra e Moradia

Instância Avaliadora: Conselho Estadual das Cidades						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
111- Habitação e regularização fundiária urbana				**X**		**Favorável com Ressalva**
112- Habitação e regularização fundiária rural				**X**		
113- Habitação de Interesse Social na Área Rural				**X**		

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Os três programas foram avaliados como "Bom", pois considerou-se que, apesar da redução dos repasses do governo federal e dos efeitos da pandemia, foram realizadas importantes entregas à população, tais como: 210 Unidades Habitacionais no Residencial Yolanda Queiroz, por meio do Projeto Dendê em Fortaleza; 13.373 títulos de propriedade urbana e rural; 5.180 fogões sustentáveis; e implantação de 3 equipamentos sociais em Fortaleza, no âmbito dos Projetos Rio Maranguapinho e Dendê, sendo eles: um Centro de Educação Infantil- CEI do Residencial Yolanda Queiroz (Projeto Dendê), e um Centro de Educação Infantil- CEI e uma Unidade Básica de Saúde-UBS do Residencial Miguel Arraes (Projeto Rio Maranguapinho).

O parecer do Conselho apresenta ressalva, considerando que a execução dos programas foi prejudicada pelo contexto de pandemia e também pelo contingenciamento dos recursos federais destinados aos programas habitacionais, o que provocou tanto a paralisação das obras como a execução de novos investimentos.

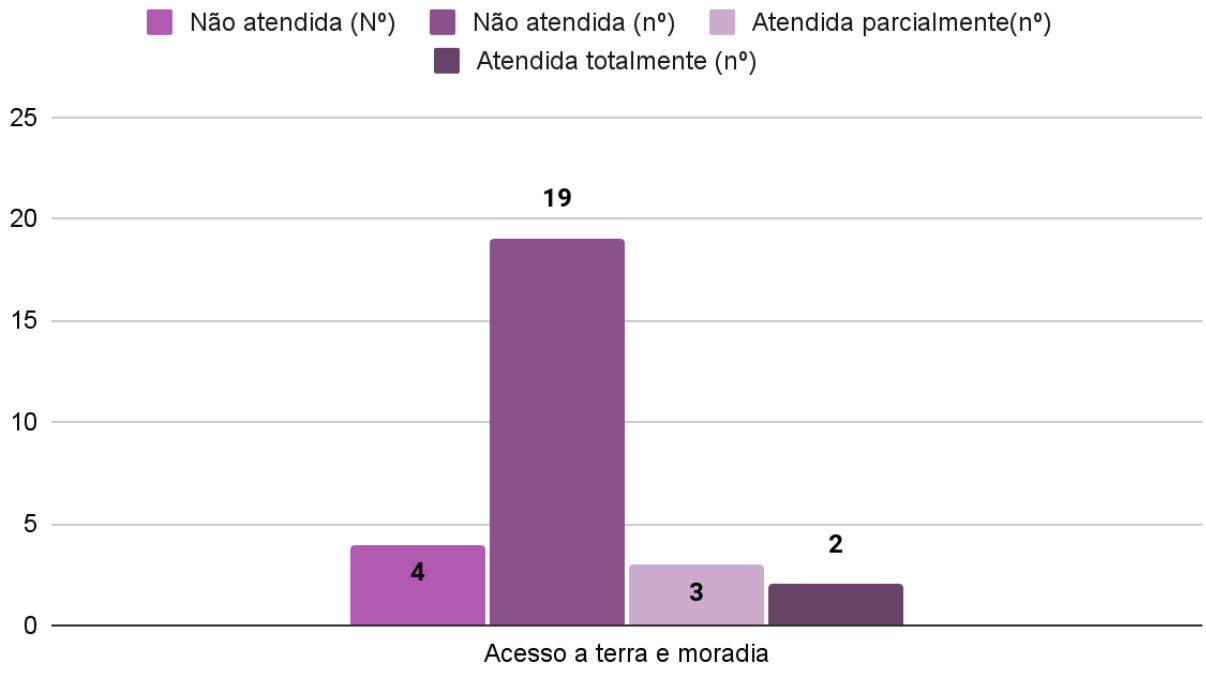
[8] O Concidades é formado por 40% de representantes governamentais e 60% de representantes da sociedade civil.

O Concidades sugeriu, ainda, que as políticas de moradia e de acesso à terra fossem abordadas em programas separados no próximo PPA, facilitando a análise e o acompanhamento das mesmas.

Convém reforçar que o atendimento das demandas territoriais com acesso a habitações dependem de recursos previstos em instrumentos de repasse efetivados pela União, que sofreu redução na sua disponibilidade e mudança na legislação. Nesse sentido, os resultados apresentados apontam para o avanço no georreferenciamento de áreas rurais, e no geocadastro de imóveis com fins de regularização fundiária, bem como no total de assentamentos e reassentamentos beneficiados com orientação sócio-jurídica e ambiental, que passou de 21,78 em 2020 para 33,66 em 2021.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 64 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Acesso à Terra e Moradia



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Do total das estratégias eleitas para este tema 78,57% foram atendidas em alguma medida pelas políticas estaduais implementadas, enquanto que 10,71% não foram atendidas e 7,14% não se aplicavam ao escopo de atuação das secretarias envolvidas no tema. Entre as estratégias totalmente atendidas estão: a identificação de áreas para implementação de projetos de habitação, visando a redução do déficit habitacional; a ampliação de políticas para a melhoria de residências urbanas; e a fiscalização eficaz dos projetos de execução dos conjuntos habitacionais; dentre outras.

As regiões Litoral Norte e Serra da Ibiapaba apresentaram três estratégias neste tema, sendo que uma delas foi classificada como “não se aplica” e as outras duas não foram atendidas. As demais regiões do planejamento tiveram parte de suas estratégias atendidas, sendo as regiões Grande Fortaleza, Sertão dos Crateús e Litoral Oeste/ Vale do Curu as que mais tiveram estratégias atendidas no tema acesso à terra e à moradia, sendo um total por região de ,respectivamente, cinco, três e três. A maior parte destas 11 estratégias se referem à regularização fundiária.

Tema 1.2 - Assistência Social

Execução da Ação Programática de Governo

O tema Assistência Social é composto por três programas, que juntos visam garantir que famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, acessem os direitos socioassistenciais. Conforme tabela abaixo, dois programas tiveram o desempenho avaliado como “ótimo” e um foi avaliado como “bom”.

Tabela 91 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Assistência Social

Instância Avaliadora: Conselho Estadual da Assistência Social						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
121- Implantação do Sistema Único de Assistência Social					**X**	**Favorável**
122- Proteção Social Especial				**X**		
123- Proteção Social Básica					**X**	

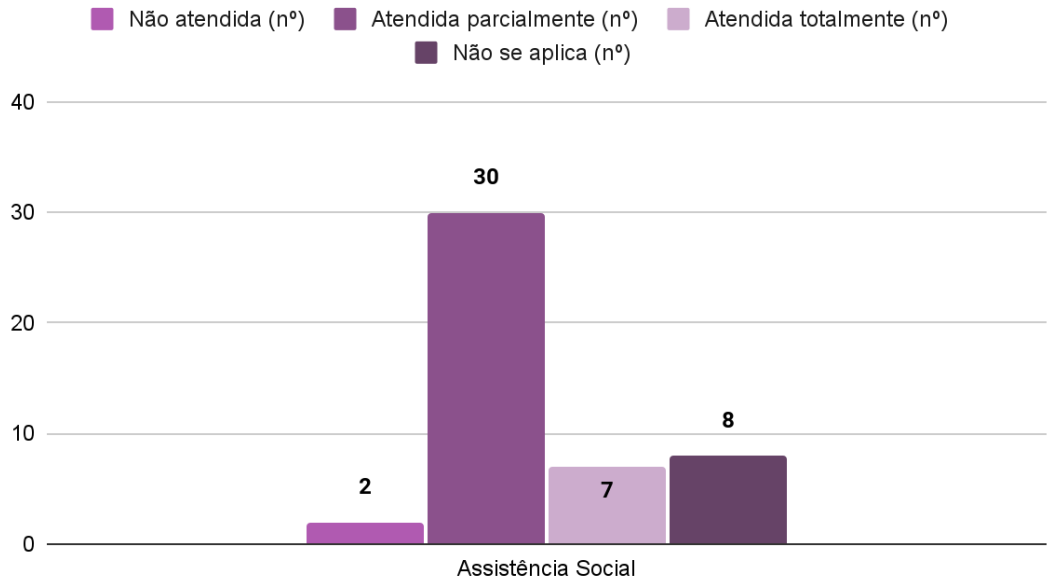
Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

O parecer emitido pelo CEAS acerca da análise realizada pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, mesmo que favorável em função do aumento nos investimentos realizados pelo governo estadual, ressalta a necessidade da da consolidação da universalização do cofinanciamento para a Proteção Social Especial – PAEFI, a ampliação do valor dos Benefícios Eventuais, e a realização de concurso público para os profissionais da Política de Assistência Social.

Conforme avaliação do Ceas, “a implementação da política da assistência social prioriza os atendimentos à população cearense, principalmente às famílias mais vulnerabilizadas pela rede de atendimento socioassistencial (CRAS e CREAS), seja do campo ou da cidade, bem como a disseminação de conhecimento sobre a política e a formação de equipes técnicas e de controle social”. Em vista disso, o referido conselho constatou que a maioria das demandas que integram as estratégias regionais foram atendidas parcial ou totalmente.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 65 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Assistência Social



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Entre as estratégias regionais elaboradas pela população e incluídas no planejamento governamental, destacam-se, segundo a avaliação do Conselho: a ampliação e fortalecimento da rede de atendimento às famílias, inclusive com integração de ações para a primeira infância; a capacitação de gestores, equipes técnicas e de apoio da assistência social, bem como de responsáveis pelo controle social, destacando a performance do Ceará no avanço da estruturação e efetivação da política da Assistência Social no Ceará.

Observa-se que das 47 estratégias regionais eleitas para o tema, 37 (78,72%) foram atendidas parcialmente ou totalmente, ao passo que apenas 2 (4,26%) não foram atendidas, sendo elas: Garantir espaços regionalizados para acolher populações prioritárias (deficientes e idosos) na região do Cariri, e garantir acesso a projetos como o centro comunitário produtivo, no Sertão Central.

Tema 1.3 - Inclusão Social e Direitos Humanos

Execução da Ação Programática de Governo

Por possuir peculiaridades bem específicas, em função da transversalidade de cada uma das políticas públicas executadas neste tema, a avaliação foi focada no desempenho dos seis programas diretamente que tratam especificamente das áreas trabalhadas no mesmo. Os referidos programas são geridos por três secretarias distintas, sendo elas: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas) e pela Secretaria do Esporte e Juventude (Sejuv)

e foi avaliado por 7 das nove instâncias de controle social e/ou defesa de direitos a ele vinculadas.

O desempenho de todos os programas foi analisado pelos órgãos estaduais como “bom”, sendo esta análise ratificada com a avaliação dos sete conselhos que participaram do processo. Dois emitiram parecer FAVORÁVEL, COM RESSALVA, cinco emitiram parecer FAVORÁVEL, e dois não avaliaram, conforme consolidado apresentado a seguir.

Tabela 92 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Inclusão Social e Direitos Humanos.

Programa	Análise dos órgãos				
	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
131- Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher				X	
132- Promoção da Inclusão Social no Âmbito da Política sobre Drogas				X	
133- Proteção à Vida e Acesso à Justiça Social e Cidadania				X	
134-Institucionalização e desenvolvimento das políticas públicas para a juventude				X	
135- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos				X	
136 - Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo				X	

Instância Avaliadora	Parecer
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência	**Favorável**
Conselho Estadual dos Direitos do Idoso	**Favorável**
Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial	**Favorável com ressalva**
Conselho Cearense dos Direitos da Mulher	**Favorável**
Conselho Interinstitucional de Políticas Públicas sobre Drogas	**Favorável**
Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	**Favorável com ressalva**
Comitê Estadual de Proteção a Pessoas	**Favorável**
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes	**Sem avaliação**
Conselho Estadual da Juventude	**Instância Inativo no período da avaliação**

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 49 estratégias nas 14 Regiões de Planejamento do Estado, das quais 43 (87,75%) foram atendidas total ou parcialmente pelas ações governamentais. Apenas uma estratégia não foi atendida, trata-se da promoção do acolhimento institucional para Pessoas LGBTI+, acima de 18 anos, na Grande Fortaleza.

O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Coeppir) ressaltou a necessidade de implementar as pautas trazidas pelos movimentos sociais, e enfatizou a quase inexistência de estratégias relacionadas à política de igualdade racial. O referido colegiado pontuou, também, a necessidade de avançar nas ações afirmativas e na política de reparação como aspectos a serem fortalecidos.

Já o colegiado do Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Cemigtra-P-Ce) apontou a importância de assegurar a continuidade da política voltada para migrantes e refugiados, mencionando a efetivação da Lei Estadual que instituiu a Semana do Migrante como aspecto pertinente a ser considerado pelas próximas avaliações.

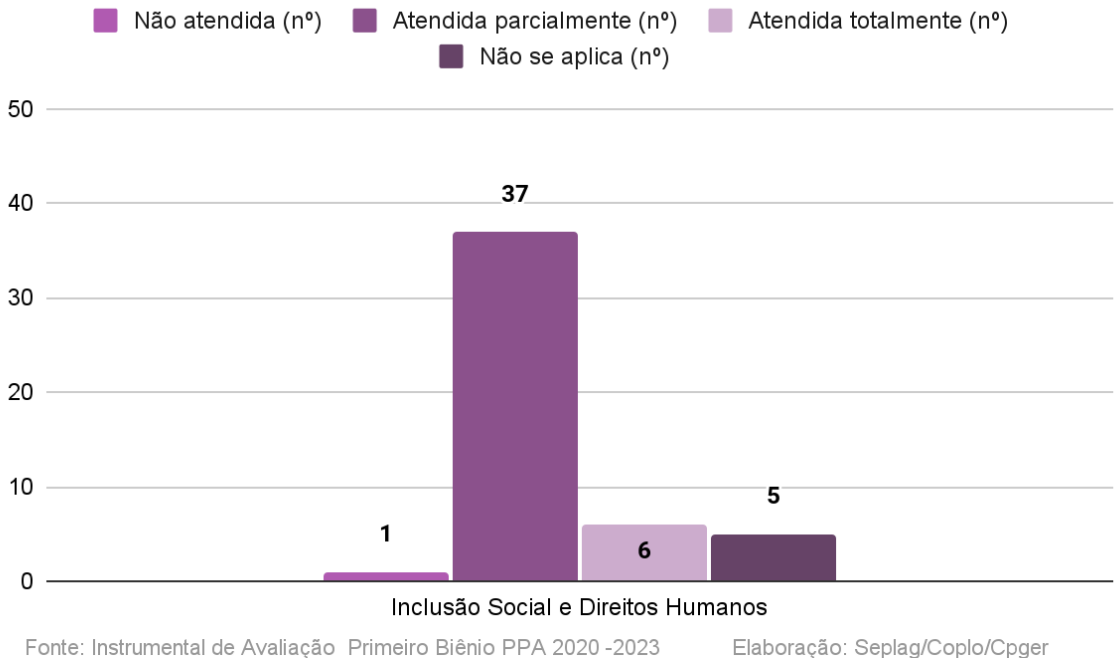
Para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência faz-se necessário avançar na formação dos representantes do controle social; no acompanhamento dos conselhos municipais ativos; e em ações inclusivas que atentem para as especificidades de cada tipo de deficiência, a exemplo da presença de tradutores e intérprete de Libras nas oficinas. Coube a este conselho, ainda, enfatizar que tanto as entregas voltadas à formação de pessoas com deficiência e de agentes públicos, quanto aquelas voltadas ao assessoramento aos municípios foram ampliadas de 2020 para 2021.

O colegiado do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso declarou não ter respaldo para avaliar a implementação das estratégias regionais no Plano Plurianual 2020-2023, limitando-se a pontuar o que deve ser fortalecido na política da pessoa idosa, a saber: considerar as minorias (idosas/os negras/os, indígenas, assentadas/dos, ciganas/os, e LGBTQIA+) no processo do envelhecimento e ampliar o "recurso financeiro para área da Assistência Social, quanto ao investimento para execução da proteção social básica e especial, no que se refere às ações voltadas para as pessoas idosas, principalmente com realização a regionalização da alta complexidade - instituições de longa permanência."

Na avaliação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher - CCDM observou-se que muitas macrorregiões não elegeram estratégias direcionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Tal conselho chamou a atenção para a inserção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no mercado de trabalho, pois, apesar do programa ter destacado a qualificação profissional, faz-se necessário promover a autonomia econômica dessas mulheres, especialmente por ser este um dos fatores que contribuem para o rompimento do ciclo de violência.

O Comitê Estadual de Proteção à Pessoa (Coepp) pontuou que algumas estratégias estão colocadas apenas para uma determinada região, mas deveriam ser estendidas a todo o estado, são elas: i) Mapear cada um dos diversos grupos vulneráveis, de forma específica, de modo a contribuir para a efetividade das políticas públicas; ii) Promover a integração das políticas de saúde, educação, habitação, assistência social e geração de renda com foco nos grupos vulneráveis; iii) Ampliar o atendimento aos grupos sociais impactados diretamente pela violência humana; iv) Garantir programa de proteção imediata para crianças e adolescentes ameaçados.

Gráfico 66 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Inclusão Social e Direitos Humanos



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Tema 1.4 - Segurança Alimentar e Nutricional

Execução da Ação Programática de Governo

As ações desenvolvidas no âmbito do tema Segurança Alimentar e Nutricional tem como objetivo assegurar que a população tenha acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade adequada. Neste sentido, foram implementadas ações junto à rede socioassistencial - rede pública e filantrópica de ensino, que fornecem refeições prontas, gratuitas e contínuas (CRAS, hospitais e creches)-, e às agricultoras e agricultores familiares - com a aquisição de sua produção. Entre os anos de 2020 e 2021 foram adquiridos e distribuídos 21.080.605 litros de leite e 2.505.204,3 quilos de alimentos, beneficiando mais de 3.000 agricultores familiares em 183 municípios. Convém mencionar o avanço no percentual da população em situação de pobreza beneficiada por programas de distribuição de alimentos, que passou de 14,62% em 2020, para 19,66% em 2021, passando de 628.600 pessoas beneficiadas em 2020 para 821.107 em 2021.

Além dos resultados acima, o órgão informou que as assessorias aos municípios para adesão ao

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi baixo em decorrência do Decreto Estadual que proibia a realização de eventos presenciais como forma de conter a pandemia por covid-19. Por outro lado, foram intensificadas as ações no âmbito do Programa Mais Nutrição, que, em 2021, beneficiou 31.316 pessoas, dentre crianças e adolescentes vinculados a 136 entidades credenciadas ao programa, com doações dos permissionários das Ceasas de Maracanaú e Barbalha.

Em conformidade com a metodologia estabelecida, o colegiado do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará - CONSEA emitiu parecer FAVORÁVEL à análise do desempenho do programa e da implementação das estratégias regionais realizada pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS e pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA.

Tabela 93 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Segurança Alimentar e Nutricional.

Instância Avaliadora: Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
141- Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional				**X**		**Favorável**

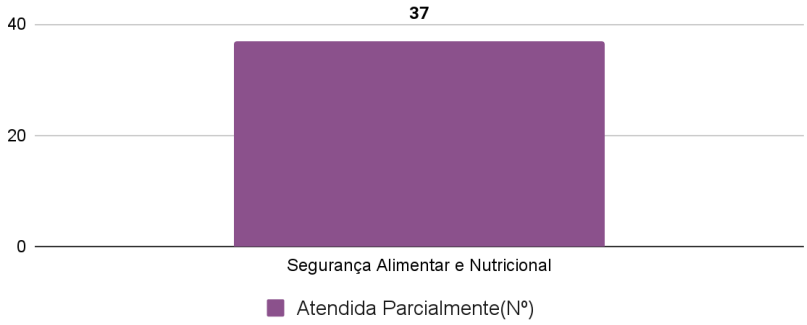
Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Na avaliação, emitida pelo CONSEA, foi ressaltada a necessidade de fortalecer a intersetorialidade na execução da Política de Segurança Alimentar. O conselho sugeriu que todos os programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) fossem reunidos em um só programa no PPA, e que houvesse um monitoramento do impacto das ações de SAN, inclusive com monitoramento orçamentário e financeiro.

Registra-se também o corte no orçamento federal, que financia boa parte dos projetos de aquisição de alimentos, e o desmonte na implementação da Política e do Sistema de SAN.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 67 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Foram demandadas ações de Segurança Alimentar e Nutricional em todas as regiões de planejamento, sendo eleitas um total de 37 estratégias, todas classificadas pelos órgãos como atendidas parcialmente. A inclusão do tema nos instrumentos de planejamento público foi analisada pelo Consea como "satisfatória com ressalva", tendo em vista que além da pandemia a não priorização da política de SAN inviabilizou a execução de programas e ações, impactando também o alcance de algumas metas.

EIXO 3 - CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Tema 3.1 - Agricultura Familiar e Agronegócio

Execução da Ação Programática de Governo

Os três programas que compõem o tema Agricultura Familiar e Agronegócio têm como objetivos promover a ampliação da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agropecuária familiar, de modo a contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável e a redução das desigualdades regionais; ampliar a comercialização e a defesa dos produtos agropecuários; e ampliar a produtividade e a competitividade do agronegócio do Ceará de forma sustentável, explorando as vantagens estratégicas de todo o seu território. Os programas do tema são geridos pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Ceará (SEDET). A tabela abaixo mostra a avaliação do desempenho dos programas pelos órgãos responsáveis, assim como o parecer do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR) sobre a avaliação emitida pelos órgãos.

Tabela 94 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Agricultura Familiar e Agronegócio.

Instâncias Avaliadoras Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural I - CEDR Conselho Estadual de Desenvolvimento Agrário - CEDA							
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer CEDR**	**Parecer CEDA**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**		
311- Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar				X		**Favorável com ressalva**	**Sem avaliação**
312- Abastecimento, Comercialização e Defesa no Setor Agropecuário				X			
313- Desenvolvimento Sustentável no Agronegócio							

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Com destaque para o Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar, que no ano de 2020 obteve um crescimento de 15,68 pontos percentuais na execução orçamentária de 2020 (65,25%) para 2021(80,93%), o desempenho dos programas foi analisado como Bom pelos órgãos envolvidos com esta tema.

Foram disponibilizados aos produtores conhecimentos do sistema agrícola adaptado a cada região, com a divulgação de políticas públicas capazes de melhor organizar e agregar valores aos sistemas produtivos locais. Todas as cadeias produtivas foram trabalhadas com a oferta de assistência técnica e extensão Rural - ATER propiciando o aumento da competitividade da agricultura familiar. O Governo do Estado, por meio do programa Garantia-Safra, também ofertou subsídios aos agricultores familiares que se enquadram no programa, além da realização de parcerias com os governos Federal e Municipal, em diversos projetos. Dentre as principais realizações do programa para o biênio 2020-2021 destacam-se: Efetivação de 135 mil agricultores ao programa garantia safra anualmente; Distribuição de 3 mil toneladas de sementes anualmente;Assistência técnica contínua a 60 mil agricultores familiares, entre outras.

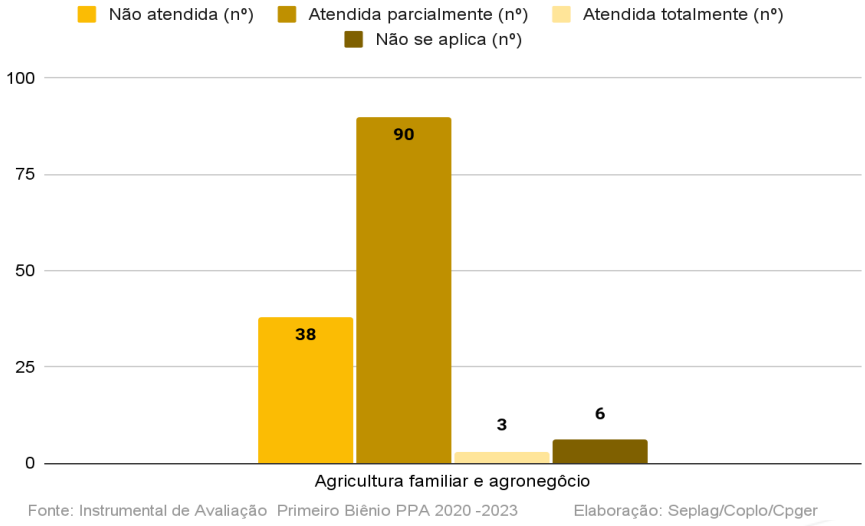
O maior desafio apontado é desenvolver uma política agrária, dentro de um contexto de redução de recursos, especialmente os de fonte externa e a escassez hídrica. O impacto desses fatores pode ser observado em dois indicadores, i) Agricultores familiares beneficiados com projetos produtivos (0,06% em 2020 e 3,08% em 2021); e ii) Agricultores familiares beneficiados por programas de aquisição de alimentos (1,45% em 2020 e 0,61% em 2021), apresentando resultados expressivamente baixos.

O parecer "Favorável com ressalva", emitido pelo conselho, considera que, mesmo com uma quantidade de entregas relevantes, o desempenho dos indicadores que objetivam medir esta política, demonstram que muito ainda tem que ser realizado pela agricultura do estado. Observou-se também um desalinhamento entre orçamento executado e as metas físicas entregues no exercício.

Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 137 Estratégias Regionais, sendo o tema com o maior número de demandas por parte da população cearense, havendo sido elencadas estratégias para as 14 Regiões de Planejamento do Estado. A Instância de controle social avaliou o conjunto de estratégias como SATISFATÓRIA COM RESSALVA, com 2,2% das demandas atendidas plenamente, 27,74% não atendidas, 65,69% atendidas parcialmente e 4,38% classificadas como "Não se aplica".

Gráfico 68 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Agricultura Familiar e Agronegócio.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

O alto índice de demandas não atendidas foi apontado pelo conselho como uma fragilidade, necessitando de uma maior articulação das instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e a sociedade civil organizada, no sentido de melhor integrar as ações voltadas para este tema e fortalecer o trabalho dos entes públicos.

Dentre os aspectos que não foram avaliados e considerados importantes para o tema, o conselho enumerou:

i. Aspectos qualitativos, subjetivos e o impacto das ações na vida da população atendida;
ii. A articulação e integração entre os entes públicos e sociedade civil organizada responsáveis direta ou indiretamente pela execução do que foi planejado;
iii. A participação das instâncias de controle social no monitoramento dos programas;
iv. A relação entre as metas físicas previstas e sua execução no exercício.
v.

O CEDR ainda informou que utiliza estes instrumentos, mas muitas vezes apenas quando é demandado, dessa forma a efetivação do controle social fica muito a desejar. Foi criado recentemente o Fórum Interconselhos do Ceará que tem como uma de suas atividades favorecer a discussão desses instrumentos em todos os Conselhos. O CEDR tem participado, embora com pouca profundidade, na construção do PPA, sem acesso ao planejamento da LOA.

Como avanços observados o órgão colegiado destaca: Fortalecimento da Agricultura Familiar; com acesso a tecnologias sociais, segurança alimentar e nutricional, assistência técnica e extensão rural – ATER; Acesso ao crédito fundiário e FEDAF; Regularização e Titulação Fundiária; Tecnologias de acesso a água como referência de políticas públicas e a Incorporação do conceito de agricultores familiares com inclusão de novos sujeitos na execução de projetos e programas: pescadores/as artesanais, quilombolas, povos de terreiros e comunidades tradicionais.

Como aspectos que necessitam ser fortalecidos foram citados: a necessidade de melhorar a articulação, integração e diversificação de parcerias entre governo, sociedade civil organizada, academia para a execução de projetos e programas oportunizando a ampliação do acesso à carta de serviços; as questões referentes a equidade e justiça de raça, etnia, gênero e geração e a articulação sistemática com a sociedade a partir das visões multiescalar, multissecular e multidimensional.

Tema 3.2 - Comércio e Serviços

Execução da Ação Programática de Governo

Este tema é composto por um programa gerido pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Ceará (SEDET), tendo como principal objetivo aumentar o valor agregado do setor de serviços e contribuir para a melhor distribuição regional de renda. Por não existir instância de controle social vinculada para a realização da avaliação do primeiro biênio do PPA 2020-2023, o resultado apresentado remete à análise do órgão responsável realizada em instrumental específico.

Tabela 95 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Comércio e Serviços.

Sem Instância de Controle Social específica para o tema					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
321- Fortalecimento do setor de comércio e serviços				**x**	

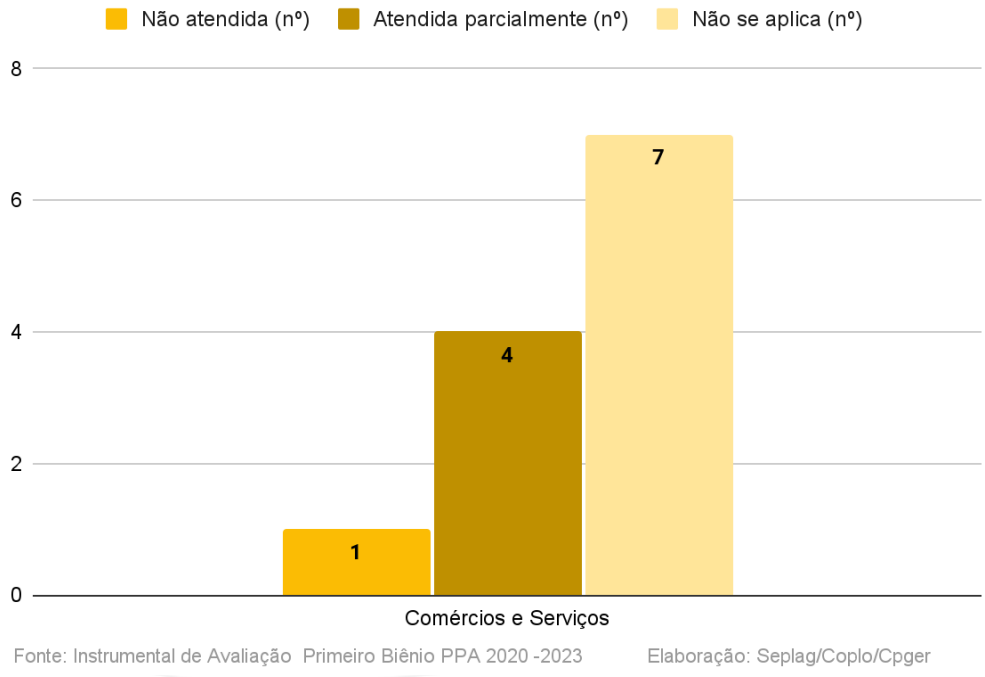
Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Na análise do órgão, o desempenho do programa foi Bom, mesmo com uma baixa execução orçamentária, 54,94% em 2020, e 0% em 2021, no ano de 2020, início da pandemia de COVID-19, foram atraídas grandes empresas para o Ceará, dentre elas a ARPLAST, com investimentos na ordem de R$ 300.000,00 e geração de 100 empregos diretos, e a empresa Hope, com investimentos de R$ 36.000.000,00 e geração de 1.000 postos de empregos para os cearenses. E em 2021, foram realizadas entregas como a atualização da lei do e-commerce, que possibilitou atração de grandes players para o Estado, além da conquista de 24 novos empreendimentos, movimentando a economia do Estado e dando início ao processo de retomada da economia.

Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 12 Estratégias Regionais, destas 33,33% de estratégias foram atendidas parcialmente, 8,33% não atendidas e 58,33% classificadas como não se aplicam, percebe-se um grande número de estratégias classificadas como "não se aplica", o que sugere um maior esclarecimento sobre o tema junto a população, ficando claro quais os limites da ação governamental, para o desenvolvimento deste tema.

Gráfico 69 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Comércio e Serviços



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Tema 3.3 - Indústria

Execução da Ação Programática de Governo

Composto por um único programa, o tema Indústria é gerido pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Ceará (SEDET), tem como objetivo promover a diversificação e a interiorização da indústria cearense, como forma de geração de emprego e desenvolvimento regional. O desempenho do programa apresentado na tabela a seguir, representa a análise realizada pelo órgão estadual tendo em vista não existir instância de controle social e/ou defesa de direitos vinculadas a esse tema.

Tabela 96 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Indústria.

Sem Instância de Controle Social específica para o tema					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
331- Atração e desenvolvimento industrial					**x**

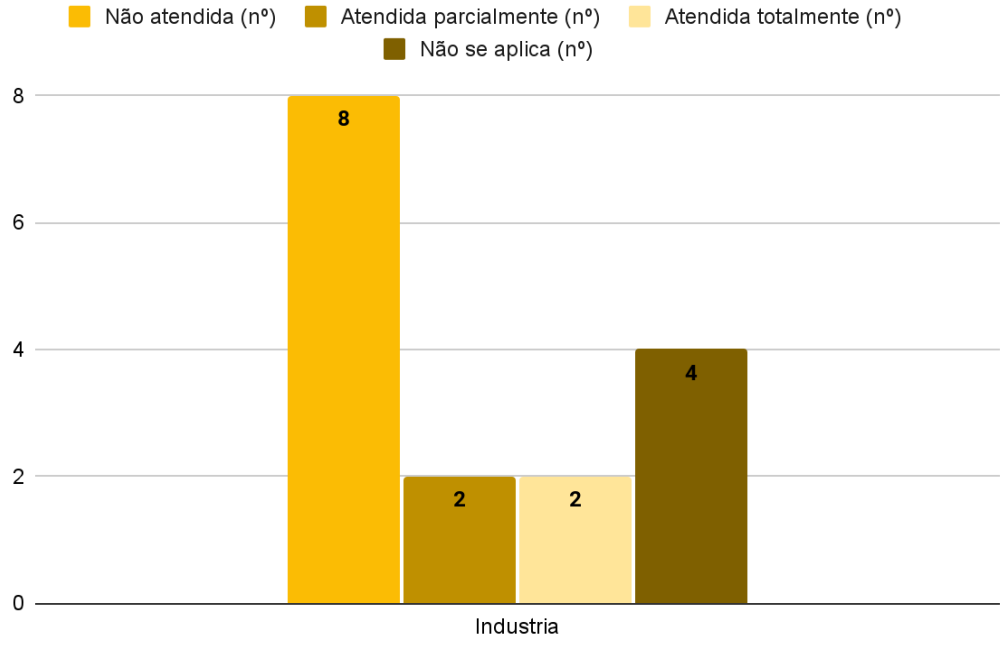
Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Em relação ao Programa Atração e Desenvolvimento Industrial, verificou-se que o período 2020-2021 foi muito positivo. Em 2020 foi instalada empresa do setor calçadista em Caridade e foram elaborados sete memorandos de entendimentos para novas implantações e 28 protocolos de intenções. Já em 2021, 33 pleitos de implantação de empreendimentos industriais foram aprovados pelo CONDEC, além de 28 novos empreendimentos instalados. O número de protocolos de intenção é um ótimo indicador para o objetivo de atração de indústrias, especialmente ao verificar que a quantidade de empreendimentos implantados configura 100% de aproveitamento para a série de 2020-2021.

Desta forma o órgão, analisou o desempenho do programa como Ótimo, mesmo que a execução orçamentária tenha sido mediana, 40,19% em 2020, e 62,04% em 2021.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 70 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Indústria.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Com 16 Estratégias Regionais eleitas, este tema atendeu parcialmente 12,50% estratégias, 12,50% foram atendidas totalmente, 50% não atendidas e 25,00% classificadas como não se aplicam.

No processo de análise o órgão teceu algumas considerações com relação às estratégias regionais, tendo em vista a importância de cada uma delas para a região de planejamento contemplada, sendo elas:

- Cariri: o apoio tecnológico às indústrias foi parcialmente atendido via SEXEC-IND através do apoio a construção da estação tecnológica, mas a competência desta estratégia deveria ser da SEXEC-CSI. Quanto à criação de ZPE na região, é uma estratégia que não se aplica, especialmente por questão geográfica de escoamento. A sugestão é que esta estratégia seja modificada para um programa de incentivo à internacionalização de indústrias na região.
- Centro Sul: A política pública de atração industrial tem caráter estadual e não regional. Certificação de produtos é uma estratégia mais voltada a processos produtivos e a sugestão é de que esta estratégia fique à competência da SEXEC-CSI, uma vez que a SEXEC-IND não possui hoje coordenadoria com atividades direcionadas para tal atividade. O SEBRAE realiza o trabalho de fortalecimento da cadeia produtiva secundária e seria um órgão competente para atuar nesta estratégia.
- Litoral Leste: Através do programa de atração de empreendimentos estruturantes foram atraídas para a região indústrias de energia eólica on e off shore, porém outros setores da cadeia produtiva não foram atendidos pela estratégia, inclusive a iniciativa de beneficiar os produtos regionais.

Segundo observação do órgão, algumas estratégias regionais demandadas para o tema desenvolvimento econômico, no momento são inviáveis, a exemplo da solicitação de investimentos na área da industria nas regiões do Litoral Oeste/Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão de Crateús e Vale do Jaguaribe, tendo em vista que a política de investimento industrial, hoje, se dá a nível estadual. Sugere-se que sejam criadas políticas por região de planejamento, levando em conta a vocação e as vantagens comparativas destas regiões com a participação tanto do Governo como das prefeituras, academia e associações locais. Outra questão que deve ser priorizada, de acordo com o órgão, é a natureza do bem ou serviço produzido, para que as iniciativas sejam distribuídas de maneira mais eficiente por órgão competente.

Tema 3.4 - Infraestrutura e Mobilidade

Execução da Ação Programática de Governo

O tema Infraestrutura e Mobilidade é composto por três programas geridos pela Secretaria de Infraestrutura do Ceará (SEINFRA), Secretaria de Turismo (SETUR) e Secretaria das Cidades (Scidades). Têm como objetivos requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade; assegurar infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará; e ampliar o atendimento da necessidade de deslocamento da população cearense, com qualidade e segurança.

Por não possuir instância de controle social e/ou defesa de direitos para avaliar esse tema, o desempenho dos programas vinculados a este tema foi analisado conforme a tabela a seguir.

Tabela 97 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Infraestrutura e Mobilidade.

Sem Instância de Controle Social específica para o tema					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
341- Promoção e requalificação urbana				**X**	
342- Infraestrutura e logística				**X**	
343- Mobilidade, trânsito e transporte			**x**		

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

O órgão classificou o desempenho dos programas como Bom, com exceção do Programa de Mobilidade, Trânsito e Transporte que teve avaliação regular. A execução orçamentária dos programas classificados como bons foi de em torno de 80%, e a classificação de regular para o Programa Mobilidade, Trânsito e Transporte teve percentual de execução mediano, com 66,5% em 2020, e 37,12% em 2021.

As entregas nos anos de 2020-2021, mesmo com o contexto de pandemia, foram bastante significativas, a exemplo das 132 obras de requalificação viária e 44 obras de requalificação de espaços públicos, beneficiando a população de 90 municípios nas 14 regiões de planejamento realizadas pela Secretaria das Cidades pela Seinfra e das diversas obras de construção, manutenção e reforma de praças, areninhas, escolas, brinquedotecas, centros prisionais e de segurança pública que são declarados nos programas específicos executadas pela SOP. Neste período foram entregues pelo estado 1.604.019,08 metros quadrados de área urbana requalificada, correspondente a 71,6% da meta estabelecida no período.

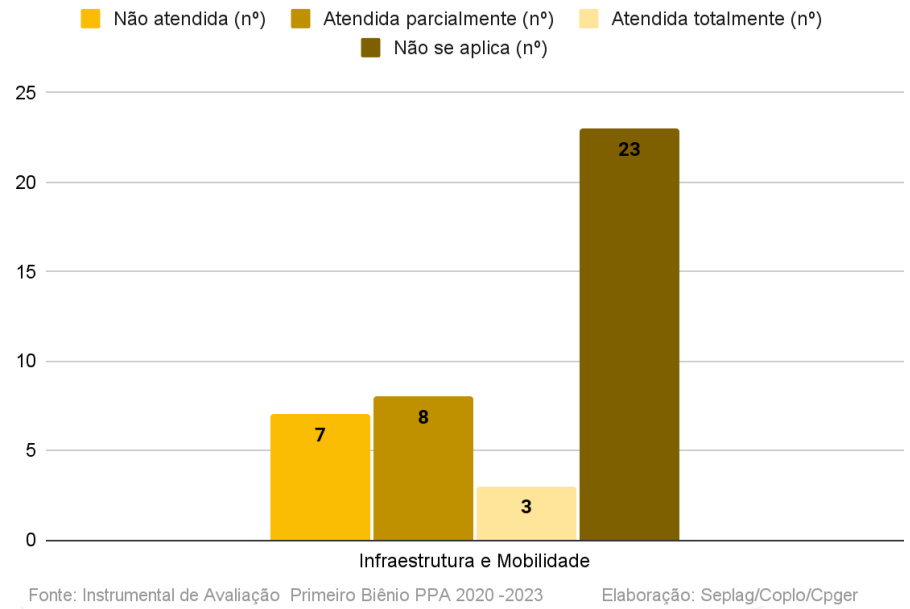
Por outro lado, os resultados alcançados pela mobilidade urbana foram abaixo das expectativas, o que é justificado principalmente pelo contexto de isolamento social provocado pelo combate à pandemia. Apesar disso, é importante destacar a conclusão das obras de implantação de via permanente do VLT Parangaba-Mucuripe. Por fim, observa-se que a execução financeira ficou abaixo do esperado, principalmente devido a atrasos em obras metroferroviárias, que contemplam a maior parte dos recursos do programa Mobilidade, Trânsito e Transporte.

No que se refere à Infraestrutura e Logística, o ano de 2020 foi sobremaneira impactado pelas medidas sanitárias de combate à pandemia, dificultando o alcance das metas programadas. Entretanto, em 2021, no que diz respeito à infraestrutura rodoviária, todos indicadores de desempenho superaram a meta,. Por fim, em termos de entregas, destacamos a importância da conclusão da instalação das Utilidades do Terminal de Múltiplo Uso (TMUT) para a infraestrutura portuária do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.
Além da pandemia, já citada anteriormente, este tema, os principais problemas deste tema, estão relacionados aos atrasos na aprovação das licenças ambientais, a falta de repasse de recursos e paralisação das obras no período de quarentena.

Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 41 Estratégias Regionais, apresentando o seguinte resultado da análise realizada pelo órgão: 19,51% de estratégias foram atendidas parcialmente, 7,32% atendidas totalmente, 19,51% não atendidas e 53,66% classificadas como não se aplicam.

Gráfico 71 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Infraestrutura e Mobilidade



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Segundo a Secretaria das Cidades, houve expansão de requalificação urbana, sendo realizadas obras nas 14 regiões de planejamento. Ressalva-se que todas as obras precisam contemplar medidas de acessibilidade. No que se refere às estratégias voltadas para o tema Plano Diretor, as mesmas, mesmo estando vinculadas ao tema Infraestrutura e Mobilidade, tem suas atividades realizadas por meio do Programa Governança Interfederativa das Regiões, o que justifica o alto número de estratégias que não se aplicam.

Já na visão da SETUR, as estratégias regionais são alocadas com base nos potenciais turísticos observados para as regiões trabalhadas, na perspectiva da implementação do turismo local para a geração de emprego e renda, desenvolvimento local, com infraestrutura acessível/inclusiva, conservação e conscientização ambiental. No entanto, o crescimento econômico e a implantação da infraestrutura planejada para o biênio 2020-2021 foi mitigada pela pandemia da COVID-19.

Tema 3.5 - Pesca e Aquicultura

Execução da Ação Programática de Governo

Geridos pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Ceará (SEDET) e pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), o tema Pesca e Aquicultura é composto por dois programas , com objetivos de promover de forma sustentável e inovadora o incremento da produção pesqueira e aquícola cearense, incluindo a produção pesqueira artesanal e aquícola familiar cearense. O desempenho dos programas foram avaliados conforme a tabela a seguir, que representa a análise realizada pelo órgão estadual. Não há conselho estadual com atribuição de controle social e defesa de direitos para avaliar esse tema.

Tabela 98 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Pesca e Aquicultura

Sem Instância de Controle Social específica para o tema					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
351- Desenvolvimento sustentável e integrado da Pesca e Aquicultura				**X**	
352- Desenvolvimento integrado e sustentável da pesca artesanal e aquicultura familiar				**X**	

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

A execução orçamentária dos programas que compõem este tema, gira em torno de 90%, sendo o desempenho do mesmo avaliado como “bom” pelos órgãos executores. Segundo avaliação da Sedet, a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado da pesca e aquicultura vem buscando a dar condições para que o segmento da pesca e aquicultura cearense possa estar apto para retomar as exportações para o mercado europeu, e da mesma forma continuar liderando as exportações de pescados brasileiros.

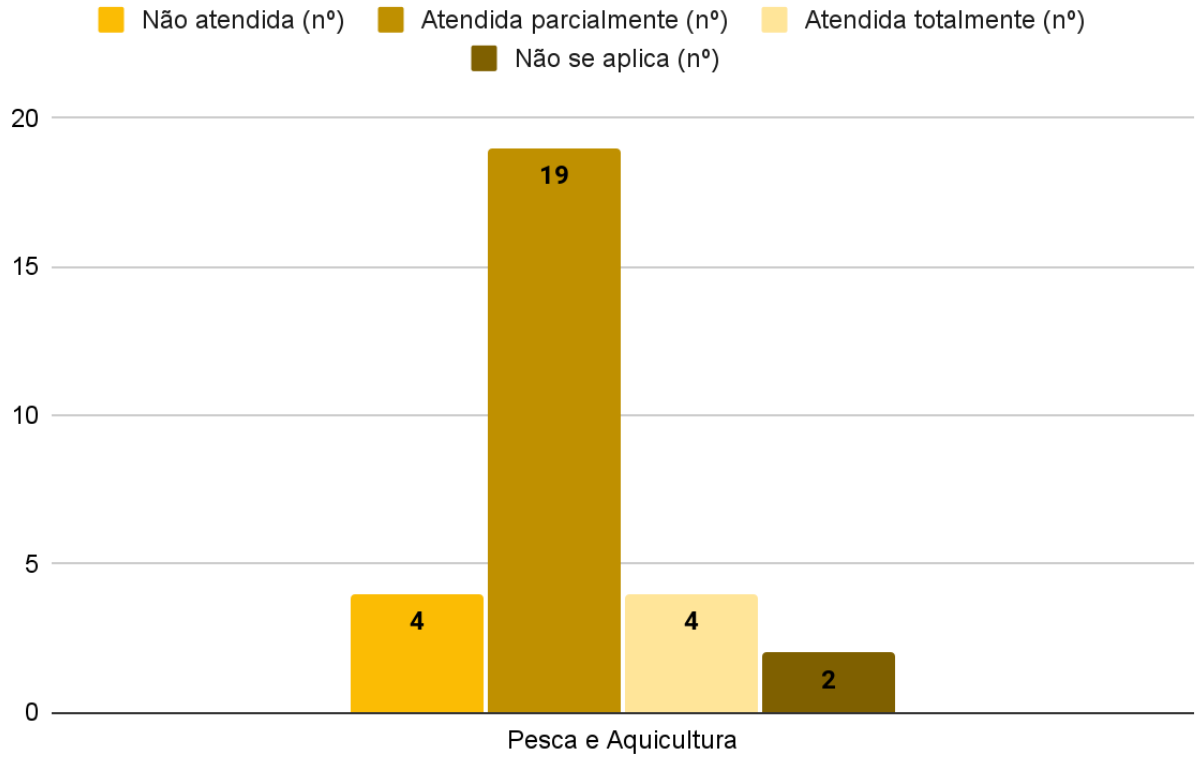
Ressaltam-se ainda o trabalho de desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar, que realizou entregas importantes como: Repovoamento de 600 açudes anualmente, gerando renda às famílias das regiões; Assistência técnica pesqueira e aquícola a mais de 300 aquicultores e a realização de análises presuntivas do camarão, evitando assim doenças indesejadas nos reservatórios, entre outras ações.

O alcance do objetivo deste tema é visto pela quantidade de Aquicultores familiares acessando políticas de incentivo à produção (370 aquicultores beneficiados anualmente), nos Pescadores artesanais acessando políticas de incentivo à produção (mais de 10 mil pescadores com insumos e materiais pesqueiros), e a na população residente em torno dos reservatórios, beneficiadas por meio de repovoamento piscícola dos açudes públicos estaduais. O órgão observa que foram alcançadas quase a totalidade das metas previstas.

Execução das Estratégias Regionais

Com um total 29 Estratégias Regionais eleitas neste, destas 65,52% foram atendidas parcialmente, 13,79% atendidas totalmente, 13,79% não atendidas e 6,90% classificadas como não se aplicam.

Gráfico 72 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Pesca e Aquicultura



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

A maioria das estratégias levantadas pela população dizem respeito ao apoio à aquicultura familiar, bem como à extensão pesqueira. Na avaliação da SDA as estratégias foram exitosas, já que a maior parte foi atendida, ainda que parcialmente.

O órgão destaca, para os próximos anos, a importância da realização do repovoamento piscícola dos reservatórios nas diferentes regiões do estado, considerando uma estimativa de produção oriunda da pesca extrativista nesses reservatórios, beneficiando famílias residentes nos arredores desses reservatórios, no interior do estado.

Tema 3.6 - Trabalho e Empreendedorismo

Execução da Ação Programática de Governo

Composto por quatro programas no PPA (20-23), este tema está voltado para o crescimento da geração de emprego e renda estimulando vocações pessoais e territoriais, para ampliação da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, para o aumento da competitividade das regiões e para a promoção do artesanato como uma atividade econômica sustentável e de inclusão social. Possui foco na promoção do empreendedorismo e dos arranjos produtivos

locais, contribuindo também para a criação de uma concepção de economia baseada nas startups de inovação do estado e gerando aumento da riqueza nas regiões.

A análise das ações programáticas de governo foi realizada pela SEDET, que articula com os principais órgãos executores de políticas públicas na área de trabalho e empreendedorismo: Junta Comercial do Estado do Ceará, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos.

Tabela 99 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Trabalho e Empreendedorismo.

Instância Avaliadora: Conselho Estadual do Trabalho - CET						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
361- Desenvolvimento sustentável e inclusivo do artesanato					**X**	**Favorável**
362- Empreendedorismo e arranjos produtivos locais					**X**	
363- Conexão Trabalho e Renda					**X**	
364- Inovação para melhorias de oportunidades				**X**		

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

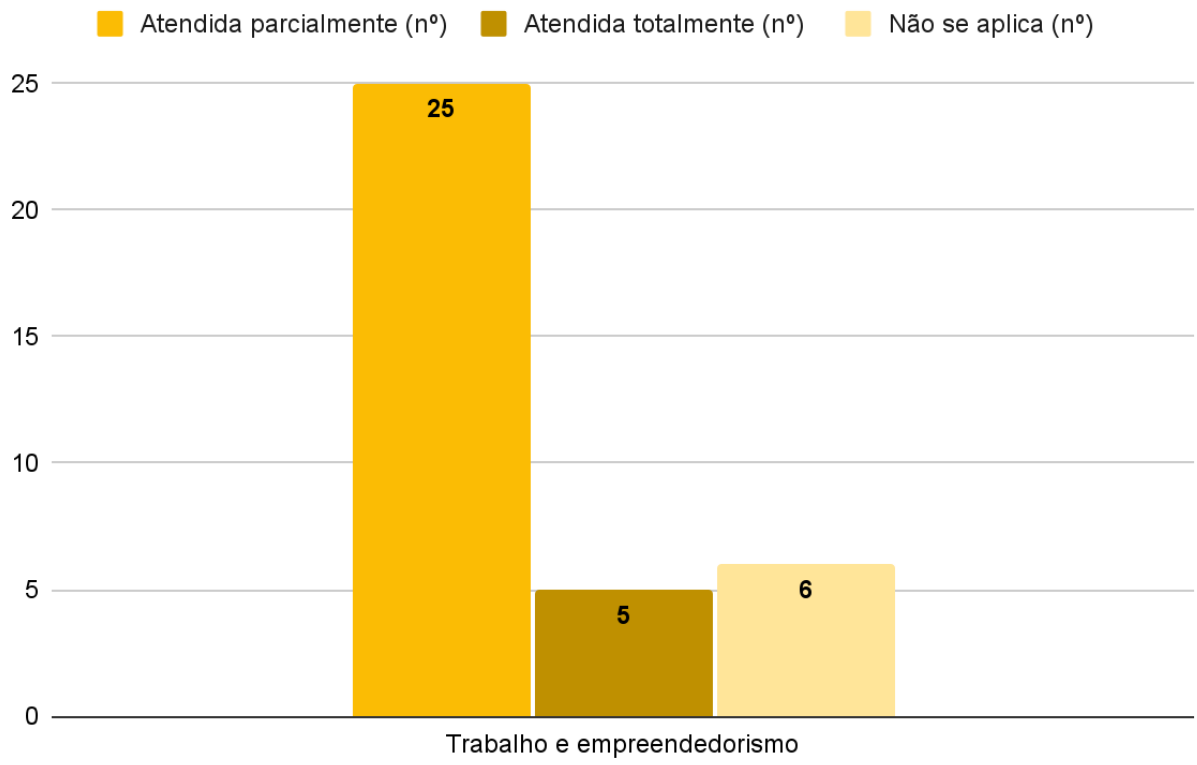
O desempenho do tema se dá por meio do desenvolvimento sustentável e inclusivo do artesanato, das ações de empreendedorismo e arranjos produtivos locais e da conexão trabalho e renda, sendo o mesmo avaliado como ótimo, mesmo que as ações voltadas à inovação para melhorias de oportunidades tenha sido classificadas como boas.

Este tema, no Biênio (20-21), dentre outras entregas, certificou 2.848 peças com Selo de Autenticidade dos Produtos Artesanais e Reconhecimento das Obras de Arte Popular Cearense nas 14 regiões do planejamento; emitiu 4.938 documentos de identidade artesanal com base no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) aos artesãos cearenses, formalizou 103. 253 novas empresas no Ceará no ano de 2021, além de cadastrar 2.464 novas empresas no banco de dados do portal Emprega Brasil, com vistas a ampliar a ofertar vagas de emprego e possibilitar a colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho, intermediar 21.627 contratações de emprego formal para trabalhadores jovens, de 16 a 29 anos e colocar no mercado de trabalho, por meio da rede de atendimento do SINE/CE, 252 egressos do Sistema Prisional e de Medidas Socioeducativas.

O Conselho Estadual do Trabalho, conselho de caráter tripartite e paritário, composto por seis representantes do Poder Público, seis dos Trabalhadores e seis dos Empregadores, que atua preponderantemente como gestor do Fundo Estadual do Trabalho do Ceará, efetivou a avaliação da execução das políticas públicas em trabalho e empreendedorismo no biênio, com parecer **FAVORÁVEL.**

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 73 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Trabalho e Empreendedorismo.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Com 83,33% das 36 estratégias eleitas, atendidas totalmente ou parcialmente, o conselho avaliou como satisfatória a inclusão das mesmas no planejamento público no primeiro biênio. A classificação de 16,66% das estratégias eleitas como "não se aplica", sendo as mesmas, predominantemente, relativas à matéria de cooperativismo e associativismo, chamou a atenção do Conselho Estadual do Trabalho que registrou o seguinte comentário: "Deve ser fortalecida a integração entre órgãos da administração pública e sociedade civil para o cooperativismo e associativismo" (CET, 2022).

Das 14 regiões de Planejamento 12 tiveram pelo menos uma estratégia atendida, exceto as regiões do do sertão de Inhamuns e da Serra da Ibiapaba. A região do Litoral Leste foi a que possuiu mais estratégias atendidas dentro do tema.

O CET fez destaque ao elevado contingente dos trabalhadores cearenses e contratantes, que estão regidos por contratos de profissionais autônomos, ressaltando que a intermediação entre as duas categorias deve ser melhor avaliada, tendo em vista que representa elevado contingente da população, e que deve ser tratada com destaque na execução da política pública de trabalho, emprego e renda, como algo que tem o aspecto importante e merece uma melhor avaliação nos planos governamentais.

O colegiado avaliou ainda, que houveram avanços na virtualização de processos na intermediação da mão de obra, no encaminhamento de solicitação do benefício do Seguro-Desemprego, bem como no atendimento aos profissionais autônomos e contratantes de seus serviços. Informou que nos momentos de isolamento e distanciamento social, decorrentes da pandemia da Covid-19, essas ferramentas foram importantíssimas à sociedade.

Acrescentou ainda, que a inclusão de egressos do Sistema Prisional e de Medidas Socioeducativas em vagas de emprego, foi um avanço relevante e que deve ser fortalecido o processo de virtualização dos serviços de atendimento aos trabalhadores do setor formal e informal, empregadores e contratantes de serviços de profissionais autônomos, de forma a alcançar todos os cidadãos cearenses, além de que se faz necessário um maior integração entre órgãos da administração pública e sociedade civil para o fortalecimento do cooperativismo e do associativismo.

Tema 3.7 - Turismo

Execução da Ação Programática de Governo

Com um programa gerido pela Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR), o tema tem como objetivo consolidar o Ceará como um destino turístico nacional e internacional de excelência, contribuindo para a promoção do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da responsabilidade ambiental. Tendo em vista o Conselho Estadual do Turismo estar inativo no período da avaliação a mesma foi realizada em consonância com análise realizada pelo órgão estadual, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 100 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Turismo.

Conselho Estadual do Turismo: Inativa no período da avaliação					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
371- Desenvolvimento sustentável e consolidado do destino turístico do Ceará		**X**			

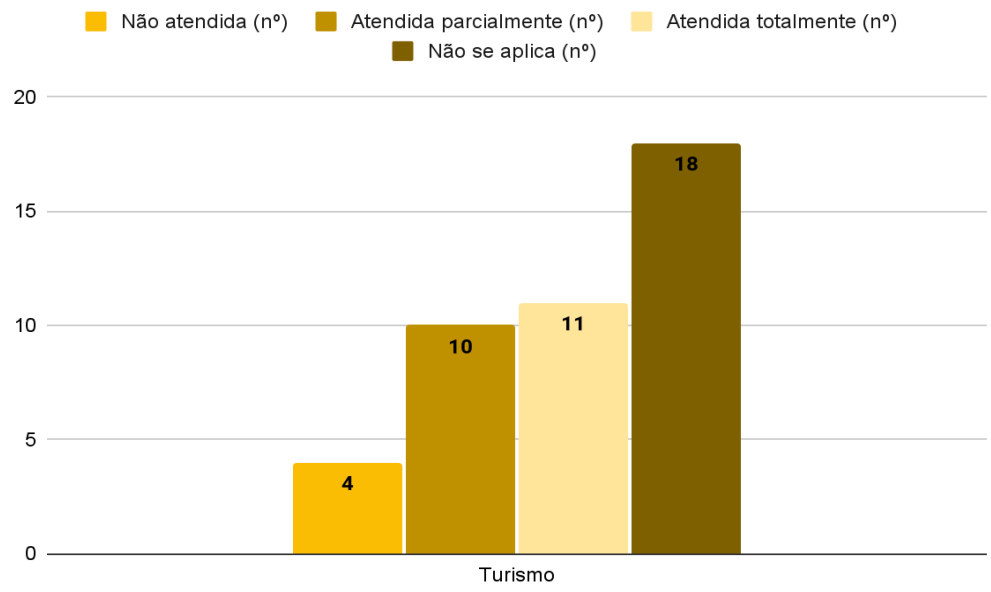
Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

O programa deste tema teve excelente execução orçamentária, com 95,81% de recursos executados em 2020 e 88,42% em 2021, no entanto foi avaliado pela Setur como Ruim, não havendo por parte do órgão maior detalhamento do órgão quanto ao porquê dessa análise.

Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 43 Estratégias Regionais, sendo que 41,86% foram classificadas pelo órgão como “não se aplica”, ou seja, sendo 23,26% atendidas parcialmente, 25,58% atendidas. Aproximadamente metade das demandas levantadas pela população não foram atendidas, soma-se a isso a própria avaliação do desempenho das ações programáticas pelo órgão como ruim, tendo como principais causas o cenário pandêmico e as medidas restritivas de isolamento social,

Gráfico 74 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Turismo



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

EIXO 4 - CEARÁ DO CONHECIMENTO

Tema 4.1 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução da Ação Programática de Governo

O tema Ciência, Tecnologia e Inovação é composto por três programas geridos pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará (SECITECE), e têm como objetivos ampliar a disseminação da pesquisa, difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, alcançando o interior do Estado; aumentar a competitividade do Estado e suas macrorregiões pelo incremento da produtividade e inovação tecnológica; e ampliar o acesso de qualidade à informação e aos serviços digitais nas diversas regiões do Estado.

Apesar da existência de instância de controle social, a mesma não realizou a avaliação do desempenho do tema, sendo aqui apresentado a análise realizada pela Secretaria Estadual de ciência e tecnologia, órgão estadual responsável pela execução desta política pública

Tabela 101 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Ciência, Tecnologia e Inovação.

Instância Avaliadora: Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CECT&I						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
411- Ceará científico e tecnológico			X			**Sem avaliação**
412- Inova Ceará			X			
413- Tecnologia da informação e comunicação estratégica do Ceará						

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Os programas foram avaliados pelos órgãos obtendo desempenho Regular, e não houve parecer emitido pelo Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação acerca dessa avaliação. A execução orçamentária dos programas girou em torno de 30% a 50%, e aproximadamente metade das metas foram alcançadas. A Funcap aponta que uma das razões para a baixa execução é consequência da primazia do Governo do Estado do Ceará em priorizar as ações de enfrentamento a Covid-19.

A Fundação Universidade Estadual do Ceará (Funece), a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), o Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nutec) e a Universidade Regional do Cariri (Urca) participam como executores de políticas públicas relacionados ao tema Ciência, Tecnologia e Inovação, em conjunto com a Secitece. A seguir apresentamos as considerações de cada órgão em relação às ações programáticas desenvolvidas no biênio 2020-2021:

i) A Funcap alcançou seus objetivos e metas no Programa Ceará Científico e Tecnológico, com a concessão de bolsas de atração e fixação de pesquisadores no interior, com destaque para o Programa Cientista Chefe.

ii) A execução orçamentária do tema ficou abaixo do previsto, entre 39% e 50, ressaltando-se que o maior volume de recursos foi investido na qualificação da estrutura de prestação dos serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação, e que, a referida ação é executada através de operação de crédito externas, sob orientação direta do governo do estado.

iii) O Programa Ceará Científico e Tecnológico, desenvolvido pelo Nutec vem sendo bem avaliado pelas indústrias assistidas, superando as metas previstas. No que se refere a emissão de Certificados por Laboratório Acreditado, apesar de não ter alcançado a meta prevista, teve desempenho favorável, considerando a redução dos faturamentos das empresas, que impactou a procura de serviços acreditados. Com relação aos Laboratórios Estruturados, no exercício de 2020 foi executado 50% da meta com a entrega do Laboratório de Resíduos Sólidos e Efluentes. Já em 2021, houve atraso na execução em virtude das compras e dos serviços de consultoria internacional.

iv) A Funece apresentou resultados que impactaram positivamente o desempenho do tema, gerados principalmente a partir das ações realizadas por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica da UECE (NIT/UECE), da Incubadora de Empresas e Centro de

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da UECE - INCUBAUECE, a exemplo da proteção de patentes, marcas e registros de softwares, a difusão de conhecimento sobre propriedade intelectual e Inovação e o lançamento do Portfólio de Tecnologias da UECE.

Em relação ao Programa Inova Ceará, temos as seguintes considerações de cada órgão:

i) Nos exercícios 2020 e 2021 a Funcap enfrentou dificuldades operacionais que impactaram diretamente na execução de alguns dos seus editais, dentre eles: EDITAL FUNCAP/FINEP Nº 05/2020 PROGRAMA TECNOVA II/CE, EDITAL Nº 05/2021 Funcap Inovafit fase 2, EDITAL Nº 06/2021 Funcap Energias Renováveis e EDITAL Nº 01/2021 FUNCAP – CEGÁS. A baixa execução é consequência da escolha do Governo do Estado do Ceará em priorizar as ações de enfrentamento da COVID-19, o que provocou a reprogramação de alguns desses projetos que estavam previstos para 2020 para os exercícios seguintes. Mesmo com as adversidades trazidas pela pandemia da COVID-19, a Funcap conseguiu atingir e superar as metas propostas em seu planejamento em 2021, ocupando o espaço de excelência para fomento da ciência, tecnologia e inovação para o estado do Ceará.

ii) Durante os exercícios de 2020 e 2021, o Nutec buscou o atingimento das metas previstas para o Programa Inova Ceará, tendo uma evolução nos resultados dentro do período analisado. Entretanto, em virtude do custo operacional, as startups não se sentiram confortáveis para a abertura de CNPJ.

iii) Dentre as principais ações da Urca para o biênio 2020-2021 estão os benefícios às empresas da região e o fortalecimento do ecossistema de inovação a partir das vocações apontadas nos estudos do Programa Clusters Econômicos de Inovação do Governo do estado do Ceará (Ceará, 2021), dentre eles: Comércio, Indústria (principalmente da moda), o Setor de Serviços (incluindo a saúde), Logística e Infraestrutura (devido à localização estratégica).

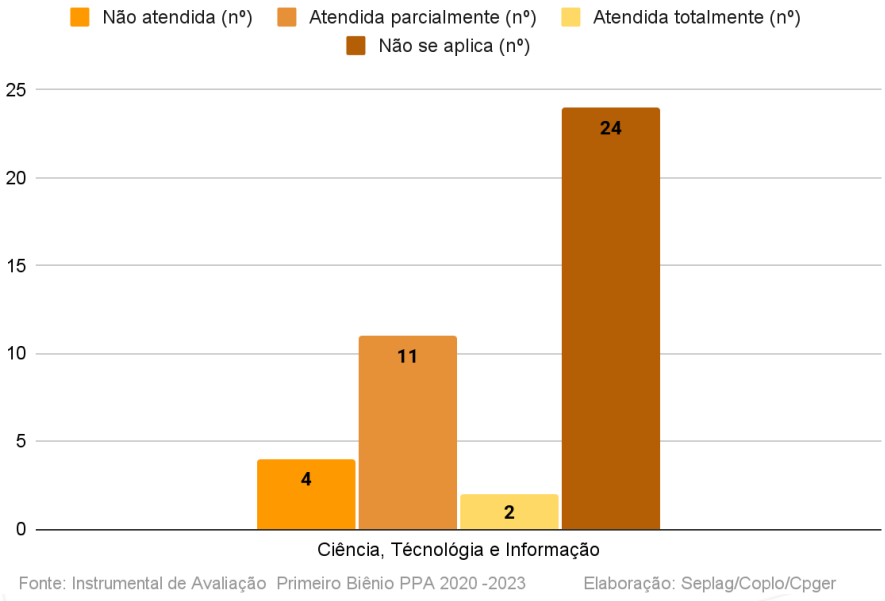
   De maneira geral, em relação aos indicadores do Programa, o desempenho foi aquém do previsto, com destaque para dois indicadores: Empresas inovadores beneficiadas com subvenção econômica, e Startups em relação aos projetos de inovação submetidos, ambos alinhados com o objetivo do Programa. A execução financeira evoluiu dentro do biênio, de 29%, para 52%, justificada pela continuidade da execução física das entregas.

iv) Em relação aos indicadores do Programa Inova Ceará, o desempenho por parte da Secitece foi aquém do previsto, com destaque para dois indicadores: Empresas inovadores beneficiadas com subvenção econômica, e Startups em relação aos projetos de inovação submetidos. Ambos alinhados com o objetivo do Programa. A execução financeira evoluiu dentro do biênio, de 29%, para 52%, justificada pela continuidade da execução física das entregas. O Programa foi muito afetado pela pandemia, principalmente pela suspensão das atividades presenciais, com as programações de vários projetos voltados ao empreendedorismo canceladas durante o primeiro semestre de 2020.

Execução das Estratégias Regionais

No total foram elencadas 41 Estratégias Regionais, que não foram avaliadas pela instância de controle social. As estratégias foram classificadas pelo órgão gestor como atendidas totalmente, (*4,88%*), atendidas parcialmente (*26,83%*), não atendidas (*9,76%*) e não se aplica (*58,54%*), conforme tabela abaixo.

Gráfico 75 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Ciência, Tecnologia e Informação



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Chama a atenção o fato de mais da metade das estratégias elencadas pela população para este tema terem sido avaliadas pelos órgãos como não se aplica, cabendo uma análise mais profunda sobre o fato.

Algumas considerações referentes às estratégias regionais eleitas para este tema, foram apresentadas pelos órgãos. Aqui colocaremos as mais relevantes:

O projeto Ciência Itinerante, realizado pela Secitece, dissemina o conhecimento científico e tecnológico em diversas macrorregiões do Estado do Ceará. destacando-se a Feira do Conhecimento realizada na macrorregião da Grande Fortaleza, que por sua vez, inserida oficialmente no calendário do Estado.

O Nutec realizou, no exercício de 2020 e 2021, um total de 134 estudos e pesquisas nas áreas de materiais, agroecologia, tratamento e aproveitamento energético de resíduos e tecnologias relacionadas, abrangendo as regiões: Grande Fortaleza, Serra da Ibiapaba, Vale do Jaguaribe e Estado do Ceará.

Já as ações desenvolvidas pela Funece no último biênio repercutiram em várias das estratégias regionais definidas para o PPA 2020-2023, uma vez que a universidade conseguiu integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão às iniciativas de inovação. Ademais, em razão de sua

natureza multicampi, as entregas realizadas pela Funece impactaram simultaneamente as regiões de Grande Fortaleza, Centro-Sul, Sertão Central, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns e Vale do Jaguaribe.

Tema 4.2 - Cultura e Arte

Execução da Ação Programática de Governo

Contemplando os aspectos como identidade, diversidade, transversalidade, expressão, sentimento de pertença e de reconhecimento da população, o tema Cultura e Arte vem promovendo o desenvolvimento inovador, criativo e humano com grande potencial gerador de ocupações e emprego. Executado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará a partir de três programas finalísticos, onde dois tiveram o desempenho avaliados pelo órgão como "bom", e um avaliado como "regular", conforme expresso no Tabela abaixo:

Tabela 102 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Cultura e Arte.

Instâncias Avaliadoras Conselho Estadual de Política Cultural- CEPC Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultura - COEPA							
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer CEPC**	**Parecer COEPA**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**		
421- Promoção e desenvolvimento da arte e cultura cearense				**X**		**Favorável**	**Favorável**
422- Promoção e desenvolvimento da política de conhecimento e formação em arte e cultura			**X**				
423- Promoção do patrimônio cultural cearense				**X**			

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

As instâncias de controle social vinculadas a este tema, avaliaram com parecer FAVORÁVEL o desempenho do tema no período em questão, consideraram os anos de pandemia, que afetaram substancialmente a execução das políticas de cultura e arte, fazendo com que as ações fossem redirecionadas. Em 2020, por exemplo, apenas 25% das entregas referentes a Promoção e desenvolvimento da arte e cultura cearense cumpriram suas metas, ao passo que as ações de emergência, por meio de fomento, alcançaram 180% da meta anual.

Dentre as ações desenvolvidas no período avaliado destacam-se: I Festival Cultura Dendicasa, que apoiou 400 projetos em todo o Estado; a Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020), que possibilitou o apoio a 1.015 projetos culturais a partir de ações de fomento e Renda Básica Emergencial para 1.659 trabalhadores(as) da cultura, além do desenvolvimento da Plataforma Arte Urgente que beneficiou 2.520 agentes culturais com 186 ações formativas; a Coleção Saberes, uma iniciativa de valorização e difusão da pesquisa e produção de conhecimento no campo da arte e da cultura no

estado, que selecionou e publicou em formato e-book 20 pesquisas acadêmicas. A reforma da Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE), a concessão das duas parcelas do auxílio emergencial para 19.382 profissionais do setor de eventos, e a realização da Festa do Patativa do Assaré e do Festival Mi - Música na Ibiapaba também são destaques no período.

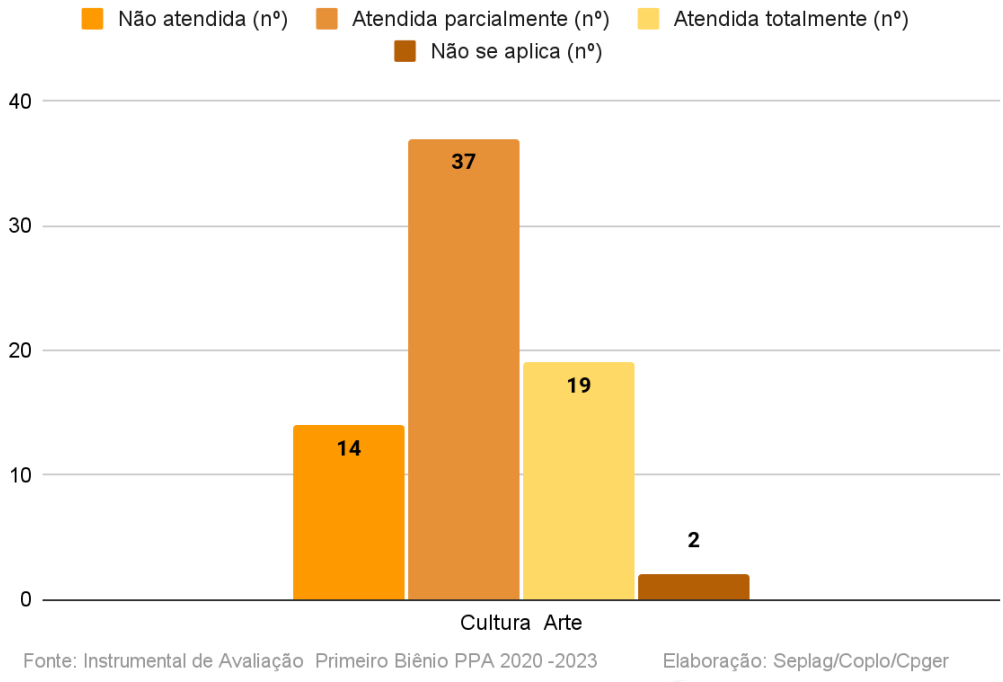
No que se refere Promoção e desenvolvimento da política de conhecimento e formação em arte e cultura, o desempenho foi avaliado como regular devido ao baixo percentual de execução das entregas. Das 13 entregas previstas para 2020, 10 não tiveram execução física, e as três entregas com execução são referentes à manutenção de seis equipamentos culturais. Em 2021, foram oito entregas sem execução, uma com execução física entre 25,01% e 50% do planejado (seis equipamentos culturais mantidos) e duas entregas com execução superior ao planejado (material publicado e capacitação realizada).

O baixo desempenho foi refletido nas iniciativas voltadas para i) a implantação da política formativa para a juventude, ii) a expansão da formação em arte e cultura nas instituições de ensino formal presentes no Estado, iii) oferta descentralizada de formação em Arte e Cultura, e iv) a expansão da formação em arte e cultura promovida por organizações da sociedade civil.

Entre as propostas apresentadas pelos conselhos está a sugestão de que as ações do PPA sejam mais detalhadas, e que o processo de planejamento, monitoramento e avaliação seja melhor comunicado ao Conselho.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 76 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Cultura e Arte



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Ressalta-se que 77,78% das estratégias regionais foram atendidas total ou parcialmente, contemplando todas as regiões de planejamento.

Nove regiões de planejamento (Cariri, Grande Fortaleza, Litoral Oeste/Vale do Curu, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Sobral, Sertão dos Crateús, Vale do Jaguaribe) tiveram estratégias atendidas, sendo a Grande Fortaleza a região mais beneficiada.. Entre as estratégias não atendidas, destaca-se a região do Centro Sul que apresentou 4 demandas neste tema e apenas uma foi atendida.

Com o objetivo de medir a capilaridade das ações culturais nas regiões do estado, o colegiado do Coepa pontuou que as ações na área da arte e cultura alcançaram 160 municípios, havendo concentração destas ações em algumas regiões. A região da Grande Fortaleza, por exemplo, foi responsável por quinze (20%) das estratégias eleitas, seguida do Sertão Central com nove, do Sertão do Canindé com sete, e do Litoral Oeste/Vale do Curu e Sertão do Crateús ambas com seis demandas. As demais regiões apresentaram menos de cinco estratégias.

Como sugestão o CEPC dá o indicativo de que as estratégias sejam melhor explicitadas de modo a incluir e garantir a diversidade, estabelecendo e detalhando, quando possível, metas e indicadores. Já o colegiado do Coepa apontou para a ampliação do planejamento, de modo a envolver os municípios do interior do estado, demonstrando de forma clara e objetiva os indicadores mensurados, para que possam ser melhor trabalhados em ações conjuntas entre estado, municípios e sociedade.

Tema 4.3 - Educação Básica

Execução da Ação Programática de Governo

O tema Educação Básica é composto por quatro programas geridos pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), e tem como objetivos garantir a escola como espaço educador sustentável, inclusivo e acolhedor; elevando o nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada, com garantia de igualdade de acesso, permanência e reinserção das crianças e jovens em estado de vulnerabilidade social. A efetiva aprendizagem no Ensino Médio, com equanimidade e qualidade e a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social também estão contemplados neste tema por meio dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais.

O desempenho do tema foi avaliado levando em consideração a análise realizada pelo órgão estadual, que mobilizou os representantes de diversos CREDEs, permitindo uma visão mais regionalizada do desempenho do tema. O Conselho estadual de Educação, não realizou a avaliação, tendo em vista seu caráter mais normatizador do que propriamente de controle social.

Tabela 103 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Educação Básica.

Instancia Avaliadora: Conselho Estadual da Educação - CEE						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
431- Inclusão e equidade na educação				**X**		**Sem avaliação**
432- Desenvolvimento integral da educação infantil e ensino fundamental com garantia de igualdade de oportunidades				**X**		
433- Desenvolvimento do ensino médio					**X**	
434- Educação em tempo integral e complementar no ensino médio					**X**	

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

A avaliação do tema ficou entre bom e ótimo, cabendo, por sua dimensão e a importância alguns comentários. O Programa Inclusão e Equidade na Educação foi avaliado como Bom. Ainda que o percentual de execução financeira tenha ficado abaixo de 60%, a melhoria dos indicadores e a execução das entregas no biênio 2020-2021 confirmam esse resultado.

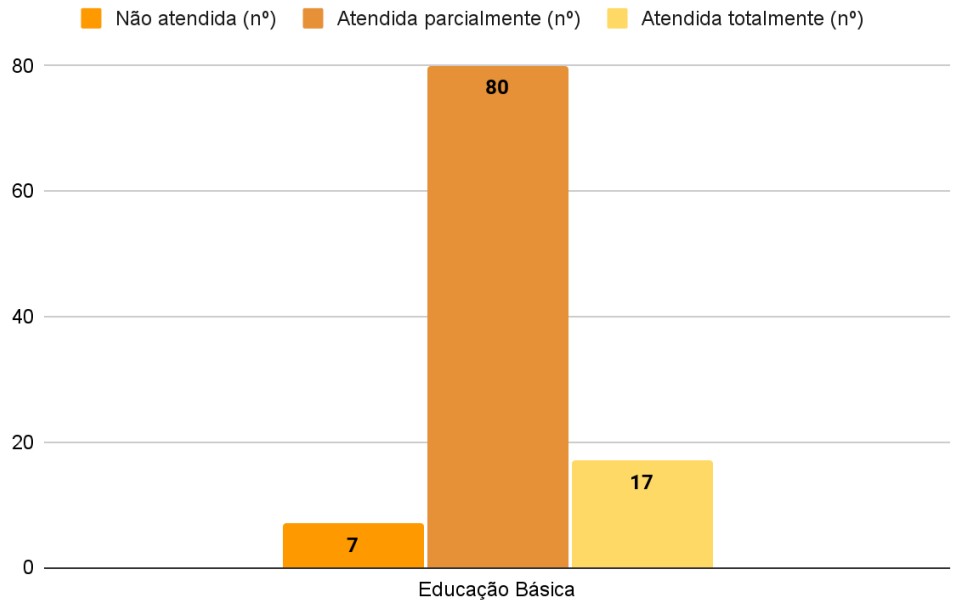
Em relação ao Programa Desenvolvimento Integral da Educação Infantil e Ensino Fundamental com Garantia de Igualdade de Oportunidades, o órgão levou em consideração a melhoria na execução das entregas no biênio 2020-2021, e o percentual de execução financeira acima de 80%, classificando-o como Bom. Vale salientar que o acréscimo financeiro programado em 2021 refere-se à ação Pacto pela Aprendizagem, reforçando o regime de colaboração iniciada no segundo semestre de 2021, de acordo com o decreto Nº 34.258 de 23 de setembro de 2021.

Os Programas Desenvolvimento do Ensino Médio e Educação em Tempo Integral e Complementar no Ensino Médio foram avaliados como Ótimo, pois tiveram execução de acordo com o planejado.

Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 104 estratégias nas 14 Regiões de Planejamento do Estado, sendo o segundo tema com o maior número de demandas pela população. As estratégias foram classificadas pelo órgão gestor como atendidas totalmente, (16,*34%*), atendidas parcialmente (*76,92%*), e não atendidas (*6,73%)*, conforme podem ser visualizadas no gráfico abaixo.

Gráfico 77 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Educação Básica



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

O alto índice de estratégias atendidas em todas as regiões de planejamento do estado, ainda que em sua maioria de maneira parcial, indica o bom alinhamento das necessidades da população com o que foi proposto pelo PPA 2020-2023, ressaltando a importância do Processo Participativo na Gestão Pública.

O órgão apontou ações consideradas como avanços e aspectos críticos dentre as estratégias regionais elencadas pela população, são elas: Avanços: Ampliação da oferta de educação em tempo integral; Ampliação da oferta de formação continuada dos professores; Fortalecimento do parque tecnológico nas escolas e o incremento de equipamentos tecnológicos com a distribuição de notebooks e chips para alunos, professores e gestores;Criação de novos CEI nos municípios; Fortalecimento do Regime de Colaboração, inclusive com ações relativas às competências socioemocionais para a rede municipal; Intensificação da educação contextualizada com a implementação do novo ensino médio; Implementação do Programa Ceará Educa Mais; Expansão do apoio financeiro às escolas; Contratação de equipe multidisciplinar em algumas regiões; Fortalecimento da Gestão Escolar Democrática, e: Ampliação da segurança nas escolas.

Como aspectos críticos destacam-se: questões referentes à frota de Transporte Escolar e sua fiscalização nas regionais; a necessidade de um processo de formação para o uso pedagógico dos equipamentos de TI e da formação continuada para todos os profissionais das escolas (auxiliares de serviços gerais, administrativos, porteiros e segurança), número insuficiente de equipes multidisciplinares, a velocidade e qualidade do serviço de internet (ETICE), dentre outros.

Quanto aos aspectos que não foram abordados no processo de avaliação e considerados como importantes pelo órgão estão o fortalecimento da rede de proteção para garantir o estudante na Escola e a avaliação periódica dos gestores escolares.

Tema 4.4 - Educação Profissional

Execução da Ação Programática de Governo

O tema Educação Profissional é composto por dois programas geridos pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), que têm como objetivos garantir educação profissional articulada nos seus mais diversos formatos e ingresso, estando presente também na área do desenvolvimento socioeconômico, alinhada às demandas dos setores produtivos e vocacionais locais e das regiões do Ceará. O desempenho do tema foi avaliado conforme a tabela a seguir, ressaltando-se que este tema não possui instância específica de controle social, sendo a avaliação realizada com base na análise dos órgãos envolvidos.

Tabela 104 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Educação Profissional

Sem Instância de Controle Social específica para o tema					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
441- Educação profissional articulada ao ensino médio					**X**
442- Qualifica Ceará: Educação Profissional para o Mundo do Trabalho				**X**	

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

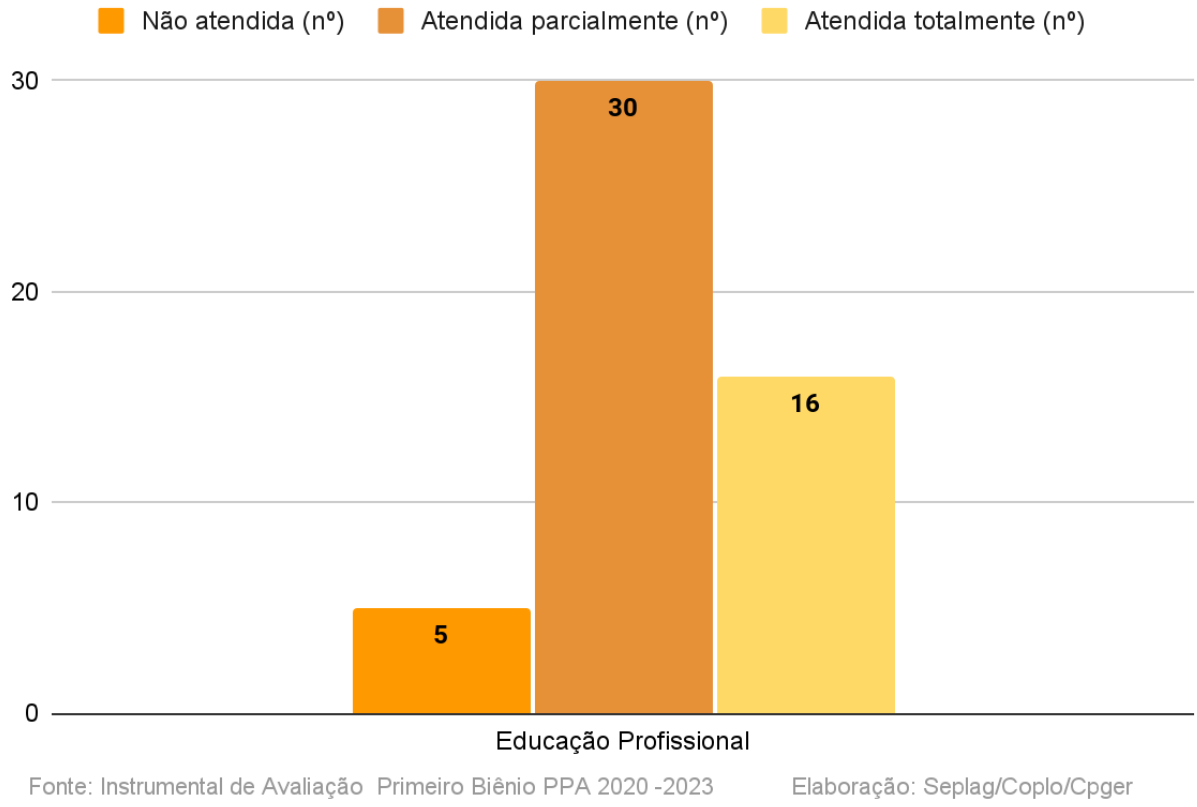
A avaliação do tema foi positiva, o Programa Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio foi avaliado como Ótimo pelo órgão, pois teve uma boa execução orçamentária, com 78,85% em 2020 e 92,89% em 2021, melhora nos indicadores e entregas de acordo com o planejado.

Quanto ao Programa Qualifica Ceará: Educação Profissional para o Mundo do Trabalho, foi registrada uma evolução dos indicadores concomitante às entregas, com três indicadores alcançando as metas propostas, e dois com resultados considerados positivos. Em relação ao desempenho financeiro, alcançou percentuais de execução acima de 72% nos dois anos consecutivos, demonstrando certo equilíbrio entre a efetivação física e financeira. No cômputo geral, tendo em vista a situação de pandemia, que se arrastou durante todo o biênio, 2020 – 2021, e que impossibilitou e/ou dificultou a realização das entregas, o Programa apresentou resultados satisfatórios, sendo avaliado pelo órgão como Bom.

Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 51 Estratégias Regionais. As estratégias foram classificadas pelo órgão gestor como atendidas totalmente (*31,37%*), atendidas parcialmente (*58,82%*) e não atendidas (*9,80%*), conforme gráfico abaixo.

Gráfico 78 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Educação Profissional



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Com mais de 90% das estratégias regionais atendidas, mesmo que parcialmente, constata-se que o desempenho do tema está em consonância com os anseios da população, o que corrobora a importância do Processo Participativo na Gestão Pública e no bom desempenho dos programas governamentais.

Foram considerados avanços o fortalecimento dos cursos das EEEP e implantação de novos projetos, bem como a ampliação e diversificação da oferta de cursos profissionalizantes. Como aspectos críticos a fragilidade da intersetorialidade, a necessidade de parcerias que possibilitem a qualificação dos estágios dos alunos, de acordo com as especificidades dos cursos ofertados, a demanda por maior apoio às Escolas Família Agrícola a dificuldade para aquisição de materiais específicos e manutenção para o funcionamento dos laboratórios em cada curso técnico e o distanciamento entre os CVT e a rede estadual para o estabelecimento oferta de cursos.

A Secitece através do Contrato de Gestão firmado com o Centec e a parceria com o CTTC realizou a capacitação nos diversos cursos ofertados nas Unidades de Educação Profissional, em nível de

formação inicial e continuada - FIC , bem como os cursos de nível técnico subsequente e cursos tecnológicos de nível superior, sendo ministrados por meio da plataforma remota (google meet e google classroom) possibilitando a manutenção do ensino durante o isolamento social causadas pela Covid-19.

Dentre os aspectos que não foram abordados no processo mas foram considerados como importantes pela SEDUC estão: Inserção dos alunos egressos no mercado de trabalho; Acompanhamento do aluno que, por conta do curso, conseguiu entrar no mercado de trabalho e; Avaliação dos estágios dos alunos das EEEP.

Tema 4.5 - Educação Superior

Execução da Ação Programática de Governo

As ações desenvolvidas neste Tema tem como finalidade a construção de uma sociedade com maior acesso à educação superior de qualidade, inclusiva e produtora de conhecimento, articulada às necessidades e dinâmicas socioeconômicas do estado. Este tema é composto por um único programa, tendo como órgãos gestores é a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap e as três universidades estaduais: Universidade Regional do Cariri - Urca, Universidade Estadual Vale do Acaraú - Uva e Universidade Estadual do Ceará- Funece.

Busca ampliar a oferta e o desempenho da educação superior, no que tange ensino, pesquisa e extensão, alinhada às demandas sociais e vocações regionais, contribuindo para a elevação do nível de escolaridade da população cearense. Nos anos avaliados, em função das medidas de isolamento social destaca-se a entrega de chips aos estudantes, como alternativa de estudo a
O desempenho do programa foi avaliado pelo órgão gestor como "regular", tendo em vista que a maioria dos indicadores[9] não conseguiram alcançar as metas planejadas para o biênio. Já a execução orçamentária foi de 89% e 91% nos anos de 2020 e 2021 respectivamente.

Os recursos foram utilizados na manutenção das instituições de ensino superior (IES), bem como na concessão de bolsas e obras, ressaltando que a pandemia inviabilizou e/ou dificultou a realização de várias entregas, principalmente as que dependiam de atividades presenciais. O total de graduados na rede estadual de ensino superior, por exemplo, foi 6.381 durante o biênio, enquanto a estimativa era de 20.863.

Tabela 105 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Educação Superior.

Sem Instância de Controle Social específica para o tema					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
451- Desenvolvimento Integral da Educação Superior			**X**		

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

[9] Ver capítulo intitulado *Avaliação da ação programática de Governo,* no qual consta tabela com desempenho dos indicadores do Programa 451.

Dentre os resultados alcançados destaca-se o aumento no percentual de graduados nas IES estaduais oriundos de escolas públicas, que passou de 64,46% em 2020 para 73,91% em 2021, e o alcance de 1.769 docentes titulados como doutores nos anos em análise.

EIXO 5 - CEARÁ PACIFICO

Tema 5.1 - Justiça

Execução da Ação Programática de Governo
As políticas desenvolvidas neste tema abrangem ações conjuntas de defesa, restauração e transformação social, com base no cumprimento de princípios constitucionais, assegurando o respeito à liberdade, individualidade e igualdade a todos os cidadãos. Entre os órgãos que compõem as ações desenvolvidas neste tema estão: o Tribunal de Justiça - TJ, a Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE, a Procuradoria Geral da Justiça - PGJ, e a Secretaria da Administração Penitenciária- SAP.

Faz-se necessário informar que este tema possui cinco programas[10], tendo em vista a natureza dos mesmos, que tratam mais especificamente do funcionamento do poder judiciário no Estado, optou-se por analisar apenas o programa 514, que trata da questão penitenciária do estado do Ceará, por se tratar de um programa que trata da promoção de projetos voltados para a inserção profissional de pessoas presas e egressas do Sistema Penitenciário, bem como a modernização do sistema a fim de possibilitar melhores condições para o desenvolvimento das políticas.

Sobre a modernização destaca-se a criação de novas vagas no sistema penitenciário, reduzindo, assim, a taxa de ocupação que, em 2018, apresentava um excedente carcerário de 89,4% (com uma população carcerária de 26.196 presos, para um total de 13.830 vagas). Ao fim de 2021, a taxa de ocupação de vagas femininas do Sistema Penitenciário ficou em 0,66 preso por vaga, enquanto que no sistema masculino foi de 1,51 presos por vaga. Já o investimento em tecnologia possibilitou, dentre outras ações, a compra de tornozeleiras eletrônicas, a implantação da primeira Unidade Prisional de Segurança Máxima das regiões Norte e Nordeste, localizada no município de Aquiraz, com capacidade para 168 internos; e a implantação de uma nova Unidade Prisional em Itaitinga (CPPL VI), com capacidade para 960 presos do sexo masculino, além da reforma de outras oito unidades prisionais do estado.

Neste sentido, a ação governamental desenvolvida durante o biênio em análise foi classificada pelo órgão como "ótima", cabendo, ainda, mencionar o avanços nos indicadores ligados à educação e trabalho. Em 2021, alcançou-se 41,74% da população presa em regime fechado trabalhando, e 16,77% dos internos matriculados na educação básica.

[10] Programa 511 - Promoção do Acesso Gratuito à Justiça; Programa 512 - Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional, Programa 513 - Integração do Sistema de Justiça criminal (INTEGRA), Programa 515 - Tutela dos Interesses sociais e individuais indisponíveis.

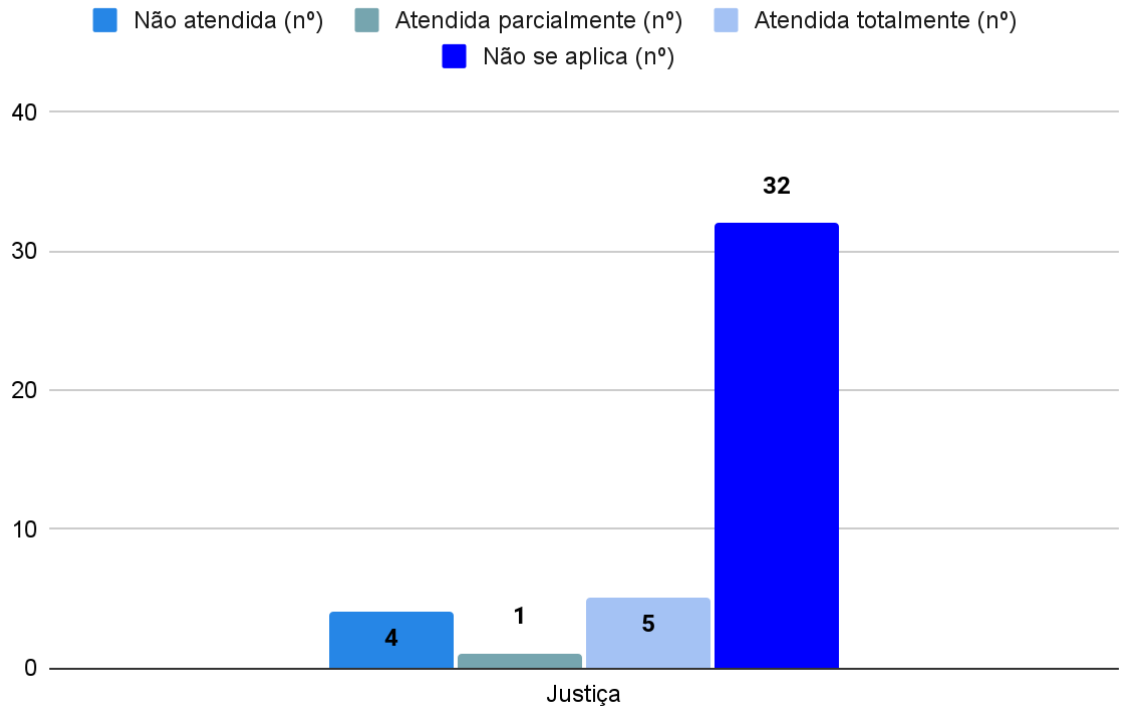
Tabela 106 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Justiça.

Sem Instância de Controle Social específica para o tema					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
514- Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário					**X**

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 79 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Justiça.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Acerca da inclusão das estratégias regionais no Plano Plurianual 2020-2023, foram eleitas 42 estratégias para o tema Justiça, sendo que 76,19% (32 estratégias) se referem às ações do poder judiciário, tais como: celeridade nos processos e ampliação do acesso à justiça gratuita à núcleos de mediação. Em vista disso, a grande maioria das estratégias foram avaliadas pela SAP com a categoria "não se aplica", uma vez que dizem respeito a ações implementadas por outros órgãos.

No que diz respeito às 10 estratégias relacionadas à Gestão Penitenciária, observa-se no gráfico acima que quatro não foram atendidas, cinco foram atendidas totalmente e uma atendida parcialmente. Conforme o órgão, o não atendimento das estratégias regionais se deve à reestruturação do Sistema Penitenciário, que culminou na desativação das unidades prisionais das regiões do Maciço Baturité, Vale do Jaguaribe e Litoral Oeste.

TEMA 5.2 - Segurança Pública

Execução da Ação Programática de Governo

As ações desenvolvidas na área da Segurança Pública fundamentam-se na busca por uma cultura de paz, focada numa convivência mais pacífica e articulada entre cidadãos, com redução da criminalidade e ampliação da garantia de proteção à vida e ao patrimônio.

O tema possui três programas finalísticos com ações implementadas pelos seguintes órgãos: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), Polícia Civil (PC-CE), Polícia Militar (PMCE), Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce), Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp-CE), e Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário - CGD.

A análise da ação programática de governo realizada pelos órgãos gestores, classificou o desempenho dos programas como "Bom" e um como "regular". Esta análise recebeu parecer FAVORÁVEL COM RESSALVA na avaliação do Conselho Estadual de Segurança Pública (Consesp), que considerou a complexidade da área temática, que envolve além das ações punitivas e preventivas, fatores alheios à pasta de Segurança Pública.

Tabela 107 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Segurança Pública.

Instancia Avaliadora: Conselho Estadual de Segurança Pública						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
521- Segurança Pública Integrada com a Modernidade				**x**		**Favorável com ressalva**
523- Fortalecimento do sistema de segurança pública				**x**		
524- Gestão Integrada de riscos e desastres			**x**			

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

No que se refere a Gestão Integrada de Riscos e Desastres, a mesma apresentou avaliação regular, tendo as ações se pautado na assistência a vítimas da estiagem, beneficiando 37 mil pessoas com a distribuição de cestas básicas em 2020.

Já às questões referentes ao sistema de segurança pública durante o biênio avaliado, destaca-se as a implantação das bases do policiamento Ronda de Ações Intensivas Ostensivas - BPRAIO nos municípios de Itarema e Jaguaribe da delegacia no município de Marco/CE, do Sistema de Videomonitoramento nos municípios de Guaraciaba do Norte, Ipu, Itaitinga, Itarema, Jaguaribe, Mauriti, Paracuru e Várzea Alegre; e de dois Colégios da Polícia Militar, sendo um em Sobral e outro em Maracanaú.

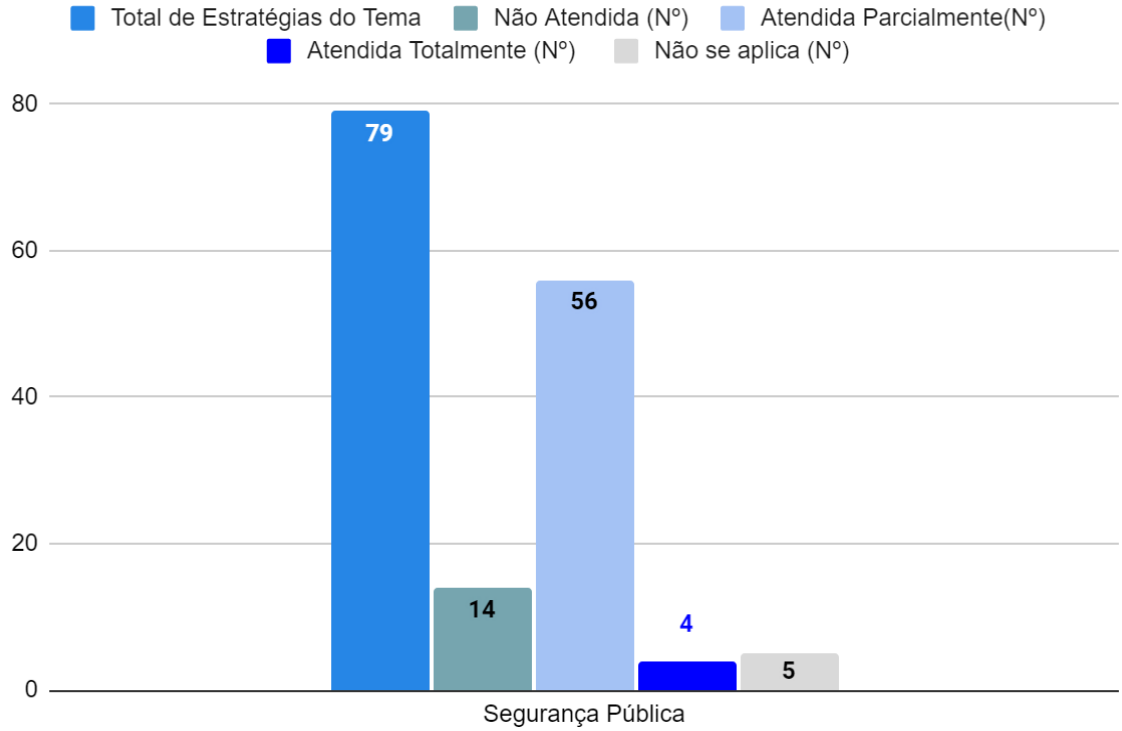
A avaliação constata o bom desempenho do tema, conforme apontam os resultados estratégicos alcançados, como a redução da Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) e da Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)[11].

Execução das Estratégias Regionais

Sobre o atendimento das demandas da sociedade civil no planejamento público, destaca-se que foram eleitas 79 estratégias regionais na área da Segurança Pública, sendo cinco classificadas pelos órgãos como "não se aplica". Destas, duas se referem ao sistema penitenciário, que neste PPA é abordado no âmbito do tema da "Justiça".

De acordo com o gráfico abaixo é possível inferir que 75,95% das estratégias foram atendidas total ou parcialmente, ao passo que 17,72% não foram atendidas.

Gráfico 80 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Segurança Pública.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Entre as estratégias atendidas totalmente convém pontuar que todas foram implementadas na região da Grande Fortaleza, são elas: Ampliar projetos de segurança e acompanhamento junto às famílias nos conjuntos habitacionais; Ampliar projetos exitosos existentes na área de segurança humanizada e socioeducativa, como saraus, roots, bombeiro saúde e sociedade, jovem brigadista de valor e Proerd; Garantir assistência psicossocial aos agentes de segurança; e Incluir no banco de dados do sistema prisional a classificação por etnia.

[11] Ver capítulo intitulado *Avaliação da ação programática de Governo,* no qual consta tabela com desempenho dos indicadores de programa

Das 14 estratégias não atendidas, sete dizem respeito a ações voltadas para grupos específicos como mulheres, idosas/os, crianças e adolescentes, tais como: 1) disseminação de conhecimento acerca das violações de direito da pessoa idosa na região do Cariri; 2) integração das ações de segurança com demais políticas voltadas para crianças, jovens e adolescentes, na região do Cariri e atendimento especializado para crianças e adolescentes da região do Sertão Central; 3) ampliar a rede de atenção à mulher em situação de violência, e implantar ações efetivas de prevenção e combate à violência contra mulher em quatro regiões do planejamento (Litoral Norte, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Crateús).

A atuação governamental no que se refere à rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica foi mencionada, também, pelo Consesp, que assinalou a importância de implementar, acompanhar e aperfeiçoar constantemente tais políticas, sendo este um aspecto a ser fortalecido. Convém mencionar, por fim, que as seguintes demandas da população não foram atendidas: Criar um Batalhão de Polícia Militar Ambiental na região do Vale do Curu; Ampliar a atuação do Corpo de Bombeiros no Sertão dos Inhamuns; Promover o atendimento adequado, especializado, humanizado às vítimas de violência.

EIXO 6 - CEARÁ SAUDÁVEL

Tema 6.1 - Esporte e Lazer

Execução da Ação Programática de Governo

O tema Esporte e Lazer é composto por dois programas geridos pela Secretaria do Esporte e Juventude do Ceará (SEJUV). O desempenho dos programas foram avaliados conforme o gráfico a seguir, que representa a análise realizada pelo órgão estadual e pelo Conselho do Desporto (Codesp).

Tabela 108 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Esporte e Lazer

Instância Avaliadora: Conselho Estadual do Esporte e Lazer						
Programa	Análise dos órgãos					Parecer do Conselho
	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	
611- Esporte e Lazer para a população				x		Sem avaliação
612- Ceará no Esporte e Rendimento						

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Por se tratar de uma politica por conta da desaceleração imposta pela pandemia da COVID-19, o avanço das políticas de esporte e lazer foi limitado, principalmente porque a recomendação de distanciamento social vai de encontro à natureza das práticas esportivas, que em sua maioria necessita de aglomerações. Apesar das dificuldades encontradas, na visão do órgão, os trabalhos desenvolvidos foram satisfatórios.

Como entregas importantes no período 2020-2021 destacam-se:

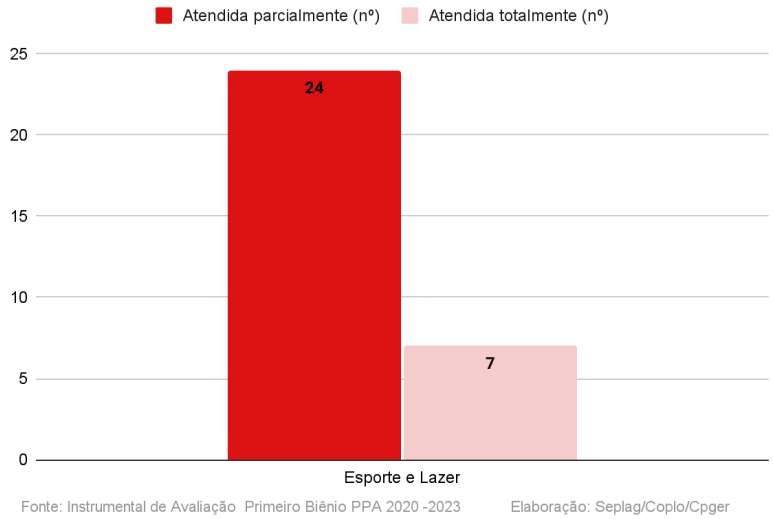
- Manutenção de quatro Vilas de Esporte e Lazer, do Centro de Formação Olímpica e 41 núcleos esportivos.
- Apoio financeiro a 168 atletas com transporte para competições.
- Apoio financeiro para diversas entidades e associações relacionadas ao esporte.
- Bolsa Esporte contemplando atletas com perfil de vulnerabilidade social com a conclusão dos editais de 2017 e 2018, este prorrogado até dezembro em função da pandemia.
- Lei de Incentivo ao Esporte viabilizou a captação de R$8 milhões para projetos esportivos e paradesportivos.
- 25 núcleos implantados pelo projeto Futpaz nas Areninhas.
- 41 academias ao ar livre implantadas.

Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 31 Estratégias Regionais, que não foram avaliadas pela instância de controle social. As estratégias foram classificadas pelo órgão gestor como atendidas totalmente (22,58%) e atendidas parcialmente (77,42%).

Como contribuição aos aspectos que não foram considerados nas estratégias, a SEJUV considera avaliar o potencial dos chamados E-sports nas diversas regiões do estado, que envolvem jogos eletrônicos, cujos praticantes são considerados atletas por legislação federal.

Tabela 109 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Esporte e Lazer.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Tema 6.2 - Saneamento Básico

Execução da Ação Programática de Governo

O tema Saneamento Básico é composto por dois programas geridos pela Secretaria das Cidades (Scidades). O desempenho dos programas foram avaliados conforme o gráfico a seguir, que representa a análise realizada pelo órgão estadual e o parecer emitido pelo Conselho Estadual de Educação.

Tabela 110 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Saneamento Básico.

Instância Avaliadora: Conselho Estadual das Cidades						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
621- Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana				x		**Favorável**
622- Abastecimento de água e esgoto sanitário no meio rural				x		

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Com o objetivo ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas, as ações deste Tema são realizadas por meio de dois programas geridos pela Secretaria das Cidades. mas com execução, também, pela Secretaria do Turismo, Cagece e Ceasa.

A análise do período 2020-2021, destacou as seguintes entregas.

- Ampliação de sete Sistemas de Abastecimento de Água e dois Sistemas de Esgotamento Sanitário.
- Melhoria em um Sistema de Abastecimento de Água e dois Sistemas de Esgotamento Sanitário.
- Implantação de dois Sistemas de Abastecimento de Água e três Sistemas de Esgotamento Sanitário.
- Foram concluídos 18 Planos Municipais de Saneamento Básico.
- Realização de mais de 150.000 ações socioambientais beneficiando quase 500.000 pessoas, em 12 regiões de planejamento.
- Execução de 27% da Planta de Dessalinização para produção de água marinha dessalinizada.
- Apoio institucional à execução de obras e atividades de saneamento urbano e rural no Estado.

O ano de 2020 foi um ano de baixa execução física e financeira, à exceção das obras financiadas com recursos provindos do BID e da OGU, devido às paralisações de obras e contingenciamento de recursos por conta da pandemia de COVID-19. Já no ano de 2021 houve uma razoável execução financeira, com a execução dos recursos do BID, operações de crédito internas, externas e convênios federais.

As principais dificuldades enfrentadas, além do contexto de pandemia, relacionam-se à implementação dos contratos/ convênios/ congêneres, tendo em vista os financiamentos externos, e qualquer tipo de alteração necessita da anuência do órgão financeiro, o que impacta no andamento das obras. Outras têm dificuldades relacionadas aos processos de licitação e emissão de licenças ambientais. Alguns fatores exógenos podem impactar no andamento do ciclo, como as variações cambiais e a pandemia de COVID-19, por exemplo.

O programa de saneamento básico para o meio rural tem como objetivo ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As ações do programa são realizadas por meio da Secretaria das Cidades e Secretaria do Desenvolvimento Agrário, através dos programas Águas do Sertão, Integração do Rio São Francisco (PISF), Água para Todos e São José. Além dessas, também tem ações executadas por meio do Fundo Estadual de Saneamento Básico-FESB.

Em relação ao meio rural, no período de 2020-2021, destacam-se as seguintes entregas:

- Instalação de 54 poços em cinco regiões de planejamento.
- Implantação de 36 sistemas de abastecimento de água, sendo seis pelo Projeto de Integração do São Francisco – PISF, dez do Programa Água para Todos e 20 sistemas do Projeto São José.
- Entrega de 2.437 cisternas de placa para armazenamento de água para consumo humano, pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário.
- Além disso, foi dado apoio técnico e institucional fornecido pela Secretaria das Cidades e Cagece ao SISAR.

Vale ressaltar que em conformidade com Lei Complementar n° 214/2020, sendo uma estratégia de enfrentamento dos efeitos econômicos da Pandemia de COVID-19, foi realizado um repasse de recursos financeiros do FESB ao INSTITUTO SISAR, com a finalidade de pagar as contas de água das famílias cearenses de baixa renda assistidas pelo Sistema Integral de Saneamento Rural - SISAR, cujo consumo mensal das unidades residenciais não ultrapasse a 10 (dez) m3/mês, sendo uma iniciativa pioneira de subsídio direto que isentou mais de 169.582 contas de água.

No que diz respeito ao alcance dos objetivos, mesmo com o bom desempenho dos indicadores escolhidos, as execuções física e financeira ficaram abaixo do planejado, pelos motivos já descritos anteriormente. O Projeto Águas do Sertão foi aprovado no segundo semestre de 2019, com atraso de mais de um ano, o que acarretou no atraso do início de todas as obras que ainda estavam em atividades preparatórias, fase de licitação ou aguardando licenciamento ambiental.

Outras dificuldades enfrentadas foram na parte de logística, com o aumento do valores dos insumos, dificultando assim o andamento das obras de sistemas de abastecimento de água e cisternas que tiveram que ser paralisadas por um período até a retomada gradual das atividades.
De maneira geral, o desempenho dos programas foi considerado como “Bom” pelo órgão gestor, e teve parecer Favorável na avaliação do Conselho da Secretaria das Cidades.

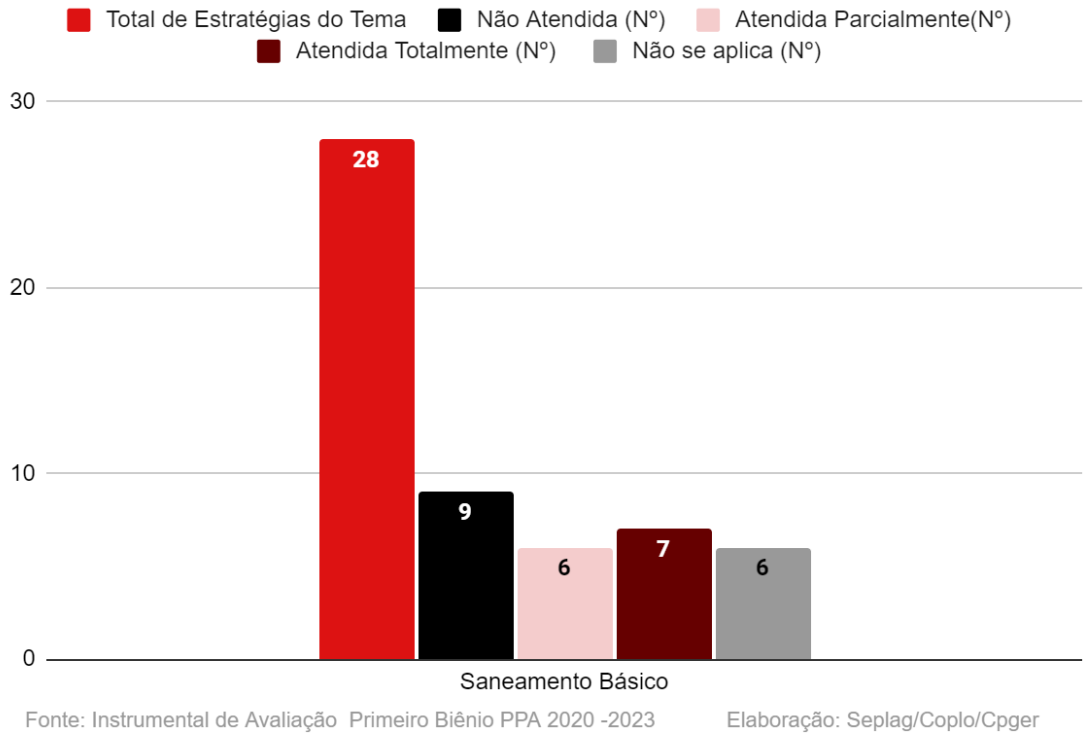
Execução das Estratégias Regionais

Para este tema foram eleitas 28 Estratégias Regionais, que foram avaliadas pela instância de controle social com parecer SATISFATÓRIO COM RESSALVA. As estratégias foram classificadas pelo órgão gestor como atendidas totalmente (25,00%), atendidas parcialmente (21,43%), não atendidas (32,14%) e não se aplica (21,43%).

A ressalva do Conselho se deu no tocante à elaboração das estratégias. Algumas delas são muito genéricas, dificultando a identificação das entregas a serem efetivadas pelo órgão, o que se tornou um obstáculo na adequação da estratégia proposta com o planejamento do estado. Sugere-se que as estratégias sejam melhor especificadas, para que a avaliação possa ser melhor balizada pela instância de controle social.

O Conselho acrescentou como importante a necessidade de incorporar na avaliação as metas das ações previstas para cada ano avaliado. Por fim, o Conselho ainda requereu uma maior disseminação do conhecimento do planejamento da gestão pública junto aos membros do Conselho, seja por meio de capacitação ou apresentações no colegiado, que possam fornecer subsídios para que se cumpra com maior efetividade o papel de controle social.

Gráfico 81 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Saneamento Básico



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Tema 6.3 - Saúde

Execução da Ação Programática de Governo

As políticas públicas de saúde possuem quatro programas no PPA(20-23), cada programa com um objetivo específico dentro das políticas da saúde. O Programa 631 foca na melhoria da resolutividade e a eficiência das ações de saúde, de forma integrada, equânime e regionalmente bem distribuída; o Programa 632 foca na redução dos agravos e doenças, bem como os riscos à saúde da população cearense; Programa 633 em aprimorar os instrumentos e mecanismos gerenciais para qualificação da gestão e ampliação da participação dos atores sociais na governança do sistema de Saúde; e o Programa 634 na ampliação, integração e na intersetorialidade nas áreas da gestão do conhecimento, da força de trabalho, da pesquisa, da educação, da inovação e da inteligência na política pública de saúde.

Tabela 111 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Saúde.

Instância Avaliadora: Conselho Estadual de Saúde						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
631- Atenção à saúde de perto do cidadão					x	**Favorável**
632- Prevenção de doenças e prevenção de saúde do cidadão				x		
633- Gestão e Governança do Sistema de Saúde com transparência e integridade				x		
634- Gestão da rede de conhecimento, educação, tecnologia e inovação em saúde				x		

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

A avaliação do tema foi realizada por meio da análise dos Programas pelos órgãos executores das políticas públicas de saúde: Secretaria da Saúde e Escola de Saúde Pública, que classificaram os desempenho de três programas como bom, e um como ótimo desempenho, sendo este o programa que comporta a maioria das ações direcionadas à população nas diversas redes de atendimento.

Destaca-se no período avaliado: a Expansão das Unidades Hospitalares e Ambulatoriais da Rede própria da SESA, com a realização de obras e aquisição de equipamentos; a Modernização do parque tecnológico do Lacen; Expansão dos leitos de UTI e para pacientes Covid; Inauguração da policlínica de Crato, a Implantação do CER tipo III e o Atendimento PcD implantado na Policlínica de Caucaia e Pacajus.

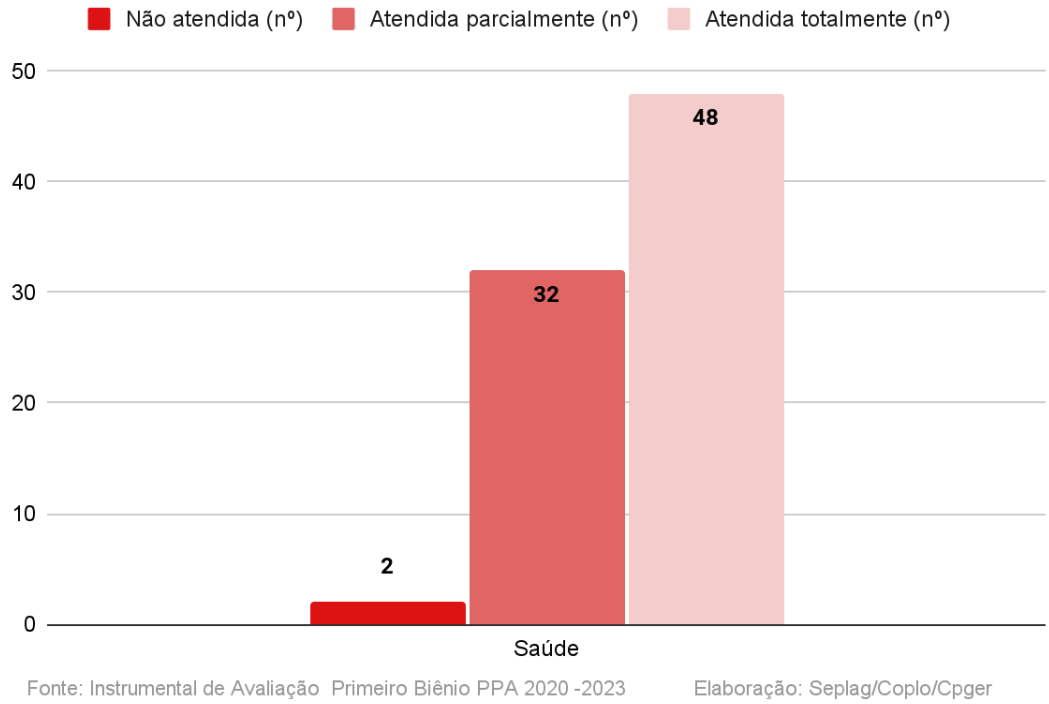
Outros Avanços como a modernização do Parque Tecnológico das Unidades de Saúde e aquisição de equipamentos, contemplando o HM; HGCC; HIAS; HGF; HMJMA; Hemoce; CIDH e HSJ e a implantação de prontuário eletrônico nas unidades hospitalares da rede Sesa, a Inauguração do Hospital Regional Vale do Jaguaribe e das policlínicas de Canindé e a habilitação do CER II em

Russas e Implantação do CER tipo II e o Atendimento PcD na Policlínica de Barbalha foram considerados.

Conselho Estadual de Saúde do Ceará (CESAU) compostos por representantes de usuários, de trabalhadores de saúde, do Governo e de prestadores de serviços de saúde com 80 assentos, entre titulares e suplentes, respeitando a paridade de 25% de profissionais de saúde, 25% de Governo e prestadores de serviços de saúde, e 50% de usuários, avaliou como parecer FAVORÁVEL a execução das políticas públicas da saúde no Estado do Ceará, tendo como base o processo de acompanhamento e monitoramento realizado nos dois anos e a análise apresentada pelo órgão.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 82 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Saúde.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Entre as 82 estratégias eleitas pela população, 97,56% delas foram atendidas totalmente ou parcialmente e apenas 2,45% não foram atendidas, que se referem à implantação de ambulatório em escolas usando atenção integral dos adolescentes no litoral leste e a implantação do curso de medicina na região Crateús.

Entre as estratégias eleitas totalmente atendidas predomina-se o atendimento à assistência farmacêutica quanto a aquisição de medicamentos, a oferta de serviços na atenção primária principalmente para pessoas idosas e para a rede materna-infantil, ampliação de leitos para serviços de urgência e emergência, e estratégias referentes à melhoria da gestão de controle e transparência de recursos na saúde e qualificações e capacitações dos profissionais na área da saúde. Quanto às regiões, o atendimento das estratégias foi bem distribuído regionalmente.

A garantia de acesso, a ampliação de UTI's, e a assistência farmacêutica foram ações priorizadas no primeiro biênio em função do enfrentamento à pandemia.

A relevância da vigilância nas ações de promoção, prevenção e imunização e a atuação dos órgãos da saúde voltadas para a redução dos agravos da covid-19, uma vez que no período de elaboração do Plano as instâncias do Estado não tinham previsão da pandemia e, assim, não previram estratégias para minimizar os agravos nas diferentes regiões do Ceará, tendo destaque a criação do site https://coronavirus.ceara.gov.br/; a capacitação de profissionais de saúde para medidas sanitárias e de telessaúde; os treinamentos para o atendimento clínico e a terapia de suporte avançado de vida aos casos graves; a busca por inovações em saúde, que culminaram no projeto ELMO, um inovador capacete respiratório para assistência aos pacientes com insuficiência respiratória nunca usado no Brasil; a criação da central de ventiladores mecânicos em conjunto com o Serviço Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (SENAI/FIEC).

O Conselho de Saúde, sobre as estratégias, avaliou que as estratégias incluídas na execução da Política de Saúde e o atendimento regionalizado como satisfatórias, uma vez que, atendem as necessidades e amenizam a vulnerabilidade da população, construindo com o bem estar da sociedade. No entanto, ressaltou a necessidade de avançar na melhoria de investimento e na organização nas Redes de Atenção à Saúde: Psicossocial e Cuidados às Pessoas com Deficiência, como uma necessidade que precisa ser fortalecida.

EIXO 7 - CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Eixo Ceará Sustentável no PPA(20-23) envolve as políticas públicas das Energias, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, visa a proteção do meio ambiente, com especial atenção ao uso racional dos recursos naturais.

Tema 7.1 - Energias

Execução da Ação Programática de Governo

A política pública de energias é composta por um único programa que objetiva promover uma Matriz Energética no Estado do Ceará, com segurança e eficiência energética,visando a expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível. Tendo no biênio (20-21) destaque os projetos e atividades relacionadas ao gás natural, capitaneados pela Cegás, e para as obras de eletrificação e mudança de fase do Plano de Investimentos Especiais (PIE), cujos recursos são oriundos da receita da Enel Distribuição Ceará (antiga Coelce), decorrente do processo de concessão da distribuição de energia.

Tabela 112 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Energias.

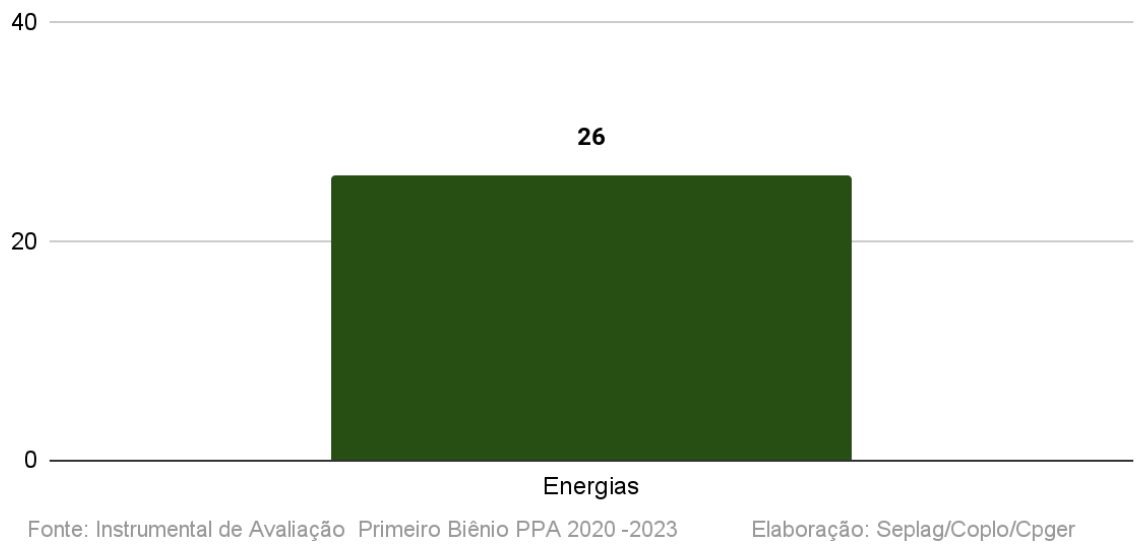
Sem Instância de Controle Social específica para o tema					
Programa	**Análise dos órgãos**				
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
711- Matriz Energética do Estado do Ceará		**x**			

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

Com a inexistência de instância de controle social vinculada ao tema, a avaliação do desempenho do primeiro biênio do PPA 2020-2023 foi realizada pelos órgãos executores da Política, sendo eles: Secretaria de Infraestrutura, Secretaria do Desenvolvimento Agrário e Secretaria das Cidades, avaliado "Ruim" para o biênio (20-21), pois foi possível observar que o desempenho do programa medido pelos indicadores ficou bem abaixo do esperado.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 83 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Energias.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

A avaliação do órgão, constatou que nenhuma das 26 estratégias regionais elencadas pela população para o tema Energias, foi atendida. As regiões do Litoral Leste e da Região do Sertão de Sobral foram as regiões que mais elencaram estratégias regionais. Quanto à matéria das estratégias, tratava-se em maior peso a políticas de incentivo para o consumo de energias renováveis aos consumidores finais, e acessibilidade para as energias renováveis pelos os agricultores e sensibilização para o uso de energias renováveis em instituições públicas e escolares. Necessitando este tema ser melhor compreendido pela população,especialmente no que cabe ao estado realizar.

Tema 7.2 - Meio Ambiente

Execução da Ação Programática de Governo

As políticas públicas de meio ambiente são executadas por meio de possuem cinco programas no PPA(20-23), cada programa possuindo um enfoque específico no desempenho da política de meio ambiente. Desta forma, o tema trata da promoção da educação ambiental para mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal, da revitalização das áreas urbanas degradadas, na redução das populações de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e na redução do número de espécies ameaçadas de extinção no Estado, da conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e da biodiversidade do Ceará. Ainda são desenvolvidas ações com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa, visando a minimização dos efeitos negativos das mudanças climáticas e a gestão de Resíduos Sólidos.

Tabela 113 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Meio Ambiente.

Instância Avaliadora: Conselho Estadual do Meio Ambiente						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
721- Ceará Consciente por Natureza				**x**		**Sem avaliação**
722- Revitalização das áreas urbanas degradadas						
723- Ceará da Proteção e Bem-estar animal				**x**		
724- Ceará Mais Verde					**x**	
725- Ceará no Clima				**x**		
726- Resíduos Sólidos				**x**		

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

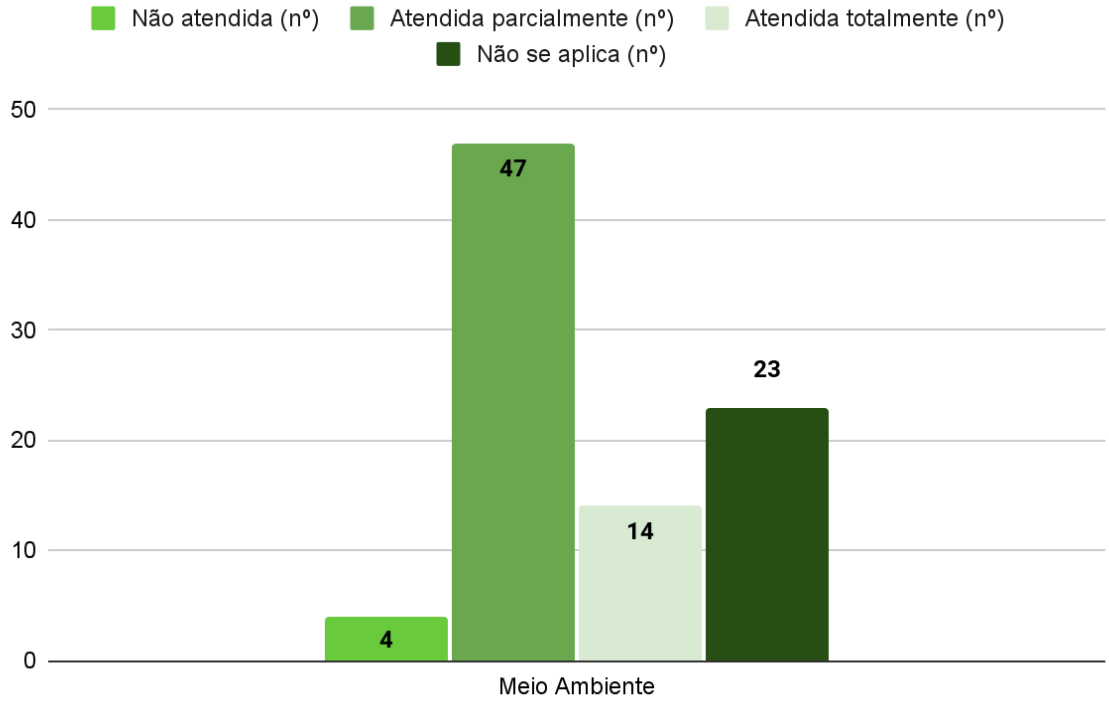
A avaliação dos Programas foi realizada pelos órgãos executores das políticas públicas: Secretaria do Meio Ambiente, Superintendência do Meio Ambiente, e Secretaria das Cidades. Tendo 66,66% dos Programas do Tema avaliado com bom desempenho, sendo o Programa 724 - Ceará Mais Verde avaliado com o desempenho superior entre os outros. O Programa 722 - Revitalização das áreas urbanas degradadas não teve avaliação pelo órgão.

Como razões para essa avaliação justificou-se pela produção de mudas nativas, plantios, reflorestamento e criação de unidades de conservação nos municípios de Crateús e Poranga-CE; nos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Maranguape, no Município do Crato-CE,- nos Municípios de Crateús, Ipaporanga e Poranga-CE, além ações de educação ambiental, capacitação em educação ambiental de agentes multiplicadores e promoção de ações socioambientais de educação ambiental, A área de risco da Comunidade da "Muriçoca" e Belém que foram totalmente eliminadas

O Conselho estadual de meio ambiente composto por órgãos representantes do poder público, entidades ambientalistas e segmentos da sociedade civil, tem por finalidade assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos de política de proteção ambiental, por questões relacionadas a tempo, dificuldades de organização e perda de função do Conselho não conseguiu realizar a avaliação.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 84 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Meio Ambiente



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Das 88 estratégias relacionadas ao tema meio ambiente, 69,31% das estratégias foram atendidas totalmente ou parcialmente, enquanto, apenas 4,5% não foram atendidas. Entre as estratégias eleitas atendidas totalmente existe a predominância da atenção dada para ações em educação ambiental e promoção de unidades de conservação. Isso demonstra total alinhamento entre o demandado pela população e o de fato ocorrido no planejamento, pois ações em educação ambiental e a criação de unidades de conservação sempre estiveram entre as principais realizações no biênio.

As quatro estratégias não atendidas foram: 1) Implantar o serviço de triagem de animais silvestres, não atendida por conta da falta de implantação de um Cetas, e estratégias no âmbito de política de resíduos sólidos como: 2) Desenvolver e implantar projetos para o descarte correto de resíduos, 3) fomentar a implantação de tecnologias de disposição ambientalmente correta dos resíduos sólidos, e 4) desenvolver plano de recuperação de áreas de proteção permanente a partir da nascente do rio Jaguaribe.

Do ponto de vista regional, as regiões do Centro Sul, Litoral Leste e Maciço de Baturité foram as que mais tiveram alcance das estratégias atendidas totalmente ou parcialmente, enquanto a região do Sertão de Crateús e Sertão Central foram as que tiveram o maior percentual de estratégias não atendidas.

Tema 7.3 - Recursos Hídricos

Execução da Ação Programática de Governo

As políticas públicas de Recursos Hídricos é composto por dois programas: o primeiro com foco na promoção da utilização múltipla e eficiente dos recursos hídricos por meio da ampliação do conhecimento técnico-científico, do aperfeiçoamento do planejamento e da gestão integrada e participativa e o segundo programa com o foco na oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais.

Tabela 114 - Consolidado da análise do desempenho do Tema Recursos Hídricos.

Instância Avaliadora: Conselho Estadual de Recursos Hídricos						
Programa	**Análise dos órgãos**					**Parecer do Conselho**
	Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**	
731- Planejamento e Gestão Participativa dos Recursos Hídricos				**x**		**Sem avaliação**
732- Oferta Hídrica para múltiplos usos				**x**		

Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 **Elaboração:** Seplag/Coplo/Cpger

A avaliação dos Programas foi realizada pelos órgãos: Secretaria de Recursos Hídricos, Companhia de Gestão de Recursos Hídricos, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, Superintendência de Obras Hidráulicas, os quais avaliaram ambos programas com bom desempenho.

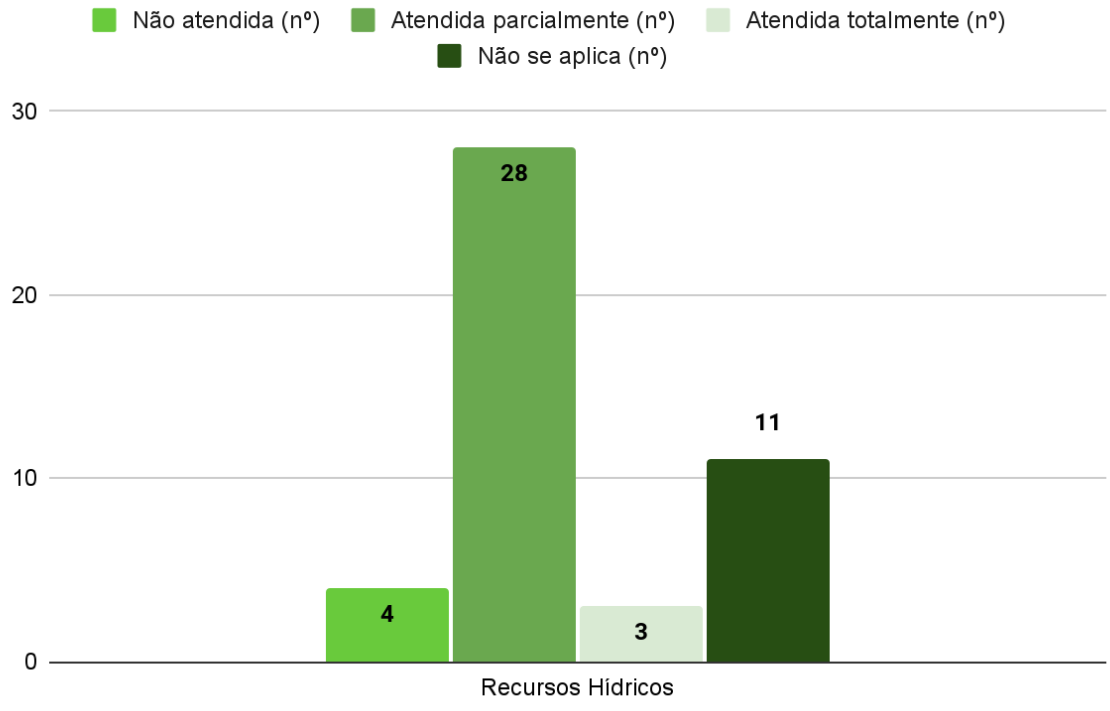
Entre as razões para essa avaliação, apesar da pandemia, foram destacadas as seguintes:Fortalecimento da fiscalização com supervisão da Cogerh e drones na verificação das irregularidades. Intensificação na discussão democrática do uso da água através das Comissões Gestoras e os Comitês de Bacias Hidrográficas, fortalecendo esses entes colegiados. Fornecimento de informações para subsidiar o desenvolvimento dos planos de bacias hidrográficas, bem como o processo de alocação de água. Conquista do Parque Estadual das Águas com 9.836 hectares que abrange o açude Pacoti, Riachão e Gavião como Unidade de Conservação dos recursos hídricos formando um grande cinturão verde de preservação ambiental. Tranferência de água, via PISF para o Açude Castanhão até a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, por meio do Trecho Emergencial do Cinturão das Águas - CAC, Conclusão das Barragem Amarelas no município de Beberibe, da Barragem Melancia no município de São Luís do Curú e da Adutora de Palmácia nos municípios de Palmácia e Pacoti, garantindo uma significativa oferta de água para os diversos usos, tais como, abastecimento humano e animal, industrial, irrigação, psicultura, como também, proteção contra cheias e regularização de vazão.

Quanto aos aspectos críticos, foi salientado pelos órgãos que é preciso avançar no monitoramento da qualidade da água , na preservação e saneamento das fontes hídricas e despoluição dos rios.

Como Conselho representativo do tema de recursos hídricos, há o Conselho de Recursos Hídricos do Ceará (Conerh), composto por representações de 24 (vinte e quatro) instituições de Orgãos Estaduais (SRH; SEPLAG; SEINFRA; SDA; SECITECE; Secretaria das Cidades; SEMACE; SEDUC; SEMA; SEDET; SESA; Defesa Civil Estadual;da Associação dos Municípios do Estado do Ceará; dos Comitês de Bacias Hidrográficas; de Instituições Públicas Federais com atuação em Recursos Hídricos; de Organizações Civis de Recursos Hídricos;) representantes de entidades de ensino superior com atuação na área de Recursos Hídricos; entidades dos usuários de recursos hídricos. No período da coleta da avaliação não foi possível a avaliação do conselho, visto que suas reuniões são semestrais, não sendo possível incluir a pauta na reunião do segundo semestre e nem existir tempo hábil para a convocação de uma reunião extraordinária para tratar sobre a avaliação.

Execução das Estratégias Regionais

Gráfico 85 - Consolidado da análise de atendimento das estratégias regionais do Tema Recursos Hídricos.



Fonte: Instrumental de Avaliação Primeiro Biênio PPA 2020 -2023 Elaboração: Seplag/Coplo/Cpger

Das 46 estratégias eleitas pela população no tema de recursos hídricos, o percentual de 70,44% foram atendidas totalmente ou parcialmente, sendo o teor dessas estratégias predominantemente em assuntos relacionados quanto à informação, gestão e fiscalização dos recursos hídricos. Do percentual de 8,69% das estratégias encontram-se: 1) interligação de bacias hidrográficas no

litoral norte, 2) interligação de bacias hidrográficas no Inhamuns; 3) Garantia da celeridade da implantação do Cinturão das Águas na região e 4) Garantia das políticas de investimento para o armazenamento hídrico para a região no sertão de Canindé.

Se analisar do ponto do alcance das estratégias em relação ao alcance por região, é possível perceber um alcance bem distribuído entre as 14 regiões, porém analisando do ponto de vista de estratégias não atendidas, o Sertão do Inhamuns foi a região que não teve nenhuma de suas estratégias eleitas atendidas.

4. Participação Cidadã a partir das manifestações da população no sistema de ouvidoria nos anos 2020 e 2021

A Ouvidoria possibilita a participação cidadã para o pleno exercício da cidadania, funcionando como canal de interlocução entre governo e sociedade, por meio do acolhimento das mais variadas manifestações acerca da prestação do serviço público e da estrutura e funcionamento da administração pública. A Ouvidoria funciona ainda como instrumento de gestão, que a partir do tratamento dessas interlocuções, levando em consideração a contribuição dos usuários e as informações recebidas, são utilizadas para o planejamento e aprimoramento das políticas públicas.

Manter esse canal de diálogo permanente permite que sejam realizados ajustes na gestão governamental, a fim de promover melhorias e correções necessárias à luz dos princípios constitucionais. Ao mesmo tempo, é possível também verificar se o planejamento está sendo executado conforme previsto, associando as manifestações de ouvidoria ao PPA por meio dos programas orçamentários a partir da classificação da temática abordada nas demandas.

Importante destacar que a Ouvidoria, enquanto macrofunção de controle interno, apresenta orientações e sugestões de melhorias aos gestores públicos, a partir dos relatórios gerenciais, evidenciando o que foi apontado pela sociedade, e da necessidade de aprimoramento na prestação de serviço ou na política pública.

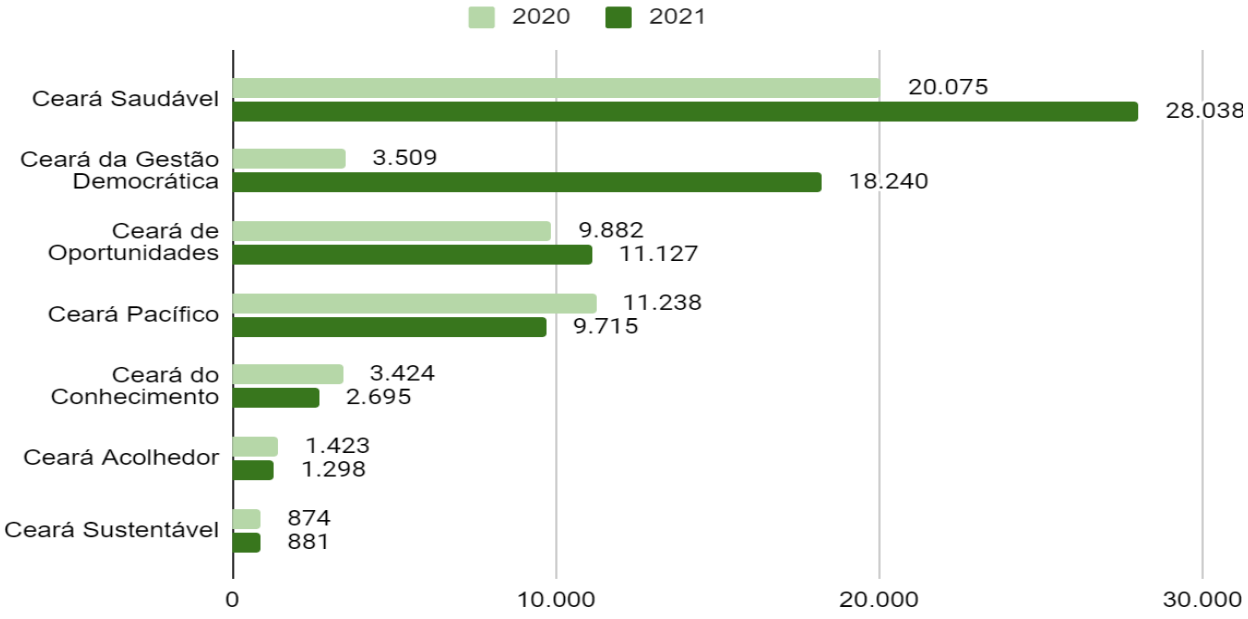
Diante do exposto, a inclusão da escuta direta da população realizada pela Ouvidoria nos anos de 2020 e 2021 se faz pertinente nesta etapa referente ao processo participativo, tendo em vista ser um dos canais de participação da sociedade, aberto a todo e qualquer cidadão cearense.

A metodologia aplicada foi a análise documental dos relatórios expedidos pela Ouvidoria das manifestações da população nos anos de análise e a classificação das mesmas de acordo com os Eixos estratégicos de governo definidos no PPA 2020 -2023, apresentando o quantitativo de manifestações registradas nesse período na Plataforma Ceará Transparente e nas ferramentas da Sesa, Cagece e Arce, por Eixos Governamentais e por temas, com vinculação aos tipos e assuntos das demandas e aos seus órgãos gestores/executores.[12]

[12] Os dados analisados tiveram como fonte o Ceará Transparente - Dados extraídos em 06/03/2021 e 01/03/2022 e os relatórios das ferramentas internas da ARCE, CAGECE e SESA de 2020 e 2021 (Classificação em 08/07/2022)

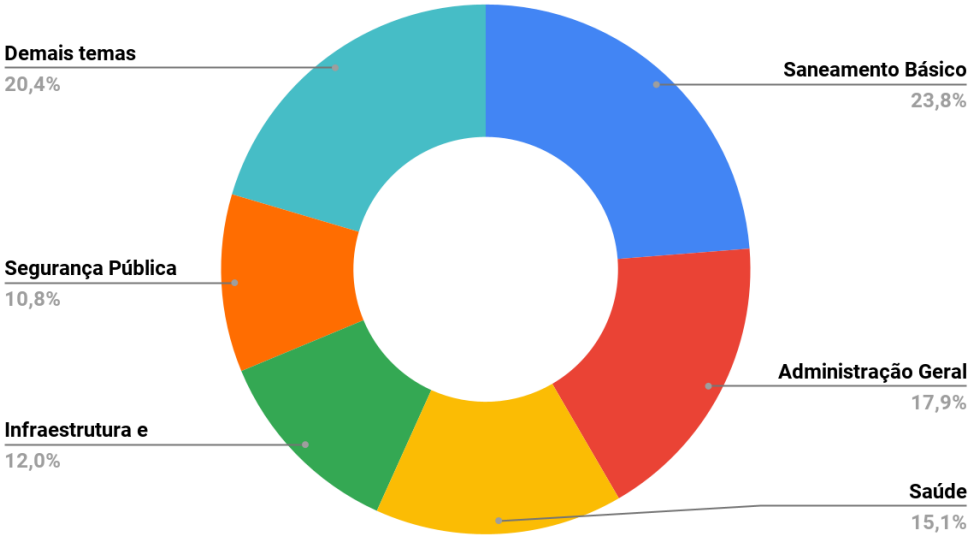
Diante da pandemia do coronavírus nos anos de 2020 e 2021, o Eixo Ceará Saudável foi o detentor do maior número de manifestação da população, e o Eixo Ceará Sustentável do menor número, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 86 - Consolidado das manifestação da população por Eixo



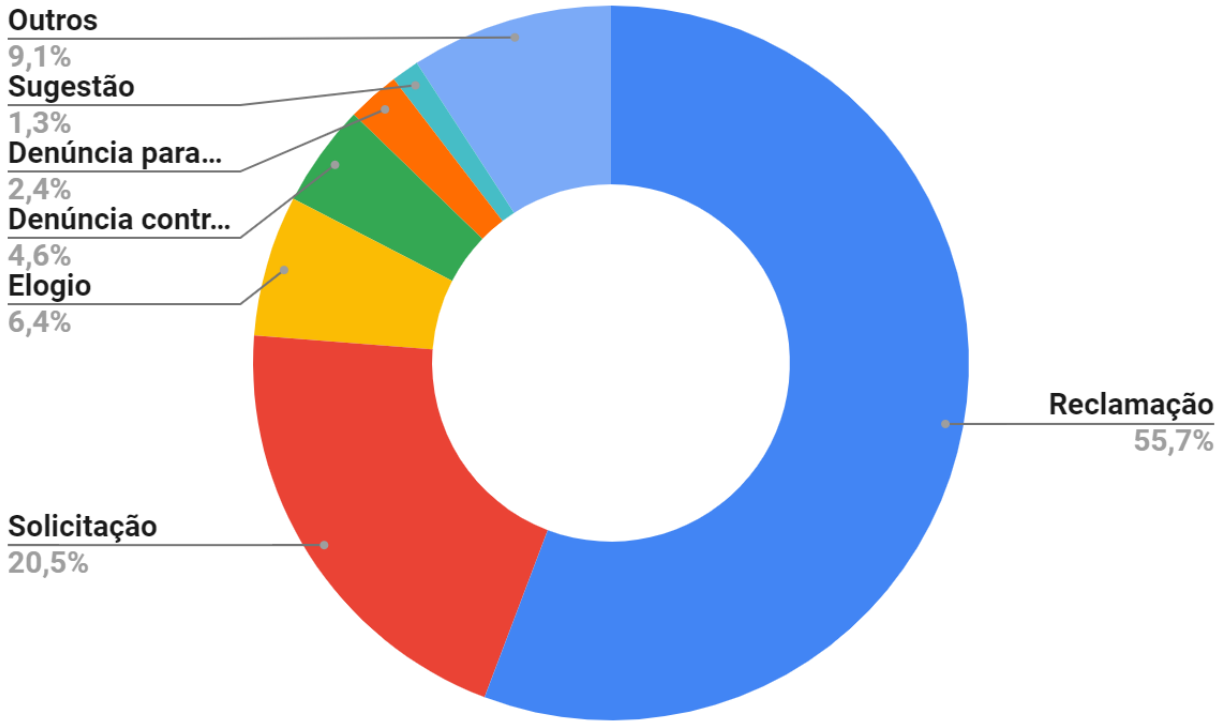
No que se refere aos temas, 79,8% das manifestações populares estão concentradas em cinco temas: Saneamento Básico, Administração Geral, Saúde, Infraestrutura e mobilidade e Segurança pública, enquanto 20,76% das manifestações restantes aglomeram os outros 24 temas do PPA, conforme apresentado no Gráfico a seguir.

Gráfico 87 - Consolidado das manifestação da população por temas



Com relação a tipologia das manifestações, as mesmas foram agrupadas pelos principais assuntos registrados na plataforma Ceará Transparente, nos anos 2020 e 2021, tendo a maior concentração nas reclamações (55,7%), conforme detalhado no gráfico abaixo

Gráfico 88 - Consolidado das manifestações por tipologia dos anos 2020 e 2021.



2.1. Avaliação por Eixos e Temas Estratégicos

Para a análise dos Eixos governamentais, contemplando os Temas estratégicos e assuntos das manifestações, serão consideradas apenas as manifestações oriundas da plataforma Ceará Transparente, considerando que a Coordenadoria de Ouvidoria da CGE não realiza a gestão das manifestações provenientes das ferramentas internas da ARCE, CAGECE e SESA.

Eixo 1 - Ceará Acolhedor

Total consolidado de manifestações do Biênio 2020 - 2021: **2.721**

Sexto em concentração das manifestações de ouvidoria, com aproximadamente 2% dos registros da Plataforma Ceará Transparente, o Eixo Acolhedor fundamenta-se no conjunto de políticas públicas pautadas na inclusão social dos segmentos vulneráveis, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas dos indivíduos e na garantia dos direitos humanos. Abrange os temas: Acesso à terra e moradia, Assistência Social, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional, que têm como principais órgãos executores: Idace, Scidades, SDA, Seas, SPS e Sejuv .

Tabela 115 - Manifestações por temas estratégicos.

Tema	2020	2021	TOTAL
Inclusão Social e Direitos Humanos	750	620	1370
Segurança Alimentar e Nutricional	297	434	731
Acesso à terra e moradia	112	129	241
Assistência Social	264	115	379
Total	1423	1298	2721
Fonte: CGE			

Tabela 116 - Manifestações por órgãos.

Órgãos	2020	2021	TOTAL
Secretaria de Proteção Social - SPS	1.266	1.133	2.399
Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE	85	118	203
Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo - SEAS	34	36	70
Secretaria das Cidades - SCIDADES	26	10	36
Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	9	1	10
Secretaria de Esporte e Juventude - SEJUV	3	--	3
Total	1.423	1.298	2.721
Fonte: CGE			

Tabela 117 - Manifestações por Tipificação/Assunto.

Assunto	2020	2021	Total
Reclamação	860	727	1.587
Solicitação	403	260	663
Elogio	137	303	440
Denúncia	21	4	25
Sugestão	2	4	6
Total	1.423	1.298	2.721
Fonte: CGE			

Eixo 2 - Ceará da Gestão Democrática por Resultados

Total consolidado de manifestações do Biênio 2020 - 2021: **32 895**

O Eixo Governamental Ceará da Gestão Democrática por Resultados é o segundo em concentração das manifestações de ouvidoria, representando 24,6% de todas as demandas registradas no Ceará Transparente. Tem como política principal a garantia do crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário. É um eixo de articulação intersetorial que contempla os temas estratégicos: Administração Geral, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Gestão Fiscal, Transparência, Ética e Controle e Planejamento e Modernização da Gestão, tendo todos os órgãos e entidades do poder executivo estadual na qualidade de executores. Os órgãos com maior concentração de manifestações de Ouvidoria nesse eixo nos anos de 2020 e 2021 foram: ARCE, CASA CIVIL, CEARAPREV, CGE, CAGECE, DETRAN, ISSEC, PGE, PMCE, SAP, SECULT, SEDUC, SEFAZ, SEINFRA, SESA, SEPLAG e SPS. Os órgãos CEASA, CGD, CIPP S/A, CODECE, SECITECE, SRH, SUPESP e UVA não apresentaram manifestações em seus respectivos temas nos anos de 2020 e 2021.

Tabela 118 - Manifestações por temas estratégicos.

Tema	2020	2021	2021
Administração Geral	11.164	12.855	24.019
Gestão e Desenvolvimento de Pessoas,	1.159	3.705	4.864
Transparência, Ética e Controle	1.874	1.434	3.308
Planejamento e Modernização da Gestão	80	241	321
Gestão Fiscal	378	5	383
Total	14.655	18.240	32.895
Fonte: CGE			

Tabela 119 - Manifestações por órgãos (mais demandados).

Órgãos	2020	2021	Total
SEFAZ	5.012	5.459	10.471
CEARAPREV	314	2.721	3035
CASA CIVIL	2.130	1.496	3.626
SESA	684	1.171	1855
SEDUC	839	1.158	1997
CAGECE	836	850	1686
SEPLAG	875	823	1698
SPS	349	557	906
ARCE	701	529	1230
ISSEC	644	487	1131

PGE	323	481	804
CGE	487	423	910
PMCE	224	320	544
Total	13.418	16.475	29.893
Fonte: CGE			

Tabela 120 - Manifestações por Tipificação/Assunto.

Assunto	2020	2021	Total
Reclamação	7.397	9.254	16.651
Solicitação	5.092	6.051	11.143
Elogio	935	1.477	2.412
Denúncia contra o estado	714	1.100	1.814
Sugestão	517	358	875
Total	14.655	18.240	32.895

Eixo 3 - Ceará de Oportunidades

Total consolidado de manifestações do Biênio 2020 - 2021: **21.017**

Quarto em concentração das manifestações de ouvidoria, representando 15,7% das demandas registradas na plataforma Ceará Transparente, esse eixo promove a integração dos temas que representam as bases de sustentação econômica do desenvolvimento do Ceará. A política estadual do Ceará de Oportunidades se desdobra nos temas: Agricultura Familiar e Agronegócio, Comércio e Serviços, Indústria, Infraestrutura e Mobilidade, Pesca e Aquicultura, Trabalho e Empreendedorismo e Turismo e tem como órgãos executores: ADAGRI, ADECE, ARCE, CEASA, CIPP S/A, CODECE, DETRAN, EMATERCE, JUCEC, METROFOR, NUTEC, SEDET, SCIDADES, SDA, SECITECE, SEDUC, SEINFRA, SETUR, SOHIDRA, SPS e ZPE CEARÁ

Tabela 121 - Manifestações por temas estratégicos.

Tema	2020	2021	Total
Infraestrutura e Mobilidade	8.469	8.633	17.102
Trabalho e Empreendedorismo	1.076	1.404	2.480
Comércio e Serviços	7	775	782
Agricultura Familiar e Agronegócio	213	178	391
Turismo	103	114	217
Indústria	9	29	38
Pesca e Aquicultura	5	2	7
Total	9.882	11.135	21.017

Tabela 122 - Manifestações por órgãos (mais demandados).

Órgãos	2020	2021	Total
DETRAN	6.718	7.106	13.824
METROFOR	808	863	1671
JUCEC	1.029	800	1.829
ADECE	5	787	792
SEDET	55	616	671
SOP	511	310	821
SEINFRA	377	280	657
SETUR	94	118	212
CIPP S/A	56	69	125
SDA	45	64	109
EMATERCE	88	60	148
ADAGRI	54	35	89
CEASA	27	20	47
SCIDADES	5	5	10
SPS	1	1	2
CODECE	--	1	1
Total	9.873	11.135	21.008

Tabela 123 - Manifestações por Tipificação/Assunto.

Assunto	2020	2021	Total
Reclamação	7.115	7.935	15.050
Solicitação	2.356	2.766	5.122
Elogio	87	103	190
Denúncia	186	237	423
Sugestão	138	94	232
Total	9.882	11.135	21.017
Fonte: CGE			

Eixo 4 - Ceará do Conhecimento

Total consolidado de manifestações do Biênio 2020 - 2021: **6.119**

Quinto em concentração das manifestações de ouvidoria na plataforma Ceará Transparente, com 4,8% das demandas, trata-se da determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento e da sua utilização decisiva no processo de geração e distribuição da renda e da riqueza. Ciência, Tecnologia e

Inovação, Cultura e Arte, Educação Básica, Educação Profissional e Educação Superior são temas estratégicos e têm como órgãos executores: CEE, ETICE, FUNCAP, FUNTELC, NUTEC, SECITECE, SECULT, SEDET, SEDUC, SEINFRA, SESA, SEPLAG, SEINFRA, SOP, SPS, UECE, URCA e UVA.

Tabela 124 - Manifestações por Temas Estratégicos.

Tema	2020	2021	Total
Educação Básica	1.261	1.278	2.539
Educação Superior	1.717	888	2.605
Educação Profissional	305	402	707
Cultura e Arte	121	108	229
Ciência, Tecnologia e Inovação	20	19	39
Total	3.424	2.695	6.119
Fonte: CGE			

Tabela 125 - Manifestações por órgãos (mais demandados).

Órgãos	2020	2021	2021
SEDUC	1.386	1.503	2.889
UECE	1.439	427	1.866
UVA	156	241	397
URCA	91	170	261
CEE	156	160	316
SECULT	115	106	221
SECITECE	36	49	85
FUNCAP	15	28	43
SPS	7	5	12
SOP	4	2	6
FUNTELC	5	2	7
ETICE	4	1	5
NUTEC	6	1	7
Total	3.420	2.695	6.115
Fonte: CGE			

Tabela 126 - Manifestações por Tipificação/Assunto.

Assunto	2020	2021	Total
Reclamação	1.805	1.642	3.447
Solicitação	1.203	602	1.805
Elogio	27	28	55
Denúncia contra o estado	329	376	705
Sugestão	60	47	107
Total	3.424	2.695	6.119

Fonte: CGE

Eixo 5 - Ceará Pacífico

Total consolidado de manifestações do Biênio 2020 - 2021: **20.953**

Terceiro em concentração das manifestações de ouvidoria, representando 15,7% das demandas registrada na plataforma Ceará Transparente, esse eixo se define a partir da concepção de que uma sociedade justa e pacífica, com convivência e segurança cidadã, traduz-se numa sociedade pacificadora e pacificada, ancorada na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado atua como condutor do processo e garantidor desses direitos. Compreendendo as múltiplas causalidades da violência e da criminalidade. As diretrizes por meio dos temas estratégicos contemplam no âmbito do Poder Executivo Estados os aspectos da Segurança Pública e da Justiça e têm como executores os seguintes órgãos: AESP; CBMCE, CASA CIVIL, CGD, CASA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, PEFOCE, PMCE, SAP, SOP, SSPDS e SUPESP.

Tabela 127 - Manifestações por temas estratégicos.

Tema	2020	2021	Total
Segurança Pública	9.623	7.810	17.433
Justiça	1.615	1.905	3.520
Total	11.238	9.715	20.953

Fonte: CGE

Tabela 128 - Manifestações por órgãos (mais demandados).

Órgãos	2020	2021	Total
AESP	18	59	77
CBMCE	365	464	829
CASA CIVIL	89	46	135
CGD	975	1.458	2433
CASA MILITAR	4	4	8
POLÍCIA CIVIL	1.331	1.242	2.573
PEFOCE	310	333	643
PMCE	3.956	2.585	6.541
SAP	1.616	1.905	3.521
SOP	3	--	3
SSPDS	2.567	1.614	4.181
SUPESP	4	3	7
Total	11.238	9.713	20.951

Tabela 129 - Manifestações por Tipificação/Assunto.

Assunto	2020	2021	Total
Reclamação	6.483	4.947	11.430
Solicitação	2.457	1.799	4.256
Elogio	1.711	2.660	4.371
Denúncia	386	219	605
Sugestão	201	90	291
Total	11.238	9.715	20.953
Fonte: CGE			

Eixo 6 - Ceará Saudável

Total consolidado de manifestações do Biênio 2020 - 2021: **48.113**

O Eixo Governamental Ceará Saudável concentrou o maior volume de manifestações de ouvidoria, no período de 2020 a 2021, com aproximadamente 35,4% das demandas registradas na plataforma Ceará Transparente. É um eixo de articulação intersetorial que contempla três temas estratégicos, interligados e articulados com os demais: Saúde, Esporte/Lazer e Saneamento Básico e tem como órgãos gestores e executores: CAGECE, CEASA, ESP, SCIDADES, SDA, SEJUV, SESA, SETUR e SOP.

Tabela 130 - Manifestações por tema.

TEMAS	2020	2021	Total
Saneamento Básico	14.319	17.101	31.420
Saúde	5.715	10.898	16.613
Esporte e Lazer	41	39	80
TOTAL	20.075	28.038	48.113

Fonte: CGE

Tabela 131 - Manifestações por Órgão.

ÓRGÃOS	2020	2021	Total
CAGECE	14.310	17.079	31.389
SESA	5.637	10.842	16.479
ESP	78	56	134
SEJUV	25	36	61
SDA	5	16	21
SOP	16	3	19
CEASA	2	3	5
SCIDADES	1	-	1
SETUR	1	3	4
TOTAL	20.075	28.038	48.113

Fonte: CGE

Tabela 132 - Manifestações por Tipificação/Assunto.

Assunto	2020	2021	Total
Reclamação	15.883	18.143	34.026
Solicitação	2.648	6.253	8.901
Elogio	959	2.797	3.756
Denúncia	330	552	882
Sugestão	255	293	548
Total	20.075	28.038	48.113

Fonte: CGE

Eixo 7 - Ceará Sustentável

Total consolidado de manifestações do Biênio 2020 - 2021: **1.755**

Concentra apenas 1,3% das manifestações de ouvidoria do Estado. Como Eixo Estratégico que se valoriza em abrangência e contempla a implementação de uma Política Ambiental pautada na preservação e utilização econômica criativa dos recursos naturais. A política estadual do Ceará Sustentável se desdobra nos temas: Energia, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e tem como órgãos executores: CEASA, CEGÁS, COGERH, IDACE, FUNCEME, NUTEC, SEINFRA, SDA, SCIDADES, SEDET, SEMA, SEMACE, SESA, SRH e SOHIDRA.

Tabela 133 - Manifestações por tema.

Tema	2020	2021	Tema
Meio Ambiente	561	697	1.258
Recursos Hídricos	284	167	451
Energia	29	17	46
Total	874	881	1.755

Fonte: CGE

Tabela 134 - Manifestações por Órgão.

Órgãos	2.020	2.021	Total
SEMACE	391	382	773
SEMA	115	263	378
COGERH	141	85	226
SCIDADES	67	52	119
SOHIDRA	39	51	90
SRH	79	30	109
CEGÁS	27	15	42
SEINFRA	2	2	4
FUNCEME	13	1	14
Total	874	881	1.755

Fonte: CGE

Tabela 135 - Manifestações por Tipificação/Assunto.

Assunto	2020	2021	Total
Reclamação	312	310	622
Solicitação	401	323	724
Elogio	24	21	45
Denúncia	116	211	327
Sugestão	21	16	37
Total	874	881	1.755

Fonte: CGE

Há de se reconhecer a importância do caminho da Ouvidoria para a eficiência administrativa e estímulo à prática de governança, uma vez que possibilita a escuta direta da sociedade. Em vista disso e dos demais aprendizados que esta avaliação possibilitou, apresentam-se, a seguir, as considerações finais sobre a implementação e avaliação da participação social durante do primeiro biênio do Plano Plurianual 2020-2023.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura totalmente atípica dos anos avaliados (2020 e 2021) em função da pandemia, com isolamento social, prestação de serviços públicos de forma virtual, dentre outras medidas, implicaram em alterações no planejamento da gestão pública, tendo em vista a impossibilidade de realização de atividades presenciais. Este fator associado ao contexto de um ano eleitoral, motivou a elaboração e implementação de uma metodologia voltada para a escuta das instâncias de controle social e defesa de direitos das diversas políticas públicas, que possuem em sua composição representantes legitimamente eleitos pela sociedade civil organizada.

A execução desta metodologia possibilitou aos setores representativos da sociedade civil organizada, a oportunidade de um olhar novo e crítico sobre a execução das ações de governo em cada política pública avaliada e de uma maior aproximação com as demandas oriundas da população consolidadas nas Estratégias Regionais eleitas durante a elaboração do PPA 2020-2023.

Questionamentos foram levantados e situações analisadas, no decorrer da execução, o que implicou na necessidade de um olhar mais crítico, da Seplag, sobre a estrutura do atual PPA e sobre formas e condições de realização de processos participativos, levando à constatação de aspectos que necessitam ser fortalecidos ou aprimorados para as próximas avaliações e planejamentos que envolvam órgãos governamentais e a participação da sociedade, destacando-se:

Quanto a Estrutura do PPA 2020 - 2023:

- A correlação entre as metas anuais definidas na Adequação do PPA com a LOA e as entregas realizadas necessitam maior clareza.
- O Processo de monitoramento é a grande ferramenta da avaliação do PPA, mas precisa de maior clareza e detalhamento, nas informações oriundas dos responsáveis e executores das políticas públicas, como subsídios para os processos de avaliação e monitoramento da ação de governo.
- Mesmo que todas as informações referentes ao monitoramento das ações programáticas de governo estabelecidas no PPA, estejam consolidadas em relatórios e disponibilizadas no site da Seplag e portal da transparência, é viável pensar em uma metodologia e ferramentas que possibilitem o monitoramento das demandas eleitas pela população para o período de vigência do PPA, pela própria população e/ou pelas instâncias de controle social
- O Monitoramento das políticas transversais necessita de uma maior articulação entre os diversos órgãos que contribuem para a sua execução, especialmente aquelas ligadas à defesa de direitos de segmentos específicos da população
- O Monitoramento regionalizado, tanto das ações de governo, quanto o acompanhamento da realização das demandas da população, necessita ser fortalecido, o que requer profissionais com capacidade técnica operacional e decisão política para fortalecer a

mobilização e a comunicação do governo com os diversos atores sociais para a promoção da participação cidadã e incremento da governança.

Quanto à Participação Cidadã:

- Algumas das estratégias regionais eleitas no processo participativo realizado na elaboração do PPA 2020-2023, não foram avaliadas em função de não se aplicarem ao tema as quais estão vinculadas ou serem abrangentes de tal forma que não se enquadram mais especificamente em nenhum dos temas trabalhados.

- Ressalta-se a necessidade de melhorar a alocação das estratégias, seja acompanhando-a também no instrumento de longo prazo, seja adequando a demanda para o recorte de quatro anos - duração do Plano Plurianual.

- Percebeu-se que nem todos os Conselhos Estaduais se reconheceram como instância de controle social com a atribuição de realizar o acompanhamento e desenvolvimento das políticas executadas pela gestão pública, o que fragiliza a atuação enquanto instância de defesa de direitos e controle social.

- A classificação pelos órgãos de um grande número de estratégias como “não se aplica” ou "não atendidas", revela a necessidade de aprimorar tanto o conhecimento da população quanto os temas e políticas públicas executados pelo governo, bem como fortalecer o processo de planejamento, junto aos órgãos de forma a promover uma articulação deste processo com as necessidades explicitadas pela população.

- As instâncias de controle social necessitam ser fortalecidas e capacitadas para melhor exercerem suas funções, sejam na fiscalização, deliberação ou no planejamento da política pública, especialmente no que se refere aos instrumentos legais, (PPA, LDO e LOA)

A inovação na metodologia do processo participativo, este visto como premissa para a boa governança da gestão pública, permitiu a abertura de novos canais de comunicação com as instâncias de controle social, bem como a análise mais detalhada da relação das demandas eleitas nas estratégias regionais, com o planejamento governamental, verificando-se importância de fortalecer a participação social por meio tanto da representação direta, quanto das instâncias de controle social e defesa de direitos, pois a interlocução com a sociedade é fundamental para a implementação de políticas mais alinhadas aos anseios e necessidades da população dentro de uma realidade e um espaço de tempo definido.

Desta forma,sugere-se que o processo participativo para a elaboração do novo PPA, possa ampliar e melhor qualificar a participação da sociedade, diversificando o processo de escuta, de forma a que as propostas oriundas deste processo possam ser avaliadas pelos órgão sob a ótica da viabilidade, da temporalidade e dentro da realidade posta.

ANEXO I

INSTRUMENTAL DE ANÁLISE - ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA RECURSOS HÍDRICOS

> Para resposta da SRH, Cogerh, Sohidra

EIXO - Ceará Sustentável

Resultado Estratégico: Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

TEMA - RECURSOS HÍDRICOS

Resultado Temático: Sociedade cearense com oferta de água equânime e adequada para múltiplos usos, em todas as regiões.

1. Avaliação dos Programas do Tema:

PROGRAMA 731 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: Promover a utilização múltipla e eficiente dos recursos hídricos, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, contemplando a ampliação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão integrada e participativa.

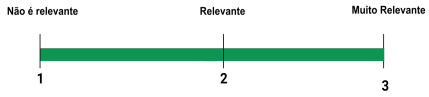
Indicador	Polaridade	2020		2021	
		Prevista	Alcançada	Prevista	Alcançada

Execução orçamentária - 2020 (R$ 1,00)			
Lei	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)

Execução orçamentária - 2021 (R$ 1,00)			
Lei	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	% Execução (B/A)

Principais Entregas 2020	Avaliação
Principais Entregas 2021	**Avaliação**

Na coluna em laranja, avalie, de acordo com a escala, representada abaixo, **o grau de relevância** das entregas para **o alcance do objetivo do programa**:



731.1 Com base nas informações do quadro acima, como o órgão gestor avalia o desempenho do Programa?

(Deve-se considerar: a evolução dos indicadores e a sua conexão com o objetivo do programa, as principais realizações e a execução financeira)

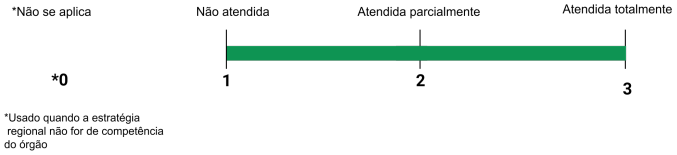
Comente:

(Orienta-se que o comentário seja claro, objetivo e sucinto):

2. Avaliação das Estratégias Regionais do Processo Participativo

> Para resposta da SRH, Cogerh e Sohidra

No quadro das Estratégias Regionais, especificamente na coluna intitulada "Avaliação", assinale, de acordo com a escala abaixo, como o órgão avalia a implementação das estratégias regionais durante o primeiro biênio do PPA 2020-2023.



*Usado quando a estratégia regional não for de competência do órgão

ESTRATÉGIA REGIONAL	CATEGORIZAÇÃO	REGIÃO	Avaliação do órgão

2.1 De acordo com a avaliação realizada, acerca das estratégias regionais, utilize o espaço abaixo para comentar o alcance das Ações Governamentais nas regiões, pontuando avanços e/ou aspectos críticos.

(Orienta-se que o comentário seja claro, objetivo e sucinto):

2.2 Que aspectos não foram avaliados neste processo e são considerados importantes para o tema?

(Orienta-se que o comentário seja claro, objetivo e sucinto):

ANEXO II

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA INSTÂNCIAS DE DIREITO E/OU CONTROLE SOCIAL

> Para resposta do Conselho de Recursos Hídricos

Sobre a avaliação da política pública de Recursos Hídricos no PPA (20-21)

1. Qual o parecer deste colegiado sobre a avaliação apresentada anteriormente pelo órgão responsável pela execução da política pública? (Marque uma opção da coluna em laranja)

Comente:

2. No que se refere às estratégias regionais definidas no processo participativo de elaboração do PPA, como este colegiado considera a inclusão das mesmas no planejamento governamental? (Marque uma opção da coluna em laranja)

Comente:

3. Que aspectos não foram avaliados neste processo e são considerados importantes para o tema?

Comente:

4. Qual a visão do órgão colegiado sobre o desenvolvimento do tema durante o primeiro biênio do PPA 2020-2023? Quais os avanços observados? Quais aspectos precisam ser fortalecidos? (Marque uma opção da coluna em laranja)

Comente:

Sobre a utilização de documentos legais do Planejamento

5. Este colegiado utiliza as Mensagens Governamentais, ou outros documentos legais como fonte de conhecimento e de subsídio para a efetivação do controle social e socialização de informações referentes a este tema? (Marque uma opção da coluna em laranja)

Comente:

6. Qual o nível de conhecimento do colegiado acerca dos instrumentos legais de planejamento (PPA e LOA)?

Comente:

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO